Organização:
Tiago Siqueira Reis e
Monalisa Pavonne Oliveira

LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS NO TEMPO PRESENTE:

historiografia, teoria e metodologia

volume 2

UFRR

Organizadores:

Monalisa Pavonne Oliveira
Tiago Siqueira Reis

Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia

Volume 2

EDITORA UFRR

Boa Vista - RR
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

REITOR José Geraldo Ticianeli
VICE-REITOR Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR
Diretor da EDUFRR
Carlos Vicente Joaquim

CONSELHO EDITORIAL

Titulares	**Suplentes**
Ariosmar Mendes Barbosa	Rileuda de Sena Rebouças
Georgia Patrícia Ferko da Silva	Victor Hugo Lima Alves
Rosinildo Galdino da Silva	Gilmara Maria Duarte Pereira
Guido Nunes Lopes	José Teodoro de Paiva
Rafael Assumpção Rocha	Jaci Guilherme Vieira
Raquel Voges Caldart	Ramão Luciano Nogueira Hayd
Simone Rodrigues Silva	Edileusa do Socorro Valente Belo
Ana Paula da Rosa Deon	Edilane Nunes Régis Bezerra
Priscila Elise Alves Vasconcelos	Jhéssica Luara Alves de Lima
Altiva Barbosa da Silva	Fábio Luiz Wankler
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues	Lilian Leite Chaves
Ricardo Carvalho dos Santos	Maria Bárbara de Magalhães Bethonico
Paulo Jeferson Pilar Araujo	Roni Petterson de Miranda Pancheco

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
E-mail: editora@ufrr.br

A Editora da UFRR é filiada à:

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ASOCIACIÓN DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Copyright © 2023
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) e é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Capa
Matheus de Oliveira Vieira

Diagramação e Editoração Eletrônica
Paulo DeCarvalho

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L973 Lutas e movimentos sociais no tempo presente: historiografia, teoria e metodologia, volume 2 / organização: Monalisa Pavonne Oliveira, Tiago Siqueira Reis. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2023.
427 p. : il.

Inclui bibliografia.
Vários autores.
ISBN: 978-65-5955-045-6
Livro eletrônico.

1 – Historiografia. 2 – Lutas sociais. 3 – Movimentos sociais. 4 – Teoria da história. 5 – Metodologia do ensino. Título. II – Oliveira, Monalisa Pavonne. III – Reis, Tiago Siqueira. IV – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 930.2(81)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Shirdoill Batalha de Souza – CRB-11/573-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões
é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

8 **PREFÁCIO**

Lincoln Secco

11 **APRESENTAÇÃO**

Tiago Siqueira Reis

Monalisa Pavonne Oliveira

12 **O CONCEITO DE "MOVIMENTO SOCIAL" E OS DEBATES DO PENSAMENTO CRÍTICO FRENTE AOS CICLOS DE CONFLITIVIDADE NA NOSSA AMÉRICA**

José Seoane

33 **OS POVOS EM MOVIMENTO COMO SUJEITOS ANTICOLONIAIS**

Raúl Zibechi

55 **O CASO FAURISSON (1978-1981), OS HISTORIADORES E A NEGAÇÃO NEGACIONISTA DO HOLOCAUSTO**

Luís Edmundo de Souza Moraes

94 **CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE FLORESTAN FERNANDES PARA MOVIMENTOS POPULARES: LUTAS, RESISTÊNCIAS E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA CONTEMPORANEIDADE**

Adelar Pizetta

116 **REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA: DIVERSIDADE NA LUTA**

Tiago Siqueira Reis

132 **LUTAS RECENTES NO BRASIL: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS ÀS CIDADES REBELDES**

Ermínia Maricato
Giselle Tanaka
Paolo Colosso

169 **REPOSICIONAMENTO ATUAL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**

Marcio Pochmann

187 **O QUE SIGNIFICA SER AFRICANO?**

Firoze Manji

212 **ALGUNS DESAFIOS DA ESQUERDA POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA NO BIÊNIO 2021 e 2022**

Valter Pomar

233 **A CONSTRUÇÃO CONSTITUINTE DOS DIREITOS DA NATUREZA: REVISITANDO UMA HISTÓRIA COM MUITO FUTURO**

Alberto Acosta

279 **QUATRO DÉCADAS DE LUTA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS O MOVIMENTO SOCIAL QUE DEFENDE OS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI É UM DOS PRINCIPAIS VETORES DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Julian Rodrigues

302 **IDENTIDADE, PALAVRAS E SEQUÊNCIAS**

Asad Haider

322 **QUILOMBOS, PÓS-ABOLIÇÃO, REMANESCENTES E EDUCAÇÃO: PASSADO PRESENTE REVISITADOS NA AMAZÔNIA**

Iamara Viana

Flávio Gomes

348 **AFRODESCENDENTES: A CORRENTE HISTÓRICA DO CIMARRONAJE, DO PASSADO AO PRESENTE**

Jesus Chucho Garcia

369 **ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÕES CURRICULARES PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR**

Nilma Lino Gomes

382 **ANGELA DAVIS E ERICA GARNER: MULHERES NEGRAS LÍDERES NO ABOLICIONISMO NORTE- AMERICANO DO SÉCULO 21**

Joy James

401 **O PROBLEMA DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Ndongo Samba Sylla

416 **AUTORAS e AUTORES**

427 **EQUIPE TÉCNICA**

PREFÁCIO

Lincoln Secco, professor do Departamento de História da USP

Desde Maquiavel sabemos que a sociedade comporta dois desejos opostos: o dos grandes de mandar e oprimir; e a vontade do povo de não ser comandado e oprimido. Para a esquerda social, insurgir-se não significa apoiar governos, quaisquer que eles sejam, mas não ser oprimida. Governos quando pretendem atender suas demandas, não deixam de também limitá-las. São perspectivas opostas e interdependentes, pois é certo que para o movimento popular não é indiferente atuar sob um governo fascista, liberal ou trabalhista; e para um governo progressista é imperioso obter apoio de movimentos sociais contestadores.

Este livro cria formas para desenvolver essa contradição. Ele combina a crítica do colonialismo, do neocolonialismo e do imperialismo ao questionamento da colonialidade. Afinal, desigualdades de gênero, raça, orientação sexual e muitas outras integram as relações de produção capitalistas, especialmente na periferia da economia mundial, criando exigências que não integravam o horizonte progressista da esquerda com a ênfase agora requerida pelos diversos grupos dominados. Na linguagem desse livro essa pluralidade é capturada com os termos: movimentos sociais, povo, sujeitos anticoloniais, natureza, Lgbti, quilombos, afrodescendentes, mulheres, cidades rebeldes etc.

O problema que perpassa várias das contribuições aqui presentes é o da unidade sem uniformidade ou, numa velha fórmula, a unidade no diverso. Este segundo volume de *Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia*, articula rigor teórico e metodológico com a experiência social e militante. Autores a autoras do Brasil e do exterior, jovens pesquisadores e acadêmicos experientes mobilizam um conhecimento produzido nas universidades em consonância com o engajamento nas lutas do presente.

Embora haja uma multiplicidade de temas e abordagens, o fio condutor que Monalisa Pavonne Oliveira e Tiago Siqueira Reis teceram consiste numa

perspectiva radicalmente crítica feita a partir de baixo, das periferias, do sul, das camadas subalternizadas em que raça e classe, gênero e múltiplas identidades se vinculam.

No final do século XX, quando a esquerda passou a governar um número significativo de grandes e médias cidades na América Latina, após o ciclo das ditaduras militares, muitas das temáticas aqui tratadas se tornaram políticas públicas no âmbito local, mas não deixavam de encontrar resistência interna no próprio campo progressista. No século XXI, os partidos que chegaram aos governos centrais e os movimentos que os apoiavam se depararam com uma classe trabalhadora aparentemente mais fragmentada e que não podia ser mobilizada apenas pelo discurso "classista". Mas era isso uma inteira novidade?

Diversos estudos sobre a Europa tematizaram os setores populares que não encontravam uma inserção estável e segura na produção. É um problema que os historiadores surpreenderam no passado na forma dos "pobres" medievais (Bronislaw Geremek), dos *Ciompi* (Simone Weil), da sans-cullotterie parisiense (Soboul), da multidão(Georges Rudè) etc. No século XIX a classe operária convivia com trabalhadores informais, subempregados, servidores domésticos, desempregados e com o que Marx chamava de *lumpemproletariado* (literalmente: o proletariado em farrapos). Mas o que significa falar em precarização do trabalho no Brasil onde o passado do operário foi o escravizado? Aqui o sentido da informalidade nos governa e a própria CLT, desmontada ao longo das últimas décadas, raramente protegeu mais da metade da classe trabalhadora.

Na década de 1970 a crise conjuntural da era de ouro do capitalismo "keynesiano" e uma virada na tendência secular da economia produziram alterações na estrutura de classes. Embora não na sua totalidade, as camadas médias e setores qualificados da classe trabalhadora se inclinaram para a direita. No entanto, eles eram produto exatamente daqueles trinta anos gloriosos de crescimento econômico e não da sua desagregação. Aliás, temiam exatamente os efeitos do desmoronamento de um mundo que lhes parecia rotineiro e previsível.

O mesmo sistema que gerou o consenso em torno dos direitos sociais e apoio estável aos sindicatos, produziu o seu oposto. Isso resultou tanto de uma mudança de estrutura quanto de consciência de classe. Nas cidades mortas da desindustrialização os anos de combate ao fascismo foram esquecidos em favor do racismo contra os novos imigrantes. Não só a social democracia mudou o discurso, o próprio comunismo se retraiu onde não desapareceu. Basta pensar no Partido Comunista Italiano, cuja dissolução encerrou a mais vibrante cultura de esquerda da Europa Ocidental no pós segunda guerra mundial.

Gramsci, elemento central daquela cultura política, merece um destaque especial na análise desses fenômenos. Ele demonstrou que os grupos subalternizados não eram apenas passivos e que sua rebeldia é de grande valia ao "historiador integral". Até mesmo as monografias locais, cujas fontes são raras, contribuem para resgatar o seu passado de suposto silêncio. Como se dá na excelente organização deste livro, os estudos dessas rebeldias estão ao lado dos problemas do mundo da produção e do trabalho, das relações de produção capitalistas e da divisão internacional do trabalho.

A subalternidade de que falou Gramsci é uma dimensão *a mais* e não um substituto da exploração econômica. Ela permite entrecruzar as diversas formas de sujeição de trabalhadoras e trabalhadores do ponto de vista da totalidade sem apagar a opressão de gênero, étnica, regional, linguística e outras tantas. O conceito de classe continua imprescindível, porém reconfigurado não só para atender critérios teóricos, mas porque concretamente as pessoas da classe trabalhadora portam em sua cultura e no seu corpo uma pluralidade real. O concreto é síntese de muitas determinações que não podem ser silenciadas numa abstração. Se assim fosse, estaríamos no universo da racionalidade quantitativa típica da gestão burguesa dos conflitos sociais. O princípio dialético é outro: vivemos o universal no particular. Por isso o concreto é mais difícil de ser apreendido e exige mediações.

O locus da subordinação pode ser interno ao processo de produção ou predominantemente externo.Mas são predominâncias. Portando esta ou aquela subalternidade, somos todos oprimidos segundo a lógica do capital, direta ou indiretamente. Não é o marxismo que nos uniformiza mas o capitalismo, ainda que não o queiramos ou não o saibamos.

APRESENTAÇÃO

O volume 2 de *Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente: historiografia, teoria e metodologia* nasce da necessidade de reflexão sobre como vem ocorrendo as lutas e suas formas de organização social frente às injustiças e as novas e velhas práticas desagregadoras e destrutivas do capital no tempo presente. Reunimos uma coletânea de trabalhos produzida por investigadores de significativa importância no mundo acadêmico e nas lutas cotidianas dos movimentos sociais.

A coletânea tem por objetivo suscitar o debate historiográfico, fornecendo rico e vasto material para os leitores, assim como, coloca-se para além dos muros da academia, na tentativa de contribuir no esforço de compreensão dos fenômenos sociais e construção de alternativas de transformação social.

Buscamos ao longo da organização da coletânea apresentar ao público trabalhos que discutissem um número cada vez maior de temas, experiências de luta, processos revolucionários, formas de organização e história das lutas e movimentos sociais. Trata- se de uma tarefa de enorme responsabilidade, sendo inviável qualquer pretensão de abarcar todos os assuntos. Além disso, a organização, escrita dos autores e publicação da obra decorreu-se no período da pandemia de Covid-19, motivo pelo qual muitos autores tiveram dificuldades em completar seus trabalhos e enviar para a publicação, bem como muitos não puderam participar por questões pessoais e profissionais ligadas a pandemia.

Desse modo, expressamos nosso reconhecimento e agradecimento aos autores e autoras e equipe de tradutores e revisores que integram este belo esforço coletivo, que de forma voluntária contribuíram para a existência da coletânea. Agradecemos também a Editora da Universidade Federal de Roraima pelo apoio na publicação.

Boa leitura!

Organizadores

Tiago Siqueira Reis

Monalisa Pavonne Oliveira

O CONCEITO DE "MOVIMENTO SOCIAL" E OS DEBATES DO PENSAMENTO CRÍTICO FRENTE AOS CICLOS DE CONFLITIVIDADE NA NOSSA AMÉRICA[1]

José Seoane

Nas últimas décadas, o uso do conceito de "movimento social" se generalizou no campo dos estudos sociais latino-americanos, no calor dos ciclos de conflitividade e mobilização que atravessaram a Nossa América e que hoje a significam. A difusão do termo pode parecer consistente e até valiosa, à primeira vista, pela eficácia descritiva que ele aparenta ter quanto à nomeação de processos de ação coletiva e contenciosa. No entanto, por trás dessas transparências se desdobra um intenso debate sobre o seu significado e sobre os efeitos de poder que o uso do termo implica no campo da prática teórica e do pensamento social. Certamente, esse caráter polissêmico e contraditório não é uma novidade. Ele está intimamente relacionado com a natureza conflituosa e mutável da prática social a que ele se refere, particularmente a da constituição, das experiências e das lutas dos sujeitos subalternos. Nesse sentido, as ambiguidades e tensões que atravessam o significado do conceito de "movimento social" se referem, por um lado, às confrontações teóricas que ele desperta, especialmente entre as perspectivas críticas e sistêmicas e dentro desses dois campos. E, por outro lado, se referem aos diferentes contextos sócio-históricos e às diferentes formas que a ação coletiva e a conflitividade social dos sujeitos subalternos assumem em cada momento histórico.

Anos atrás, examinamos essa questão à luz das características que o ciclo de conflitividade social que emergiu na Nossa América apresentava em resposta às transformações neoliberais em meados dos anos 1990, e que nos anos 2000 se tornou o motor impulsionador de profundas mudanças políticas experimentadas por parte da região (Seoane, Taddei e Algranati, 2008). Foi nesse contexto que se ampliou significativamente o uso do termo "movimento social" no campo do pensamento crítico para se referir a essas experiências

1 Tradução: Alana Thaís Basso (Doutoranda PPGH-UFF, bolsista CNPq).

coletivas. Embora, como se costuma dizer, muita água tenha passado debaixo da ponte desde o levante zapatista no início de 1994 ou desde as guerras de água e de gás na Bolívia que marcaram os anos 2000 e 2003, ainda estamos no mesmo período temporal das ações conflitivas dos sujeitos subalternos, uma época marcada pelo processo de neoliberalização capitalista aberto na região no começo dos anos 1970 e que segue em curso. Mas, no marco desta continuidade, o estudo da conflitividade social na região permite identificar diferentes períodos ao longo das duas décadas e meia que vão desde meados dos anos 1990 até o presente. Nesse sentido, com este texto nos propomos a considerar os diferentes sentidos e debates que surgem em torno do termo "movimento social", à luz das características que as disputas sociais assumem em diferentes períodos. É evidente que essa abordagem não supõe uma aproximação teórica descolada de suas inscrições sócio-históricas, e nem uma visão descritiva das experiências de mobilização social. Por outro lado, nossa atenção está centrada, neste caso, nos debates e contribuições do campo do pensamento crítico, embora isso não nos impeça de fazer referências às escolas sistêmicas. Por fim, nessas considerações iniciais já se infere que não é nossa intenção apresentar uma conceitualização fechada do termo, mas, ao contrário, procuramos explorar com um olhar histórico tanto as suas potências explicativas como os seus limites e tensões. Uma investigação que não se concentra apenas na correspondência entre o conceito e um objeto pretendido, e sim no exame de seus efeitos de poder tanto no campo teórico-acadêmico como no das relações de força sociais.

Nessa perspectiva, este artigo inicia realizando um breve exame da história do termo a fim de investigar os sentidos e debates que surgem no campo do pensamento crítico e do sistêmico no contexto das lutas e processos de mobilização social e política dos anos 60 e 70, para concluir com uma série de esclarecimentos provisórios sobre o termo. A partir daí, se analisa uma porção de discussões e tensões que surgem em torno do termo em relação às características apresentadas pela ação coletiva dos sujeitos subalternos e pelas disputas sociais nos quatro períodos em que se pode dividir o processo de contestação social entre 1994 até o presente. Vamos ver.

Raízes, história e significados provisórios do conceito de "movimento social"

O socialista utópico francês Charles Sourier foi o primeiro a utilizar o conceito de movimento social em sua obra publicada em 1829 (1980), dando a ele um sentido de progresso em relação com as idades ou fases da sociedade

(Béroud, Mouriaux e Vakaloulis, 1998). Mas, certamente, o seu uso se generalizou e ganhou seu significado mais conhecido ao longo das décadas de 1830 e 1840, em referência aos acontecimentos de convulsão social e política vividos na França e na Europa e, em particular, com a Revolução de 48 e a chamada "primavera dos povos". Será nessa mesma época que Karl Marx o mencionará em sua conhecida obra *A Miséria da Filosofia* (1847), no debate com Pierre-Joseph Proudhon. Retornaremos a essa questão mais adiante.

Desde o final do século XIX e até pelo menos meados dos anos 1960, a utilização do conceito se associou, muitas vezes, aos estudos sobre o movimento operário e suas expressões e formas de reivindicação. Da mesma maneira, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o significado do termo se ampliou como uma classificação genérica e descritiva de diferentes sujeitos da mobilização coletiva, de acordo com a tipologia promovida pela sociologia da época.

Como se sabe, os anos 1960 e 1970 foram marcados pela extensão e profundidade dos processos de insubordinação e conflitividade social a que recorreram tanto as sociedades do capitalismo central como as dos países do capitalismo periférico, em uma geografia marcada por movimentos revolucionários, lutas de libertação nacional, experiências de transformação social sob a referência do socialismo e processos de descolonização. Uma década marcada, na América Latina, pela nascente Revolução Cubana e sua influência regional significativa e pela radicalização política, social e ideológica de diferentes e amplos setores sociais, entre os quais se destacou a atuação da juventude. Certamente, estes processos de mobilização e lutas sociais motivaram uma revitalização e ressignificação dos marcos teóricos e interpretativos da ação coletiva, tanto no campo do pensamento sistêmico quanto no da perspectiva crítica.

No primeiro caso, já não era possível nem eficaz considerar – ou neutralizar – o conflito como comportamentos desviantes, anormais ou irracionais, fruto do fracasso das políticas de integração social ou da modernização tardia, conforme o postulado pela sociologia anglo-saxã sob a influência de Talcott Parsons. Dessa forma, novas correntes teóricas prosperaram nos centros de produção de conhecimento dos países centrais, propondo outros pontos de vista a respeito das experiências de ação coletiva em curso. Entre elas, podemos destacar três que seguem tendo influência nos estudos sociais. Uma é a chamada escola da "mobilização de recursos" que explica as causas da emergência de processos de mobilização social como resultado de uma escolha racional adotada com base nos recursos disponíveis, tanto materiais, organizacionais e humanos quanto morais e culturais. Uma segunda, muito próxima em perspectiva e em autores a essa primeira, é a escola de "oportunidades políticas" que explica a

emergência desses processos com a análise das possibilidades de mobilização que a cena política oferece e que englobam tanto uma repressão débil quanto uma divisão das elites, o apoio de um setor das mesmas, ou a validade do pluralismo político. Finalmente, de caráter europeu frente à tradição anglo-saxã das anteriores, também começaram a ser traçadas, a partir dos anos 1970 e 1980, as principais contribuições da conceituada escola dos "novos movimentos sociais", que assim denomina àqueles que se constituem no campo simbólico, cultural e/ou identitário em oposição àqueles de base sindical ou de classe que, no seu entender, já não correspondem à sociedade contemporânea caracterizada como pós-industrial ou de conhecimento. Voltaremos a esta corrente que enfatiza a identidade, já que ela desempenha um papel importante na difusão e na ressignificação da noção de movimento social.

Por outro lado, também as décadas de 1960 e 1970 testemunharam uma significativa revitalização do pensamento crítico sobre estas questões, expressas em uma série de correntes e abordagens. É impossível sintetizar nestas breves linhas a enorme riqueza das elaborações e debates que ocorreram nesses anos neste campo do pensamento. Entre outras questões, destacamos o protagonismo que ganhou o movimento de mulheres e os feminismos, de afrodescendentes e de povos originários, de jovens e de estudantes, dos movimentos campesinos, dos pobladores, de novos setores assalariados, de movimentos populares e revolucionários no sul, todos movimentos que passam a questionar a conceitualização dessa diversidade de sujeitos e programas em uma perspectiva de classe. Embora não seja um debate novo no campo do marxismo, ele assume nesse contexto um significado particular. Assim, as elaborações sobre a interpretação teórica das relações entre a análise de classe e as configurações sexo-gênero e etnia-raça, sobre a radicalização juvenil, ou sobre a configuração dos movimentos de libertação nacional e social ou socialistas, por exemplo, atravessaram a produção intelectual crítica[2].

No entanto, a resolução da crise de dominação do capitalismo a partir da afirmação da saída neoliberal e a consequente derrota, crise e refluxo das lutas populares, desde meados da década de 1970, significou também a exclusão, reprovação e crise do pensamento crítico. Entre outras questões, envolveu um processo extenso de esquecimento e negação dos debates e contribuições do passado e, em particular, do conceito de classe, que foi tradicionalmente o operador epistêmico central no pensamento marxista para o exame das experiências

2 Recordemos, por exemplo, a contribuição de "Contradição e Sobredeterminação" de Althusser, a obra de Selma James e Angela Davis, as elaborações de Marcuse; ou, a partir do Sul, com as obras de Fanon, Quijano, Dussel, Zavaleta, entre outros.

de mobilização, conflito e constituição subjetiva dos sujeitos subalternos. Esta foi uma das razões, mas não a única, por que o uso da denominação de movimentos sociais se difundiu nesse campoquando, a partir da metade da década de 1990, emergiu um novo ciclo de conflitos e mobilizações de contestação ao modelo neoliberal.

Em uma perspectiva ampla, dito termo remete à dinâmica de um grupo social que formula certas reivindicações próprias e socialmente significativas; guarda certos marcos de solidariedade, relações ou identidade comuns; conta com certas redes ou estruturas organizacionais; e levanta certos questionamentos ou conflitos relativos à estrutura societal em que opera. Esse estrato compartilhado, contudo, é interpretado de maneiras diferentes e contrapostas conforme a escola que consideremos. Nesse sentido, para o pensamento crítico essas construções sócio-históricas coletivas referem-se a grupos que vivenciam a exploração, a desapropriação, a opressão e a dominação, relações que possuem um caráter objetivo, embora se expressem no terreno das práticas e subjetividades de modos diversos. Por outro lado, longe da sua personificação a-histórica, esses movimentos são polimorfos e mutáveis, atravessados por tensões e conflitos em seu interior, marcados por pulsões transformadoras, rebeldes, democratizantes e por tendências conservadoras, burocráticas ou sistêmicas, no marco dos processos sócio-políticos sobre os quais incidem e que os modificam (Vakaloulis, 2003). Essas particularidades histórico-concretas certamente apontam para a importância dos estudos empíricos e do seu debate no interior do campo do pensamento crítico. A partir dessa perspectiva, a difusão do conceito de movimento social não apenas se inscreve em um contexto histórico específico, mas também nos conduz, longe de qualquer visão homogeneizante, a dar conta de uma identidade e organização complexa – e muitas vezes contraditória – que tanto se delimita e se constitui no terreno da conflitividade como também contém tensões e lutas no seu interior; e que se refere a diferentes níveis da prática social, das formas organizacionais e métodos de luta, dos programas e horizontes de mudança.

O ciclo de conflitividade social 1994-2006 e os debates sobre a conceitualização de suas novidades

A década de 1990 marcou um período trágico de expansão e aprofundamento das transformações neoliberais na Nossa América. Sob o chamado "Consenso de Washington", nossos povos enfrentaram a aplicação de um programa de precarização, expropriação e recolonização. Contudo, em meados daquela década, um novo ciclo de conflitividade social começou a se desenrolar

na região. O levante zapatista em janeiro de 1994 em Chiapas, México; o levante indígena no Equador que, confluindo com outros setores, levou à renúncia do presidente Abdalá Bucaram em 1996; as *puebladas* e bloqueios de estradas prolongados no sul e no norte da Argentina, que logo deram origem ao movimento piqueteiro entre 1996 e 1997, são alguns acontecimentos – no norte, no centro e no sul – que marcaram o início deste ciclo, que se prolongou até a emergência da Comuna de Oaxaca e das mobilizações contra a fraude no México em 2006. Este ciclo de conflitividade[3] sócio-política que se estendeu por mais de uma década, com seus desdobramentos sempre irregulares e descontínuos, foi marcado por uma série de particularidades que o distinguiam dos ciclos anteriores e cuja interpretação foi um dos núcleos da revitalização do pensamento crítico latino-americano.

Surgidos das profundezas das selvas e serras latino-americanas, das periferias dos grandes latifúndios, dos circuitos comerciais e centros urbanos; desapropriados ou ameaçados de expropriação de suas terras, de seus trabalhos ou de suas condições de vida, muitos destes sujeitos subalternos – indígenas, camponeses sem terra, piqueteiros, *pobladores*, jovens, mulheres – ocuparam o centro da conflitividade social, com características distintas que os diferenciavam dos protagonistas da cena pública do passado, tanto no terreno da sua constituição subjetiva, das suas formas de luta, de organização, de práticas; e também de seus programas e horizontes emancipatórios (Seoane, Taddei e Algranati, 2011).

Desde o giro linguístico pós-moderno, as características desses sujeitos, distantes das configurações próprias do sindicalismo fordista e dos modos de ação dos trabalhadores típicos do capitalismo do pós-guerra, foram interpretadas como o predomínio dos marcos identitários e culturais na constituição desses movimentos. Nesse sentido, a influência que a "escola dos novos movimentos sociais", mencionada anteriormente no texto, ganhou, bem como a difusão dos significados que a mesma atribui à noção de "movimento social", se expandiram em conjunto com a disseminação do uso deste termo. A partir desta

3 Existe uma longa tradição conceitual no campo do pensamento crítico em termos de identificação de ciclos de conflitividade ou de lutas. Essa questão aparece referida tanto na reflexão de Marx sobre os processos que ocorreram na França no século XIX; na obra de Lênin ou de Trotsky em referência à Revolução Russa e aos processos revolucionários que se seguiram; e ainda na interpretação do período de lutas contemporâneo na América Latina em relação, por exemplo, às vitórias vividas na Bolívia narradas na obra de Álvaro Garcia Linera (Marx, 2018; Lenin, 2013; Trotsky, 2017; García Linera, 2010). De outra matriz teórica, também foi apontada "uma fase de alto conflito dentro do sistema social", em relação com uma "difusão rápida de ação coletiva dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados; com rápida inovação das formas de contenção; com a criação de marcos de ação coletiva novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e desorganizada, e com um fluxo intensificado de informação e interação entre os desafiadores e as autoridades" (Tarrow, 1998, p. 142).

perspectiva, não apenas a interpretação das práticas dos sujeitos subalternos, agora denominadas como "novos movimentos sociais", era reduzida ao campo identitário-cultural, como também era contraposta à ação sindical, considerada um arcaísmo próprio da sociedade industrial do passado. Anteriormente, consideramos essa interpretação como uma forma de obliteração da questão social e colonial (Murillo e Seoane, 2012).

No campo do pensamento crítico, em contrapartida, estas particularidades motivaram elaborações analíticas e teóricas intensas e plurais, e polêmicas significativas sobre a interpretação destas novidades e as suas consequências sobre as táticas e estratégias emancipatórias; produções que, em sua complexidade, marcaram a renovação do pensamento crítico daquele período. Sobre isso, foram apontadas as inovações e recriações ocorridas nas práticas e programas dos sujeitos subalternos, em referência à primazia da ação direta e combativa; a nova territorialização; a articulação entre as novas formas de luta, de organização e de constituição subjetiva; a natureza performativa das mesmas; a renovação da democracia e da autonomia; a implantação de um novo internacionalismo; entre outros aspectos (Zibechi, 2003; Quijano, 2004; Seoane, Taddei e Algranati, 2006; Svampa, 2008; Boron, 2013).

Este debate certamente esteve ligado à elaboração teórica das novidades percebidas em relação aos sujeitos (ou às constituições subjetivas) que protagonizaram este ciclo de lutas. Nessas investigações, o campo do pensamento crítico se dividiu entre os pólos tradicionais do estruturalismo e do subjetivismo. Um exemplo disso é a denominação que Petras propôs aos movimentos indígenas como movimentos camponeses com ideologia étnica, ou a observação feita por Holloway de que o sujeito transformador não é delimitado por sua inscrição nas relações sociais de produção, mas por seu papel na conflitividade e por sua subjetivação (Petras, 2000; Holloway, 2002). Porém, simultaneamente, ocorreu no pensamento crítico uma série diversa de elaborações que exploram as ditas novidades tanto no terreno da acumulação de capital e seus meios de dominação quanto na invocação da memória e na recriação das matrizes culturais, para examinar as mudanças na constituição dos sujeitos subalternos. Exemplo das primeiras são, por exemplo, as conceitualizações de espoliação, desapropriação, crise da reprodução social, destruição das condições de produção, precarização da vida e colonialidade do poder, formuladas por diversos intelectuais do pensamento crítico no exame das transformações neoliberais (Harvey, 2004; Federici, 2013; O'Connor, 2001; Quijano, 2000; Seoane, 2016).

Nesse sentido, uma profunda transformação das esferas da reprodução social parece relacionar o período neoliberal do capitalismo com aquele do pós-

-guerra, embora no último ela apareça vinculada a processos de integração – até mesmo mercantil – sob controle tecnocrático, enquanto sob o neoliberalismo a transformação adota uma tendência crescente de desintegração e destruição das condições de vida[4].

Contudo, a constituição e a confrontação dos sujeitos subalternos atravessados por essas novas condições levantam, por sua vez, a questão da recriação dos processos de subjetivação social. Esta dimensão segue sendo, infelizmente, menos explorada; todavia, mesmo assim há sobre ela uma série diversa de estudos e debates como, por exemplo, em relação à relevância e atualidade que cabem à recriação dos horizontes de boa convivência ou de bem-viver propostos pelos movimentos indígenas no questionamento e reformulação da relação/divisão sociedade- natureza própria da modernidade e colonialidade capitalista, até mesmo indo além de algumas designações clássicas importantes (Mariategui, 2006; Löwy, 2006).

Este contexto explica a difusão do termo "movimento social" também no campo do pensamento crítico: como um modo de aproximação e reconhecimento dessas novidades que o fazer coletivo e conflitivo dos sujeitos subalternos apresentam; e quando a compreensão teórica das mesmas, ao se buscar evitar cair em visões deterministas, está em debate e elaboração. Nesse sentido, o uso do conceito a partir de perspectivas críticas tem, como se costuma dizer, um pouco de sorte e um pouco de mérito.

Mudança de época e continuidades neoliberais: retomando a tensão entre o social e o político

Outro debate suscitado pelo termo "movimento social" diz respeito aos significados que a declinação "social" desperta. Justamente sobre essa questão que falava Marx em seu texto de 1847: "não diga que o movimento social exclui o movimento político. Nunca há movimento político que, ao mesmo tempo, não seja social" (1987, p. 121). Se tratava de um questionamento do significado de social que emergiu do pensamento de Proudhon e que resultou, por sua vez, da sua construção no pensamento e prática do capitalismo. Como foi apontado,

4 Essa relação e reflexão pode se estabelecer considerando diferentes correntes e pensadores. Na obra recente de Silvia Federici, por exemplo, essa problemática aparece vinculada à reprodução da força de trabalho, ao trabalho doméstico e ao de cuidados não remunerados, no que diz respeito às ligações e às diferenças entre as reivindicações do movimento feminista dos anos 1970 e o protagonismo das mulheres em movimentos sociais no presente (Federici, 2013). Relação semelhante pode se estabelecer, por exemplo, entre as elaborações sobre espaço e território de Henry Lefebvre e a geografia crítica das décadas recentes; ou no campo das questões ecológicas ou ambientais.

a modernidade e colonialidade capitalista implica em uma série de divisões epistemológicas e ontológicas que constituem as diferentes áreas da vida societal (Lander, 2000). Nesse sentido, a emergência da questão social, no contexto do capitalismo europeu do século XIX, supôs a constituição de um campo de práticas sociais, de políticas públicas e de tecnologias de governo orientadas a gerir a contradição entre as promessas igualitárias do liberalismo político do século XVIII e a desigualdade social do capitalismo (Donzelot, 2007). Nesta perspectiva, como aponta a teoria política moderna, o social é entendido e constituído como o campo dos interesses particulares, opostos e diferentes da política ou do estado onde se consagra o interesse geral. Esta constituição do social, porém, é menos uma existência objetiva do que uma construção permanente na recriação das relações sociais vigentes. A perspectiva crítica subverte e questiona essa pretensa objetividade ao destacar o poder do que é negado. Assim se refere Marx quando aponta que "somente em uma ordem de coisas em que as classes e o antagonismo de classes não existam mais que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas", "enquanto que o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe contra classe", e, nesse sentido, essencialmente política, "luta que, levada a sua expressão máxima, implica em uma revolução total" (ibid., p. 121).

O ciclo de lutas e movimentos que abalou a realidade latino-americana, particularmente na primeira metade dos anos 2000, demonstra claramente esse sentido politizador e transformador do social. Por um lado, essas experiências de mobilização e protesto confrontaram a cidadela política neoliberal, que é forjada no consenso das elites políticas, na privatização do público, no gerenciamento empresarial e tecnocrático e na vídeo-política (substituindo a política como prática coletiva de transformação do existente e questionando seu confinamento como atividade específica e monopolista do Estado), e nas mediações tecnocráticas e partidárias tradicionais. Por outro lado, os processos de destituição, os levantes sociais e as insurreições urbanas precipitaram crises políticas profundas, forçando a renúncia de presidentes, a queda de governos e a abertura de transições que caracterizaram este período de crise da hegemonia do regime neoliberal. Em ambas as dimensões, sem dúvidas os denominados movimentos sociais foram politicamente relevantes. Isso foi expresso inclusive por diferentes estudiosos, que preferiram nomeá-los como movimentos sócio-políticos (Petras, 2000), anti-sistêmicos (Zibechi, 2013), populares (Seoane, Taddei e Algranati, 2008), emancipatórios (Ceceña, 2008), ou societais (Tapia, 2007).

A irrupção desses movimentos sociais na cena pública e o questionamento que fazem da política como mera administração técnica do programa único das

contrarreformas neoliberais supôs, em alguns casos, a implantação de uma prática e de um programa de transformação da matriz liberal-colonial do Estado-nação latino-americano. As propostas de plurinacionalidade promovidas pelos movimentos indígenas e sua cristalização – incluída a projeção societal e estatal das autonomias – nos projetos de reforma constitucional na Bolívia, ou as das comunas e o Estado comunal – inclusive sua gestação inicial das missões como derivação da administração estatal – condensam as experiências mais avançadas nesta direção. Nestas práticas e programas, a política se conjugou como democratização das relações sociais e das formas de gestão dos assuntos coletivos, tendendo a dissolver a divisão típica entre social e político do paradigma liberal.

Por outro lado, essas práticas e programas implantados neste ciclo de lutas motivaram outro intenso debate em relação ao social, ao político, ao estatal e à emancipação. O significado das práticas coletivas ligadas à autogestão, à satisfação coletiva de determinadas necessidades sociais ou às formas de gestão coletiva dos assuntos públicos – no que se chamou de (re)territorialização da ação coletiva – substituíram e renovaram a questão da independência de classe ante a perspectiva da autonomia. Um dos centros do debate do pensamento crítico da época se tornou a contraposição entre aqueles e aquelas que, a partir dessas experiências, defendiam uma perspectiva de mudança que afastasse a disputa pelo aparelho do Estado – seja sob as referências ao contrapoder ou antipoder – e aqueles e aquelas que colocavam centralidade dessa disputa para além das mudanças provocadas pelo neoliberalismo nas formas de poder e rebelião.

Esse potencial crítico, contudo, muitas vezes tropeçou no limite de restringir o uso do conceito de autonomia ao âmbito político e estatal, acentuando a oposição entre sociedade política e sociedade civil sob a matriz liberal – até mesmo a partir de uma interpretação da autonomia sob uma chave micropolítica – e dificultando sua compreensão no terreno do enfrentamento social (entre classes) como núcleo do projeto dos grupos subalternos que estão aqui e acolá em relação ao Estado.

Estas dificuldades foram exacerbadas quando as diferentes soluções propostas para a crise de legitimidade do neoliberalismo vivida na primeira metade dos anos 2000 assumiram, embora certamente de maneiras diferentes, o fortalecimento da cisão entre o político e o social. Por um lado, o caráter corporativo e particularista do social foi reafirmado após os processos de refluxo, retrocesso ou derrota dos processos de ativação e luta dos sujeitos subalternos ocorridos em muitos dos países da região. Por outro lado, seja com a resposta repressiva que o "neoliberalismo de guerra" deu nos países e regiões em que se afirmou; seja após o reforço da regulação estatal presente no "neodesenvolvi-

mentismo" e sua tentativa de revalidar o monopólio estatal da política e da gestão pública, o Estado recuperou a sua centralidade. Finalmente, essas tensões também apareceram, embora sob outros formatos, onde ocorreu um processo de transformações mais profundas orientadas pelo socialismo comunitário ou socialismo do século XXI. Analisamos essas questões em uma contribuição anterior (Seoane, Algranati e Taddei, 2011). A verdade é que isso suscitou, para o pensamento crítico, uma consideração particular para o uso do termo "movimento social" e o significado que é dado ao nome "social", que deve evitar cair tanto na objetificação particularista quanto na politização essencialista, bem como reconhecer as tensões e dinâmicas mutáveis que perpassam as práticas e lutas dos sujeitos subalternos.

Retorno da crise e diversidade da mobilização social: repensando a relação entre classes e movimentos sociais

Por outro lado, como já apontamos, elucidar o status teórico do conceito de movimento social no campo do pensamento crítico remete, entre outras dimensões, à consideração da sua relação com a perspectiva de classe. E, a seu turno, a referida questão resulta por si só em um núcleo problemático de intenso debate, inscrito na tensão característica desse campo entre estruturalismo e/ou economicismo, de um lado, e subjetivismo de outro. Uma aproximação de classe que enfatiza o seu caráter relacional, conflitivo e articulado entre as diferentes dimensões da vida social é mais fértil no nosso entender – desde uma perspectiva emancipatória – para dar conta das particularidades e complexidades que a ação de classes e grupos subalternos apresenta. Certamente, uma das contribuições significativas da noção de classe tem sido a de ressaltar o caráter objetivo das relações de exploração e desapropriação, por uma parte, e das formas de dominação e de exercício de poder, por outra. Sua expressão ou configuração no plano subjetivo constitui o campo problemático em exame. Em certa medida, a noção de grupos subalternos cunhada por Gramsci contribuiu ao debate, abarcando tanto sua "formação objetiva" quanto a diversidade das formas sociais, políticas, culturais e filosóficas que a constitui e/ou que adere a ela (Gramsci, 2000, p. 182). Uma invenção terminológica que, como foi apontado, não resulta apenas de tentativas de evadir a censura da prisão fascista, mas também de sua resolução teórica original dos problemas históricos que analisa (Anderson, 2018; Modonesi, 2010). Nesse sentido, pode-se considerar que o termo "movimento social" evidencia as construções coletivas e contenciosas construídas por e a partir destes sujeitos subalternos. A referência é válida, desde que não

se esqueça que a própria emergência desses movimentos sociais não nega, mas, pelo contrário, questiona as matrizes das relações objetivas (no sentido social do termo) em que se constituem, e, particularmente, aquelas da exploração, expropriação e opressão. Assim, o estudo dos movimentos sociais e, especialmente, da cartografia dos conflitos que os constituem e em que também se constituem podem ser operadores epistêmicos significativos para indagar e identificar, desse ponto, a matriz social (Seoane e Taddei, 2000; Holloway, Matamoros e Tischler, 2007; Buck Morss, 2011).

A partir dessa perspectiva, entretanto, o termo "movimento social" enfrentou outra tensão, relacionada ao desenrolar das disputas sociais na Nossa América nas últimas décadas. Um aspecto que foi particularmente intensificado à luz do ciclo de conflitividade que se desenvolveu na região após a eclosão da crise econômica global em 2008 e, especialmente, a partir de 2011, quando se iniciou um período de declínio do crescimento econômico a nível regional que ocasionou em uma queda negativa do PIB em 2016. Essa desaceleração da atividade econômica colocou novamente em tensão a estrutura social e potencializou as contradições que atravessavam as diferentes dinâmicas sócio-políticas constituídas nos nossos países, marcando a emergência de novos processos de conflitividade. Nesse sentido, o intenso ciclo de protestos em 2011 no Chile – particularmente os promovidos pelo movimento estudantil e pela comunidade educadora –; as chamadas "jornadas de junho" que sacudiram o Brasil e o governo de Dilma Rousseff em 2013; e as massivas greves nacionais agrárias e populares na Colômbia entre 2013 e 2014 condensaram as principais experiências desse processo regional (Seoane, 2014). O significado desses três processos se evidencia por terem sido considerados como "o despertar dos movimentos sociais", o "deslocamento da política para as ruas" e o fim da eficácia do terror para o caso do Chile (Aguiar, 2013; Urra Rossi, 2012; Ouviña, 2012; Gaudichaud, 2014); como um verdadeiro "pico de lutas" que registrou o maior número de protestos desde 1975 na Colômbia (Dorado, 2014; Archila, García, Parra e Restrepo, 2014; CINEP, 2014); e como o retorno de um movimento de massas que havia desaparecido da cena política desde 1989, sendo até mesmo comparado com o movimento que protagonizou a campanha pelas eleições diretas (*Diretas já!*) em 1985 frente à ditadura militar no Brasil (Singer, 2013; Antunes, 2013).

Examinamos as características desse ciclo de lutas em outras contribuições (Seoane, 2018). Sobre isso, queremos destacar aqui uma questão particular que fica clara, por exemplo, na experiência brasileira a que nos referimos. Recordemos que as grandes mobilizações de 2013 foram atravessadas por inú-

meros *slogans*, manifestações e manifestantes que enfatizavam uma crítica à corrupção, ao populismo e à política e expressavam, desse modo, dinâmicas de mobilização de rua vinculadas aos interesses dos setores dominantes. No mesmo período, ocorreram na Argentina importantes mobilizações protagonizadas principalmente por setores médios, promovidas pelas grandes cadeias de meios de comunicação e através das redes sociais, que também questionavam o governo sob acusações de corrupção e manipulação da justiça e das instituições (por exemplo, o chamado 8N – de 8 de novembro de 2012 – e 18A – de 18 de abril de 2013). No caso brasileiro, o caráter conservador da ação coletiva de setores médios urbanos se prolongou, de certa forma, até o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016 e a emergência de um neofascismo periférico em torno da figura de Bolsonaro. No caso argentino, mobilizações semelhantes e até mesmo mais significativas e conflitivas tiveram lugar em 2008, quando produtores agrícolas se mobilizaram contra o aumento das retenções nas exportações agrícolas. Experiências similares ocorreram também em outros países da região.

Certamente, não é uma novidade na história latino-americana a existência de processos de ativação social, manifestação e ocupação da rua vinculados a frações ou ao conjunto do bloco dominante. Nós os conhecemos no pós-guerra diante dos regimes nacional-populares, e nos anos 1970 diante dos projetos transformadores (recordemos a experiência de Allende no Chile); e, até mesmo, sob a hegemonia neoliberal dos anos 1990, em que suas racionalidades de governo promoveram o empoderamento da sociedade civil e de suas organizações legítimas (as ONGs) para interpelar, em nome da transparência e da prestação de contas (*accountability*), os governos e os Estados (Murillo, 2008).

Como se pode concluir, o surgimento e significado dessas ações coletivas tensionam também o conceito de movimento social e questionam se elas mesmas estão abarcadas nesta conceitualização. Podem ou não essas manifestações se denominarem como movimentos sociais? E por quê? Essas perguntas têm suscitado, no pensamento crítico, diferentes respostas. Dentre elas apontou-se que, para além das semelhanças, esses processos de ativação social e ação coletiva e conflitiva de sujeitos sociais que se constituem sob o programa dos setores dominantes não possuem características iguais (em sua forma de constituição e implantação) que aquelas que expressam os grupos subalternos; que, por definição, o termo "movimento social" só pode ser utilizado em relação a esses últimos; ou, até mesmo, que isso é uma razão a mais para utilizar outro conceito ao se referir à prática dos sujeitos subalternos (Tapia, 2007; Seoane, Taddei e Algranati, 2008).

Movimentos sociais e crise civilizatória: entre a ofensiva conservadora e a pandemia

Não queremos concluir essa reflexão sem antes mencionar os ciclos de conflitividade mais recentes que atravessaram a Nossa América nos últimos anos: primeiro, diante de uma nova ofensiva neoliberal que se desdobrou na região a partir de 2015; e, também, frente ao contexto atual da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, o triunfo de uma aliança conservadora nas eleições presidenciais da Argentina no final de 2015 marcou o começo de uma série de mudanças governamentais[5] que reconfiguraram o cenário político na América do Sul e promoveram um novo período de transformações neoliberais na região. Essa nova onda neoliberal caracterizou-se por uma agenda de reformas pró-mercado no terreno da legislação trabalhista, da previdência, da educação e da saúde, nos serviços públicos e na exploração dos bens comuns da natureza, na liberalização econômica e na redução do gasto público, que por sua amplitude e homogeneidade regional foi considerada como um segundo Consenso de Washington (Seoane, 2020). Essas semelhanças com o que ocorreu na Nossa América nos anos 1990, porém, não escondem as diferenças que marcam a especificidade desta onda neoliberal e do momento atual, que assinalam um longo processo de neoliberalismo capitalista e que fazem referência ao caráter profundamente autoritário que a mesma tem, tanto no plano da restrição da matriz liberal da democracia representativa e do pluralismo político, quanto no da promoção de uma subjetivação social conservadora, xenofóbica e discriminatória, além da violentização dos laços sociais (Seoane, 2020).

O avanço dessa onda neoliberal foi marcado tanto pelas derrotas dos sujeitos subalternos quanto pela resistência à aplicação do novo pacote ortodoxo. As iniciativas das reformas trabalhistas, previdenciárias, educacionais e sanitárias suscitaram conflitos que, em alguns casos, as paralisaram ou em sua totalidade ou em seus efeitos mais nefastos. Foi o capítulo da reforma energética, contudo, que estimulou o desdobramento de uma série importante de protestos que, a partir de 2018 e em diversos países, se estenderam e se ampliaram ao ponto de questionar os governos que as impulsionaram e os desdobramentos dessas transformações a nível regional.

5 Nos referimos ao golpe parlamentar em 2016 no Brasil, que afastou a presidenta Dilma Rousseff e que se desdobrou na prisão de Lula da Silva e na eleição presidencial de Bolsonaro em 2018; à eleição e direção adotada pelo governo de Lenin Moreno no Equador em 2017; ao triunfo de Sebastián Piñera nas eleições presidenciais do Chile, também em 2017; às eleições de Ivan Duque na Colômbia em 2018; ao golpe de Estado na Bolívia que afastou o presidente Evo Morales em 2019; e à derrota da Frente Ampla nas eleições presidenciais no Uruguai em 2019.

Nesse sentido, em julho de 2018, o Haiti confrontou em massa a intenção do governo em aumentar o preço dos combustíveis por indicação do Fundo Monetário Internacional, o que culminou com a suspensão da medida impopular e com a renúncia do Primeiro Ministro[6].

Iniciou-se então um período de conflitividade muito significativo no país que se prolongou, em sucessivas ondas, até setembro de 2019, quando bloqueios de estradas e mobilizações exigiram a renúncia do presidente Jovenal Moïse. No mês seguinte, em outubro, os protestos se estenderam ao Equador e ao Chile, e em novembro à Colômbia; marcando a reaparição de um começo de ciclo de conflitividade social que retomava, em certa medida, mesmo que sob novas condições, àquele ciclo interrompido de 2011-2014. Assim, no começo de outubro de 2019, a supressão dos subsídios aos combustíveis marcou o início de uma série de protestos no Equador, que se intensificaram nos dias seguintes e que se prolongaram até meados daquele mês, quando a medida foi retirada. No caso do Chile, um aumento do transporte público em Santiago e a repressão de protestos da juventude na sexta-feira, 18 de outubro (sob o método de evasão) marcaram o início de um ciclo de conflitos que se espalhou por todo o país e que se intensificou e se expandiu socialmente nos dias seguintes, prolongando-se, com idas e vindas, até março de 2020. No caso da Colômbia, grandes manifestações estudantis – por exemplo, na chamada "Semana da Indignação" – se entrelaçaram com um ciclo mais amplo de lutas, implementado a partir da Greve Nacional iniciada em novembro devido às iniciativas de reformas tributária, da previdência e trabalhista impulsionadas pelo governo, e que se prolongaram, com descontinuidades, até janeiro de 2020[7].

6 Sem o mesmo significado dos protestos no Haiti, ocorreram conflitos em 2018 em outros países da região referentes ao aumento dos combustíveis e à reforma energética promovida pelo FMI. Em maio, por exemplo, uma grande greve nacional de caminhoneiros no Brasil – com manifestações, bloqueios de estradas e interrupção de abastecimento – frente ao aumento dos combustíveis terminou com a intervenção do Exército para a desobstrução das estradas e com o afastamento de Pedro Parente da administração da Petrobrás, a qual ele havia assumido em 2016, após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. Por outro lado, na Argentina, entre abril e maio, ocorreram diferentes mobilizações e protestos a nível nacional, inclusive com panelaços, contra o aumento das tarifas dos serviços públicos, particularmente de eletricidade e gás; meses depois, o ministro da referida área Juan José Aranguren, que havia assumido o cargo no início do mandato do presidente Maurício Macri ao final do ano de 2015, foi substituído. Ambos, Parente e Aranguren, foram gerentes da empresa Shell no passado.

7 Nesse ciclo de conflitos se destacaram, novamente, as figuras dos jovens e das mulheres. No caso chileno, por exemplo, não apenas o ciclo de conflitos começou com protestos estudantis frente ao aumento da passagem do transporte, mas também esse protagonismo jovem se estendeu à participação em manifestações e conflitos de rua e, inclusive, na formação do grupo "linha de frente", que enfrenta a repressão da polícia chilena para garantir que as manifestações possam seguir ocorrendo.

Em termos de sujeitos e movimentos, essas experiências de mobilização social tiveram muitas semelhanças com processos anteriores, relembrando – por exemplo, na experiência equatoriana – o ciclo de conflitos que se desdobrou entre 2000 e 2005. Entre essas continuidades e recorrências, destaca-se o protagonismo dos movimentos de mulheres e de jovens.

A chegada da pandemia da COVID-19 na região, entre fevereiro e março de 2020, modificou profundamente este cenário. Ela agravou significativamente a situação social, sanitária e econômica precárias que surgiram da aplicação das políticas neoliberais nos últimos anos. Ao mesmo tempo, a própria pandemia e as medidas de quarentena bloquearam os processos de construção coletiva e protestos dos sujeitos subalternos que vinham se gestando. Contudo, ainda que letárgicos, esses conflitos não desapareceram; as formas de protesto se transformaram em panelaços, "*cacerolazos*" e "*ruidazos*". E, à medida que a situação social e sanitária piorava no final de maio e em junho, as manifestações de rua, as greves e os bloqueios de estradas e rodovias reapareceram e foram crescendo, dando vida a momentos de protesto político, como na Bolívia frente ao governo de fato, no Equador contra as políticas de privatização, no Chile em demanda da reforma constitucional, e no Brasil com os gritos de "Fora Bolsonaro" (Seoane, 2020).

Nestes múltiplos níveis: na disputa, defesa e reconfiguração da reprodução social e de trabalho; na disputa, defesa e reconfiguração da democracia; na disputa, defesa e reconfiguração da vida; a prática dos sujeitos subalternos condensou o modo de construção popular frente a profundidade que a crise civilizatória adquiriu sob a pandemia e sob a última onda de barbárie do neoliberalismo. Novamente, a dimensão "social" destes movimentos adensou e tencionou, simultaneamente, o caráter defensivo da ação dos sujeitos subalternos e as práticas e programas que constituem e colocam uma transformação social profunda da vida social em uma perspectiva emancipatória.

Os debates atuais, entre o passado e o futuro

Ao longo destas páginas, propomos uma revisão dos significados, debates e tensões que surgiram e se desdobraram no campo do pensamento crítico em torno do termo "movimento social" e em relação com as características que adotaram as disputas sociais na Nossa América, desde o ciclo de resistências ao regime neoliberal iniciado em meados da década de 1990 até a atualidade. Como se pode verificar, não foi nossa intenção oferecer uma definição ou conclusão

fechada do termo, nem resolver de modo absoluto os limites ou questionamentos que o interpelam. Não apenas porque o objetivo proposto para essas linhas foi justamente o de examinar e problematizar essas questões em toda a magnitude que o espaço disponível permitia; mas, igualmente, em virtude do entendimento de que essas tensões, em certa medida, longe de pertencerem e de se resolverem no campo teórico-analítico, decorrem também das próprias práticas sociais examinadas e dos desafios particulares que o pensamento crítico levanta ao fazer seus questionamentos. Nessa perspectiva, a categoria de "movimentos sociais", em referência à prática e aos processos de constituição subjetiva e conflito dos sujeitos subalternos, permanece atravessada pelas próprias tensões e transfigurações dos mesmos e de sua inscrição societal.

No momento de concluir essas linhas, a liderança de rua demonstrada por movimentos populares (em suas diversas configurações de indígenas, camponeses, mineiros, trabalhadores, cocaleiros, mulheres, jovens) na Bolívia, que garantiu e celebrou o fim da ditadura, o triunfo eleitoral e ascensão do novo governo, e a volta de Evo Morales a seu país, assinalou, novamente, a potência de um possível reinício de ciclo de conflitividade e mobilização social dos sujeitos subalternos na Nossa América, trazendo esperanças e iluminando um caminho de mudanças que possa remover as trevas que as ondas neoliberais e a pandemia trouxeram. Na construção das respostas práticas e históricas a estas questões, certamente um significado particular será dado às formas que adota a ação coletiva e contenciosa dos sujeitos subalternos. E, como no passado, a potencialidade desse protagonismo popular desafia e desafiará também o pensamento crítico; nesse caso, reabastecendo e até mesmo atualizando os debates sobre a conceitualização do mesmo e sobre o status teórico e os efeitos de poder de sua denominação em termos de movimentos sociais. Assim, a história, que parece ter se colocado a marchar novamente, e os debates e reflexões do passado e do presente que revisamos nessas páginas terão que ser convocados e conjurados nas tramas desse futuro que está por vir.

Referências

AGUIAR, Santiago. **Informe de conflicto social**. Bloqueos y cortes. 2013. en http://www.estudiosdeltrabajo.cl/wp-content/uploads/2013/08/informe-de-conflicto-social- bloqueos-y-cortes-2012.do

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci**. Madrid: AKAL, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Los días que conmovieron a Brasil. **Revista Herramienta**, N° 53, Buenos Aires: Herramienta, 2013.

ARCHILA, Mauricio; GARCÍA, Martha Cecilia; PARRA, Leonardo y RESTREPO, Ana María. **Luchas sociales en Colombia 201**3, 2014, en http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/viewFile/10350/13142

BÉROUD, Sophie; MOURIAUX, René. Para una definición del concepto de ´movimiento social. **OSAL**, Buenos Aires: CLACSO, Nº 1, junio, 2000.

BÉROUD, Sophie; MOURIAUX, René y VAKALOULIS, Michel. **Le mouvement social en France. Essai de sociologie politique**. París: La Dispute, 1998.

BORON, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2013.

BUCK Morss, Susan. **Origen De La Dialectica Negativa**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.

CECEÑA, Ana Esther. De saberes y emancipaciones, en Ceceña, A.E. U(comp.). **De los saberes de la emancipación y la dominación**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. **Derivas de un mundo en donde caben todos los mundos**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2014**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

CINEP. **Informe Especial "Luchas sociales en Colombia 2013**. Bogotá: CINEP/ Programa por la Paz, 2014.

COURS-SALIES, Pierre y VAKALOULIS, Michel (organizadores). **Les mobilisations collectives**. Une controverse sociologique. Paris: PUF-Actuel Marx, 2003.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasilera, 2003.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Reinventar la teoría crítica y reinventar la emancipación social**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DIESSE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconmicos). Balanço das Greves em 2012, 2013. http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf

DONZELOT, Jacques. **La invención de lo social**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

DORADO, Fernando. Colombia. Balance de las luchas populares de 2013. 2014. en http://alainet.org/active/70757

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Madrid: Traficantes de Sueños, Cap. 13, 2013.

FOURIER, Charles. **El nuevo mundo industrial y societario**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1980.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Restauración conservadora y nuevas resistencias en Latinoamérica, en **revista IDEAL**, N° 2, México: Escriba Editores, 2016.

GARCÍA LINERA, Alvaro. **Las tensiones creativas de la revolución**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011.

GILLY, Adolfo y ROUX, Rhina. Capitales, tecnologías y mundos de vida. El despojo de los cuatro elementos, en Arceo, E. y Basualdo, E. (comps.) **Los condicionantes de la crisis en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoría dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Democracia, liberación y socialismo: tres alternativas en una. **Revista del Observatorio Social de América Latina Buenos Aires**, No. 8, Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la Cárcel**. México: Ed. ERA, 1999. HARVEY, David. El nuevo imperialismo. AKAL: Madrid, 2004.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder**. El significado de la revolución hoy. Buenos Aires: Ed. Herramienta, 2002.

HOLLOWAY, John; MATAMOROS, Fernando y TISCHLER, Sergio (coords.). **Negatividad y revolución. Theodor W. Adorno y la política**. Buenos Aires y México: Herramienta y BUAP, 2007.

KLEIN, Naomi. **La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos, en Lander, E. (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires: UNESCO- CLACSO, 2000.

LEHER, Roberto. **Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda, 2013**. en http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543 :submanchete270613&catid=63:brasil-nas-ruas&Itemid=200

LEHER, Roberto et al. Brasil: agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. en **Revista OSAL**, Año XIV, Nº 33, mayo, Buenos Aires: CLACSO, 2013.

LÖWY, Michael. Marxismo y religión ¿opio del pueblo?", en AA.VV. **La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MARIÁTEGUI, Juan Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

MARX, Carlos. **Miseria de la Filosofía. Respuesta a la Filosofía de la miseria de P.-J. Proudhon**. México: Siglo XXI, 1987.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colegio de México: México, 1999.

MODONESI, Massimo. **Subalternidad, antagonismo, autonomía. Marxismo y subjetivación política**. Buenos Aires: Prometeo y CLACSO, 2010.

MOURIAUX, René y BÉROUD, Sophie. Para una definición del concepto de 'movimiento social'", en **OSAL**. Buenos Aires: CLACSO, Nº 1, Junio, 2000.

MURILLO, Susana. El nuevo pacto social, la criminalización de los movimientos sociales y la ideología de la seguridade. en **OSAL**, Nº 14, setiembre, Buenos Aires: CLACSO, 2004.

MURILLO, Susana. **Colonizar el dolor**. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MURILLO, Susana y SEOANE, José. **Posmodernidad y neoliberalismo**. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

O'CONNOR, James. **Causas naturales**. Ensayos de marxismo ecológico. Siglo XXI: México, 2001.

OFFE, Claus. Los nuevos movimientos sociales cuestionan los límites de la política institucional. en **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Ed. Sistema, 1988.

OUVIÑA, Hernán. Somos la generación que perdió el miedo. **OSAL**, Año XIII, N° 31, Buenos Aires: CLACSO, 2012.

PETRAS, James. **La izquierda contraataca**. Conflicto de clases en América Latina en la era del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", en Lander, E. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: UNESCO-CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?", en **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Vol 10, N° 1, mayo, 2004.

SEGATO, Rita. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SEOANE, José. Pasado y presente de Nuestra América bajo el coronashock. Neoliberalismo y sujetos subalternos", en Murillo, S. y Seoane, J. (comp.). **La potencia de la vida frente a la gestión de muerte. Racionalidades neoliberales y resistencias en Nuestra América**. Buenos Aires: Ed. Batalla de ideas. en prensa, 2020.

SEOANE, José. Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra América"; en Seoane, J.; Taddei, E. y Algranati, C. **Movimientos sociales e internacionalismo en Nuestra América**: del ciclo de conflictividad y cambios sociopolíticos a la ofensiva neoliberal actual. Buenos Aires: Luxemburg, 2018.

SEOANE, José. **Las (re)configuraciones neoliberales de la cuestión ambiental. Una arqueología de los documentos de Naciones Unidas sobre el ambiente 1972-2012**. Buenos Aires: Ed. Luxemburg – IEALC, 2017. Disponible en http://gealyc.blogspot.com.ar/

SEOANE, José y ALGRANATI, Clara. La ofensiva extractivista en América Latina. Crisis global y alternativas", en **Revista Herramienta**, N° 50, julio, Buenos Aires: Herramienta, 2012.

SEOANE, José y TADDEI, Emilio. La conflictividad social en América Latina, en **revista OSAL**, N° 2, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SEOANE, José, TADDEI, Emilio y ALGRANATI, Clara. **Extractivismo, despojo y crisis climática**. Buenos Aires: Herramienta, 2013.

SEOANE, José; ALGRANATI, Clara y TADDEI, Emilio. Tras una década de luchas. Realidades y desafíos de los proyectos de cambio en Nuestra América, en **Revista Herramienta**, N° 46, Buenos Aires: Herramienta, 2011.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio y ALGRANATI, Clara. Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina" en Boron, A. y Lechini, G. (comps.) **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico**. Lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio y ALGRANATI, Clara. El concepto 'movimiento social' a la luz de los debates y la experiencia latinoamericana recientes. en Proyecto "**Los conceptos elementales de nuestro tiempo**", González Casanova, Pablo (coord.); México, UNAM, 2008.

SINGER, André. A energia social não voltará atrás, 2013. http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/andre-singer-energia-social-nao- voltara-atras.html

SVAMPA, Maristella. **Cambio de época. Movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. México: Alianza, 2004.

TILLY, Charles. **Social movements 1650-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VAKALOULIS, Michel. Les mouvements sociaux a l'épreuve du politique" en Cours-Salies, Pierre y Vakaloulis, Michel (organizadores) **Les mobilisations collectives**. Une controverse sociologique. Paris: PUF-Actuel Marx, 2003.

ZIBECHI, Raúl. Debajo y detrás de las grandes movilizaciones. **Revista OSAL**, Año XIV, Nº 34, Buenos Aires: CLACSO, 2013.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. **OSAL**, Buenos Aires: CLACSO, No. 9, enero, 2003.

OS POVOS EM MOVIMENTO COMO SUJEITOS ANTICOLONIAIS[1]

Raúl Zibechi

O ponto de vista que pretendo colocar em discussão é o de como os povos em movimento têm-se convertido em sujeitos da descolonização, na medida em que desarticulam as relações hierárquicas, logocêntricas, patriarcais e coloniais que sustentam o regime de acumulação e dominação capitalista. Entre os adversários que devem superar se encontram as instituições estatais, a academia no plural, e as forças repressivas que as reforçam, de modo que somente o conflito com elas é capaz de revelar seu caráter opressivo, colocando a primeira pedra no caminho da descolonização material e epistêmica.

Um dos obstáculos a serem superados neste processo anticolonial é o próprio conceito de movimento social, além do de movimento antissistêmico, uma vez que considero que foram criados em um determinado contexto (Estados Unidos e Europa) para refletirem sobre ações coletivas e interações com o Estado nessas respectivas regiões. Mas de modo algum podem ser generalizados no intuito de compreender os movimentos de outros povos em outras partes do mundo, em particular aqueles que se estabelecem em territórios dissidentes e resistentes, os que sustentam autoridades próprias, constroem poderes não-estatais e toda uma rede de relações sociais não-mercantis para educar, sanar e resolver conflitos (Zibechi, 2014).

Durante um período utilizei a noção de "sociedades em movimento" para destacar que o que se coloca em movimento na ação coletiva territorializada são relações sociais heterogêneas em relação às hegemônicas, inerentes em geral a povos originários e negros, camponeses e setores populares urbanos que habitam nas periferias das grandes cidades. Nos últimos anos, no calor das revoluções Zapatista e Curda, mas também de processos de autodeterminação em várias geografias latino-americanas, tenho optado por utilizar "povos em movimento" no entendimento de que esses são sujeitos

1 Tradução do original: Júlio Ernesto Souza de Oliveira.

coletivos que formam povos diferentes e que são reconhecíveis por essas diferenças (Zibechi, 2018).

Um segundo obstáculo é a limitação espaço-temporal das ideias e das análises emancipatórias. O sociólogo egípcio Anouar Abdel-Malek formula uma crítica particular ao universalismo, nos recordando que o termo "descolonização" é exclusivo dos "ocidental- centristas", pois toma como eixe de análise a penetração ocidental na Ásia e na África; ou seja, "um processo de civilização" que é confrontado pelo ressurgimento do Oriente, impulsionado pelos processos de libertação nacional ou de revoluções nacionais (Abel-Malek, 1975, p. 18).

Ele não se conformou com a denúncia e indagou sobre os caminhos para superar o colonialismo e o imperialismo. A fim de afastar-se da abstração universalista, dedicou-se ao estudo da "especificidade histórica" das nações oprimidas, tarefa que o leva a dividir o mundo entre dois civilização ou "círculos exteriores" (a China e a Indoária) e múltiplas áreas culturais ou "círculos intermediários". Porque considera que "não há universal sem comparações", dedica-se portanto à dialética do específico que o permite aprofundar-se nas diferenças e particularidades que compõem o universal (Abel-Malek, 1975, p. 197).

Nessa direção, assinala os limites do marxismo como "concepção sociológica geral", uma vez que "os resultados da aplicação dessa chave a sociedades industriais avançadas não poderá fornecer contribuições duradouras às civilizações não-ocidentais no momento de seu renascimento" (Abel-Malek, 1975, p. 200). Escreve durante os anos da resistência vitoriosa do Vietnã à invasão dos Estados Unidos e da revolução cultural chinesa, que mostrava distâncias do socialismo soviético. No entanto, caso o marxismo se aplicasse, defende, "a partir do princípio da especificidade histórica", seria este um instrumento de enorme validade para a compreensão das civilizações não-ocidentais.

Inspirado em sua proposta de análise da especificidade histórica, pretendo trazer ao debate dos desenvolvimentos concretos que, ao meu modo de ver, instruem acerca de processos de descolonização em curso; na convicção de que os sujeitos anticoloniais são os únicos capazes de descolonizar as relações sociais, quando desatam conflitos coletivos. A primeira situação ensina como os trabalhos coletivos (*minga*, *tequio* ou *guelaguetza*) não têm espaço na economia política clássica, que deve ser reconstruída para deslocar o conceito individual de trabalho assalariado. A segunda nos leva ao pensamento do dirigente curdo Abdullah Öcalan, que está desmontando as peças centrais do pensamento emancipador ocidental (com ênfase maior na luta das mulheres) a partir da experiência concreto dos povos do Oriente Médio.

Os trabalhos coletivos descolonizam o pensamento crítico

As categorias e conceitos que lançam mão da economia política em geral, e a crítica marxista em particular, se assentam no indivíduo, na relação entre o trabalhador e o capitalista como sujeitos individuais. Ainda que ambos pertençam a uma classe social, as relações que estabelecem são de caráter pessoal, como os exemplos apresentados por Marx, quando analisa os vínculos entre uns e outros. Todo o edifício da economia política constrói-se sobre os indivíduos. Quando Marx examina a produção material, define-a como: "Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida" (Marx, 2008a, p. 237). A classe trabalhadora é, portanto, uma soma de indivíduos com interesses comuns. A categoria de trabalho assalariado refere-se a "um" trabalhador concreto que recebe um salário por "seu" trabalho. Do mesmo modo, a força de trabalho enquanto mercadoria individualiza-se ao ponto que dois trabalhadores em ramos ou em ofícios diferentes recebem remunerações distintas. Cada trabalhador é proprietário de sua força de trabalho e recorre ao mercado para vendê-la, como possuidor individual, a um comprador também individual.

A propriedade privada e a circulação monetária são para Marx, bem como para seus seguidores, um traço de progresso, de superação da sociedade primitiva. A utilização do dinheiro, por exemplo, define uma sociedade que além de desenvolvida é madura, uma vez que considera que as sociedades onde não existe dinheiro são "historicamente imaturas", ainda que tenham alcançado um importante grau de desenvolvimento, como as sociedades pré- colombianas (*idem*, p. 261).

No mesmo trabalho, "Introdução geral à crítica da economia política", Marx estabelece que "[...] a sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada" (*idem*, p. 264), e completa que através dela é possível compreender "[...] a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada" (*idem*, p. 264). Em suma, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga, do mesmo modo que "[...] a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco" (*idem*, p. 264). Neste sentido, o progresso é a superação de estados inferiores em direção a estados superiores de desenvolvimento.

A análise marxista centrada na sociedade burguesa desenvolvida tem mostrado sua validade para a compreensão das relações sociais capitalistas do centro do sistema mundo que, efetivamente, "evoluíram" a partir das formas mais simples

às mais complexas, em sociedades caracterizadas por elevados níveis de homogeneidade. Mas de modo algum as categorias cunhadas para essas realidades podem dar conta do que se sucede em mundos diferentes, onde as relações sociais se fundam em outro tipo de vínculos que, na terminologia marxista, seriam resquícios do passado. Para compreender os limites da análise de Marx sobre o capital, vou mostrar que o movimento zapatista tem desenvolvido uma outra economia política, como assinala o subcomandante insurgente Moisés em sua intervenção no encontro "O pensamento crítico frente à hidra capitalista" (Moisés, 2015).

Em sua análise sobre "a economia a partir das comunidades", revisita o caminho que tem-se transitado desde 1983 até a atualidade. Nos primeiros anos, antes de que se formasse o EZLN, os fazendeiros possuíam as melhores terras com milhares de cabeças de gado, graças às guardas brancas ou pistoleiros armados, com cujo apoio empurraram os camponeses até as montanhas. O primeiro passo foi recuperar os meios de produção, as terras, e logo tiveram que decidir como as trabalhariam. A decisão foi de fazê-lo por meio do trabalho coletivo.

Toda a reflexão econômica de Moisés (em duas intervenções brilhantes intituladas "economia política I e II") gira em torno do trabalho coletivo, sobre o qual repousa toda a vida das comunidades zapatistas. Mas nem todo trabalho produtivo é coletivo: as assembleias acordam que uns dias são para o coletivo e outros dias "para nós", isto é, para a parcela familiar.

Entre os povos originários, o trabalho coletivo é local, registrando-se nas comunidades e em algumas ocasiões entre várias comunidades que colaboram de maneira muito pontual para alguma tarefa que as afeta comumente. Mas os zapatistas multiplicaram-no em todos os níveis de sua autonomia:

> E o trabalho coletivo que é feito em nível de povoado, ou seja, em nível local, comunitário; é feito em nível regional, é o que lhe chamamos, região é onde 40, 50 ou 60 povoados já estão agrupados, é o que chamamos de região; e então o trabalho coletivo é feito em nível municipal, quando dizemos nível municipal às vezes dizemos 3, ou 4 ou 5 regiões, e esse é o município autônomo rebelde zapatista. E quando dizemos trabalho coletivo em nível de zona, isso significa todos os municípios que existem, como o que é chamado de zona de Realidad, de Morelia ou de Garrucha, as cinco zonas (Moisés, 2015, p. 84).

Segundo essa descrição, o trabalho coletivo existe em toda a "sociedade" zapatista, sendo o aspecto básico de sua cotidianidade. Foi o que lhes permitiu construir centenas de escolinhas e postos de saúde, a manter a produção, as cooperativas e demais empreendimentos coletivos, assim como construir clínicas, hospitais e escolas secundárias, centros de transformação da produção

primária e toda a estrutura material das centenas de milhares de zapatistas que vivem em mais de mil comunidades e se relacionam em mais de 40 espaços coletivos de autogoverno.

Mas Moisés acrescenta algo central: "O trabalho coletivo é somente na terra mãe" (p. 85). Nos diz que o *tequio*/*minga*/trabalho coletivo não ocorre somente na produção, mas em todos os aspectos da vida, material e não-material. A construção do autogoverno se funda no trabalho coletivo: da saúde e a educação à Justiça, poder e Juntas de Bom Governo. Mas de que modo isso ocorre?

As pessoas encarregadas da saúde, osseiras[2], parteiras e plantas medicinais, às quais denominam "promotoras", são eleitas na assembleia da comunidade, não por causa de suas capacidades, mas porque lhes é necessário trabalhar, apoiar sua comunidade nessas tarefas. Não recebem remuneração, mas através do trabalho coletivo a comunidade lhes assegura a sobrevivência, cultivando o milharal, apoiando-lhes com alimentos e atendendo as suas necessidades. Ocorre o mesmo com as pessoas que promovem a educação e todas as tarefas necessárias para a reprodução da vida. Por isso Moisés disse que "o salário" é o cultivo comunitário do milharal, do campo de grãos, do cafezal ou do pasto. A assembleia é também um trabalho coletivo que toma as decisões e sustenta aqueles que elegeu mediante trabalhos coletivos. Do mesmo modo a comunidade sustenta os seus representantes.

Uma das grandes criações do zapatismo consiste em ter estendido os trabalhos coletivos a todos os níveis nos quais se exercem a autonomia: local ou comunitário, municipal, regional ou em zona. Os zapatistas que integram municípios e Juntas de Bom Governo também exercem trabalhos coletivos, para se reunirem, tomar decisões e se sustentar materialmente. Não se trata de que um nível da autonomia sustente o nível superior. Em suma, os trabalhos coletivos substituem o dinheiro, e essa é uma questão que vai profundamente à contramão do capitalismo, sem que haja, todavia, uma economia política que reflita sobre essa realidade.

"A piada é que ninguém fique sem trabalhar coletivamente" (Moisés, 2015, p. 101). Os trabalhos coletivos não são decididos por um comando central, uma instituição centralizada, o que equivaleria a reproduzir um sistema estatal. São os povoados, as regiões, os municípios autônomos e as zonas que devem pôr-se de acordo para decidir como os trabalhos serão implementados e como será realizada a repartição, porque há famílias que têm poucos filhos e outras que têm muitos; devem discutir quanto tempo de trabalho é dedicado para a família e quanto para o coletivo, e assim com todos os problemas que surgem.

2 No original, "hueseras".

Como assinala Gladys Tzul a respeito dos povos originários em Guatemala, o serviço comunitário não é remunerado porque "é o trabalho obrigatório que todos temos que fazer para o sustento da vida em comum" (Tzul, 2015, p. 132). Essa obrigatoriedade vale também para as assembleias sobre as quais repousa o governo comunal indígena, "onde o *k´ax k´ol* (trabalho coletivo) é o piso fundamental onde descansa e se produzem esses sistemas de governo comunal e onde se joga a participação plena de todos e todas" (idem, p. 133).

Neste ponto, destaca-se que a assembleia comunal é bem diferente da assembleia dos trabalhadores urbanos ou dos vizinhos de um bairro ou colônia. É obrigatória, pois se trata de outro trabalho coletivo. As autoridades comunais são portadoras das decisões das assembleias, a um ponto em que "não há dissociação entre autoridade comunal e assembleia comunal" (Tzul, 2016, p. 29).

O sistema Zapatista é descentralizado. Em cada região e povoado/comunidade decidem como fazer com o dinheiro da venda da colheita coletiva, se depositam-no no banco comunitário ou se o investem em alguma necessidade do movimento. A vida e os valores comunitários, a partir dos quais o Zapatismo se inspira, se assentam em uma ampla descentralização que permite a expressão das especificidades de cada geografia e de cada povo[3].

Os trabalhos coletivos de que estamos falando é o que nos tem ajudado muito, e de duas maneiras, uma vez que o mês é dividido, 10 dias para o trabalho coletivo e 20 dias para o trabalho familiar. Cada qual se coloca de acordo. Outros dizem não, 5 dias para o trabalho coletivo e 25 dias para o familiar. Assim, todos se colocam de acordo, seja povo, comunidade, seja região, municípios autônomos ou zona. Esses são quatro níveis de funcionamento dos trabalhos coletivos, isto é, são quatro níveis de assembleias, assim podemos dizer, de como se põem de acordo (Moisés, 2015, p. 107).

Uma economia descentralizada, controlada por assembleias e trabalhos coletivos, reproduz uma sociedade outra, na qual conceitos como propriedade, trabalho assalariado e trabalho abstrato, mais-valia e acumulação, por exemplo, não aparecem. Desenvolver a análise de uma economia política centrada nos trabalhos coletivos é um desafio para o pensamento crítico contemporâneo, que supõe descolonizar as categorias assentadas no indivíduo explorado, no trabalhador assalariado, colocando em seu lugar um tipo de trabalho que não tem referências nas análises prévias de qualquer corrente de pensamento. Este desafio incube não somente à economia, mas a todas as disciplinas, já que todas tomam como ponto de partida o indivíduo ou o cidadão.

3 No EZLN convergem-se ao menos cinco povos originários, além de mestiços, que vivem em regiões de montanha, de selva e em zonas intermediárias.

As bases de apoio Zapatistas não possuem propriedade privada da terra, nem de nenhum meio de produção. Somente administram as terras recuperadas pela luta coletiva, bem como gestam todas as criações materiais (escolas, clínicas, cooperativas etc.) fruto dos trabalhos coletivos. Não produzem valores de troca (vendem somente uma parte da produção no mercado), mas reabsorvem o dinheiro arrecadado como valor de uso, assim como tudo o que produzem. Por isso as trocas com dinheiro são mínimas, já que o valor de uso é a norma. Portanto, não existe o trabalho abstrato, somente o trabalho concreto; tampouco a exploração ou a extração de mais-valia. Entre os Zapatistas não há capital e os trabalhos coletivos não valorizam nenhum capital, configurando-se assim como uma não-acumulação de não-capital.

De maneira que os novos mundos – o Zapatismo é apenas uma parte deles, ainda que a mais desenvolvida e extensa – merecem uma economia política de novo tipo, que não pode mais se referenciar na antiga, como sucedeu-se nos países socialistas. As reflexões que o "socialismo real" produziram eram simétricas às da economia política da sociedade burguesa: conceitualizava-se, por exemplo, o modo socialista de produção, a "lei da acumulação primitiva socialista", ao ponto que se comparavam "os primórdios do socialismo com os primeiros passos do modo de produção capitalista" (Preobrazhensky, 1971, p. 93).

Tem sido a organização das bases de apoio, a recuperação dos meios de produção através da luta coletiva e a extensão dos trabalhos coletivos a todas as tarefas, o que permite superar ou descolonizar as categorias analíticas elaboradas por Marx em sua crítica da economia política.

Descolonizando o feminismo desde Curdistão

A longa luta do povo curdo está provocando várias mudanças em sua própria visão de mundo, em suas práticas e em suas prioridades. Eu me detenho em dois aspectos que considero importantes como legado anticolonial ao pensamento crítico: a formulação de uma "ciência das mulheres" ou Jineolijî, que mostra o papel proeminente das mulheres no movimento curdo como um todo; e o árduo trabalho teórico de Abdullah Öcalan para criticar e desprender-se da herança teórico-política do marxismo-leninismo e abrir-se a novos pensamentos. Em ambos os casos, tem sido a resistência contra o colonialismo/imperialismo, o patriarcado e o capitalismo que os fez ver a necessidade de superar a herança que o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)[4] havia abraçado

4 *Partiya Karkerên Kurdistan* (PKK).

em seu período de fundação na década de 1970. Quero enfatizar que não se trata apenas de desenvolvimentos teóricos, nem que a emancipação das mulheres curdas se deva ao papel de Öcalan (como uma suposta caudilha infalível), como sugerem alguns comentários maliciosos no Ocidente, mas que tudo isso se deve à participação direta de um povo na luta pela sua sobrevivência.

O novo papel das mulheres começou com sua participação na resistência, ao ingressar na luta nas montanhas, já que essa experiência "as distanciou dos papéis e valores conservadores, e experimentaram novas formas de entender a vida a nível individual e coletivo" (AAVV, 2015, p. 51). Em 1987 funda-se a primeira organização de mulheres, a União de Mulheres Patriotas do Curdistão (YJWK)[5], em Hanôver (Alemanha). Adotam o feminismo ocidental, não limitando-se a ele, mas o fundamentam nas tradições curdas e do Oriente Médio. No entanto, o momento decisivo para o movimento curdo, o PKK e o feminismo, foi a criação do exército de mulheres em 1993, pois "gerou um espaço no qual as mulheres que queriam sair da espiral da modernidade capitalista e do patriarcado podiam se expressar por si mesmas" (COMITÊ DE JINELOJÎ, 2017, p. 26).

As próprias mulheres curdas destacam que a participação nesse exército "criou experiências muito fortes", na medida em que tiveram uma luta dupla, para fora e para dentro:

> Enquanto as mulheres curdas lutaram por sua existência contra o Estado-nação, também lutaram contra os homens por sua existência na linha de frente da guerrilha. O conflito mental dentro da guerrilha mostrou que a aliança entre o patriarcado, o capitalismo e o Estado têm-se infiltrado por todas as rachaduras sociais; portanto, não basta resolver o sistema através da perspectiva da luta de classes e dos movimentos de libertação nacional (*idem*, 2017, p. 27).

Sem essa notável experiência, única no mundo pelo que eu conheço, não haveriam dado os passos seguintes que as levaram à conformação de uma rede completa de estruturas organizativas autônomas, tanto na guerrilha como na sociedade e no novo poder que estabeleceram em Rojava, norte da Síria, desde 2012. Durante o primeiro congresso das mulheres do Curdistão, em 8 de março de 1995, criou-se a União pela Libertação das Mulheres (YAJK)[6], que desempenhou um destacado papel na organização e politização das mulheres. Quatro anos depois se cria o Partido das Mulheres Trabalhadoras

5 *Yekitiya Jinen Welatparezen Kurdistan* (YJWK).

6 *Yeketiya Azadiya Jinên Kurdistan* (YAJK).

do Curdistão (PJKK)[7], primeiro partido de mulheres como consequência do avanço da auto-organização.

O processo das mulheres se aprofunda com seu enraizamento nas comunidades e sua extensão a mais setores da sociedade curda. Em 2005 se forma o Alto Conselho de Mulheres (KJB)[8] que em 2014 se transforma em Comunidades de Mulheres do Curdistão (KJK, onde o primeiro K é *kom*, ou comunidade nas tradições curdas)[9]. Não se trata de uma organização feminista ao estilo ocidental, mas "um sistema que reúne as perspectivas e respostas das lutas das mulheres nas quatro partes do Curdistão", que busca que elas rompam o sistema patriarcal, "empoderando-se a si mesmas para obter uma identidade livre em todas as condições sociais" (*idem*, 2017, p. 32).

Ainda que Jineolojî se inspire no feminismo, o supera ao se enraizar nas culturas locais, não para reproduzi-las mecanicamente, mas para enriquecer seu trabalho emancipatório com uma perspectiva antissistema, sendo capazes de unir em um mesmo processo de libertação a luta anticolonial e antipatriarcal. "Quando as feministas examinam o Oriente desde o Ocidente, muitas vezes caem na debilidade de não incorporar as teorias surgidas na literatura oriental" (*idem*, p. 36). Devemos aceitar que a experiência das mulheres curdas na diáspora europeia teve duas consequências, sempre contraditórias: as conectou com o feminismo e, por sua vez, as levou a recusar as ideias eurocêntricas para poder aprofundar os vínculos com as mulheres de seu povo.

As mulheres curdas do PKK abordam ambos os aspectos. Recusam a tentação do feminismo ocidental de se separar da sociedade, o que levou a maioria dessas correntes a serem integradas no capitalismo, na medida em que o sistema aceitou parte das demandas do movimento com o objetivo de cooptá-lo, criando ilhas de "liberdade", incluindo liberdade sexual:

> A sexualidade inicialmente analisada nos discursos feministas como um problema de escravidão e dominação da sociedade, passou a ser discutida como uma questão de liberdade liberal. A "liberdade sexual" tem sido conduzida como uma questão individualista. Devido a isto, não tem sido possível desenvolver uma cultura de sexualidade livre que seja realmente livre de dominação e escravidão (*idem*, 2017, p. 39).

A crítica das mulheres curdas inspirada em Jineolojî busca transformar o conjunto da sociedade, incluindo a dos rapazes. Assegura que o feminismo ocidental está reproduzindo as políticas sexuais em vez de transformá-las,

7 *Partiya Jinên Karkerên Kurdistan* (PJKK).
8 *Koma Jinên Bilind* (KJB).
9 *Komalên Jinên Kurdistan* (KJK).

que a formação de espaços separados para as mulheres deixa de lado a transformação dos homens, e conclui que o feminismo "criou-se como um movimento que, sobretudo, só resiste e recusa" (*idem*, p. 40). Em suma, nos dizem que não se pode haver emancipação das mulheres se não há emancipação do conjunto da sociedade, o que as conduz a uma radical posição antissistema que é por sua vez "antimilitarista, antipoder, antissexista, antirracista e antifascista" (*idem*, p. 37).

O trabalho de politização e difusão de Jineolojî na sociedade curda permitiu que se chegasse ao sistema de co-presidências nas organizações políticas que redundou na representação igualitária que tem permeado todos os setores. Uma vez mais, a experiência na guerrilha foi a raiz de todas as mudanças. "A organização autônoma das mulheres guerrilheiras nas montanhas do Curdistão tem criado um modelo comunal de vida para as mulheres, não só nas montanhas, mas também na sociedade" (*idem*, p. 38). Nesse sentido, assinalam, separar-se da sociedade para sentir-se livre não é a mesma coisa que viver em liberdade em uma sociedade transformada.

Em Rojava tem-se experimentado um avanço notável na raiz da formação das Unidades de Defesa de Mulheres (YPJ) em 2012, na base das organizações que já existiam. Para muitas jovens mulheres, a participação nas brigadas armadas foi uma forma de escapar dos ambientes tradicionais opressivos e de viver espaços de liberdade pessoal e coletiva. Sem dúvida, sua exitosa participação nos combates contra o Estado Islâmico gerou-lhes o respeito de suas comunidades. Não obstante, "creem que chegará o dia em que uma organização como as YPJ já não será necessária, posto que poderão estar integradas dentro das YPG (mistas) sem que isto suponha uma renuncia de suas demandas" (AAVV, 2015, p. 153).

A paridade de gênero em todas as estruturas e organizações (processo no qual o EZLN também está envolvido) tem levado a que se organize uma dualidade no sistema de Conselhos Populares com a criação dos Conselhos de Mulheres, que supõe uma rede de comunas coordenadas através de conselhos próprios, aspirando-se pela participação de todas as que vivem em cada território, bairro ou povoado. Elas têm a capacidade de resolver conflitos que dizem respeito às mulheres (como a violência doméstica) com seus próprios critérios e possam vetar decisões dos Conselhos Populares. Que tipo de poder estão construindo, tornaria motivo de análise no futuro imediato, já que seria um insumo importante para os povos em movimento em todo o mundo.

O movimento de mulheres curdas expressado em Jineolojî proporcionou uma base material para o trabalho teórico de Öcalan consagrado em um texto

notável, "Matar o macho". Ainda que o livro original não tenha sido traduzido, pode-se acessar uma síntese do texto no trabalho supracitado de Jineolojî. "Matar o macho é praticamente o princípio básico do Socialismo. Deste modo, mata-se o poder, o governo parcial, a desigualdade e a intolerância", escreve Öcalan (COMITÊ de JINELOJÎ, 2017, p. 66). E agrega: "A militância do PKK está ligada à ideia de matar o macho". A proposta de "matar o macho" vai na direção de envolver toda a sociedade na libertação das mulheres, visto que o sujeito coletivo dessa "morte" é todos, na medida em que se busca "a emancipação das mulheres e da sociedade como um todo" (*idem*, p. 43).

Não existe nenhum movimento revolucionário no mundo que tenha alcançado um grau semelhante de desenvolvimento na libertação feminina. Um movimento que compreendeu o enorme poder libertador que a luta das mulheres contém, e o formula de modo sensível ao afirmar que "o âmbito das relações de gênero é o âmbito onde, em um futuro, se levará a cabo a maioria das ações de libertação e desenvolvimento revolucionário" (*idem*, p. 66). Estão falando de mudanças profundas nas relações entre homens e mulheres, que sempre foi o objetivo do feminismo.

O papel de Abdullah Öcalan é fundamental neste processo pois está produzindo uma completa reelaboração do pensamento crítico herdado de Marx. Em sua vasta reconstrução da história, nos brinda com uma visão do mundo centrada no Oriente Médio, o lugar onde o povo curdo protagoniza sua revolução. Este aspecto me parece central. Uma história que parte dos povos que habitaram na Mesopotâmia, não pode deixar de enriquecer a história de todos os povos, já que suas particularidades somam-se ao universal, como já nos alertou meio século atrás Aimé Césaire, que se negava tanto a perder-se por "segregação amuralhada no particular", como a dissolver-se "no universal". Sua opção era por "um universal depositário de todo o particular", como finaliza em sua carta a Maurice Thorez em 1956 (Césaire, 2006, p. 84).

O pensamento de Öcalan é tributário do movimento de mulheres, mas também da queda do socialismo soviético e do impulso descolonizador do movimento curdo. Entre suas contribuições mais notáveis deve se destacar a crítica ao economicismo presente no marxismo e em todas as tendências do pensamento crítico. Ao contrário daqueles que creem que o nascimento do capitalismo é o resultado "natural" do desenvolvimento econômico, Öcalan delineia uma concepção que o pensa como resultado do crescimento do poder militar e político, que ele considera "o elo moderno da tradição de usurpação de valores, correspondente à mulher- mãe pelo macho-forte e o grupo de bandidos e ladrões que o acompanham" (Öcalan, 2017, p. 83).

Em sua visão da história, inspirada no historiador Fernand Braudel, considera que a violência foi e é a força motriz da acumulação de capital, e que nas guerras coloniais onde se realizou a acumulação originária, não houve regras econômicas. "A economia política é a teoria mais falsificadora e depredadora do intelecto ficcional, criada para encobrir o caráter especulativo do capitalismo" (Öcalan, 2017, p. 96). Conclui que "o capitalismo é poder, não economia", que se assenta na concentração de força, armada ou não, capaz de confiscar os excedentes que a sociedade produz.

Estou convencido que o papel central que Öcalan outorga ao poder político-militar no nascimento do capitalismo, relaciona-se com a experiência do movimento de mulheres curdas. Algo similar pode se dizer a respeito de sua análise sobre o Estado-nação, que ele considera como a forma de poder própria da civilização capitalista. Em sintonia com os movimentos de mulheres do mundo, que têm mudado a sociedade sem acessar ao poder estatal, desenvolve uma profunda vocação antiestatista que o leva a recusar, entre outros, o conceito de hegemonia como instrumento analítico e como horizonte para mudar o mundo. "A hegemonia significa poder e o poder não pode se materializar sem o domínio, que por sua vez não existe sem o uso da força" (Öcalan, 2017, p. 386).

De fato, há uma conexão em seu pensamento entre o papel que outorgado à mulher-mãe e aquele concedido à comunidade e, portanto, à centralidade dos valores de uso. "A economia, ao contrário do sistema capitalista, serve para cobrir as necessidades básicas da sociedade e por isso durante muitíssimo tempo esteve restringida ao valor de uso, tão vinculado à ordem comunal" (Öcalan, 2017, p. 460). Do mesmo modo, contrapõe a produção para obter benefício e acumulação de poder com a "economia do presente", ou o dom (de doar), como a denominamos na América Latina.

Sustenta que chegou-se ao momento de destruição da "sociedade prévia" à civilizada, uma sociedade que em sua opinião é sinônimo da mulher-mãe, como consequência da conversão do macho em caçador, cuja força física representou "uma ameaça para a ordem matriarcal", que se desemboca na forma do Estado quando os excedentes agrícolas o permitem (Öcalan, 2016, p. 225). Aquela sociedade ancorada na centralidade da mulher-mãe foi destruída pelo "início da mercantilização e do comércio, o qual penetrando pelas veias das colônias, acelera a dissolução da sociedade ao se estender às mercadorias, o calor de mudança e ao se generalizar em propriedade" (*idem*).

Ao meu modo de ver, a importância que o líder curdo outorga ao valor de uso e à comunidade na história, dialogam com o que vem se sucedendo com os povos em movimento, em particular nos territórios Zapatistas de Chiapas e

Nasa do Cauca colombiano. Poderíamos mencionar a centralidade do escambo na Minga [Indígena] Hacia Adentro, com a qual o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC) resiste durante a pandemia.

O povo Kokonuko, que faz parte do CRIC, realizou mais de sessenta feiras de intercâmbio de produtos agropecuários através do escambo, em diversas reservas indígenas. Em cada feira participam centenas de pessoas, em sua maioria jovens, que ao não utilizarem dinheiro, defendem uma "economia limpa na qual o escambo seja uma política contra o neoliberalismo e contra qualquer moeda" (Zibechi, 2020). Os Nasa consideram o escambo uma alternativa política ao capitalismo centrado nos valores de uso. Trocam produtos de diferentes climas, de terras frias e quentes, mas não trocam equivalências (um quilo por um quilo), pois baseiam-se nas necessidades de cada família. Chamam esse sistema de "economia própria", que é o modo como denominam o sistema econômico não-capitalista, ancorado nos valores de uso que funciona nos territórios dos povos originários do Cauca.

É a maneira de recuperar o lugar da mulher-mãe, voltando ao conceito de Öcalan, embora seja um papel que vai além do sexo das pessoas e que pode ser desempenhado por um homem ou por uma mulher. Para Öcalan, o capitalismo não é consequência de um "desenvolvimento" quase natural da economia, impulsionado pela evolução tecnológica, como sustentou Marx ("O moinho movido a braços nos dá a sociedade dos senhores feudais; o moinho movido a vapor, a sociedade dos capitalistas industriais", escreveu em Miséria da Filosofia), mas de uma tradição militar, política e cultural para "usurpar os valores sociais" (Öcalan, 2017, p. 83).

Leva ao centro, em vez das tecnologias, os "quarenta ladrões". Com esse movimento, tudo muda, a história e a realidade atual cobram outras formas, saindo da opacidade em que a economia política tinha sido enclausurada. Mas esses ladrões não roubam somente coisas materiais para se enriquecer. Usurpam o que denomina como "valores sociais". Do que se trata? Do lugar da mulher: "Também poderíamos descrever o surgimento do capitalismo como o elo moderno da tradição de usurpação dos valores correspondentes à mulher-mãe pelo macho-forte e o grupo de bandidos e ladrões que o acompanham" (*idem*).

Desse conjunto de ladrões saíram, diz Öcalan, os senhores e os amos, a burguesia moderna enriquecida com as guerras coloniais de conquista que formulou uma economia política que disfarçada de ciência busca ocultar a essência do capitalismo. Essas não são as forças econômicas, mas os dominadores que impõem, desde fora e contra a economia, sua lógica concentradora de poder.

É neste ponto de encontro que a prática emancipatória das bases de apoio Zapatistas, dos povos originários organizados em torno do CRIC e da experiência teórica e concreta curda, se entrelaçam. Não se trata de um "retorno à comunidade", impulsionado por algum tipo de nostalgia, menos ainda por questões de caráter ideológico. A centralidade que as comunidades adquirem, os valores de uso e as mulheres, vêm da necessidade de superação do capitalismo, de resistir a ele, entendido como guerra de despossessão contra a humanidade.

Os povos em movimento não estão buscando uma sociedade ideal perdida, não é nostalgia por um mundo que já foi ou um a que desejam, mas algo mais transcendente: para superar o estado atual das coisas, é imperioso recuperar o tipo de mundo, sociedade ou "valores", segundo a denominação que cada um prefira, que o sistema encurralou com a intenção de destruí-lo. Nesse empenho por sustentar a vida, encontram a comunidade, os valores de uso e o papel central da mulher-mãe, realidades que remetem a outra lógica, outra ética e outro modo de vida.

Em direção de uma "civilização da liberdade"?

Braudel se mostra ecético a respeito das mudanças velozes e irreversíveis: "Em geral, não acredito nas mudanças sociais rápidas, em golpes de teatro. As próprias revoluções não são rupturas totais" (Braudel, 2009, p. 50). As mudanças acima, como o advento de novas camadas de gestores, argumenta ele, muitas vezes reforçam a ordem estabelecida. Estabelece uma dialética entre tempo curto e tempo longo, entre os acontecimentos disruptivos e as continuidades, uma vez que as culturas mudam lentamente. Em nosso trabalho, seria como o diálogo entre as revoltas e insurreições e a construção de uma nova cultura política, processos que convergem ou desacoplam, de acordo com eventos a priori imprevisíveis.

Ele intercambia os conceitos de civilização e cultura, aos quais ele considera ser de "extensão temporal interminável que ultrapassa, e de longe, a longevidade, todavia impressionante, das economias-mundos" (*idem*, p. 53). Ele se distancia de um marxismo vulgar que coloca a cultura na superestrutura, subordinada às relações de produção. E segue, sempre afiado: "Ela [a cultura] é o mais velho personagem da história dos homens: as economias se substituem, as instituições políticas se rompem, as sociedades se sucedem, mas a civilização prossegue o seu caminho" (*idem*, p. 53); para terminar com a afirmação de um homem sábio: "A civilização é o ancião, o patriarca da história do mundo" (*idem*, p. 54).

Se existe algo sobre a terra capaz de limitar a veracidade expansionista da economia (não somente a capitalista), segue o historiador, é a cultura, capaz de conseguir o que a sociedade (e a política) não podem. Porque ela conjuga as três variáveis em uma articulação solta, porém concreta.

Os dois povos em movimento acima mencionados são emergentes de processos que se iniciaram décadas atrás, dando forma a novas culturas políticas contra as quais todos os esforços de constrangimento e domesticação estão sendo frustrados. Logo de um longo e intenso século, os feminismos têm se instalado em nossas sociedades, produzindo mudanças de longa duração na posição concreta do patriarcado; na medida em que os povos originários nos são apresentados como sujeitos descolonizadores, capazes de re-produzir relações sociais integrais (que os políticos profissionais têm teorizado como "bem viver"), que projetam como alternativa à crise da civilização capitalista.

O zapatismo é um emergente dos povos originários, certamente o mais avançado, em uma vasta constelação de criações autônomas e autogovernadas, ancoradas em milhares de comunidades. O zapatismo não inventou os trabalhos coletivos, mas teve a virtude de compreender seu potencial emancipatório e multiplicá-los em todas as práticas, nos mais diversos espaços, ao ponto que modelam seu mundo e configuram uma cultura ou modo de fazer política inconfundível, desde a prática mais pequena àquela mais extensa. Quando as bases de apoio (e os acadêmicos) formulam alguma pergunta a eles, primeiro se consultam, e só depois de encontrada a resposta, alguém a expressa.

O PKK não inventou o feminismo. As mulheres o aprenderam durante o exílio e nas montanhas, por necessidade, não por ideologia. Adaptaram-no às condições próprias da história e das tradições do Oriente Médio, e depois o multiplicaram até que cada ação e reflexo dos cantões e bairros deste vasto movimento foi impregnado em Jineolojî. Aprofundaram sua compreensão da opressão das mulheres até tal ponto, que afirmam que o Estado foi criado sobre a domesticação da mulher e consideram que "matar o macho" é o núcleo do movimento revolucionário.

É possível que estejamos no alvorecer de algo novo, tanto que ainda não temos as palavras para nomeá-lo. Se o conceito de "movimentos sociais" parece inadequado, o de "povos em movimento" pode resultar insuficiente, uma vez que não somente se movem (no duplo sentido de se mobilizar e de modificar o lugar material e simbólico herdado). A potência de ambos sujeitos coletivos (mulheres rebeldes e povos em movimento) tem permitido a eles converter-se em força principal do mundo novo e na ameaça mais temida pelas elites, já que mostram o caminho da descolonização/despatriarcalização das relações sociais,

processos tão estreitamente ligados que não é possível trabalhar consequentemente um deles, sem intervir no outro (Galindo, 2013).

À medida que a cansada civilização ocidental desfalece, uma nova civilização, talvez uma "civilização de liberdade" (à qual Öcalan denomina "civilização democrática"), pode estar emergindo diante de nossos olhos, que aprofunda suas raízes na história comunitária da humanidade; que foi despedaçada pelo colonialismo e o capitalismo (aliados funcionais do patriarcado) e agora ressurge com toda sua potência restauradora da vida em comum. Com o conceito de "civilização democrática", Öcalan busca "conceitualizar tanto as formas sociais prévias ao Estado e a civilização como as que, depois da aparição destes, ficaram à margem do Estado" (Öcalan, 2017, p. 454). O anterior supõe considerar que sociedade e Estado são contraditórios e não complementares, como consideram a sociologia e o marxismo.

Neste ponto é necessário reconceitualizar o que entendemos por colonialismo, em base na história e na realidade da América Latina. "O colonialismo é a sobreposição de sociedades sob relações de dominação e exploração" (TAPIA, 2019, p. 147). Baseando-se na experiência histórica do Alto Peru (atual Bolívia) e do conjunto da região andina, Tapia estabelece três características do colonialismo, que o permitem assegurar que não só não se acabou, mas que se aprofundou (longe daqueles que analisam a realidade atual como pós-colonial ou insistem no conceito de decolonialidade).

A análise de Luis Tapia sobre o colonialismo interno, focalizado na Bolívia, mas clarificador da realidade latino-americana, ultrapassa e supera os trabalhos conhecidos até o momento, já que tem a enorme, mas não única virtude, de descortinar as políticas progressistas, que costumam ser camufladas pelos discursos de seus dirigentes e por acadêmicos graduados na arte da confusão.

A primeira característica do colonialismo interno provém da transformação de povos agrários em povos semiextrativistas, que considera "a ruptura mais duradoura do colonialismo" (*ibidem*, p. 148). Através do extrativismo, a sociedade dominada trabalha para a dominante como fazia antes, pagando-a tributos, e assim dando continuidade a uma política de cinco séculos.

A segunda consiste na "desorganização do autogoverno", que foi uma das principais características dos povos originários antes da conquista. A colônia não produz uma destruição completa do autogoverno originário, mas conseguiu agregar, subordinadamente, algumas estruturas de autoridade comunitária das sociedades conquistadas, com o objetivo de assegurar o pagamento de tributo ao poder imperial dominante. O que se sucedeu, em realidade, é que se manteve a produção e a organização comunitária à escala micro, ayllu,

comunidade ou marka, mas se rompeu a unidade a escala superior, ou macro, através do descabeçamento político ou da redução da dimensão política das sociedades conquistadas:

> Esta desorganização do nível macropolítico deve levar a que as estruturas produtivas e sociais das sociedades conquistadas sejam mais fortemente mantidas no nível micro local e regional e tenham enfrentado uma condição de impossibilidade parcial de desenvolvimento de suas culturas, devido a esta perda da dimensão política de autogoverno e da articulação macro, que é realizada pelas estruturas do poder imperial (Tapia, 2019, p. 149).

Não obstante, a sobrevivência do nível micro comunitário foi mister no processo político que os povos viveram nos últimos dois séculos (desde as rebeliões de Túpac Katari e Túpac Amaru) e, no tempo curto, desde a difusão do Manifesto de Tiwanaku em 1973, dando nascimento à corrente katarista em Bolívia.

O terceiro aspecto analisado por Tapia é o estabelecimento de uma hierarquia entre sociedades, já que "a relação colonial é uma relação entre sociedades", que envolve negar àquela subjugada seu status de sociedade e a seus membros a condição de seres humanos, através do racismo. Como parte dessa dominação colonial, as estruturas de autoridades das sociedades conquistadas se colocam em relação de subordinação, já que essas mesmas autoridades buscam o reconhecimento do dominador para manter seus privilégios (materiais e simbólicos) sobre seu povo, atuando como mediadores entre ambas (república de índios/república de espanhóis) e defendendo em última instância a ordem colonial.

Por isso a libertação ou descolonização dos povos originários passa por um duplo processo de recuperar o passado e, em seguida, de tomar consciência da internalização da dominação na figura de caciques e outras autoridades funcionais à colonização. Neste aspecto, encontro uma enorme similitude entre os processos emancipatórios das mulheres feministas e dos povos originários: a dominação patriarcal e a colonial têm sido internalizadas durante tanto tempo, e com tanta intensidade, que foram naturalizadas e a libertação depende, em grande medida, da compreensão do que há de dominador nas pessoas dominadas, do que deve ser desarmado e desmontado para "desarticular toda e qualquer camada das opressões que nos sujeitam" (Galindo, 2013, p. 174).

Em sintonia com os principais pensadores e dirigentes dos movimentos indígenas, Tapia enfatiza que a superação da relação colonial implica na rearticulação ou recuperação da dimensão política suprimida pelo conquistador, reestabelecendo, de maneira atualizada, os diversos modos de autonomia e de autogo-

verno. O zapatismo o está fazendo por meio das Juntas de Bom Governo, assim como os curdos em suas "comunidades autônomas" dos cantões de Afrin, Jazira e Kobane, os quais detêm uma carta constitucional (CONSTITUIÇÃO DE ROJAVA, 2014). Este também é o caminho empreendido por uma diversidade de povos em toda a região latino-americana, desde os habitantes de Cherán (México), até os Wampis do Norte do Peru, processos muito diversos nos quais estão envolvidos povos de terras baixas e das serras, comunidades camponesas não-indígenas e de migrantes urbanos.

Entretanto, a descolonização não pode ser alcançada simplesmente reconstituindo as antigas formas de autogoverno com suas respectivas autoridades. O aprofundamento do extrativismo e do capitalismo nos territórios que os povos habitam, assim como a luta antipatriarcal das mulheres, o tornam impossível, porque seria um anacronismo que levaria à construção de novos modos de opressão. No passado, a resistência e a reconstituição dos povos se truncaram por conta da repressão e dos genocídios, mas mais recentemente, estabeleceram- se modos sutis de cooptação, como os "Estados plurinacionais", nos quais a codificação da plurinacionalidade em formato estatal supõe manter e reforçar as principais rupturas geradas pela cultura colonial hegemônica (Tapia, 2008).

* * *

Uma das rupturas mais esperançadoras do período atual é que os povos em movimento (e as mulheres em rebeldia) não estão repetindo os preceitos das lutas do passado, que consistiram basicamente na tomada do poder estatal, para proceder em seguida à realização de transformações estruturais. Nos dois casos analizados, assim como em muito outros que temos registrado nas últimas duas décadaas, nos são ensinados caminhos distintos àqueles já conhecidos (Zibechi, 2018). O que está nascendo no seio dessas outras sociedades é muito distinto do que as revoluções socialistas do século XX produziram.

"Uma das principais causas da servidão - reflite Luis Tapia - é o costume, ou seja, a experiência de ter nascido e vivido sempre em contextos organizados por estruturas de desigualdade e discriminação, governadas por hierarquias sociais e políticas" (Tapia, 2019, p. 100). Que tipo de sociedade está sendo formada nos territórios onde predominam as relações mais ou menos igualitárias entre homens e mulheres, ou amalgamadas em torno dos trabalhos coletivos? Como serão as pessoas após assumirem o autogoverno e a autogestão durante muito tempo, não somente a nível local/comunitário, mas em amplas regiões e territórios livres de governos ruins? Dicernir a cultura política dos indivíduos e dos

coletivos que têm crescido, durante mais de três décadas, em espaços onde se trabalha conscientemente contra a desigualdade e se condena todo tipo de discriminação, ou seja, lá onde as relações coloniais e patriarcais são questionadas, é um desafio que o pensamento crítico todavia se encontra longe de abordar.

Que política e que economia nascem dos trabalhos coletivos em terras zapatistas? Como as nomearemos? Que política e que poderes nascem das brigadas guerrilheiras integradas somente por mulheres? Pensando somente na questão da luta armada, podemos aplicar ao exército de mulheres curdas os conceitos de tática e de estratégia? Essas são perguntas para as quais ainda não temos respostas, e que tampouco queremos ter: serão as pessoas e os povos em revolta que se encarregarão de nomeá-las, pois quem nomeia e de onde o faz é parte do processo descolonizador.

Seria um erro grave, de cunho colonial/patriarcal, pensar que os novos modos se apresentarão no mesmo formato da velha cultura política que está em crise. Não deveríamos crer que a "civilização da liberdade" aspira a derrotar/derrocar a civilização capitalista/estatal, para impôr assim sua hegemonia no conjunto da sociedade. O conflito entre essas duas sociedades/culturas/civilizações não é nem pode ser simétrico à luta de classes, pois responde à lógicas muito distintas. O triunfo da classe trabalhadora na revolução comunista é, segundo Marx, o fim do trabalho assalariado e, portanto, a negação do proletariado.

Em diversos trabalhos, ele defendeu a tese de que a classe trabalhadora necessita de se converter em classe dominante para suprimir as antigas relações de produção. No *Manifesto do partido comunista*, destaca que o objetivo consiste em também suprimir "os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe" (Marx, 2008b, p. 46). Em outros trabalhos, foi ainda mais claro:

> [...] em todas as revoluções anteriores a forma da atividade permaneceu intocada, e tratava-se apenas de instaurar uma outra forma de distribuição dessa atividade, uma nova distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto a revolução comunista volta-se contra a *forma* da atividade existente até então, suprime o *trabalho* e supera [*aufhebt*] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes (Marx; Engels, 2007, p. 42. Os grifos são do autor).

Pelo contrário, os povos estão se revoltando para continuar sendo povos, para se conservar como tais, transformando-se nesse processo de mover-se. Os povos lutam para recuperar e manter suas formas e meios tradicionais de vida, atualizando-se porque, como disse acima, não se trata simplesmente de restaurar o que existia. O que menos desejam é "acabar com sua própria condição

anterior de existência" (Marx, 1974, p. 90). O que denomino de atualizar suas condições, atravessa vários processos: por um lado, filtrar as tradições para manter somente aquelas que não oprimem a outras pessoas, como se sucede com o patriarcado; por outro, identificar os costumes ou modos de fazer que têm potencial emancipatório (como a minga/téquio) para generalizá-las, uma vez liberadas de suas ataduras arcaicas.

Não há simetria possível com a luta de classes, e isto é algo que as esquerdas ainda não podem compreender, como não conseguem aceitar as lógicas feministas dos cuidados coletivos como forma básica de fazer política. Esta dificuldade ficou muito visível quando o Congresso Nacional Indígena do México e o EZLN lançaram a candidatura de Marichuy (María de Jesús Patricio Martínez). Muita gente próxima do zapatismo pensou que se tratava de mais uma campanha eleitoral, como as que os partidos políticos realizam, sem compreender que havia outros objetivos, outros modos, e, portanto, outras formas de caminhar.

Confinar a resistência dos povos aos esquemas da luta de classe é uma atitude teórico política colonialista, que termina por impôr-lhes, desde fora e acima, objetivos e modos que eles não escolheram. Os povos têm outras formas de fazer política e de se organizar, outros tempos e maneiras, porque seu objetivo é seguir sendo povos, para o qual necessitam lutar para se desprender do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. As organizações que se consideraram vanguarda, necessitaram construir uma base social de "massas" para dirigi-las, dotando-se de uma direção que, nas palavras de um comandante sandinista, "dirigia e determinava todo o movimento". Assim, o FSLN "se viu levado à tarefa monumental de construir, a partir de seu próprio aparato, o movimento organizativo e revolucionário de massas" (Wheelock, 1986, p. 64). O aparato mandava e o povo obedecia.

Na medida em que se aprofunda o extrativismo, uma das principais e mais duradouras rupturas do colonialismo, podemos dizer que estamos diante de um regime neocolonial que reproduz a história de uma sociedade que se sobrepõe à outra: neste caso, é uma aliança específica entre as grandes multinacionais e os setores das classes médias do Norte e do Sul, que oprimem as sociedades de abaixo, em todas as regiões do mundo. Esta realidade, filha do neoliberalismo e das revoluções de 1968, nos deveria levar à reflexão de que as estratégias anticoloniais e antipatriarcais dos povos são inspirações necessárias para todas as sociedades oprimidas.

O caminhar dos povos não pode consistir na tomada do poder estatal para impôr sua hegemonia sobre outros, porque isso seria o mesmo que consumar sua autodestruição, ao se converter naquele que não querem ser, reproduzindo a

dinâmica do amo e do escravo. Eles estão procedendo de outro modo; da mesma maneira que os povos originários da América Latina vêm resistindo a cinco séculos de colonialismo: mantendo o inimigo à distância, a fim de sustentar e reproduzir a "alteridade radical" de seu próprio mundo (Zibechi, 2019).

Referências

AAVV. **La revolución ignorada**. Liberación de la mujer, democracia directa y pluralismo radical en Oriente Medio. Barcelona: Descontrol, 2015.

ABDEL-MALEK, Anouar. **A dialética social**: fundamentos para uma teoria social mundializante. Petrópolis: Paz e Terra, 1975.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. O tempo do mundo, volume 3. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Akal, 2006.

COMITÉ DE JINEOLOJÎ EUROPA. **Jineolojî, Comité de Mujeres en Solidaridad con Kurdistán**. 2017.

CONSTITUCIÓN DE ROJAVA. Carta de las comunidades autónomas de Rojava. In: **Resumen Latinoamericano**. Publicado em: 18 out. 2014. Disponivel em: http://www.resumenlatinoamericano.org/2014/10/18/especial-texto-completo-de-la- constitucion-de--las-comunidades-autonomas-kurdas-de-rojava/. Acessado em: 26 dez. 2019.

GALINDO, María. **A despatriarcar**. Buenos Aires: Lavaca, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 237-272.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MOISÉS, Subcomandante insurgente. Economía Política I y II. Una mirada desde las comunidades zapatistas. In: E**l Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista I**. México: Comisión Sexta del EZLN, 2015, p. 77-108.

ÖACLAN, Abdullah. **La Civilización Capitalista**. La era de los dioses sin máscaras y los reyes desnudos. Caracas: Comité de Solidaridad Kurdistán-Venezuela, 2017.

PREOBRAZHENSKY, Evgeni. **La nueva economía**. México: ERA, 1971. TAPIA, Luis. Dialéctica del colonialismo interno. Santiago: Quimantú, 2019.

TAPIA, Luis. **Una reflexión sobre la idea de un estado plurinacional**. La Paz: Oxfam, 2008.

TZUL TZUL, Gladys. Sistemas de gobierno comunal indígena: la organización de la reproducción de la vida. **El Apantle**, nº 1, Puebla, Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos, p. 125-140, out. 2015.

TZUL TZUL, Gladys. La producción comunal de la autoridad indígena. Breve esbozo para Guatemala. **El Apantle**, nº 2, Puebla, Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos, p. 17- 36, out. 2016.

WHEELOCK, Jaime. **Vanguardia y revolución en las sociedades periféricas**. México: Siglo XXI, 1986.

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**. Bogotá: Desdeabajo, 2014.

ZIBECHI, Raúl. **Movimientos sociales en América Latina**. El "mundo otro" en movimiento, México: Bajo Tierra, 2018.

ZIBECHI, Raúl. La radical otredad. Prólogo. In: ALBARENGA, Pablo. **Retomada**. Montevideo: Alter, 2019, pp. 6-12.

O *CASO FAURISSON* (1978-1981), OS HISTORIADORES E A NEGAÇÃO *NEGACIONISTA* DO HOLOCAUSTO

Luís Edmundo de Souza Moraes

Introdução

Há pouco mais de 20 anos, falar de "negacionismo" era usar um termo em grande medida desconhecido. Entre os que o conheciam, a palavra remetia, quase sempre, à negação do holocausto e, em menor grau, também a negação de outros crimes contra a humanidade (Moraes, 2011, p. 4-5).

Mas, até mesmo entre os que estudavam genocídios e a extrema direita, o termo "negacionismo" não teve alcance universal, não sendo acolhido igualmente em todas as línguas. Ao que tudo indica, nem todos sentiam a necessidade de um "ismo" para se referir a prática da negação sistemática de crimes contra a humanidade.

Hoje vivemos em um outro tempo: a palavra "negacionismo" entrou no rol daqueles que poderiam ser considerados "termos da moda", passando a circular com desenvoltura nas redes sociais, nos jornais e em textos eruditos. Essa mudança foi acompanhada de um deslocamento do sentido do termo, afastando-o do universo para o qual havia sido inventado, ainda que tenha continuado a ser marcadamente pejorativo. "Negacionismo" parece ter se consolidado como um conceito que designa o ato genérico de negar coisas diversas que são tomadas por inegáveis.

Esse alargamento do uso do termo "negacionismo" tem sido acompanhado por uma percepção (ainda não propriamente declarada e tampouco uma posição de princípio, mas nítida em alguns de seus usos) de que, talvez, se trate de um termo "autoevidente" ou "transparente", não exigindo nenhum exercício de definição adicional além do sentido extraído do próprio contexto em que é acionado.

Tomado de modo impressionista, é possível sugerir a hipótese de que, nessas "definições tácitas", aquilo que permite, isoladamente, classificar uma negação como *negacionista* é o objeto mesmo da negação, ou seja: a coisa negada. Assim, quando se nega que a COVID seja uma doença séria ou quando se nega a mudança climática, então se está diante de "negacionismo", mas quando se nega que não existe tratamento precoce para a COVID, essa atribuição não parece fazer sentido.[1] Assim, em muitos dos usos correntes, aquilo que é negado parece ter a propriedade de classificar um ato de negação, pejorativamente, como *negacionista*.

Mas, se essa hipótese é verdadeira, não se pode perder de vista que o fato de a palavra designar um universo muito variado de fenômenos sociais faz com que esses só passem a fazer parte de um mesmo conjunto por um ato de nomeação. Isso significa que essa atribuição enquadra, em uma mesma categoria, pessoas muito diferentes que, em circunstâncias, contextos e por motivos muito distintos, negam o que está estabelecido como inegável. Assim, aqui teríamos em um mesmo conjunto desde a negação como instrumento psíquico de defesa e de silenciamento (tanto aquelas derivadas de experiências traumáticas como, no outro polo, aquela feita por perpetradores de crimes)[2] até a negação de boa fé fundada na ignorância, por crença ligada à fé religiosa ou a negação por *interesse*, seja ele financeiro ou profissional, ou como projeto de manipulação política consciente[3].

1 Contudo, não são poucas as vezes e que o termo "negacionista" é popularmente empregado no Brasil, especificamente em círculos bolsonaristas, para designar aqueles que não reconhecem a eficácia da cloroquina ou de outras formas do dito "tratamento precoce" para a covid. Cf. a título de exemplo, no twitter: (20) Nilo J. no Twitter: "@Socorrofpb @portaldaband @TSEjusbr Atila é negacionista Nutella." / Twitter; (20) O Inventor no Twitter: "@slpng_giants_pt @gigipatriota2 Para mim, quem é negacionista e é contra o tratamento precoce é um genocida!! #sleeapinggiantsGENOCIDA #TratamentoPRECOCESalvaVidas" / Twitter. páginas consultadas em 17/05/21.

2 O estudo de atitudes de "negação da realidade" é um terreno já há muito estabelecido no campo da psicologia, com abordagens múltiplas e avaliações distintas sobre a extensão e a própria validade do conceito para considerar mecanismos de defesa e patologias. (OGDEN e BIEBERS, 2010. esp. capítulos 1 e 8). Robert Jay Lifton, em seu estudo sobre os sobreviventes da bomba de Hiroshima, indica a existência de um mecanismo de negação da realidade por ele chamado de "entorpecimento psíquico" (*psychic numbing*), que funciona como "um meio de criar uma distância emocional entre ele mesmo e o mundo intolerável em torno dele". (LIFTON, 1967, p.34). Em relação ao mecanismo de defesa de perpetradores, cf. LIFTON, 1986. cap. 20; e LIFTON (1993 p.11-23).

3 O sociólogo Stanley Cohen nos oferece um estudo abrangente que reflete sobre diferentes tipos de negação e sobre seus motores. (COHEN, 2008). O psicólogo Israel Charny também realizou estudos de referência sobre o fenômeno da negação de genocídios e, em seu esquema classificatório introduziu o conceito de "negação inocente", que guarda um enorme potencial para produzir mal-entendidos. Charny produziu o conceito de "negação inocente" no âmbito de uma pesquisa sobre a negação do Genocídio Armênio. Ele investigou sessenta e nova intelectuais americanos que assinaram, em 1985, um manifesto público redigido pelo governo turco e publicado em jornais de grande circulação nos Es-

Desconsiderar essa diversidade de motores e a natureza radicalmente distinta dos *atos de negação* nos levaria a operar com um termo que teria sua eficácia comprometida como instrumento heurístico. Ao abrir mão, em nome de uma ou outra semelhança, de diferenças sociologicamente tão decisivas, o efeito é o de produzir conjuntos pouco consistentes que, talvez, mais atrapalhem do que ajudem a compreender cada um dos fenômenos sob análise.

Quando deixamos o terreno dos sentidos tácitos e nos voltamos para os exercícios de definição do conceito, caminhamos em um terreno também acidentado, marcado pela diversidade de sentidos atribuídos à palavra, indo dos mais aos menos abrangentes.

Um dos usos mais amplos do conceito pode ser encontrado em Michael Specter, um aclamado jornalista que escreve sobre ciência. Ele considera, por exemplo, que "negacionismo" (*Denialism*) "é a negação em larga escala - quando um segmento inteiro da sociedade, muitas vezes lutando com o trauma da mudança, se afasta da realidade em favor de uma mentira mais confortável" ou grupos que se mantém "intencionalmente ignorantes das verdades mais hediondas." Quanto aos motivos, Specter não supõe má-fé para aqueles que chama de negacionistas, indicando que "as formas mais flagrantes de negação raramente são malévolas; eles combinam decência, medo de mudanças e o desejo equivocado de fazer o bem - para nossa saúde, nossa família e o mundo" (Specter, 2009, p. 3, 4, 6).

Nesse sentido, para Specter, negacionismo é pensado como sinônimo de "ignorância voluntária", de fuga da realidade, de boas intenções realizadas por meio da negação irracional, mas ancorada na crença dos negadores.

Com essa definição (que, surpreendentemente, desconsidera a mentira e o falseamento!), Specter emprega o termo "negacionismo" para tratar de um

tados Unidos que, segundo ele, "propunha uma forma nova e particularmente insidiosa de negação do genocídio armênio". Todos esses intelectuais recebiam, direta ou indiretamente, recursos ou benesses de alguma natureza do governo turco e, segundo Charny, eles "estavam sendo realmente recompensados" por sua atitude. Sua pesquisa buscava saber desses intelectuais as razões que os levaram a negar o genocídio. Isso foi feito por meio de um questionário padrão enviado a todos eles, dos quais somente 1/3 foi respondido e devolvido. As respostas ofereceram justificativas das mais variadas para a negação do genocídio, com frequência seguidas de reivindicações de apoliticismo, de neutralidade científica e de que sua atitude pudesse resultar na reaproximação entre turcos e armênios. Esses foram os elementos que estiveram por trás da construção do conceito de "negação inocente". É difícil saber o que levou Charny a classificar de "inocente" a atitude desses intelectuais que, respondendo a interesses e/ou a mecanismos de pressão, legitimam um ato político de um governo por meio de sua adesão nada "inocente" a uma declaração que nega a prática de genocídio. Assim, não há dúvida de que o conceito cunhado por Charny é uma potencial fonte de confusões podendo ser inadvertidamente acionado para tratar de diversos tipos de atitude de negação que seriam resultantes do convencimento sincero fundado na ignorância. Cf. CHARNY, 2000 e 2001.

conjunto grande de fenômenos que incluem muitas atitudes que não são usualmente associadas ao termo. Para ele, são também expressões de negacionismo o fato de que

> as vendas de produtos orgânicos continuam crescendo, impulsionadas por milhões que erroneamente pensam que estão fazendo sua parte para proteger sua saúde e melhorar o planeta. Suplementos e vitaminas nunca foram tão populares, embora uma pilha crescente de evidências sugira que eles são quase totalmente inúteis (Specter, 2009, p. 9).

Com isso, negadores do holocausto e da AIDS são incluídos em um mesmo conjunto que defensores do uso de vitaminas e do consumo de alimentos orgânicos, ainda que sejam fenômenos, tanto em termos sociológicos quanto em termos políticos, de natureza absolutamente distinta, o que também coloca em questão o próprio valor do termo.

No outro polo, há os que tomam a palavra como descritor de um fenômeno ligado exclusivamente a um tipo de negação do holocausto. Jean-Yves Camus, cientista político do *Centre Européen de Recherche sur le Racisme et l'Antisémitisme*, entende negacionismo como "o empreendimento intelectual, de aparência e pretensão científica, que consiste em negar a realidade aterial do extermínio em massa dos judeus pelos nazistas e seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial" (Camus, Jean-Yves. 2008-2012, cap.1)[4].

Essa última definição está conectada com a invenção da palavra para servir de conceito no campo das ciências sociais. O surgimento do termo "negacionismo" para designar a negação do holocausto pode ser pensado como uma expressão tardia (em forma de conceito) da percepção que acompanhou a própria entrada deste fenômeno no espaço público: a de que se tratava de um fenômeno de *novo tipo*, distinto de formas anteriores de negar os crimes nazistas.

Busco, a seguir, observar a emergência do conceito em seu contexto específico e refletir sobre a particularidade do objeto para o qual ele foi cunhado (os negacionistas do holocausto). Penso que esse exercício pode ser produtivo como ponto de partida para pensar em usos mais abrangentes do termo "negacionismo" como um conceito do universo das ciências sociais para fenômenos que guardam com este *tipo de negação* do holocausto alguma identidade.

4 Em escritos anteriores eu havia trilhado esse mesmo caminho, marcas de um tempo em que a palavra estava fundamentalmente ligada aos negadores dos crimes nazistas, ainda que já existissem usos que extrapolavam esses limites. (Moraes, 2004, 2008, 2011 e 2013). No Brasil, trabalhos pioneiros sobre a negação do holocausto são os de Roney Cytrynowicz (CYTRZNOWICZ, 1990. p. 151-158), de Luís Milman (MILMAN, 2000) e as dissertações defendidas por Natália dos Reis Cruz (CRUZ, 1997) e Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (JESUS, 2006).

Além disso, tenho interesse em refletir sobre as reações de intelectuais, em especial do campo profissional dos historiadores, à crescente presença do negacionismo no espaço público. Farei isso a partir de um caso relativamente bem conhecido e que teve lugar na França a partir de finais da década de 1970 envolvendo o professor de literatura Robert Faurisson (1929-2018). Esse caso foi um dos de maior repercussão internacional envolvendo negadores do holocausto e, por seu caráter paradigmático, talvez permita refletir sobre fenômenos de mesmo tipo que têm marcado o nosso tempo. Buscarei mostrar, baseado no *Caso Faurisson* e nas reações que suscitou, que o negacionismo gerou mudanças importantes no padrão pelo qual os campos profissionais diretamente atacados por ele se relacionaram com o espaço público e que isso é inseparável de uma compreensão sobre a natureza mesma do fenômeno.

Negacionismo como um fenômeno singular

A palavra "negacionismo" nasceu pelas mãos de um historiador e parece ter vindo ao mundo, simultaneamente, como uma demarcação e como um alerta. Ela foi inventada para se referir aos negadores do holocausto, mas não a todos eles.

Os crimes nazistas foram inicialmente negados pelos próprios criminosos, tanto durante o Terceiro Reich como depois da guerra. Ao negarem seus próprios crimes, a expectativa dos nazistas era a de que ninguém falasse sobre eles. Esconder era o propósito e as ações do Estado Nazista para encobrir o assassinato foram de diversos tipos. Elas passaram pelo uso da propaganda[5] e pelas normas escritas e não escritas que deveriam impedir a divulgação das ações ligadas à sua política de extermínio[6].

5 O caso paradigmático foi a preparação do gueto/campo de Theresienstadt (Terezin) para a visita da Cruz Vermelha Internacional realizada em 23 de junho de 1944. Theresienstadt foi um campo no qual foram mantidos, até outubro de 1944, os chamados "judeus proeminentes" e grupos cujo transporte chamou a atenção pública, como é o caso dos 464 judeus transportados da Dinamarca em 1943 e que mobilizaram a atenção da corôa dinamarquesa e da Cruz Vermelha Internacional. A autorização para a visita da Cruz Vermelha no campo foi demorada e envolveu uma "ação de embelezamento" (*Verschönerungsaktion*) que foi conduzida até setembro, depois da visita, quando foi rodado um filme documentário sobre Theresienstadt para fins de propaganda. Cf. ADLER, 1958, doc. 223. p.309- 312. Sobre a história do Gueto, cf. BONDY, 2001, p.631-635.

6 Ver a lista de proibições que constavam em declaração assinada por membros da SS que participavam das ações de extermínio no âmbito da chamada *Operação Reinhard* em ARAD, GUTMAN e MARGALIOT, 1999, p.274-275. Ao lado disso, onde normas faltavam, ordens diretas interditavam o uso de termos que pudessem evidenciar o crime cometido, como no caso da proibição do uso da palavra "execução" para descrever as ações de execução dos judeus, que deveriam ser descritas como "ações especiais de guerra". (KOGON, LANGBEIN, RÜCKERL, 1984, p.22-23).

O silêncio, como uma necessidade, foi mais de uma vez ressaltada, reservadamente, por dirigentes do Nazismo, como no caso do paradigmático discurso proferido pelo chefe da *Schutzstaffel* (SS), Heinrich Himmler, em Posnam (Polônia ocupada) para Oficiais superiores do partido nazista em seis de outubro de 1943:

> A frase "Os judeus devem ser exterminados" (…), senhores, é fácil de ser dita. Para aqueles que têm que colocar isso em prática, é a coisa mais difícil que existe. (...) Peço que vocês realmente ouçam apenas o que eu estou dizendo nesse círculo e nunca falem sobre isso. A questão surgiu para nós: e quanto às mulheres e às crianças? (...) Eu não me considerava com direito de exterminar os homens - em outras palavras, matar [!] ou mandar matá-los - e deixar que as crianças crescessem para se vingar em nossos filhos e netos. A difícil decisão teve que ser tomada de fazer com que esse povo desapareça da face da terra. (…)
> Vocês já sabem agora e guardem isso para si próprios. Muito mais tarde, será possível pensar se devemos falar um pouco mais sobre isso ao povo alemão. Acho que é melhor que nós - nós como um todo – que fizemos isso para o nosso povo, que assumimos a responsabilidade (a responsabilidade por um ato, não apenas uma ideia), levemos o segredo conosco para o túmulo (Himmler, 1974, p. 169-171).

No final da Guerra, a SS cuidou para que não só a memória, mas também a própria materialidade do crime fosse apagada por meio da "Operação 1005" (*Aktion* 1005). Mesmo que tenha sido mal sucedida, a expectativa inicial foi a de destruir as provas dos crimes e de impedir que testemunhas sobrevivessem. (Longerich, 2010. p. 411).

No imediato pós-guerra, a negação dos crimes nazistas emergiu durante julgamentos em que os criminosos apareciam como réus. Suas atitudes variavam entre a negação da existência mesma do assassinato sistemático e planejado e dos instrumentos utilizados para esse fim, especialmente as câmaras de gás, e sua desresponsabilização pessoal pelo crime, particularmente alegando desconhecimento ou cumprimento ordens (Langbein, 1975, p. 480-491).

Mas nenhuma dessas ações de negação dos crimes contra a humanidade pelos próprios perpetradores do holocausto foi chamada de "negacionismo".

O termo negacionismo vem ao mundo pelas mãos do historiador francês Henry Rousso. No livro "A Síndrome de Vichy" (1987), ele chama de negacionistas aqueles que negavam o holocausto de um *modo novo*, diferente. E isso é muito importante.

Os negadores do holocausto se apresentavam publicamente como "revisionistas" e, contra isso, Henry Rousso diz o seguinte:

> Robert Faurisson escolheu bem o momento para entrar em cena. (...) O grande público descobre, nessa ocasião, o submundo (*le milieu interlope*) dos 'revisionistas', um qualificativo que eles se atribuem impunemente: sendo o revisionismo da história um procedimento clássico entre os cientistas, preferiremos aqui o barbarismo, menos elegante mas mais apropriado, de 'negacionismo', porque se trata, antes, de um sistema de pensamento, de uma ideologia e não de um procedimento científico ou mesmo simplesmente crítico. É o início de uma epidemia cultural, alimentada por mentiras e falsos pretextos, que se beneficiou do impacto da mídia, de reações adversas inadequadas e da grande sensibilidade da memória judaica (Rousso, 1990, p. 176-177).

A necessidade de justificar aquilo que era naquele momento só um *barbarismo* é um índice da novidade e estranheza evocadas por um termo que surge, assim, como um tipo de nome próprio, para designar um *tipo particular* de negadores do holocausto.

Isso é particularmente visível quando vemos Rousso tratar, poucas páginas antes, de um outro negador do holocausto que, entretanto, não foi chamado de "negacionista". Trata-se de um caso envolvendo o ex-Comissário Geral para os Assuntos Judaicos do governo de Vichy, Louis Darquier de Pellepoix, que teve, em finais de 1978, uma entrevista publicada pela revista semanal *L'Express*, gerando e que gerou uma onda de indignação na França. Darquier foi "um dos grandes responsáveis pela deportação de 75.000 judeus da França" para os campos de extermínio nazistas.

Nessa entrevista, Darquier nega o número de mortos ("Essas cifras são uma invenção pura e simples. Uma invenção judaica, é claro. Os judeus são assim: eles estão prontos a fazer qualquer coisa para ter publicidade"), a validade dos documentos e depoimentos ("são documentos judeus... propaganda judaica") e, por fim, que o genocídio tenha existido ("Eu te direi o que exatamente se pulgas")[7].

Mas, apesar de negar o holocausto de um modo virulentamente antissemita e insultante, não foi para Darquier, parte de uma abrangente estrutura que efetivou a política de extermínio nazista, que Rousso inventou o termo, mas para intelectuais como Robert Faurisson, professor de literatura de uma universidade francesa que, publicamente se apresentava como estudioso do holocausto e que declarara que as câmaras de gás e o extermínio dos judeus não passariam de uma mentira.

7 Cf. "A Auschwitz on n'a Gazé que les Poux", L'Express, 28/10-4/11/1978. *Centre de Documentacion Juive Contemporaine* (CDJC), col: *Revue de Presse*, Caixa 49-186. Sobre a forma como Rousso trata do "Caso Darquier", cf. Rousso, 1990, p.163-168.

O "barbarismo", a violação dos limites da língua por Rousso nos permite pensar sobre o vazio conceitual para descrever adequadamente a novidade desse fenômeno, que era chamado por uns de "revisionismo", o nome que os próprios negacionistas se atribuíam, ou, em inglês, por meio do genérico "Negação do Holocausto" (*holocaust Denial*), que nem sempre projetam luz sobre a particularidade desse fenômeno[8].

De fato, não havia, até então, outro termo que pudesse descrever adequadamente a novidade desse fenômeno, que se constituía por ser uma *dupla fraude*: a oferta de um o *passado conscientemente falsificado* e o uso de *falsas credenciais* como instrumento de legitimação que disfarçava como em busca legítima e rigorosa pelo conhecimento uma prática de natureza estritamente política[9].

Fundado nessa dupla fraude, o negacionismo intervém no espaço público com a expectativa, por um lado, de atacar "a validade da memória e negar ou normalizar as abominações do *Hitlerzeit*, pelos negacionistas se fundamentava na expectativa de disputar o sentido mesmo do passado para, nos termos de

8 Sobre o uso do termo "revisionismo" pelos negacionistas, cf. TRAVERSO, 2012, 149ss. O termo "Holocaust denial", que se consagrou em língua inglesa, abriu a possibilidade de tirar o foco da especificidade daquilo que poderíamos chamar de "negação negacionista". Podendo ser acionado para tratar de toda e qualquer negação do holocausto, o uso do termo impactou em algumas avaliações sobre os contornos do fenômeno e, especialmente sobre sua periodização, abrindo a possibilidade de abordagens muito inclusivas como a que vemos no livro de Stephen Atkins sobre a negação do holocausto (ATKINS, 2009). Contudo, há trabalhos em língua inglesa que, mesmo falando em "holocaust denial" consideram que há uma especificidade no tipo de negação levada a efeito por aqueles chamados por Rousso em 1987 de negacionistas, como é o caso do estudo de referência de Deborah Lipstadt (LIPSTADT, 1993). Vale registrar que Henri Rousso em um relatório redigido por ele em 2004 sobre um caso de negacionismo na Universidade Jean-Moulin (Lyon), mesmo sinalizando para o fato de que o negacionismo se "inscreve antes de mais nada num clima cultural geral, aquele dos anos pós-68, que conhece um questionamento total das grandes mitologias do pós-guerra, em particular os relatos oficiais sobre a atitude dos países ocupados pela Alemanha nazista", propõe uma definição tão abrangente que acaba por incluir qualquer tipo de negação do holocausto. (ROUSSO, 2004. p.95-97) Para contraste com essa versão mais abrangente do conceito, além do já citado *La Syndrome de Vichy*" cf. tb. ROUSSO, 2016, p.55 e 165.

9 O fato de o negacionismo ser um fenômeno de natureza essencialmente política disfarçado de conhecimento é uma percepção já estabelecida entre aqueles que o estudam. Outros movimentos que guardam semelhanças importantes com o negacionismo (do holocausto), também foram pensados como fenômenos de natureza estritamente política. Bruno Latour sugere que a "violenta e sistemática operação para a negação da existência da mutação climática", por ele chamado de "negacionismo climático" é absolutamente instrumental e associado a uma política de aumento das desigualdades e de "desregulação ou desmantelamento do estado providência". (LATOUR, 2020. p.22). Patrícia Valim e Alexandre Avelar seguem por um caminho semelhante ao ampliar o arco de observação e tomar o "negacionismo histórico" como um elemento articulador de um tipo de governamentalidade chamada, propriamente, de "negacionista", instrumento decisivo para assegurar a viabilidade política da extrema direita no mundo contemporâneo. (VALIM; AVELAR, 2020). Neste aspecto, há semelhanças também no caso da negação da AIDS. (SITZE, 2004).

Pierre Bourdieu, "transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo" (Bourdieu, 1989. p. 14).

Paradigmática é a forma como Ewald Althans, uma jovem liderança nazista na Alemanha da década de 1980, expressa essa expectativa em uma entrevista concedida no final da década de 1980 ao documentarista Michael Schmidt: "Auschwitz deve cair, por que só depois disso as pessoas poderão aceitar aquilo que queremos. As pessoas todas dizem: 'esse Althans é um bom rapaz. Mas tem Auschwitz'. E este é o problema"[10]. Para superar aquilo que o historiador Hermann Graml chamou de "pesada hipoteca" contra a qual a extrema direita precisa lutar para se afirmar contemporaneamente (Graml, 1989. p.63), os negacionistas nos oferecem dois tipos de *mercadoria* em algo como um "mercado de ideias" ou um "mercado da política"[11].

A primeira dessas *mercadorias* é um passado falsificado, um passado que não se passou. Negacionistas colocam em circulação no espaço público a ideia de que, durante o Terceiro Reich, o assassinato sistemático e planejado de pessoas movido por um projeto de mundo racista não teria existido. Isso implica em negar tanto a existência de um projeto de extermínio, de seu planejamento e de sua execução quanto dos meios técnicos por meio dos quais o genocídio se deu, em particular os campos de extermínio e as câmaras de gás. Da negação desses dois aspectos centrais, derivam a negação de um conjunto outro de aspectos da história do nazismo (que vão desde as condições dos judeus nos campos até

10 A entrevista a Michael Schmidt foi concedida durante sua "imersão" no mundo da extrema direita na Alemanha para a preparação do documentário sobre as redes, personagens e prática do neo-nazismo. O filme *Die Wahrheit macht Frei* (A Verdade Liberta) foi exibido pela primeira vez pela televisão sueca em setembro de 1991. Julgando se dirigir a alguém do próprio campo da extrema direita, os personagens expressam, nas entrevistas, seus pontos de vista com uma abertura dificilmente vista, o que faz do filme um documento valioso. Em 1993, Michael Schmidt publicou "Néo-Nazis: La terrible enquête", com a história e com os depoimentos presentes no filme. Para esse trecho da entrevista de Althans, cf. (SCHMIDT, 1993, p. 359-360).

11 A noção de um "Mercado de Ideias" no qual os negacionistas circulam, supõe considerar as condições (históricas e sociais) específicas de *produção*, *oferta* e *distribuição* e, por fim, de *aquisição* e *uso* de *ideias* como um tipo de bem específico em um "campo" próprio que pode ser analiticamente destacado e observado. O deslocamento de conceitos econômicos para a análise de relações sociais remonta à *Sociologia da Religião* de Max Weber (WEBER, 1992. p.328- 492) e foi largamente empregado por Pierre Bourdieu com expectativa de pensar em uma "economia das práticas sociais". Para ele, mercados são pensados como "campos de luta que se diferenciam tanto pelos riscos e pela escassez gerados em seu interior quanto nas formas de capital neles empregados (…) na busca dos lucros específicos e nas estratégias de otimização muito gerais" (BOURDIEU, 1989, p. 68- 69). Isso significa que, mesmo sendo possível refletir sobre a produção e a oferta de ideias negacionistas de forma separada de seus efeitos sociais, quando se trata de considerar sua *recepção* ou, dito de outro modo, a aquisição ou a recusa dos "produtos" oferecidos pelos negacionistas, não é possível deixar de considerar as condições específicas de cada um dos "mercados" nos quais esses "produtos" circulam (BOURDIEU, 1980, p. 86).

o número de mortos) e a busca de soluções fantasiosas para explicar a fratura demográfica dos judeus da Europa durante a guerra, como é o caso da falsa-história de sua migração em massa[12].

Robert Faurisson, talvez o mais proeminente dos negacionistas, formula os eixos centrais dessa ideia isso nos seguintes termos:

> "Conclusões (de trinta anos de pesquisas) dos autores revisionistas:
> 1. As "câmaras de gás" hitleristas nunca existiram; 2. O 'genocídio' (...) dos judeus nunca aconteceu (…); 3. As alegadas 'câmaras de gás' e o alegado 'genocídio' são a mesma mentira; 4 Esta mentira, de origem essencialmente sionista, tem permitido uma gigantesca fraude política e financeira da qual o Estado de Israel é o principal beneficiário" (Faurisson, 1999, Vol.1, p. 116).

Aqui não vemos uma justificação ou mesmo uma interpretação alternativa, ainda que moralmente aviltante e historicamente imprópria, do que se passou. Trata-se da negação mesma de que "o passado" se passou, algo que se mostrou instrumental para um conjunto de projetos políticos, para quem a existência mesma do passado é um obstáculo a sua afirmação social. Além disso, o trecho indica um outro elemento decisivo: em relação ao holocausto, as afirmações negacionistas se assentam sobre um único pilar: uma teoria da conspiração que se fundamenta na ideia de que o holocausto é uma criação dos judeus para lucrarem às custas das reparações pagas pelo povo alemão e para justificarem a existência do Estado de Israel.

Este é justamente o fundamento que permite que a prática negacionista seja observada, também, para além da extrema direita. Diversos matizes do antissemitismo também fazem uso da negação dos crimes nazistas: o ultra-conservadorismo católico, o islamismo político e pequenos grupos de uma ultra-esquerda antissionista que viram no negacionismo uma forma de colocar em questão a legitimidade da existência do Estado de Israel[13].

Contudo, ainda que a negação dos crimes nazistas não seja de uso exclusivo da extrema direita, podendo-se mesmo observar a existência de uma rede que envolve grupos e movimentos distintos que tem em comum a prática de negar o holocausto em função de seus efeitos, é na extrema direita que o negacionismo

12 Germar Rudolf proeminente escritor e editor negacionista, denomina de "um outro Êxodo" uma suposta migração em massa que teria ocorrido antes da II Guerra Mundial (RUDOLF, 2003, p.29). Livros negacionistas que se tornaram de referência para essa proclamação de que os judeus não teriam morrido, mas emigrado, são os escritos pelo administrador de empresas Walter Sanning (SANNING, 2015 [1983]) e pela bibliotecária e com formação teologia Ingrid Weckert (WECKERT, 2004), ambos alçados a categoria de historiadores em círculos negacionistas.

13 Os primeiros escritos sobre o negacionismo já apontavam essa característica e ela se torna uma constante nos trabalhos a partir de então (MORAES, 2013, p. 1-3).

encontra sua sustentação. "Negar a Shoah", diz Rousso, "é menos um credo do que uma necessidade política destinada a explodir um dos maiores obstáculos ao renascimento de uma extrema direita audível" (Rousso, 2016, p.185). O surgimento, a produção, a distribuição e a sustentação política e financeira do negacionismo é inseparável da extrema direita e é esta que o incorpora continuamente como elemento referencial de sua apresentação pública. (cf. Moraes, 2013 e Magalhães, 2019).

A negação do holocausto é, sem dúvida, a *mercadoria* mais valorizada e disseminada pelos negacionistas, mas essa não é, de fato, a mais *vendida*. Os negacionistas encontram mais acolhida pública no reconhecimento de sua *legitimidade*, mesmo entre aqueles que recusam seu falso passado. Essa busca de reconhecimento começa com um ato mágico de nomeação: a sua auto-apresentação como profissionais do conhecimento, na maior parte dos casos como *historiadores*, ainda que quase nenhum deles seja historiador por sua formação ou por atuação profissional[14].

A primeira e mais importante referência dos negacionistas é que eles se apresentavam como "historiadores" ligados a uma "escola historiográfica" chamada de *escola revisionista do holocausto*, que se oporia àquilo que eles denominam de uma "escola *exterminacionista*", caracterizada por defender, como diziam, a "teoria" ou a "hipótese" de que os nazistas perpetraram um genocídio contra os judeus. Todo esse conjunto é temperado por termos como "historiografia oficial" ou "historiadores do sistema".

O rótulo autoatribuído de "historiadores revisionistas" é talvez uma das marcas mais evidentes de sua busca por legitimidade: os materiais por eles produzidos seriam o resultado de pesquisa histórica rigorosa. Assim, os porta-vozes do negacionismo sugerem que sua prática seria equivalente àquilo que fazem os historiadores profissionais, só que com supostos rigor, correção, independência e honestidade. Germar Rodolf, um dos intelectuais de destaque do negacionismo, que além de autor de artigos e livros prestigiosos no campo, tem uma vigorosa ação editorial, nos diz que:

14 De uma lista "oficial" de 39 negacionistas proeminentes ("Qui sont les révisionnistes de l'holocauste?" http://vho.org/Intro/F/index.html), há profissionais de diversas áreas: militares, químicos, engenheiros civis, agrônomos, médicos, advogados, editores e administradores de empresa mas não historiadores, sendo que somente três tiveram alguma formação na área: um era graduado e dois haviam concluído o mestrado. Curiosamente, os dois nomes mais diretamente associados ao campo da história estão fora da lista: um, apesar de não ter sequer graduação em qualquer área, goza de reconhecimento público *como historiador* por suas publicações (David Irving) e o outro por ser o único doutor em história entre os negacionistas (David Leslie Hoggan). O fato de ambos estarem fora da lista não é pouco significativo e tem relação com as disputas específicas no campo. Cf. MAGALHÃES, 2019, p.40ss; MORAES, 2011, p.6; EVANS, 2001, p.235-237.

> Muitos historiadores estão mais interessados em preservar a imagem politicamente correta desse período da história do que em dar apoio a pesquisa imparcial. (...) Não há pesquisadores do *establishment* que jamais passaram pela enorme riqueza desses arquivos com um olhar preparado para encontrar materiais que sustentem novas abordagens, ou até mesmo somente interpretações diferentes daquela da teoria exterminacionista. (...) a crítica de documentos e depoimentos de testemunhas sempre foi o domínio da análise e da crítica revisionista. (...) O lado revisionista começou a tarefa de escrever uma história confiável do Holocausto, baseando-se quase que inteiramente no registro documental e material disponível, e apoiado na exata e apropriada perícia científica (Rudolf, 2003, p. 18; 38-39; 56).

Ao fazer-se valer publicamente como historiadores que, por meio de pesquisa imparcial e rigorosa, cientificamente fundada, corrigiriam as supostas distorções da historiografia disponível sobre o nazismo e o holocausto, esses negadores do holocausto se diferenciaram daqueles que anteriormente o faziam. Eles buscaram se ancorar na legitimidade profissional do historiador e da escrita historiográfica.

Muitos dos materiais produzidos pelo negacionismo, direcionados, como norma, para um público leigo, guardam a *forma* do texto historiográfico (ou remetem àquilo que é tomado como um texto historiográfico), que se expressa na linguagem, na estrutura e organização interna e na existência de notas de rodapé e de lista bibliográfica. Contudo, este "formato de historiografia" se descola dos procedimentos que dão razão de ser a essa "forma" e se funda naquilo que poderíamos chamar, por falta de termo melhor, de "fraude processual".

Dizer que o que os negacionistas produzem não é somente o "falso" e o "inverídico", mas que pode ser classificado como uma operação consciente de falseamento e, portanto, de fraude, é amparado pelo grande volume de evidências de que o tipo de operação com as "fontes primárias" não representa inépcia ou incompetência profissional ou mesmo engano ou falta de cuidado[15].

15 Três são os procedimentos adotados pelos negacionistas para ancorar a afirmação de que o holocausto não existiu: a manipulação de documentos verdadeiros (por meio ora de citações falseadas ou por meio de recortes e omissões que alteram o sentido do texto original); a desconsideração de documentação existente e conhecida e a remissão a documentos inexistentes. Para exemplos desses tipos de operação consciente, cf. o confronto feito por Richard J. Evans dos documentos citados por David Irving com os originais e apresentadas como parecer no chamado "Julgamento de David Irving" (EVANS, 2001, p.40-103). Além disso, cf. também GRAML, 1989 e MORAES, 2004, p.757-759 e 2011. Esse conjunto de técnicas de manipulação são descritas por Antoon De Baets, em sua tipologia sobre os abusos da história, como "abuso epistemológico". Este envolve alterar, "desonestamente, o valor probatório de sua teoria não científica com o objetivo de fazê-la passar no teste de refutabilidade – por exemplo, omitindo, distorcendo ou inventando dados, apresentando deliberadamente teorias não científicas como científicas, ou distorcendo teorias científicas" (...). Geralmente, esse tipo caracteriza-se pela tentativa de apropriar-se do respeito e da confiança associados à produção historiográfica séria. (...) Ao produto do abuso atribui-se o nome de 'história pseudocientífica', 'pseudo-história' ou 'falsa história'". (DE BAETS, 2013, p. 28).

O decisivo para o texto negacionista é a necessidade de afirmar a inexistência do passado incômodo e, para isso, são feitas as operações necessárias para que suas proclamações façam sentido, para que sejam plausíveis, ainda que sejam falsas.

Ao lado disso, para funcionar como um tipo de armadura para a fraude, os negacionistas foram, a partir da segunda metade da década de 1970, criando um conjunto de "instituições" que mimetizam a forma de instituições acadêmicas. Trata-se aqui, por um lado, de institutos que, sem sê- lo, se apresentam como institutos de pesquisa, como o Instituto para a Revisão Histórica (*Institute for Historical Review*, fundado em 1979 - USA), o *Adelaide Institut* (1994, Austrália) e o Centro de Pesquisa em História Contemporânea de Ingolstadt (*Zeitgeschichtliche Forschungsstelle Ingolstadt*, 1981 - Alemanha). Por outro, deste complexo fazem parte dessa rede institucional também revistas com a aparência de revistas acadêmicas (como os *Annales d'Histoire Revisioniste*, o *Vierteljahreshefte für freie Geschichtsforschung*, *Journal for Historical Review*) e editoras que publicam livros que parecem ser teses e dissertações, das quais a *Theses and Dissertations Press*, da Castle Hill Publishers, é a mais proeminente.

Com esse conjunto de iniciativas, os negacionistas conseguiram ampliar seu espaço de ação e, mais que isso, conseguiram fazer com que suas "mercadorias" circulassem de modo inédito, ainda que absorvidas de modo desigual.

Em alguns momentos e lugares, seu *passado falsificado* foi acolhido ao ponto de produzir efeitos que se mostraram surpreendentes para alguns dos contemporâneos. Pierre Vidal-Naquet, por exemplo, lembrando-se das circunstâncias que envolveram a escrita de seu "Eichmann de papel", diz que "se via Edgar Morin vacilar e se colocar questões. O jornal *Liberation* fazia o mesmo. Havia toda uma *intelligentsia* que estava balançando. É o caso de um crítico de um grande hebdomadário(...). Você tem uma quantidade de boas almas que dizem: depois de tudo, se foi o tifo [que causou a morte dos judeus], que diferença faz?" (Vidal-Naquet, 1988(a), p. 91-92)

Jean Tulard, professor titular de história na universidade de Paris-IV (Sorbonne) e especialista em Napoleão, em uma entrevista dada a RTL disse que Robert Faurisson já havia, em trabalhos anteriores, se oposto a "interpretações oficiais" e sua prática de negação do holocausto seria derivada de uma "demonstração muito rigorosa que ele apresenta, muito lógica - obviamente se trata de alguém formado pela Universidade, está perfeitamente argumentado - e que mostra que não poderia haver câmaras de gás em campos de concentração, pelo menos os que viu"[16].

16 Entrevista reproduzida em Faurisson (1999, vol. 3, p. 108).

Mas, o que foi mais comum foi o reconhecimento de alguma legitimidade naquilo que os negacionistas faziam, ainda que suas afirmações fossem recusadas. Ainda nos anos 80, era comum considerar os negacionistas como "historiadores" e os seus procedimentos como legítimos, ainda que suas afirmações fossem tidas como inaceitáveis. Essa percepção teve vida-longa não somente entre leigos, mas até mesmo entre historiadores.

Dois exemplos me parecem suficientes e eloquentes para dar a medida do sucesso dos negacionistas em fazer valer suas falsas credenciais no espaço público. Em 1982, em uma entrevista à *Revista Manchete* (RJ), Jean-Pierre Bloch, presidente da Liga Internacional contra o Racismo e o Antissemitismo (LICRA), uma das primeiras entidades a enfrentar publicamente Faurisson, declarou que "ganhamos dois processos contra Robert Faurisson, um ***professor de história*** que tentou ***provar*** que os campos de extermínio nunca existiram" (Revista Manchete, 24/04/1982, p.54. Grifos adicionados).

Da mesma forma, essa falácia do negacionismo foi reproduzida em textos de dois historiadores que são mais frequentemente evocados pelo que os distância do que por aquilo que possa eventualmente aproximá-los: Carlo Ginzburg e Hayden White.

White tratou brevemente do negacionismo em um artigo sobre "Políticas de Interpretação". Para ele, a existência de "um grupo de ***historiadores 'revisionistas'*** do holocausto" colocaria na ordem do dia a discussão das questões relativas à interpretação. E isso porque o "revisionismo" "tornou-se perturbador **para alguns intelectuais judeus** que imaginavam que a fidelidade a um ***'método histórico' rigoroso*** não resultasse em uma conclusão tão monstruosa"[17].

Ginzburg, mesmo discordando do fato de que negar o holocausto poderia ser considerado uma aplicação aceitável do método histórico, não se distancia de White quanto à forma de classificar os negadores, e também se refere à "***historiografia dita 'revisionista'***, que sustenta a inexistência de campos de extermínio nazistas"[18].

17 WHITE, 1987. p.76. Grifos adicionados. É curioso e surpreendente que White veja incômodo somente entre "intelectuais judeus". Além disso, os negacionistas não acham que o que os diferencia é uma "interpretação alternativa", como White parece sugerir. A ideia de "interpretação" nunca aparece nos textos negacionistas ligado aos resultados de suas pretensas investigações. O que eles dizem fazer é "corrigir erros" e a "expor mentiras", por meio de algo que seria justamente um "método rigoroso" e isento.

18 GINZBURG, 2015, p.192. "Unus Testis" é um artigo que possui duas versões diferentes justamente desse trecho. Ele foi publicado originalmente em inglês, ainda que não seja seguro que Ginzburg tenha escrito diretamente nessa língua. Há, na versão publicada em 1992, uma nota de agradecimento a "Nadine Tanio for her ***stylistic*** revision" (GINZBURG, 1992, p.354. Grifo meu), o que sugere que sim. Lá os negacionistas são chamados de "escola revisionista". Posteriormente, o artigo *revisto* e traduzido para o italiano foi republicado em 2006. (GINZBURG, 2015 p.191ss.) Lá, e em todas as suas traduções (exceto

Esses textos, apesar de suas diferenças, são sintomas de que as pretensões negacionistas em serem reconhecidos como historiadores (e, mais ainda, como historiadores que aplicariam um "método rigoroso" como indica White) podem, por canais às vezes inesperados, se afirmar socialmente por meio do reconhecimento das credenciais autoatribuídas, ainda que seu suposto *revisionismo* seja relativizado e que suas ideias sejam recusadas.

Por isso, com o novo termo, Rousso buscava dar um sinal para aqueles que, por uma razão ou por outra, acabavam por validar a autodenominação dos negacionistas e sua demanda por legitimidade, o que culminaria em oferecer a eles um bem precioso: de serem reconhecidos como interlocutores legítimos, como escola historiográfica, em um suposto "debate" sobre a existência do extermínio perpetrado pelos nazistas e de seus meios de execução.

Esse jogo complexo da prática negacionista e a afirmação de seus dois "produtos" de maneira distinta no espaço público se mostram com um vigor até então inédito por meio de um caso que é, simultaneamente excepcional na história do negacionismo, por sua amplitude e impacto no espaço público, e exemplar, por reproduzir os elementos constitutivos *desse novo* tipo de negação do holocausto. Trata-se do "Caso Faurisson", ponto culminante da tentativa de ampliar o espaço de circulação das ideias negacionistas na França.

Afaire-Faurisson: o tempo de Glória do Negacionismo na França

O que ficou conhecido como "caso Faurisson" teve lugar entre finais da década de 1970 e princípios da de 1980, momento em que a negação do holocausto não era propriamente uma novidade na França. Nesse tempo já circulavam, ainda que em círculos relativamente limitados, livros de autores franceses que negavam ou relativizavam, desde as décadas de 1940 e 1950, a política de extermínio nazista, como Maurice Bardèche, o porta-voz mais proeminente dos antigos *colaboracionistas* e do fascismo francês do pós-guerra, e Paul Rassinier, ex-deportado e cujo prestígio nos círculos negacionistas ultrapassa as fronteiras nacionais francesas[19].

na versão de língua inglesa que continuou a usar o texto original), Ginzburg chama os negacionistas de "Historiadores Revisionistas". É difícil saber se a opção por chamar os negacionistas de "escola revisionista" foi de Ginzburg ou se foi o resultado de um ajuste "estilístico" proposto por Nadine Tanio e que se manteve, mas não há nada que indique que a opção por chamar os negacionistas de "historiadores" não tenha sido de Ginzburg.

19 Ao contrário de Bardèche, cujas conexões, até mesmo familiares com o colaboracionismo e com a extrema direita francesa sempre foram explícitos, Paul Rassinier foi um militante socialista que adere a resistência contra o nazismo. Preso e torturado pela Gestapo em 1943, é enviado aos Campos de Dora

Nos anos setenta foram ainda traduzidos e passarem a circular escritos de destaque internacional do negacionismo como "A Mentira de Auschwitz" (*Die Auschwitz-Lüge - 1974*) do alemão Thies Christophersen, "Realmente Morreram seis milhões?" (*Did six million really die? - 1974*), do inglês Richard Verral, que assinava com o pseudômino de Richard Harwood e "A Farsa do Século XX" (*The Hoax of the Twentieth Century - 1976*), de Arthur Butz. Contudo, até então, na medida em que era um fenômeno marginal, raramente saindo dos limites mais ou menos estreitos da extrema direita, a circulação dessa literatura não havia mobilizado respostas ou algum enfrentamento público mais significativo.

Esse quadro se altera de forma radical com a entrada em cena de Robert Faurisson (1929- 1918), um professor secundário que era conhecido na cidade de Vichy, segundo um jornal local do início dos anos 60, "por suas opiniões de extrema direita"(Igounet, 2000, p.146, n.73). Seu contato com escritos de Maurice Bardèche e de Paul Rassinier, com quem Faurisson passa a se corresponder, parece ter sido decisivo para a sua formação como um negacionista.

Faurisson se graduou em literatura em 1956. Em 1972 ele defende sua tese de doutorado em literatura sobre o poeta Lautréamont, que foi publicada pela prestigiosa editora Gallimard no mesmo ano. Em 1974, se torna professor de literatura na Universidade de Lyon-II[20].

Logo depois de assumir seu posto em Lyon, ele passa a escrever cartas a personalidades e a instituições, cujo tom provocativo aparece já no princípio: "Prezado(a) Sr(a), permita-me perguntar- lhe qual é o seu sentimento, o seu sentimento pessoal, sobre um ponto delicado da história contemporânea: as câmaras de gás hitleristas lhe parecem ser um mito ou uma realidade?". (Faurisson, 1999, vol 1, p.60)

Uma dessas cartas foi dirigida ao Diretor do Centro de Documentação Judaica de Tel Aviv e acabou publicada com comentários desqualificadores sobre "professores franceses" no jornal Israelense *Yediot Aharonot* e, por essa via, encontrou seu caminho até a imprensa francesa. Ela foi publicada com comen-

de Buchenwald. Em 1948 Rassinier publica *La Passage de la Ligne* (A passagem da linha), relato de sua passagem pelos campos de trabalho e de concentração nazistas, que, contrariando os relatos então disponíveis, atribui aos comunistas e não a administração ou aos guardas dos campos a responsabilidade pelos maus tratos a que eram submetidos os prisioneiros. Posteriormente ele publica um escrito de referência para o campo do negacionismo: de "A Mentira de Ulysses" (*Mensonge D'Ulysse*, de 1950). Rassinier e seus escritos circularam para além do círculo mais estreito da extrema direita e são referência quase onipresente nos escritos negacionistas. Sobre as biografias de Bardèche de Rassinier, cf. IGOUNET, 2000, p.37-139.

20 Sobre a biografia e carreira de Faurisson até 1978, quanto tem início o "Caso Faurisson", cf. IGOUNET, 2000, 148- 154 e 200-220 e FRESCO, 1980.

tários irônicos em 14 de julho de 1974, no *Canard Enchaîné*, jornal conhecido por suas sátiras (Igounet, 2000, p. 211-216).

A primeira reação à carta de Faurisson vem de Charlotte Delbo, sobrevivente dos campos nazistas que, escrevendo para o *Le Monde* em agosto de 74, enfrenta a pergunta de Faurisson com o testemunho indignado: "A questão me oprime. [...] Não, senhor, a fila de chaminés enormes de onde saía uma espessa fumaça negra dia e noite não é uma invenção de sobreviventes"[21].

Em seguida, Faurisson tenta insistentemente, mas sem sucesso, publicar uma resposta a Delbo, mas as cartas que Faurisson continua a escrever não produzem qualquer efeito visível e os espaços de discussão especializada parecem não o cativar: o que o interessa é a imprensa diária, em especial órgãos de grande circulação. Seu esforço visível é o de fazer com que o tema continue a circular publicamente. Em 14 de outubro, em uma carta a dois jornalistas do *Le Monde*, Faurisson volta a reclamar o direito de resposta ao texto de Delbo e diz que: "seu diário me deve uma reparação. (...) Sem mais censura! O direito que reivindico é elementar em uma democracia: o direito de duvidar, de pesquisar, de opinião livre: o direito de resposta" (Faurisson, 1999. vol.1, p. 98). Ao que tudo indica, essa carta, como as outras, também foi ignorada.

Mas o ano de 1978 marca, definitivamente, uma virada. Inicialmente, Faurisson altera a descrição de sua qualificação profissional, passando, a partir desse momento, em documentos da Universidade de Lyon, a se apresentar oficialmente como especialista em "crítica de textos e documentos, pesquisa sobre o senso e o contrassenso, sobre o verdadeiro e o falso".(IGOUNET, 2000, p.216)

Em seguida, ele faz a sua primeira aparição pública. Ela se deu em fevereiro desse ano, quando Faurisson acompanha em Lyon, junto ao público, o colóquio "Igrejas e Cristãos da França na Segunda Guerra Mundial". Mesmo não apresentando um trabalho, ele foi ao evento pois decidiu "revelar aos participantes a conclusão do meu trabalho de pesquisa sobre textos, documentos e testemunhos". No momento em que foi franqueada a palavra ao público, Faurisson declarou que "essas 'câmaras de gás', esse extermínio, esse 'genocídio' nunca existiram, exceto nas imaginações incendiadas (*enfiévrées*) pela propaganda de guerra

21 Cf. Charlotte Delbo. "Démythifier ou falsifier", *Le Monde*, 12/08/1974. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/1974/08/12/demythifier-ou-falsifier_2534867_1819218.html. Acesso: 26/12/2020. Ainda que o artigo de Delbo não deixe dúvidas de que ela considera esse um caso grave, essa não parece ter sido a percepção de muitos de seus contemporâneos. Pierre Vidal-Naquet, por exemplo, escrevendo em 1975, faz menção pontual a esse caso em um artigo sobre os museus de Auschwitz. Ao falar sobre as câmaras de gás do campo de extermínio de Birkenau, nos diz simplesmente que "são um 'mito', segundo meu colega M.R. Faurisson, - em uma carta reproduzida em 17 de julho de 1974, pelo Canard Enchaîné -, mas cujas ruínas são, no entanto, visíveis". (VIDAL-NAQUET, 1975. p.4).

e pelo ódio". Quando ele tomou conhecimento de que sua intervenção não seria transcrita nos anais do colóquio, protestou perante a comissão organizadora "contra esta forma de censura" (Faurisson, 1999, vol. I, p. 100-101).

Além disso, em junho, ele publica uma síntese de seus argumentos sob o título *"Le problème des chambres à gaz"* na *Dèfense de l'Occident*, revista da extrema direita francesa criada e dirigida por Maurice Bardèche. Nesse texto, Faurisson apresenta, pela primeira vez de forma completa, algo que se poderia considerar a grade de temas em torno da qual a negação da política de extermínio nazista vai girar, centrando-se, fundamentalmente, em três eixos: 1) nenhum testemunho sobre as câmaras de gás tem valor: ou porque seriam mentirosos (no caso de relatos de sobreviventes) ou por causa das circunstâncias em que foram dados (quando se trata de depoimentos de membros da SS dados na prisão ou perante os tribunais após a guerra), ou por que teriam sido distorcidos (diários e declarações voluntárias de membros da SS); 2) o gazeamento era tecnicamente impossível e 3) os escritos dos negacionistas são as únicas referências válidas para o estudo dos campos nazistas (Faurisson, 1999, vol. I, p. 109-116).

O esforço de Faurisson foi o de abrir espaço para que seus pontos de vista circulassem e fossem reconhecidos como *pesquisa científica* realizada por ele *enquanto* professor universitário.

As tentativas de Faurisson só vão encontrar alguma acolhida com a alteração do cenário. E isto se deu com a publicação, em 28 de outubro de 1978, da já mencionada entrevista concedida pelo ex-Comissário Geral para os Assuntos Judaicos do governo de Vichy, Louis Darquier de Pellepoix, pela revista semanal *L'Express*.

A entrevista, tomada como um insulto, gera reações indignadas tanto de organizações da sociedade civil quanto de diferentes partidos políticos, de representantes do governo francês e do próprio presidente da república. Contudo, ninguém "respondeu" a Darquier nem a suas afirmações que negavam o assassinato por meio de gás em Auschwitz. O centro do debate público foram o seu antissemitismo e a banalização do nazismo por um lado, e, por outro, a decisão de *L'Express* de ter publicado a entrevista. A revista chegou a ser acusada de servir a causa de "racistas e defensores do nazismo", indignando os editores da revista[22]

Esse clima abriu para Faurisson a possibilidade de voltar a escrever cartas. No que foi enviada ao *Express* no dia 1º de Novembro, ele saudou a entrevista com Darquier como a possibilidade de levar "o grande público a descobrir

22 *Le Figaro* 31/10-3/11/78, *Le Monde* 01 e 02/11/78, *L'Express*, 4-11/11/78, p.4-5. *Centre de Documentacion Juive Contemporaine* (CDJC), col: *Revue de Presse*, Caixa 49-186.

que os alegados massacres nas 'câmaras de gás' e o alegado 'genocídio' são uma e a mesma mentira (...). Estou pronto para qualquer debate (...) para qualquer confronto, para qualquer entrevista devidamente gravada" (Faurisson, 1999, vol. I, p. 171).

Em dois de dezembro o *Le Monde* publica uma carta assinada por um conjunto de professores que, mesmo considerando as afirmações de Faurisson "como completamente aberrantes" defendem que elas e "outras análogas devam dar lugar a um debate público"[23].

Esse clima abriu as portas para que o *Le Monde*, finalmente, publicasse dois escritos de Faurisson. Na carta publicada no dia 16 de dezembro, ele reivindicava espaço para se colocar: "Aguardo um debate público sobre um assunto que obviamente tem sido evitado: o das 'câmaras de gás'. Ao *Le Monde*, que já há quatro anos procuro a esse respeito, peço que finalmente publique minhas duas páginas sobre 'o boato de Auschwitz'. Agora é a hora. Os tempos estão propícios"[24].

Em seguida, no dia 29 de dezembro o *Le Monde* publica um pequeno artigo de Faurisson sob o título de "O problema das 'câmaras de gás' ou o 'rumor de Auschwitz'" (*Le problème des 'chambres à gaz' ou 'la rumeur d'Auschwitz'*). Esse segundo escrito produz o impacto mais significativo e retoma de forma breve parte daquilo que Faurisson repetia há tempos e, como se anunciasse, como ele dizia, uma "boa nova", conclui: "o genocídio não aconteceu"[25].

No mesmo dia, o *Le Monde* toma o cuidado de publicar um outro artigo que se contrapõe ao de Faurisson escrito por Georges Wellers, sobrevivente do holocausto, escritor e uma voz conhecida no combate aos negadores do holocausto na França. Em seu artigo intitulado "abundância de provas", Wellers diz que seu artigo "não se dirige aos fanáticos, pois não há esperança de persuadi-los do que quer que seja. É dirigido a homens e mulheres de boa-fé que desconhecem os fatos e que correm o risco, desse modo, de se deixar levar pelas afirmações falaciosas dos apologistas do nazismo"[26].

As respostas se multiplicam, algumas delas citando Faurisson nominalmente. E isto lhe garantiu mais espaço. Ele enviou uma carta ainda mais extensa

23 https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/02/des-universitaires-prennent-la-defense-de-m- faurisson_2985660_1819218.html. Acesso: 26/12/2020

24 https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/16/une-lettre-de-m-faurisson_2985633_1819218.html. Acesso: 26/12/2020

25 Cf. https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/29/le-probleme-des-chambres-a-gaz-1-ou-la-rumeur-d- auschwitz_2984666_1819218.html Acesso: 26/12/2020.

26 https://www.lemonde.fr/archives/article/1978/12/29/abondance-de-preuves_2986266_1819218.html. Acesso: 26/12/2020

ao *Le Monde* exigindo seu "direito de resposta". *"Une lettre de M. Faurisson"* foi publicada em 16 de janeiro de 1979[27]. Através dela circularam pelas páginas do respeitado *Le Monde*, pela primeira, vez os argumentos aparentemente técnicos que compunham o mesmo conjunto de temas que circulava em seus escritos.

Os editores do *Le Monde* parecem ter entendido os propósitos de Faurisson e, ao final da resposta, advertiam: "De acordo com a lei de 29 de julho de 1881, publicamos o texto do Sr. Faurisson. Qualquer resposta implicando-o abriria a possibilidade, a seu favor, de um novo direito de resposta."

A partir de então, os meios de comunicação comerciais se tornaram, simultaneamente, o terreno no qual se dá a polêmica e o veículo de disseminação de ideias do negacionismo[28] . A publicação dos textos de Faurisson acirrou os ânimos de um ambiente já tensionado desde a entrevista de Darquier, criminoso que vivia no exílio espanhol e não escondia suas cores. Faurisson era um professor de uma universidade francesa. Por isso, comparada com a comoção pública gerada pela entrevista de Darquier, as reações a Robert Faurisson não expressam somente indignação, mas, sobretudo, preocupação.

Ao longo do ano de 1979, a polêmica ganha novos terrenos e novas adesões. O debate público foi estimulado pela transmissão em fevereiro de 1979, pelo canal Antenne-2, do seriado americano "Holocaust", que gerou críticas tanto pelas imprecisões e quanto pela banalização dos crimes nazistas (Rousso, 1990, p. 168-172; Wiesel, 1979. 25-30).

Além disso, já em fevereiro de 1979, diversas organizações civis entram na justiça declarando que a negação de que os nazistas praticaram o extermínio sistemático e planejado dos judeus, difamando sobreviventes, teria sido danosa a elas. Essa foi a ancoragem legal possível pelo Código Civil Francês que, entretanto, se fez acompanhar da acusação de "falsificação da história"[29].

Isto transportou o debate para um plano que foi instrumentalizado por Faurisson buscando incorporar outro tipo de legitimidade associada à ideia de "resistência", de uma *historiografia marginal* a enfrentar "historiadores oficiais", quadro em que os negadores do holocausto aparecem como perseguidos, sujeitos à ação da censura do "sistema". Como ele diz na introdução a seus

27 https://www.lemonde.fr/archives/article/1979/01/16/une-lettre-de-m- faurisson_2788214_1819218.html. Acesso: 26/12/2020

28 A publicação do texto de Faurisson foi considerada pelo próprio jornal, anos depois, como um divisor de águas. Cf. https://www.lemonde.fr/actualite-medias/article/2012/08/20/le-jour-ou-le-monde--a-publie-la-tribune-de- faurisson_1747809_3236.html. Acesso em 26/12/2020

29 Cf. "La Lica et Plusieurs autres Organismes Poursuivent M. Faurisson pour "Faux Historique". *Le Monde*, 23/02/1979. Sobre as ações movidas em 1979, cf IGOUNET, 2000, p.263-266, KAHN, 2004. p.31-37.

Écrits, "na França, policiais e juízes garantem com rigor a proteção assegurada a uma versão oficial da história da segunda guerra mundial" (Faurisson, 1999, vol. I, p. VII).

Neste ponto, aparece um ingrediente adicional que dá a esse crescimento da circulação pública das ideias negacionistas uma característica inesperada. Nesse momento, entram em cena, entre os defensores de Faurisson, pessoas identificadas com a ultra-esquerda francesa.

Trata-se do apoio, em 1979, de um círculo pequeno de militantes reunidos em torno de Pierre Guillaume e de sua livraria *La Vieille Taupe (A Velha toupeira)*[30]. Guillaume havia sido membro do grupo *Socialismo ou Barbárie* e, posteriormente, do *Pouvoir Ouvrier* (Poder Operário), duas organizações da esquerda revolucionária francesa[31]. Em 1965, ele funda a livraria e constitui um grupo ainda mais restrito que se articula em torno dela. A livraria encerra suas atividades em 1972 mas, em 1979, Guillaume abre uma nova editora com o mesmo nome e passa a publicar materiais em apoio a Robert Faurisson. A *Vieille Taupe* se tornaria, em seguida, um centro importante de articulação do negacionismo francês e o principal canal de distribuição de seus escritos[32].

O contato de Guillaume com o universo do negacionismo tem início quando ele, em 1968, passa a considerar a prática da negação do holocausto como uma estratégia de luta revolucionária. Isso se funda na ideia de que o antifascis-

30 O nome deriva da associação feita por Marx entre a revolução e o trabalho subterrâneo de uma toupeira. Essa associação aparece em duas ocasiões: em seu "18 de Brumário de Luís Bonaparte", publicado pela primeira vez em 1852, (MARX, 2011, p. 140), e, em 1856, no discurso feito no aniversário do jornal londrino "People's Paper". (MARX, 1984. p.4).

31 No final dos anos 80, Nadine Fresco, sugere alguma continuidade entre as posições de Guillaume nos tempos em que ele era membro de *Socialismo ou Barbárie* e aquelas que o levam a apoiar Faurisson, indicando que "Guillaume afiou suas primeiras armas teóricas no início dos anos sessenta, no pequeno grupo *Socialismo ou Barbárie* (SOB) de Cornélius Castoriadis, Claude Lefort, Jean François Lyotard e Pierre Souyti...". (FRESCO, 1988, p. 38-39). No número de outubro, *Lignes* publica uma carta de Castoriadis em que ele responde à avaliação de Fresco dizendo que o "tristemente conhecido Pierre Guillaume" não foi mais do que "um dos muitos jovens e estudantes que, após 1958, vieram para *Socialismo ou Barbárie* atraídos pelas ideias revolucionárias do grupo", mas que, não teve nenhum papel revelante no grupo e não foi responsável por nenhum texto publicado na revista. Além disso, continua Castoriadis, ele não teria podido "polir quaisquer de suas 'armas teóricas' em *Socialismo e Barbárie* (...) porque ele jamais possuiu qualquer 'arma teórica'". E, de mais a mais, sua participação no *Socialismo ou Barbárie* indica que "ter partilhado de ideias justas durante alguns anos não constitui garantia contra uma decomposição mental e moral ulterior" e que a ligação "por contiguidade" entre Guillaume e *Socialismo ou Barbárie* "me lembra dos procedimentos stalinistas que me surpreendem em reencontrar sob a assinatura de Nadine Fresco" (CASTORIADIS, 1988, p. 223-224).

32 Cf. IGOUNET, 2000, p.460-472. Valerie Igounet identifica um trânsito ideológico em Gullaume, que, abandonado por toda a ultra-esquerda, termina por se vincular de forma cada vez mais clara à extrema direita.

mo em geral e Auschwitz em particular desviariam o foco do proletariado sobre quem é o seu inimigo principal. Em uma de suas publicações do ano de 1980 ele reafirmava que:

> No pensamento político contemporâneo, o fascismo desempenha, antes de qualquer outra ideologia, o papel do demônio. O universo do campo de concentração nazista fornece um inferno dos mais adequados. A ideologia antifascista se propõe a salvar a democracia por todos os meios, (…) é antes de tudo o meio de afogar na confusão as próprias perspectivas do proletariado e de integrar esta classe na defesa do mundo capitalista (*Apud* Finkielkraut, 1982. p. 47).

O "anti-antifascismo" de Guillaume é uma ideia de inspiração *bordiguista* que passou a circular na esquerda radical francesa do pós-guerra[33]. Escrito fundacional para essa perspectiva é "Auschwitz ou o grande álibi", artigo sem indicação de autoria[34] que foi publicado originalmente pelo periódico *Programme Communiste* em 1960 e republicado pela editora de Guillaume em 1970. O artigo não nega o extermínio dos judeus e nem relativiza suas dimensões. A tese do artigo, julgando fazer uma leitura do extermínio dos judeus à luz de um "marxismo ortodoxo" defendido por Amadeo Bordiga, é a de que os judeus foram mortos por razões estritamente econômicas e não em função do racismo nazista. Além disso, a questão decisiva é a do *uso* do crime tanto pela esquerda quanto pela direita nas democracias ocidentais no pós-guerra:

> Novamente a imprensa de esquerda demonstram que o racismo e, essencialmente, o antissemitismo constituem, em certo sentido, o grande álibi do antifascismo: é sua bandeira favorita e, ao mesmo tempo, seu último refúgio na discussão. Quem resiste à lembrança dos campos de extermínio? Quem não se indigna ante ao assassinato de seis milhões de judeus? E como não ficar horrorizado com o sadismo dos nazis? E, apesar de tudo, estamos diante de uma das mais escandalosas mistificações do antifascismo e pretendemos denunciá-la.
> (...)
> Todos os nossos bons democratas antifascistas se lançaram sobre os cadáveres dos judeus. E desde então eles os acenam sob o nariz do proletariado. Para fazê-lo sentir

33 Trata-se de uma corrente composta de múltiplos grupos e que se inspira nas formulações e nas posições de Amadeo Bordiga, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano. Expulso em 1930 por se opor ao stalinismo, Bordiga se torna um incentivador e uma referência na constituição do Partido Comunista Internacional (1952), com existência orgânica na Itália e na França. Sobre o negacionismo na ultra-esquerda, cf. BIHR, 1997, p.99-127.

34 Nas organizações bordiguistas era comum que a autoria dos textos publicados não fosse identificada, remetendo à ideia de trabalho coletivo. A autoria deste artigo foi durante muito tempo atribuída ao próprio Amadeu Bordiga, que nunca confirmou nem desmentiu a informação. Seu autor, Martin Axelrad (1926-2010), foi identificado quando o jornal *Prolétaire* publicou seu obituário em outubro de 2010. Cf. https://www.marxists.org/francais/bios/ martin_axelrad.htm. Acesso em 18 de março de 2021.

> a infâmia do capitalismo? Não, pelo contrário: fazê-lo apreciar por contraste a verdadeira democracia, o verdadeiro progresso, o bem-estar de que goza na sociedade capitalista! (...) Usar os cadáveres das vítimas do capital para tentar esconder a verdade, usar esses cadáveres para a proteção do capital é de fato a forma mais infame de explorá-los até o fim[35].

Deste ponto de vista, o *antifascismo* é considerado como uma "ferramenta" para encobrir ou minimizar os crimes cometidos tanto pelo capitalismo quanto pelo stalinismo, podendo desarmar a classe operária para seus embates revolucionários. Nesse sentido, com algumas *adaptações* decisivas, foi possível que a negação da política de extermínio nazista tivesse assumido, anos mais tarde, uma função estratégica para um projeto revolucionário de superação do capitalismo (Fresco, 1988. p.38ss). As armas para esse combate foram oferecidas por Robert Faurisson e, em princípios de 1979, Guillaume se torna um articulador decisivo de apoio a Faurisson e de divulgação de literatura negacionista na França.

As ações judiciais movidas contra Faurisson oferecem a Pierre Guillaume um suporte para a busca de apoio no seu círculo mais próximo. Passam a acompanhar Guillaume diversos intelectuais que partilhavam com ele uma trajetória no campo da esquerda, alguns dos quais já nessa época com uma carreira acadêmica constituída, como Jean Luc Tristani, professor assistente em ciências sociais da Universidade de Paris-V, Gàbor Tamàs Rittersporn, Historiador e pesquisador do *Centro Nacional de Pesquisas Científicas* (CNRS). Talvez os de maior prestígio tenham sido Jean-Gabriel Cohn- Bendit, professor e um ativista nacionalmente conhecido pela implantação de escolas experimentais na França, e Serge Thion, sociólogo especialista em indochina e também pesquisador do CRNS e com relações pessoais com alguns dos intelectuais que se destacariam pelo combate ao negacionismo, como Nadine Fresco e Pierre Vidal-Naquet.

O apoio público desses intelectuais provoca reverberações importantes no espaço público francês, mas que em nada se compara com o efeito causado pelo apoio a Faurisson dado por Noam Chomsky, renomado linguista e intelectual de projeção internacional ligado à luta anti-imperialista. Guillaume parece ter sido, também, aquele que fez o contato e engajou Chomsky na defesa de Faurisson:

> Conheci Noam Chomsky no decorrer de 1979. Ele se reuniu com Serge Thion para uma breve discussão técnica sobre o Camboja. Serge Thion me apresentou e pudemos conversar por cerca de quinze minutos. Expliquei-lhe resumidamente os contornos do caso Faurisson, do qual, é claro, ele nunca tinha ouvido falar. (...)

35 *Auschwits ou le grand Alibi". In Programme Communiste* (nº.11, abril-junio de 1960), Disponível em http://www.marxists.org/francais/bordiga/works/1960/00/bordiga_auschwitz.htm. Acesso em 18 de março de 2021.

> Chomsky me fez três perguntas para garantir a honestidade de meu compromisso e me garantiu que faria o possível para defender a liberdade de expressão e os direitos de Faurisson (Guillaume, 2005. p. 92).

Chomsky faria isso meses mais tarde quando passou a circular, em diversas universidades dos Estados Unidos, um *manifesto* em defesa de Faurisson. Trata-se de um texto produzido por Mark Weber, então membro da *National Alliance*, uma organização supremacista branca e neo-nazista norte-americana, que depois se tornaria um dirigente do *Institut for Historical Review*[36]. O texto apresentava Faurisson como "um respeitado professor de literatura francesa do século XX e de crítica de documentos" da Universidade de Lyon-2 que "desde 1974 tem conduzido extensa pesquisa histórica independente sobre a 'questão do holocausto'". O manifesto se colocava, por fim, "em defesa da liberdade acadêmica e da liberdade de expressão" de Faurisson, que estaria sendo submetido "a uma violenta campanha de assédio e intimidação" em uma "grosseira tentativa de silenciá-lo"[37]. No momento em que é enviado para a justiça em apoio a Faurisson, conta com a assinatura de 500 pessoas, dentre as quais, com destaque inegável, Noam Chomsky.

Segundo Pierre Guillaume, assinar e colher assinaturas para o manifesto foi a forma pela qual Chomsky fez valer seu compromisso de defender Faurisson (Guillaume, 2005, p. 95).

A opção de Chomsky por apoiar Faurisson não se deu no escuro. Pierre Vidal-Naquet foi um dos que lhe escreveu, dando detalhes sobre o caso. Mesmo assim, manteve sua assinatura no manifesto e, no final de 1980, enviou um texto a Serge Thion para "ser usado da melhor forma", que acabou sendo publicado como o prefácio do livro de Faurisson "*Mémoire en Défense*" de 1980. O fato de Chomsky defender Faurisson gerou choque e indignação em diversos meios, mas, sem dúvida, deu uma enorme projeção para o caso, tendo feito de Faurisson uma personalidade com notoriedade internacional e como estrela de primeira grandeza no terreno do negacionismo[38].

Ainda assim, ele foi derrotado na justiça, mesmo que a decisão do tribunal não tenha sido desfavorável a suas teses. Isso porque o tribunal, no veredito promulgado em julho de 1981, em função dos limites estabelecidos pelo Código Ci-

36 Sobre Mark Weber, cf. MAGALHÃES, 2019, p. 77. LIPSTADT, 1993, 184-184. Sobre o perfil da National Alliance, cf. DURHAM, 2007. p.28-35.

37 O texto do manifesto foi reproduzido em THION, 1980, p.163.

38 Cf. IGOUNET, 2000, p.258-261; VIDAL-NAQUET, 1988(a), p.91-92. No Brasil, o apoio de Chomsky a Faurisson repercutiu na imprensa diária por meio da polêmica travada entre ele e o escritor Claude Roy na revista *Nouvel Observateur* e reproduzida pelo jornal o *Estado de São Paulo* (27/07/1980, Suplemento Literário, p.2-5) e, posteriormente com a publicação de seu prefácio ao livro de Faurisson. (Cf. Jornal do Brasil, 17/12/1980, p.14 e 16/01/1981, p6.)

vil Francês[39], recusou o papel de julgar o problema substantivo que foi colocado pelos impetrantes: sem poder definir judicialmente o que seria "a verdade" do passado, não se poderia judicialmente definir o que seria "falsificar a história".

> O tribunal, chamado a decidir a litigação exclusivamente com os materiais apresentados pelas partes, não tem a autoridade nem a competência para julgar a História; e sem qualquer dos poderes inquisitoriais de pesquisa e ação oficial, não recebeu da lei a missão de decidir como esse ou outro episódio da história nacional ou mundial devem ser representados e caracterizados. (...)
> Sem ter que pesquisar se tal discurso constitui ou não uma "falsificação da História", basta atestar que, afastando com o rótulo de mito aquilo que ele não pode ou não quer admitir, e proclamando definitivamente as "boas novas" da "verdade histórica", Faurisson, professor universitário francês, carece dos requisitos de prudência, circunspecção objetiva e neutralidade intelectual que se impõem ao pesquisador que gostaria de ser (*apud* Kahn, 2004, p. 34 e 35).

E, no final, sua condenação se baseou na forma e não no conteúdo de suas afirmações. Dois anos mais tarde, a corte de apelação confirmou o primeiro veredito que condenou Faurisson por "imprudência", ainda que tenha ido mais longe: ao avaliar os procedimentos de Faurisson, os juízes da corte de apelação consideraram que ele ofereceu uma "argumentação científica" como fundamento de suas afirmações, validando um dos "produtos" oferecidos pelos negacionistas: a legitimidade de sua prática como *cientistas*.

Pierre Vidal-Naquet, escrevendo em 1987, indica que esse veredito é um sinal claro de que o uso da "arma jurídica" contra os negacionistas pode ser adequado, desde que não se peça aos tribunais para decidir sobre a verdade do passado ou sobre a história como prática acadêmica[40].

Mas, paralelamente, outro campo de enfrentamento com os negacionistas se constituía e se direcionava exatamente para aquilo sobre o que a corte se calou, terminando por validar das práticas de Faurisson. Falo das reações de intelectuais, em particular a dos historiadores que, pela primeira vez, se apresentam publicamente "como um corpo" para responder à negação do passado e à sua desqualificação como campo profissional[41].

---

39 Sobre os contornos do código civil francês e seus impactos no julgamento, cf. KAHN, 2004, p. 31-37.

40 VIDAL-NAQUET, 1988(b), p. 210-211. Essa é uma questão que volta com força ao debate público quando o parlamento francês, depois de os tribunais seguidamente terem se recusado a tratar do tema substantivo da falsidade das afirmações negacionistas, estabelece, por meio da chamada Lei Gayssot, aprovada em 1990, a ilegalidade de colocar em questão a realidade do holocausto. Sobre a lei Gayssot, cf. KAHN, 2004, p.101-118.

41 O já mencionado Germar Rudolf toca nesse ponto de forma explícita: "Mas o que resta dessa credibilidade [dos historiadores] se o Holocausto não aconteceu, como geralmente se acredita? Essa tese

Os Historiadores e o "Caso Faurisson"

De fato, uma das muitas novidades trazidas pelo "Caso Faurisson" é o fato de que, pela primeira vez, o negacionismo foi visto como um problema pelo *campo profissional* dos historiadores, ultrapassando as fronteiras das especialidades. Ainda que, antes, historiadores tenham tomado conhecimento ou mesmo enfrentado publicamente o negacionismo[42], o que se viu naquele momento foi diferente, expressando algo como uma tomada de consciência dos riscos que ele representava para o campo profissional como um todo. Mesmo que isso se torne mais nítido com o tempo, seus sinais já são visíveis desde o princípio do "Caso".

A primeira reação de historiadores se deu em fevereiro de 1979. A iniciativa foi de Pierre Vida-Naquet que, instado por "um amigo" de que "os historiadores tinham que responder", redigiu, com Léon Poliakov, uma declaração que foi enviada "a um grande número de historiadores que, em sua grande maioria, assinaram. Eu não registrei as recusas" (Vidal-Naquet, 1988(a), p.89).

A declaração, assinada por trinta e quatro historiadores franceses de prestígio, de diversas especialidades, foi publicada no dia 21 no jornal *Le Monde*: *"La politique nazie d'extermination: une déclaration d'historiens"*[43].

> Desde o final da Segunda Guerra Mundial, (…) publicistas, às vezes assumindo o título de historiadores, questionaram a veracidade dos testemunhos sobre a política de extermínio de Hitler. (…)
> Dito isso, é natural que a geração que não recebeu o choque de 1945 esteja agora fazendo perguntas. É para seu uso, e não como resposta a quem quer que seja, que emitimos esta declaração. Fazemos isso na qualidade de historiadores, o que não nos dá nenhum direito, mas apenas um dever, o de sermos (…) servidores da humilde verdade, [e] uma única missão, da qual já falava o 'pai da História': *'Impedir que o que os homens fizeram ao longo do tempo se apague da memória'*".

Em sua parte substantiva, correspondendo a mais de 80% do texto, a *Declaração* nos fala, em quatro pontos, sobre o genocídio perpetrado pelos nazistas e

revisionista, desenvolvida nas últimas décadas principalmente por, mais uma vez, cidadãos das nações aliadas ocidentais, não apenas atinge o nervo da credibilidade da historiografia, como a destrói de uma vez." RUDOLF, 2003, p. 49.

42 Cf. p.ex. BROSZAT, 1977, 739-775; VIDAL-NAQUET, 1975 e 1988(a), p.88; WELLERS, 1977.

43 A declaração integral está disponível em: https://langloishg.fr/2015/08/24/lhistorien-devant-le-negationnisme-la- declaration-du-21-fevrier-1979/. Entre os signatários estavam Phillipe Ariès, François Furet, Ernst Labrousse, Fernad Braudel, Pierre Chaunnu, Michelle Perrot, Roland Mousnier, Paul Veyne e Jacques Le Goff.

sobre os meios que dispomos para saber que o extermínio aconteceu, nos apresentando lugares, personagens, documentos e testemunhos. E conclui:

> Todos são livres para interpretar um fenômeno como o genocídio de Hitler de acordo com sua própria filosofia. [Mas] (…) ninguém pode negar sua existência sem ultrajar a verdade. Não cabe colocar em questão a possibilidade técnica de tal assassinato em massa. Foi tecnicamente possível, porque aconteceu. Este é o ponto de partida essencial para qualquer investigação sobre o assunto. (…) não existe, não pode haver um debate sobre a existência das câmaras de gás.

Essa *Declaração* pode ser lida de diversas formas. Me interessa aqui sinalizar para o fato de que se deve lidar com cuidado com um de seus "valores de face": o de que o texto não daria uma resposta sobre a realidade do genocídio nazista. Isso porque, o que o sustenta é a expectativa de refutar as afirmações de Faurisson. A resposta, feita com uma preocupação nitidamente pedagógica, foi dada, entretanto, *virando as costas* aos negacionistas, olhando para além deles. Eles só seriam dignos de atenção pelos efeitos de suas práticas no espaço público, e não por eles mesmos.

Nesse sentido, menos pelo que o texto diz e mais pelo que ele faz, dele emergem referências que, já presente no artigo de Georges Wellers de janeiro de 1979 no *Le Monde*[44], se tornam basilares na forma de pensar e de tratar do negacionismo: por um lado, há aqui a percepção de que há uma diferença decisiva entre os negacionistas e o público receptor. E isto sugere que o elemento decisivo não é o objeto mesmo da negação: uns negam por má-fé e, portanto, para eles é reservado o combate; outros podem vir a negar por ignorância e por não ter instrumentos para contrapor ou resistir às formulações dos negacionistas, e estes se educam. Para os signatários do manifesto, historiadores, o combate se faz oferecendo aos leigos os meios de superar a *legítima ignorância*, para que possam se proteger das falácias do negacionismo.

Em segundo lugar, a caracterização da empresa negacionista contida na *Declaração* também vai ter vida-longa: eles agem no espaço público com a perspectiva de incidir sobre a percepção socialmente partilhada sobre o passado. Nesse sentido, caberia aos historiadores contribuir para a formação e consolidação de uma memória sobre a política de extermínio nazista e, por isso, parte importante do texto é dedicada a mostrar que o extermínio existiu e nos dizer como se sabe disso.

Este parece ser o alvo: o reconhecimento de que o propósito dos negacionistas é buscar afirmar uma percepção sobre o passado que seja mais adequada

44 Cf. nota 27, supra.

ao seu projeto político. Na medida em que os negacionistas realizam uma *disputa de memória*, seria papel dos historiadores não dar espaço para que eles pudessem ser bem-sucedidos.

Além desse, dois outros textos de historiadores se tornaram marcos na forma de pensar na relação do campo profissional com o fenômeno do negacionismo. Trata-se de dois artigos publicados em 1980: em junho, por Nadine Fresco, na *Les Temps Modernes* e, em setembro, por Pierre Vidal- Naquet, na L'Esprit, ambos escritos a pedido dos editores. Ainda que essas não sejam revistas específicas do campo dos historiadores, são periódicos de enorme prestígio e penetração e esses artigos se tornaram, cada um a seu modo, historiografia de referência sobre o negacionismo na França. O artigo de Nadine Fresco é o primeiro escrito por um(a) historiador(a) e o segundo jamais publicado na França que tomou o negacionismo *como objeto* de análise[45]. Medievalista até então, Fresco, a partir de sua intervenção no "Caso Faurisson", passou a se dedicar ao estudo do negacionismo e ao tema do extermínio dos judeus durante o Terceiro Reich, sendo, mais tarde, uma historiadora reconhecida por sua especialização nesse campo (Jouanneau, 2008, p. 51-57).

Com esse artigo, Fresco inaugura uma forma de abordar o negacionismo. Em relação à *Declaração dos Historiadores*, ela se distancia de sua abordagem, mas leva a sério seu "valor de face" por meio de um olhar que se projeta para dentro do negacionismo e do universo de Faurisson. Em seu exercício de análise ela mergulha nos textos de Faurisson e explora sua escrita em profundidade. O texto de Fresco nos leva pelos escritos de Faurisson sobre literatura, publicados até meados da década de 1970, e por seus projetos de investigação anunciados em princípios de 1978 para a entender sua forma de pensar e seus procedimentos.

Mesmo sendo adversário, Faurisson aparece no texto de Fresco, acima de tudo, como *objeto*. O que ela faz é explorar suas operações com a expectativa de compreendê-las. A recusa do negacionismo não se dá, no início, por aquilo que ele diz, mas sim, no final, por aquilo que ele faz: ela mostra que suas operações são insustentáveis porque são maliciosas e viciadas e não derivadas do erro ou do engano. Essa é uma forma de lidar com o negacionismo, tomando-o como objeto de pesquisa, que só vai se afirmar mais tardiamente[46].

45 O único texto anterior é o de Georges Wellers (1977) sobre Paul Rassinier. Pierre Vidal-Naquet reconhece a importância do artigo de Fresco como um estímulo para que ele próprio aceitasse a proposta de *L'Esprit* para escrever o seu "Eichmann de Papel". (VIDAL-NAQUEt, 1988(a), p.90).

46 Nadine Fresco volta a esse tipo de preocupação de compreender os negacionistas em dois trabalhos publicados nos anos 80: "*Parcours du Ressentiment*", em que se dedica especialmente aos negacionistas da ultra-esqueda (1988) e sua biografia de Paul Rassinier. Neste tipo de abordagem se destaca também a *História do Negacionismo na França*, tese de doutorado de Valerie Igoune publicada vinte anos mais tarde.

Outra é a relação com Faurisson que vemos no artigo de Pierre Vidal-Naquet, antiquista da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS). Sua reação e sua relação com o tema dificilmente podem ser separadas de sua experiência familiar: sua mãe foi uma das vítimas das câmaras de gás de Auschwitz. Seu artigo "Eichmann de Papel" é, talvez, o artigo mais conhecido sobre o "Caso Faurisson". Traduzido em diversas línguas, ele se tornou referencial sobre o tema (Vidal-Naquet, 1988(b), p. 13-101).

Em sua primeira edição, o texto foi apresentado pela redação de *Esprit* como "uma resposta a Faurisson e outros", o que gerou protestos por parte de Vidal-Naquet perante os editores da revista. Posteriormente ele volta ao tema:

> Quero deixar claro, de uma vez por todas, que não estou respondendo aos acusadores e que não manterei qualquer diálogo com eles em qualquer plano. (…) Estabeleci uma regra para mim: podemos e devemos discutir sobre os 'revisionistas'; podemos analisar seus textos como fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como aparecem, mas não discutir com os 'revisionistas' (…) não tenho o que lhes responder e não responderei (VidaL-Naquet, 1988(b), p. 10-11).

Mas, reafirmando que não considera os negacionistas interlocutores legítimos, o texto de Vidal-Naquet parece ser justamente o que diz não ser: uma resposta a Faurisson. Ao longo de quase todo o artigo ele trava uma luta *direta* contra Faurisson. Cada um dos procedimentos de demonstração seguidos por Vidal-Naquet é movido pela ideia de mostrar que as afirmações de Faurisson, baseadas em um procedimento viciado, são "simplesmente falsas". Ele tem o propósito de desvelar a "mentira", palavra repetida ao longo de todo o texto. Isto foi, anos mais tarde, reconhecido como um "paradoxo" pelo próprio Vidal-Naquet (Vidal-Naquet, 1988(a), p. 91).

Por outro lado, a própria arquitetura do artigo indica que Vidal-Naquet aceitou o desafio de jogar no campo escolhido pelo *adversário*: os temas caros a Faurisson e que foram estabelecidos em suas intervenções públicas foram aqueles tratados por Vidal-Naquet. Oito das onze partes do texto correspondem aos oito campos temáticos do texto de Faurisson publicado anteriormente em *Dèfense de l'Occident* (Faurisson, 1999, vol. I, p. 109-116).

Eichmann de Papel é a refutação mais consistente e eloquente, feita ponto por ponto, das proclamações de Faurisson publicadas até então. Essa foi uma "resposta erudita" a Faurisson, escrita nitidamente para um público de intelectuais que "estavam balançando", sendo envolvidos pelas falácias e pelos títulos de Faurisson, por ignorância da matéria sobre a qual ele falava (Vidal-Naquet, 1988(a), p. 91-92).

Essa preocupação de Vidal-Naquet também se funda em uma avaliação de que, naquele momento, o espaço público não tinha os recursos necessários para se defender ou se proteger dos negacionistas. Anos mais tarde, Vidal-Naquet coloca, ainda que não o desenvolva, o problema dessa inseparabilidade entre o fenômeno do negacionismo e a sua receptividade no espaço público francês naquele contexto (Vidal-Naquet, 1988(a), p. 89).

Com isso, a preocupação pedagógica ganha relevo e ele faz uma discussão especializada de fontes para os não-especialistas. Seguindo o mesmo caminho da "declaração" de 1979, ele oferece os instrumentos que mostram como se sabe que o extermínio existiu para pessoas que possam ter se convencido dos argumentos dos negacionistas, mas, simbolicamente, não se dirigindo a eles de forma direta. Essa distinção entre uma negação (ou relativização) fundada na ignorância e outra como expressão de uma ideologia militante, também, aqui, aparece como algo constitutivo da forma como o negacionismo é pensado.

Esses três escritos, de qualidade e com propósitos distintos, permitem observar os eixos em torno dos quais a ação dos historiadores em relação ao negacionismo vai se dar a partir de então. O combate direto (a refutação), o indireto (a oferta pública de conhecimento) e, por fim, tomar o próprio negacionismo como objeto, com a expectativa de conhecê-lo como um campo político e também como prática.

Essas formas de lidar com o negacionismo podem ser pensadas como programáticas e há indícios abundantes de que as iniciativas para o seu enfrentamento se pautaram, a partir de então, pelas linhas de intervenção traçadas nesses escritos inaugurais.

De forma mais específica, o campo profissional dos historiadores teve papel decisivo em trazer para o espaço público, para os centros de pesquisa e para os bancos escolares os temas que os negacionistas fizeram circular, podendo essas ações ser pensadas como um efeito mesmo das práticas dos negacionistas. Cada um desses campos exige, por suas particularidades, análises específicas, mas, dito de forma geral e visto de forma panorâmica, esta conjuntura do início dos anos 80 impulsionou mudanças significativas na forma como o tema do nazismo e de seus crimes passou a ocupar o espaço público francês.

O incremento da publicação de títulos relacionados a esse complexo de temas foi uma marca notável deixada no mercado editorial, especialmente visível pela tradução de textos já consagrados. Isto se deu também no terreno da divulgação científica pela criação de instrumentos de refutação direta das ideias negacionistas (especialmente sítios eletrônicos)[47] e pela presença cada vez maior

47 Cf, p.ex. "Pratique de l'Histoire et Dévoiements Négationnistes" (https://phdn.org/) e "Ressources documentaires sur le génocide nazi et sa négation" (http://anti-rev.org/).

da temática do nazismo e do holocausto e de especialistas de projeção internacional em revistas voltadas para o público leigo. Já na edição de abril de 1979, por exemplo, três meses depois da última carta de Faurisson, a conhecida revista de divulgação científica *L'Histoire* publicou um artigo de Saul Friedlander sobre o extermínio dos judeus, tema regular na revista a partir de então[48].

No campo do ensino, o impacto foi multifacetado e de longo prazo. Exemplares foram as duas reformas curriculares de 1983 e 1988 que impactaram os programas de história contemporânea e os manuais escolares, em especial naquilo que dizia respeito ao nazismo. Além disso, iniciativas de qualificação de professores contaram com a oferta de materiais especializados sobre o tema, como a brochura de François Bédarida intitulada *Le Nazisme et le génocide*, distribuída gratuitamente para 35.000 professores de história e de geografia do ensino secundário por iniciativa da editora Nathan, algo, pelo que parece, inédito até então. Isso sinaliza para os esforços de múltiplos atores no sentido de impulsionar e qualificar o ensino do nazismo e de sua política de extermínio. Ao refletir sobre os efeitos desse conjunto de ações, Dominique Borne diz que "hoje, os professores não têm mais problemas de informação [sobre a Shoah]: colóquios, livros [e] números especiais de revista se multiplicaram. A informação é abundante, acessível" (Borne, 2008, p. 143-154)[49].

Ao lado dessas formas de abordar o nazismo e seus crimes, aquela que, talvez, expresse melhor o modo como os historiadores, como corpo, reagiram ao negacionismo foi o esforço de diversos profissionais de especialidades distintas de abrir espaço e de criar condições para a qualificação e especialização do próprio campo profissional em uma área de pesquisas que era, como se recorda Henry Rousso, "em grande parte inexplorada" (Rousso, 2020, p.xii). E há sinais nítidos de que esses investimentos tiveram uma dimensão institucional, além de terem envolvido intelectuais de projeção que estavam longe de ser especialistas da área.

Dois eventos científicos de dimensões inéditas, organizados para um público de pesquisadores e intelectuais, foram justificados explicitamente pelo risco representado pelos negacionistas nesse momento. Esses eventos trouxeram para o país, em 1982 e 1987, pela primeira vez, estudiosos de destaque de diversos países ligados à pesquisa sobre o holocausto.

O primeiro deles, sediado na prestigiosa Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), foi um colóquio organizado por dois pesquisadores

48 Cf. Trata-se de "Hitler et les Juifs", reproduzido em WIEVIORKA, 2005, p. 30-39,

49 Sobre as iniciativas de qualificar e ampliar o ensino de história contemporânea, assim como seus efeitos no longo prazo, cf. tb. BORNE, 2005, 262-267; BENSOUSSAN, 2010, p.138ss; STRAPÉLIAS, 2003, p.471-473.

de projeção internacional, mas sem qualquer investimento anterior neste campo de pesquisas sobre a "Solução Final": Raymond Aron, intelectual que se destacou como estudioso da sociologia das sociedades industriais, e François Furet, um historiador da Revolução Francesa (Ehess, 1985). O segundo foi feito na Sorbonne pela iniciativa de Hélène Ahrweiler, medievalista, e com a coordenação de François Bédarida, historiador do mundo contemporâneo, mas com publicações sobre a Inglaterra no século XIX e sobre a França de Vichy (Bédarida, 1989).

O propósito do evento da *École*, nos diz Furet, era o de "dar a palavra àqueles que haviam dedicado a maior parte de sua atividade à pesquisa histórica sobre o nazismo" e de "fazer um balanço sobre o assunto". A motivação para isso foi clara:

> Eu tinha ficado, como muitos outros, surpreso e chocado com as tentativas feitas por pequenos grupos militantes de questionar a materialidade dos fatos, ou pelo menos de banalizar seu significado. Mas, a indignação não constitui conhecimento e pode até, como preconceito ou partidarismo, impedi-lo (Ehess, 1985, p. 5)[50].

Ainda que tenha reunido especialistas para um "balanço" sobre os temas do nazismo e de sua política de extermínio, o evento de 1982 parece ter sido pensado para cumprir também uma função pedagógica ou mesmo para estimular ou impulsionar a constituição de um campo de estudos onde ele ainda não existia. Esse caráter é visível nos temas panorâmicos que foram distribuídos de tal forma a que o evento acabou por apresentar, ele mesmo, uma "história do holocausto", indo dos fundamentos e da gênese do genocídio, ao seu desenvolvimento e às reações a ele e terminando com problemas historiográficos e de interpretação. Além disso, o próprio conteúdo e encaminhamento das exposições sugerem uma preocupação nítida dos expositores convidados de falar para não-especialistas.

No final da década, fazendo um balanço dessas iniciativas, François Bédarida não dúvida em afirmar que o esforço se fez compensar e reconheceu que o negacionismo deu "um impulso aos estudos históricos sobre o genocídio"[51].

50 O mesmo espírito é observado no evento realizado na Sorbonne. cf. BÉDARIDA, 1989, p.9.

51 BÉDARIDA, 2005. p 199. É difícil estabelecer uma conexão causal direta sem considerar outras variáveis, mas no final da década a formação qualificada de especialistas dá razão a Bédarida como tendo sido, de fato, um dos efeitos visíveis desses esforços: observando as informações disponíveis no banco de teses francês (http://www.theses.fr/fr/), o número de teses defendidas ou em preparação entre meados e o final da década de 1980, no campo das ciências sociais, que, de algum modo, falavam da "Shoah", dá um salto se comparada com todos os períodos anteriores.

Considerações Finais

Na história dos negadores do holocausto, o *Caso Faurisson* é, sem dúvida, *excepcional* tanto por seu alcance quanto pela amplitude de seus efeitos. Mas ele é, simultaneamente, *exemplar* por ser a expressão de um *fenômeno de novo tipo* que seria circunscrito, anos depois, pelo conceito de *negacionismo*. A curiosa junção entre *excepcionalidade* e *exemplaridade* faz dele um bom caso para refletir tanto sobre o caráter do fenômeno quanto sobre as respostas que suscitou.

Por um lado, o ato de negar a realidade do extermínio de judeus parecia haver se tornado uma necessidade política, tendo sido trazido para o espaço público mais amplo por meio de novos veículos e de novos porta-vozes. Essas novidades deram uma nova qualidade para o fenômeno e estabelecerem com o público para o qual se dirigiam uma relação de outra natureza.

Por outro lado, quando observamos as respostas que estas novidades suscitaram, fica nítida a percepção de que o enfrentamento desta forma nova de negar o extermínio nazista se fundamentou em uma separação radical entre os produtores e os consumidores de materiais negacionistas. Dito de outra forma, as respostas ao crescimento da influência pública dos negacionistas evidenciam uma percepção corrente (ainda que tácita) de que haveria uma diferença substantiva entre aqueles para quem a negação é um imperativo absoluto e aqueles que poderiam reproduzi-la de boa fé.

No campo dos historiadores, os dois tipos de atitude que se materializaram nos escritos tanto de Pierre Vidal-Naquet quanto de Nadine Fresco foram, cada um a seu modo e em momentos distintos, fundacionais. A partir de uma "pauta" estabelecida pela intervenção dos negacionistas, esses escritos indicavam modos de agir. Indicavam que a produção e a divulgação de conhecimento sobre o nazismo e seus crimes, assim como um trabalho de investigação sobre o próprio negacionismo estavam na ordem do dia.

Simultaneamente, a recusa em reconhecê-los como interlocutores legítimos evidencia a percepção de que os negacionistas não são permeáveis a argumentos ou a evidências de qualquer natureza e que a negação é, para eles, um programa político incontornável.

A percepção dessa novidade se expressou em um conjunto grande de iniciativas que fizeram com que o tema do holocausto passasse a circular publicamente com intensidade e frequência inéditas.

O *caso Faurisson*, explorado neste artigo, mostra de forma nítida o diagnóstico segundo o qual o terreno mais fértil ao crescimento e ao enraizamento

do negacionismo é dado por um espaço público acolhedor às suas ideias, que não vê a fraude ou mesmo o ultraje representado por suas ações e proclamações. As reações de historiadores, educadores e instituições se deu no sentido de limitar a eficácia do discurso negacionista por meio da oferta de conhecimento que pudesse reduzir a permeabilidade do espaço público às falácias do negacionismo, disponibilizando instrumentos para que o público receptor pudesse reconhecer, na atividade militante destes negadores do holocausto, a ação política fantasiada como conhecimento. Nesse sentido, avalia que podem surgir "atos de negação" que se fundam não em uma atitude ideológica, mas um conhecimento frágil ou inexistente do passado negado. Isso significa que negacionismo é pensado como um tipo particular de "ato de negação" que se distingue, em sua própria natureza, de outros, ainda que o objeto da negação possa ser o mesmo.

A oferta pública de conhecimento, em um formato adequado à sua ampla circulação, foi uma preocupação que ultrapassou as fronteiras internas das especialidades profissionais e fez com que a ação dos especialistas tenha extrapolado em muito os muros das universidades e centros de pesquisa. Isto acabou por reconfigurar a forma como historiadores (o corpo profissional diretamente atingido pela intervenção dos negacionistas do holocausto) passaram a se relacionar com o espaço público abrangente, produzindo efeitos tanto no terreno da qualificação profissional quanto da circulação pública de conhecimento.

É difícil saber, sem pesquisa específica, se e em que medida esse foi um efeito durável ou se essa atitude do campo profissional se limitou a uma conjuntura específica. Mas, a qualificação da pesquisa, os esforços por ampliar a oferta de materiais e a preocupação intensiva com problemas de natureza pedagógica mudaram de forma estável o modo como a história do nazismo e de seus crimes circularam publicamente no país.

O caso da negação do holocausto abre, por fim, a possibilidade de ser comparado com a forma como outras manifestações do negacionismo na sociedade contemporânea impactaram nos campos profissionais que foram diretamente desafiados por essas fraudes político-ideológicas. Ele pode também funcionar como instrumento de comparação para permitir a construção de um quadro conceitual que supere as particularidades dos negacionismos específicos e apreenda aquilo que é comum em fenômenos de natureza semelhante ao negacionismo do holocausto, desde os que negam a gravidade de doenças e os problemas climáticos causados pelos padrões de produção e consumo das sociedades industrializadas até os que negam a validade de conhecimentos já há muito estabelecidos sobre o mundo físico e biológico.

Referências

ADLER, Hans Günther. **Die Verheimlichte Wahrheit**: Theresienstädter Dokumente. Tübingen: J.C.B.Mohr, 1958.

ARAD, Yitzhak, GUTMAN, Israel e MARGALIOT, Abraham. **Documents on the Holocaust**. Jerusalem: Yad Vashem, 1999.

ATKINS, Stephen e. **Holocaust denial as an international movement**. Westport: Praeger Publishers, 2009.

BÉDARIDA, François. *La Politique nazie d'extermination*. Paris: Albin Michel, 1989.

BÉDARIDA, François. **Le Nazisme et le Génocide, histoire et enjeux**. Paris: Nathan, 1989.

BÉDARIDA, François. Comment Écrite l'histoire du génocide. In: Wieviorka, Annette. (Org.) **Auschwitz**: La Solution Finale. Paris: Tallandier, 2005, p. 195-204.

BENSOUSSAN, Georges. L'enseignement de la Shoah dans l'Éducation nationale française (1945- 1990). **Revue d'Histoire de la Shoah**. n°.193, 2010, p. 129-150.

BIHR, Alain. Les mésaventures du sectarisme revolutionnaire. In: BIHR, Alain, Caldiron, Guido et. Al. **Negationnistes**: les chiffonniers de l'histoire. Villeurbanne; Paris: Golias; Syllepse, 1997.

BONDY, Ruth. Theresienstadt. In: LAQUEUR, Walther. (Ed.) **The Holocaust Encyclopedia**. New Haven; London: Yale University Press. 2001.

BORNE, Dominique. Comment Parler d'Auschwits à l'école?. In: Wieviorka, Annette. (Org.) **Auschwitz**: La Solution Finale. Paris: Tallandier, 2005, p. 262-267.

BORNE, Dominique. Faire connaître la Shoah à L'école. In: Ernst Sophie (ed.). **Quand les mémoires déstabilisent l'école. Mémoire de la Shoah et enseignement**. Lyon: INRP, 2008. p. 143-154.

BOURDIEU, P. **Le Sens Pratique**. Paris: Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BROSZAT, Martin. Hitler und die Genesis der 'Endlösung'. Aus Anlaß der Thesen von David Irving, **Viertelhahresheft für Zeitgeschichte**, nº.25 (1977). p. 739-775.

CAMUS, Jean-Yves. Le négationnisme dans le monde occidental: un paravent pseudo-scientifique de l'antisémitisme. https://phdn.org/negation/camusnegation.html. 2008-2012. Consultado em 23.04.2021.

CASTORIADIS, Cornelius. Au Sujet de 'Parcours du Ressentiment' de Nadine Fresco. **Lignes**, n.4. Outubro de 1988, p. 223-224.

CHARNY, Israel. Innocent Denials of Known Genocides: A Further Contribution to a Psychology of Denial of Genocide. In: **Human Rights Review**, April-June, 2000.

CHARNY, Israel. The Psychological Satisfaction of Denials of the Holocaust or Other Genocides by Non-Extremists or Bigots, and Even by Known Scholars. **Idea Journal**, vol

6, n°1, 2001. Disponível em http://www.ideajournal.com/articles.php?id=27. Consultado em 18.01.2021.

COHEN, Stanley. **States of Denial**: Knowing about atrocities and Suffering. Cambridge: Polity Press, 2008.

CRUZ, Natália dos Reis. **Negando a História**. A Editora Revisão e o Neonazismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997. Diss. de Mestrado.

CYTRZNOWICZ, Roney. **Memória da Barbárie**: A História do genocídio dos Judeus na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, Nova Stella, 1990.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da História. **Revista Brasileira de História**, vol. 33, n. 65, 2013.

DURHAM, Martin. **White Rage**: The Extreme Right and American Politics. New York: Routledge, 2007.

EHESS. **L' Allemagne nazie et le Génocide juif**. Paris: Seuil/Gallimard, 1985.

EVANS, Richard J. **Lying about Hitler**: History, Holocaust and the David Irving Trial. NewYork,: Basic Books, 2001.

FINKIELKRAUT, Alain. **L'Avenir d'une Négation**: Réflexion sur la question du génocide. Paris: Seuil, 1982.

FRESCO, Nadine. Les redresseurs de morts. Chambres à gaz: la bonne nouvelle. Comment on révise l'histoire. **Les Temps Modernes**, n° 407, junho/1980. Disponível em: http://www.anti- rev.org/textes/Fresco80a/body.htm.

FRESCO, Nadine. Parcours du Ressentiment: Pseudo-Histoire et Théorie sur Mesure Dans Le "Révisionnisme". **Lignes**, n°2, 1988, p.29-72.

GINZBURG, Carlo. Just One Witness. In: FRIEDLANDER, Saul. **Probing the Limits of Representation**: Nazism and the 'Final Solution'. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p. 82-96.

GINZBURG, Carlo. Unus testis – Lo sterminio degli ebrei e il principio di realtà. **Il Filo e le Tracce**: Vero, falso, finto. Milano: Feltrinelli, 2015.

GRAML, Hermann. Alte und neue Apologeten Hitlers. In: Benz, Wolfgang. (Org.). **Rechtsextremismus in der Bundesrepublik**: Voraussetzungen, Zusammenhänge, Wirkungen. Frankfurt. a. M.: Fisher, 1989.

HIMMLER, Heinrich. **Heinrich Himmler**. Geheimreden 1933 bis 1945 und andere Ansprachen. Bradley F. Smith e Agnes F. Peterson (Ed.). Berlin: Propyläen Verlag, 1974.

IGOUNET, Valerie. **Histoire du négationnisme en France**, Paris: Seuil, 2000.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Anti-semitismo e Nacionalismo, Negacionismo e Memória**: Revisão Editora e as estratégias da Intolerância (1987-2003). São Paulo. Editora Unesp, 2006.

JOUANNEAU, Bernard (org). **La Justice e l'histoire face au négationnisme**. Au Coeur d'un Procès. Paris: Fayard, 2008.

KAHN, Robert A. **Holocaust Denial and the Law AComparative Study**. New York. Palgrave Macmillan, 2004.

KOGON, Eugen; LANGBEIN, Hermann; RÜCKERL, Adalbert. **Les Chambres à gaz secret d'État**. Paris: Minuit, 1984.

LACAPRA, Dominick. **History and Memory after Auschwitz**. Ithaca; London: Cornell University Press, 1998.

LANGBEIN, Hermann. **Hommes et femmes à Auschwitz**. Paris: Fayard, 1975. LATOUR, Bruno. Onde aterrar? Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LIFTON, Robert Jay. **Death in Life**: Survivors of Hiroshima. New York: Random House, 1967.

LIFTON, Robert Jay. **The Nazi Doctors**: Medical Killing and the Psychology of Genocide. Basic Books, 1986.

LIFTON, Robert Jay. From Hiroshima to the nazi Doctors: the evolution of psychoformative approaches to understanding traumatic stress syndromes. In: Winson, John P., Raphael, Beverley (eds.). **International Handbook of Traumatic Stress Syndromes**. New York, Springer, 1993.

LIPSTADT, Deborah. **Denying the Holocaust The Growing Assault on Truth and Memory**. New York; The Free Press, 1993.

LONGERICH, Peter. **Holocaust**: The Nazi Persecution and Murder of the Jews. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MAGALHÃES, Luiz Paulo de Araújo. **Intelectuais de Extrema Direita e o Negacionismo do Holocausto**: O caso do Institute for Historical Review (IHR). Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFRRJ, Seropédica. 2019.

MÄRTHESHEIMER, Peter; FRENZEL, Ivo (eds.). **Im Kreuzfeuer**: Das Fernsehfilm 'Holocaust'. Eine Nation ist Betroffen. Fischer: Frankfurt, 1979.

MARX, Karl. Rede auf der Jahresfeier des 'People's Paper' am 14. April 1856 in London. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Werke**. Vol. 12, abril de 1856-Janeiro de 1859. Berlim: dietz Verlag, 1984. p. 3-4.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILMAN, Luis. Negacionismo: Gênese e desenvimento do genocídio conceitual. In: Milman, L. e Vizentini, P. F. (Orgs.) **Neonazismo, Negacinismo e Extremismo Político**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Revisionismo Negacionista (verbete). In: Teixeira da Silva, Francisco Carlos et.al. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004. p. 757-759.

MORAES, Luís Edmundo de S. O Negacionismo e as Disputas de Memória: Reflexões sobre intelectuais de extrema direita e a negação do holocausto. 2008. Disponível em http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212957377_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-2008.pdf

MORAES, Luís Edmundo de S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/ 1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo--Moraes.pdf.

MORAES, Luís Edmundo de S. Negacionismo: a extrema direita e a negação da política de extermínio nazista". **Revista Eletrônica Tempo Presente**. 2013. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4217.

OGDEN, Sofia K; BIEBERS, Ashley (eds.). **Psychology of Denial**. New York: Nova Science Publishers, 2010.

ROUSSO, Henry. **La Syndrome de Vichy**. Paris: Seuil, 1990.

ROUSSO, Henry. **Le Dossier Lyon III**. Le Rapport sur le racisme et le négationnisme à l'université Jean-Moulin. Paris: Fayard, 2004.

ROUSSO, Henry: **Face au Passe**: Essais sur la Mémoire Contemporaine. Paris: Belin, 2016.

ROUSSO, Henry. Foreword. In: GUDONIS, Marius; JONES, Benjamin T. (eds.). **History in a Post- Truth World**: Theory and Praxis. New York; London: Routledge, 2020. p. xii-xv.

SCHMIDT, Michael. **Néo-Nazis: La terrible enquete**. Paris: Éditions J.-C. Lattés, 1993. SITZE, Adam. Denialism. The South Atlantic Quarterly, 103:4, 2004. p. 769-811.

SPECTER, Michael. **Denialism**: how irrational thinking hinders scientific progress, harms the planet, and threatens our lives. New York: The Penguin Press, 2009.

STRAPÉLIAS, Hélène. Enseigner l'histoire du génocide des arméniens: avancées et reculs de l'édition scolaire. **Revue d'Histoire de la Shoah**. (n°.177-178), 2003, p.471-503.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VALIM, Patrícia e AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**. 03 set. 2020. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/ Acesso em: 13 de novembro de 2020.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Des musées et des hommes. **Raison présente**, n°34, 1975. p. 3-12.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Une perversion intellectuelle: Entretien avec Daniel Dobbels et Michel Surya. **Lignes**, n°.2, 1988(a), p. 88-95.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória**. Campinas: Papirus, 1988(b). WEBER, Max. Economia y Sociedad. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

WELLERS, Georges. La « Solution Finale de la Question Juive » et la Mythomanie Néo-Nazie. Le Monde Juif. 1977, n°.86, p. 41-45.

WIESEL, Elie. Die Trivialisierung des Holocaust: halb Faktum, halb Fiktion. In: MÄRTHESHEIMER, Peter; FRENZEL, Ivo (eds.). **Im Kreuzfeuer**: Das Fernsehfilm 'Holocaust'. Eine Nation ist Betroffen. Fischer: Frankfurt, 1979. 25-30.

WIEVIORKA, Annete et.al. **Auschwitz**: La Solution Finale. Paris: Tallandier, 2005.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form**: Narrative Discourse and Hstorical Representation. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

Publicações Negacionistas

FAURISSON, Robert. **Écrits Révsionnistes (1974-1988)**. 4 vol. Edition Privee, 1999. Acessível em https://archive.org/

GUILLAUME, Pierre. **Droit et Histoire**. Éditions de l'AAARGH (Digital), 2005. Disponível em:http://aaargh.vho.org/fran/livres5/pgdeth2.pdf. Pg 92

RUDOLF, Germar. The Controversy about the Extermination of the Jews: An Introduction. In: Germar Rudolf (ed.) **Dissecting the Holocaust**. The Growing Critique of 'Truth' and 'Memory'. Chicago: Theses & Dissertations Press, 2003.

SANNING, Walter. **The Dissolution of the Eastern European** *Jewry*. Uckfield (GB): Castle Hill Publishers, 2015 [1983]

THION, Serge. **Vérité historique ou vérité politique? Le dossier de l'affaire Faurisson**. Paris: *Vieille Taupe*, 1980.

WECKERT, Ingrid. **Jewish Emigration from the Third Reich**. Chicago: Theses & Dissertations Press, 2004

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE FLORESTAN FERNANDES PARA MOVIMENTOS POPULARES: LUTAS, RESISTÊNCIAS E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA CONTEMPORANEIDADE

Adelar Pizetta

Introdução

O texto que segue pretende contribuir com os diálogos profícuos estabelecidos acerca da práxis do Florestan Fernandes e os processos organizativos e políticos, também formativos que estamos desenvolvendo no/pelos movimentos populares, em perspectiva histórica e emancipatória. Busca focar em aspectos teórico-metodológicos (chaves de leitura) que possibilitam a compreensão e transformação da realidade que nos toca viver em um momento histórico de excepcionalidade.

Antes, uma observação que julgo importante. Minha leitura do Florestan Fernandes é, de certa maneira, recente e se deve a uma função que eu ocupei no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quando da criação e da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada no município de Guararema no Estado de São Paulo, a partir do ano de 2000. Tive a oportunidade de acompanhar o processo de construção da estrutura física, mas também de integrar a Coordenação Político-Pedagógica da escola cuja função está na formação de dirigentes e quadros políticos para o MST e para o conjunto da classe trabalhadora. É a partir desse contexto que dou início às leituras e estudos buscando compreender o Florestan enquanto uma necessidade formativa e política. Portanto, a relação com a obra do Florestan não se dá no âmbito da universidade, mas sim, na dinâmica de formação, organização e lutas dos Movimentos Populares. É desse lugar e nessa condição que que fui, estou formando a interpretação e a modesta elaboração dessa reflexão.

Dessa maneira, o estudo que tenho feito do Mestre é basicamente a partir dessa função na "batalha de ideias" como parte da luta de classes, com o intuito de potencializar os processos no âmbito da formação da consciência crítica, no desenvolvimento da consciência de classe, da organização autônoma dos trabalhadores com a intenção de contribuir com as mudanças que possam fortalecer transformações revolucionárias. Procuramos nos apropriar de elementos dessa obra monumental analisando de que maneira e em que sentido ela nos robustece do ponto de vista da interpretação (método) e transformação da realidade, isto é, da práxis emancipatória em pleno século XXI. Portanto, ao meu entender, estudar Florestan passa a ser uma necessidade para aqueles sujeitos individuais e coletivos que almejam a ruptura com a ordem burguesa e, um grande desafio que deve ser encarado com rigor, disciplina, persistência e profundidade. Oxalá, possamos dentro das limitações, contribuir de alguma forma.

Alguns elementos do contexto

Vivemos uma situação de profundas instabilidades e crises de dimensões e proporções densas/intensas, internacionalizadas e articuladas simultaneamente entre si: econômica, social, política, sanitária (pandemia da COVID-19), ambiental, cultural, de valores, de civilização. Trata-se de uma crise sistêmica, do modo de produção capitalista, uma crise civilizatória que põe em questão o futuro da humanidade, tornando atual a celebre frase de Rosa Luxemburgo pronunciada a pouco mais de um século: "Socialismo ou Barbárie"!

Tal questão está na ordem do dia, mesmo que o socialismo não se vislumbra para amanhã, ele continua no horizonte. Já a barbárie penetra cotidianamente as relações sociais que se traduzem na destruição e na morte da vida do planeta, na devastação predatória e incalculável dos bens da natureza, nos feminicídios, assassinatos de jovens, adolescentes e crianças nas periferias, nas atitudes discriminatórias, racistas, enfim, índices alarmantes e insustentáveis de degradação da vida humana.

As investidas dos interesses capitalistas imperialistas internacionalizados deixam evidentes as tentativas e possibilidades de cerceamento da liberdade, de repressão ao pensamento e reflexão crítica, de ampliação dos espaços e ações fascistas, neofacistas e autoritárias que nos afetam profundamente, tanto na sociedade como nos espaços acadêmicos e escolares.

Não precisamos comentar a situação do campo brasileiro, na qual as investidas do capital nacional e transnacional, do armamento dos fazendeiros e da repressão aos movimentos que lutam por território e dignidade - como os Sem

Terra, Indígenas, Quilombolas, por exemplo - crescem amparados pelo Estado e seus braços (jurídico, político, ideológico e militar) para garantir a dinâmica de desenvolvimento do agronegócio[1] na agricultura.

Essa condição nos coloca desafios que necessitam ser enfrentados com firmeza, ousadia, unidade e convicção profunda na capacidade de resistência e luta dos "deserdados da terra" que buscam superar essa situação de exploração. Como afirma Fernandes (1989, p. 139) "as contradições não se excluem, elas se interpenetram e é através da luta de classes que elas se resolvem", que elas se superam em um movimento que pode significar mais humanidade (socialismo) ou mais violência, exploração e morte (barbárie). Essa luta acontece por vez aberta, outras latente e sutil, mas, estão vivas em diferentes espaços e dimensões da vida social, inclusive nas esferas educacionais e sociais.

Por isso, não há como pensar na formação de educadores, de militantes, de profissionais (intelectuais) fora da dinâmica da luta de classes, pois, é nos embates dessas lutas que os sujeitos podem descobrir que é necessário lutar contra essa ordem burguesa que o explora e discrimina e construir uma nova ordem social, socialista. É nesse terreno concreto que a construção, a organização e a formação da classe trabalhadora se assenta, com todas as debilidades históricas de um capitalismo dependente, e no qual podemos dedicar nossos esforços contribuindo com a elevação dos níveis políticos de enfrentamento em diferentes dimensões das lutas de classes.

Tais circunstâncias de instabilidade nos dá a impressão que estamos novamente em um "circuito fechado", diminuindo e/ou impedindo os avanços, como é o caso do bloqueio da Reforma Agrária e da destruição de políticas públicas para o campo conquistadas no período anterior; enfraquecimento e esfacela-

1 Para Stédile (2013, p. 33), sinteticamente o agronegócio apresenta as seguintes características: a) organização da produção agrícola na forma de monocultivo em escala de áreas cada vez maiores; b) uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; c) a prática de uma agricultura sem agricultores; d) uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; e) uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo.
Fernandes (2013, 217) assim argumenta: "O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais".
Segundo Delgado (2013, 64), "O agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob o patrocínio de políticas de Estado".

mento de políticas educacionais que atendiam demandas das camadas pobres e excluídas do sistema; esgotamento e colapso do sistema público de saúde, principalmente por negligência e negacionismo genocida do atual governo, etc. etc. E, de fato esse "circuito fechado" nunca foi rompido na história do Brasil, principalmente devido ao caráter autoritário e repressivo das classes dominantes que "solapam" qualquer iniciativa "contra a ordem" ainda em seu nascedouro.

No entanto, a advertência de Fernandes (1979, p. 5) nos ajuda a pensar quando disse que "a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que 'fecham ou abrem' os circuitos da história". Trata-se, portanto, de organizar a rebeldia e canalizá-la, também do ponto de vista da educação, no conjunto das lutas da classe trabalhadora para assim abrir os circuitos da história e avançar na construção de um projeto popular para o Brasil que represente efetivamente rupturas com nosso passado colonial, neocolonial e imperialista e que para tanto há necessidade de levar adiante processos revolucionários democráticos, nacionais e socialistas.

Quero reafirmar essa posição seguindo as palavras de Fernandes (1989, p. 10), que apesar de outro contexto histórico, ao meu entender, permanecem extremamente atuais:

> No limiar de uma nova era, o Brasil marcha para o socialismo ou para a fragmentação interna. A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a constituição negou, o Povo realizará. **Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro**. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da 'educação para um mundo em mudança', mas sim da educação como meio de auto-emancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores (Grifos nossos).

Essa dialética entre consciência crítica que reconhece, mas não repete o passado porque projeta de forma construtiva o futuro, ancorado na práxis do presente é fundamental na luta pela emancipação humana. Aqui reside uma dimensão teórica metodológica importante uma vez que é possível afirmar o futuro que não será repetição do passado se os construtores da história conhecerem o passado e no presente conseguem ir mudando o curso desses acontecimentos.

Como chamou atenção o filósofo alemão Walter Benjamin, precisamos *escovar a história a contrapelo* para encontrar as raízes da dominação no nosso passado colonial, escravocrata, neocolonial, dependente, mas também, para reencontrar a bravura heroica de luta, de resistência, de um povo que não se submete à domi-

nação imposta pelos dominadores. A história movida pelas contradições de classe, de grupos sociais, de interesses econômicos e políticos, está em permanente construção e devemos manter o alerta de Florestan: "não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna, porque ela não é eterna. Ela muda a face, muda as exigências e pode se converter num abismo e afogar os que não percebem que é momento de mudar de rumo"[2]. Não se muda de rumo sem força, sem projeto, sem organização e sem uma consciência social coletiva que seja materializada nas lutas pela conquista do poder. Mudar o rumo da história significa derrotar a lógica imposta pelo capital em todas as esferas e construir uma sociedade baseada na libertação dos explorados, uma sociedade de homens e mulheres livres no verdadeiro sentido da palavra.

A necessidade da interpretação da realidade e da história com método e rigor

Que mudanças estão ocorrendo no mundo e no Brasil? Quais os rumos que as classes trabalhadoras e exploradas estão tomando? Trata-se de compreender a essência da nossa sociedade buscando as inter-relações, os nexos e laços construídos historicamente, numa relação sempre direta com o sistema econômico mundial. Isto porque, para entender o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, Florestan parte da análise de como se dá a integração, a inserção do Brasil à lógica capitalista mundial. Observando a história da formação da sociedade brasileira, constata-se que desde os seus primórdios, esta é uma inserção subordinada aos interesses econômicos, políticos e culturais dos países colonialistas, neocolonialistas e imperialistas. Essa é uma marca "registrada" da nossa constituição histórica, isto é, uma invenção, uma criação autoritária, dependente e subalterna em que as classes dirigentes não quiseram e não puderam romper com esses dinamismos.

Segundo Florestan, essa subordinação não é mero fruto de uma *imposição de fora* (o que ela também é), mas se articula aos próprios interesses da burguesia brasileira, que reproduz internamente relações de exploração econômica e de dominação política e ideológica. Como diz Florestan,

> As estruturas do capitalismo dependente estão preparadas para organizar a partir de dentro as 'condições ótimas' da sobreapropriação repartida do excedente econômico e para renovar continuamente as condições de reincorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das sociedades hegemônicas preponderantes (Fernandes, 2009, p. 64).

2 Florestan Fernandes. Programa "Roda Viva" da TV Cultura, 1994.

É assim que "dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados" (Fernandes, 2009, p. 34) e não foram somente *impostos de fora para dentro*. Segundo o autor,

> Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (Fernandes, 1975, p. 223).

Dessa maneira, a burguesia brasileira já nasce umbilicalmente ligada à burguesia internacional, imperialista, o que remete a uma análise de classes não dogmática, pois, é praticamente impossível falar de burguesia nacional. Mais ainda, esse fenômeno vai forjar uma burguesia antinacional, antidemocrática e anti-social. Uma burguesia submissa aos interesses de fora e truculenta (onipotente) com os trabalhadores aqui dentro; uma burguesia que não inova, que não cria, mas que se limita a copiar e a adaptar, tanto nos aspectos econômicos como nos aspectos políticos, culturais, educacionais; uma burguesia que articula e viabiliza os interesses do grande capital com os seus próprios, à custa da miséria, da exploração e da repressão dos trabalhadores e da pilhagem das riquezas dentro e fora do país. É nesse enlace que se elevam ao primeiro plano tanto a 'força selvagem' quanto a 'debilidade crônica' da burguesia sob o capitalismo dependente (Fernandes, 1975). Essas são características que estão na "genética" da burguesia que aqui se metamorfoseia e se forma.

Atingimos uma fase em que a dominação externa se organiza e fortalece a partir de dentro e, em todos os níveis da ordem social, na quase totalidade dos países latino-americanos, sendo um mecanismo que aprofunda as dificuldades que esses países encontram para realizar sua integração, desenvolvimento e crescimento econômico em bases próprias e autônomas.

Portanto, compreender o padrão de dominação burguesa no Brasil é perceber a impossibilidade de conciliar o desenvolvimento capitalista com a democracia ampliada, ou seja, com a participação popular nos destinos do país. A burguesia estabeleceu uma forma de organização do poder autocrática, uma forma de democracia restrita, isto é, uma democracia da qual estão excluídos os trabalhadores como agentes políticos ativos. Diz Florestan: "a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia da cooptação*" (Fernandes, 1975, p. 358).

Compreendo que aqui está uma chave teórica e metodológica relevante para a interpretação da sociedade brasileira: para desvendar a nossa formação

é necessário compreender as dinâmicas e impulsos do desenvolvimento do sistema capitalista internacional, é necessário uma visão de totalidade em que o particular e o geral se articulam, interconectam e se formam transformando e mantendo elementos e características que interessam aos agentes dominantes externos, contemplando evidentemente, interesses de setores internos atrelados àqueles interesses. Essa "dupla articulação", nas palavras do Florestan,

> [...] engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno, quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa (Fernandes, 2009, p. 300).

Presente, portanto, categorias teórico-metodológicas atuais e necessárias ao meu modo de entender, como *totalidade, aparência e essência, interdependência, objetividade, conteúdo e forma, contradição, etc*. na análise e interpretação, não como e enquanto uma soma das particularidades e acontecimentos, como manual e receituário que busca enquadrar as realidades em esquemas abstratos de análise, mas, como interrelações dialéticas complementares e contraditórias que se materializam nas dinâmicas específicas e locais em sua relação com o universal. Florestan situa o ser humano como produto e produtor da sociedade, sempre em uma dinâmica dialética e contraditória, nos legando uma confiança extraordinária nas potencialidades do ser humano que numa realidade concreta, portanto real, luta por sua emancipação. Mas, não se trata do ser humano "genérico", mas, as classes trabalhadoras que precisam tomar para si a responsabilidade e as tarefas revolucionárias e socialistas capazes de romper (destruir e superar) *até o fim e até o fundo* todos os laços de dependência, autoritarismo e segregação para que a emancipação humana se torne uma realidade histórica. E esta será obra das classes trabalhadoras ou, não haverá emancipação.

O foco da análise deve ser a dinâmica das lutas de classes

Enfatizamos a relevância em assumir a perspectiva analítica da luta de classes. Essa passa a ser uma chave de leitura essencial, desde que ancorada em uma realidade histórica- concreta, no caso a sociedade brasileira, uma vez que as classes não existem em abstrato. Elas são construções sócio-históricas resultantes de formas específicas de organização econômica e social, ou seja, não se pode falar em burguesia brasileira genericamente. Precisamos compreender a

sua formação e dialeticamente, perceber o seu contrário: a classe trabalhadora nessa forma específica de desenvolvimento capitalista. O intelectual, educador ou militante político que não pensar e atuar a partir da luta de classes, não terá êxito no processo de formação e organização da classe trabalhadora. Como bem disse Florestan (1980, p. 45): "se se quiser refletir em termos socialistas sobre a história do presente e do futuro, é preciso colocar-se a luta de classes no centro da história". Analisar as classes, sub-classes, frações de classe, enfim, as diferentes forças que se movem, se defrontam em disputas políticas na sociedade, exige uma capacidade de análise que já não cabe nos manuais, nem nos esquemas dogmáticos, que, por vezes, ainda se adotam em práticas políticas e de formação/educação. Florestan denunciou que não se pode enquadrar a realidade dentro de um arcabouço teórico pré-estabelecido, mas, ao contrário, o marxismo é que precisa se desenvolver a partir da análise da nossa realidade. As categorias de análise não são produzidas pela cabeça dos investigadores, mas, elas estão na própria realidade que precisa ser decifrada por eles.

Segundo o autor,

> o marxismo ainda tem muito que crescer como ciência e como *práxis* política revolucionária. O que se torna imperativo é aproveitar as leituras criticamente, de modo a abrir com elas o caminho para novas ideias e para a realidade histórica da revolução proletária no limiar do século XXI (Fernandes, 2015, p. 148).

Dessa perspectiva, importa analisar de maneira criativa em que espaços, setores e como se dá a polarização da luta de classes no contexto atual. Implica saber quais as forças vivas e potenciais que podem levar adiante processos organizativos e de lutas autônomas que apontem os caminhos da emancipação humana, e, portanto, da revolução brasileira.

Florestan nos legou essa necessidade de compreender a realidade a partir de uma teoria rigorosa que não seja dogmática, esquemática, fechada. Pelo contrário, defendeu a necessidade de uma teoria aberta, criativa, inovadora, a partir de bases teóricas sólidas – o marxismo com todo o seu legado. Daí ele ter enfatizado a necessidade de ir aos clássicos, de beber na fonte, de superar os manuais que simplificam a teoria e a própria compreensão da realidade e, avançar em novas elaborações, em novas construções coletivas de análise e de lutas, tendo como eixo central a luta de classes e a perspectiva revolucionária.

E, *quem faz a revolução*? Se ela é uma realidade e construção histórica, os sujeitos dessa revolução também são forjados historicamente. São forças concretas, nada de ilusões e projeções idealistas. Ao responder essa indagação, Florestan explicita com clarividência a sua posição de classe: "Quem faz a revolução

é a grande massa proletária e quem lhe dá sentido é a grande massa proletária" (Fernandes, 2000, p. 70). No entanto, essa grande massa precisa ser organizada, articulada por um instrumento político capaz de galvanizar a força desses sujeitos que se organizam enquanto classe capaz de mudar o curso da história se colocando no centro das transformações e rupturas profundas com o modo de produção capitalista.

Mas, para que isto aconteça, é necessário que a luta de classes chegue ao seu clímax, preparando-se para uma fase decisiva na qual o instrumento político, a consciência, a organização e a disposição para a luta consigam converter essa dimensão utópica do socialismo em realidade histórica por intermédio da revolução proletária. Nessa perspectiva, Florestan nos brinda com uma bela passagem:

> Quanto ao 'sonho', o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que 'não sonham' estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contra-revolução prolongada. Na verdade, estes não podem sonhar, pois só tem pesadelos (Fernandes, 2000, p. 140).

Assim, um instrumento político, uma organização avançada da classe trabalhadora terá que converter em realidade histórica essa dimensão do "sonho", da "utopia" para que a revolução chegue ao seu curso e passe pela "conquista" do poder impulsionando as transformações socialistas. Essas rupturas necessitam de forças sociais e políticas reais em condições de enfrentar e derrotar em todos os terrenos (econômico, político, cultural, ideológico, militar, etc) as forças da contra-revolução. Essas forças sociais necessitam de um certo tempo para:

> realizar sua aprendizagem, acumular forças e ganhar base social, produzir conhecimentos teóricos de agitação, propaganda e de luta (inclusive à mão armada), para estar pronto e com possibilidades de aproveitar a situação revolucionária, se ela aparecer, ou de ajudar a cria-la, a partir de uma fase mais avançada da 'guerra civil oculta', se a história exigir empurrões decisivos e o proletariado, um parteiro (Fernandes, 2000, p. 136).

Eis grandes desafios postos para nossa geração partindo das lições que já podemos extrair do processo brasileiro recente. São tarefas que merecem toda a atenção, planejamento e execução que ao mesmo tempo se desenvolve "dentro da ordem" dialeticamente se projetam na luta "contra a ordem" assumindo dimensões de caráter revolucionário e não reformistas na sua amplitude e abrangência.

A histórica em perspectiva, o socialismo como horizonte!

Na posição teórica e política assumida por Florestan, a alternativa histórica dos trabalhadores está na construção de formas organizativas e ideológicas autônomas que permitam avançar na construção de uma revolução socialista. É importante ressaltar que Florestan nunca titubeou em qualificar esse conceito. Para ele, a *revolução* não é um momento, ela é um processo de ruptura radical com a ordem do capital e a construção de uma nova racionalidade, de uma nova sociedade alicerçada nos princípios e valores humanistas e socialistas. Segundo Florestan, "a revolução constitui uma realidade histórica; a contra- revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução" (Fernandes, 2000, p. 57). E, no caso específico da sociedade brasileira a classe portadora das possibilidades da revolução é o proletariado, a classe burguesa é contra- revolucionária. Mas, na continuidade nos alerta Florestan:

> Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (Fernandes, 2000, p. 57).

Suas análises da sociedade brasileira o levaram a concluir que a revolução brasileira deveria ter um desfecho socialista enquanto processo e resultado da correlação de forças e da luta de classes numa realidade concreta e historicamente determinada; teria que se combinar com as lutas reivindicativas (realizando tarefas que a revolução burguesa não cumpriu – lembremo-nos que, no Brasil, não houve revolução burguesa clássica, de estilo europeu) visando incorporar o povo às decisões e destinos do país – seria basicamente uma revolução democrática para superar nossa herança colonial, neocolonial de exclusão do povo na história. Para tanto, a luta é fundamental, necessária e imperiosa. Sem luta não há vitórias, pois, "o terreno pelo qual não lutarmos e não ganharmos será sempre um terreno perdido. A longo termo, as melhores intenções socialistas receberão como prêmio belos túmulos capitalistas" (Fernandes, 1980b, p. 5).

Concomitantemente, nosso país terá que fazer um acerto de contas com nossa dependência externa, romper com os laços de integração subordinada aos interesses do capital, isto é, romper com a dominação imperialista. Portanto,

colada à revolução democrática, está a questão de uma revolução nacional, para poder construir de fato uma nação soberana, autônoma e independente. Mas, devido a essas condições, só será possível viabilizar essas revoluções se mantivermos o horizonte socialista. Daí, a atualidade dessa análise no sentido de termos plena convicção de que, no âmbito do domínio do capital, não existem alternativas viáveis para as classes trabalhadoras. E, Florestan deixa sua posição política muito clara ao dizer:

> Eu não sou só marxista. Sou um marxista que acha que a solução para os problemas dos países capitalistas está na revolução. Dizer isso não é uma fanfarronice. É assumir, de forma explícita, o dever político mínimo que pesa sobre alguém que é militante, embora não esteja em um partido comunista e que, afinal de contas, tentou, durante toda a vida, manter uma coerência que liga a responsabilidade intelectual à condição de socialista militante e revolucionário (Fernandes, 1989, p. 170).

Em outra passagem, reafirma essa mesma perspectiva: "a revolução [...] não é só uma revolução anticapitalista e antiburguesa. Ela é uma revolução socialista" (Fernandes, 2000, p. 63). Como construir um amplo movimento político (uma aliança entre as classes trabalhadoras e os setores marginalizados da sociedade – os "de baixo" capaz de produzir uma força social autônoma, revolucionária, que leve a luta pela ruptura com o nosso passado, até os limites da luta "contra a ordem", isto é, assumindo a necessidade da conquista do poder e da construção de uma sociedade socialista?

Urge, portanto, formar educadores com um sentimento de pertença à organização, capacidade de indignação e disposição para as lutas de classes, que sintam a necessidade da busca do conhecimento que transcendam o imediato da luta só é possível com persistência e compromisso com o projeto portador das possibilidades da mudança, o projeto socialista. Concordo com Fernandes (1995, p. 202) quando diz:

> O socialismo continua vivo e o marxismo contém o mesmo significado científico, ideológico e político que sempre teve, seja como meio de descoberta e de difusão da compreensão global dos processos gerais de transformação da civilização existente, seja como organização partidária dos portadores da 'ótica comunista' da autoemancipação coletiva dos trabalhadores e de sua revolução social.

Se as possibilidades do socialismo tivessem desaparecido, as burguesias e seus governos não estariam empenhados em esmagar e destruir as tentativas de emancipação da classe trabalhadora. Se estivesse morto, não necessitaria as investidas autoritárias e fascistas que tentar impedir qualquer avanço que ame-

asse a ordem burguesa e imperialista. No entanto, faz uma advertência que se mantém extremamente atual: "O socialismo não transforma o mundo: são os proletários identificados com o socialismo revolucionário que o fazem" (Fernandes, 1985, p. 65).

Urge, portanto, que os trabalhadores possam se apropriar das ideias socialistas, tornarem-se socialistas com a capacidade de imaginar um mundo "sem barbárie" e coletivamente, de forma consciente e organizada deflagrem a revolução "contra a ordem". Daí a importância da formação, de uma educação que possa contribuir com o desenvolvimento da "consciência social proletária, aberta, que dê ao trabalhador uma compreensão da sociedade global e reavive a necessidade de transformar a sociedade, tanto no sentido reformista quanto no revolucionário" (Fernandes, 1995, p. 232).

Em direção à revolução e construção do socialismo Florestan alerta de que não existem fórmulas, nem "vias" a serem copiadas, seguidas e transplantadas. Não tem como imitar outros processos revolucionários, pois, o contexto histórico é distinto, as forças se alteraram e por isso, é necessário criar os próprios caminhos ancorados na dinâmica das lutas de classes com a radicalidade que a revolução e o socialismo requerem como forma de suplantar a sociedade burguesa e construir uma sociedade nova, sem conciliação.

A educação como necessidade e sua conexão com a realidade político-organizativo

Outra chave teórico-metodológica importante, ao meu entender, está em compreender a necessidade e relevância do estudo, da educação e formação, desde o ingresso na escola até a formação da consciência crítica. Mais do que isso, a importância da pesquisa, da descoberta daquilo que está oculto e sua transformação em instrumento de luta dos marginalizados, dos "de baixo". Para Florestan a educação deveria promover a descolonização, contribuir com a revolução nacional e democrática: "a educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e da conquista do poder pelos trabalhadores" (Fernandes, 1989, p. 10).

Contudo, Florestan sabia dos limites da instituição escolar, do seu caráter nitidamente burguês, mas, percebia também que ali está um espaço onde se trava a luta de classes e, se os pobres, os filhos dos trabalhadores, não tiverem acesso a ela, não terão como se transformar em atores na arena da luta política. Não tinha ilusões sobre a escola, sabia que apenas pela educação não se resolveriam

os problemas da nossa sociedade, mas também sabia que um povo analfabeto, desconhecedor da sua história e incapaz de imaginar e sonhar com um futuro diferente, seria impotente para construir as ferramentas de luta capazes de levar adiante os processos de transformação. Vejamos: "os setores mais marginalizados, os trabalhadores, os setores médios precisam não só ter uma consciência mais clara da importância da educação para eles, mas principalmente precisam acordar para a necessidade de uma revolução educacional" (Fernandes, 1995b, p. 41). Não se tratava de qualquer educação, mas, a necessidade de revolucionar a educação que pudesse desenvolver capacidades criativas, imaginativas, que despertassem o senso da necessidade da mudança, pois,

> [...] em um país como o Brasil, é necessário criar um mínimo de espírito generalizado, cidadania universal e desejo coletivo de mudança radical para se ter a utopia de construir uma sociedade nova que poderá terminar no socialismo reformista ou no socialismo revolucionário. Eu prefiro a última alternativa (Fernandes, 1995, p. 135).

E, para tal condição, era necessário revolucionar o sistema educacional, a escola. Florestan argumentou que a educação constituía o mais grave dilema social brasileiro sendo equiparável aos problemas do desemprego, da fome, da miséria, da violência, da extrema concentração da propriedade da terra, do inchaço das cidades, pois, como ele dizia:

> A sua falta (educação) prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que lhes possibilitem tomar consciência de sua condição, dos meios de aprender a resistir a essa situação [...] com um sistema escolar injusto e inócuo, há reprodução do sistema de desigualdade, da concentração da riqueza, do poder e da dominação (Fernandes, 1989, p. 126 - 127).

Podemos perceber a importância destinada à educação ao comparar a sua falta à fome (falta de comida), frisando que a negação do acesso à educação é ainda mais grave por impedir que os indivíduos compreendam e transformem a sua própria existência. Por isso, exigia que os trabalhadores e excluídos entrassem na malha escolar para poder desenvolver o seu potencial crítico, criativo e fomentador de rebeldia. Como diz Fernandes (1995a, p. 232):

> Não basta ir à escola. É preciso que o trabalhador tenha meios de ir além. [...]. O fundamental consiste em desentranhar a cabeça do trabalhador da subalternização cultural, mental e ideológica à burguesia, isto é, da alienação social. Pois a primeira condição a vencer para que o trabalhador deixe de ser um agente passivo ou de-

> fensivo e torne-se um agente construtivo e ofensivo é extrair dele tudo o que ele tenha de burguês, desburguesá-lo para que ele não corra o risco da cefalização e da cooptação.

Para tanto, era fundamental também lutar contra os modelos "importados" para a educação brasileira, defendendo com tenacidade a autonomia que a educação deveria ter para cumprir o seu papel social. Para o autor, "precisamos de uma autonomia escolar que esteja relacionada dialeticamente com a independência econômica, com a emancipação nacional e com a revolução democrática [...] sem revolução educacional não há outros tipos de transformações" (Fernandes, 1989, p. 131).

Aqui se localiza uma questão central na formação de educadores, pois, somos produtos do meio social e herdamos resquícios da velha sociedade que não desparecem automaticamente, nem espontaneamente. Precisamos de processos que articulem a busca de conhecimentos científicos com os aprendizados das lutas e da organização dos trabalhadores rompendo com os parâmetros burgueses ou semi-burgueses que continuam introjetados na consciência e se utilizam dos comportamentos e das atitudes para se manifestarem. A atividade pedagógica aqui proposta, não trata apenas de que os trabalhadores possam adquirir consciência social socialista, mas, de participar ativa e conscientemente das atividades e lutas políticas com aprendizados efetivos na construção de uma nova sociedade.

Os movimentos populares são formas orgânicas que podem evitar, tanto a dispersão das pessoas como das ideias, contribuindo para o desenvolvimento das tarefas que os educandos assumem na dinâmica da sua formação. Há uma dimensão na formação que precisa ser trabalhada, fortalecida e considerada como parte do currículo permitindo que os estudantes passem pela experiência de integrar a organicidade o assumir instâncias de direção, as equipes e núcleos de base fortalecendo o sentimento de pertencimento à coletividade. Diz respeito também aos comportamentos, valores, princípios políticos e organizativos que orientam a práxis dos seus integrantes em todos os níveis. É a organicidade que possibilita o planejamento, a distribuição e acompanhamento do desenvolvimento de tarefas como dimensões pedagógicas que envolvam ativamente os estudantes uma vez que que ninguém se forma profundamente na passividade.

A outra dimensão é que conecta e articula as experiências, as práticas pedagógicas que se desenvolvem no chão da escola, nas experiências dos movimentos populares com práticas formativas, nesse caso no interior da Universidade.

Contudo, a advertência do Mestre nos ajuda a articular dialeticamente esses espaços quando disse: "não se faz a revolução dentro da Universidade. Para atingir esse alvo é preciso lutar simultaneamente dentro e fora dela, pois é na sociedade e, especificamente, na luta de classes que está a matriz da revolução social" (Fernandes, 1989, p. 212). Essas práticas orientadas pela teoria crítica se voltam para o aprofundamento teórico possibilitando uma nova prática política fortalecendo a luta de classes dos trabalhadores.

A formação é esse processo infinito e constante de reflexão sobre/na prática, buscando apropriar-se dos conhecimentos já produzidos socialmente; envolve a permanente construção e socialização dos novos conhecimentos que vão sendo gestados graças à vivência da/na realidade concreta; derivam do debate de ideias, do confronto destas com a problemática vivida numa relação de superação coletiva do estágio anterior.

Nessa direção, Florestan arremata: "o objetivo último da educação escolarizada não está em 'fazer a cabeça do estudante'. Mas em inventar e reinventar a civilização sem barbárie" (Fernandes, 1989, p. 264). Por isso, segundo o autor, a escola tem que alargar o horizonte intelectual do estudante, trazendo análises e práticas que possam transformar a vida das pessoas e da sociedade concreta em que se vive. A educação pode ser uma chave que permite abrir muitas e novas portas se de fato passar por mudanças realmente significativas do ponto de vista da forma e do conteúdo. Não é simplesmente a educação que transforma, mas, ela potencializa as ações de homens e mulheres que partejam uma nova realidade em direção à auto-mancipação humana. Se torna extremamente atual a advertência do revolucionário italiano Antônio Gramsci: "instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força".

Portanto, formação, mobilização e organização são inseparáveis da necessidade da inteligência, do entusiasmo e da força que permitirá levar adiante processos de transformação no âmbito pessoal, educacional, social, na agricultura, rompendo com o instituído pela ordem do capital.

A coerência na vivência dos valores éticos e morais

Quero destacar ainda uma chave teórico-metodológica que consiste em resgatar e cultivar algo difícil na vida das pessoas em uma sociedade capitalista como a que vivemos, mas, fundamental para a construção da nova sociedade.

Trata-se da coerência com os valores, com a moral e com a ética revolucionária. Nossa consciência e o projeto político no qual nos engajamos exigem a coerência entre o discurso e a prática, entre aquilo que dizemos e aquilo que fazemos.

Nas palavras do Mestre:

> Tive uma grande sorte de ter tido oportunidades e de ter sabido aproveitá-las. Quando era menino, vi companheiros que não lograram desenvolver seu potencial, porque morreram ou foram encaminhados para atividades que aprisionam as pessoas. De qualquer maneira, **acho que a coisa mais difícil que fiz foi permanecer fiel à minha classe de origem** (Fernandes, apud, Cohn, 2008, p. 195).

A consciência de classe, a consciência política e socialista, fez de Florestan um homem de palavra e de ação; um intelectual e militante engajado nas pesquisas e nas lutas dos de baixo durante toda a sua vida. Para ele, não havia negociação com os poderosos, não havia cooptação, nem postura fácil e superficial. Ele foi um homem de princípios morais e éticos provenientes da sua condição de classe, mas, acima de tudo, provenientes da sua posição de classe e da perspectiva socialista.

Sabe-se que antes do Florestan ser internado em 1995 para a realização do transplante de fígado, o então presidente da república, seu ex-aluno de nome Fernando Henrique Cardoso, lhe fez uma proposta para que fosse se tratar nos Estados Unidos, sendo custeado pelo governo brasileiro pelo fato de Florestan ter recebido a medalha "Ordem de Rio Branco, grau de Grande Oficial". Florestan agradece a oferta e diz: "não posso aceitar esse privilégio. Eu sempre disse que confio nas pesquisas feitas no Brasil, que acredito em nossa medicina. Não poderia fugir na hora em que estou sendo colocado à prova" (apud Cerqueira, 2004, p. 173). Aí está mais uma demonstração da sua coerência combatendo privilégios e oportunismos, pagando inclusive com a própria vida.

Ou, em outro episódio que antecedeu a cirurgia, ao passar mal em casa, vai para o hospital. Seu filho, ao saber da notícia se dirige ao local e o encontra em uma longa fila na espera para ser atendido. Ao ser indagado por que não havia se dirigido a um hospital partícula que seria atendido de imediato, ele responde: "Eu vim para cá porque eu sou servidor público e este é o hospital que deve cuidar de mim. E estou na fila porque tem fila" (apud Cerqueira, 2004, p. 167). Vejam que lição, que exemplo de coerência entre a defesa que sempre fez da saúde e educação públicas e ai estava ele.

Foi um homem radical e de firmeza ideológica, traços que o mantiveram atado às tendências políticas e aos movimentos sociais que se projetavam em direção à luta pela transformação da realidade. Essa firmeza não significa que ele

não soube dialogar com outras vertentes ideológicas e com os representantes de outras classes, pois, na política, temos que estabelecer relações, prever as possibilidades de alianças; mas, do ponto de vista ideológico, não podemos duvidar dos rumos que nos propomos seguir; não podemos renegar princípios, nem nos deixarmos cooptar, negociando valores e ideias. Suas demonstrações práticas e teóricas de vida nos emocionam até hoje; elas permanecem como um alento para as nossas consciências; são lições de vida que não nos permitem a acomodação, a traição, a negociação da luta pelo conforto dos gabinetes do poder. Ele mesmo nos adverte ao afirmar: "Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra- escolar que recebi, **através das duras lições da vida**" (Fernandes, 1980a, p. 142).

Vivemos uma conjuntura política que nos coloca a necessidade de pensarmos uma nova ética, uma nova moral, uma cultura que estejam de acordo com o projeto político que estamos construindo. Novas relações, novos comportamentos, novos valores devem ser manifestações vivas do novo que ainda não nasceu, mas, se propõe a suplantar o velho, os resquícios da sociedade capitalista, pois, não poderemos construir uma nova sociedade com essa velha roupagem que herdamos da sociedade capitalista. Precisamos nos despir dela agora como condição para irmos tecendo na prática as novas referências que podem estimular outros setores a construir coletivamente os novos rumos. Estamos conscientes da necessidade do desenvolvimento de uma nova capacidade de reagir contra as injustiças, de estarmos permanentemente inconformados com as atuais manifestações de naturalização da barbárie e da violência.

Sabemos que a ética revolucionária e socialista, precisam estar presentes nas nossas vidas cotidianas, de forma individual e coletiva. Hoje, a pedagogia do exemplo tornou-se uma necessidade da luta, pois não podemos repetir palavras de ordem revolucionárias se, nas ações cotidianas e nas políticas organizativas, nos mantivermos conservadores, oportunistas, acomodados, indisciplinados. Florestan é extremamente atual porque ele nos orienta e estimula a vivência desses novos valores ao afirmar:

> O caráter humano chegou-me por essas frestas, pelas quais descobri que o 'grande homem' não é o que se impõe aos outros de cima para baixo ou através da história; é o homem que estende a mão aos semelhantes e engole a própria amargura para compartilhar a sua condição humana com os outros, dando-se a si próprio, como fariam os meus Tupinambá [...] descobri que a medida do homem não é dada pela ocupação, pela riqueza e pelo saber, mas pelo 'seu caráter', uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, 'sofrer as humilhações a vida sem degradar-se' (Fernandes, 1980a, p. 143-147).

Para o mestre Antonio Candido, o também mestre Florestan Fernandes, como poucos da sua geração, é "um grande homem". Para Candido, o grande homem é aquele que descobre as grandes necessidades, os grandes desafios do seu tempo, consagrando-lhes a sua vida. Florestan foi um desses homens; dedicou sua vida à interpretação da sociedade brasileira apontando as suas perspectivas de transformação e de ruptura.

A humildade com altruísmo são dimensões que também perpassam a vida do Florestan. Os exemplos de vida comprovam as constatações que hoje temos e, nesse sentido destaco uma passagem quando Florestan ainda jovem vai ser contratado como Professor assistente pelo professor Fernando Azevedo. Disse Florestan: "Dr. Fernando, o senhor tem toda a responsabilidade neste convite. O senhor está convidando um aluno eu não sou um professor.

[.]. Se eu falhar, aí o senhor não pode transferir a culpa para mim" (Fernandes, 1995b, p. 189).

Florestan disse que o Dr. Fernando levou um susto com essa posição e afirmou: "Acho que, pela primeira vez na vida, se deu conta de que não se convida um assistente aleatoriamente" (Fernandes, 1995b, p. 189).

Vejam, não que ele não tivesse capacidade e competência para assumir a função. Mas, se coloca o questionamento como exigência de alguém que está em processo de formação com rigor e consciência da responsabilidade política e social que estaria assumindo. Não se trata apenas de um acontecimento, de um ato do nosso Mestre, mas, uma *atitude* que é uma constante em sua vida. Por isso, podemos afirmar que Florestan foi e é um Homem de palavra e de ação. Não há contradição entre o dizer e o fazer: que bela lição de vida! São as *atitudes* que conseguem se tornar referências que podem ser seguidas, orientadoras de práticas que vão contagiando a forma de ser das pessoas, mas, nunca cópias a serem imitadas. E, Ele nos diz ainda:

> Bem, eu sou um homem de origem menos que proletária. Sou de origem lúmpen, e nunca perdi a ligação com minhas origens. Hoje sou um homem de classe média. Não adiantaria dizer que sou outra coisa. E houve um momento da minha vida em que isso me causou muito embaraço, muita crise de consciência até. A compatibilização de meus ideais políticos com minha situação social não foi fácil para mim num período de crise profunda da personalidade, crise política Agora, o intelectual não escolhe nem o país no qual ele nasce, nem o proletariado a que pretende servir [ ] (Fernandes, 1995a, p. 197).

Destacamos a relação entre o intelectual rigoroso e o publicista, o ativista engajado demonstrando a necessidade imperiosa de vincular uma práxis pedagó-

gica, educativa com uma atuação efetiva nos espaços de construção do novo na sociedade. Ele mesmo argumenta: "o cidadão está num lado, o educador está em outro. Entretanto, o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária" (Fernandes, 1989, p. 162). Portanto, não tem como separar o papel do professor, do educador, da função do cidadão, pois, se ele quer mudanças tem que se engajar dentro dos espaços educacionais institucionais da mesma forma que se envolve fora deles, não simplesmente de forma individual, mas, como coletividade, enquanto um processo "sociocultural". E, assim complementa:

> A transformação não é produto do avanço na esfera da consciência e também não é produto de uma elaboração espontânea da realidade. É preciso que a ação prática transformadora se encadeie a uma consciência teórica e prática, que seja, num sentido ou noutro, dentro da ordem ou contra a ordem, revolucionária (Fernandes, 1989, p. 174).

Aí está mais uma chave teórica-metodológica de extrema relevância, uma vez que evidencia a necessidade de inserção não apenas como possibilidade ideal, mas, como concretude histórica, existencial que exige entrega, determinação e esperança no futuro que se alicerça nas transformações protagonizadas e conquistadas "a duras penas".

Para concluir o inconcluso

Ao término da reflexão aqui realizada, deixamos claro que se trata de um momento histórico extremamente complexo e difícil de ser vivido, agravado com os índices alarmantes e exorbitantes de mortes causadas pelo vírus da Covid-19, em parte devido à negligência, ao negacionismo do governo federal que "desdenhou" da gravidade da pandemia. Nos indignamos ante esse quadro genocida e reafirmamos as opções de organização e lutas em tempos de isolamento social em defesa do SUS (Sistema Único de Saúde) e pela vacina para todos os brasileiros.

No entanto, é necessário afirmar que - apesar dessa tragédia humana - alimentamos a *esperança* e acreditamos nas possibilidades das realizações de antigos/novos projetos, sonhos. Esses períodos difíceis (de crises) são portadores de duas dimensões: uma que busca *destruir* o que está estabelecido pela ordem e a outra, que busca *construir* o novo, inventar alternativas outras, nesse caso, uma

nova forma de organizar a vida e o trabalho no campo e de uma educação/formação profundamente comprometida e emancipatória. Essas duas dimensões não são sucessivas, mas se entrelaçam o tempo todo, por intermédio das ações, projetos, iniciativas dos diferentes grupos e atores sociais, com os quais também estamos imbricados. E, seguimos com Fernandes (1989, p. 247):

> Os grandes problemas da educação não se reduzem a palavras de ordem. São objetivos que nós temos de enfrentar, realidades que temos de transformar, [...] contando com os professores, contando com os estudantes, contando com as famílias dos estudantes [...]. Impõem-se gerar uma comunidade de interesses, capaz de galvanizar um processo de mudança educacional e social profundo.

Esse talvez seja o desafio maior: protagonizar rupturas profundas no âmbito educacional e social, sabendo que essas mudanças nunca serão dádivas, mas sim, conquistadas a "duras penas"; não é um caminho fácil, mas terá que ser aberto por todos aqueles e aquelas que acreditam na utopia socialista. É preciso criar um sentimento das possibilidades dessas rupturas para que estudantes, professores e trabalhadores em geral se empenhem na construção desse movimento real na sociedade. É fundamental trabalhar na direção da construção do "movimento socialista" que na acepção de Florestan consiste em galvanizar forças anticapitalistas, pois,

> Dentro de uma sociedade capitalista surgem forças antagônicas ao capitalismo, que buscam acabar com o modo de produção capitalista, o regime de classes, o Estado Nacional, o sistema de poder da burguesia. [...]. Então, o movimento é uma confluência das forças, de todas as forças que se voltam contra a ordem existente (Fernandes, 1980a, p. 7).

Assim, fica a advertência do patrono da sociologia brasileira (1980c, p. 252): "ou o intelectual crítico e militante se empenha no fortalecimento e na difusão do movimento socialista, ou ele voltará a ser um joguete nas mãos das forças culturais de 'conservação da ordem'". Desse modo, precisamos dizer *a que viemos*, que educação desejamos, que formação de professores protagonizamos, em que nos diferenciamos daquilo que tradicionalmente é a universidade e a licenciatura, nos colocando a serviço das diversas categorias de trabalhadores, dos povos do campo e da cidade, para que adquiramos a consciência de nós próprios e possamos fortalecer os processos de ruptura com a ordem burguesa. Os desafios estão postos, a decisão de enfrentá-los para buscar avançar superando-os, depende de cada um de nós. Façamos a nossa parte e teremos a história como recompensa!

A atualidade do Florestan está na realidade da luta de classes e na perspectiva revolucionária e socialista desta luta, desde que assim compreendemos e atuamos. Entendo que é nessa "batalha" que estamos desenvolvendo estudos, fortalecendo as organizações (mesmo em tempo de isolamento social) e preparando os passos a serem dados cotidianamente. Nessa trilha manteremos a sua presença e referência viva, inquietante, desafiadora .....

Sua contribuição teórico-metodológica ancorada em posições políticas de classe proletária, nos colocam tarefas inovadoras e criadoras num momento histórico de crises estruturais do modo de produção capitalista, em que como disse ele, a *comida* não pode ser *requentada*, terá que ser preparada e *servida na hora*. Ou seja, está posta a necessidade de liberar as capacidade e potencialidades imaginativas e criativas de longo alcance sem receitas, sem cópias, sem dogmas com uma profunda convicção de que o socialismo é o caminho para a emancipação humana. Essa convicção expressa por Florestan ao ingressar na sala de cirurgia: "o que me mantém vivo é a chama do socialismo que está dentro de mim" (apud Cerqueira, 2004, p. 175).

Que essa chama no acompanhe e nos guie no fortalecimento e realização de tarefas históricas das classes trabalhadoras, considerando a advertência do revolucionário Latino Americano Simón Rodríguez: "inventamos ou erramos"!

Referências

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COHN, Amelia. **Florestan Fernandes**: encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

DELGADO, Guilherme et.al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília, 2005. Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1145.pdf >. Acesso em 05 de maio de 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Movimento socialista e partidos políticos**. São Paulo: Hucitec, 1980a.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980b.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980c.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995a.

FERANDES, Florestan. **A contestação necessária**: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995b.

FERNANDES, Florestan e PRADO, Caio Júnior. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro, (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. v. 7. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA: DIVERSIDADE NA LUTA

Tiago Siqueira Reis

Entre as décadas de 1960 e 80 ocorreram importantes lutas e mobilizações em favor da reestruturação do modelo de saúde público brasileiro. O momento era desfavorável para mudanças, uma vez que o país estava tomado pela ditadura empresarial civil-militar (1964-85). No entanto, foram anos de intensa construção coletiva e de lutas que transformaram a saúde pública nacional.

A área da saúde naquele período se caracterizava pela ausência de um sistema digno de serviços à população, gratuito e universal, prevalecendo a mercantilização, privatização, tratamento geograficamente e socialmente desiguais aos usuários em todo o território nacional, ineficiência e dependência externa na produção de medicamentos e equipamentos de saúde[1]. O funcionamento ocorria a partir da intensa exploração da força de trabalho através das contribuições da folha salarial para a Seguridade Social que era repassada para a iniciativa privada na compra de serviços e expansão do setor privado na área da saúde, revelando um processo de privatização e empresariamento do setor hospitalar, resultante de uma dependência entre os setores empresariais e a Seguridade Social.

A política em saúde da ditadura gerou enorme desequilíbrio entre a saúde pública e privada, favorecendo a segunda, ao mesmo tempo precarizou profissionais de ambos os lados, bem como não promoveu o exercício liberal da prática médica, pois a política do setor baseava-se nos acordos do Ministério da Previdência com a empresa hospitalar (Fleury, 1989). Para Sônia Fleury "ao contrário dos países em que a política de privatização tem sido mais um discurso que uma realidade, no caso brasileiro durante as ditaduras militares a privatização dos serviços de saúde foi uma política levado a cabo sem necessidade de um grande embasamento ideológico"[2].

1 CORDEIRO, H. A.; FlORI, J. L. C. & GUIMARÃES, R. F. N. **A questão democrática na área de saúde**: proposta para um debate. Rio de Janeiro, 1979. (Mimeo)

2 FLEURY TEIXEIRA, Sônia Maria. Política de saúde na transição conservadora. **Saúde em Debate**. Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, n. 26, 1989, p. 47.

O quadro político-social-econômico da ditadura de forma em geral preconizou aumento do desemprego, níveis elevados de concentração de renda e exploração da força de trabalho, baixos salários, autoritarismo e repressão estatal aos sindicatos, entrada de grandes aglomerados econômicos e fechamento de pequenas e médias empresas nacionais, acompanhado da ausência de políticas públicas e de direitos fundamentais para existência humana[3], somado a necessidade de expansão da política de saúde privada hospitalar para manutenção e progressão dos lucros privados, resultou na crise da Previdência Social e do próprio modelo de saúde, promovendo um cenário devastador de crise social na população.

Nesse contexto podemos vislumbrar de forma sintética dois grandes agrupamentos de forças não homogêneas em disputa: de um lado uma diversificada composição de atores sociais orientados por agendas progressistas a favor de uma ampla reforma na maneira de conceber, praticar e estruturar a saúde pública no país, nomeada de Reforma Sanitária brasileira. E, por outro lado, grupos e agentes em defesa de valores liberais para o exercício das atividades profissionais em saúde e movidos por interesses privatizantes, mercadológicos e excludentes.

Em 1986 ocorreu a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) na cidade de Brasília, amplamente reconhecida como o principal marco de elaboração do projeto da reforma sanitária brasileira, cujo relatório final consagrou-se como fundamento máximo a ser trilhado nos eventos subsequentes materializados na institucionalização da saúde pública na Constituição Federal de 1988 e consequentemente na criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A VIII CNS reuniu aproximadamente quatro mil pessoas ligadas a organizações da sociedade civil, profissionais da saúde, usuários e prestadores de serviços, com representantes de todos os estados do país. Um fato importante foi a ausência dos prestadores de serviços privados, que optaram por não participar dos debates. O encontro marcou também a presença da sociedade civil no processo de deliberação da política de saúde, mesmo que neste momento não contenha base legal, processo que será aprimorado nas próximas conferências (Escorel; Bloch, 2005, p. 97).

As conferências nacionais ocorrem formalmente após a convocação do governo federal, e neste caso foi o Ministro da Saúde Roberto Figueira Santos

3 Cf.: MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2003; IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, p. 64-78, 2014; OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

quem assinou a convocação. Desse modo, as entidades da sociedade civil se prepararam para a VIII CNS promovendo encontros e debates pelo país, elaborando suas propostas a serem discutidas na conferência. Destes encontros e das indicações das mais diversas entidades da sociedade civil saíram os delegados representantes na conferência nacional. O protagonismo das organizações sociais coletivas no encontro foi um marco na política de saúde no país, podendo ser exemplificado na forma como se deu o processo participativo das decisões:

> A organização da conferência havia previsto que os trabalhos de grupo dos delegados aconteceriam separadamente dos participantes e estes teriam direito à voz em plenário, mas apenas os delegados votariam. A decisão aprovada, em função da reivindicação dos participantes, foi que estes também se reuniriam em grupos, apresentariam seus relatórios e uma comissão constituída por relatores dos dois grandes grupos compatibilizaria o relatório final a ser aprovado em plenário. O Relatório Final da 8º CNS, portanto, contém as propostas que resultaram da discussão de todas as pessoas presentes na conferência, delegados ou não[4].

A composição dos agentes nos espaços de discussão da VIII CNS e consequentemente registrados nos Anais do encontro apresentou uma elevada diversificação de representações, composto por membros do legislativo, executivo e de órgãos federais, estaduais e municipais, de instituições acadêmicas, instituições defensoras dos interesses do empresariado, de representantes de setores diversos da Igreja Católica, categorias de profissionais da saúde, e de organizações classistas, como o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)[5].

Assim sendo, o texto do relatório final da VIII CNS ressaltou o objetivo de transformar a saúde vigente de modo a transcender os limites de uma reforma administrativa e financeira, tendo como horizonte uma reforma profunda no sistema de saúde, "ampliando-se o próprio conceito de saúde e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação que diz respeito à promoção,

4 ESCOREL, Sara; BLOCH, Renata Arruda de. As Conferências Nacionais de Saúde na construção do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flávio Coelho; SUÁREZ, Julio Manuel. (Org.). **Saúde e Democracia**: História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 98.
5 BRASIL. Ministério da Saúde. **Anais**: VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília, 1987.

proteção e recuperação da saúde, constituindo-se no que se está convencionando chamar a Reforma Sanitária"[6]. Estabeleceu-se no projeto dentre outras diretrizes: a saúde como direito pensada de forma ampla e como uma conquista social, vista como resultante das formas de organização social da produção, não sendo um conceito abstrato, mas definida historicamente; o direito à saúde implica em trabalho digno, alimentação para todos, moradia digna, educação e informação plena, qualidade do meio-ambiente, transporte seguro e acessível, repouso, lazer e segurança, e etc.; o Estado deve garantir o direito à saúde, universal e igualitário em todos os níveis a partir de políticas sociais e econômicas, financiamento e administração do sistema de saúde, normatização e controle e operando de forma descentralizada; reformular o sistema criando um Sistema Único de Saúde, separando saúde da previdência, organizado de modo descentralizado, integrado, prevendo a participação e representação social, etc.; os trabalhadores da saúde devem receber remuneração digna e isonomia salarial, admissão por concurso público e estabilidade no emprego, com direito à greve e sindicalização[7]. Nesse sentido, o objetivo central baseou- se na criação do Sistema Único de Saúde, comportando:

> expansão e fortalecimento do setor estatal em níveis federal, estadual e municipal, tendo como meta uma progressiva estatização do setor. Os prestadores de serviços privados passarão a ter controlados seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo ainda coibidos os lucros abusivos. O setor privado será subordinado ao papel diretivo da ação estatal nesse setor, garantido o controle dos usuários através dos seus segmentos organizados. Com o objetivo de garantir a prestação de serviços à população, deverá ser considerada a possibilidade de expropriação dos estabelecimentos privados nos casos de inobservância das normas estabelecidas pelo setor público[8].

Multiplicidade de lutas sociais pela saúde

As décadas de 1970 e 80 foram marcadas por intensas lutas e formações de organizações coletivas das camadas populares e, sobretudo da organização das classes e frações dominantes[9]. Surgiram neste período múltiplas organizações populares com enorme potencial democratizante e algumas com viés anticapitalista. Dentre as lutas que se travavam na sociedade civil, muitas foram por me-

6 Idem, p. 3.
7 Idem.
8 Idem, p. 12.
9 CF. DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

lhores condições de moradia, água, esgoto, salários, condições de vida e saúde, principalmente nos grandes centros urbanos do país.

Os movimentos sociais das periferias urbanas refletiram o descontentamento com a ausência de políticas públicas e o cenário de precariedade geral vivenciados diariamente por seus moradores. Notamos esforços de pesquisadores de distintas áreas científicas em trazer à tona a história de luta pela saúde realizada pelos movimentos sociais das periferias urbanas. Em geral poucos são os estudos dedicados a história ampliada dos diversos agentes construtores da reforma sanitária brasileira, tanto em relação aos atores, como do papel desempenhado em diferentes espaços geográficos, observando o predomínio de pesquisas cujo objeto localizam-se no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

É o caso da pesquisa de Maria Inês Bravo, tomando como objeto de análise a região da Ilha do Governador, localizada no município do Rio de Janeiro. Bravo analisa as lutas e formas de organização dos movimentos populares pela saúde na localidade na década de 1980. A autora demonstra a participação dos movimentos populares urbanos nos debates e lutas pela saúde em diferentes frentes, reivindicando dentre outros: a melhoria da qualidade de vida e da saúde, a democratização do acesso a saúde, entendendo que a saúde deve ser de responsabilidade do Estado, pública e estatal.

A capacidade organizativa dos movimentos populares é confirmada na realização de grandes e importantes encontros coletivos, como destaca a autora[10]: I Encontro Popular pela Saúde, ocorrido no bairro da Cidade de Deus em 1980, contando com cerca de 3 mil pessoas; Encontro Estadual de Favelas em 1981, reunindo aproximadamente 10 mil moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro; II Encontro Popular pela Saúde em 1987, abrangendo tanto os movimentos populares como uma mais expressiva presença de profissionais de saúde; I Encontro Popular pela Saúde do Rio de Janeiro, realizado no bairro de Olaria, com aproximadamente 10 mil pessoas, representadas por 150 associações de moradores do estado, tendo a presença do governador Leonel Brizola.

Do ponto de vista da organização coletiva, o Fórum Popular pela Saúde e posteriormente o Conselho Popular de Saúde representavam espaços de reunião dos movimentos populares de bairros e favelas, dos sindicatos, comissões de saúde, dos partidos políticos e profissionais do setor para debaterem a saúde, sobretudo a nível estadual e municipal. Para Bravo a compreensão desses espa-

10 A organização de cada encontro contou com a participação de diferentes entidades, como a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), sindicatos, movimentos populares urbanos, pastorais da saúde, arquidioceses, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), dentre outros.

ços de organização e de luta na sociedade civil deve levar em consideração a participação não somente dos movimentos populares, mas também da mediação dos articuladores, como setores da Igreja Católica, militantes de partidos políticos, assistentes sociais etc. Assim, estes espaços constituíram-se "num embrião para a democratização das instituições públicas com a incorporação de novos valores e práticas relacionados à expansão da participação política e dos direitos de cidadania" (Bravo, 2010, p. 246-247).

Bravo considera que mesmo formando valioso espaço de luta e enfrentamento, os fóruns e o conselho não conseguiram avançar em ações que modificassem a política de saúde, restringindo-se ao campo da denúncia e ao debate, bem como contribuindo para a formação da consciência coletiva na saúde[11]. A experiência da Ilha do Governador que se estende para o munícipio e estado do Rio de Janeiro como foi possível perceber na realização dos encontros pela saúde com significativa participação popular pode ser visto como um valioso exemplo na correlação de forças no campo da saúde no país naquele momento[12].

Por seu turno, a literatura especializada sobre os movimentos sociais pela saúde despertou maior interesse sobre as lutas ocorridas na cidade de São Paulo. Encontramos estudos como de Eder Sader e Pedro Jacobi[13] que tratam os movimentos sociais das décadas de 1970 e 80 em São Paulo como agentes da política, protagonistas de um período de intensas mobilizações no município e estado de São Paulo, sendo muitos deles influenciados e confundindo-se com outras lutas, como o crescimento do pensamento sindical contestatório, as organizações de base, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), das greves no ABC paulista em 1978, dos inúmeros movimentos pela melhoria da qualidade de vida, como o "Movimento do Custo de Vida", dentre outros aspectos experimentados de perto pela população de São Paulo[14].

---

11 BRAVO, M. I. S.. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: Lutas Sociais e Práticas Profissionais (3ª edição). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1. 296p.

12 Sobre os movimentos sociais pela saúde no estado do Rio de Janeiro, confira também: ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de. Planejamento e Participação popular em saúde: o caso de Duque de Caxias [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1994.

13 Destaca-se também, estudos sobre a cidade de Campinas, no estado de São Paulo. Cf.: SMEKE, Elizabeth de Leone Monteiro. **Saúde e democracia, experiência de gestão popular**: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselhista sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde**: o caso do movimento popular de saúde de Campinas/São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

14 Cf.: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

O cientista social Pedro Jacobi acompanhou de perto as lutas de classes pela saúde pública no município de São Paulo. Jacobi analisou as lutas pelo direito à água, saneamento básico e saúde na periferia urbana da cidade de São Paulo entre os anos de 1974 e 84. O trabalho descreve o quadro de precariedade sanitária vivida pelos habitantes da periferia, desprovidos de condições mínimas para reprodução social. Diante do cenário insalubre e de total ausência de políticas públicas, Jacobi demonstra como os moradores dos bairros da periferia da zona norte, sul e leste se organizaram e reivindicaram seus direitos.

Assim como Bravo, o estudo de Jacobi evidencia o papel fundamental daqueles que designa como "agentes externos" aos movimentos sociais, isto é, todos aqueles agentes mediadores das lutas da periferia, como os agentes pastorais, médicos sanitaristas, militantes de diretórios de partidos políticos, organizações de esquerda, dentre outros. Em cada região periférica analisada, constatou-se formas diferenciadas de atuação de cada agente externo, destacando como característica fundamental dos movimentos pela saúde a "diversidade de formas que assumem, assim como a diversidade dos agentes envolvidos"[15]. No entanto, o ponto em comum das regiões periféricas no âmbito das lutas pela saúde assentou na ação mais incisiva das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) e dos médicos sanitaristas[16] junto aos moradores, especialmente na zona leste da capital paulista.

Tomando como exemplo a análise da zona leste, a Igreja Católica teve papel fundamental na organização popular, suporte institucional e espaço de aglutinação dos movimentos. A presença das CEBs e dos médicos sanitaristas assumiram grande importância para a organização e direcionamento dos enfretamentos travados pelo movimento social, orientando e fornecendo subsídios para que os moradores pudessem conhecer melhor os problemas de saúde causados pela política de abandono do poder público, apontando caminhos para o enfrentamento, porém, tendo a preocupação de se manterem como suporte e indutores,

15 JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84. São Paulo: Editora Cortez, 1993, p, 130.

16 Jacobi faz referência aos médicos com residência em Medicina Preventiva, formando-se em Médicos Sanitaristas, cuja formação visa profissionais com visão ampla dos problemas sociais. As comunidades periféricas recebem os médicos sanitaristas após serem aprovados em concurso público realizado pela Secretária Municipal de Saúde de São Paulo. Os médicos sanitaristas "ao contrário dos demais médicos que já atuam com a população nos CSs (Centros de Saúde), os sanitaristas têm toda a sua formação voltada para a rede pública de saúde, tornando-se o seu mercado de trabalho e sua opção de vida. Com uma mentalidade pouco frequente nos serviços públicos, estes médicos trazem uma bagagem de conhecimentos bastante aprofundados sobre a saúde das populações periféricas, sobre suas carências mais agudas". Jacobi aponta que grande parte dos médicos sanitaristas passam a morar nas comunidades e vivenciar o dia a dia dos moradores (Jacobi, 1993, p. 131).

não interferindo no protagonismo e autonomia dos movimentos (Jacobi, 1993). Dentre as ações realizadas, destaca-se as informações técnicas repassadas pelos sanitaristas ao movimento, como o número de médicos, funcionamento do atendimento e medicamentos sob responsabilidade da Secretária de Saúde.

> A partir dos dados fornecidos, a população tem melhores condições para reforçar as suas demandas. Os sanitaristas passam a desempenhar um importante papel no desenrolar das campanhas reivindicatórias pela expansão da rede e pela melhoria no atendimento, tanto participando de reuniões com os moradores, em seu processo de organização, como esclarecendo dúvidas e colocando seu conhecimento a serviços dos militantes dos movimentos reivindicatórios, no sentido de apresentar as necessidades tecnicamente definidas à população. É difícil supor que o movimento por melhores condições de saúde tivesse tido a mesma repercussão sem a sua presença (Jacobi, 1993, p. 133).

Os moradores com as informações obtidas sobre às condições sanitárias passaram da fase da caridade cristã para a reivindicação dos direitos (Sader, 1988). A relação com a Igreja e os médicos sanitaristas fez surgir as Comissões de Saúde, formado principalmente por mulheres das comunidades de base. O movimento pela saúde se organizou, traçou seus objetivos e formas de atuação, constituindo, assim, "efetivas organizações de massa" (Sader, 1988, p. 269). Eder Sader visualiza na organização e ação do movimento pela saúde na zona leste de São Paulo a existência de um alargamento do espaço da política, pois questionaram a política da ditadura e as condições históricas de subalternidade social. Diante do processo de transição política da ditadura e a abertura de organização na sociedade civil, os movimentos sociais, dentre eles da saúde, puderam com suas organizações e ações inventar "novas formas de política" (Sader, 1988).

A luta pela participação no Conselho de Saúde do município é uma dessas novas formas de política. Foi assim que um grupo de mulheres na região do Jardim Nordeste, integrantes da Comissão de Saúde da zona leste, reivindicaram a criação de um Centro de Saúde para o bairro e o direito de atuar na sua fiscalização e controle do funcionamento. Elas descobriram uma brecha na lei municipal permitindo a eleição de moradores para o conselho, antes tomado por membros que nada tinha a ver com os usuários dos serviços de saúde da localidade, o chamado "conselho de notáveis", formado por presidentes de clubes, diretores de escolas, delegados, dentre outros). O grupo de mulheres argumentou na Secretaria de Saúde que o conselho deveria ser ocupado por pessoas ligadas ao centro de saúde, usuários e quem conheciam de perto seus problemas. Assim, após a conquista da construção do Centro de Saúde, conseguiram também a permissão

da prefeitura para organizar as eleições em 1979, sendo eleitas 12 donas de casa, por um prazo de dois anos (Jacobi, 1993).

Eder Sader avalia a conquista do conselho de saúde como o ensaio da "passagem da pura luta reivindicativa para uma ação política, de participação na gestão dos serviços públicos" (Sader, 1988, p. 277). As mulheres lutaram pela institucionalização de suas funções e autoridade no exercício do conselho, aproximando, assim, de forma institucional sua relação com a Secretaria de Saúde, abrindo espaço para o fortalecimento da luta pela saúde. O movimento entendia que a institucionalização era um passo importante, mas que caminhava lado a lado com as comissões de saúde, de forma autônoma e promotora das lutas dos moradores (Sader, 1988, p. 227).

O controle popular iniciado no Jardim Nordeste se espalhou para outros bairros, em 1981 aproximadamente 95 mil moradores de 19 bairros, elegeram 313 conselheiros, formados majoritariamente por mulheres. Em 1985, um ano antes da VIII Conferência Nacional de Saúde, 37 bairros da zona leste participaram com 140 mil moradores nas

eleições para o conselho, elegendo 838 conselheiros, novamente com maioria feminina (Jacobi, 1993, p. 111). A experiência da zona leste serviu de exemplo e influenciou a luta em torno do tema na reforma sanitária e no estabelecimento de conselhos de saúde na legislação brasileira de 1988.

Após o estabelecimento constitucional dos conselhos de saúde, a prefeitura da cidade de São Paulo em 1989 sob comando da Prefeita Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo Eduardo Jorge[17] como Secretário de Saúde, institui o Conselho Municipal de Saúde, fortalecendo o movimento democrático de luta pelo controle popular. No entanto, na gestão seguinte do Prefeito Paulo Maluf (1993-1996)[18], criou-se o Plano de Atendimento à Saúde (PAS),

17 Médico sanitarista e membro do PT (1980-2005), Eduardo Jorge atuou no movimento popular de saúde na zona leste de São Paulo nas décadas de 1970 e 80. Assumiu a Secretaria de Saúde de São Paulo entre os anos de 1989-1990 e 2001-2002. Foi um importante personagem no processo da Reforma Sanitária Brasileira, representando o PT na Assembleia Nacional Constituinte no que se refere a área da saúde.

18 Paulo Maluf nasceu em 1931 em São Paulo, é um político conservador e liberal, tendo assumido inúmeros cargos públicos, como Governador do Estado de São Paulo (1979-1982), Prefeitura de São Paulo (1969/1971 e 1993/1996) e por quatro gestões como Deputado Federal por São Paulo. Maluf pertenceu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido situacionista da ditadura empresarial civil-militar brasileira e posteriormente no período democrático no Partido Democrático Social (PDS – até 1993), Partido Progressista Reformador (PPR – 1993/1995) e Partido Progressista Brasileiro (PPB – 1995/vigente). Cabe destacar que a ARENA foi extinta em dezembro de 1979, rebatizada no ano seguinte para PDS que foi extinto em 1993, em seu lugar foi criado o PPR em 1993 a partir da fusão do PDS e do Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1995 mudou de nome para PPB, sendo renomeado para Partido Progressista (PP) em 2017.

com o objetivo de desmantelar a organização pública da saúde em ataque direto aos direitos conquistados pela reforma sanitária, destituindo a eleição para o Conselho Municipal de Saúde, sendo os membros indicados pela prefeitura. O direito popular ao conselho foi reconquistado somente durante a gestão municipal de Marta Suplicy (2001/2004) do PT em 2001[19], novamente sob comando de Eduardo Jorge na Secretaria de Saúde.

No mesmo ano em que eram eleitas as primeiras conselheiras do movimento popular no Jardim Nordeste, ocorreu o I Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária (Enemec), realizado pela Igreja Católica por meio do Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), ligado à Diocese de Lins, no Estado de São Paulo. O evento contou com a presença de representantes de 19 estados, compartilhando suas experiências sobre a medicina comunitária e educação popular em regiões periféricas. A organização da luta pela saúde adquiriu novo formato, ultrapassando os limites locais para o envolvimento organizado em nível nacional. Em 1980, ocorreu o II Enemec na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, mas será no terceiro encontro no ano seguinte, na cidade de Goiana, no Estado de Goiás, quando os participantes de diferentes estados do país deram vida ao Movimento Popular de Saúde (MOPS). Os próximos encontros passaram a se chamar Congressos do MOPS realizados em nível regional, estadual e nacional.

Além dos trabalhadores das comunidades carentes dos grandes centros urbanos, o MOPS contou também com membros de cidades de menor porte, alcançando adeptos por inúmeros municípios do país. A Igreja Católica, especialmente os setores ligados a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram os principais responsáveis por sua construção e formação nos primeiros anos. O MOPS mantinha uma composição heterogênea, reunindo militantes de partidos políticos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), profissionais ligados à saúde, sindicatos, dentre outros[20]. Propunha-se como princípios norteadores a independência e autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, tomando decisões baseadas na ação coletiva, questionando a representação institucional, as negociações sem participação popular e práticas voltadas para atuar por dentro do Estado[21]. Dentre as principais bandeiras do MOPS estão o controle dos serviços de saúde pelos

19 Após a gestão de Paulo Maluf, elegeu-se o candidato a prefeito do mesmo Partido Celso Pitta (PPB) para o mandato de 1997 a 2000.

20 DOIMO, Ana Maria; RODRIGUES, M. M. A. A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal da atuação política. **Política & Sociedade**. Florianópolis. v. 3, 2003, p. 97.

21 Idem, p. 100.

trabalhadores, a saúde como direito universal e de responsabilidade do Estado e a estatização completa da saúde. Os movimentos pela saúde urbana que nasceram a partir de reivindicações locais, passaram a se organizar nacionalmente com o MOPS. Os encontros serviram como plataforma para debater questões locais e os problemas gerais da saúde pública. No V encontro realizado em Salvador em 1984, firmou posição do movimento quanto a necessidade de criação de uma Política Nacional de Saúde, destacando a importância da participação popular em sua elaboração e a prestação de serviços públicos gratuitos em todos os níveis na saúde brasileira. No mesmo ano da celebre VIII Conferência Nacional de Saúde, o MOPS realizou o VI Congresso interno, no qual as propostas do movimento foram sistematizadas e formalizadas para serem apresentadas na conferência nacional, dentre elas, a estatização dos serviços de saúde, direito à saúde e dever do Estado, controle popular por meio de autonomia das organizações populares frente ao Estado e sob legislação que garantissem a presença popular no planejamento e controle dos serviços de saúde, assim como a presença popular nos conselhos de saúde, descentralização da saúde e etc. O MOPS era inegavelmente uma das principais forças sociais no cenário político da saúde brasileira.

O múltiplo quadro de atores da reforma sanitária, podemos ainda destacar o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Ambas foram certamente protagonistas da luta pela saúde pública brasileira, tendo suas atuações e ideias amplamente difundas pelos estudiosos do tema. De maneira sintética, as agremiações surgiram a partir do ambiente acadêmico advindos dos cursos de Medicina dos departamentos de medicina preventiva da Universidade de Campinas (UNICAMP), na Universidade de São Paulo (USP), no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz).

As duas organizações atuavam em conjunto, formada por importantes pesquisadores e professores em saúde no país. Cebes e Abrasco atuaram de maneira significativa nas lutas pela reforma sanitária, sendo responsáveis por grande parte das ideias e projetos que posteriormente foram consagrados na Constituição Federal de 1988. As agremiações são complexas e possuem características de certa forma distintas das organizações e movimentos oriundos das camadas populares até aqui analisados. Cebes e Abrasco dentre outros aspectos, distinguiam das outras frentes de luta pela defesa da luta pelo caminho institucional, ou seja, defendiam a ocupação de espaços no aparelho de Estado e a luta por dentro do Estado, colocando em segundo plano a mobilização social.

Agentes de sua própria história

Eder Sader (1988) debruçou-se sobre diferentes experiências de luta nas décadas de 1970 e 80, dentre elas do movimento popular pela saúde na cidade de São Paulo. Em sua análise o período foi marcado por polêmicas internas nos movimentos sociais, partidos políticas e sindicatos quanto as estratégias a serem adotadas. Os principais debates giravam em torno do caráter da revolução, seria ela socialista, popular, democrática, de libertação nacional, qual o papel teria as classes sociais e etc. Por outro lado, o tema da organização e as lutas dos trabalhadores não detinham espaço entre as grandes polêmicas que polarizam os debates. Este seria um dos motivos pelos quais "será cada vez maior o número de militantes que – individualmente ou em grupos – começam a se desprender dessas organizações e a manter essas atividades junto aos trabalhadores já sem as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias" (Sader, 1988, p. 173). As pastorais católicas seriam os locais que possibilitariam o encontro destas experiências populares. Os movimentos sociais nasceram heterogêneos e fragmentados, representando suas próprias condições de existência, reproduzindo-se enquanto formas singulares de expressão, ou seja, "embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma "superior" e "sintetizadora" (Sader, 1988, p. 198). A pluralidade presente nos movimentos sociais, especialmente no MOPS, não indica segundo Sader nenhuma compartimentação de classes sociais diversas, apenas indica formas diferentes de expressão.

> Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de uma carência (Sader, 1988, p. 199).

O final dos anos de 1970 e a década de 1980 foram marcados por avanços, retrocessos e contragolpes das classes dominantes. Foram anos de intensas lutas, greves e movimentos de contestação das mais variadas pautas. Os anos de 1980 "representaram uma época de grandes ganhos políticos para os trabalhadores, através do efeito pedagógico das experiências das diversas lutas travadas" (Almeida, 2011, p. 493). Uma década de grande inovação nas lutas populares com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

formados pela base, assumiram a luta socialista democrática de caráter anticapitalista, adquirindo enorme protagonismo e abrangência nacional, alterando a relação de forças no país a partir da crise de hegemonia das classes dominantes e construindo uma contra-hegemonia (Almeida, 2011).

A efervescência da organização subalterna da luta e de projetos contra- hegemônicos foram postos a prova pelo avanço da agenda de negação da luta no seio do Estado. Para Fontes (2010) a compreensão do fenômeno passa por duas situações distintas e que se retroalimentam: como resultado das crises da década de 1970, o empresariado disputou intraclasse os recursos do fundo público, por conseguinte, colocaram-se contrários a qualquer política estatal de natureza social que interferisse na sua apropriação privada dos recursos públicos; o segundo aspecto diz respeito a ampliação das universidades e do retorno dos exilados pela ditadura.

> Muitos daqueles que retornavam do exílio incorporaram ao longo dos anos o desencanto europeu com a experiência soviética, o que se expressou em muitos casos pela recusa aos partidos comunistas e, principalmente, à crispação dogmatizante das organizações comunistas que se autointitulavam marxistas-leninistas (ML). Endossavam, entretanto, um modelo vagamente democrático, seja com tonalidades europeizantes social- democratas, seja mais próximos dos modelos tocquevillianos, defensores de uma associatividade à americana, então bastante difundidos. **Desconfiavam dos partidos políticos e os viam como "aparelhamento" das organizações populares**. Mesclavam-se vertentes políticas de origens distintas, sob influência de setores da sociologia europeia e em especial a francesa, que abandonavam a reflexão social a partir de uma base classista (Fontes, 2010, p. 228. Grifos nossos).

Tais pesquisadores passaram a conviver diretamente com as lutas populares, utilizando-os como objeto de seus estudos. Consolidou-se, assim uma "visão imediatista dos setores populares, sem com eles socializar os extensos debates teóricos travados nas universidades, e difundia uma concepção da "recusa" da luta em torno do Estado, desconsiderando-a como momento necessário" (Fontes, 2010, p. 229-230). Os efeitos da presença desses pesquisadores e da chamada corrente sociológica dos "novos movimentos sociais" causou grande impacto na organização da luta popular, favorecendo uma visão imediata de suas lutas, obstaculizando a imagem da totalidade social. Forjou- se a concepção de que a luta não poderia ultrapassar os limites da política institucional, do Estado de Direito, permanecendo no campo das reivindicações imediatas e localizadas. A perspectiva da consciência da totalidade e consequentemente a luta no seio do Estado foi posto abaixo pela intelectualidade que se afirmava naquela ocasião, expressa principalmente pela socióloga Ruth Cardoso e sua discipula e orientan-

da Ana Maria Doimo (Fontes, 2010), que como vimos se colocou firmemente contrária a luta institucional do movimento sanitário (Cebes e Abrasco).

Portanto, os movimentos populares a partir de suas experiências e ações, buscaram serem sujeitos de sua própria história. A fragmentação e heterogeneidade são expressão de sua condição de existência. Os movimentos sociais pela saúde em suas diferentes localidades e agendas de luta como analisado acima, protagonizaram sua própria história e fazem parte da história da saúde pública brasileira, em especial do processo da reforma sanitária. Todos de alguma maneira foram filósofos, ainda que em certos momentos inconscientemente. A noção de "filósofo" defendida por Gramsci, resume o movimento dos agentes nas diversas lutas pela saúde analisadas.

> todos são filósofos, ainda que a seu modo inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na "linguagem", está contida uma determinada concepção de mundo -, passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: é preferível "pensar" sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, "participar" de uma concepção de mundo "imposta" mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na "atividade intelectual" do vigário ou do velho patriarca, cuja "sabedoria" dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera da atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?[22]

A concepção de mundo dos movimentos sociais e lutas populares pela saúde do qual buscamos destacar continham elementos de crítica da própria concepção de mundo, buscaram conhecer a si próprios e a consciência de sua própria historicidade, de sua fase de desenvolvimento e identificá-la em contradição com outras concepções de mundo. Em que pese a maior ou menor amplitude e complexidade das compreensões de mundo, bem como a ausência de uma consciência da totalidade da luta e no seio do Estado restrito, ao colocarem-se em luta por mudanças na estrutura da saúde pública brasileira e em favor dos interesses das classes subalternas, tais movimentos de luta socializaram "verda-

22 GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª Edição, 2015, p. 93-94.

des já descobertas"[23], isto é, a possibilidade ativa de transformação social diante da identificação do potencial emancipatório das lutas sociais frente às mazelas e condições desiguais e estruturantes presentes na área da saúde. No entanto, tais potencialidades são importantes, mas insuficientes para a transformação social, devendo levar em consideração:

> a classe, que é sempre consciente de si, torna-se consciente para-si (em termos de Gramsci: torna sua consciência "unitária e coerente") na medida em que compreende sua própria situação de classe como momento de uma totalidade histórica, o capitalismo, e pode atuar politicamente (ou seja, estabelecer projetos e aplicá-los), em conformidade com esta compreensão, pela transformação radical da sociedade. Se esta condição, a referência à totalidade, não estiver presente, ou seja, se a compreensão estiver limitada a aspectos parciais da existência concreta da classe, trata-se então de uma consciência de classe ainda não desenvolvida, uma falsa consciência, no sentido de Lukács ("ocasional e desagregada", em termos gramscianos). Neste caso, a atuação política da classe permaneceria inscrita na ordem capitalista, e sua luta seria, no máximo, por reformas que não chegam a pôr em causa a sua superação radical[24].

Ressaltamos que a temática dos movimentos sociais e organizações coletivas pela luta da saúde no contexto da reforma sanitária merece um maior esforço dos pesquisadores, pois o entendimento da complexidade da luta e das opções estratégicas adotadas ao longo do processo da reforma sanitária lançará luz sobre os caminhos e campos de batalha na atualidade da saúde brasileira.

Referências

ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcanti de. Planejamento e Participação popular em saúde: o caso de Duque de Caxias [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 1994.

BRAVO, M. I. S.. **Serviço Social e Reforma Sanitária**: Lutas Sociais e Práticas Profissionais (3ª edição). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1. 296p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anais**: VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília, 1987.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 330.

23 GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª Edição, 2015, p. 93-96.

24 COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 330.

CORDEIRO, H. A.; FlORI, J. L. C. & GUIMARÃES, R. F. N. **A questão democrática na área de saúde**: proposta para um debate. Rio de Janeiro, 1979. (Mimeo)

DOIMO, Ana Maria; RODRIGUES, M. M. A. A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal da atuação política. **Política & Sociedade**. Florianópolis. v. 3, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESCOREL, Sara; BLOCH, Renata Arruda de. As Conferências Nacionais de Saúde na construção do SUS. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flávio Coelho; SUÁREZ, Julio Manuel. (Org.). **Saúde e Democracia**: História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselhista sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde**: o caso do movimento popular de saúde de Campinas/São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

FLEURY TEIXEIRA, Sônia Maria. Política de saúde na transição conservadora. **Saúde em Debate**. Revista do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, n. 26, 1989.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª Edição, 2015.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8ª Edição, 2015.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1974-84. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

MACIEL, David. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado.

Lutas Sociais, São Paulo, v. 18, p. 64-78, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMEKE, Elizabeth de Leone Monteiro. **Saúde e democracia, experiência de gestão popular**: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

LUTAS RECENTES NO BRASIL: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS ÀS CIDADES REBELDES

Ermínia Maricato

Giselle Tanaka

Paolo Colosso

Introdução

A produção social das cidades, no capitalismo, é marcada por contradições que refletem o antagonismo entre aqueles que buscam sua exploração, enquanto lucros, juros e rendas, e aqueles que dependem desse espaço para viver. Partindo de referências teóricas sobre a produção social do espaço urbano em suas especificidades na periferia do capitalismo, o objetivo deste artigo é fazer um balanço histórico sobre as contradições que permeiam as lutas urbanas em grandes cidades brasileiras, do período de redemocratização nos anos 1980 até os dias de hoje.

Na primeira seção retomamos algumas premissas teórico-metodológicas para os estudos urbanos, compreendendo em que medida a urbanização se dá num feixe de conflitos no espaço e pelo espaço. Salientamos ainda as especificidades do processo de industrialização- urbanização em nossa posição periférica no capitalismo mundial.

No segundo tópico, reconstituímos a trajetória que vai dos protestos no fim dos anos 1970, contra as más condições de vida, até a ascensão dos movimentos sociais urbanos, um momento de maior esperança com a entrada de novos personagens em cena.

No terceiro, repassamos alguns balanços feitos na literatura especializada, já em tom menos esperançoso, acerca de contradições do associativismo brasileiro. Foram autoras/es que, já nos anos 1990, identificaram de que maneiras a sociedade civil organizada assumia apostas com limites e possibilidades.

O quarto momento reservou espaço para um balanço sobre o Movimento de Luta pela Reforma Urbana. Salientamos a importância fundamental deste para os avanços legais e institucionais das lutas urbanas no Brasil, na medida em que foi capaz de criar um arcabouço normativo que guarda grandes potenciais para avanços futuros. Mas identificamos também os sinais de esgotamento e a iminente necessidade de abertura de um novo ciclo.

Numa quinta etapa, tratamos de uma reascensão de mobilizações sociais nos anos 2010, envolvendo forças diversas do espectro político. Argumentamos que nesse caldo de cultura as cidades são objeto de pauta, mas também são reapropriadas como um repertório de ação com caráter urbano, isto é, a imaginação política dos sujeitos está ligada às condições urbanas. Esse é o momento presente, ainda atravessado de incertezas e questões em aberto.

Conflitos na Produção Social do Espaço Urbano

Do ponto de vista dos estudos urbanos críticos, há uma oposição fundamental entre aqueles que ganham (lucros, juros e rendas) com a produção e a exploração do espaço urbano e aqueles que dependem desse espaço para viver. Em termos sumários, os primeiros buscam valor de troca e os demais valor de uso. Isso implica uma disputa e um conflito nodal entre classes sociais no e pelo espaço.

A habitação, por exemplo, é uma necessidade essencial para a vida humana, mas também é mercadoria. E não se trata de uma mercadoria qualquer, mas uma mercadoria especial. Dentre as mercadorias necessárias à reprodução da vida familiar a habitação é a mais cara. Seu preço, no mercado capitalista formal, equivale a, muitas vezes, a renda mensal média da classe trabalhadora. Por esse motivo ela exige um financiamento para a compra. Por outro lado, ela está vinculada à terra urbana (ou um pedaço de cidade) cujo acesso passa pela apropriação privada nas sociedades capitalistas. Seu preço depende dos atributos de sua localização na cidade. Imóveis ou terrenos situados em bairros que contam com melhor infraestrutura e serviços tendem a ter preços mais altos ou a gerar aluguéis mais caros. Conferem, portanto, uma renda diferenciada para seus proprietários cuja origem é externa às propriedades. A disputa pela "captura" dessa renda está no centro das disputas sociais na orientação da política urbana. São objetos dessas disputas: o destino dos investimentos públicos e privados em obras e serviços urbanos, os serviços de zeladoria urbana, a legislação urbanística, as características de vizinhança, entre outras variáveis, pois elas alteram a

qualidade e o preço dos imóveis. Habitação é, portanto, uma mercadoria complexa e sua abordagem, nas cidades não pode se dar desvinculada da sua localização no espaço urbano. Trata-se de um grande equívoco desvincular a política habitacional da política urbana[1].

Essa mesma relação de interesses antagônicos pode ser feita com os outros aspectos da reprodução da vida nas cidades: a questão da mobilidade, do saneamento, da drenagem, dos serviços de educação, da saúde, da segurança, do abastecimento, do lazer, da cultura... A cidade é um grande negócio, com muitos interesses em disputa que configuram uma luta surda e pouco conhecida embora envolva o cotidiano da maior parte da humanidade.

O lugar da questão urbana na teoria marxista ocupou muitos teóricos a partir dos estudos pioneiros de Engels: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *A questão da Habitação*. Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, são alguns dos principais, que buscaram entender a luta de classes nas cidades localizando-a para além dos limites da exploração direta do trabalho pelo capital, mas mantendo-a como determinada pelo contexto das relações de produção capitalistas. Lefebvre (1968) cunhou o "direito à cidade" e o incluiu entre os direitos fundamentais da classe trabalhadora politizando a noção de cotidiano. Harvey (2005) teorizou sobre a produção do espaço urbano no modo de produção capitalista. Castells (1972) se propôs a teorizar sobre a questão urbana e o lugar dos movimentos sociais urbanos situando-os no âmbito da reprodução da força de trabalho. Não estamos no contexto da exploração direta entre capital e trabalho, que está no centro da obra de Marx, mas num contexto que outros autores chamaram de espoliação. Essa relação tem tudo a ver com o preço da força de trabalho e, portanto, com o salário que é definido historicamente pelas lutas sociais e também pela cultura, valores herdados, valores criados etc. Não estamos, nas cidades, no momento clássico da exploração da mais valia mas o rebaixamento do preço da força de trabalho, seja pelo rebaixamento salarial seja pela ação do Estado com políticas públicas, tem impacto decisivo no processo de acumulação de capital. Castells (1972) lembra a importância crescente dos meios de consumo coletivo – transporte, saneamento, educação, saúde, - necessários à reprodução ("ampliada") da classe trabalhadora, que exigem a presença do Estado. Esses serviços urbanos constituem um tipo de salário indireto. O

1 Os dois momentos em que houve investimento público maciço na produção de habitação social no Brasil- de 1970 a 1983 sob condução do BNH- Banco Nacional de Habitação e de 2008 a 2018 com o Programa Minha Casa Minha Vida- foram marcados por forte especulação fundiária- cuja regulação é competência constitucional do poder municipal. A desregulação da política fundiária determinou a construção de conjuntos habitacionais fora da malha urbana consolidada. Ver a respeito MARICATO, 2015.

aumento salarial conquistado por uma greve pode ser capturado pelo aumento na tarifa dos transportes coletivos. Distribuição de renda não assegura, necessariamente, o direito à cidade ou melhores condições de vida urbana para todos. O direito à cidade está ligado às políticas públicas e sociais que vão além das políticas salariais. Nesse sentido, nem sempre as lutas sociais urbanas eclodem por um conflito no mundo do trabalho, mas muitas vezes envolvendo aspectos do cotidiano urbano, da cidade como ela é percebida e vivida. Nem sempre eclodem por uma causa estrutural econômica, mas porque os sujeitos sociais sentem como insuportável o fato de se submeterem a uma sociedade injusta.

Para ampliar ainda mais a complexidade da abordagem da cidade e dos conflitos que ela promove é preciso destacarmos mais alguns tópicos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, importante salientar que a produção da cidade envolve diversos capitais (incorporação, construção, financiamento, além do proprietário de terra e imóveis) e, em alguns momentos envolve a oposição clássica capital X trabalho[2]. Isso se dá nos canteiros de obras quando matérias primas passam por um processo que pode resultar nos diferentes produtos que compõem a cidade: edifícios, pontes, viadutos, ruas, praças, etc. Para os participantes de uma rede de estudiosos marxistas sobre a cidade, a Bartlett International Summer School (BISS), atuante entre os anos 1979 e 1998, é no processo de trabalho no canteiro de obras que está a chave para entender o espaço urbano e suas contradições. A indústria da construção é uma das grandes empregadoras de força de trabalho, portanto, fonte privilegiada de captura de mais valia o que lhe confere um papel especial na recuperação de crises econômicas.

Isso significa compreender que a cidade não é marcada apenas pela contradição entre capital e trabalho, mas por outros conflitos e alguns deles podem se dar no interior das frações da classe burguesa. Interesses de construtores de infraestrutura, de edificações, incorporadores, proprietários de terra e capital financeiro imobiliário podem divergir dos interesses dos capitalistas não envolvidos com a produção do espaço. Mas os conflitos também podem acontecer no seio mesmo dos capitais envolvidos na produção do espaço urbano como por exemplo entre capital de incorporação e capital financeiro[3].

De um ponto de vista histórico, é preciso destacar diferenças notáveis entre as cidades do capitalismo central e as cidades dos países da periferia do sistema,

2 O estudo da produção do espaço urbano e seus diversos agentes teve, na Escola Francesa de Sociologia dos anos 60 e 80, um momento pioneiro e intenso com autores como Christian Topalov, Alain Lipietz, Jean Lojkine, entre outros.

3 Vale conferir HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Cortez. 1982

embora aquelas sirvam de modelos urbanísticos e de inspiração para o planejamento urbano, a legislação edilícia ou de zoneamento.

O Estado é o ente mediador dessas disputas, com papeis bastante variáveis. O Estado de Bem-Estar Social, que vigorou na Europa por 30 anos após a segunda guerra mundial, assegurou um conjunto de políticas sociais que responderam às necessidades da classe trabalhadora. Segundo Harvey, a construção desse Estado foi sustentada pelo grande capital fordista, pelos grandes sindicatos e pelo grande Estado (Harvey, 1982). A generalização da mercadoria e o impulso ao consumo – determinado pelo marketing, pelo fetiche, pela manipulação ideológica – criou necessidades que foram muito além do básico, como sabemos. É a partir de 1972 que essa construção começa a ser desmontada conduzida pelo ideário neoliberal, mediante a concentração e centralização de capitais, hegemonia do capital financeiro, combate ao Estado social e às políticas públicas, desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, privatizações e aumento das desigualdades sociais.

Já nos países da periferia, por sua vez, muitos dos direitos nunca foram universalizados - a moradia, o acesso à terra urbanizada, a previdência social, a educação e a saúde são apenas alguns exemplos. No nosso caso, tivemos um processo tardio de industrialização-urbanização e precoce de desindustrialização[4]. Quanto à taxa de urbanização, começamos o século com 10% da população nas cidades, o que equivalia a aproximadamente 10 milhões de habitantes. No fim do século XX, com pouco mais de 80% da população nas cidades esse número era de 165,7 milhões e em 2011, 190,6 milhões. O Brasil passa a ser predominantemente urbano apenas na década de 60. São, portanto, apenas 60 anos de população majoritariamente urbana e fortemente concentrada nas grandes metrópoles, de acordo, sempre, com dados do IBGE.

Em poucas décadas construímos cidades para abrigar o crescimento populacional de muitos milhões de pessoas. Entre 1940 e 1980, por exemplo, a população urbana cresceu 77,8 milhões de pessoas, mas é fundamental lembrar que o assentamento residencial da maioria dos migrantes que se ofereceram como mão de obra farta para o processo de industrialização, se deu sem a participação expressiva do Estado ou do mercado residencial (capitalista, formal)[5].

4 Os processos de industrialização e urbanização se deram de forma concomitante apenas no século XX a partir de 1930. O PIB do país cresceu a taxas equivalente a 7,4% entre 1940 e 1980 graças à unificação do mercado interno de consumo. A partir de 1980 tem início uma reestruturação produtiva marcada pela desindustrialização do país e o que outros autores chamam de mundialização ou globalização. Para uma análise mais detalhada desses tópicos, vale conferir Maricato e Colosso (2020).

5 Ver a respeito MARICATO (1979). Ver ainda filme documentário Fim de Semana. Direção de Renato Tapajós. https://erminiamaricato.net/filmes/

Esse processo está descrito em um grande número de trabalhos embora tenha permanecido desconhecido pela grande mídia ou pela representação hegemônica do Brasil urbano. O mercado imobiliário formal, a legislação edilícia, ou a burocracia estatal dos licenciamentos das edificações simplesmente desconhecem esse fato: que a regra é exceção e a exceção é regra. O ardil na aplicação da lei é constituído pela ilegalidade compulsória no que se refere à moradia de grande parte da população urbana.

A melhoria dos bairros construídos pela própria população trabalhadora nas periferias das cidades – asfaltamento, escolas, creches, extensão do transporte coletivo, etc, – foi conquistada pelos movimentos sociais urbanos ou alimentada pela relação clientelista ou relação de favor tendo o voto como moeda de troca. Nos bairros operários, a ausência da condição de cidadania urbana – falta de endereço, falta de documento legal de propriedade da casa, falta de infraestrutura e serviços urbanos – foi compensada, na década de 70 e 80, pela filiação aos sindicatos. Eles forneciam um tipo de cidadania. Muitos movimentos sociais urbanos se desenvolveram nesse ambiente.

Mas, além dessas características de urbanização e industrialização tardias, o Brasil viveu 380 anos, dos seus 520 anos de história, movido pela força de trabalho escrava. Foi o último país do Ocidente a libertar o trabalho escravo. À libertação dos escravos não correspondeu um ciclo novo de rompimento com a antiga condição. Vamos lembrar nossas palavras, baseadas nos chamados "intérpretes do Brasil"[6] para resumir o peso dessa herança sobre o processo de urbanização:

> (...) o Brasil carrega, no processo de urbanização características decorrentes das mazelas de sua relação dependente e subordinada e também algumas características da nossa "formação social". A herança escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo e a condição inferiorizada da mulher, o patrimonialismo e a privatização da esfera pública, o personalismo e as rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política do favor contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania, estão presentes em cada m2 da cidade periférica (Maricato, 2011, p. 134).

Ter em conta essas dimensões étnico-raciais e de gênero dos conflitos também é fundamental para compreender as lutas envolvendo o cotidiano urbano, no qual a exploração do trabalho se sobrepõem a outras camadas de opressão e violência, literal e simbólica.

6 A respeito dos intérpretes do Brasil ver ARANTES e ARANTES (1997).

Movimentos sociais urbanos e o antagonismo de classe na periferia

No fim dos anos 1970, em plena ditadura militar, eclodem protestos em diversas cidades brasileiras, contra as péssimas condições de transporte público para trabalhadores urbanos, moradores de favelas e periferias. Manifestações crescentes, por creches, postos de saúde, regularização fundiária, se tornam cada vez mais articuladas. Ações que começam de organizações de bairro e protestos pontuais, começam a se projetar no espaço político como manifestações massivas em frente à prefeitura, em ocupações organizadas de terra urbana com finalidade política, permitindo ser nomeadas como de movimentos sociais urbanos.

É o momento da emergência dos chamados *novos movimentos sociais urbanos*, nas periferias de grandes cidades brasileiras, que vão marcar as lutas urbanas e uma nova construção da questão urbana em torno da ideia de *direito à cidade*.

Em São Paulo, houve uma confluência de lutas populares em torno dos direitos do trabalho, da questão urbana - pelo direito à moradia, transporte público, saneamento básico - e pela redemocratização. A chamada Teologia da Libertação, orientação seguida pela igreja católica de "opção preferencial pelos pobres", impulsionava, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, os movimentos reivindicatórios em torno da melhoria dos transportes, abertura de creches, regularização de favelas e loteamentos clandestinos e melhorias das condições de vida. Um novo sindicalismo, caracterizado como autônomo em relação ao Estado e às entidades patronais, mobiliza grandes greves operárias, especialmente na Região metropolitana de São Paulo, apoiadas pelas organizações populares nos bairros (Abramo, 1994). Ampliam-se as manifestações pela democratização, eclodem protestos em diversas grandes cidades brasileiras em torno de reivindicações urbanas e organizações de representação dos trabalhadores se fortalecem: foram criadas novas centrais sindicais, novos partidos políticos e outros saíram da clandestinidade.

Militantes, pesquisadores e profissionais de esquerda integravam esses movimentos, na busca de espaço de ação política, no bojo das emergentes lutas populares. Os novos movimentos sociais urbanos adquirem, nesse momento, centralidade no debate acadêmico em torno da questão urbana e a produção teórica em torno deles, se dava em conexão com essa militância.

Embora possam ser apontadas divergências entre as leituras dos autores do campo, tais movimentos começam a ser vistos como uma força social e política de base popular, capaz de impulsionar transformações sociais no país. Suas práticas, vistas como autônomas e contestatórias, teriam o potencial de abalar a

ordem vigente. Essa nova forma de organização popular abriu um novo campo de pensamento teórico que buscava avaliar quais as perspectivas colocadas por esse movimento, entendido como um novo e autônomo sujeito político. (Moisés, 1979, Kowarick, 1979; Gohn, 1985; Sader, 1988).

Essa produção teve como marca uma forte influência do estruturalismo marxista europeu, mas com originalidade na busca pelas especificidades do contexto brasileiro, da periferia do capitalismo, sob influência do debate cepalino[7]. Abriu-se um campo de reflexão em torno das condições do trabalho periféricas, das formas de constituição de identidades e organização das lutas e das próprias condições de produção do espaço urbano, em torno das quais as lutas urbanas se mobilizam.

Manifestações no final dos anos 1960 levaram, no campo marxista, a um deslocamento das abordagens tradicionais, que buscavam nas relações de classe - principalmente no movimento operário - os sujeitos políticos para a realização da transformação social, em favor dos novos movimentos por direitos civis, movimentos negros, feministas, estudantil, urbano, entre outros. Segundo Maria da Glória Gohn a leitura brasileira desses fenômenos teve forte influência do paradigma europeu dos novos movimentos sociais, "tendo Alberto Meluci, Alain Touraine, Manuel Castells e Claus Offe como principais referenciais teóricos, além de Gramsci e suas formulações sobre a sociedade civil" (Gohn, 2014, p. 84). Pedro Jacobi (1987) e Cardoso (1997) apontam a forte influência de Castells[8], que, junto com Lojkine, enfatizavam o potencial transformador das lutas urbanas a partir do antagonismo criado entre forças populares e o Estado. Se o Estado do bem-estar social assumira no discurso a garantia de direitos sociais, não teria criado os meios reais para atendê-los, dado seu papel no atendimento das necessidades gerais da produção, no contexto do capitalismo monopolista avançado. Ao reivindicar tais direitos, movimentos sociais urbanos levariam ao acirramento das contradições sociais, que se dariam, para Castells, no campo da reprodução da força de trabalho, em que a produção do espaço urbano ocuparia posição central[9]. Os novos movimentos sociais urbanos teriam como pauta

7 O chamado "Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista" foi formulado por André Gunder Frank, seguido por Rui Mauro Marini, sob influência da esquerda estadunidense e da concepção trotskista do desenvolvimento desigual e combinado, considerando que os países periféricos estariam relegados ao atraso na divisão internacional da produção. Celso Furtado avança no debate, buscando saídas para essa condição.

8 Dentre as primeiras contribuições sobre os movimentos sociais urbanos na América Latina estão o estudo de Castells sobre os "Movimientos de Pobladores", realizado em conjunto com pesquisadores do CIDU, no Chile, e de Etienne Henri sobre as barriadas de Lima (JACOBI, 1987). A obra clássica de Manuel Castells, "A Questão Urbana" (1972), se tornará também leitura obrigatória para esse campo.

9 Essa produção sobre os movimentos sociais urbanos integra um campo maior de pesquisa dos

a cobrança por infraestrutura e serviços urbanos - meios de consumo coletivo - que caberia ao Estado atender. Ao estabelecer sua luta por direitos legítimos, estariam abrindo um espaço para contestação da própria ordem social. Essa abordagem teria tido forte influência na obra de Moisés (1982), Jacobi (1980), Machado da Silva e Ribeiro, (1985), e Kowarick (1987) (apud Jacobi, 1987, p. 20).

No Brasil, os movimentos sociais urbanos foram lidos como capazes de revelar ou exacerbar contradições da sociedade, abrindo possibilidades de uma transformação social mais ampla. Mas, para além de reproduzir ideias do marxismo europeu, tais movimentos foram uma rica base empírica sobre a qual se produziram contribuições especificas que buscavam revelar suas práticas, os novos espaços políticos criados, suas pautas e articulações, conflitos e contradições criados e potencializados, e o alcance de suas lutas.

Esses movimentos não foram vistos como desconectados da luta de classes, buscava-se uma compreensão do seu lugar nas lutas políticas. Autores como Moisés (1979) e Gohn (1985), vão buscar em que medida tais movimentos se colocariam como uma nova força política, modificando espaços tradicionais, como os da disputa político partidária. Gohn (1985) destacava ainda a possibilidade de se romper com a lógica clientelista que, no Brasil, desde sempre estruturava as relações entre Estado e organizações populares.

Kowarick (1979) e Sader (1988) os reconhecem como expressão das classes trabalhadoras urbanas[10], apontando as especificidades da sua inserção produtiva na periferia, com alta rotatividade nas empresas, combinação com trabalho informal e relações de subsistência na reprodução da vida. Sader (1988) se refere a uma "nova configuração de classe", dada pela identidade popular construída nos espaços públicos criados nas periferias.

Sader (1988) destaca a importância de se reconhecer a condição de classe comum aos moradores da periferia. Embora sua inserção de fato na estrutura produtiva seja heterogênea e, em muitos casos, precária, haveria elementos para a elaboração de uma identidade baseada na noção de trabalhador urbano. As ex-

estudos urbanos, também com forte influência no Brasil, apresentada na primeira parte desse artigo. Sobre a influência de pesquisadores franceses no urbanismo brasileiro, Maricato menciona estudos de Topalov (1973) sobre a promoção imobiliária, Lojkine (1977) e sua teoria da urbanização capitalista, Lipietz (1974) sobre a renda imobiliária, Preteceille (1973) e Coing (1966) sobre grandes conjuntos habitacionais. Destaca-se também a influência da Bartlett International Summer School, acima mencionada. (MARICATO, 2011, p. 122)

10 Para Sader, a referência do trabalho na fábrica está presente na produção de uma identidade coletiva, é elemento central na matriz discursiva que a constitui, através da noção de *trabalhador urbano* como sujeito de direitos. (Sader, 1988; p.37-60)

periências comuns, a vivência e as carências sofridas por moradores da periferia, independentemente de sua inserção efetiva na estrutura produtiva, criavam as condições necessárias e suficientes para a elaboração de significados coletivos, para "reinterpretações da realidade a partir da semântica dos dominados" e para a conformação desta identidade de classe que permite entendê-los como "sujeito coletivo político" (Sader, 1988, p. 311). Através de suas práticas, esses novos sujeitos confeririam um novo sentido à política:

> Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros (Sader, 1988, p. 313).

A noção de espoliação urbana, cunhada por Kowarick, integraria os dois processos concomitantes de dilapidação da força de trabalho: a superexploração no trabalho nas fábricas e sua consequente condição de pauperização; e as péssimas condições de habitação e consumo coletivo do espaço urbano, como base da industrialização-urbanização brasileira (Kowarick, 1979; p.59).

A atuação engajada de acadêmicos nas lutas periféricas alimentou análises sobre a produção do espaço urbano, conectando a produção da casa pela autoconstrução, e da expansão periférica com infraestrutura e serviços urbanos precários combinados com o trabalho informal do morador de periferia, com as condições de expansão da industrialização com a super exploração da força de trabalho. O artigo de Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista*[11] (2003), foi pioneiro nesse sentido ao demonstrar que os setores *atrasados* da economia estariam plenamente inseridos no processo de produção *moderno* capitalista, permitindo o rebaixamento dos custos de produção (principalmente do custo da força de trabalho) e a concentração de recursos do Estado nos setores produtivos. Oliveira reconhece a importância de seu contato com o trabalho de arquitetos urbanistas engajados na luta da periferia como Sérgio Ferro, Rodrigo Lefebvre, Sérgio Souza Lima, Mayumi Souza Lima e Gabriel Bolaffi para chegar a essas formulações. (Tanaka, 2006)

A reivindicação das classes populares ao Estado, por sua vez, seria uma forma de disputa pelo fundo público. Lutar por serviços públicos e infraestrutura urbana, de um lado, seria uma forma de reivindicar uma distribuição mais igua-

11 Em contraposição à teoria do Subdesenvolvimento Cepalina, que defendia a possibilidade de superação dos setores atrasados e da pobreza nos países periféricos pelo avanço da industrialização. Originalmente publicado em 1972.

litária dos recursos públicos na cidade e, de outro, por uma forma democrática decisão no âmbito do Estado.

Nos estudos e debates urbanos, a moradia precária, a periferia e a autoconstrução adquiriram centralidade (Camargo et al, 1975; Maricato, 1979) no momento em que as lutas locais começam a se articular e ganhar escala. O registro da primeira ocupação urbana coletiva em São Paulo, com fins políticos, para reivindicar a produção pública de moradia social, aconteceu em São Paulo, em um terreno em Campo Limpo, em 1981. A partir de organizações de bairro, a ocupação foi realizada como estratégia de pressão para a destinação de terras vazias para programas de habitação popular e ganhou repercussão nacional, se tornando um marco do movimento de moradia (Ronconi, 1995). Em 1984, movimentos de moradia realizaram seu primeiro encontro em escala municipal em São Paulo, reunindo mais de 100 representantes de organizações de bairro, sob o mote "Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão" (Lopes, 2011).

No início dos anos 1980, foi realizada uma iniciativa de articulação em escala nacional das lutas urbanas, com a criação da Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR). Tendo como inspiração os movimentos de luta pela terra no campo, setores da igreja católica como a Comissão Pastoral da Terra, realizaram encontros de lideranças populares e militantes com a intenção de fomentar a elaboração de uma plataforma que reunisse demandas dos movimentos urbanos no sentido de sua unificação (Maricato, 1996b). Nesses encontros estava presente de forma embrionária a ideia de um movimento pela reforma urbana, retomando a plataforma anunciada no Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963, o acesso à terra e à habitação na cidade.

Resultado dessa iniciativa, um grupo de profissionais, principalmente arquitetos e urbanistas, criou a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), no início dos anos 1980. A entidade tinha como objetivo dar assessoria aos movimentos existentes e auxiliar "a elaboração de uma plataforma que reunisse as principais demandas dos movimentos urbanos e contribuísse assim para sua unificação" (Maricato, 1996b, p. 11). Foram realizados uma série de encontros com esse objetivo, em Petrópolis e Goiânia "com expressiva participação de lideranças populares. Essa foi sem dúvida a raiz do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, palavra de ordem já incorporada nos encontros da ANSUR, nesse período" (Maricato, 1996b, p. 311).

Maricato destaca a mobilização popular que acontecia em São Paulo nos anos que antecederam a criação do movimento, mencionando que "a luta pela regularização fundiária chegou a reunir 5 mil pessoas em protesto diante da sede da Prefeitura de São Paulo em 1979, ainda durante o Regime Militar" (Maricato,

1997, apud Maricato, 2011, p. 139). Ressalta ainda a grande presença de lideranças populares nos seminários organizados pela Comissão Pastoral da Terra e a relação da ANSUR com as associações de bairro, através de iniciativas de assessoria técnica.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se constitui de fato tendo como catalisador a instauração da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987:

> O movimento começa no Rio de Janeiro, onde um grupo de entidades - entre outras, ANSUR (Associação Nacional do Solo Urbano), IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), SARJ (Sindicato de Arquitetos no Rio de Janeiro), FAMERJ (Federação de Associações de Moradores do Rio de Janeiro), SENGE (Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro) - elabora o núcleo da proposta, que antes mesmo de ser concluída vai aglutinando forças, principalmente em São Paulo, e incorpora então os setores do movimento popular que lutavam por terra e moradia (Cardoso, 1997, p. 88).

A constituição do Movimento pela Reforma Urbana, para Cardoso (1997), representou uma transição nas lutas sociais urbanas no Brasil, passagem dos movimentos sociais urbanos para a elaboração de lutas na esfera institucional, com sentido de democratização do Estado e ampliação do sentido de cidadania.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana se apresentou como convergência das lutas sociais urbanas, consolidação de pautas dos movimentos sociais urbanos, que durante o processo da constituinte ganharia uma nova dimensão. Para situar melhor essa passagem, cabe revisar o que foi denominado de "balanço crítico" dos novos movimentos sociais urbanos e do subsequente predomínio de uma literatura sociológica tematizando a sociedade civil, inserida em um processo de "aprofundamento democrático", cujo referencial esteve fortemente presente no discurso do movimento pela reforma urbana.

Anos 1990: contradições da participação social

As transformações projetadas pelas lutas sociais urbanas não se realizaram. Os anos 1980 e 1990, de avanço neoliberal, são considerados como "décadas perdidas" em termos econômicos, de alta inflacionária e perda de políticas sociais. No contexto da piora nas condições de vida, aumento do desemprego e da crise social, verifica-se maior dificuldade e retração das mobilizações sociais. Do ponto de vista das análises, começam a ser elaborados balanços críticos quanto à não realização das transformações vislumbradas. Há uma tônica no rebaixamen-

to das expectativas e na necessidade de uma leitura histórica mais distanciada, considerando avanços reais observados em seu contexto.

Aqueles que apostaram nos movimentos sociais urbanos como uma força democratizante, capaz de trazer as demandas populares para os espaços decisórios do Estado, viram, em grande medida, a reposição de práticas clientelistas e de cooptação, com a anulação das práticas autônomas e inovadoras dos movimentos sociais (Gohn, 1985). Com a gradual abertura democrática a partir de 1985, o Estado passou a estar mais permeável às demandas populares e investimentos públicos começam a chegar nas periferias, ainda que de modo limitado. Os mesmos autores entusiastas da força dos movimentos sociais de periferia, veem sua perda de vigor diante das saídas consideradas "reformistas" apresentadas pelo Estado e suas estruturas (Moisés, 1982; Gohn, 1985).

A participação popular passou a ser incorporada nos discursos oficiais do Estado, no que Dagnino (2004) denomina como efeito perverso do projeto neoliberal. No discurso, a agenda neoliberal assumiu a necessidade de uma maior distribuição de renda, diluindo a ideia de conflito, chegando a propor a promoção de políticas institucionais - vindas de cima e focalizadas - de atendimento parcial das demandas sociais. A participação e o controle social são incorporadas a essa agenda, em parte repondo práticas arcaicas de favor, mas também na gestão dos programas, visando principalmente minimizar tensões sociais. Nessa lógica, as carências seriam apresentadas como simplesmente diferenças temporais de acessibilidade aos benefícios urbanos, e passa-se a ideia de que a periferia será progressivamente incorporada na agenda pública.

Na leitura de Kowarick (2002), ao contrário do que se previa como resultado das lutas populares coletivas, não teria havido expansão dos direitos de cidadania nos anos 1980 e 1990. A crescente desresponsabilização do Estado no tratamento da questão social teria sido acompanhada pela perda de direitos e piora nas condições de vida. Nos marcos da globalização e do neoliberalismo, o Estado empreendera um amplo e variado processo de destituição de direitos, ditado pelas regras impostas pelo capital. As lutas populares, por sua vez, não tiveram capacidade de intervir nos acontecimentos.

Uma outra linha de análise reconhece as derrotas sofridas pelos movimentos sociais, mas considera que o balanço da experiência deve considerar seu contexto histórico, o que levaria à valorização das práticas enquanto avanços nos horizontes e espaços políticos. Telles (1994) apontou que se os que movimentos de fato não foram capazes de responder às expectativas construídas em torno de suas lutas, porém, não se deveria minimizar a relevância das experiências, que foram capazes de abrir um horizonte de futuro, de ação, em um contexto em

que não pareciam possíveis quaisquer questionamentos da ordem estabelecida. Depois de um período de repressão política e tutela do Estado sobre as organizações sindicais e populares, os movimentos populares foram capazes, para a autora, de reinterpretar a experiência passada em um novo espaço público aberto como experiências significativas. No seu tempo, foram experiências que levaram à construção do novo, de novas práticas e novos horizontes para pensar os rumos políticos e sociais do país, ultrapassando os limites do imediato e das condições então presentes (Telles, 1994).

Segundo Paoli, ao se construírem como sujeitos políticos, esses movimentos teriam sido capazes, através de seu discurso e ação, de afirmar uma noção de cidadania e direitos. Conseguiram conquistar autonomia organizativa e política, para além dos limites institucionais oficiais, ou seja, foram capazes de impor, a partir de sua ação, um horizonte democrático mais amplo (Paoli, 1991).

Reconhecido o esgotamento dos movimentos sociais urbanos em sua potência transformadora, ganha espaço nos debates acadêmicos novas leituras da sociedade civil e sua relação com o Estado, no contexto da construção democrática do país. Os novos temas passam a ser o alargamento da cidadania, o espaço público, ou esfera pública, com foco em espaços institucionais. Nesse campo, há o entendimento que, a partir dos anos 1980, novidades nas organizações sociais levaram à constituição de novos objetos de investigação e novos referenciais teóricos.

Um dos principais autores desse campo é Avritzer que, segundo Romão (2010), a partir de sua teorização sobre a ação democratizante da sociedade civil junto a instituições públicas, se tornaria uma das principais referências sobre as experiências de gestão participativa municipal das últimas duas décadas. Gurza Lavalle (2003) se refere a Avritzer e Costa como os autores mais influentes durante a década de 1990 a afirmarem os "principais postulados em torno da nova sociedade civil" (Gurza Lavalle, 2003, p. 93).

O balanço de Avritzer aponta, por sua vez, para dois momentos no padrão de associativismo no Brasil. O período entre 1977 e 1985, onde estariam situados os movimentos sociais urbanos, seria de criação de novas associações para "reivindicar benefícios materiais, como a melhoria da comunidade; e o surgimento de associações lidando com reivindicações pós-materiais, tais como proteção ambiental e direitos humanos". Estas associações se caracterizariam pela "radicalização da ideia de autonomia social", atuariam sem pedir autorização e ignorando os limites impostos pelo Estado, e teriam constituído um "repertório democrático de ação coletiva" (...) "como organização de abaixo-assinados, convocação de autoridades estatais, demonstrações em

frente a edifícios públicos e organização de assembleias de base" (Avritzer, 2012[12]; p. 388-389).

A segunda fase, de 1985 em diante, teria como característica o "aprofundamento democrático", a partir da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Para o autor, destacaram- se como movimentos mais importantes desse período de reforma urbana e da saúde, a CUT e o MST. A ação desses movimentos teria levado a um primeiro momento de "aprofundamento democrático que criou instituições participativas nas áreas de saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social" (Avritzer, 2012; p. 389).

A passagem da primeira para a segunda fase é caracterizada como uma "transformação organizacional da sociedade civil brasileira". Nesse segundo momento, as práticas inovadoras desses movimentos estariam impulsionando arranjos participativos nas administrações públicas locais, com avanço democrático. (Avritzer, 2002).

O autor registra o crescimento de influência política das organizações societárias que, para ele, passam a atuar a partir de uma lógica mista entre autonomia e dependência. Em suas pesquisas, aborda as diferenças na cultura política e na criação de associações voluntárias entre cidades brasileiras, ligadas a processos de históricos específicos, assim como as diferentes circunstâncias políticas, mas demonstra um padrão de maior relação com o Estado, influindo na dinâmica das associações. Nesse novo contexto, a questão colocada passaria a ser como tais associações poderiam manter a sua autonomia em relação ao Estado (Avritzer, 2012).

Para Avritzer, o processo de democratização na América-Latina seria incompleto, o aparelho estatal continuaria operando através de uma cultura política autoritária, persistindo constrangimentos ao exercício da democracia no sistema político. O associativismo, na esfera societária, por sua vez, seria o espaço de inovação, de introdução de práticas alternativas democratizantes, de formação e renovação de uma cultura política democrática: "A democratização no Brasil apenas poderia ocorrer plenamente pela ação daqueles atores democratizantes sobre o aparelho estatal, de cultura política autoritária." (Romão, 2010, p. 29).

Essas categorias de *cidadania*, *sociedade civil*, *esfera* ou *espaço público* e *alargamento* ou *aprofundamento da democracia*, vão ser acionadas pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que trataremos a seguir, para sustentar a defesa de uma ação mais voltada para a "luta jurídico-institucional", rumo que tomou o movimento a partir dos anos 1990.

12 Seu campo de estudo empírico é o Orçamento Participativo (OP), definido pelo autor como a "mais inovadora prática de gestão democrática em nível local surgida no Brasil no período pós-autoritário" (Avritzer, 2002, p. 19)

A Plataforma da Reforma Urbana: da Constituinte às lutas jurídico-institucionais

A formação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, como visto, é resultado da convergência de mobilizações populares, movimentos sociais, organizações acadêmicas e técnico-profissionais em torno da construção e consolidação da pauta da reforma urbana. Concebido como um espaço de unificação das lutas urbanas, o movimento se propunha a superar reivindicações pontuais e específicas na construção de um projeto político maior, para as cidades brasileiras.

A primeira ação nacional do movimento foi a realização de uma mobilização para a coleta de assinaturas para a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular da Reforma Urbana. Esse foi considerado um momento de participação direta da população na formulação dessa pauta *"unificada e popular"* e seria o marco fundante da plataforma da Reforma Urbana. A Emenda Constitucional foi entregue à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em agosto de 1987 pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), com a assinatura de 150 mil eleitores, além das 6 entidades nacionais que subscreveram a proposta - a exigência da ANC era de 3 entidades associativas e no mínimo 30 mil assinaturas de eleitores (Santos Junior, 1995).

A mobilização popular através desse mecanismo de coleta de assinaturas teve sequência com o encaminhamento do primeiro projeto de lei de iniciativa popular para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP), entregue à Câmara dos Deputados em 1991 (Maricato, 2001, p. 102). Esse projeto reuniu ainda mais pessoas, chegando a 850 mil assinaturas, mas essa mobilização não passou diretamente pelo MNRU (Maricato, 1996b). Para a coleta de assinaturas, a União dos Movimentos de Moradia[13], constituiu o Comitê Pró-Fundo Nacional de Moradia Popular, em nível nacional. O projeto do fundo incluía a criação de um conselho gestor participativo e propostas para o financiamento e implementação de programas habitacionais de interesse social, incluindo mecanismos de autogestão dos recursos públicos, baseados em experiências em curso em São Paulo (UMM, 1993).

A formação do MNRU se deu em momento de refluxo das lutas sociais urbanas e de ausência de amplas mobilizações populares. Esse diagnóstico das lutas urbanas é acionado inclusive como justificativa para os rumos que o movimento vai tomar após a constituinte, direcionando-se sobretudo à busca de conquistas jurídico-institucionais.

13 Movimento nacional de luta por moradia popular composto por associações e organizações de moradores principalmente de São Paulo.

Com referência a Silva (1991) e Ribeiro (1994), Santos Junior (1995) afirma que o Movimento Nacional pela Reforma Urbana não se caracterizaria como um movimento de massas propriamente, mas como um movimento descontínuo e fragmentado, com forte presença de organizações não-governamentais, que, em alguns momentos, conseguiu articular a participação popular em algumas cidades. Diante dessa condição, teria se constituído "uma nova forma de luta política", voltada para a institucionalização de novos direitos baseados na noção de justiça social "através de novas relações entre movimentos sociais e o plano jurídico- institucional" (Silva, 1991, p. 32, apud Santos Junior, 1995).

A opção teria sido de conformação de uma noção de cidadania e democracia e de pressão para abertura do Estado às demandas populares, em um movimento de "alargamento da esfera política". Uma crítica presente em geral nos discursos, em algumas passagens de forma indireta, mas muitas vezes explicita, é quanto ao caráter *setorial*, *local* e *específico* das reivindicações dos movimentos populares. O risco do clientelismo e da cooptação são apontados por Ribeiro e Cardoso (1990), atentando para experiências anteriores de participação popular. A passagem, portanto, da dimensão "setorial", "local" e "específica", para uma pauta "unificada" e "abrangente", teria sido mediada por esse novo grupo que se constituiu, formado por entidades técnico profissionais, ONGs e lideranças que se destacaram para essa luta política.

Segundo Faria, os ideólogos da Reforma Urbana se referem à luta dos movimentos sociais urbanos de meados da década de 1970 como "uma espécie de mito de origem, ou mais especificamente, um mito político fundacional ou fundante", sobre o qual se propôs um arcabouço jurídico-institucional que se apresenta como legitimo e popular. (Faria, 2012, p. 10- 11) O autor mostra que o projeto da Reforma Urbana, desde sua origem, já estava fortemente marcado pelo entendimento de que a transformação das cidades passava pela necessidade da utilização de instrumentos de planejamento urbano como forma de controle de forças de mercado que dirigem sua produção e para a demarcação de áreas para a habitação social (Faria, 2012, p. 26-31)[14]. O próprio perfil de parte das organizações que compunham o movimento - entidades de classe e de representação corporativa de engenheiros, arquitetos e urbanistas - traria uma visão tecnicista, embora orientada pelos novos valores propagados como ideais da Reforma Urbana.

14 O autor demonstra essa tese a partir de uma leitura de Sousa (1990) e dos artigos reunidos por Grazia (1990), questionando a afirmação da autora na introdução do livro de que as emendas populares e propostas dos parlamentares progressistas se contrapunham à lógica de controle e ordem do planejamento urbano (Faria, 2012, p. 26).

Há divergências quanto ao momento em que o planejamento urbano se tornara elemento necessário para a implementação dos instrumentos inovadores da política urbana, representando um conflito entre o caráter popular do MNRU, marcado principalmente pelas lideranças dos movimentos de luta por moradia, e as entidades técnico-profissionais representadas (Cardoso, 1997; Faria, 2012). Integrantes do movimento tendem a afirmar que a obrigatoriedade do Plano Diretor, para a realização da função social da propriedade e da cidade, foi uma derrota imposta pelos setores conservadores no processo da Constituinte (Grazia, 1990; Rolnik, 1996, p. 351; apud Santos Junior, 1995, p. 53). De qualquer modo, houve uma opção, após aprovada a Constituição Federal, de se voltar para os processos de aprovação de marcos legais nos Estados e Municípios, assim como de uma Lei Federal, entendida como necessária para a regulamentação do capítulo de política urbana da Constituição. Foram criados, pelo Movimento pela Reforma Urbana, fóruns de participação nos níveis estadual e municipal voltados para tais disputas institucionais.

Os documentos resultantes dos encontros nacionais do MNRU seguintes passam a debater o que seria um "modelo" de Plano Diretor da Reforma Urbana. Esse modelo se torna referência e foi inclusive adotado em grande parte pelas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas, lidas como vitórias do movimento. Tais legislações, porém, tem pouca implicação prática, dependendo de leis municipais que estabeleçam mecanismos de implementação. E no poder local, as conquistas seriam mais pulverizadas.

Na falta de um referencial técnico, no início dos anos 1990, houve uma tendência de se seguir o modelo constitucional, em muitos casos somente reproduzindo suas definições genéricas. Nas grandes cidades, observou-se uma maior participação das associações civis, assim como de vereadores e assessores mais capacitados, com grande influência do poder executivo. Estas também teriam estruturas de planejamento fortemente influenciadas pela Serfhau (órgão de planejamento do período anterior à nova constituição[15]), onde foram propostos novos parâmetros urbanísticos, porém, com fortes influências de sua tradição tecnocrática. Nos planos aprovados nesse momento, identificam-se mudanças no sentido de incorporar novos valores, perdendo em parte o caráter desenvolvimentista e abordando a questão social, a eficiência do poder público e questões de preservação ambiental. Cardoso (1997) observa uma hegemonia de técnicos ligados à Reforma Urbana nesse debate: "Des-

15 O Governo Federal, durante o período de existência do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau (1964-1974) vinculava o acesso a fundos e financiamentos federais à existência de planos seguindo modelos difundidos pelo órgão.

tacam-se nesse debate a questão da função social da propriedade e da gestão democrática da cidade como elementos fundamentais da nova proposta.". Observa-se também que a discussão foi travada em termos excessivamente técnicos, limitando a participação popular, que teria sido "representada" pelo meio técnico-acadêmico (assessorias, universidades, centros profissionais), que tomou para si a defesa de bandeiras que se acreditava serem populares (Cardoso, 1997, p. 96-97).

Não se pode negar a abrangência das conquistas institucionais obtidas pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana, reconhecida mesmo por seus críticos[16]. Faz-se necessário, porém, reconhecer que houve um deslocamento das lutas sociais para a proposição de um planejamento institucionalizado, que busca se diferenciar o planejamento tecnocrático e centralizado do período anterior, que acaba por se consolidar como "receituário" para as cidades brasileiras, um novo "modelo" de planejamento e gestão (Tanaka, 2017).

Em meados da década de 1990, já começam a aparecer avaliações e críticas às limitações do Plano Diretor enquanto instrumento de reforma urbana, inclusive de seus defensores. Estudo sobre os municípios do Rio de Janeiro, demonstra que nos casos em que houve mudanças institucionais, deve-se mais à presença de governos de perfil político partidário de centro- esquerda na gestão. Porém, não se verifica avanço na implementação dos instrumentos, nem mobilização popular pressionando para que isso acontecesse (Santos Junior, 1995). O "Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal" constata que houve uma difusão do ideário da Reforma Urbana, expresso em Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais e em muitos em Planos Diretores elaborados para as grandes cidades brasileiras, mas essa difusão não estaria sendo revertida em mudanças concretas (Cardoso, 2007).

Os autores remetem para a ausência de uma correlação de forças, ou de uma sociedade civil organizada, para pressionar por espaços efetivos de construção democrática, onde atores da sociedade poderiam apresentar e negociar seus interesses na produção de um consenso (pacto)[17] sobre os destinos da cidade, não só nas instituições públicas (no processo de elaboração de políticas públicas), mas, também, interferir nos processos de produção do espaço urbano, através do Estado. A questão da construção política reaparece, mas não mais na perspectiva do conflito e da luta política (como estaria na perspectiva

16 Ver, por exemplo, Maricato e Ferreira (2001); Maricato (2011); Faria (2012).

17 Essa ideia de pactuação política vai aparecer em diversos textos dos *"ideólogos"* da Reforma Urbana, em momentos distintos. Ver por exemplo: Ribeiro e Cardoso (1990), Santos Junior (1995), Rolnik (1996).

dos movimentos sociais urbanos), e sim como um espaço público institucionalizado, de participação, negociação e pactuação, entre interesses da sociedade (Tanaka, 2017).

Vale entrar aqui na crítica ao enfoque da "nova sociedade civil", que substitui a abordagem dos movimentos sociais urbanos. Nesse marco, segundo Gurza Lavalle (2003):

> (...) a nova sociedade civil foi definida como uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos – via de regra dirigidos à comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de 'interesse geral' (Gurza Lavalle, 2003, p. 97).

Na proposta de "pacto territorial" do ideário da Reforma Urbana há uma proposição similar à que aqui se apresenta. Está presente a ideia de um consenso em torno da "necessidade de intervenção no processo de crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras na direção de um espaço mais equilibrado do ponto de vista sócio-ambiental" (Rolnik, 1996, p. 351), ideia já presente em Ribeiro e Cardoso (1990), como um pacto para conciliação de interesses e para guiar a ação coletiva sobre o espaço urbano.

Essa literatura, segundo Gurza Lavalle (2003), para descrever e conceituar o papel da nova sociedade civil, combina "estipulações empíricas e normativas" e "prescritivas" quanto ao comportamento dos atores no espaço público. Autônomos e com práticas democráticas, através da ação social, seriam portadores do "interesse geral" da sociedade. Para Sérgio Costa (apud Gurza Lavalle, 2003, p. 102), o espaço público como arena, seria o lugar onde se realizariam "consensos normativos de reconstrução reflexiva de valores e disposições morais que norteiam a convivência social", onde problemas relevantes para o conjunto da sociedade seriam tratados a partir de uma visão universalista, chegando-se a um consenso, norteado por "interesses gerais". Nesse movimento analítico, estabelece-se ainda uma oposição dualista com as esferas de economia e da política (em uma hiper-simplificação), onde reinaria uma racionalidade estratégica, motivada por interesses particulares (Gurza Lavalle, 2003).

Por um lado, os autores referenciados nesse campo se baseiam em estudos empíricos sobre o avanço das gestões democráticas, pretendendo apresentar um diagnóstico de processos em curso: orçamentos participativos, novos conselhos e o universo das associações sociais (Gurza Lavalle, 2003, p. 98). Contudo, no caso dos "ideólogos" da Reforma Urbana, trata-se da produção de um projeto (ideário) composto por uma combinação entre um ideal de espaço de participação e gestão pública, associado a instrumentos também idealizados quanto

a seus efeitos, considerando que nunca antes teriam sido aplicados nas cidades brasileiras visando os propósitos anunciados[18].

Em uma crítica ao processo através do qual o Fórum Nacional pela Reforma Urbana cristaliza um modelo de planejamento e volta sua atuação à sua difusão, Faria (2012) se refere a ele como instrumento ideológico de sustentação da luta pela reforma urbana. Os planejadores se tornam sujeitos da reforma urbana, portadores de uma ação social virtuosa, e alimentando um "campo simbólico no qual o poder se sustenta na razão técnica e jurídica". Instaura-se um consenso no qual se sustenta sua ação, e anula-se inclusive a possibilidade da política.

Aqui ainda se opera um achatamento inclusive da perspectiva da nova sociedade civil, onde o associativismo civil e os espaços públicos são substituídos pelos técnicos e acadêmicos a serviço da reforma urbana, que, em vista do "interesse geral da cidade", ou da realização plena do direito à cidade, elaboram e passam a difundir seu consenso. Estabelece-se uma rigidez, inclusive na possibilidade política de alargamento do campo dos direitos, de ampliação da cidadania, uma vez que seus termos são dados e não mais objetos de luta política e tensionamento com as forças conservadoras da sociedade (Tanaka, 2017).

Gurza Lavalle critica ainda uma "estilização conceitual" dos atores sociais que comporiam a chamada "sociedade civil". Pelo crivo dos quesitos estabelecidos por essa literatura para definir um associativismo autônomo e plural, se excluiriam sindicatos, partidos políticos, grupos de interesse, organizações econômicas e instituições altamente hierarquizadas como igrejas, complicando inclusive a concepção de espaços democráticos (Gurza Lavalle, 2003). Sobre esse aspecto, Romão (2010) avança na crítica à forma como se apresenta a sociedade civil e política como elementos estanques, sem considerar os fluxos de poder que os atravessam. (Romão, 2010, p. 69-71)

A opção pela "luta" jurídico-institucional, concretamente, levou a um distanciamento das lutas massivas urbanas e perda de seu caráter contestatório. A questão da terra urbana, principal reivindicação dos movimentos de moradia dos anos 1980, e a conquista do financiamento habitacional no início dos anos 90, foram pautas que ficaram à margem da plataforma da reforma urbana. Importantes conquistas populares, como novos instrumentos para a regularização fundiária de favelas, e o projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular, liderado pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, não passaram pelo FNRU (Maricato, 1996).

18 Embora essa perspectiva não estivesse totalmente desconectada da literatura em questão, uma vez que esta, ao mesmo tempo que se pretende um diagnóstico e uma teorização, teria também um caráter prescritivo.

A proposição de um modelo de planejamento, e uma plataforma com mecanismos e instrumentos institucionais, bem como um referencial metodológico para a realização do planejamento das cidades brasileiras, se tornaram um receituário de demandas institucionais e abstratas. Ao fazer isso, o movimento abandonou seu caráter contestatório, de luta anticapitalista, e cedeu sua ação para uma agenda voltada para a pauta institucional. (Maricato, 2011)

Faz-se necessário reconhecer que o Movimento pela Reforma Urbana representou uma importante articulação política que cresceu no processo de abertura democrática do país e conseguiu unificar pautas locais e setoriais em torno de um projeto de Reforma Urbana. O movimento conquistou um capítulo na Constituição Federal Brasileira de 1988, através de uma emenda popular resultado de uma mobilização nacional.

Esse movimento se constitui, porém, no mesmo momento em que se constava um esgotamento dos movimentos sociais urbanos, considerado uma de suas bases, enquanto movimento autônomo e transformador. Os ideólogos do Movimento pela Reforma Urbana reconhecem suas limitações, mas afastam-se concretamente das lutas populares ao fazer a opção pela ação jurídico-institucional.

Sem um enraizamento em lutas populares, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana passou a defender a construção de pactos e consensos, seguindo um novo receituário, idealizado no campo técnico-acadêmico. Os planejadores se tornaram o "sujeito" da reforma urbana, sem a necessária base política para intervir na correlação de forças que determina a produção e o controle do espaço urbano. O reconhecimento da pouca efetividade das conquistas legais obtidas e das limitações dos caminhos de ação adotados, não foram suficientes para alterar seus rumos de ação.

O arcabouço legal conquistado, no momento de sua força mais expressiva, durante o processo da Constituinte, representou um marco nas lutas urbanas. A opção pela disseminação de uma plataforma teve resultados importantes na disseminação de uma linguagem de direitos relacionadas ao urbano, do direito à moradia reivindicado pelos movimentos sociais, ao direito à cidade, construção que vai motivar uma articulação intersetorial do campo profissional e acadêmico do urbano, e remeter à noção *lefebreviana* de direito à cidade em seu sentido mais amplo, como um direito coletivo de uso e apropriação da cidade. A forma dominante com que esses direitos foram inseridos em um discurso pelo FNRU, no entanto, apresentava graves limitações. O "congelamento" dos objetivos, princípios e propostas da reforma urbana em uma plataforma restringiu a própria possibilidade da política, base para o alargamento do campo de direitos e ampliação da cidadania

Lutas urbanas recentes: um presente em aberto

Neste tópico trataremos das lutas sociais nos anos 2010, concentrando alguns esforços: 1) mostrar que o marco de virada para o cenário de grandes mobilizações não se encontra em junho de 2013, mas sim em 2011 com a eclosão de protestos globais urbanos e em rede; 2) evidenciar que, mesmo no período de crescimento econômico de um "ensaio desenvolvimentista", houve piora nas condições de vida no cotidiano urbano; 3) após a ruptura institucional de 2016 e a ascensão de uma nova direita, acirram-se as lutas contra a retórica da austeridade e contra a pauperização das camadas populares urbanas; 4) sobre os personagens que entram em cena nesse período, ainda não sabemos quais papeis terão, mas já se torna evidente que o repertório de protesto e organizativo tem fortes ligações com as condições urbanas, isto é, a grandes cidades funcionam ora como pauta, mas também como palco e infraestrutura social para as organizações e mobilizações.

Os anos 2010 foram marcados por ânimos aquecidos e uma forte presença de manifestações de rua, no Brasil e no mundo; assistimos a uma plêiade de inquietações sociais com sentidos diversos, sem uma causalidade unívoca, apontando para horizontes de sociedade muito distintos. Tivemos lutas contra as políticas de austeridade, contra o racismo estrutural, por mobilidade e educação pública, mas também pelo impeachment de uma presidente e por intervenção militar[19]. De acordo com levantamento das cientistas políticas Tatagiba e Galvão, entre 2011 e 2016 tivemos em média 226 protestos por ano. Isto significou um aumento expressivo das mobilizações à direita e à esquerda dos governos petistas, que estavam no poder federal desde 2003. No final da década há uma arena ainda mais conflitiva, com hegemonia de uma nova direita[20].

Em 2007-2008 assistimos a uma crise econômica de escala global, deflagrada pela irresponsabilidade de bancos estadunidenses. Desde 2011, por todo o mundo o modelo de desenvolvimento neoliberal foi questionado, porque os Estados Nacionais trabalharam com presteza e generosidade pela estabilidade das instituições financeiras, mas lançaram as políticas de austeridade sob os ombros

19 Tatagiba e Galvão (2019)

20 Como neste espaço é impossível darmos conta desse cenário complexo, vamos nos centrar em mobilizações de horizonte democrático, que já em si foram heterogêneas, partiram de forças sociais diversas, mas apresentam nexos comuns do ponto de vista da leitura da realidade – seu enquadramento simbólico --, do perfil socioeconômico e, ainda, conexões geracionais. Não somente porque se trataram de fenômenos massivos e com grande visibilidade, mas sobretudo porque o conjunto de protestos mostra a formação de um quadro de adversidade e de demandas ainda por serem respondidas.

dos cidadãos comuns[21]. Do 15M espanhol aos Occupy, era clara a mensagem de que autoridades agiam em nome do 1% em detrimento dos "outros 99%". Esta crise de representação se traduziu numa onda de protestos eminentemente urbanos, na medida em que bloquearam o cotidiano das ditas cidades globais e ocuparam espaços públicos de grande visibilidade. Foram as "cidades rebeldes" (Harvey, 2013) e "movimento das praças" (Gerbaudo, 2017). As revoltas contra regressões neoliberais tiveram recuos, mas se estenderam por toda a década, com os estudantes secundaristas (2015-2016) e a Greve Geral no Brasil (2017), os coletes amarelos na França (2019) e os levantes da juventude chilena.

Ainda em nível global, importante destacar considerações feitas por Ruy Braga que, com Harvey, estabelece mediações entre a onda internacional de protestos e o cenário brasileiro. Como sublinha Braga, há uma "transformação em termos de protagonismo político que, apesar de perder o foco na produção, alcançou certa relevância ao conectar-se à esfera da vida cotidiana das classes subalternas em diferentes contextos nacionais."[22] Tal transformação, lembra Braga, impulsionou também renovações no associativismo sindical e, ainda, gerou "novas coalizões políticas" (Braga, 2018, p.239). Artigo mais recente de Luciana Tatagiba e Andreia Galvão reforçam essa leitura com novos dados. Em 2011 já era considerável o número de mobilizações registrou em 2012 uma alta de 140% em relação ao ano anterior (Tatagiba, Galvão, 2019, p.70). Nesse levantamento, Tatagiba e Galvão destacam que as três maiores categorias foram três: "trabalhadores", ligados ao movimento sindical, com destaques para funcionários da educação, da indústria e do comercio e serviços (31%)[23]; "populares e moradores", que abarca grupos vinculados a associações de moradores, organizações de sem terra e sem-teto, movimentos comunitários por melhorias (19%) e, em terceiro, estudantes(11,9)[24]. Isso significou também que os três maiores motivos de reivindicações foram "governo e sistema político" (25,2%); como sabemos foi a mesma pauta que depois dividiu o país; "salário e condições de trabalho" (17,6%) e "condições de vida nas cidades" (16,5%).

Não temos condições de analisar todos esses conjuntos de problemas que motivaram os protestos, mas nos é de grande interesse compreender aqueles

21 Isto que dizemos de modo sintético não é novidade, mas está fartamente analisado nos trabalhos de Laval e Dardot (1968), bem como nos trabalhos de Wendy Brown (2015), cujo conceito de "desdemocratização" é bastante elucidativa.

22 BRAGA, 2017, p. 34, grifo nosso.

23 Vale lembrar que nos anos de 2012 e 2013 houve greves de grandes proporções na educação pública, do nível fundamental ao superior.

24 Interessante notar também que, entre os mais mobilizados, apenas em quarto lugar está o grupo denominado "antipetistas" (6,2%).

ligados às "condições de vida nas cidades", na medida em que explica os protestos de junho de 2013 e as críticas aos megaeventos esportivos.

É verdade que a resposta à crise de 2008 se deu na chave de um "ensaio desenvolvimentista" (Singer, 2018), um "neodesenvolvimentismo" (Boito, 2018), no que houve uma presença importante do Estado como indutor da recuperação econômica em setores estratégicos - a política de infraestruturas do PAC e a do MCMV atestam essa presença. Foram mobilizados setores econômicos importantes ligados à produção e organização do espaço, no mercado imobiliário, da construção de infraestruturas e automobilístico. Conseguiu-se manter o ritmo geral de um crescimento econômico inclusivo (2003-2014). Mas foi menos compreendido o fato de que o aumento no poder de consumo não significou diretamente uma melhora nas condições de vida nas cidades, por conta de aspectos específicos à produção do espaço. Poucas analises conseguem transitar entre escalas e identificar que a política urbana não é implementada diretamente pelo poder federal, mas exige engajamento de estados e municípios.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida, foram produzidas 5 milhões de moradias em pouco mais de cinco anos. A literatura especializada é consensual sobre o fato de que a maioria destas foram sob os moldes dos grandes conjuntos habitacionais distantes (Sígolo, 2014; Shimbo, 2015; Colosso, 2019). O clima aquecido no mercado deflagrou também um boom imobiliário espantoso, com aumento no preço de venda e no de alugueis muito acima da alta dos salários. Não por acaso em 2016, o déficit habitacional continuou nos mesmos níveis que antes do MCMV, mas com participação maior do fator "ônus excessivo com aluguel"[25].

Outro elemento que alavancou essas contradições foram as obras destinadas aos megaeventos, que preparavam as cidades como vitrines para a Copa do mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. As obras faraônicas supervalorizaram os entornos de estádios e implicaram grandes remoções[26]. Por isso o bordão segundo o qual "Copa sem povo tô na rua de novo".

Por essas razões, mesmo com uma política neodesenvolvimentista a população trabalhadora viu seus recursos drenados e, em muitos casos, tendo que se mudar para a periferia da periferia. A reprodução da periferização e o modelo de mobilidade centrada no automóvel expõe a maioria da população trabalhadora ao sofrimento cotidiano, perdendo parte da vida em transportes coletivos ineficientes e precários. Usar ônibus e trens diariamente, sob sol e chuva, é

25 Segundo FIPEZAP, entre 2009 e fim de 2014 a alta no valor de venda de imóveis girava em torno de 220% em São Paulo e 260% no Rio de Janeiro.

26 Além de literatura especializada, uma 'serie de dossiês técnicos foram produzidos.

uma experiência de subalternização. Na expressão do artista Bruno Perê, "todo vagão tem um pouco de navio negreiro" (Santarém, 2014)[27]. O automóvel por sua vez não é o modal mais eficiente, não é o que leva mais pessoas, tampouco é sustentável, mas seguiu sendo prioridade nos investimentos públicos, numa proporção de 8 para 1[28], o que se traduz numa secundarização de outros modais, outras infraestruturas e espaços urbanos. O automóvel captura bens e recursos públicos para fins privados. Desde o início dos anos 2000 o Movimento Passe Livre conseguia mobilizar amplas camadas jovens, sob o slogan de que "uma cidade só existe para quem pode se movimentar por ela" (Maricato et al, 2013).

O fato é que no enquadramento simbólico das forças progressistas que estavam fora dos centros de decisão, junho de 2013 foi percebido – e permanece até hoje -- como uma abertura societária para forças diversas no espectro político (Bringel e Geoffrey, 2015), isto é, como o fenômeno contraditório por excelência, que encorajou uma onda de reivindicações, ativismo e organização à direita e à esquerda. Tem-se, sim, um clima de ideias e sentimentos disruptivos, circulando de modo difuso e quase viral.

Estes ânimos transbordaram com recorrência nas ruas e se traduziram num período de vida urbana pulsante. No campo da esquerda, não houve uma linha política nem uma força hegemônica que orientou as mobilizações depois de junho, mas há conexões de classe e geracionais nítidas.

No pós-2013, a pauta da mobilidade é absorvida em administrações públicas e instituições mais progressistas. O Movimento Passe Livre se torna ícone para os estudantes secundaristas. As universidades públicas e particulares, agora com perfis mais populares e capilarizadas, ganham novas forças do movimento estudantil – pra ficarmos em poucos exemplos, vale lembrar do coletivo Rua, do Juntos, do Levante Popular da Juventude. Esses estão presentes nas universida-

27 O artista Bruno Perê relata o caso ao Movimento Passe Livre em: http://tarifazero.org/2012/01/19/entrevista- com-bruno-pere-autor-do-trabalho-todo-vagao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro/

28 Em 2014, os investimentos públicos com mobilidade no Brasil são estimados em R$ 12,1 bilhões por ano, sendo 77% relacionado ao uso dos modos individuais, sobretudo destinados à manutenção de vias e a acidentes. Todavia o transporte individual não é o que realiza mais viagens: essas se dividem entre 36% a pé, 4% de bicicleta, mais 29% transportes coletivo e 31% em transporte individual. Em termos de distância, 60% são em transporte coletivo, 35% em transporte individual (carro e moto)28. No que diz respeito à emissão de poluentes locais -- CO, óxidos de nitrogênio e enxofre--, o total de veículos emite 528 mil toneladas por ano; desse total, 59% são emitidos por automóveis e apenas 21% por ônibus. Tais números mostram que o automóvel ainda é prioridade em termos de investimentos públicos, tem maior impacto ambiental, mas não é o meio mais utilizado pela população em geral, tampouco é mais eficiente em termos de deslocamento. Essa ainda é uma tendência se percebermos que, no total de viagens, a participação do transporte coletivo caiu 1,5% entre 2003 e 2014; no mesmo período o transporte individual aumentou 2,2%. Cf. Relatório ANTP 2016 disponível em: http://www.antp.org.br/sistema-de- informacoes-da-mobilidade/apresentacao.html .

des, mas também organizados nos territórios, através de cursinhos populares, atividades socioeducativas e culturais[29]. O Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) se torna referência não apenas pela pauta da moradia, mas polo aglutinador de camadas populares urbanas; expande-se por todo o Brasil. O feminismo e o racismo estrutural são temas absorvidos em conversas cotidianas. Nesses circuitos urbanos diversos, há uma enorme inventividade, destacam-se novas lideranças, a ideia do "direito à cidade" ganha novos conteúdos e vitalidade. Há uma enorme gama de sínteses e acúmulos políticos, mesmo que haja menos vitórias institucionais[30].

Se em 2013 e 2014 os protestos têm relação direta com as condições de vida urbana, a partir de 2016 – com a ruptura institucional e uma retomada da agenda neoliberal stricto sensu – o disparador das insatisfações sociais urbanas é o modo como a retórica da crise e da responsabilidade fiscal são implementadas como saída. A austeridade é tida como necessária no momento de impor teto aos investimentos sociais que reduzem vulnerabilidades e instabilidades da população de baixa renda; é urgente quando se trata de flexibilizar os compromissos nas relações de trabalho e, ainda, numa reforma previdenciária. Mas há bastante generosidade no perdão de dívidas do INSS, em isenções ao agronegócio, aos lucros e dividendos, às grandes fortunas etc. Esses fatores motivaram a

29 29 Não teremos condições de tratar da relação entre a popularização da educação superior e um novo protagonismo estudantil. Mas vale apontar aqui. Em 2002, 3,4 milhões de jovens ingressavam no ensino superior; em 2015, esse número subiu para 8 milhões. As universidades se capilarizaram por territórios periféricos, por cidades pequenas e médias. A ampliação do acesso modificou em muito o perfil das mesmas, não por acaso entre os jovens formados em 2015, 33% eram os primeiros de suas famílias a ter um diploma de curso superior. Com o aumento exponencial das universidades particulares, cujas matriculas passaram de 3 milhões em 2004 para 5,86 milhões no ano de 2014,29 estudantes das classes trabalhadoras passaram a frequentar os espaços elitizados das particulares existentes e, também, enfrentar a precarização do ensino das novas empresas de educação. Atentos a esse cotidiano sofrível, novas forças do movimento estudantil passaram a politizar a realidade de jovens em espaços da FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, da Uninove, UNIP etc. Soma-se a estes fatores as políticas afirmativas de cotas sociais e raciais – esta última se torna lei federal 12.711/2012 -- que foram resultantes de esforços persistentes do movimento negro, que é por si só transversal e heterogêneo, presente nos movimentos acima e em muitos outros autonomistas. Essa juventude negra escolarizada e politizada saíra do silenciamento imposto por séculos de violência institucional, segregação e estigmatizações características do racismo estrutural. É irreversível o fato de que esses contingentes de jovens lutam para contar suas próprias histórias e transformar as condições de vida de seus pares. O aumento da procura pelas universidades públicas e privadas fez multiplicar as iniciativas dos denominados "cursinhos populares", voltados para juventudes urbanas de baixa renda. Estes estão distribuídos pelos territórios periféricos, são organizados e geridos por essas forças de movimentos de juventude e do movimento negro, por igrejas remanescentes da teologia da libertação. Movimentos de sem teto sediam cursinhos, universidades federais da nova geração também. Vale lembrar de exemplos da Rede Emancipa, da UNEAFRO, do Podemos + (Levante Popular da Juventude) e dos cursinhos da Universidade Federal do ABC e da UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo.

30 Estas aproximações e conexões também foram mais bem analisadas em COLOSSO (2019).

Greve de Geral de 2017, que no 28 de abril levou milhões de pessoas às ruas de mais de 150 cidades. Motivaram ainda as manifestações que em 2019 uniu estudantes, professores/as funcionários públicos e muitos outros setores sensíveis à necessidade de defesa da educação pública. Mais recentemente, emergem os protestos entregadores de aplicativos, Entregadores Antifascistas, contra a precarização do trabalho durante a pandemia e arroubos autoritário do presidente. Trata-se de um período de retrocesso mas também de intensa movimentação, na qual se estabelecem novas coalizões, inclusive geracionais.

Embora no fim da década o ambiente democrático esteja deteriorado e correlação de forças bastante distinta daquela do início da mesma[31], trata-se aqui de um presente em aberto. As cidades hiperconectadas seguem palco de irrupções imprevisíveis, como aconteceu com o black lives matter. Os personagens aqui mencionados papeis ainda não sabemos exatamente quais serão, mas suas práticas e sensibilidade política já são evidentes

Passemos então ao argumento segundo o qual esses movimentos urbanos recentes mencionados acima tem a cidade não apenas como pauta, mas também como palco e, ainda, valem-se dela em seus repertórios de ação.

Um primeiro e mais óbvio é o de que para esses sujeitos, que nasceram e cresceram nas cidades, o conflito de classes – que tem dimensões de gênero e étnico-raciais – é lido através do espaço urbano. Como já disse Harvey e reforçado por Braga, é no cotidiano e não na fábrica que as desigualdades e contradições liberais são percebidas. Nesse sentido, as formas de organização também se dão por identificações mediadas por essas experiências do cotidiano, mais do que pela associação no trabalho.

Isso se traduz num repertório de protesto que tem a cidade como objeto (Colosso, 2019). Não se trata mais de parar a fábrica e a produção, mas a circulação de capitais e pessoas que está concentrada nos grandes centros urbanos.

> Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos[...]. *Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano* (MPL, 2013).

A passagem vem do Movimento Passe Livre, mas o método de bloquear fluxos da circulação urbana poderia perfeitamente ser de um dos movimentos sem-teto, poderia estar no "Manual para travar uma avenida" dos estudantes secundaristas, poderia vir de uma greve de metroviários ou ainda de uma dos entregadores antifascistas.

31 Para ficarmos em poucos exemplos, ver ABRANCHES (2019) e SOLANO (2019).

Outro ponto ligado às condições urbanas. Como nos grandes centros se concentra a imprensa, entidades profissionais e técnicas, ONGs, laboratórios, institutos produtores de dados sobre a realidade e, ainda, o emergente midiativismo, é impossível que os centros de decisão controlem os fluxos de informação. Por mais que se esforce, nos grandes centros urbanos o poder não dá conta de ocultar seus erros e insuficiências. A transparência e a circulação social de dados e informações são inevitáveis. A batalha de ideias é constante, sobretudo quando os corpos coletivos tomam as ruas.

Há ainda outro ponto ligado a essas condições históricas, que podemos entender na chave de uma "inteligência de enxame". Como nos centros urbanos estão as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, as contestações nem sempre precisam de grandes massas nas ruas, mas tão somente clareza sobre quais são os centros de decisão concernidos na pauta. Realizam uma *pressão precisa* nos órgãos responsáveis. Trata-se de uma prática antiga dos movimentos de moradia, mas que agora entra como repertório de secundaristas ao ocuparem a Assembleia Legislativa do Estado de SP em 2016 e, em 2017, quando juventudes diversas bloquearam a Câmara dos Vereadores do Município de São Paulo para protestar contra os cortes no passe livre estudantil. Por essa proximidade entre governantes, cidadãs e cidadãos, os centros urbanos se tornam palcos privilegiados de democracia direta, institucional e extra-institucional.

Figura 1: Marcha do MTST em São Bernardo do Campo (2017).

Fonte: Paolo Colosso

No fim dos anos 2010 e início dos 2020, a conjuntura se torna muito mais adversa com a ascensão de uma nova direita, que conta com retórica beligerante e capilaridade militar. O avanço dos movimentos urbanos se torna ainda mais difícil com a pandemia de COVID-19, estendida no Brasil pela inépcia de um governo federal, incapaz de coordenar saídas. Assistimos a um quadro de aumento recorde do desemprego, do desalento, o retorno do Brasil ao mapa da fome. Nesse quadro, a resistência ativa dos movimentos urbanos se desloca para ações menos conflitivas, de solidariedade com a população deixada à sua própria sorte. Trata-se de um presente em aberto.

Considerações finais

Os movimentos sociais urbanos se constituíram na década de 1970 no Brasil como uma esperança, uma força política capaz de intervir no conflito entre classes sociais pelo espaço na cidade. Essa "força da periferia"[32] chegaria para somar com as crescentes greves operárias e manifestações pela democratização em grandes cidades brasileiras. A presença das lideranças populares, de sujeitos políticos constituídos em torno da identidade elaborada no cotidiano das lutas de bairro e favelas, abriu novos espaços políticos e tensionou outros.

A ideia de direito à cidade, trazida dos debates marxistas europeus, ganhou novo contorno na periferia do capitalismo, com as pautas pelos serviços públicos básicos, como creches e postos de saúde, pelo transporte urbano de qualidade e pela regularização fundiária. A luta pela moradia popular ganhou centralidade, no debate da produção social do espaço urbano, que cresceu diante do conflito social em que acadêmicos-militantes foram igualmente sujeitos políticos, ao denunciar as contradições da cidade que é mais exceção que regra. A maior parte da população urbana das nossas cidades habitava espaços urbanos produzidos sem a participação expressiva do Estado ou do mercado residencial formal, à margem da lei.

As transformações esperadas dos movimentos sociais urbanas não se realizaram, seja na disputa pelo fundo público, com maior democratização da distribuição dos recursos do Estado na cidade, seja na democratização dos espaços decisórios. As décadas de 1980 e 1990, de ascensão neoliberal e crise econômica, foram também de retração das mobilizações sociais populares. As pautas das periferias, porém, não puderam mais ser ignoradas. As lideranças populares,

32 Expressão de Maria da Glória Gohn (1985) para se referir à luta das mulheres na periferia de São Paulo desse período, depois usada para se referir aos movimentos sociais urbanos de origem periférica.

formadas nas lutas de bairro, que se articularam para reivindicar a ação do Estado, investimentos e políticas públicas, passaram a disputar espaços na política. Os espaços institucionais tradicionais, os partidos políticos, tiveram que se abrir para a agenda da periferia.

O debate, então, passou da questão das práticas autônomas dos "novos sujeitos sociais", para como os movimentos sociais urbanos modificam o espaço político e suas relações com o Estado, se são capazes ou não de gerar um aprofundamento da democracia. A maior ação do Estado na periferia, as novas políticas sociais, trouxeram para o debate o quanto o Estado estaria de fato aberto para as reivindicações populares, ou quanto estaria repondo antigas práticas de favor e clientelistas. Ou ainda, o quanto as políticas neoliberais, que incorporaram inclusive a temática da participação social, estariam respondendo realmente à crise urbana.

Não há dúvida que houve avanços em gestões progressistas, em programas inovadores, desde o aclamado orçamento participativo, às políticas de urbanização de favelas (e não mais de erradicação). Maricato (2011) chama a atenção para uma nova escola de urbanismo, que se volta para periferias, favelas, ocupações, áreas de moradia precária, rompendo com o caráter historicamente colonial e elitista da disciplina e fornecendo insumos para políticas urbanas adequadas para a nossa realidade social. As respostas institucionais, porém, foram insuficientes para de fato enfrentar a questão urbana nas nossas grandes cidades.

Nos anos 1990, aponta-se para a crescente presença das organizações sociedade civil no Estado, não só demandando políticas públicas, mas reivindicando espaço com voz e deliberação nas gestões públicas. As lutas urbanas foram a base de uma nova organização social, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU). O fórum nasceu de uma ampla mobilização nacional e popular, em torno do capítulo da política urbana no processo da Constituinte. O "refluxo" das lutas urbanas, as dificuldades de se manter a mobilização popular em torno de uma agenda nacional, somado às exigências colocadas pela nova constituição de institucionalização dos instrumentos da reforma urbana, são apontados como fatores que levaram à uma mudança de rumo na organização. Houve uma opção pela ação jurídico-institucional, que acabou por tirar o foco da construção política em direção à defesa e disseminação de uma agenda técnica do planejamento urbano participativo.

As conquistas da luta pela Reforma Urbana não devem ser minimizadas. Os novos instrumentos de planejamento urbano e as políticas públicas urbanas e habitacionais voltadas para bairros populares, levaram a conquistas populares importantes. A plataforma pelo direito à cidade alimentou lideranças populares

a se fazerem presentes na luta política reivindicando melhorias para sua moradia e para o seu bairro, e se colocando contra ações violentas do Estado, como as remoções em nome de grandes projetos urbanos. Há que se apontar, porém, para as limitações e o esgotamento dessa agenda, diante do cenário dos conflitos urbanos no aprofundamento da agenda neoliberal.

Nos anos 1980, no encontro das mobilizações populares, com acadêmicos, profissionais, militantes, foram criados novos espaços políticos, abriram-se novos repertórios (como as ocupações de terra urbana com finalidade política), novas agendas e novas formas de relação com o Estado. Nos anos 1990, os rumos do movimento na nova conjuntura levaram a seu esgotamento. Desde então, as contradições urbanas se acirram e as lutas populares não cessaram, por caminhos múltiplos e não lineares, nem sempre tão nítidos. Nos anos recentes, eclodiram novas formas de manifestação em massa, que trouxeram novamente à cena pública a força popular.

Na década de 2010 assistimos a grandes mobilizações marcadas por uma plêiade de forças sem unidade, mas cuja heterogeneidade tem confluência na ação, tem conexões geracionais e percepção partilhada sobre as adversidades das condições de vida nas cidades e, ainda, sobre impactos negativos das políticas de austeridade e do conservadorismo cultural. Muitas delas nem conseguimos incluir neste texto, embora partilhem de um clima de ideias e sentimentos dessa cultura urbana. Gestou-se uma verdadeira primavera feminista. O #EleNão de 2018 foi muito expressivo e central para a maturação desse processo cujos valores e práticas se capilarizam na vida social e nos comportamentos. Os estudantes secundaristas que em 2015 e 2016 ocuparam suas escolas, em 2019 se somaram a muitos outros e retomaram as ruas em defesa da educação. Mesmo no momento de pandemia e isolamento social, essas vozes se fizeram lembrar em campanhas de solidariedade. Ainda que poucas vezes tenham tido vitórias diretas, esse caldo de cultura urbana marcou muitos e politizou outros tantos.

Essas forças vivas recolocam horizontes de possibilidades. São necessárias, mas não suficientes diante do momento histórico tão adverso. No início da década de 2020, assistimos a uma hegemonia conservadora e a direita no poder se mostra incapaz de coordenar saídas para a sobreposição de crises: sem plano de recuperação econômica, ineficientes no combate à maior

pandemia do século, há muitas questões em aberto e bastante incerteza. Mas é fato que, para a formulação de um novo projeto para as cidades e sociedade brasileira, será necessário levar em conta experiências históricas repassadas brevemente neste artigo e, ainda, vislumbrar: quais redes de atores serão capazes de construir um novo ciclo democrático?

Referências

ABRAMO, Laís. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / UNRISD, 1994. ABRANCHES, Sérgio et. al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: ed. Cia. Das Letras, 2019.

ARANTES, Otília e ARANTES, Paulo. **Sentido da formação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, no 2, novembro, 2012. (p. 383-398)

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: As Experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: ed. UNICAMP, 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: ed. Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. **Junho de 2013**: dois anos depois – polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Nueva Sociedad, out 2015. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf

BROWN, Wendy. **Undoing the demos**: Neoliberalism's Stealth. Cambridge/ Massachusetts/London, 2015.

CABANES, R.; Georges, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. S. (orgs.). **Saídas de Emergência** - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CALDAS, Andrea e ARAÚJO, Luiz. Na educação, avanços e limites. In: MARINGONI, G e MEDEIROS, J. (orgs.). **Cinco mil dias**: o Brasil na era do lulismo. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

CAMARGO, Camila Moreno de. **Minha Casa Minha Vida Entidades**: entre os direitos, as urgências e os negócios. Tese de Doutorado – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

CAMARGO, Cândido P. F. et al. **São Paulo 1975**: Crescimento e Pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CANO, Wilson. **Ensaios sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Avanços e Desafios na Experiência Brasileira de Urbanização de Favelas. In: **Cadernos da Metrópole**, n.17, 1osem., 2007, pp.219-240.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: avaliação da experiência recente. In: **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, nos. 1 e 2, 1997, pp.79-111.

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCP). **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ettern/Fundação Henrich Boll, 2011.

CASIMIRO, Flávio Henrique. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, Manuel (org.). **Imperialismo y urbanizacion en America Latina**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1973.

CASTELLS, Manuel. **La question urbaine**. Paris: François Maspero, 1972.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade**: outros personagens em cena. Tese de doutorado. Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (Comitê Popular Rio). **Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Comitê Popular Rio, 2013. Disponível em: https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/ dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf . Acessado em 20/05/2017

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato (Coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

FARIA, José Ricardo. **Planos Diretores Participativos**: a razão consensual no discurso da reforma urbana. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana e Regional, 2012.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**: Populism, Citizenism and Global Protest. Oxford: University Press, 2017

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985. (originalmente apresentada como tese de doutorado - USP)

GOHN, Maria da Glória. A Produção sobre Movimentos Sociais no Brasil no Contexto da América Latina. In: **Política e Sociedade**, Florianópolis, v.13, n. 28, set/dez de 2014.

GRAZIA, Grazia de. Introdução. In GRAZIA, Grazia de (org.). **Plano Diretor**: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990, pp.70-88.

GURZA LAVALLE, Adrian. Sem Pena nem gloria: o debate da sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos**. CEBRAP, CEBRAP. São Paulo, v. 66, n.66, p. 91-110, 2003.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In MARICATO, Ermínia et. al. **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (p.27-34)

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço urbano**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Revista Espaço e Debates. São Paulo: Cortez, 1982.

JACOBI, Pedro. Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, 1º sem./1987, pp.18-34.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979 (conjunto de artigos produzidos entre 1973 e 1979).

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. In: Novos Estudos, n. 63. São Paulo: CEBRAP, jul. 2002. p.9- 30

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015. LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. Paris: Anthropos. 1968.

LEPP/UFC et al. **Dossiê das Comunidades Ameaçadas de Remoção pelas Obras da Copa em Fortaleza (CE)**. Fortaleza: LEPP/UFC, 2012.

LOPES, João Marcos. **Sobre Arquitetos e Sem-Tetos**: técnica e arquitetura como prática política. Memorial de Livre-docência – Instituto Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU USP), São Carlos, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: Alternativas para a Crise Urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Hucitec, 1996a.

MARICATO, Ermínia. Reforma urbana: limites e possibilidades: uma trajetória incompleta. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 1996b.

MARICATO, Ermínia. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Ermínia e COLOSSO, Paolo. **As cidades são centrais para o Bem Estar Social**: especificidades da produção do espaço no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2020.

MARICATO, Ermínia e FERREIRA, João Sette Whitaker. Estatuto da Cidade: essa lei vai pegar? In: **Correio da Cidadania**, n. 252. São Paulo, 7 a 14 de julho de 2001.

MOISÉS, José Alvaro. Cidade, Povo e Poder. São Paulo: CEDEC, 1982.

MOISÉS, José Alvaro. Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais. In: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 27-34, 1979.

MPL. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: ed. Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os Anos 90. In: **Revista de Ciências Sociais**, n. 33, outubro de 1991.

PERÊ, Bruno. Entrevista ao MPL. Disponível em: http://tarifazero.org/2012/01/19/entrevista- com-bruno-pere-autor-do-trabalho-todo-vagao-tem-um-pouco-de-navio-negreiro/. Acesso em 20/05/2018.

RIBEIRO, Luiz César de Q. e CARDOSO, Adauto Lúcio. Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade. In GRAZIA, Grazia de (Org.). **Plano Diretor**: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990, pp.70-88.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas Perspectivas para Velhos Temas. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 1996. (Edição online consultada: 2a. Ed., Letra Capital, 2015). p.351-360.

ROMÃO, Wagner de Melo. **Nas Franjas da Sociedade Política**: estudo sobre o orçamento participativo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RONCONI, Reginaldo. **Habitações Construídas com Gerenciamento pelos Usuários, com Organização de Trabalho em Regime de Mutirão (O Programa Funaps Comunitário)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos,1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTARÉM, Paulo Henrique. **A cidade Brasília (DFE)**: conflitos sociais e espaciais significados na raça. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando. **A Reforma Urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. 1a. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 1995. p. 41-57

SHIMBO, L et. al(org). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

SÍGOLO, Letícia. **Boom imobiliário na metrópole paulistana** – o avanço do mercado formal para a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2014.

SINGER, André. **O Lulismo em crise** – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SOLANO, Esther et. al. (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: ed. Boitempo, 2019.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar**: possibilidades e limites dos planejamentos alternativos. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2017.

TANAKA, Giselle. **Periferia**: conceito, práticas e discursos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2006

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. **Protestos no Brasil em tempos de crise (2011- 2016)**. Opinião Pública, Campinas, vol.25, n.1, jan-abr, p. 63-96, 2019.

TELLES, Vera da Silva. Anos 1970: experiências, práticas e espaços políticos. In KOWARICK, Lúcio (Org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra / UNRISD, 1994.

TOLEDO, Luiz Henrique. Quase lá: a Copa do Mundo no Itaquerão e os impactos de um megaevento na sociabilidade torcedora. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.19, n.40, jul-dez-2013.

União dos Movimentos de Moradia (UMM). Alternativas habitacionais e qualidade de vida urbana - reflexões sobre a trajetória de lutas da UMM. In GRAZIA, Grazia de (Org.). **Direito à Cidade e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993, pp.126- 144.

VASCONCELLOS, Eduardo. **A Política de transporte no Brasil**: a construção da mobilidade excludente. São Paulo, 2012.

REPOSICIONAMENTO ATUAL DO BRASIL NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Marcio Pochmann

O aparecimento da perspectiva de uma divisão mundial para o trabalho remonta ao século 18, quando a Inglaterra passou a se constituir enquanto centralidade do sistema capitalista em conformação planetária. Até então, a Eurásia se constituía como o espaço geográfico mais avançado, com as rotas comerciais de destaque e os impérios hindu e chinês responsáveis por mais de 1/3 da população e por cerca de 2/3 da riqueza global[1].

A primeira Revolução Industrial e Tecnológica - a partir de 1750 - demarcada pela mecanização (tear mecânico) e pelo encurtamento temporal de distâncias físicas no transporte de cargas e pessoas (motor a combustão), viabilizou a industrialização originária no capitalismo ainda em efervescência mundial. A aceleração da produção em maior escala, pela organização da produção na forma empresarial e pela divisão do trabalho assalariado, resultou de ganhos crescentes de produtividade.

Com isso, a oferta de mercadorias a custos imbatíveis, rapidamente, pressionou por novos mercados, notadamente externos, tendo em vista que a população da Inglaterra era de menos de 20 milhões de habitantes, na época. Ademais, em sua maior parte, os ingleses eram paupérrimos, sem condições de acesso ao consumo e dependentes da Lei dos Pobres para viver.

Para ganhar dominância na economia-mundo em constituição, a Inglaterra contou com mais dois elementos a fim de efetivar o exercício de sua hegemonia paraalém da capacidade produzir e difundir o progresso tecnológico. Um deles foi a introdução do sistema monetário de dimensão mundial, com a propagação da moeda (ouro-libra) de curso internacional nas funções de unidades de conta, troca e reserva de valor.

1 Sobre isso ver: MADDISSON, A. **The World Economy**: Historical Statistics. Paris; 2003; MILANOVIC, B. **A Desigualdade no Mundo**. Lisboa: Actual Editora, 2017.

Além do progresso tecnológico e do padrão monetário a garantir agilidade no sistema de trocas comerciais, o outro elemento-chave está associado às forças armadas, que se tornaram essenciais para impor, pelo monopólio da violência, os interesses britânicos sempre que a diplomacia se mostrasse insuficiente. Dessa forma, adesmontagem da importância dos impérios hindu e chinês conformou a hierarquia do sistema capitalismo no mundo a partir da existência de um centro dinâmico estabelecido da partir da Inglaterra e circundado por uma ampla periferia. Para tanto, o papel estratégico do Estado inglês se constituiu no grande diferencial. Seja na articulação do Banco Central da nação e da Companhia Inglesa das Índias Orientais, seja na ação e financiamento de suas forças armadas[2].

Após o fim das Guerras Napoleônicas em 1815, com a Batalha de Waterloo, a Divisão Internacional do Trabalho percorreu cem anos da pax britânica, que contou, inclusive, com a Independência (1822), abolição da escravatura (1888) e instalação da monarquia (1889) no Brasil. O abandono da condição colonial portuguesa permitiu ao Império do Brasil ingressar na Divisão Internacional do Trabalho enquanto economia nacional primário-exportadora, sob a hegemonia inglesa.

Quase sete décadas depois, a transição tardia do Brasil para o capitalismo impôs a posição periférica no sistema mundial, cuja presença na Divisão Internacional doTrabalho não terminou sendo praticamente alterada. Da mesma forma, as relações internas de trabalho permaneceram quase sem regulação nacional, com ausência dedireitos sociais e trabalhistas.

A situação apenas começou a mudar concomitantemente com o deslocamento docentro dinâmico do capitalismo mundial da Inglaterra para os Estados Unidos, entre 1914e 1945. Nas décadas entre a Revolução de 1930 e o II Plano Nacional de Desenvolvimento do Governo Geisel (1974-1979), por exemplo, o Brasil passou de país agrário produtor e exportador de produtos primários de baixo valor agregado e contido custo de mão de obra para um país industrial e exportador de produtos manufaturados de maior valor adicionado e custo de trabalho superior, majoritariamente

2 A Inglaterra iniciou a colonização das Índias a partir de 1757, assumindo o controle total em 1858, após ter derrotado a confederação sique no Panjabe, nove anos antes. No caso chinês, o domínio britânico se deuatravés das duas Guerra do Ópio ocorridas de 1839 a 1842 e de 1856 a 1860. Mais detalhes em: BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987; WALLERSTEIN, I. **The Riseand Future of World- Systems Analysis**. 91st Annual Meeting of the American Sociological Association. Nova Iorque, 1996; ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP. 1996; AMIN, S. **Eurocentrism**. 2a ed. New York: Monthly Review Press, 2009.

Nesse contexto em que a regulação nacional do trabalho terminou sendo implementada, com a instituição do Sistema Corporativo de Relações de Trabalho assentada no tripé das garantias estatais de sindicatos reconhecidos e autofinanciados, direitos sociais e trabalhistas e Justiça do Trabalho somente obtiveram proteção social àqueles empregados com contrato formal. Em cinco décadas, o notável crescimentoeconômico alcançado - que permitiu o país saltar de 1% para 3,2% do PIB mundial entre 1930 e 1980 - seguiu acompanhado de ampla formalização da classe trabalhadora brasileira.

No entanto, com o ingresso na globalização nos anos de 1990, quando a economia brasileira perdeu dinamismo, tal situação foi drasticamente transformada. O precoce avanço da desindustrialização e da especialização produtiva resultaram na reprimarização da pauta de exportação, demarcada pelo reposicionamento nacional rebaixado na Divisão Internacional do Trabalho.

O retorno ao predomínio primário-exportador seguiu a marcha da produção de valor agregado cadente e simultânea pressão patronal pela contenção do custo do trabalho. O curso das reformas neoliberais encontra força no ciclo vicioso atual que desloca atividades econômicas de trabalho de qualidade para as mais simples, sobretudo com o movimento maior da terciarização econômica.

Diante do cenário apresentado, o presente ensaio busca analisar as principais implicações do recente reposicionamento do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho. Para isso, trata inicialmente de recuperar brevemente as históricas passagens do trabalho do país agrário e industrial.

O trabalho na economia do extrativismo

Anteriormente à década de 1930, o Brasil experimentou três fases distintas de extrativismo[3]. Primeira, a fase do extrativismo estabelecida pelo autoconsumo dos povos indígenas das florestas que ocupavam originalmente o território que, posteriormente, foi invadido, conquistado e transformado em colônia portuguesa.

3 Por extrativismo compreendem-se as atividades de extração da natureza que atendem tanto o cultivo-para o autoconsumo como os diversos usos comercial e industrial. Da origem naturalista, o extrativismo assumiu o comando das economias de extração surgidas com as grandes rotas comerciais pertencentes ao sistema colonial até assumir a condição de matéria-prima no circuito de transformação manufatureira. Ver mais em: MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2010; DEFFONTAINES, J. **Analyse du paysage et étude regionale des systèmes de production agricole**. Economie Rurale, Paris, v. 98, n. 1, p. 3-13, oct./dec. 1973; MORIN, E. **O método 1**: a natureza da natureza. 2a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005; MIGUEL, L. **A Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009.

Do entrechoque de culturas pertencentes a civilizações distintas, a população indígena sofreu dramática redução em função da guerra interna de extermínio. Seja pela escravização e suas contrarreações, seja pela imposição proposital da contaminação de enfermidades, os indígenas passaram de majoritários para minoritários na composição total do povo brasileiro[4].

Na sequência, o sentido da colonização por exploração implementada pelos portugueses conformou a fase do extrativismo que moldou os ciclo econômicos (pau- brasil, cana-de-açúcar e ouro) estruturados pelo comércio externo. Por três séculos, o extrativismo mercantil serviu ao exclusivismo metropolitano, com a extração da riqueza brasileira transferida para Portugal em favor do processo em curso na época de acumulação primitiva europeia[5].

Fundamentalmente, os mercadores extrativistas e escravistas não sofreram grandes alterações com a abertura dos portos estabelecida pela chegada da Família real aoBrasil, em 1808. O predomínio do comércio externo com a Inglaterra preparou o terreno para a entrada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho em conformação no início do século 19.

Mesmo com a Independência Nacional, o império do Brasil manteve, sob a constituição da economia nacional, o vigor do mercantilismo a sustentar o trabalhoescravo. Da estimativa de 4,8 milhões de escravos africanos que desembarcaram no Brasil, o genocídio terminou se expressando pela violência dos senhores de escravos e pelas péssimas condições de vida e trabalho estabelecidas, cujas jornadas laborais diárias poderiam alcançar até 20 horas[6].

A terceira fase do extrativismo emergiu da dominância do modo de produção capitalista a partir da abolição da escravatura, em 1888. Nesse sentido, o extrativismo no Brasil foi inserido na lógica de acumulação de capital, tendo a extração dos recursos naturais assumido a condição de matéria-prima no sistema de transformação manufatureira.

Durante a República Velha (1889-1930), as matérias-primas do complexo extrativista continuaram a estar conectadas fundamentalmente com exterior.

4 Ver em: LOPES, R. 1499: **O Brasil antes de Cabral**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017; FAUSTO, C.**Os Índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

5 Referência em: FRAGOSO, J. et al. **A economia colonial brasileira**. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Atual, 2019; NOVAIS. F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 2010; PARDO JR, C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

6 Mais detalhes em: SCHWARCZ, L. ; GOMES, F. (orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018; GOMES, L. **Escravidão**. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo, 2019; ALENCASTRO, L. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

Para além da Inglaterra, os Estados Unidos ocuparam papel importante nas enquanto importadores de café e borracha, por exemplo.

Com o Brasil inserido na Divisão Internacional do Trabalho - enquanto produtor e exportador de produtos primários - a dinâmica interna da economia nacional dependia do comércio externo. Diante do elevado excedente gerado pela acumulação capitalista ancorada no extrativismo, o transbordamento de capitais para outras esferas da atividade econômica foi observado.

Os investimentos nos empreendimentos imobiliários nas grandes cidades em formação foram referência disso, inclusive em atividades industriais. Assim, as indústrias de consumo não durável, alimentícia e têxtil, ganharam impulso no país, com o atendimento ao nascente mercado consumidor interno decorrente da monetização das relações de trabalho, sobretudo no meio urbano.

Nesse sentido, a contradição que se estabeleceu no uso e remuneração da forçade trabalho livre. De um lado, os conflitos sociais gerados por parcela do fluxo imigratório europeu em defesa de melhores salários diante das péssimas condições devida e labor, não muito distintas daquelas encontradas na época da escravidão[7].

A mão de obra branca importada resultou do projeto de eugenia denominado de branqueamento estabelecido pela elite que conduziu a República Velha como forma de consolidar o mercado de trabalho assalariado, especialmente no centro-sul do país. Por força disso, a população negra e miscigenada foi marginalizada, em geral, submetida a padrão de vida e trabalho muito mais rebaixado

De outro, o surgimento de segmentos patronais minoritários vinculados a pequena base econômica dependente do consumo interno seduzidos em certa regulação pública do mercado de trabalho. Isso transcorreu, diferentemente do interesses dos complexos do extrativismo capitalista dominantes, cuja mão de obra deveria seguir sendocompreendida somente por custo de produção, e não como demanda para o mercado interno.

Na época, os agrupamentos oligárquicos hegemônicos no agrarismo tradicional, a dominação no país se fazia na forma do coronelismo controlada pelo voto do cabresto, articulada pelos governadores e parlamento e pelo poder executivo federal enfraquecido. Dessa forma, a possibilidade de aprovação de projetos de legislação social e trabalhista era mínima.

Mesmo assim, a legislação em relação ao trabalho apresentou alguma novidade na virada para o século 20. Com a instalação a República em 1889, o arse-

7 A conformação da questão social no Brasil encontra-se em: BARBOSA, R. **A questão social e política no Brasil**. In: Obras Completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: FCRB, 1988; GIMENEZ, D. **Ordem liberal e a questão social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008.

nal das legislações anteriores sobre a locação de serviços agrícolas foi revogado em virtude da dominância da lógica liberal e o entendimento de que contrariava a liberdade individual, comprometendo a atração dos fluxos migratórios de mão de obra branca. Em função disso, a quase ausência da legislação laboral se justificaria pelo risco da regulação pública das relações de trabalho impedir o controle privado e o exercício da disciplina laboral.

Pela omissão do Estado liberal, o funcionamento selvagem do mercado de trabalho se manteve amplamente favorável aos interesses do patronato no Brasil. Com o predomínio de traços importantes da sociedade agrária – até a década de 1960, as condições de usos e remuneração da força de trabalho, imediatamente após a abolição da escravidão, seguiram próximas de um regime de quase servidão.

Tabela 1: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1872 e 1940

Itens	1872 (em mil)	1940 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	10.112	41.165	457	2,1
PEA	6.198 (100%)	15.751 (100%)	140	1,4
PEA ocupada	5.908 (95,3%)	14.759 (93,7%)	130	1,4
- Primário	*4.506 (72,7%)*	*9.844 (62,5%)*	*78*	*1,1*
- Secundário	*282 (4,5%)*	*1.880 (11,9%)*	*23*	*2,8*
- Terciário	*1.120 (18,1%)*	*3.035 (19,3%)*	*29*	*1,5*
PEA desocupada	290 (4,7%)	992 (6,3%)	10	1,8

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1872; IBGE, Censo Demográfico de 1940. (elaboração própria)

De acordo com as informações oficiais disponíveis, a evolução do mundo do trabalho se apresentou fortemente dependente das ocupações na agropecuária, dispersas pelo território nacional. Ainda que entre 1872 e 1940, a sociedade agrária tenha registrado sinais de declínio, a agropecuária se manteve como responsável por absorver cerca de dois terços do total das ocupações abertas no país, enquanto os postos detrabalhos urbanos apresentaram ritmo de crescimento superior nos setores secundário e terciário, o que permitiu passar a participação de 22,5% para 31,2% da População Economicamente Ativa (PEA), em 1940.

O trabalho na sociedade urbana e industrial

A transição para a sociedade urbana e industrial sofreu importante impulso com a Revolução de 1930, capaz de abortar o curso do Estado liberal instalado na República Velha e estabelecer as bases do desenvolvimento nacional assentado na consolidação e expansão do mercado interno do país. Para tanto, a constituição do Estado moderno com capacidade para guiar o projeto de urbanização e industrialização passou, inclusive, pela implantação do sistema público das relações de trabalho fundado na organização corporativa da sociedade enquanto elemento estruturante do próprio mercado nacional de trabalho[8].

Até então, os ciclos econômicos experimentados pela antiga e longeva sociedade agrária havia definido no território nacional uma espécie de arquipélago de enclaves produtivos, responsáveis pela existência de esparsos mercados regionais de trabalho. Apesar da concentração nas regiões centro-sul e litorâneas, também em algumas capitais do Nordeste o desenvolvimento urbano e industrial compreendeu cerca de cinco décadas de estruturação do mercado de trabalho, assentado na centralidade do emprego assalariado, especialmente com carteira assinada.

Tabela 2: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1940 e 1980

Itens	1940 (em mil)	1980 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	41.165	119.002	1.946	2,7
PEA	15.751 (100%)	43.236 (100%)	689	2,6
PEA ocupada	14.759 (93,7%)	42.026 (97,2%)	683	2,6
- Primário	*9.844 (62,5%)*	*12.997 (30,1%)*	*79*	*0,7*
- Secundário	*1.880 (11,9%)*	*12.042 (27,8%)*	*254*	*4,7*
- Terciário	*3.035 (19,3%)*	*16.987 (39,3%)*	*350*	*4,4*
PEA desocupada	992 (6,3%)	1.210 (2,8%)	6	0,5

Fonte: IBGE (elaboração própria)

O movimento de regulação do mercado nacional de trabalho desencadeado a partir da década de 1930, com a implementação da Consolidação das Leis do

8 Ver mais em: BARBOSA, A. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008; CALIXTRE, A. **A condição informal**. Campinas: IE/Unicamp, 2011; CARDOSO, A. **Trabalhar, verbo transitivo**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Trabalho (CLT) em 1943, durante o Estado Novo (1937-1943), mostrou ser fundamental para a disseminação do regime do assalariamento, especialmente através emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Por força disso, o mundo do trabalho se transformou profundamente no Brasil em apenas cinco décadas[9].

Pelo via da urbanização e industrialização, o emprego nas cidades foi o que mais cresceu, respondendo por quase 70% do total das ocupações abertas entre os anos de 1940 e 1980. O ritmo de expansão de todos os postos de trabalho equivaleu ao crescimento da própria PEA, o que permitiu tornar o funcionamento do mercado de trabalho próximo do pleno emprego da mão de obra, com baixo desemprego aberto.

É importante destacar que tudo isso não significou ausência da precarização e outros males do subdesenvolvimento, como o baixo rendimento, a informalidade e a ampla presença nas ocupações não assalariadas, cuja taxa de precarização (soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada) reduziu-se significativamente no período de tempo considerado(de 85% para 45% da PEA). A expansão da taxa de assalariamento (emprego assalariado em relação ao total dos ocupados), que passou de 45% para 65% entre 1940 e 1980, foi significativa (75% das ocupações abertas no período foram assalariadas), ainda que 1/3 dos ocupados permanecessem distantes da submissão ao regime do salariado em 1980.

Tabela 3: Brasil – Evolução da população por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1940 e 1980

Itens	1940 (em mil)	1980 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
PEA ocupada	14.759 (100%)	42.026 (100%)	683	2,6
Empregador	362 (2,4%)	1.340 (3,2%)	25	3,3
Assalariado	6.615 (44,8%)	27.152 (64,6%)	513	3,6
- Formal	*1.906 (12,9%)*	21.272 (50,6%)	*484*	*6,2*
- Informal	*4.709 (31,9%)*	5.880 (14,0%)	*29*	*0,6*
Conta própria	4.694 (31,8%)	9.555 (22,7%)	122	1,8
Sem remuneração	3.088 (20,9%)	3.978 (9,5%)	23	0,6
*Precarização**	*12.491 (84,6%)*	19.413 (46,2%)	*174*	*1,1*

Fonte: IBGE (elaboração própria) * Soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada.

9 Sobre a modernização capitalista, a funcionalidade da multidão de sobrantes no capitalismo selvagem que se generalizou no Brasil ver: CARDOSO, L. : NOVAIS, F. **Capitalsimo tardio e sociabilidade-moderna**. São Paulo: Unesp, 2009; OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003; HENRIQUE, W. **O capitalismo selvagem**. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

A formalização do emprego assalariado foi outro aspecto importante do movimento de estruturação do mercado de trabalho. Em 1980, por exemplo, o emprego assalariado formal representou quase 51% do total dos ocupados, ao passo que em 1940 não atingia a 13% do total das ocupações no país.

Mesmo que tenha sido reduzido significativamente, constata-se que, ainda em 1980, mais de 35% dos assalariados não tinham contrato formal de trabalho. Em 1940, quase 72% dos empregados assalariados eram informais.

Diante disso, percebe-se como a implantação da legislação social e trabalhista, com forte amparo no padrão corporativo de relações de trabalho, contribuiu para estruturação do mercado de trabalho durante a constituição da sociedade urbana e industrial. Nesse sentido, a definição do conceito de categoria profissional foi essencial para estabelecer a organização e o financiamento dos sindicatos, os acordos e negociações coletivas de trabalho e a atuação da justiça do trabalho.

Entre as décadas de 1930 e 1950, por exemplo, a legislação social e trabalhista centrada na atuação importante do Estado (Ministério do Trabalho e Justiça Trabalhista) focou fundamentalmente no mundo do trabalho urbano frente à reiterada resistência do patronato rural a qualquer forma de regulação pública do trabalho. Somente a partir da aprovação do Estatuto do Trabalhador, na década de 1960, quando a população agrária deixou de ser dominante na população nacional, que, lenta e gradualmente, as ocupações do meio rural foram sendo incorporadas ao sistema público nacional de relações de trabalho.

Neoextrativismo e trabalho na sociedade de serviços

A virada para o século 21 trouxe consigo a consolidação da reconfiguração do extrativismo no Brasil. Entre as décadas de 1930 e 1980, por exemplo, o extrativismo se encontrou submetido à lógica da produção manufatureira assentada no ciclo de industrialização e urbanização nacional. Porém, diante da desindustrialização forçada pela inserção passiva e subordinada na globalização desde 1990, o Brasil terminou se reposicionando na Divisão Internacional do Trabalho. Em meio ao movimento do deslocamento do centro dinâmico dos Estados Unidos para a Ásia, fundamentalmente para a China, a periferia do sistema capitalista mundial sofreu modificações simultâneas. Esse parece ser o caso da América Latina, especialmente o do Brasil. Para, além, da especialização do sistema produtivo, expressa pela reprimarização da pauta deexportação, constata-se a expansão do neoextrativismo no país.

De modo distinto do passado, o extrativismo atual se apresenta ampliado e plenamente integrado à reprodução expandida que articula as esferas da extração na produção de mercadorias, na realização das mercadorias e na circulação monetário- financeira[10]. Nesse novo formato de expansão capitalista, há uma lógica da extração que predomina em todas as esferas econômicas, submetendo a periferia mundial através da subordinação da natureza ao processo de *just in time* das cadeias globais de produção.

Assim sendo, a matéria-prima que resulta da exploração da natureza se converte em ativo financeiro, articulado pelas grandes corporações transnacionais no processo encadeado da extração renda da terra e imobiliária, por exemplo. Ademais, o neoextrativismo compreende a dependência crescente à conexão tecnológica (insumos agropecuários e sementes transgênicas), infraestruturas de logísticas e transportes, que na forma de capital fixo exigem o uso intensivo para evitar a existência de custos sem receita (desvalorização do capital).

Como os preços das *commodities* são definidos externamente, os complexos neoextrativistas buscam operar sem regulação pública e com forte ação autoritária tanto nas relações trabalhistas como aos movimentos sociais. Em pleno domínio privado, cabe ao Estado ancorar o curso hiperindustrial organizativo da produção neoextrativa em grandes escalas do agronegócio e mineração articuladas aos armazéns, corredores de transportes, agências de seguro, empresas *trading* na comercialização, bancos de financiamento e operações de câmbio, entre outras ações com paraísos fiscais. O curso dessas mudanças no tempo e espaço impactaram fortemente o Brasil em sua presença na Divisão Internacional do Trabalho[11]. Internamente, o mundo do trabalho vem sendo profundamente afetado nas últimas quatro décadas.

Com isso, o projeto de urbanização e industrialização em curso desde a década de 1930 começou a perder a centralidade no Estado desenvolvimentista. A herança da dívida externa, da superinflação, do endividamento público, do rentismo, da pobreza e da desigualdade deixada pela ditadura ci-

10 Maiores contribuições em: RIBEIRO, L. (org.) **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020; ACOSTA, A. **Extractivismo y neoextractivismo**: dos caras de la misma maldición. In: GPTAD. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala/FRL, 2011; GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP/CLAES, 2009. p.187-225.

11 Sobre isso, ver: POCHMANN, M. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livro, 2011; BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017; GIMENEZ, D. et al. **Dimensõescríticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018; TEIXERIA, M. et al.**Contribuição critica à reforma trabalhista**. Campinas. Ie/Cesit/Unicamp, 2017.

vil-militar (1964-1985) comprometeu significativamente parte importante das políticas econômica e social do período democrático. Como consequência, houve perda de vários anos para a superação dealgumas delas (a superinflação, em 1994, e a dívida externa, em 2008), começar aresolver outros (a pobreza e a desigualdade, nos anos 2000) e aqueles, ainda, semresolução (a dívida pública e o rentismo).

Além disso, a adoção do receituário neoliberal nos anos de 1990 coincidiu com o ingresso passivo e subordinado do Brasil na globalização comandada por grandes corporações transnacionais. Desde então, o país precocemente ingressou no processo de desindustrialização, pois, ainda sem universalizar o padrão de consumo a todos os brasileiros, sobretudo na base da pirâmide social, vem declinando a capacidade de produção manufatureira.

Nos países com processo de desindustrialização madura, a diminuição relativa da participação da manufatura no ciclo produtivo transcorreu após a totalidade, ou quase, da população ter sido incluída no padrão de consumo da sociedade urbana e industrial, coincidindo com a maior expansão do setor terciário na economia. Nesse sentido, os serviços mais dinâmicos tenderam a ser aqueles vinculados à produção e à logística, entre outros mais associados ao emprego de mão de obra com maior requisitos de formação e remuneração. Caso seja necessário, ainda, as importações de bens industriais podem complementar pontualmente as exigências do consumo interno, uma vez que se tratam, em geral, da reposição de produtos pela população ou de alguma novidade. O que parece ser irrealizável em países de desindustrialização precoce como no Brasil, em especial, devido à expressiva dimensão populacional excluída do acesso aos bens industriais, cuja escala de importação de manufaturados se torna difícil de ser compensada por bens não industriais.

Além disso, o declínio relativo dos bens industriais na produção não se deveu tanto ao maior ritmo de crescimento do setor terciário, mas a decadência da produção manufatureira, com o encolhimento de alguns ramos e o desparecimento de outros. Por força disso, a antecipação da passagem para a sociedade de serviços decorre mais do inchamento do setor terciário da economia em virtude do vácuo deixado pela precoce desindustrialização.

Assim, o processo de terciarização da economia brasileira tem sido caracterizado pela especificidade da continuidade na queda absoluta das ocupações na agropecuária e da recente queda relativa dos postos de trabalho na manufatura. Em quase quarenta anos, a participação do setor terciário no total da PEA aumentou 61,1%, pois saltou de menos de 40%, em 1980, para mais de 63%, em

2019. No mesmo período de tempo, o setor primário registrou a queda de quase 75% na participação relativa no total da PEA, com a diminuição de cerca de 13 milhões para 8,3 milhões de ocupados.

Tabela 4: Brasil – Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1980 e 2018

Itens	1980 (em mil)	2019 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
População Total	119.002	210.147	2.337	1,5
PEA	43.236 (100%)	106.184 (100%)	1.614	2,3
PEA ocupada	42.026 (97,2%)	94.552 (89,0%)	1.347	2,1
├ *Primário*	*12.997 (30,1%)*	*8.333 (7,8%)*	*-130*	*-0,8*
- Secundário	*12.042 (27,8%)*	*18.986 (17,9%)*	*178*	*1,2*
- Terciário	*16.987 (39,3%)*	*67.233 (63,3%)*	*1.288*	*3,6*
PEA desocupada	1.210 (2,8%)	11.632 (11,0%	267	6,0

Fonte: IBGE (elaboração própria)

O setor secundário, por sua vez, registrou redução na participação relativa no total da PEA de 36%, pois declinou de 27,8% para 17,9%, entre 1980 e 2019. Nesse mesmo período, contudo, a quantidade de ocupados no setor secundário cresceu 1,2% emmédia ao ano, enquanto a expansão da PEA ocupada foi de 2,3% e de 3,6% para as ocupações do setor terciário.

Simultaneamente, a taxa nacional de desemprego aberto foi elevada significativamente. Entre 1980 e 2019, a quantidade de desempregados foi multiplicada por 9,6 vezes, o que fez com que a taxa nacional da desocupação saltasse de menos de 3% para 11% da PEA, no mesmo período.

Coincidindo com o crescimento do desemprego nacional, a precarização entre os ocupados também aumentou consideravelmente. Dos 19,4 milhões de trabalhadores expostos a condições de trabalho precários em 1980, o Brasil registrou, em 2019, a quantia de 44,5 milhões de trabalhadores em ocupações precárias, cuja expansão média anual foi levemente superior (2,2%) à própria geração do conjunto dos postos de trabalhono Brasil (2,1%). Ainda em relação aos ocupados, nota-se a relativa estabilização na taxa de assalariamento, uma vez que a sua expansão transcorreu praticamente no ritmo da abertura de postos de trabalho no país.

Tabela 5: Brasil – Evolução da população por tipo de ocupação e taxa de precarização em 1980 e 2019

Itens	1980 (em mil)	2019 (em mil)	Variação absoluta anual (em mil)	Variação relativa anual (em %)
PEA ocupada	42.026 (100%)	94.552 (100%)	1.347	2,1
Empregador	1.340 (3,2%)	4.442 (4,7%)	*79*	*3,1*
Assalariado	27.152 (64,6%)	63.520 (67,2%)	*932*	*2,2*
- Formal	21.272 (50,6%)	44.580 (47,1%)	*598*	*1,9*
- Informal	5.880 (14,0%)	18.940 (20,1%)	335	3,1
Conta própria	9.555 (22,7%)	24.557 (26,0%)	385	2,4
Sem remuneração	3.978 (9,5%)	2.033 (2,1%)	-50	1,0
Precarização *	19.413 (46,2%)	45.530 (48,1%)	670	2,2

Fonte: IBGE (elaboração própria) * Soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da PEA ocupada

Para além disso, constata-se que os empregos assalariados que mais cresceram foram os dos trabalhos informais, em que a participação relativa na PEA ocupada passou de 14%, em 1980, para 20%, em 2019. A contrapartida disso foi o decrescimento do peso relativo do emprego formal de 78,3% para 70,2% do total dos assalariados, no mesmo período de tempo.

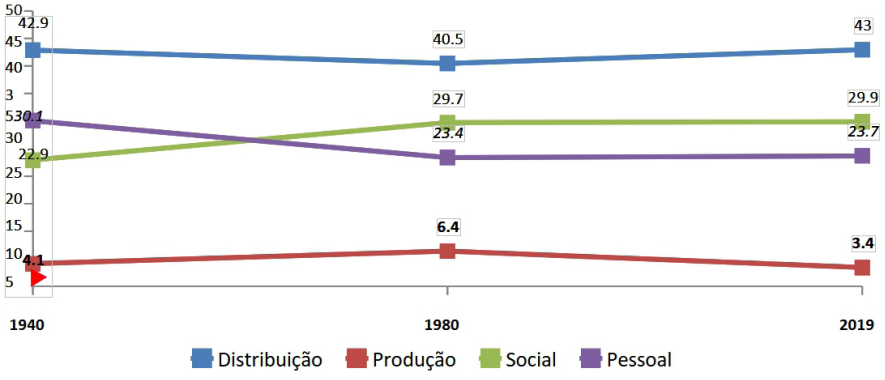
Com a estabilização relativa na taxa de assalariamento, as ocupações que mais cresceram em relação ao total de postos de trabalho abertas no país durante as quatro últimas décadas foram as de empregador (46,9%) e a de conta própria (14,5%). Por força disso, a recente e antecipada transição para a sociedade de serviços no Brasil tem sido marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, com significativa presença do desemprego aberto, da subutilização dos trabalhadores e da precarização das ocupações geradas.

Na sociedade urbana e industrial, com o decréscimo da participação relativa do setor primário e ascensão dos setores secundário e terciário, os serviços foram, em 1980, o principal empregador de força de trabalho no Brasil. Em comparação com o ano de 1940, por exemplo, a composição do setor de serviços tinha sofrido modificações importantes registradas em 1980 e ainda maiores em 2019.

De um lado, a diminuição de importância relativa das ocupações totais nos segmentos dos Serviços de Distribuição (comércio, comunicação, transporte e outros) em 5,6% e dos Serviços Pessoais (doméstico, segurança, cuidadores e outros) em 22,2% entre 1940 e 1980. De outro, o avanço na participação relativa no total das ocupações nos Serviços Sociais (saúde, educação, assistência e

outros) em 29,7% e nos Serviços de Produção (engenharia, tecnologia, propaganda e outros) em 56,1% no mesmo período de tempo.

Gráfico 1: Brasil – evolução da distribuição dos ocupados entre os segmentos que compõe o setor dos serviços em 1940, 1980 e 2018 (em %)



Fonte: IBGE/Pnad e PnadC (elaboração própria)

De maneira geral, o ciclo da industrialização e urbanização nacional representou a transformação da força de trabalho alocada em setores de menor produtividade e remuneração para os de maior produtividade e rendimento do trabalho. Isso porque houve deslocamento de trabalhadores do meio rural ocupados na própria subsistência para as atividades urbanas na construção civil, indústria de transformação, comércio e serviços. No interior do setor de serviços, constatou-se o deslocamento das ocupações mais simples e de contida produtividade como nos serviços pessoais (trabalho doméstico e outros) para os serviços sociais e de produção.

Na transição atual para a sociedade de serviços, constata-se, todavia, que não parece haver evidências precisas que o mesmo sentido do deslocamento de atividades de menor para maior produtividade e remuneração, registrado na sociedade urbana e industrial, esteja ocorrendo. Pelo contrário, as informações oficiais existentes apontam para o sentido inverso, ou seja, a destruição de atividades e ocupações situadas nos segmentos de maior produtividade e remuneração e a expansão dos postos de trabalho de menor produtividade e rendimento.

Na comparação entre os anos de 1980 e 2019, nota-se, por exemplo, que o segmento que perdeu posição relativa no total da ocupação foi o Serviço de

Produção, em 46,9%, enquanto os Serviços Sociais se mantiveram relativamente estabilizados, em0,7%. Ao mesmo tempo, os segmentos que conseguiram elevar a participação relativa no total da ocupação foram os Serviços de Distribuição, em 6,2%, e os Serviços Pessoais em1,3%.

Todas essas modificações estruturais no funcionamento do mercado nacional de trabalho seguiram sendo realizadas sem alterações substanciais no sistema público de relações trabalhistas. Com a transição do autoritarismo para o regime democrático e a implantação da Constituição Federal de 1988, prevaleceu o padrão corporativo de organização do mundo do trabalho, com o reforço na adoção de políticas públicas para o assalariamento formal e o afrouxamento de certos mecanismos repressivos estabelecidos no âmbito da CLT.

Na década de 1990, contudo, a experiência da flexibilização na legislação social e trabalhista permitiu certa diversificação nas formas de contratação do trabalho assalariado, com a legitimação e difusão da terceirização nas atividades meio das ocupações nas empresas. Nesse sentido, as funções como de segurança, alimentação, manutenção, transporte, limpeza e outras, em geral de baixa remuneração, foram deslocadas para o emprego terceirizado tanto no setor público como privado.

Ao mesmo tempo, a aprovação governamental de medida fiscal voltada para a isenção de tributos a lucros e dividendos na metade da década de 1990 favoreceu a expansão do trabalho na condição do regime de Pessoa Jurídica (PJ, empregador de si próprio) em detrimento dos empregos assalariados de alta remuneração nas empresas. Posteriormente, nos anos 2000, uma diversidade de políticas públicas orientadas às micro e pequenas empresas permitiu constituir a forma do Micro Empreendedor Individual (MEI) na perspectiva de formalização das ocupações por conta própria, assim como na contratação de trabalhadores domésticos.

Somente a partir de 2016 que, diante da grave recessão econômica, a terceira desde 1980 no capitalismo brasileiro, um conjunto de mudanças substanciais na legislação social e trabalhista foi introduzido com o objetivo governamental de rompimento com o sistema público de relações trabalhistas. Medidas como a legislação que universalizou a terceirização dos contratos de trabalho, além da reforma trabalhista, da Emenda Constitucional 95 e das propostas de reformulação do sistema público de aposentadoria e pensão em curso, apontam para o aprofundamento da desestruturação do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e para a ascensão do sistema privado derelações entre o capital e o trabalho (contratualismo individual).

Em plena transição antecipada para a sociedade de serviços, os movimentos de desestruturação do mercado de trabalho e de rompimento com o padrão corporativo de organização social implicam em aprofundamento da polarização no interior do mundo do trabalho. Isso porque a destruição das ocupações de classe média tem sido acompanhada da massificação do desemprego estrutural e da precarização das ocupações assentadas na instabilidade contratual, escassez dos direitos sociais e trabalhistas e contida remuneração.

Considerações finais

Nas páginas anteriores, o recurso da história visou situar as principais mudanças no andamento atual do funcionamento do mundo do trabalho brasileiro frente à efervescência do neoextrativismo e da transição precoce para a antecipada sociedade de serviços. A reconfiguração do mundo do trabalho expressa tanto o prematuro processo de desindustrialização exposto pela forma com que o Brasil se reposiciona na Divisão Internacional do Trabalho nos últimos quarenta anos.

Em síntese, o predomínio do receituário neoliberal orientou a desconstrução do marco regulatório do mercado de trabalho, contribuindo para a gradual conversão do sistema corporativo de relações de trabalho para o contratualismo comercial da mão de obra.

O resultado disso tem sido a dominância do massivo desemprego aberto acompanhado da ampliação da subutilização da força de trabalho e da generalização da precarização nas ocupações. A polarização crescente no interior da sociedade revela não apenas a destruição dos postos de trabalho de classe média, como a expansão de empregos não assalariados de maior remuneração, sem acesso à proteção social e trabalhista.

A transição antecipada para a sociedade de serviços concorre com o avanço do neoextrativismo a inverter a submissão até pouco existente durante o ciclo de industrialização e urbanização nacional. Em função disso, a temporalidade em curso no mundo do trabalho brasileiro se diferencia profundamente do observado nos períodos anteriores, tanto na sociedade agrária como na urbana e industrial.

Ao mesmo tempo, a combinação recente da recessão econômica com aplicação do receituário neoliberal para desregulamentar as relações entre o capital e o trabalho passou a excluir, fortemente, parcela do conjunto dos trabalhadores do sistema de assalariamento em curso desde 1889. Também termina por alijá-la

dos mecanismosexistentes de garantia dos direitos à proteção e à promoção social e trabalhista instalados progressivamente desde a década de 1920 no Brasil.

A sociedade salarial sonhada por tantos progressistas e posta em prática através de lutas que vêm desde as resistências indigenistas e dos quilombos, foram potencializadas pelos abolicionistas na década de 1880 e pelos tenentistas nos anos de 1920. Após cem anos de expansão do assalariamento e sua formalização entre as décadas de 1890 e 1980, passou a sofrer forte impacto com o neoliberalismo e as três graves recessões econômicas. Nessa perspectiva panorâmica da trajetória do mundo do trabalho que suas transformações terminaram por revelar direta e indiretamente as distintas posições do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

Referências

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GPTAD. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala/FRL, 2011.

ALENCASTRO, L. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

AMIN, S. **Eurocentrism**. 2a ed. New York: Monthly Review Press, 2009.

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BARBOSA, R. A questão social e política no Brasil. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: FCRB, 1988.

BARBOSA, A. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. BRAUDEL, F. A Dinâmica do Capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CALIXTRE, A. **A condição informal**. Campinas: IE/Unicamp, 2011.

CARDOSO, A. **Trabalhar, verbo transitivo**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO, L.: NOVAIS, F. **Capitalsimo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Unesp, 2009.

DEFFONTAINES, J. Analyse du paysage et étude regionale des systèmes de production agricole. **Economie Rurale**, Paris, v. 98, n. 1, p. 3-13, oct./dec. 1973.

FRAGOSO, J. et al. **A economia colonial brasileira**. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Atual, 2019. FAUSTO, C.Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GIMENEZ, D. **Ordem liberal e a questão social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2008.

GOMES, L. **Escravidão. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Globo, 2019.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP/CLAES, 2009. p.187-225.

HENRIQUE, W. **O capitalismo selvagem**. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

LOPES, R. **1499**: O Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. MADDISSON, A. The World Economy: Historical Statistics. Paris; 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

MIGUEL, L. **A Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2009.

MILANOVIC, B. **A Desigualdade no Mundo**. Lisboa: Actual Editora, 2017. MORIN, E. O método 1: a natureza da natureza. 2a. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NOVAIS. F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

PADRO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

RIBEIRO, L. (org.) **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2020.

SCHWARCZ, L. ; GOMES, F. (orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

WALLERSTEIN, I. **The Riseand Future of World-Systems Analysis**. 91st Annual Meeting of the American Sociological Association. Nova Iorque, 1996.

O QUE SIGNIFICA SER AFRICANO?[1]

Firoze Manji

Na França, imediatamente após o Termidor, qualquer um que resistisse à virada, pretendia reestabelecer, se não a escravidão, então o regime da supremacia branca nas colônias, era rotulado de "africano".

Florence Gauthier*, Triomphe et mort Du droit naturel em Révolution*

Falamos muito de África, mas nós, em nosso partido, devemos lembrar que antes de sermos africanos somos seres humanos,
pertencentes a todo o mundo.

Amílcar Cabral, *Unidade e Luta*

O que significa ser "africano"? O estado de apartheid, assim como o colonialismo, usou por muito tempo o termo "africano" para classificar aqueles com determinada cor de pele, cabelo encaracolado e certas características faciais, baseados em suposições sobre diferenças biológicas que supostamente separam a espécie humana em "raças". Outros usam o termo para se referir àqueles que vivem em, ou cuja origem é de, qualquer parte da massa de terra continental referida como "África". Outros ainda usam o termo para se referir àqueles dentro ou do continente, mas excluem os povos de língua árabe das regiões ao norte do continente. Alguns excluem até mesmo aqueles que po-

1 Uma versão anterior deste artigo em inglês apareceu em Manji F (2019): Emancipação, Liberdade ou Taxonomia? O que significa ser africano? In: Vishwas Satgar (Ed): Racismo depois do *apartheid*: Desafios para Marxismo e Anti-racismo. Wits University Press. p. 49-74. Tradução: Bárbara Câmara Aragon (Mestra em História Contemporânea pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense).

dem ter migrado para o continente há séculos, porque suas características faciais e de cabelo não são consistem com uma ideia essencializada do africano. Todos aqueles que são cidadãos de países africanos (e suas ilhas associadas) devem ser considerados africanos? O que significa o termo? É surpreendente como o termo africano é amplamente utilizado, apesar de haver tantas interpretações sobre o que significa ser africano.

Neste capítulo, baseando-me em particular nas ideias do revolucionário guineense Amílcar Cabral, discuto como o termo africano se tornou sinônimo de não-humano ou ser humano inferior que justificava a escravização, escravidão, colonialismo e exploração, e como o significado da palavra evoluiu subsequentemente para considerar o africano como "incivilizado" sob o colonialismo, e então para "subdesenvolvido" no período pós-independência. Discuto como o termo africano foi apropriado por aqueles engajados nas lutas contra a escravização, escravidão, exploração e colonialismo e passou a representar a declaração e afirmação pelos africanos de sua humanidade, e como seres humanos, tanto fazedores de história quanto contribuintes da história da emancipação humana. Essa orgulhosa declaração não durou muito: no período neocolonial, e especialmente no período neoliberal pós-1980, o termo africano se desarticulou de qualquer vínculo com a luta pela emancipação, liberdade, justiça, dignidade e humanidade universal.

Ser africano, portanto, tornou-se apenas um termo taxonômico que se tornou indistinguível da política de identidade individualista que é tão prevalente hoje, da qual a moda atual de "interseccionalidade" é vítima. Argumentarei que não é possível compreender, ou mesmo reconhecer, a humanidade do povo africano sem levar em conta sua longa história de lutas pela emancipação. Isso só é possível, sugiro, se a política das histórias africanas for compreendida e transcendida para revelar suas contribuições fundamentais para a condição humana universal - experiências que, como Cabral (1979, p. 80) colocou, "pertencem ao mundo inteiro".

Cabral foi o fundador e líder do movimento de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) em Moçambique e do Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho (MPLA) em Angola. Ele foi um revolucionário, humanista, poeta, estrategista militar e agrônomo. As lutas que liderou contra o domínio português na Guiné-Bissau e Cabo Verde contribuíram não só para o colapso do império africano de Portugal, mas também para a queda da ditadura do regime fascista em Portugal e para o desenvolvimento da revolução portuguesa em 1974. Infe-

lizmente, essa vitória não foi testemunhada por Cabral: foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973 por alguns dos seus próprios camaradas, contando, diz-se, com o apoio da polícia secreta portuguesa. Cabral não era apenas um estrategista de guerrilha. Ele foi prolífico em seus escritos sobre teoria revolucionária, cultura e libertação; muitos textos de seus escritos, transcrições e gravações de discursos que ele fez ao povo, aos membros do partido, aos africanos na diáspora e em conferências internacionais, permanecem sem tradução (Manji e Fletcher, 2013). Junto com Frantz Fanon, Cabral deve ser considerado um dos principais pensadores africanos sobre emancipação e liberdade.

O meu ponto de partida aqui é o seguinte excerto de um importante discurso que Cabral fez a membros do partido do PAIGC:

> Falamos muito de África, mas nós, no nosso Partido, devemos lembrar que antes de sermos africanos somos homens, seres humanos, pertencentes a todo o mundo. Não podemos, portanto, permitir que qualquer interesse de nosso povo seja restringido ou frustrado por causa da nossa condição de africanos. Devemos colocar os interesses do nosso povo mais alto, no contexto dos interesses da humanidade em geral, e então podemos colocá-los no contexto dos interesses da África em geral (Cabral, 1979, p. 80).

Existem três elementos nesta declaração em torno dos quais estruturarei este capítulo. Primeiro, como uma parte da humanidade passou a ser vista como "africana"? Em segundo lugar, como pode a "condição de africanos" restringir ou frustrar os interesses do povo? E, finalmente, o que significa colocar "os interesses de nosso povo mais elevados" no contexto dos interesses da humanidade em geral, um povo que "pertence a todo o mundo"?

Como humanos se tornaram africanos?

Há muito está estabelecido como os povos que viveram no continente africano formaram uma gama diversificada de formações sociais paralelas e, em alguns casos, estavam à frente daquelas que surgiram em outras partes do mundo (ver, por exemplo, Anta Diop, 1987; Parris, 2015; Pithouse, 2016; Rodney, 1972). Embora essas sociedades ocorressem na vasta massa de terra geográfica que hoje chamamos de África, os habitantes dessas sociedades não teriam se considerado na época como "africanos", mesmo que hoje possamos nos referir a eles como sociedades "africanas". O continente foi o lar de muitas das grandes civilizações do mundo, como Kush, Aksum, Gana, Mali e Grande Zimbábue. Os povos do continente foram a fonte das principais ideias científicas muito

antes de serem adotadas pela Europa, incluindo o conceito da Terra ser esférica e a adoção de algarismos arábicos e do conceito de zero (adaptado da Índia e do Oriente Médio) para simplificar os cálculos matemáticos. As regiões do sul da Europa foram conquistadas pelas civilizações do norte da África (chamadas de "mouras") no século VIII, que duraram cerca de 700 anos. O estabelecimento do estado de Córdoba trouxe para a Europa muitos dos desenvolvimentos da medicina, química, astronomia, matemática e filosofia que se originaram da África e foram traduzidos da escrita árabe. Sociedades da África enviaram navios através do Atlântico já em 500 aC e, de fato, as primeiras viagens europeias para a África foram guiadas por pilotos e navegadores da África (Adi, 2008; Robinson, 1983; Rodney, 1972).

Existem muitas hipóteses sobre a etimologia do termo africano: o termo latino *Afri* refere-se ao povo da região ao sul do Mediterrâneo, que, acredita-se referir a uma sociedade em torno de Cartago. Existem hipóteses de que o termo tem origem fenícia da palavra "*Afar*", que significa poeira; outros ainda afirmam que suas origens vêm da palavra *Ifriqya*, o nome árabe para a região que hoje é aproximadamente a Tunísia. Existem, de fato, muitas teorias sobre a origem do termo. Qualquer que seja sua origem, é claro que antes do século XV o termo se referia apenas a áreas limitadas da massa de terra continental. O termo africano não era uma identidade autoproclamada das pessoas que habitavam aquela parte do mundo. Em vez disso, era um termo usado por outros para se referir àqueles que viviam em uma parte limitada de uma região ao sul do Mar Mediterrâneo (Mazrui, 2005; Mudimbe, 1994).

Para ser capaz de submeter milhões de humanos à barbárie da escravização e escravidão, era necessário defini-los como não-humanos, e isso exigia sua desumanização. O processo exigia uma tentativa sistemática e institucionalizada de destruição das culturas, línguas, histórias e capacidades existentes para produzir, organizar, contar histórias, inventar, amar, fazer música, cantar canções, fazer poesia, produzir arte, filosofar e formular em suas mentes aquilo que imaginam antes de dar forma concreta - todas as coisas que tornam um povo humano. Essa tentativa de destruir a cultura dos africanos acabou sendo um sinal de fracasso. Enquanto eles destruíram as instituições no continente, as memórias de sua cultura, instituições, formas de arte, música e tudo o que está associado ao ser humano permaneceram no continente e na diáspora onde os escravos africanos se encontravam. Os escravos, os proprietários de escravos e todos aqueles que lucraram com esses horrores, incluindo as classes capitalistas emergentes da Europa, engajaram-se em uma reformulação sistemática dos seres humanos como não-humanos ou seres inferiores, um processo no qual a igreja cristã e a

intelectualidade europeia estava profundamente envolvida (ver Losurdo, 2014; Parris, 2015; waThiong'o, 1986).

Em suma, se buscássemos uma palavra que, no período de emergência da escravidão, o tráfico atlântico de escravos e a escravidão, encapsulasse o resultado desse processo de desumanização, seria a palavra "africano", palavra que representava a transformação de humanos de uma determinada geografia em não humanos ou subumanos. Os africanos deveriam ser considerados um povo sem história, sem cultura, sem qualquer contribuição a dar à história humana, uma visão perpetuada pelos filósofos do Iluminismo (ver Losurdo, 2014). Ser definido como africano era ser considerado não humano, ter todos os aspectos do ser humano eliminados, negados e suprimidos. Como escravos, eles eram meros bens móveis, isto é, propriedade ou "coisas" que podem ser possuídas, dispostas e tratadas de qualquer forma que o "proprietário" considere adequada. Antropólogos, cientistas, filósofos e toda uma indústria se desenvolveram para "provar" que essas pessoas não eram humanas, que constituíam uma "raça" biológica diferente, subumana.

A escravização e a escravidão desempenharam um papel crítico para a acumulação de capital que deu origem ao capitalismo na Europa (Du Bois, 1962; James, 1963; Williams, 1966). Essas foram as pedras angulares da acumulação de capital, assim como os genocídios simultâneos das populações indígenas das Américas e além (Dunbar- Ortiz, 2015; ver também Dunbar-Ortiz neste volume). A desumanização sistemática de setores da humanidade em virtude de sua suposta raça ou origem como escravos ou como sujeitos coloniais - isto é, racismo - estava intimamente ligada ao nascimento e crescimento do capitalismo e continua a desempenhar um papel na sobrevivência do capital hoje.

O racismo foi uma característica fundamental do capitalismo nascente e, mais tarde, uma característica fundamental da emergência do capitalismo e do período subsequente de colonização que subjugou vastas seções da humanidade em todo o globo à sua necessidade voraz de aumentar a taxa de acumulação de capital. Como tal, não podemos falar de capitalismo e sua evolução como potência colonizadora, como imperialismo, e na forma de "globalização" moderna, como algo independente do racismo - o processo pelo qual vastas seções da humanidade são definidas como sendo menos do que humano. Como Domenico Losurdo aponta, o liberalismo e a escravidão racial tiveram um nascimento gêmeo e permaneceram para sempre interligados desde então. A história do liberalismo tem sido de contestação entre as culturas do que Losurdo chama de espaços sagrados e profanos. A democracia do espaço sagrado que o Iluminismo deu à luz no Novo Mundo era uma "democracia *Herrenvolk*", uma democra-

cia da raça dominante branca, uma democracia que se recusava a permitir que os negros, muito menos os povos indígenas, ou mesmo as mulheres brancas, ser considerados cidadãos (Losurdo, 2014, p. 181). Eles eram considerados parte do espaço profano ocupado pelo menos que humano. A ideologia de uma democracia de raça dominante foi reproduzida à medida que o capital colonizou vastas seções do globo.

É importante aqui fazer uma distinção entre o termo racismo como uma característica sistêmica do capital, e racialismo, que se refere a visões subjetivas ou preconceitos aos quais está freqüentemente associado. Como Kwame Ture (Stokely Carmichael) afirmou: "Se um homem branco quer me linchar, é problema dele. Se ele tem o poder de me linchar, esse é o meu problema. O racismo não é uma questão de atitude; é uma questão de poder. O racismo obtém seu poder do capitalismo." OlúfémiTáíw (2013, p. 356) afirma: "Quando o colonialismo e seus operadores e ideólogos negaram que os africanos são humanos, eles estavam procedendo de um ponto de vista metafísico definido pela Alteridade radical. Os africanos são radicalmente diferentes dos seres humanos e, se podem ser considerados humanos, sua humanidade era de um temperamento tão diferente que podem ser tratados como seres inferiores. "Cabral sabia, continua Táíw (2013, p. 359)," que separando a África e os africanos dos o fluxo geral da experiência humana comum só poderia levar ao retardo dos processos sociais no continente".

Este processo de desumanização deveria continuar desde suas origens na escravidão europeia de pessoas da África até a expansão dos empreendimentos coloniais da Europa no continente. A representação dos africanos como inferiores e subumanos justificou - ou talvez exigiu - massacres, genocídios, prisões, tortura, remoção à força de suas terras, grilagem generalizada, trabalho forçado, destruição de sociedades e cultura, violenta supressão de expressões de descontentamento, restrições ao movimento e estabelecimento de reservas "tribais" ou "bantustões". Mas central para este processo foi a tentativa de destruir - ou remodelar - a cultura dos povos do continente, uma vez que a cultura, em seu cerne, é uma forma de resistência (Manji, 2017a). Ele justificou a divisão da massa de terra e seus povos em territórios na Conferência de Berlim em 1884-1885 por potências imperiais concorrentes, refletindo o poder relativo de cada um.

> Quando o imperialismo chegou à Guiné, fez-nos deixar a nossa história - a nossa história. . . o momento em que o imperialismo e o colonialismo chegaram, nos fez sair de nossa história e entrar em outra história. . . Depois do tráfico de escravos, da conquista armada e das guerras coloniais, veio a destruição completa da estrutura econômica e social da sociedade africana. A fase seguinte foi a ocupação europeia e a crescente imigração europeia para esses territórios. As terras e bens dos africa-

> nos foram saqueados. Foi imposta a 'taxa de soberania' portuguesa, bem como as colheitas obrigatórias para a produção agrícola, o trabalho forçado, a exportação de trabalhadores africanos e o controle total da vida individual e coletiva dos africanos, quer por persuasão quer pela violência (Cabral, 1979, p. 17-18).

Embora originalmente o termo africano fosse empregado pelo império para se referir a todos os povos do continente, houve mudanças ao longo do tempo no que o Ocidente acredita ser "africano". Posteriormente, foi feita uma distinção entre a 'África negra' e as pessoas da parte norte do continente, um reflexo de uma crença de longa data de que o Egito Antigo não fazia parte das civilizações da África, uma perspectiva que foi totalmente contrariada pelo trabalho pioneiro de Cheikh Anta Diop, que mostrou que o Império Egípcio foi um dos maiores impérios da África, uma civilização que contribuiu para o surgimento da civilização e da ciência europeias (Anta Diop, 1987). Mas o Império Egípcio, em seu apogeu, se estendeu ao norte até o que hoje é a Síria de um lado, e ao oeste ao que hoje é a Líbia - o que, aliás, tornaria os palestinos africanos.

Hoje, o imperialismo e suas instituições (agências de ajuda, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, ONGs internacionais, bem como a grande mídia) dividem, de forma um tanto arbitrária, o continente em Norte da África e África Subsaariana, buscando criar uma cunha nas histórias emancipatórias dos povos descritos como "árabes" e daqueles que são "negros africanos". "Dividem a África de acordo com as idéias de raça dos brancos, tornando os norte-africanos brancos o suficiente para serem considerados por suas glórias, mas não realmente brancos o suficiente. . . [É] uma maneira de dizer "África Negra" e falar sobre os africanos negros sem soar abertamente racista (Mashanda, 2016)." A maior parte dos países que estão a oeste e ao sul do Saara são arbitrariamente definidos como 'subsaarianos'. É claro que a essencialização problemática envolvida na definição de 'africano' como um conceito ontológico (Brown 2004) não se limita às instituições de desenvolvimento capitalista ou à mídia: ela também se manifesta na crescente escola de afro-pessimismo (Bassil, 2011; Louw e De B'beri, 2011), que tem sido influente nas mobilizações #RhodesMustFall e #FeesMustFall na África do Sul. E também formou a base para o desenvolvimento da política de Negritude (sobre a qual comentarei mais tarde).

Recuperando a humanidade: redefinindo o africano em termos emancipatórios

Se ser considerado africano deveria ser definido como desumanizado, a reivindicação retumbante de todo movimento em oposição à escravidão, toda revolta de escravos, toda oposição à colonização europeia, todo desafio às ins-

tituições da supremacia branca, toda resistência ao racismo constituía uma afirmação de sua identidade como humanos. Onde os europeus consideravam os africanos subumanos, a resposta foi reivindicar a identidade de "africano" como uma definição positiva e libertadora de um povo, um povo que faz parte da humanidade (Manji, 2017a). Como nas lutas dos oprimidos ao longo da história, ocorre uma transição ao longo do tempo em que termos depreciativos usados pelos opressores para "outras" pessoas são eventualmente apropriados pelos oprimidos e transformados em termos de dignidade e afirmações da humanidade. "Uma reconversão das mentes - do conjunto mental - é, portanto, indispensável para a verdadeira integração das pessoas no movimento de libertação", escreveu Cabral. "Essa reconversão - a re-africanização, no nosso caso - pode ocorrer antes da luta, mas só se completa no decorrer da luta, por meio do contato diário com as massas populares na comunhão de sacrifício exigida pela luta" (Cabral, 1973, p. 45).

O avanço mais importante na afirmação da humanidade universalista dos africanos ocorreu em uma ilha do Caribe. A revolução de São Domingos, que começou com a revolta de escravos em 1791, terminou com o estabelecimento do estado independente do Haiti em 1804, a primeira revolução bem-sucedida liderada por escravos africanos (a maioria dos quais foram originalmente escravizados do que hoje são as regiões do norte de Angola e das regiões do sul do Congo). Isso abalou o mundo ocidental por causa de sua natureza verdadeiramente emancipatória. "Poucas transformações na história mundial foram mais importantes, poucas exigiram mais sacrifícios ou prometeram mais esperança" (Hallward, 2004, p. 2). Resultou não apenas na libertação de escravos africanos, como disse Toussaint Louverture: "não é uma liberdade circunstancial dada apenas a nós que exigimos, mas a adoção do princípio absoluto de que qualquer homem nascido vermelho, negro ou o branco não pode ser propriedade de seus semelhantes" (Louverture citado e traduzido por Neocosmos 2016, p. 69).

> Toussaint Louverture, o primeiro líder da rebelião, baseou-se em um compromisso explícito com um humanismo universal para denunciar a escravidão. O colonialismo definia a raça como destino biológico permanente. Os revolucionários no Haiti o definiram politicamente. Mercenários poloneses e alemães que passaram para o lado dos exércitos de escravos receberam cidadania, como súditos negros, em um Haiti livre e independente (Pithouse, 2016).

Ser haitiano se definia, portanto, não pela cor, mas politicamente em função do papel desempenhado na luta pela emancipação. Foi esse mesmo clamor para afirmar que os africanos são humanos que informaram os movimentos de libertação nacional no período pós-Segunda Guerra Mundial e, de fato, infor-

maram a revolução emergente na África do Sul de meados da década de 1980 até 1994. Foram as mobilizações em massa de aqueles que procuram derrubar o jugo opressor do colonialismo que formou a base sobre a qual os movimentos nacionalistas foram lançados no poder. A luta pela independência em África foi informada, na base, pela experiência de lutas contra a opressão e a exploração brutal vivida na vida quotidiana. "Libertação nacional é o fenômeno em que um todo socioeconômico rejeita a negação de seu processo histórico. Por outras palavras, a libertação nacional de um povo é a recuperação da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à história através da destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito" (Cabral, 1966, p. 130).

Nas lutas pela libertação nacional, o termo africano tornou-se intimamente associado ao conceito de liberdade e emancipação. A própria definição de africano passou a ser vista em termos políticos, não raciais ou étnicos. Cabral chegou a fazer uma distinção entre aqueles que definiu como 'o povo' e aqueles que classificou como 'a população', com base em sua postura política contra o colonialismo: a definição de povo depende, ele insistiu, do histórico. momento que a terra está experimentando:

População significa todos, mas as pessoas devem ser vistas à luz de sua própria história. Deve ser claramente definido quem são as pessoas em cada momento da vida de uma população. Hoje, na Guiné e em Cabo Verde, o povo da Guiné ou o povo de Cabo Verde significam para nós aqueles que querem expulsar os colonialistas portugueses das nossas terras. Eles são o povo, o resto não é da nossa terra, mesmo tendo nascido lá. Eles não são o povo de nossa terra; eles são a população, mas não o povo. É isso que define as pessoas hoje. As gentes da nossa terra são todas as pessoas nascidas na terra, na Guiné ou em Cabo Verde, que desejam o que corresponde à necessidade fundamental da história da nossa terra. É o seguinte: acabar com a dominação estrangeira em nossa terra. (Cabral, 1979, p. 89)

Em outras palavras, o povo ou a nação incluem aqueles que lutam consistentemente contra o colonialismo e a dominação do colonialismo - uma definição política.

'O arroz só cozinha dentro do pote': distinto o africano das liberdades emancipatórias

Não podemos, portanto, permitir que qualquer interesse de nosso povo seja restringido ou frustrado por causa de nossa condição de africanos. - Amílcar Cabral, Unidade e Luta.

O que acontece quando o conceito de 'africano' se desvincula da ideia de luta pela emancipação, liberdade ou soberania? O que então resta do significado do termo africano? Como argumentei, o conceito de africano havia sido apropriado da definição original imposta pela Europa como sinônimo de sujeito desumanizado, para ser definido politicamente como representante daqueles que buscavam lutar pela liberdade, emancipação, justiça e dignidade.

Mas o resultado das lutas de libertação nacional nem sempre resultou na conquista da emancipação. A ascensão dos regimes neocoloniais no período pós-independência, muitos dos quais surgiram da derrota ou opressão dos movimentos de massa, gradualmente resultou no fim das lutas pelas liberdades emancipatórias na África e, consequentemente, teve o resultado do desligamento do conceito de africano a partir de um objetivo emancipatório. A culpa pelo que aconteceu após a independência não pode ser inteiramente atribuída ao imperialismo. Como assinala Cabral: "É verdade que o imperialismo é cruel e sem escrúpulos, mas não devemos colocar toda a culpa nas suas costas largas. Pois, como dizem os africanos: "O arroz só cozinha dentro da panela" (Cabral, 1979, p. 116).

Apesar de chegar ao poder na maré dos levantes das massas anticoloniais, uma vez no poder, a liderança nacionalista (composta geralmente por representantes da classe média emergente) viu sua tarefa como a de evitar que "forças centrífugas" competissem pelo poder político ou buscando maior autonomia da "nação" recém-formada. Tendo conquistado a autodeterminação política da autoridade colonial, estava relutante em conceder os mesmos direitos aos seus próprios cidadãos. Os novos controladores da máquina estatal viram seu papel como o "único desenvolvedor" e "único unificador" da sociedade. O estado definiu para si mesmo um papel intervencionista na "modernização" e um papel centralizador e controlador na esfera política (Manji, 1998, p. 15). A ideia de modernização foi reduzida a desenvolver apenas a infraestrutura do capitalismo nas periferias que permitiria uma integração mais eficiente das ex-colônias na economia capitalista mundial. O termo "desenvolvimento" fornecia uma alusão implícita ao progresso de algum tipo e agia como um contrapeso à atração do socialismo que os EUA viam como uma ameaça à sua hegemonia crescente. Enquanto os movimentos pela independência se caracterizavam por ações de massa nas quais o povo se apresentava em seus próprios termos e definia suas ambições e aspirações em seus próprios termos, os nacionalistas presumiam que poderiam representar as massas em termos definidos pelas elites, não pelas pessoas (para discussões sobre políticas de apresentação e representação, veja Neocosmos, 2017).

Nascido de uma luta pela legitimidade do pluralismo contra um estado colonial hegemônico, o pluralismo social começou a ser malvisto. As associações populares que projetaram a liderança nacionalista no poder gradualmente começaram a ser vistas como um obstáculo para o novo deus do "desenvolvimento". Já não havia necessidade, argumentou-se, de participação popular na determinação do futuro. O novo governo traria desenvolvimento para o povo. O novo governo, afirmavam eles, representava a nação e todos os seus integrantes. Agora que a independência política havia sido alcançada, a prioridade era "desenvolvimento" porque, implicitamente, os novos governantes concordaram com o imperialismo em evolução que seu povo era "subdesenvolvido". Melhorias sociais e econômicas viriam, disseram os líderes nacionalistas, com paciência e como resultado de esforços nacionais combinados envolvendo todos. Neste período inicial após a independência, os direitos civis e políticos logo passaram a ser vistos como um "luxo", a ser desfrutado em algum momento não especificado no futuro, quando o "desenvolvimento" tivesse sido alcançado. Por enquanto, disseram muitos presidentes africanos, "nosso povo não está pronto" - ecoando, ironicamente, os argumentos usados pelos ex-governantes coloniais contra os gritos de independência dos nacionalistas alguns anos antes (Manji, 1998, p. 15). O período pós-independência foi uma era de "desenvolvimentismo". Camuflada na retórica da independência, a narrativa prevalecente tratava os problemas enfrentados pela maioria - privação e empobrecimento e sua desumanização associada - não como consequências da dominação colonial e de um sistema imperialista que continuava a extrair superlucros, mas sim como o suposto ' 'condições naturais da África. A solução para a pobreza era vista como técnica, com a provisão de "ajuda" das próprias potências coloniais que se enriqueceram às custas da massa do povo africano que eles sistematicamente desumanizaram para manter seu controle sobre o continente. O desenvolvimentismo foi caracterizado por uma crescente comunhão dos interesses das elites africanas com os das potências imperiais.

Apesar de algumas das deficiências da natureza de muitos dos regimes neocoloniais que surgiram após a independência, é importante reconhecer aqui que em um período muito curto de tempo, essencialmente de meados da década de 1950 ao início da década de 1990, houve realizações sociais notáveis. Este foi o caso em todo o mundo descolonizado. Os ganhos obtidos no período pós-independência internacionalmente foram bem documentados por Surendra Patel (1995) para um relatório da ONU / WIDER. Ele registrou as conquistas do Terceiro Mundo em sustentar um crescimento médio anual de mais de 5% ao longo de um período de 40 anos de 1950 a 1990 por uma população

10 vezes maior do que a do mundo desenvolvido. A transformação econômica significativa incluiu aumento da urbanização e diminuição da participação da agricultura no PIB, aumento da industrialização e participação da indústria nas exportações, aumento nas taxas de poupança e investimento e uma expansão sem precedentes da formação de capital, incluindo saúde e educação, tanto pública quanto privada:

Embora o hiato de desenvolvimento em termos de PIB per capita fosse grande e continuasse a aumentar, o hiato social foi significativamente reduzido: a expectativa de vida aumentou de cerca de 35 para 60–70 anos; as taxas de mortalidade infantil diminuíram de cerca de 250 para 70 por mil; as taxas de alfabetização aumentaram para 50% na África e 80% na América Latina; e embora houvesse 10 vezes mais alunos matriculados no ensino superior no Norte do que no Sul no início do pós-guerra, 40 anos depois os números eram aproximadamente iguais.

Apesar de tais conquistas, foram poucos os exemplos de transformações fundamentais do sistema econômico de produção ou da relação com o imperialismo (exceto que os EUA se tornaram cada vez mais dominantes nos campos econômico, político, militar e cultural). O antigo estado colonial, que foi estabelecido, juntamente com suas forças armadas, militares e policiais, para servir aos interesses do colonialismo e do capital internacional, na maioria dos casos não foi transformado, mas sim ocupado pelas novas elites emergentes. Em casos excepcionais, como em Burkina Faso, onde foram feitas tentativas de transformar a máquina do estado colonial por dentro, assassinatos e golpes foram usados para garantir a continuidade de um estado que protegia os interesses do capital. Na verdade, as armas repressivas do estado permaneceram praticamente inalteradas. Os combatentes da liberdade dos movimentos de libertação foram, senão totalmente marginalizados no período pós-independência, incorporados, integrados e colocados sob o comando das estruturas militares coloniais existentes.

Foi contra esta tendência que Cabral se opôs com firmeza. Ele não pensava que os movimentos independentistas pudessem assumir o aparelho do estado colonial e utilizá-lo para os seus próprios fins. Não era a cor do administrador que estava em causa, argumentou ele, mas o fato de haver um administrador (Cabral, 1973, p. 83).

> Não aceitamos nenhuma instituição dos colonialistas portugueses. Não estamos interessados na preservação de nenhuma das estruturas do Estado colonial. É nossa opinião que é necessário destruir totalmente, quebrar, reduzir a cinzas todos os aspectos do estado colonial no nosso país, a fim de tornar tudo possível para o nosso povo (Cabral, 1973, p. 83).

Cabral (1970, p. 80) argumenta ainda: "Estamos lutando para que os insultos deixem de dominar os nossos países, martirizados e desprezados durante séculos, para que os nossos povos nunca mais possam ser explorados pelos imperialistas, e não apenas pelos povos de pele branca, porque não confundimos exploração ou exploradores com a cor das peles dos homens; não queremos qualquer exploração nos nossos países, nem mesmo pelos povos negros".

Argumenta que o fracasso dos movimentos de libertação nacional em África foi a sua rejeição da teoria e da ideologia: "A deficiência ideológica, para não dizer a total ausência de ideologia, por parte dos movimentos de libertação nacional - que se explica basicamente pela ignorância da realidade histórica que estes movimentos aspiram a transformar - constitui uma das maiores fraquezas, se não a maior fraqueza, da nossa luta contra o imperialismo" (Cabral, 1979, p. 122).

Para Cabral, a teoria é uma arma essencial na luta contra o imperialismo e para a emancipação da humanidade. É verdade que uma revolução pode falhar", argumentou ele, "embora seja alimentada por teorias perfeitamente concebidas, [mas] ainda ninguém praticou com sucesso a revolução sem uma teoria revolucionária" (Cabral, 1966).

Como tenho argumentado noutros lugares (Manji, 2017b), as liberdades emancipatórias exigem e expressam o poder coletivo dos povos para determinar o seu próprio destino. São uma expressão do que Lewis Gordon (2008, p. 51) caracteriza como uma aspiração histórica, uma aspiração que continua a existir e transcende os constrangimentos que poderiam ter sido espremidos em qualquer período histórico. A liberdade emancipatória implica, portanto, uma afirmação de dignidade, de auto-estima, um compromisso com um projeto que transcende frequentemente até a ameaça ou possibilidade de morte, uma proclamação e afirmação de, e uma insistência em fazer parte da humanidade. Por definição, as liberdades emancipatórias exigem uma concepção do "longo arco da história", uma capacidade de pensar e agir em termos de épocas históricas. Mas essa mesma compreensão da necessidade de continuar a luta pelas liberdades emancipatórias perdeu-se gradualmente na crescente hegemonia da ideia de "desenvolvimento", "modernização" e "globalização".

Enquanto que os movimentos de massas pela libertação foram informados pela necessidade de liberdades emancipatórias, os Estados neocoloniais que emergiram substituíram a luta pela emancipação por aspirações apenas a liberdades concessionárias, ou seja, liberdades cujos parâmetros são estabelecidos por constrangimentos impostos por outros que não aqueles que procuram a sua própria liberdade. Os que procuram liberdades concessionárias aceitam a auto-

ridade daqueles que fixam os seus limites. O foco dos governos recém-independentes foi a procura de concessões do imperialismo e das suas instituições. No período inicial, havia concessões que permitiam algum grau de "modernização" que melhoraria a capacidade do capital para extrair lucros das antigas colônias, permitindo ao mesmo tempo algum grau de melhoria social para a população, tais como cuidados de saúde, educação e acesso à água.

A despolitização da identidade

Uma vez que as lutas pela independência se desvincularam das lutas históricas emancipatórias pela recuperação da humanidade que foram encarnadas nos movimentos de libertação africanos, então tudo o que restava no significado de ser "africano" era uma identidade taxonômica e uma definição aparentemente apolítica de um povo. A desvinculação do conceito de africano de sua conexão com a busca da liberdade resulta, de fato, em uma despolitização que torna as pessoas meramente objetos e não determinantes da história. O conceito torna-se associado à desvinculação dos africanos como seres humanos que, sendo humanos, procuram constantemente se emancipar, tornando-se, na melhor das hipóteses, meros "cidadãos" dos países africanos, na pior das hipóteses, os "beneficiários" do desenvolvimento.

O significado de ser “negro” não tem sido imune a um fenômeno semelhante. W.E.B. Du Bois, C.L.R. James, Angela Davis, o Movimento do Poder Negro, Malcolm X e até mesmo Martin Luther King Jnr, todos conectaram a identidade de ser negro como uma identidade libertadora intimamente ligada à busca de liberdades emancipatórias. Com a derrota do movimento de libertação negra nos EUA (e na verdade também na Europa), após a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, veio o esvaziamento da identidade política em uma forma de taxonomia - afro-americana, negra, marrom, asiática, latina, nos EUA; e asiática, africana, caribenha, indiana, etc. A recente ascensão do movimento Black Lives Matter talvez tenha começado a mudar a identidade do negro de volta para uma associação com a liberdade como uma identidade política, não uma identidade "racial".

Na grande mídia atual e, infelizmente, mesmo entre setores da esquerda, não é raro ouvir pessoas escreverem sobre diferentes "raças" na África. O conceito tem sido amplamente utilizado como base para explicar, por exemplo, o conflito de Darfur, onde, segundo nos dizem, "árabes" têm aterrorizado "negros africanos". Ao fazer isso, eles perpetuam a mitologia colonial da

existência de "raças" entre os seres humanos, que tem suas origens na Europa, e ironicamente adotam a falsa categorização racial dos povos do Sudão desenvolvida pelos britânicos (Mamdani, 2009). Não existe, de fato, nenhuma base biológica para alegações de existência de raça em seres humanos. Para a espécie humana, raça é uma categoria social, não biológica (Lewontin, Rose e Kamin, 1984).

"E é bem verdade que a maior responsabilidade por esta racialização do pensamento, ou pelo menos pela forma como ela é aplicada, cabe aos europeus que nunca deixaram de colocar a cultura branca em oposição às outras não-culturas" (Fanon, 1961, p. 151). No entanto, é surpreendente que mesmo entre os intelectuais sul-africanos pós- apartheid pareça haver um ressurgimento da ideia de raça, especialmente irônico, dado o quão claramente o conceito de raça era uma construção política sob o apartheid. A categorização oficial das pessoas segundo a raça, como estabelecida pelo apartheid, dificilmente mudou. Raça é um termo que precisa ser evitado. Ela contorna ou mascara a questão real - o racismo - que é um instrumento do capitalismo e da supremacia branca. E as *lutas contra o racismo* reafirmam um significado de ser negro ou africano como algo ligado a um objetivo emancipatório, uma recuperação, se não uma invenção, da humanidade.

Se o ser humano (ou, aliás, o ser africano) é desprovido ou esvaziado de uma associação com a aspiração de liberdade, então, na verdade, a identidade resultante como taxonomia continua sendo uma forma de desumanização, não há melhor identidade do que aquela perpetuada pela supremacia branca na divisão da humanidade em assim chamadas raças, uma construção social sem base biológica. Como diz Táíw (2013, p. 299):

> Por pior que seja esta negação racista de nossa humanidade, é pior que, ao negá-la, tenhamos, no essencial, adotado seu ponto de partida duvidoso e o tenhamos feito nosso. Ou seja, muitos estudiosos africanos abraçaram a metafísica da diferença, e ela agora informa uma grande parte da bolsa de estudos tanto de estudiosos africanos quanto de estudiosos afro-africanos. Há um alto grau de essencialização que caracteriza a discussão dos fenômenos africanos desde os critérios do que é ser africano - em suas muitas formas e manifestações - até como se deve conduzir a si mesmo, suas relações sociais, ou com quem se pode ter relações e em que profundidade. Da reação à devastação da negação da diferença - denominada negação de nossa humanidade - tornamo-nos apóstolos sinceros da metafísica da diferença e guardiões censuradores contra seus transgressores. Em nossa seriedade para afirmar a diferença africana, esquecemos ou escolhemos ignorar a proveniência racista desta falsa métrica ahistórica.

A afirmação de Cabral no trecho citado anteriormente de que o interesse de seu povo poderia ser potencialmente restringido ou frustrado por causa de "nossa condição de africanos" é verdadeira, tenho argumentado, desde que essa identidade permaneça desvinculada de aspirações de liberdades emancipatórias. O conceito taxonômico de "africano" torna a definição essencialmente racial, impedindo que as pessoas tenham uma semelhança com a humanidade ou uma capacidade de determinar seu próprio futuro.

A ideologia da Negritude que surgiu nas décadas de 1930 e 1940 em Paris foi a de se associar aos escritos de Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire. Sua filosofia baseava-se na essencialização da África e dos africanos, afirmando que os africanos têm uma qualidade central que é inerente, eterna e inalterável, e que é distinta do resto da humanidade.

Entretanto, como aponta Michael Neocosmos (2016, p. 530), se a África "historicamente foi uma criação do espaço sagrado do liberalismo que reivindicava o monopólio da história, da cultura e da civilização, então, como uma forma de resistir, os africanos tenderam compreensivelmente a enfatizar e idealizar sua própria identidade, história, cultura e civilização distintas". E, como diz Fanon (1989, p. 47):

> É o homem branco que cria o negro". Mas é o negro que cria a negritude". Além disso, 'o colonialismo não achou que valesse a pena negar uma cultura nacional após a outra. Conseqüentemente, a resposta do colonizado foi imediatamente continental no âmbito. Após a afirmação incondicional da cultura européia, veio a afirmação incondicional da cultura africana (Fanon, 1961, p. 151).

Enquanto as idéias da Negritude tiveram impactos positivos na forma como os colonizados se viam a si mesmos, e ajudaram a inspirar o florescimento da poesia, da arte e da literatura e da pesquisa sobre as civilizações pré-coloniais na África - como o trabalho excepcional de Anta Diop - também contribuíram para despolitizar o significado do africano e da cultura que outrora estava poderosamente associada à liberdade.

Isto resultou em escapar da idéia da universalidade humana, impedindo o "retorno dos povos africanos à história através da destruição do domínio imperialista ao qual estavam sujeitos" (Cabral, 1966).

Despolitizar a natureza da identidade africana através de uma agenda emancipatória fez com que o que constituía ser africano recorresse cada vez mais a tropas coloniais de tribo. Aqueles considerados pelas potências coloniais como "indígenas" da colônia eram descritos como tribais e prestados sob o comando da "autoridade nativa" dos chefes apoiados pelo Estado, um

status que era em muitos casos uma continuidade dos métodos coloniais de governo, enquanto aqueles considerados não-indígenas eram considerados raças (Mamdani, 1996), pessoas cuja legitimidade como cidadãos era frequentemente contestada. E ao considerar as tribos como identidades culturais, não políticas, houve uma transição quase inevitável para essencializar a ideia da tribo, atribuindo a cada uma delas sua suposta característica única. A nação, forjada no caldeirão da luta de libertação, perdeu seu significado e tornou-se definida como um conjunto de tribos, cuja definição em muitos casos foi forjada ou adaptada pelo colonialismo. E aqueles que ainda mantinham as noções "antiquadas" de libertação, emancipação e liberdade, foram denunciados como causadores de problemas, contrariando os interesses nacionais e, mais recentemente, simplesmente como "terroristas". Como diz Robert Sweeny (2009, p. 36), "A história etnicamente determinada é quase sempre a história racializada", baseada em certas características que são consideradas como parte do caráter essencial da chamada tribo. Ele continua, "... o essencialismo sempre desumaniza, porque nega que as pessoas estejam fazendo escolhas". Tais tendências se aceleraram na década de 1980 com o estabelecimento da hegemonia do neoliberalismo.

A era neoliberal

Nos anos 80, com o surgimento das políticas de ajuste estrutural, a agenda passou a ser a de criar privatizações extremas destinadas a abrir novos caminhos para a expansão do capital. O Estado foi declarado "ineficiente" (apesar de suas consideráveis realizações no curto período desde a independência), e os serviços públicos foram primeiramente reduzidos antes de serem vendidos aos oligopólios por preços ínfimos. O Estado foi proibido de investir em infra-estrutura social, de subsidiar a produção agrícola, com proibições de investimento de capital em saúde, educação, transporte e telecomunicações, até que finalmente os bens públicos fossem tomados pelo setor "privado" (leia-se oligopólio). As barreiras tarifárias aos bens dos países capitalistas avançados foram removidas, o acesso aos recursos naturais foi aberto para a pilhagem, os regimes fiscais foram flexibilizados e foram estabelecidas "zonas de processamento de exportação" para permitir a exploração bruta da mão-de-obra sem qualquer regulamentação do Estado ou dos sindicatos. Com o tempo, a privatização foi estendida à agricultura, à terra e à produção de alimentos. A repressão foi cada vez mais utilizada contra qualquer oposição ao efeito dessas políticas. Os governos se tornaram cada vez mais responsáveis perante as corporações transnacionais, as institui-

ções financeiras internacionais e as chamadas agências de ajuda que estabeleceram os parâmetros para todas as políticas sociais e econômicas.

Enquanto no período colonial foram os missionários que desempenharam um papel central na despolitização dos processos que levaram ao empobrecimento de milhões, hoje um papel semelhante é desempenhado pelas ONGs de desenvolvimento (Manji, 1998; Manji e O'Coill, 2002), bem como pelas organizações de direitos humanos (Mutua 2001). Enquanto no período colonial, os africanos foram lançados como primitivos e necessitados de civilização, no período pós-colonial os africanos são definidos como "subdesenvolvidos". Hoje, o povo africano é considerado caótico não ordenado, tradicional não moderno, tribal não democrático, corrupto não honesto, subdesenvolvido não desenvolvido, irracional não racional, faltando em todas essas coisas que o Ocidente se presume ser. Os brancos ocidentais ainda hoje são representados como os portadores da "civilização", os corretores e árbitros do desenvolvimento, enquanto os negros, pós-coloniais "outros" ainda são vistos como não civilizados e não iluminados, destinados a serem objetos exclusivos do desenvolvimento (Manji e O'Coill, 2002). Como conseqüência, uma vasta indústria de 'desenvolvimento' evoluiu para satisfazer o complexo do salvador branco, um complexo que precisa de vítimas para sobreviver e se propagar. E o processo de outras pessoas para apresentá-las como vítimas - ou seja, um processo de vitimização - foi um processo que continuou, embora sob novas formas, o processo de desumanização dos africanos, tornando-os aparentemente incapazes de agenciar (Manji, 2015).

A Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), desenvolvida e promovida pelo Presidente Thabo Mbeki, foi uma resposta a esta caracterização, procurando afirmar, com base em uma proclamada "Renascença Africana", que o continente poderia se desenvolver economicamente. Mas, em essência, o conjunto de políticas pouco mais era do que uma implementação autogerida da liberalização, permanecendo essencialmente nos domínios das liberdades concessionárias.

É verdade que no início da segunda década do século XXI, o fenômeno da "Ascensão da África" deveria se tornar o novo slogan para o desenvolvimento da África. Como o *Economist* (3 de dezembro de 2011) o colocou em um editorial descrevendo a África como o continente esperançoso e com a manchete "África em ascensão": "Após décadas de lento crescimento, a África tem uma chance real de seguir as pegadas da Ásia". Para o Economista, no entanto, isso significava: "A África ainda precisa de reformas profundas. Os governos deveriam facilitar a criação de empresas e cortar alguns impostos e cobrar honestamente os que impõem. A terra precisa ser retirada da propriedade comunitária e

o título deve ser entregue a agricultores individuais para que eles possam obter crédito e se expandir. E, acima de tudo, os políticos precisam manter o nariz fora da tina e deixar o poder quando seus eleitores lhes disserem".

Mas apesar da propaganda, havia poucas provas reais de que a África estava de fato entrando em um novo período que beneficiaria seus cidadãos. Como argumentei em outro lugar (Manji, 2014), a alegação de que a África em ascensão se baseava em alegações de taxas de crescimento do PIB de cinco a seis por cento. Mas muito disso se deve ao aumento dos preços das commodities primárias, especialmente nas indústrias extrativas. O petróleo, por exemplo, subiu de US$20 por barril em 1999 para US$145 em 2008. Embora o preço tenha caído desde então, continua muito acima dos níveis prevalecentes nos anos 90. Houve aumentos significativos nos preços de outros minerais e grãos. A África é um dos continentes mais ricos: possui 10% das reservas mundiais de petróleo, 40% de seu ouro e 80% a 90% de seu cromo e platina. A extração de recursos naturais e as despesas estatais associadas representam mais de 30% do crescimento do PIB da África desde 2000. Os principais contribuintes para o crescimento do PIB têm sido um pequeno número de exportadores de petróleo e gás (Argélia, Angola, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Líbia [pelo menos, antes da invasão da OTAN] e Nigéria), que tiveram o maior PIB do continente, mas são também as economias menos diversificadas. Não é surpreendente que, segundo um relatório McKinsey, "o fluxo anual de investimento estrangeiro direto na África aumentou de US$ 9 bilhões em 2000 para US$ 62 bilhões em 2008 - em relação ao PIB, quase tão grande quanto o fluxo para a China", a maior parte dele para as indústrias extrativas (Leke et al., 2010). Como diz Carlos Lopes (2013), então secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África: "O lucro líquido médio das 40 maiores empresas de mineração cresceu 156% em 2010, enquanto a participação dos governos cresceu apenas 60%, a maior parte do qual foi contabilizada pela Austrália e pelo Canadá". Ele ressalta que o lucro obtido pelo mesmo conjunto de empresas de mineração em 2010 foi de US$ 110 bilhões, o equivalente às exportações de mercadorias de todos os países africanos menos desenvolvidos no mesmo ano.

Assim, enquanto a exploração da África estava aparentemente aumentando, ela estava aumentando principalmente para as corporações transnacionais extrativistas. Na realidade, o aumento mais significativo foi o desemprego crescente ou o nunca-emprego, os sem-terra, as despossessões, a destruição ambiental e as crescentes contribuições para a mudança climática.

No entanto, é importante ter em mente também:

> A realidade é que a África está sendo drenada de recursos pelo resto do mundo. Ela está perdendo muito mais a cada ano do que está recebendo. Enquanto US$ 134 bilhões fluem para o continente a cada ano, predominantemente na forma de empréstimos, investimento estrangeiro e ajuda; US$ 192 bilhões são retirados, principalmente em lucros feitos por empresas estrangeiras, evasão fiscal e custos de adaptação às mudanças climáticas. O resultado é que a África sofre um prejuízo líquido de 58 bilhões de dólares por ano. Como tal, a idéia de que estamos ajudando a África é falsa; é a África que está ajudando o resto do mundo (Health Poverty Action et al., 2014, p. 5).

As supostas taxas de crescimento também foram contestadas como "duvidosas" por Roger Southall e Henning Melber (2009), que argumentam que existem paralelos a serem traçados entre a luta do século XIX pela África e a atual pilhagem dos recursos do continente por corporações transnacionais. Embora haja dúvidas sobre até que ponto a África em ascensão constituiu um reflexo de desenvolvimentos econômicos reais, as décadas iniciais do século XXI representaram um aumento de protestos, revoltas e a abertura de uma nova fase na história da revolução africana. Na Tunísia e no Egito, milhões de pessoas se levantaram para redefinir o que significava ser tunisiano ou egípcio como um povo em busca de sua própria emancipação. Seguiram-se protestos, greves e outras ações no Saara Ocidental, Zimbábue, Senegal, Gabão, Sudão, Mauritânia, Marrocos, Madagascar, Moçambique, Argélia, Benin, Camarões, Djibuti, Costa do Marfim, Botsuana, Namíbia, Quênia, Suazilândia, África do Sul e Uganda (Manji e Ekine 2012). Em Burkina Fasso, a revolta levou à remoção de Blaise Campaoré, o assassino do líder revolucionário Thomas Sankara, enquanto no Senegal, as tentativas de mudar a constituição para permitir que Abdoulaye Wade estabelecesse sua dinastia foram impedidas através de mobilizações em massa. Cada uma dessas revoltas e protestos tem sido um desafio ao neoliberalismo no qual os governos se tornaram mais responsáveis perante as corporações transnacionais, bancos e instituições financeiras do que perante os cidadãos que os elegeram.

Em direção à um humanismo universal

A afirmação de Cabral (1979, p. 80) de que "devemos colocar os interesses de nosso povo mais alto, no contexto dos interesses da humanidade em geral, e então podemos colocá-los no contexto dos interesses da África em geral" nos lembra que as lutas para nos reinventarmos como humanos são relevantes não apenas para aqueles no local em que tais processos acontecem. Elas são

de importância universal e têm valor para as lutas para reivindicar e expressar a humanidade em todos os lugares. Sua afirmação é também um desafio ao eurocentrismo dos muitos que assumem que somente a experiência ocidental e suas revoluções associadas na França e na América são de importância universal. O silêncio sobre a importância da revolução de San Domingue em grande parte da literatura de esquerda é vergonhoso. É um fracasso em reconhecer que as experiências e lutas dos povos africanos para afirmar e inventar sua humanidade pertencem a toda a humanidade.

Aqueles que, durante séculos, experimentaram a desumanização inevitável e constante luta para recuperar sua humanidade, para afirmar que são seres humanos. O processo de recuperação não é, no entanto, um recuo para um suposto passado glorioso quando todos eram humanos, mas sim um processo presente e contínuo de invenção constante, reinvenção constante e redefinição do que significa ser humano.

Por exemplo, aqueles que sofreram durante milênios com os processos de desumanização associados ao patriarcado têm uma experiência que ajuda a definir o que significa realmente ser humano: os ganhos dos movimentos de mulheres e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros nos últimos anos proporcionaram vislumbres do ser potencial que os humanos poderiam se tornar, contrariando as construções estreitas, focadas na tradição e muitas vezes violentas que o patriarcado retrata. Na perpetuação do patriarcado, os próprios homens se tornaram desumanizados, incapazes de mapear o que é ser humano, e é somente através das lutas emancipatórias daqueles oprimidos e explorados pelo patriarcado que se pode encontrar a possibilidade e o potencial do que significa ser humano.

A afirmação de Cabral (1979, p. 80) de que "devemos colocar os interesses de nosso povo mais alto, no contexto dos interesses da humanidade em geral, e então podemos colocá-los no contexto dos interesses da África em geral" nos lembra que as lutas para nos reinventarmos como humanos são relevantes não apenas para aqueles no local em que tais processos acontecem. Elas são de importância universal e têm valor para as lutas para reivindicar e expressar a humanidade em todos os lugares. Sua afirmação é também um desafio ao eurocentrismo dos muitos que assumem que somente a experiência ocidental e suas revoluções associadas na França e na América são de importância universal. O silêncio sobre a importância da revolução de San Domingue em grande parte da literatura de esquerda é vergonhoso. É um fracasso em reconhecer que as experiências e lutas dos povos africanos para afirmar e inventar sua humanidade pertencem a toda a humanidade.

Aqueles que, durante séculos, experimentaram a desumanização inevitável e constante luta para recuperar sua humanidade, para afirmar que são seres humanos. O processo de recuperação não é, no entanto, um recuo para um suposto passado glorioso quando todos eram humanos, mas sim um processo presente e contínuo de invenção constante, reinvenção constante e redefinição do que significa ser humano.

Por exemplo, aqueles que sofreram durante milênios com os processos de desumanização associados ao patriarcado têm uma experiência que ajuda a definir o que significa realmente ser humano: os ganhos dos movimentos de mulheres e lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros nos últimos anos proporcionaram vislumbres do ser potencial que os humanos poderiam se tornar, contrariando as construções estreitas, focadas na tradição e muitas vezes violentas que o patriarcado retrata. Na perpetuação do patriarcado, os próprios homens se tornaram desumanizados, incapazes de mapear o que é ser humano, e é somente através das lutas emancipatórias daqueles oprimidos e explorados pelo patriarcado que se pode encontrar a possibilidade e o potencial do que significa ser humano.

Conclusões

A condição de ser "africano" foi uma criação do europeu, sinônimo de não-humano ou de ser humano menor, que justificava a escravidão, o colonialismo e a exploração. A terminologia específica evoluiu posteriormente para considerar o africano como "incivilizado" sob o colonialismo, e depois "subdesenvolvido" no período pós- independência. As lutas contra a escravidão, a exploração e a libertação nacional representaram a reafirmação pelos africanos de sua humanidade, e como seres humanos, como criadores da história, como contribuintes para a história da emancipação humana. Quando o termo "africano" se torna desprovido ou desarticulado de qualquer conexão com a luta pela emancipação e liberdade, como fez após a independência, torna-se indistinguível da taxonomia da raça e da política de identidade criada pelo europeu que identifica "África", ao invés de sua exploração contínua de seu povo e recursos, como o "problema". Enquanto as experiências resultantes das lutas emancipatórias forem percebidas como meramente "africanas", não é possível compreender sua contribuição para a humanidade universal. Isso só é possível se as políticas das experiências africanas forem transcendidas e consideradas como parte da condição humana que "pertence ao mundo inteiro".

Referências

ACHEBE, C. **The Education of a British Protected Child**: Essays (Kindle edition). London: Allan Lane, 2010.

ADI, H. Africa before slavery. Anta Diop, C. 1978. **The Cultural Unity of Negro Africa** (English edition). Paris: Présence Africaine, 2008. Accessed 20 May 2018, http://www.africanholocaust.net/news_ah/africa%20before%20slavery.htm.

ANTA DIOP, C. **Precolonial Black Africa**: A Comparative Study of the Political and Social Systems of Europe and Black Africa, from Antiquity to the Formation of Modern States. Translated by Harold J. Salemson. Westport, CT: Lawrence Hill, 1987.

BASSIL, N.R. The roots of Afropessimism: The British invention of the "Dark Continent, **Critical Arts**, 25: 377–396, 2011,

BROWN, L.M. Understanding and ontology in traditional African thought. In African Philosophy: New and Traditional Perspectives, edited by L. M. Brown. Oxford: Oxford University Press, pp. 158–178, 2004,

CABRAL, A. **The weapon of theory**. Address delivered to the first Tricontinental Conference of the Peoples of Asia, Africa and Latin America, Havana, January, 1966

CABRAL, A. **Selected Texts by Amilcar Cabral**: Revolution in Guinea: The African People's Struggle. London: Stage 1, 1969.

CABRAL, A. **Revolution in Guinea**. Monthly Review Press, 1970.

CABRAL, A. **Return to the Source**: Selected Speeches of Amilcar Cabral. New York: Monthly Review Press, 1973.

CABRAL, A. **Unity and Struggle**: Speeches and Writings. Translated by M. Wolfers. New York: Monthly Review Press, 1979.

DU BOIS, W.E.B. **Black Reconstruction in America 1860–1880**. New York: Atheneum, 1962.

DUNBAR-ORTIZ, R. **An Indigenous Peoples' History of the United States**: Revisioning American History. Boston: Beacon Press, 2015.

FANON, F. **The Wretched of the Earth**. Translation by R. Philcox. New York: Grove Press, 1961.

FANON, F. **Studies in a Dying Colonialism**. London: Earthscan, 1989.

GAUTHIER, F. **Triomphe et mort du droit naturel en Révolution**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

GORDON, L. **An Introduction to Africana Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HALLWARD, P. Haitian inspiration: On the bicentenary of Haiti's independence, **Radical Philosophy**, 123: pp. 2–7, 2004.

Health Poverty Action, Jubilee Debt Campaign, World Development Movement, African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD), Friends of the Earth Africa, Tax Justice Network, People's Health Movement Kenya, Zimbabwe and UK, War on Want, Community Working Group on Health Zimbabwe, Medact, Healthworkers4All Coalition, groundWork, Friends of the Earth South Africa, JA! Justica Ambiental/Friends of the Earth Mozambique. 2014. 'Honest accounts? The true story of Africa's billion dollar losses'. Accessed 20 May 2018, https://www.francophonie.org/IMG/pdf/honest- accounts_final-version.pdf.

JAMES, C.L.R. **The Black Jacobins**: Toussaint Louverture and the San Domingo Revolution. New York: Random House, 1963.

LEKE, A., LUND, S., ROXBURGH, C. and VAN WAMELEN, A. What's driving Africa's growth?, 2010. Accessed 20 May 2018, https://www.mckinsey.com/featured- insights/ middle-east-and-africa/whats-driving-africas-growth.

LEWONTIN, R.C., ROSE S. and KAMIN, L.J. **Not in Our Genes**. New York: Pantheon Books, 1984.

LOPES, C. Africa must benefit from its mineral resources, 2013. Accessed 2 July 2017, http://www.uneca.org/es-blog/africa-must-benefit-its-mineral-resources.

LOSURDO, D. **Liberalism**: A Counter-History. Translated by Gregory Elliot. London: Verso, 2014.

LOUW, P.E. and DE B'BERI, B.E. (eds). Special issue: The Afropessimism phenomenon, **Critical Arts**, 5 (3), pp. 335–466, 2011.

MAMDANI, M. Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MAMDANI, M. **Saviors and Survivors**: Darfur, Politics, and the War on Terror. New York: Pantheon Books, 1998.

MANJI, F. The depoliticisation of poverty. In: **Development in Practice**: Development and Rights, edited by D. Eade. Oxford: Oxfam, pp. 12–33, 1998.

MANJI, F. Rising dispossessions, rising impoverishment and rising discontent', **Amandla**, 37/8 (December): pp. 28–29, 2014.

MANJI, F. Solidarity not saviours, **New African**, January: pp. 14–15, 2015.

MANJI, F. Culture, power and resistance: Reflections on the ideas of Amilcar Cabral. **State of Power 2017**. 2017a. Accessed 20 May 2018, http://longreads.tni.org/ state-of- power/ culture-power-and-resistance/.

MANJI, F. Can NGOs play an emancipatory role in contemporary Africa? In: **NGOs and Social Justice in South Africa and Beyond**, edited by S. Matthews. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, pp. 19–31, 2017b.

MANJI, F. and EKINE, S. (eds). **African Awakening**: The Emerging Revolutions. Oxford: Pambazuka Press, 2012.

MANJI, F. and FLETCHER, B. Jnr. (eds). **Claim No Easy Victories**: The Legacy of Amil-

car Cabral. Dakar: CODESRIA and Daraja Press, 2013.

MANJI, F. and O'COILL, C. The missionary position: NGOs and development in Africa, **International Affairs**, 78 (3), pp. 567–583, 2002.

MASHANDA, T.C. Rethinking the term "Sub-Saharan Africa". Accessed 16 January 2017, 2016. https://www.africanexponent.com/blogs/realistechoes/rethinking-the- term-sub--saharan-africa-36.

MAZRUI, A.A. The re-invention of Africa: Edward Said, V.Y. Mudimbe, and beyond, **Research in African Literatures**, 36 (3), pp. 68–82, 2005.

MUDIMBE, V.Y. **The Idea of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

MUTUA, M. Savages, victims, and saviours: The metaphor of human rights, **Harvard International Law Journal**, 41 (1), pp. 201–245, 2001.

NEOCOSMOS, M. **Thinking Freedom in Africa**. Johannesburg: Wits University Press, 2016.

NEOCOSMOS, M. Navigating the pitfalls of state democracy: Thinking NGOs from an emancipatory perspective. In: **NGOs and Social Justice in South Africa and Beyond**, edited by S. Matthews. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, pp. 32–53, 2017.

PARRIS, L.T. **Being Apart**: Theoretical and Existential Resistance in Africana Literature. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 2015.

PATEL, S. **Technological Transformation in the Third World**: Volume 5: The Historic Process. Brookfield, WI: Avebury Ashgate, 1995.

PITHOUSE, R. Being human after 1492, **The C*on***, 16 November. Accessed 16 January 2017, 2016. http://www.theconmag.co.za/2016/11/16/being-human-after-1492/.

ROBINSON, C.J. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition. London: Zed Books, 1983.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SOUTHALL, R. and MELBER, H. **A New Scramble for Africa?** Imperialism, Investment and Development. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2009.

SWEENY, R.C.H. **Why Did We Choose to Industrialise**: Montreal, 1819–1849. Montreal: Montréal l'avenir du passé, 2009.

TÁÍW, O. Cabral, culture, progress and the metaphysics of difference. In: **Claim No Easy Victories**: The Legacy of Amilcar Cabral, edited by F. Manji and B. Fletcher Jnr. Dakar: CODESRIA and Daraja Press, pp. 297–305, 2013.

WA THIONG'O, N. **Decolonising the Mind:** The Politics of Language in African Literature. London: James Curry, 1986.

WILLIAMS, E. **Capitalism and Slavery.** New York: Capricorn Books, 1966.

ALGUNS DESAFIOS DA ESQUERDA POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA NO BIÊNIO 2021 e 2022

Valter Pomar

Agradeço aos organizadores da coletânea "Lutas e Movimentos Sociais no Tempo Presente" a oportunidade de "pensar em voz alta" sobre alguns dos dilemas e desafios da esquerda política e social brasileira, às vésperas do bicentenário da independência do Brasil e do centenário do memorável ano de 1922. Para tal, me basearei quase que inteiramente na transcrição atualizada das opiniões expostas no artigo "As implicações estratégicas do giro à direita no Brasil", publicado em 2019 pela revista *MarxVentuno*[1].

Comecemos pela independência: diferente das 13 Colônias e das colônias espanholas, a independência brasileira teve mais de arranjo do que de ruptura. Não tivemos república, mas monarquia, com a coroa trocando de fronte, mas não de família. A escravidão não apenas prosseguiu: aprofundou-se. E de subordinados ao Império português, passamos à subordinação direta à Inglaterra. A escravidão e a monarquia caíram juntas, mas os latifundiários seguiram controlando a sociedade brasileira[2], controle que só foi afrouxado quando o mundo lá fora entrou em convulsão. A Grande Guerra, a Revolução Russa e a crise de 1929 empurraram um pedaço da classe dominante pelo caminho da industrialização, caminho que foi endossado pelas necessidades dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra[3].

Mas depois da Guerra, tais necessidades mudaram. Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribenha, os Estados Unidos enfrentaram a todos e a tudo que pudesse parecer um ponto de apoio para a penetração da influência soviética, mesmo que fosse apenas a defesa da soberania nacional, do

1 POMAR, Valter. Le implicazione strategiche della svolta a destra in Brasile. *MarxVentuno*, v. 1-2, p. 23- 56, 2019.

2 POMAR, Wladimir. *Os latifundiários*. São Paulo: Editora Página 13, 2009.

3 LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930/ Flávio Limoncic. – Rio de Janeiro: mimeo, 2000.

bem estar social, das liberdades democráticas e do desenvolvimento. A Guerra Fria só cessou em 25 de dezembro de 1991, quando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deixou de existir[4]. Isto elevou os Estados Unidos, ao menos temporariamente, ao status de potência unilateral. Em quase toda a região, Brasil incluído, havia governos amigos dos EUA e que aceitavam total ou parcialmente os ditames do chamado Consenso de Washington.

Esta situação começou a mudar a partir de 1998: primeiro na Venezuela, depois no Brasil, depois na Argentina, depois em diversos outros países da região foram eleitos presidentes críticos aos EUA e ao Consenso de Washington. Os Estados Unidos enfrentaram vários desses governos, em alguns casos (como a Venezuela) emprestando seu apoio para operações golpistas ao velho estilo. Mas pouco a pouco foi se consolidando a impressão de que o tempo do golpismo sistêmico havia ficado para trás. Até que veio a crise de 2008 e, como um de seus efeitos colaterais, mudou o padrão de relacionamento entre Estados Unidos e República Popular da China[5]. Os três presidentes que governaram os EUA após a crise - Obama, Trump e agora Biden – explicitam sua obsessão: derrotar os chineses e recuperar a liderança estadunidense por sobre o mundo. O que não se faz, se o "quintal" estiver cheio de russos, de chineses e de seus amigos. Rapidamente, os golpes voltaram à moda: golpes mais ou menos tradicionais (como em Honduras e Bolívia), golpes "de novo tipo" (como no Paraguai e no Brasil), vitórias eleitorais da direita (como no Uruguai e em El Salvador) e traições cinematográficas (como no Equador)[6].

No caso brasileiro, o golpismo veio a prazo, começando pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff; em 2018, a condenação, prisão e interdição eleitoral do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e no dia 28 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da República Federativa do Brasil[7]. O novo presidente, conhecido popularmente pelo sobrenome Bolsonaro, é ca-

4 POMAR, V. A Revolução, Cem Anos Depois. In: Roseli Salete Caldart; Rafael Litvin Villas Bôas. (Org.). Pedagogia Socialista: Legado da Revolução de 1917 e desafios atuais. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2017, v. 1, p. 1-320

5 Samir Amin; Tony Andreani; Bari, D.; Cabezas, R.; Combes, F.; Delaunay, J-C.; Drweski, B.; Feng, J. ; Follet, D.; Herrera, R.; Keping, Yu; Lai, H.; Losurdo, D. ; Maringio, F. ; Peng, P.; CARVALHO, J. R.; Theuret, P.; Gyula Thürmer; Vandepitte, M.; Sitaram Yechury; POMAR, V. V. R. . Chine et Amérique Latine. In: Patrick Theuret. (Org.). La Chine et le monde. 1ed.Paris: Le Temps des Cerises, 2013, v. 1, p. 150-157.

6 A melhor fonte para estudar todo esse processo é o cubano Roberto Regalado. Dentre os seus inúmeros livros e artigos, destaco três coletâneas publicadas sob os auspícios do Partido do Trabalho do México e intituladas *Los gobiernos de izquierda en América Latina* (2018), *El ciclo progresista en América Latina* (2019), y *Experiencias del ciclo progresista en América Latina* (2020).

7 POMAR, Valter; ARKONADA, K.. El gobierno Bolsonaro y la isquierda brasileña. In: Katu Arkonada. (Org.). Más allá de los monstruos. 1ed.Río Cuarto: UniRío Editora, 2019, p. 333-.

pitão da reserva do exército brasileiro, mas passou 28 anos como deputado federal. Ao longo de 7 mandatos consecutivos, notabilizou-se por defender posições racistas, misóginas, homofóbicas e de extrema-direita, tais como a defesa da ditadura militar, inclusive da tortura e do extermínio físico de militantes da esquerda brasileira.

Seja por defender publicamente este tipo de posição, seja pelo fato de sua candidatura ter sido lançada por um até então inexpressivo partido intitulado Partido Social Liberal (PSL), seja porque teria pouco tempo no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, a maioria dos analistas políticos de esquerda, centro e direita não acreditavam que Bolsonaro pudesse ir ao segundo turno e vencer as eleições presidenciais de 2018.

Cabe lembrar que nas eleições presidenciais de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, a disputa fora polarizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB vencera as eleições de 1994 e 1998. O PT vencera as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Este histórico indicava, ao menos supostamente, que as eleições de 2018 seriam outra vez polarizadas por estes dois partidos[8].

Era essa a aposta do PSDB, que no dia seguinte ao segundo turno das eleições presidenciais de 2014, decidiu desencadear um movimento pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Depois de perder quatro eleições presidenciais seguidas, o principal partido da burguesia brasileira chegou à conclusão de que seria muito difícil, através da via eleitoral, afastar o PT do governo federal. E apostou suas fichas numa ruptura institucional: o impeachment.

Cabe lembrar que o Brasil não é adepto do sistema parlamentarista. O Brasil é presidencialista. Portanto, para afastar o presidente da República, é preciso que este tenha cometido o chamado crime de responsabilidade. Melhor dizendo, é preciso que a maioria do Congresso Nacional entenda que o titular da presidência cometeu um crime de responsabilidade.

A Constituição brasileira define o crime de responsabilidade de maneira muito vaga. Mesmo assim, os juristas contratados pelo PSDB para elaborar a peça jurídica solicitando o impeachment tiveram que apelar para toda sua criatividade, formulando uma acusação que ficou conhecida no jargão político brasileiro como "pedalada fiscal".

Há toda uma polêmica política, jornalística e jurídica acerca do que de fato teria ocorrido, se o que ocorreu de fato poderia ser tipificado como crime,

8 Sobre o tema, merece leitura o livro *25 anos de eleições presidenciais no Brasil*, de Argelina Maria Cheibub Figueiredo e Felipe Borba. Curitiba: Appris Editora, 2018.

se este crime podia ser considerado "crime de responsabilidade" e assim por diante. Para resumir a novela, logo depois do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o Congresso Nacional aprovou uma legislação legalizando aquilo que pouco antes denominara de "pedalada fiscal" e causa suficiente para afastar uma presidenta da República. Se isto não tivesse ocorrido, Michel Temer, que em 2010 e 2014 fora eleito vice-presidente e que ocupou a presidência depois que Dilma Rousseff foi afastada, também poderia ser acusado de ter cometido "crime de responsabilidade".

Evidentemente, um "crime" orçamentário, que no caso em tela envolvia liberação de verbas de interesse popular, não é por si só suficiente para formar uma maioria parlamentar que aprove o impeachment de uma presidenta da República eleita com mais de 60 milhões de votos. Para que esta maioria parlamentar fosse formada, foram essenciais três elementos. Em primeiro lugar, a mobilização "contra a corrupção" de parte importante dos setores médios brasileiros. Em segundo lugar, a radicalização oposicionista da maior parte do grande empresariado capitalista. Em terceiro lugar, a decepção de parcela da classe trabalhadora[9].

Setores médios e corrupção

A corrupção é um tema da história brasileira desde a época da Colônia (1500- 1822)[10]. No Brasil República (1889-2018), acusações de corrupção foram utilizadas pelos mais diferentes setores, para agredir seus respectivos adversários políticos. Mas foram principalmente os setores de direita que se notabilizaram por utilizar o tema, como o objetivo de desgastar e derrubar governos de orientação progressista, como os de Getúlio Vargas (1950-1954) e de João Goulart (1961-1964). No período mais recente, a acusação de corrupção também foi utilizada tanto pelos que defenderam o impeachment do neoliberal Fernando Collor (1989-1991), quanto da petista Dilma Rousseff (2011-2016). Nos quatro casos citados, a mobilização contra a corrupção levou às ruas principalmente pessoas integrantes dos chamados setores médios. Assim como no caso do impeachment e da corrupção, há um imenso debate na academia, na imprensa e nos meios políticos, acerca do que seriam os setores médios (às vezes denominados de classes médias). Aqui neste texto utilizamos o termo "setores mé-

9 A esse respeito é recomendável ler o livro *Tchau, querida: o diário do impeachment*, escrito a quatro mãos por Eduardo Cunha e Danielle Cunha. São Paulo: Matrix, 2021.

10 A esse respeito, para quem deseja uma abordagem clássica, além de Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda, vale ler Os donos do poder, de Raymundo Faoro.

dios" para designar pessoas que integram um dos grupos a seguir relacionados: a) a classe dos trabalhadores pequenos proprietários, ou seja, proprietários de meios de produção que os exploram fundamentalmente com trabalho pessoal e familiar; b) uma fração da classe dos capitalistas, mais especificamente a fração dos pequenos capitalistas, ou seja, proprietários de meios de produção, que empregam trabalho assalariado, mas que dispõem de pequeno volume de capital e exploram pequeno número de assalariados, estando no limiar entre a classe dos capitalistas e a classe dos pequenos proprietários; c) uma fração da classe dos trabalhadores assalariados, ou seja, pessoas desprovidas de meios de produção, que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário, mas que recebem um salário acima da média da classe trabalhadora, estando na fronteira entre a classe dos trabalhadores assalariados e a classe dos pequenos proprietários .

Os setores médios (trabalhadores assalariados de altos salários, trabalhadores pequenos proprietários, capitalistas de pequeno porte), embora provenham de três classes sociais diferentes (capitalistas, trabalhadores assalariados e trabalhadores pequenos proprietários), têm uma mentalidade política semelhante, especialmente na sua visão acerca dos setores da classe trabalhadora que recebem menores salários. Uma questão essencial, que explica boa parte da semelhança citada, é: os setores médios são, em certo sentido, os maiores interessados em manter os salários baixos, as jornadas longas e os direitos trabalhistas reduzidos. Isto porque, diferente dos capitalistas de maior porte, os chamados setores médios têm muita dificuldade de lançar mão da produtividade como meio de compensar os ganhos salariais e os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Outra questão importante para entender a semelhança de mentalidade: no Brasil, os setores médios respondem por parte importante dos impostos pagos no Brasil. Eis um dos motivos pelos quais estes setores são muito facilmente sensibilizados pelo tema da corrupção[11]. Evidentemente, nem de longe queremos afirmar que os setores médios sejam um bastião de honestidade e respeito à coisa pública. O que estamos dizendo é que, na mentalidade de grande parte dos setores médios, a corrupção pode envolver tanto o desvio de recursos públicos em favor do grande empresário, quanto pode envolver a política de transferência de renda em favor do trabalhador empobrecido. Para parte dos integrantes dos setores médios, tanto num caso quanto no outro, se está transferindo dinheiro "dele" (cidadão do setor médio) para outras camadas sociais. É por isso que a acusação de "corrupção", lançada contra os governos Vargas, João Goulart,

11 Uma opinião divergente sobre o tema corrupção e classes médias pode ser encontrada na obra Classes médias e política no Brasil: 1922-2016, de Adalberto Moreira Cardoso. São Paulo: FGV Editora, 2020.

Lula e Dilma, foi aceita com tamanha facilidade por grande parte dos setores médios, mesmo que os dados, as estatísticas, os fatos, indicassem que a acusação não procedia ou, pelo menos, não procedia na escala alegada pelos acusadores.

No caso do PT e dos governos Lula e Dilma, os fatos não embasam a acusação de que eles sejam ou tenham sido "os mais corruptos do Brasil". Porém, grande parte dos setores médios acreditou (e boa parte segue acreditando) piamente nisto. E o motivo é bastante simples: a acusação de "corrupção" lançada contra o PT mistura dois elementos diferentes. Por um lado, aquilo que podemos chamar de "corrupção" estrito senso (desvio de recursos públicos em favor de empresas privadas, através de agentes do Estado que recebem ilegalmente por favorecer aqueles desvios). Por outro lado, o emprego de recursos públicos, oriundos dos impostos pagos em grande medida pelos setores médios, para favorecer "gente que não merece", evidentemente "não merece" na opinião de parcela dos setores médios[12]. E que, além de "não merecer", cobraria salários mais altos do que antes, pois agora não estava mais sob ameaça direta da fome como antes, graças exatamente às políticas de transferência de renda e às políticas públicas em geral. No fundo, o que parte dos setores médios diz é que o PT e os governos Lula e Dilma teriam corrompido a finalidade do Estado. Vale dizer que esta acusação em si mesma também é um exagero, pois nos governos Lula e Dilma parte desproporcional do orçamento público continuou direcionado para os grandes capitalistas.

Por isto mesmo, alguém poderia se perguntar por qual motivo os setores médios não voltam sua raiva contra o setor financeiro. Afinal, o setor financeiro é, dentre todos os setores capitalistas, o que mais se beneficia das decisões do Estado brasileiro. É verdade que o faz de maneira "clean": decisões aparentemente científicas, adotadas pelo Comitê de Política Monetária, aumentando em ponto vírgula alguma coisa a taxa de juros, transferem bilhões e bilhões de reais para os cofres do sistema financeiro. Mesmo assim, cabe perguntar: por quais motivos os setores médios não reclamam do desvio dos seus impostos, em favor do sistema financeiro, preferindo atacar as políticas públicas. Há vários motivos, mas um é essencial: os setores médios recebem, através de suas contas bancárias remuneradas, de suas poupanças e de suas aplicações, parcela daquilo que o grande capital financeiro abocanha. Mesmo que seja uma parcela pequena, funciona como um "cala boca". Já os recursos públicos que vão para os setores populares geram benefícios indiretos: aumentam o poder de compra dos consumidores, é verdade, mas antes disso geram aumento nos salários. E

12 BOITO JR., Armando. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. Revista Princípios, v. 142, mai- jul., 2016c.

o aumento nos salários não apenas amplia o custo pago pelos setores médios, como – desgraça das desgraças – permite que outros integrantes da classe trabalhadora (além daqueles que recebem altos salários) possam consumir bens que antes eram de acesso privativo dos setores médios. Portanto, fazendo com que certas marcas, certos serviços, deixem de ser símbolos de status privativos de um determinado segmento.

Mas é bom que se diga: nada disso que foi referido antes constitui um equívoco, uma "ilusão de ótica" dos setores médios, que estariam reclamando de fenômenos imaginários. Para comprovar isto, basta lembrar de uma frase repetida centenas de vezes pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva: no seu governo, os pobres melhoraram de vida e os ricos ganharam como nunca. A pergunta óbvia é: quem pagou a conta? E a resposta óbvia é: simbólica e materialmente, foram os setores médios. É por este motivo que, desde meados de 2003, os setores médios começaram a deslocar-se em direção à uma postura de oposição radical aos governos do PT. Não foi um processo homogêneo: alguns setores, em algumas regiões, em alguns momentos, fizeram este movimento antes. Além do mais, alguns fizeram este movimento com argumentos "de esquerda" e outros com argumentos "de direita". Mas quando analisamos o fenômeno de conjunto, é perceptível que foi nos setores médios que ocorreu o primeiro deslocamento maciço de um segmento social em direção de uma postura de oposição cada vez mais radical ao petismo.

Precisava ter sido assim? Seria inevitável este giro oposicionista de grande parte dos setores médios? Em primeiro lugar, cabe reconhecer que o ocorrido no Brasil desde 2003, ocorreu de forma similar em outros países da América Latina e, também, em outros processos históricos marcados pela chegada de partidos de esquerda ao governo e/ou ao poder[13]. Entretanto, talvez o fenômeno tivesse adquirido outras proporções se os governos petistas tivessem optado por conquistar os setores médios. Por exemplo, melhorando radicalmente as políticas públicas de saúde e educação, libertando os setores dos planos privados de saúde e das escolas privadas de primeiro e segundo grau. Ou desenvolvendo políticas de transporte público de massas de alta qualidade, que alterassem o modal de transporte, permitindo aos setores médios e ao conjunto da classe trabalhadora se mover de outra maneira, que não o carro privado. Ou desenvolvendo uma política de comunicação e cultura, que neutralizasse os ataques da direita e da extrema direita. Ou, principalmente, se os governos petistas tivessem

13 A esse respeito, reiteramos a importância da já citada trilogia organizada por Roberto Regalado: Los gobiernos de izquierda en América Latina (2018), El ciclo progresista en América Latina (2019), y Experiencias del ciclo progresista en América Latina (2020).

travado a batalha por uma reforma tributária radical, incluindo a criação de um imposto sobre grandes fortunas, de maneira a financiar o progresso social dos setores populares através dos impostos pagos pelos setores realmente ricos da sociedade brasileira.

Claro que não sabemos, nem saberemos nunca, se políticas como as citadas poderiam ter neutralizado parcela expressiva da "raiva" que os setores médios tinham e seguem tendo do Partido dos Trabalhadores. Não sabemos nem mesmo se os governos petistas teriam êxito, caso tivessem tentado adotar tais políticas. O que sabemos é que não se tentou adotar tais políticas, ao menos não na escala necessária para enfrentar a batalha política e social armada no país desde 2003.

Afinal, uma análise rigorosa confirma que a melhoria no nível de vida dos setores populares foi "paga", do ponto de vista econômico e social, em boa parte pelos setores médios. Esta é a base material da insurgência de grande parte desses setores, contra os governos petistas. E como se não bastasse esse elemento objetivo, há uma dimensão subjetiva: o PT foi pouco a pouco aderindo a um discurso segundo o qual suas políticas econômicas e sociais estavam tendo como resultado criar um "país de classe média". Do ponto de vista científico, este discurso nunca teve o menor sentido. Afinal, o resultado agregado das políticas econômicas e sociais petistas, no seu melhor momento, não foi o de ampliar a "classe média", mas sim o de ampliar os empregos, os salários e a capacidade de consumo de uma parte importante da classe trabalhadora. Os dados estatísticos que supostamente sustentavam as "teorias" acerca do "país de classe média" mostravam o oposto do pretendido, a saber, mostravam que crescia o número de trabalhadores que recebiam salários baixos. Trabalhadores e salários que, até do ponto de vista lógico, não estavam no "meio" de ninguém, nem de nada: nem "no meio" das grandes classes sociais, nem no meio da classe trabalhadora.

Entretanto, embora fosse um discurso sem embasamento científico ou lógico, a promessa de criar um "país de classe média" soava politicamente ameaçadora para os setores médios tradicionais[14]. Dito de outra forma: este discurso apontava para uma ameaça de concorrência, potencial ou efetiva. Concorrência que era combatida, pelos setores médios influenciados pela direita política, com o discurso segundo o qual as políticas de "transferência de renda" eram "dinheiro para gente que não trabalha e não merece". Concorrência que também era combatida pelos setores médios politicamente inclinados à esquerda, mas neste caso com o discurso segundo o qual as políticas de transferência de renda eram

14 POMAR, V. Contra o golpismo e a tendência suicida (2017-2018). 1. ed. SAO PAULO (SP): Página 13, 2018. v. 1. 642p.

"meramente compensatórias", métodos clientelistas típicos do populismo. O resultado político é que o discurso do "país de classe média" não conquistava os setores médios tradicionais, que não pretendiam abrir mão de seus privilégios relativos. Mas, o que é ainda pior, o discurso do "país de classe média" tampouco era útil no que diz respeito aos setores pobres que estavam ganhando empregos, salários e maior capacidade de consumo. Isto porque o discurso de classe média não convocava estes setores a se engajar no sindicato, nos partidos de esquerda, na luta social. Pelo contrário, convocava estes setores a se engajar no discurso da teologia da prosperidade, da ascensão individual, do progresso social como resultando da ampliação do consumo de bens comprados no mercado. Não é por outro motivo que uma pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo, entidade vinculada ao Partido dos Trabalhadores, revelava que os beneficiários das políticas sociais dos governos Lula e Dilma reputavam a melhoria de suas condições de vida a Deus, a família e a seu próprio esforço individual. Não a uma determinada política, não a um determinado governo, não a um determinado partido, nem mesmo a sua opção política em votar desta ou daquela forma. Noutros termos, podemos dizer que parcela dos setores populares, exatamente parte dos que melhoraram de vida durante os governos Lula e Dilma, passaram a se identificar mais e mais com os valores dos setores médios tradicionais. E, embora fossem beneficiados pelos governos Lula e Dilma, parcela desses setores populares estava preparada para mudar de posição política e voltar-se contra o PT, se e quando a situação econômica os fizesse perder os ganhos conquistados. Evidente que isto não vale para todos os setores beneficiados, mas vale para uma parte importante.

Tudo isto ajuda a entender a mobilização "contra a corrupção", mais exatamente o engajamento nessa mobilização de grande parte dos setores médios brasileiros, tanto dos setores médios tradicionais quanto dos setores populares apelidados de "médios" devido à ampliação de sua capacidade de consumo durante os governos Lula e Dilma. Mas esta mobilização não foi suficiente para impor derrotas eleitorais ao PT em 2006, em 2010 e em 2014. Falemos agora da conversão oposicionista da maior parte do grande empresariado capitalista.

Grandes capitalistas e lucros

O Brasil ganhou forma no momento em que estava em curso a transição, na Europa, do feudalismo para o capitalismo. Desde então, o Brasil sempre esteve economicamente "atrasado" em relação às metrópoles do desenvolvimento

capitalista (Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo). Mas entre 1930 e 1980, a distância foi reduzida. Como em todos os países de desenvolvimento capitalista tardio, o Estado jogou um papel central na superação (mesmo que parcial) do atraso. Paradoxalmente, nunca foi tranquila a relação do empresariado capitalista com a política de desenvolvimento capitaneada pelo Estado. Pelo contrário, na massa dos empresários capitalistas sempre prevaleceu um discurso liberal, anti-Estado. A massa dos empresários capitalistas sempre esteve mais preocupada em manter a superexploração, resistindo o quanto pode contra a intervenção estatal, mesmo que esta comprovadamente resultasse em ganhos sistêmicos de produtividade[15].

A rigor, quem garantiu que o Estado jogasse um papel central no desenvolvimento capitalista no Brasil foi uma aliança entre pequena parte da classe dos capitalistas, com boa parcela das classes trabalhadores, mais precisamente parte da classe dos trabalhadores pequenos proprietários e parte da classe dos trabalhadores assalariados. Nos momentos de intenso crescimento, a massa dos empresários capitalistas tolerava o protagonismo do Estado. Mas bastava o crescimento reduzir de intensidade, para a massa dos empresários capitalistas assumir seu discurso tradicional, pró-liberal, anti-Estado. Ou, dizendo de outra forma, passar a defender o Estado como sendo exclusiva e/ou principalmente instrumento de controle social sobre os pobres, não um instrumento de desenvolvimento econômico social.

Tendo em vista esta atitude da classe dos capitalistas, seria bastante razoável que os trabalhadores assalariados e os trabalhadores pequenos proprietários usassem o Estado para implementar um tipo de desenvolvimento que não ficasse prisioneiro dos limites do capitalismo. E efetivamente houve alguns ensaios neste sentido. É o caso, por exemplo, da "função social da propriedade" estabelecida na Constituição brasileira, assim como do Sistema Único de Saúde ou do Estatuto da Cidade. Mas nunca passaram de ensaios. Nos três casos de governos progressistas que o Brasil experimentou (Vargas, Jango, Lula/Dilma) nunca se chegou perto de implementar uma reforma agrária que destruísse o latifúndio e impusesse limites ao agronegócio capitalista. Tampouco se implementou uma reforma tributária que impusesse limites ao enriquecimento. Nem se adotou uma reforma do sistema financeiro, que destruísse o oligopólio privado e no seu lugar estabelecesse o controle dos bancos públicos sobre as finanças nacionais. Muitos menos se adotaram medidas que submetessem a presença de empresas transnacionais aos interesses do desenvolvimento nacio-

15 POMAR, Wladimir. *Brasil, crise internacional e projetos de sociedade*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

nal e popular. E o papel das empresas estatais sempre foi mantido um ou mais degraus abaixo do necessário.

Vale dizer as medidas citadas acima, tomadas isoladamente ou quando efetivadas nas metrópoles imperialistas, são perfeitamente compatíveis com o capitalismo. Mas se adotadas sistematicamente e num país capitalista periférico, poderiam desencadear efeitos que iriam além dos limites do capitalismo. Talvez por isto mesmo, a coalizão de classe que sustentou cada um dos três governos progressistas citados no parágrafo anterior, nunca tentou implementar um programa que não ficasse prisioneiro dos limites do capitalismo realmente existente no Brasil. O argumento da hora variava, mas ele pode ser resumido na ideia de que seria prematuro o Brasil implementar um programa desta natureza. Afinal, como disse nos anos 1940 Luís Carlos Prestes, então secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, o Brasil supostamente padeceria mais da falta do capitalismo, do que de seus efeitos[16].

O Partido dos Trabalhadores não fugiu a regra. Nos anos 1980, chegou a defender um programa democrático e popular articulado ao socialismo, assim como uma estratégia inspirada no governo da Unidade Popular chilena, que falava claramente em transição ao socialismo, através da construção de um Poder Popular e de uma área de propriedade socialista. Mas quando chegou à presidência da República, em 2002, já havia alterado tanto seu programa quanto sua estratégia. O programa passou a ser de superação do neoliberalismo, para colocar em seu lugar um capitalismo "produtivo", que possibilitasse à classe trabalhadora ter emprego, salários e direitos. E que permitisse ao Brasil recuperar posições perdidas no âmbito regional e mundial. Já a estratégia passou a ser de transformação lenta, segura e gradual do país, através dos processos eleitorais e da ação dos governos eleitos. O pressuposto desta nova estratégia e deste novo programa era, em linguagem popular, o seguinte: devagar se vai ao longe. Ou, como disse ao autor destetexto, nos anos 1990, o então secretário geral nacional do PT José Dirceu: faremos sucessivos governos progressistas, até que consigamos fazer um governo democrático e popular.

Nos anos 1990, a lógica econômica que embasava aquele programa e estratégia era a tese de que a ampliação do mercado consumidor de massas permitiria, ao mesmo tempo, elevar o nível de vida do povo e conquistar o apoio dos capitalistas. Uma versão tupiniquim do fordismo, onde os trabalhadores teriam empregos e salários razoáveis, e os empresários teriam lucros crescentes. A questão é saber se aquele padrão de capitalismo, que sustentou a socialdemocra-

16 POMAR, V. *Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962*. 1. ed. São Paulo: Associação de Estudos Página 13, 2021.

cia europeia nos anos de ouro (1950-1970), era viável no Brasil do século XXI. Afinal, nos anos de ouro havia por um lado a "ameaça" do campo socialista, de outro lado a força da classe trabalhadora europeia ocidental. E havia, principalmente, um fato estrutural: os países capitalistas europeus faziam parte do polo imperialista do mundo. No Brasil do século XXI, não havia nada disto. O campo socialista havia derretido e a China estava empreendendo um caminho com efeitos muito contraditórios sobre a periferia do mundo[17]. A classe trabalhadora na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e também na América Latina amargava os efeitos de uma ou duas décadas de neoliberalismo. E, principalmente, o Brasil nunca fez parte do polo imperialista do mundo. Mesmo no seu entorno, as eventuais "ambições subimperialistas" do Brasil eram contidas pela presença de adversários muito mais poderosos.

Estes limitadores históricos e estruturais não impediram os governos Lula e Dilma de implementar, com maior ou menor sucesso, políticas que melhoraram a vida da maior parte do povo brasileiro. Mas a classe dos capitalistas brasileiros só tolerou isto enquanto ela pode manter altas taxas de lucro, possibilitadas pelo chamado boom das commodities. A crise de 2008 e a subsequente alteração na relação entre China e Estados Unidos transformaram o cenário mundial, contribuindo para que a classe dos capitalistas brasileiros voltasse ao seu "modo normal de ser": liberal,anti-Estado e dependente, não apenas dependente das metrópoles capitalistas, mas principalmente dependente da super- exploração das classes trabalhadoras.

É por isso que, a partir de 2011, a maior parte dos capitalistas brasileiros foi evoluindo de uma política de "convivência pacífica" para uma posição de oposição total e intolerante frente ao PT. Ou seja, aproximando-se das posições que eram predominantes desde antes nos setores médios. Grande parte da esquerda brasileira demorou a dar-se conta disto. Até 2016, havia quem dissesse que os capitalistas não tinham interesse no impeachment. E mesmo em 2018, havia quem dissesse que o empresariado brasileiro não apoiaria um "aventureiro" como Bolsonaro. Mas a verdade é outra. Como deixaram claro várias pessoas do mercado financeiro, em entrevistas concedidas ao jornalista Cristiano Romero do jornal Valor, o Brasil estaria precisando de um governo estilo Pinochet. E esta posição não era sustentada apenas pelo setor financeiro. O conjunto da classe capitalista brasileiro voltou, entre 2015 e 2018, ao seu modo normal de ser, o que ajuda a entender a potência demonstrada, neste período, pelas mobi-

17 Iliada, I.; Cardozo, J. Eduardo; Joaquim Soriano; Miranda, Nilmário; Berzoini, Ricardo; Jiarui, Wang; Guoyou, Wu; Shujun, Zhang; POMAR, V. V. R. Socialismo na China e no Brasil. Beijing: Editora do Mundo Contemporâneo, 2010. v. 1. 94p.

lizações contra o PT: nelas passou a existir uma coalizão entre parte importante dos setores médios brasileiros e do grande empresariado capitalista. Mas esta coalizão não foi suficiente para vencer as eleições de 2014. Vejamos agora o que houve com a classe trabalhadora.

A virada de 2015

Lula foi eleito presidente da República em 2002. Em 2006 foi reeleito com maior votação, mesmo diante de uma campanha de acusações de corrupção. Em 2010 foi a vez da eleição de Dilma Roussef. Que foi reeleita em 2014. Quando olhamos a evolução das votações (em percentual de votos válidos) obtidas pelas candidaturas do PT, no segundo turno das eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014, fica claro o movimento de conjunto. Lula teve 61% dos votos válidos em 2002, Lula teve 60% dos votos válidos em 2006, Dilma teve 56% dos votos válidos em 2010, Dilma teve 51% dos votos válidos em 2014.

A queda de dez pontos percentuais, entre 2002 e 2014, resulta em parte dos movimentos já relatados, ocorridos entre os setores médios e entre os capitalistas. Mas, como é óbvio, os capitalistas e os setores médios tradicionais no Brasil não reúnem 49% do eleitorado brasileiro. A verdade é que grande parte dos que votaram nas candidaturas do PSDB, nas eleições presidenciais realizadas entre 2002 e 2014, são integrantes das classes trabalhadores. Já a maior parte dos que votaram nas candidaturas do PT, nestas mesmas eleições, são integrantes das classes trabalhadoras. E em 2014, foram essencialmente os trabalhadores (pequenos proprietários ou assalariados) que sufragaram Dilma Rousseff do PT.

Apesar disso, ou por causa disso, a presidenta Dilma Rousseff iniciou o seu segundo mandato tentando reatar pontes com o grande empresariado. Nomeou para seu ministro da Fazenda um quadro do sistema financeiro. E adotou uma política monetária que, em reunião do Diretório Nacional do PT ocorrida nos dias 31 de novembro e 1 de dezembro de 2018, a própria Dilma classificou como "neoliberal"[18]. A expectativa da presidenta era, supostamente, recompor a aliança policlassista que havia sustentado os governos do PT desde 2003[19].

18 Anotações feitas pelo autor, durante a reunião. A respeito da política do governo Dilma Rousseff, sugere- se ler entre outros: *Revista Política Social e Desenvolvimento* edição de número 13, com artigos de André Biancarelli, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Rossi e Vanessa Petrelli Corrêa.

19 Há várias interpretações sobre tal aliança, uma delas (com a qual não estou de acordo) pode ser encontrada em BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. Critica Marxista (São Paulo), v. 42, p. 155-162, mai., 2016a.

Mas o resultado foi um desastre. Não atraiu os capitalistas, nem os setores médios tradicionais. Mas afastou setores da classe trabalhadora, que em 2014 haviam votado em Dilma e no PT para derrotar a direita. Contribuindo em alguma medida para o ocorrido em 2018, quando a candidatura do PT recebeu 45% dos votos.

O PT teria perdido a eleição presidencial de 2018 de qualquer maneira? Não há uma resposta 100% precisa para esta questão. O que podemos dizer com absoluta certeza é que o impeachment só foi vitorioso no Congresso Nacional porque, além da oposição do grande empresariado capitalista e dos setores médios tradicionais, o PT e o governo Dilma Rousseff perderam o apoio que tinham, até então, na maioria da classe trabalhadora. Uma parte dos trabalhadores que até então apoiavam o PT bandeou-se para a oposição, outra parte "lavou as mãos". Criou-se assim o ambiente político sem o qual o impeachment não teria sido vitorioso. Entretanto, por qual motivo a oposição de centro, direita e extrema-direita optou pelo impeachment? Por qual motivo não aguardaram até as eleições de 2018, para impor uma derrota eleitoral "normal" ao PT?

Vale dizer que foi isso que o PT escolheu fazer em 1999. Em 1998 o presidente Fernando Henrique Cardoso fora reeleito no primeiro turno, mas logo em seguida promoveu uma desvalorização da moeda nacional e buscou um mega empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional. Isto, somado ao fato de Fernando Henrique Cardoso ter comprado os votos necessários para aprovar a reeleição presidencial, eram motivo político mais do que suficiente para pedir o impeachment. Entretanto, a maioria dos delegados e das delegadas presentes ao 2º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (realizado em 1999) decidiu que não pediria o impeachment e escolheu correr o risco de disputar e ganhar (ou perder) as eleições de 2002.

Em 2015-2016 o PSDB escolheu não correr o risco e decidiu defender o impeachment. Por quais motivos? Um dos motivos é que o PSDB escolhera correr o risco quando da crise política de 2005, quando tudo indicava que o PT estaria liquidado e que Lula seria derrotado nas próximas eleições. Mas, naquela ocasião, o PSDB foi novamente derrotado por Lula, que venceu as eleições presidenciais de 2006. Outro motivo é que as pesquisas de opinião, em 2014 e 2015, mostravam que Lula continuava a ser um forte candidato para as eleições presidenciais de 2018. E que parte do eleitorado popular que se recusara a votar em Dilma e também aquela parte que votara, mas se decepcionara em 2015, poderia votar em Lula para presidente. Isto contribuiu para que, em 2015-2016, o PSDB escolhesse não correr o risco. E escolhesse, também, não se limitar ao impeachment. O PSDB reforçou brutalmente a campanha de estigmatização

e criminalização midiática e judiciária contra o PT. E deu total apoio para a condenação e a prisão ilegal de Lula, cometida em abril de 2018. O objetivo era mais do que claro: tirar o PT do comando da máquina governamental e tirar o candidato mais forte do PT da disputa eleitoral. Mais ou menos como, num jogo de futebol, conseguir que o juiz dê cartão vermelho para metade dos jogadores do time adversário, inclusive para o goleiro. Portanto, podemos dizer com a mais absoluta certeza que o centro, a direita e a extrema direita não acreditavam que o PT perderia de qualquer maneira a eleição presidencial de 2018. Se acreditassem nisso, não teriam cometido o *impeachment*, não teriam condenado e prendido Lula, não teriam impedido Lula de ser o candidato do PT. Dito de outra maneira: apesar dos erros cometidos pelo PT e pelos governos encabeçados pelo PT, havia uma parte da classe trabalhadora que estava disposta a votar na candidatura petista à presidência. Nas piores condições possíveis, esta parcela alcançou, nas eleições presidenciais de 2018, 47 milhões de votantes e 45% dos votos válidos. É por isso que grande parte do PT acredita que, se Lula tivesse sido candidato, provavelmente teria vencido as eleições presidenciais.

O desastre do PSDB e a extrema direita

Pelas razões já citadas, tanto o PT quanto o PSDB – ou pelo menos grande parte de seus respectivos quadros dirigentes – imaginavam que a eleição de 2018 seria mais um enfrentamento entre os dois partidos. Mas não foi. O PSDB, ao escolher o caminho do impeachment, da prisão e da condenação de Lula, empurrou o país um ambiente de extrema polarização. E contribuiu para que o PT estivesse num dos extremos desta polarização. O PT, ao resistir ao golpe e a prisão de Lula, ao denunciar a condenação e ao manter a candidatura de Lula até o limite do limite, bem como ao fazer oposição radical ao governo Temer, também fez a sua parte para ser um dos extremos da polarização política e social vigente no Brasil. Já o PSDB não conseguiu manter-se como o outro extremo da polarização. O motivo disto é muito simples: para criar o ambiente político necessário para o golpe contra Dilma e para a condenação e prisão de Lula, a Social Democracia Brasileira teve que convocar a extrema-direita para o primeiro plano da política nacional. Ao mesmo tempo, o PSDB – derrotado nas eleições presidenciais de 2016 – tornou-se sócio poderoso do governo Temer, que desde os primeiros até o último momento implementou um programa econômico e social desastroso, que o tornou profundamente impopular. Impopularidade que contaminou o PSDB e também o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), este último o partido de Temer. Ou seja: a política do PSDB inviabilizou suas

próprias chances eleitorais, ao tempo que projetou e fortaleceu seu "substituto": a extrema direita, encabeçada por Jair Bolsonaro.

Bolsonaro ganharia as eleições de qualquer maneira? Novamente não há uma resposta 100% segura para esta questão. O que pode ser dito é que todas as pesquisas de opinião feitas até setembro de 2018 indicavam que Lula seria vitorioso nas eleições presidenciais. Aliás, é por isso que – de maneira totalmente ilegal e contrariando decisão liminar aprovada pela ONU – o Tribunal Superior Eleitoral cassou a candidatura Lula. As pesquisas de opinião também indicavam que a candidatura de Fernando Haddad, pessoa escolhida por Lula para substituí-lo na disputa eleitoral, conseguiu empatar com a candidatura de Bolsonaro.

É mais ou menos nesse momento de empate virtual, que ocorrem quatro fenômenos que provavelmente decidiram o resultado das eleições presidenciais de 2018:

1) o engajamento total, na campanha de Bolsonaro, das empresas-disfarçadas-de-igreja ;

2) o "voto útil" dos eleitores de centro-direita e direita, que migraram de outros candidatos em direção a Jair Bolsonaro, na expectativa de liquidar a fatura já no primeiro turno, com medo de perderem a eleição para o PT se ocorresse segundo turno; 3) o atentado contra Bolsonaro , sobre o qual pesam dúvidas até hoje, mas que foi fundamental para cristalizar seu eleitorado e neutralizar ataques de adversários; 4) a ampliação da campanha ilegal de envio de mensagens através das chamadas redes sociais .

O PT, que até então imaginava (ao menos majoritariamente) que seu adversário no segundo turno seria o PSDB, se deu conta naquele momento que teria que enfrentar uma candidatura da extrema direita. E foi aí que a campanha de Fernando Haddad cometeu, entre o final do primeiro turno e em parte do segundo turno, um erro fatal: ao invés de continuar priorizando a disputa do voto popular, começou a priorizar a disputa dos votos dos setores médios e dos setores de centro. Este erro tinha como pressuposto uma visão equivocada acerca do que é, nas condições da política brasileira, uma "frente em defesa da democracia e contra o fascismo". No Brasil, como já ficou demonstrado no passado e voltou a ser demonstrado nas eleições de 2018, os setores de centro e os setores médios não são consequentes na defesa da democracia. Portanto, seja para ganhar eleições contra a direita, seja para impedir um golpe da direita, tudo depende da mobilização das classes populares. Não se dando conta disto, pressionada pelo avanço da extrema-direita, a campanha de Fernando Haddad ziguezagueou entre uma campanha prioritariamente voltada aos setores popu-

lares e uma campanha voltada a disputar os setores médios e de centro. Acontece que os setores de centro, na sua maioria, lavaram as mãos: os dois maiores símbolos disto são o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o candidato à presidência Ciro Gomes, que não declaram voto nem fizeram campanha a favor de Haddad, nem fizeram campanha contra Bolsonaro. Já a extrema direita não teve dúvida alguma: concentrou seu discurso, tanto no primeiro quanto no segundo turno, nos setores populares. Exatamente aqueles que seriam as maiores vítimas do governo Bolsonaro.

Mudança de regime e um novo período histórico

Desde o dia 1 de janeiro de 2019, o governo Bolsonaro vem implementando um programa autoritário, entreguista e ultraliberal. Como resultado, se aprofunda a desindustrialização, a reprimarização e a financeirização, tendo como implicações diretas o desemprego, a desassistência e a fome que se abatem sobre dezenas de milhões de brasileiras e brasileiros[20].

No plano da política, o objetivo confesso do governo Bolsonaro era e segue sendo reduzir ao mínimo o espaço político da esquerda brasileira. Para isso, o governo Bolsonaro busca implementar um plano sistemático de destruição das liberdades democráticas, ou seja, de todos os espaços, organizações e leis que permitiram que -- desde 1989 até 2014 -- a esquerda brasileira fosse alternativa de governo e pudesse "sonhar" em se converter em alternativa de poder. Estão desde o início na mira do governo Bolsonaro: os sindicatos e as centrais sindicais; os movimentos sociais urbanos e rurais; os partidos de esquerda; os direitos de mobilização e luta; e as próprias ideias de esquerda.

Isto seria um plano de Bolsonaro e da extrema-direita? Ou seria também um objetivo de amplos setores da classe dominante, que não aceitaria mais o regime político inaugurado em 1988?

Esta segunda hipótese é apoiada no seguinte raciocínio: em decorrência dos efeitos da crise de 2008 e da política em seguida adotada pelos EUA, teria ocorrido uma redução nos lucros dos grandes capitalistas brasileiros. E uma maneira de compensar isto seria reduzindo os custos de produção, mais exatamente reduzindo a parcela da riqueza que fica com as classes trabalhadoras, diretamente ou através dos impostos pagos ao Estado para financiar políticas e serviços públicos, aposentadorias e transferências de renda. Mas para reduzir

20 POMAR, VALTER; ARKONADA, K. El gobierno Bolsonaro y la isquierda brasileña. In: Katu Arkonada. (Org.). Más allá de los monstruos. 1ed.Río Cuarto: UniRío Editora, 2019.

o salário direto e indireto dos trabalhadores assalariados e a parcela equivalente dos trabalhadores pequenos proprietários, era e segue sendo necessário reduzir as liberdades democráticas, reprimir os movimentos sociais, destruir o movimento sindical e popular, criminalizar a esquerda partidária e suas ideias. Noutros palavras, era necessário "mudar de regime político".

Se esta hipótese for verdadeira como a classe dominante se comportará diante da possibilidade de Luiz Inácio Lula da Silva vencer as eleições presidenciais de 2022?

Se contentará com o fato de que desde 2016 destruiu a legislação que permite realizar políticas públicas estruturais em benefício da maioria; e destruiu as instituições de Estado que permitem executar estas políticas?

Não há como saber, até porque isso dependerá em parte da situação internacional, em parte da resistência oferecida pela esquerda e pelas classes trabalhadoras. Seja como for, o desafio posto para o conjunto da esquerda brasileira é qualitativamente diferente daquele enfrentado entre 1989 e 2019.

As formas de luta, o governo e o poder

O golpe de 2016 confirmou duas hipóteses. Primeiro, que o fato de um partido de esquerda ter conseguido conquistar o governo federal, mesmo que por quatro vezes seguidas, não é igual ou equivalente a este mesmo partido (e muito menos a classe trabalhadora) conquistar o poder. Segundo, confirmou que para defender ou para derrubar um governo eleito, é essencial combinar luta institucional com mobilização social, uma vez que parcelas fundamentais do aparato de Estado obedecem aos interesses da classe dominante. As duas ideias são quase obvias e é provável que grande parte da esquerda brasileira concorde com ambas. Entretanto, quando se trata de tirar consequências práticas destas ideias, a esquerda brasileira se divide em diferentes posições.

Alguns setores argumentam, por exemplo, que entre 2003 e 2014 a esquerda brasileira não tinha correlação de forças para fazer muito além do que priorizou fazer: disputar eleições, governar, implementar políticas públicas. Argumentam que se a esquerda tivesse tentado fazer mudanças que ultrapassassem estes limites, teria sido derrubada do governo! Acontece que a esquerda brasileira disputou eleições presidenciais em 1989, 1994 e 1998; ganhou as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014; sempre respeitou as leis e as instituições, não fez nada além do permitido pela Constituição e, em muitos

casos, ficou aquém do que a Constituição previa. Entretanto, apesar deste comportamento ordeiro, a esquerda foi derrubada assim mesmo.

Portanto, ou bem a esquerda brasileira escolhe mudar de lado e passar a defender o programa da centro-direita, na esperança de agindo assim poder governar em paz com as classes dominantes; ou bem a esquerda brasileira discute qual a estratégia adequada para acumular forças, conquistar governos, usar estes governos como instrumentos de transformações mais profundas, e também como impedir que ocorram futuros golpes vitoriosos.

Discutir a estratégia significa, no fundamental, definir como articular as oito variáveis citadas a seguir: a luta cultural[21], a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder. Como é óbvio, há sobre cada um destes pontos uma enorme polêmica na esquerda brasileira. Mas se a esquerda brasileira quiser voltar ao governo, e se não quiser - uma vez no governo - ter o mesmo destino que teve em 2016-2018, então esta esquerda precisa formular uma estratégia adequada ao novo período histórico. O que inclui combinar as disputas eleitorais e a presença nos governos, com a construção das condições para ser poder. Naturalmente, este tipo de raciocínio pode parecer contrário ao senso comum: quando estamos mais fracos, é quando precisamos de uma estratégica mais radical, mais socialista, mais voltada a disputa do poder. Mas é exatamente disto que se trata: a esquerda está chamada a se mover em uma direção diferente daquela indicada pelo senso comum. Quando se trata de definir orientações táticas, é fundamental considerar o senso comum. O mesmo não é verdade quando se trata de definir orientações estratégicas, porque elas visam definir o caminho em direção a objetivos que por enquanto não fazem parte do senso comum das pessoas.

Desde 1995, prevaleceu no PT e na maior parte da esquerda brasileira a mesma "ilusão estratégica": a de que seria possível buscar e materializar certos objetivos de médio prazo -- bem estar, democracia, soberania e integração -- e ao mesmo tempo "conviver" – ainda que de maneira mais ou menos conflituosa -- com a classe dominante e com seus instrumentos de poder.

Por causa daquela ilusão estratégica, não foram poucos os que disseram que o golpe não viria, que Lula não seria preso, que Bolsonaro não se elegeria, tudo porque o empresariado capitalista e seus principais operadores não embarcariam nestas "aventuras". A vida demonstrou o contrário das ilusões. A postura

21 POMAR, V. V. R. Cultura, Política e Universidades. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Márcio Tavares. (Org.). Cultura e política no Brasil atual. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p. 131-142.

predominante no empresariado capitalista brasileiro, em seus sócios internacionais e também nos "setores médios tradicionais", não é a da conciliação de classe. Embora em alguns momentos, determinados setores e porta-vozes do grande empresariado tenham estabelecido relações amistosas com governos e lideranças de esquerda, o que predominou ao fim e ao cabo foi o mesmo que em toda nossa histórica: o máximo de exploração, com o mínimo de bem estar, liberdades e soberania.

O processo de formulação, no âmbito da teoria, e de aplicação, no âmbito da prática, de uma nova estratégia não será algo rápido nem tranquilo. Envolverá lutas e polêmicas no âmbito da esquerda e dos setores democráticos, que conviverão com os ataques da extrema-direita e com as reviravoltas da situação nacional e internacional. Uma nova estratégia não será formulada, portanto, a frio e distante das lutas práticas. Pelo contrário. Tampouco será formulada tentando copiar estratégias de situações passadas (1968-1974, 1978-1989, 1995-2015 etc.). O Brasil que temos diante de nós é profundamente diferente e exige uma análise concreta da situação concreta. Certamente será necessário defender o patrimônio acumulado pela esquerda nas últimas décadas, patrimônio que se concentra no Partido dos Trabalhadores e na pessoa de Lula. Mas o essencial será ampliar, organizar, formar e mobilizar a classe trabalhadora, único caminho para enfrentar as ameaças legais e ilegais do bolsonarismo; para defender as liberdades democráticas, o bem-estar, a soberania nacional e a integração; para derrotar o capitalismo e edificar o socialismo.

Referências

AMIN, Samir; ANDREANI, Tony Bari, D.; CABEZAS, R.; COMBES, F.; DELAUNAY, J-C; DRWESKI, B. FENG, J.; FOLLET, D.; HERRERA, R.; KEPING, Yu ; LAI, H.; LOSURDO, D.; MARINGIO, F.; PENG, P.; CARVALHO, J. R.; THEURET, P.; THÜRMER, Gyula; VANDEPITTE, M; YECHURY Sitaram; POMAR, V. V. R. . Chine et Amérique Latine. In: Patrick Theuret. (Org.). **La Chine et le monde**. 1ed.Paris: Le Temps des Cerises, 2013, v. 1, p. 150-157.

BOITO JR. Armando. Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Critica Marxista** (São Paulo), v. 42, p. 155-162, mai., 2016a.

BOITO JR., Armando. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. **Revista Princípios**, v. 142, mai-jul., 2016b.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Classes médias e política no Brasil: 1922-2016**. São Paulo: FGV Editora, 2020.

ILIADA, I.; CARDOZO, J. Eduardo; SORIANO, Joaquim; MIRANDA, Nilmário; BER-

ZOINI, Ricardo; JIARUI, Wang; GUOYOU, Wu; SHUJUN, Zhang; POMAR, V. V. R. **Socialismo na China e no Brasil**. Beijing: Editora do Mundo Contemporâneo, 2010. v. 1. 94p.

LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal. Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930/ Flávio Limoncic. – Rio de Janeiro: mimeo, 2000.

POMAR, Valter. **Contra o golpismo e a tendência suicida (2017-2018)**. 1. ed. SAO PAULO (SP): Página 13, 2018. v. 1. 642p.

POMAR, VALTER; ARKONADA, K. El gobierno Bolsonaro y la isquierda brasileña. In: Katu Arkonada. (Org.). **Más allá de los monstruos**. 1ed.Río Cuarto: UniRío Editora, 2019.

POMAR, Valter. A Revolução, Cem Anos Depois. In: Roseli Salete Caldart; Rafael Litvin Villas Bôas. (Org.). **Pedagogia Socialista**: Legado da Revolução de 1917 e desafios atuais. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2017, v. 1, p. 1-320

POMAR, V. V. R. Cultura, Política e Universidades. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Márcio Tavares. (Org.). **Cultura e política no Brasil atual**. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, v. 1, p. 131-142.

POMAR, Valter. Le implicazione strategiche della svolta a destra in Brasile. **MarxVentuno**, v. 1-2, p. 23-56, 2019.

POMAR, Valter. **Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962**. 1. ed. São Paulo: Associação de Estudos Página 13, 2021.

POMAR, Wladimir. **Os latifundiários**. São Paulo: Editora Página 13, 2009.

POMAR, Wladimir. **Brasil, crise internacional e projetos de sociedade**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

A CONSTRUÇÃO CONSTITUINTE DOS DIREITOS DA NATUREZA: REVISITANDO UMA HISTÓRIA COM MUITO FUTURO[1]

Alberto Acosta

"Talvez não exista uma causa maior, desde a
Declaração Universal dos Direitos Humanos, que lutar
pelos Direitos da Natureza".

Fernando Pino Solanas

"Nós, o povo soberano do Equador
decidimos construir
uma nova forma de convivência cidadã,
na diversidade e harmonia com a natureza,
para alcançar a bom viver, o umak kawsay "

Preâmbulo, Constituição do Equador, 2008

A integração dos Direitos da Natureza à Constituição da República do Equador em 2008 marco um fato histórico no país e no constitucionalismo mundial. Foi um acontecimento inédito, também referendado nas urnas pela esmagadora maioria do eleitorado, em um domingo, no dia 28 de setembro de 2008[2]. Apesar de sua contundente aprovação, falta muito para que a sociedade se empodere do que realmente representa esta carta magna: um projeto de vida em comum, que exige novas instituições sociais, econômicas e políticas prefiguradas constitucionalmente. Além disso, os governantes - Rafael Correa e Lenín Moreno - desrespeitaram sistematicamente a Constituição que juraram

1 Tradução de Raphael Castelo Branco da Silva.

2 O "Sim" obteve 63,93% dos votos; o "Não", 28,1%; os votos nulos foram 7,24% e os brancos 0,75%. (Considerando só os votos válidos, o "Sim" alcançou 82%). Recomenda-se ler o Informe Final sobre el Referéndum Constitucional Aprobatorio de Ecuador de 28 de setembro de 2008, elaborado pelo Centro Carter, em 25 de outubro desse ano.

defender: sendo assim, aqueles que deveriam ter sido seus principais defensores tornaram-se seus violadores mais constantes.

Isso deixa claro que uma Constituição baseada no garantismo não assegura que, na prática, as instituições sejam construídas e respeitadas e, tampouco, que o governo seja coerente com a Constituição. O texto constitucional, por si só, não é a peça chave para desterrar o autoritarismo, por mais que, como ocorre com a Carta Magna que estamos analisando, coloque a participação cidadã como um dos seus eixos centrais. A realidade não se escreve com uma Constituição. O contrário é o que ocorre. As pessoas não gozam de direitos só por estarem consagrados no texto constitucional, nem ganham poderes especiais apenas pelo fato destes terem sido escritos. A vigência da Constituição - para o bem ou para o mal - é disputada a partir da luta política concreta e permanente.

Embora uma Constituição não mude a realidade, seu conhecimento e validade ajudam a moldá-la. Por isso, para que seu cumprimento gere confiança, coesão social e institucionalidade, é necessária uma sociedade permanente, fortalecida por sua Constituição, que exija o cumprimento de seus direitos e garantias e que cumpra suas obrigações. Além disso, neste empoderamento, a mesma sociedade deve questionar a Constituição e disputar sua vigência e permanente aperfeiçoamento.

Em meio a essa realidade crua no qual a Constituição e a sociedade se constroem perpetuamente, muitos elementos fundamentais da Constituição foram e são objeto de discussão dentro e, ainda mais, fora do país. É o caso do marco dos Direitos da Natureza, tema cuja gênese, evolução e abrangência merecem uma leitura atenta.

A constituição: um projeto de vida em comum

"Uma constituição não é somente uma norma jurídica, mas também um processo social, um sistema de direitos imbuídos na consciência dos cidadãos, a constituição é uma cultura".

Agustín Grijalva[3]

Toda Constituição reflete um momento histórico, cristalizando processos sociais acumulados e alicerçando uma forma de entender a vida. Não é um simples exercício jurídico de avanço (como alguns constitucionalistas o vêem), nem

3 Do prólogo do livro de Ramiro Ávila Santamaría (2011); **El neoconstitucionalismo transformador – El estado y el derecho en la Constitución de 2008**; texto recomendado para entender o processo de Montecristi.

é o resultado do trabalho de um ou vários iluminados. Além da sua indubitável transcendência jurídica, uma Constituição é sempre um projeto político, como é o caso da Constituição de Montecristi - povoado de pessoas maravilhosas onde decorreram os debates constituintes - e foi impulsionado um projeto político de vida em comum de forma participativa, com elementos que antecedem uma mudança civilizacional.

Sendo assim, a Constituição de Montecristi foi elaborada com o apoio ativo da própria sociedade, rompendo a longa tradição elitista e a conflituosa vida constitucional equatoriana. A participação popular, dentro e fora de Montecristi, foi excepcional. Como contrapelo, a Constituição de 1998 foi feita na Academia de Guerra del Ejército, em Sangolquí, em um vale próximo a Quito, ou seja, foi preparada por uma constituinte "esquartelada".

Em consonância com essa abertura, a Constituição de 2008 inclui muitas demandas e expectativas acumuladas em nível nacional, regional e até mesmo global. Da mesma forma, pretendeu ajudar a impulsionar mudanças estruturais fora do Equador, por exemplo, estabelecendo a necessidade de construir a cidadania universal ou os próprios Direitos da Natureza, além de sistemas de arbitragem internacional para a dívida externa, para citar apenas três pontos. Em definitivo, a Constituição teve a intenção de reunir múltiplas alternativas e propostas de transformações substanciais, levantadas no calor de décadas de resistência e lutas sociais que tanta dor custaram ao povo equatoriano.

O debate tornou-se uma verdadeira *minga* democrática, extremamente original, na complexa história constitucional do Equador (que inclui 21 constituições desde 1830 e um elevado número de assembleias constituintes)[4]. Mais do que os parlamentares constituintes, também foi crucial a participação de muitas organizações sociais e de cidadania em geral, que apoiaram e propiciaram um debate democrático e plural incentivado desde Montecristi, enfrentando posições conservadoras e retardatárias até do próprio governo e de seu presidente[5], que, de forma paradoxal, diziam "apoiar" o processo constituinte.

A Constituição de 2008, com seus 444 artigos, rompeu a visão clássica que prioriza alguns direitos sobre outros ao reconhecer os direitos como in-

4 No original: "El debate devino en una verdadera *minga* democrática en extremo original en la compleja historia constitucional del Ecuador (que incluye veintiún constituciones desde 1830 y un número elevado de asambleas constituyentes)." Optou-se por manter o termo no original, utilizando o itálico, tal como o autor. De acordo com o Diccionario Esencial de la Lengua Española da Real Academia Española: Expressão andina; 1. Reunião de amigos e vizinhos para fazer algum trabalho gratuito em comum. 2. Trabalho agrícola coletivo e gratuito com fins de utilidade social. (Nota do tradutor).

5 Uma reflexão detalhada da gestão do Correísmo, sobretudo na economia, pode ser consultada no livro de Acosta, Cajas-Guijarro (2018).

terdependentes e de igual hierarquia (art. 11, inc. 6). Esta Constituição classifica os direitos de forma diferente da classificação tradicional e colonizadora de inspiração europeia (com gerações de direitos que priorizam a liberdade, a propriedade e os direitos políticos de uma democracia representativa). Agora, todos os direitos possuem a mesma hierarquia, mas sempre aceitando como fundamental a proteção da vida e dos grupos de atenção prioritária, comunidades, povos e nacionalidades, incluindo ai a Natureza. Por sua vez, todos esses direitos possuem um correlato em uma sessão dedicada às responsabilidades.

Fruto de intensos debates, cabe destacar que, no texto constitucional, encontramos também várias tensões não resolvidas. Em particular, a Constituição tem o que poderiam ser dois regimes com a mesma hierarquia: o "Bom Viver" e o "Desenvolvimento", que, em essência, são incompatíveis se aceitarmos que o Bom Viver não é uma alternativa de desenvolvimento, mas, definitivamente, uma alternativa ao desenvolvimento. Além disso, a Constituição gera confusões e contradições ao dizer que:

> o regime de desenvolvimento é o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais, que garantem a realização do Bom Viver, do sumak kawsay (Art. 275).

Na constituição, o "regime de desenvolvimento" exige uma planificação participativa e que deve expressar-se nas áreas do trabalho, tanto como da soberania alimentar, econômica e energética[6]. Em paralelo, o "regime de Bom Viver" aglutina questões de inclusão e equidade (educação, saúde, moradia, cultura, etc.), biodiversidade e recursos naturais. Aqui, emerge uma tensão, pois a conquista constitucional do Bom Viver vincula-se com vários direitos - como os da Natureza - que, para cristalizar-se, exigem uma superação conceitual e estrutural das "estratégias de desenvolvimento".

Outra tensão notável nasce das duas dimensões no qual a Natureza é vista: Ou como sujeito de direitos, com seres que não podem ser apropriados (e, por tanto, tampouco podem ser mercantilizados) e cuja defesa é um direito que deve cristalizar- se por indivíduos, comunidades, povos e nacionalidades indígenas; ou como mera provedora de recursos naturais, cujo propriedade corresponde ao Estado.

Apesar dessas tensões, na Constituição, impregnou-se princípios e diretrizes dos Direitos da Natureza e do Bom Viver como resultado de uma dispu-

6 Ver a discussão sobre soberanias no livro do mesmo nome editado na série Debate Constituyente, coordenado por Alberto Acosta e Esperanza Martínez (2010).

ta pelo sentido histórico para a superação do "desenvolvimento / progresso". Além disso, a partir de várias abordagens constitucionais, o Bom Viver pode ser visto como uma opção pós- desenvolvimentista a ser construída, que encontra nos Direitos da Natureza uma base poderosa para impulsionar, inclusive, uma grande transformação civilizacional.

Cabe esclarecer que o Bom Viver e os Direitos da Natureza não são uma inovação da Montecristi ou de seus participantes. Esses marcos surgem no Equador a partir de uma longa luta de resistência e da construção simultânea de alternativas, que quase sempre têm como germe o protesto popular. Para que não reste dúvidas, aquelas resistências e buscas por alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares - particularmente indígenas, sindicais, ambientalistas, feministas, estudantes - surgiram muito antes do início do processo constituinte que estamos analisando. Cabe complementar que, aqui, trata-se de uma investigação que aglutina experiências estrangeiras e outras leituras de diferentes latitudes. E que, como se verá mais adiante, no caso dos Direitos da Natureza, insere-se em vários processos em marcha, inclusive anteriores a Assembleia Constituinte de Montecristi.

Em resumo, essas conquistas constitucionais que tentaram sintetizar as aspirações populares são difíceis ou impossíveis de aceitar (e, inclusive, compreender) para os constitucionalistas tradicionais e conservadores de todos os matizes. Quem vê seus privilégios ameaçados com a Constituição de Montecristi ou a assume como uma representação viva da verdade limitada à Modernidade, ou não descansa em combatê- la. Assim, nestes anos, várias posições conservadoras convergiram de múltiplas ideologias - de liberais ao socialistas - opostas às essências da Constituição, como o Bom Viver, o Estado Plurinacional ou os próprios Direitos da Natureza.

Em suma, a Constituição não fornece apenas a base para o desenvolvimento de leis, políticas e ações a serem construídas a partir das experiências de cada pessoa ou grupo envolvido. Em última instância, brinda horizontes de mudança que prenunciam outra sociedade e outra civilização, no qual a vigência dos Direitos da Natureza ajuda a superar o antropocentrismo.

E é preciso reiterar que é a sociedade que escreve a Constituição, e não o contrário, mas isso não minimiza o potencial transformador de uma Constituição, desde que se aplique ela adequadamente. Tal questão reflete desafios enormes e contínuos: a Constituição é a meta ao refletir os objetivos das lutas de resistência e a construção democrática de novas visões de vida, mas é apenas o primeiro passo para uma sociedade radicalmente democrática, como prevê o texto constitucional. Portanto, uma Constituição transformadora, como a de

Montecristi, não é um instrumento para manter o *status quo*. Pelo contrário, deve democratizar cada vez mais a sociedade.

Os Direitos da Natureza: Do Equador ao mundo

"Amarás a Natureza da qual formas parte"

Montecristi, esse pequeno povoado na costa equatoriana, na província de Manabí, onde foi redigida e aprovada a Constituição, será lembrada como o berço dos Direitos da Natureza, dos direitos da Mãe Terra ou da Pachamama. Lá foi dado um passo transcendental, impensável e ainda inaceitável para muitos.

Repetiu-se a história. A emancipação dos escravos ou a extensão dos direitos de afro-americanos, mulheres, meninos e meninas, foram rechaçadas em seu tempo por serem considerados absurdos. Bastaria recordar que, quando se "libertou" os escravos no Equador[7], não faltou quem reclamou das "perdas" sofridas pelos seus "proprietários", no qual foi restringido a "liberdade" para a comercialização, para utilizar e explorar os mesmos... Algo similar ocorreu quando questionou-se o emprego de crianças na Inglaterra no início do século XIX: "*A polêmica foi enorme*", nos lembra Ha-Joon Chang (2012): "*Para os detratores da proposta, ela cerceava a liberdade de contratação e destruía os alicerces do livre mercado*". Sem dúvida que a "liberdade" (em termos gerais-abstratos) dependo do prisma no qual se mira, o que quase sempre está correlacionado com a posição de cada um na sociedade.

O direito de ter direito sempre exigiu um esforço político para mudar as normas que negam esses direitos. E se os direitos - salvo os que orientam grupos marginalizados, por exemplo - não são para todos, resulta-se então em privilégio... de poucos, como é comum em sociedades coloniais e classistas.

A conjuntura durante a criação constituinte, a intensidade do debate e o compromisso de um grupo significativo de parlamentares constituintes, todos assentados no acumulado histórico de lutas ecologistas e, sobretudo, baseados em visões indígenas, permitiram que - depois de um trabalho árduo - finalmente se aceitasse a iniciativa de que a Natureza seja sujeita de direitos. Uma ação que,

7 No caso do Equador, os afro-escravizados não foram libertados diretamente. Eles foram alforriados. Ou seja, comprou-se sua liberdade, indenizando os donos dos escravos em 1852, no governo do general José Maria Urbina. Saiu-se da escravidão, mas outras formas coloniais de exploração não se extinguiram, como a concertaje, prática quase escravizadora que pesava sobre os povos originários. E, por certo, não houve nenhuma reparação para os escravos. Ver, entre outros textos relevantes, em Laspierre Robles e Macías Marín (2018).

convém esclarecer, foi inspirada a nível nacional, com muito pouca influência externa, apesar de os Direitos da Natureza terem uma longa e rica história que, como se verá mais tarde, remonta a muito antes de Montecristi.

Conforme assinalamos com Decio Machado, analisando os "*Ambientalismos e conflitos atuais na América Latina - Movimentos comprometidos com a vida*" (Acosta, Machado 2012), a história da Humanidade é a história do domínio do homem - sim, no masculino - sobre a Natureza. Por séculos, a relação sociedade - meio ambiente foi marcada pelo utilitarismo e a pela exploração de recursos. No capitalismo, essa relação - reforçada pelas ideias de "progresso" e "desenvolvimento" - tem gerado efeitos preocupantes (contaminação, escassez de recursos, colapso climático, pandemias múltiplas, etc) que apontam para uma terrível catástrofe ambiental. Essa realidade dá conta da separação entre a Humanidade e a Natureza ao longo da história. Mas, ao mesmo tempo - resgatando as lutas de resistência e da re-existência diante do extrativismo, por exemplo - mostra as possibilidades do ser humano se reunir com sua Mãe Terra, algo que recebe um potente elogio a partir do pensamento ambientalista e, posteriormente, ecológico, com iniciativas orientadas que visam construir uma nova relação com o meio natural. Esse processo, longo e complexo, é reforçado pelas lutas pela construção de alternativas de diversos grupos populares, principalmente indígenas.

De fato, há uma confluência na defesa da Mãe Terra de comunidades indígenas com grupos camponeses e urbanos que poderiam se considerar enquadrados no ecologismo popular. Assim, em 1997, Joan Martínez Alier - economista ecológico de renome mundial -, ao reconhecer o potencial transformador dessas resistências, dizia, referindo-se aos conflitos socio-ambientais no Equador:

> A resistência do ambientalismo popular pode ser, além de um sinal de protesto, um instrumento para mudar os rumos da economia mundial em direção a uma maior sustentabilidade ecológica.

Muitos desses conflitos socio-ambientais foram compilados em uma investigação notável sobre a situação em Costa, Sierra e Amazonía. Essa é uma trilogia fundamental sobre o tema: "Conflictos socioambientales en las Ciudades", "Ecologismo ecuatorial" e "Desarrollo eco-ilógico" (Anamaría Varea et al 1997)[8]. Este trabalho pioneiro no Equador e América Latina, como reconheceu o próprio Martínez Alier no prólogo da própria investigação, não só representou casos de resistências em todas as regiões do Equador, como também refletiu sobre temas jurídicos, institucionais, políticas ambientais, propos-

8 Destaco a enorme influência de minha companheira, Anamaría Varea, ecologista de formação e convicção, que tem sido um pilar fundamental para mim em todas essas lutas.

tas alternativas, grupos sociais comprometidos e a origem em si do ecologismo nesse país, entre outras questões relevantes. Trata-se, pois, de uma leitura obrigatória para compreender melhor os antecedentes da expedição dos Direitos da Natureza no Equador.

Isso é fundamental: as raízes dos Direitos da Natureza (ao menos, no Equador), embora pareçam invisíveis a certas leituras preconceituosas ou simplesmente superficiais, estão profundamente inseridas no mundo indígena. Ainda que o tronco e os ramos desta grande árvore de cruzamento intercultural estejam também enriquecidos com enxertos não indígenas.

Assim, embora os indígenas não tenham um conceito de Natureza como o que existe no ocidente, sua contribuição é fundamental. Eles entendem perfeitamente que a Pachamama é sua Mãe, não uma mera metáfora. Nas palavras de Nina Pacari (2019), destacada intelectual e política indígena:

> A noção de que a Natureza tem vida e que se trata de um sujeito com direitos nasce nos povos indígenas como parte de um todo na relação ser humano - natureza - sociedade. (…) e, em luta em defesa do meio ambiente em nosso país, uma das correntes das organizações ambientais ecoa o pensamento indígena, superando o mero conservacionismo ou a abordagem do desenvolvimento sustentado ou sustentável, assumindo assim a Natureza como um sujeito que precisa ser tutelado em seus direitos.

É evidente que, na Modernidade, o ser humano tem figurativamente falando à margem dela ... para dominá-la. Porém, cada vez mais avançamos e consolidamos as preocupações e ações para nos reencontrarmos com essa Mãe; e, paulatinamente, assume-se que somos a Natureza em sintonia com as leituras que vêm de dentro da própria Modernidade, como veremos mais adiante.

Essa combinação de aproximações é fundamental. Esperanza Martínez (2014) reconhece que "*esses direitos (da Natureza) não provém de uma matriz exclusivamente indígena*". Nesse sentido, todo esforço para plasmar os Direitos da Natureza insere-se em "*uma reiteração da mestiçagem*", onde recuperam-se elementos de todas aquelas culturas ocidentais e indígenas que se relacionaram na vida. E que encontram na Pachamama o âmbito da interpretação da Natureza, um espaço territorial, cultural e espiritual.

No Equador, consequentemente, desde o mundo indígena e, somando as lutas de resistência de diversos grupos ecologistas[9], surgiram as ideias principais

9 A lista de organizações ecologistas e ambientalistas é longa. Correndo o risco de que o esquecimento involuntário marginalize algumas delas, ressalta-se aqui o papel fundamental, radical e sustentado da Acción Ecológica, assim como a contribuição da já desaparecida Fundación Natura, pioneira nas lutas ambientalistas.

e básicas para moldar os Direitos da Natureza. Peço desculpas por começar um diálogo em primeira pessoa, mas a primeira vez que ouvi falar sobre os Direitos da Natureza foi com o jurista Ciro Angarita Barón (1939-1997), colombiano, que ditou um curso no Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo em meados dos anos 90 do século passado. Se bem que, (ainda que), não tenha escrito diretamente, suas contribuições foram muito valorizadas para a defesa da natureza[10] (Herrán 2017).

O importante é considerar que, quando se discutiu que a Natureza podia ser sujeito de direitos, a época era de resistência e de construção de alternativas. As nuvens estavam carregadas para o que logo seria uma chuva torrencial de ideias, propostas e projetos. Chuva que viabilizaria essas épocas de criação. Tanto foi assim que, no Plano de Governo do Movimento Alianza País 2007-2011 (documento escrito coletivamente em 2006 e que foi referência para a Constituição de Montecristi), levantamos, entre outras coisas, que:

> Sonhamos com um país onde os seres humanos convivam harmonicamente com a Natureza, com suas plantas, com seus animais, com seus rios e lagoas, com seu mar, com seu ar, com seus solos, e todos aqueles elementos e espíritos que fazem a vida possível e bela. Um país onde a mercantilização predatória da Natureza não seja possível, no qual o ser humano é mais uma parte dela e não o seu centro destruidor. Sonhamos com uma sociedade que celebre dia a dia a riqueza da vida, com sua sua grande diversidade biológica e cultural, a sua Natureza compartilhada harmonicamente como base de comunidades democráticas e livres. Com um país que valorize, para seus habitantes e para seus visitantes, suas maravilhosas regiões litorâneas, montanhosas, amazônicas e insulares.

Como sempre, o acaso foi crucial. Em algum momento, no início da Assembleia Constituinte, recebi vários defensores dos Direitos dos Animais, tema que muitos parlamentares constituintes simpatizavam[11]. Vi ali uma brecha para

10 Como exemplo das principais contribuições estão as sentenças constitucionais sobre: Direito ao ambiente são.
http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1992/T-415-92.htm http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1992/T-536-92.htm http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1992/t-428-92.htm Direito ao ambiente são e ações populares: http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/1993/SU067-93.htm
Também pode-se reconhecer seu artigo sobre o desenvolviento normativo na Colômbia, relativo ao direito do ambiente são:
http://revistasojs.unilibrecali.edu.co/index.php/rclj/article/viewFile/547/866
Até hoje existe uma Cátedra Ciro Angarita Barón de Medio Ambiente y Derechos Colectivos. http://www.defensoria.org.co/red/_item=0850&_secc=08&ts=1

11 Vários congressistas tinham simpatia pelos animais, principalmente pelos seus mascotes. Isso permitiu que se discutisse, por exemplo, a possibilidade da proibição total das corridas de touros e das brigas de galo. A tese não prosperou.

introduzir a discussão. Quando iniciamos os debates constituintes, com o apoio de Esperanza Martínez e Paco Rhon (assessores fundamentais do presidente da Assembléia Constituinte), escrevi um artigo sobre o tema. Dei como título "*Os animais tem direitos?* (Acosta 2008b y 2008a)[12]. Esse texto, difundido no início de 2008, começou a esquentar o ambiente e nos serviu para identificar com mais clareza os e as parlamentares constituintes inclinados a apoiar os Direitos da Natureza.

Poucos dias depois, propus publicamente outro texto mais longo para discussão: "A natureza como sujeito de direitos" (Acosta 2008c e 2008a). Este artigo, também trabalhado com meus assessores, foi publicado no dia 28 de fevereiro de 2008 no site da Assembleia Constituinte e teve acolhimento, inclusive, fora do país[13]. Levantou-se ali a questão dos Direitos da Natureza.

Entre outras questões, o artigo propunha que:

> É urgente entender que o ser humano não pode sobreviver a margem da Natureza, que, aliás, contém cadeias alimentares indispensáveis para a vida da humanidade. O ser humano faz parte dela, e não a tem como se fosse uma cerimônia em que o ser humano é o espectador.
>
> Todo o anterior leva a entender que a Natureza deve ser assumida como sujeito de direitos. E que devemos reconhecer os Direitos da Natureza a partir da identidade do ser humano que encontra a si mesmo e é parte dela. E, a partir dessa perspectiva ampla e inclusiva, o novo marco normativo constitucional de nosso país, consequentemente, teria que reconhecer que a Natureza não é apenas um conjunto de objetos que podem ser de propriedade de alguém, mas também um sujeito próprio com direitos legais e com legitimidade processual.

Ali, inspirado no que se conhece como "democracia da Terra", levantou-se os seguintes pontos fundamentais:

> • Os direitos humanos individuais e coletivos devem estar em harmonia com os direitos das outras comunidades naturais da Terra
> • Os ecossistemas tem direito a existir e seguir seus próprios processos vitais
> • A diversidade da vida expressada na Natureza é um valor em si mesmo
> • Os ecossistemas tem valores próprios que são independentes da utilidade para o ser humano"

12 Em sincronia com essa questão, pode-se revisar a reflexão de Maristella Sampa sobre o livro de Sue Donaldson e Will Kumlicka: *Zoopolis, Una teoría política para los derechos de los animales*. Nessa reflexão, Svampa ressalta o vínculo entre política, cidadania e direitos dos animais. Ver *Nueva Sociedad*: http://nuso.org/articulo/animales-derechos-sociedad-moral-politica/. O tema de uma metacidadania ecológica já foi proposto por Eduardo Gudynas em várias contribuições, como por exemplo o artigo "Ciudadanía ambiental y meta-ciudadanías ecológicas. Revisión y alternativas en América Latina" (2009b).
13 Consultar em: http://www.ecologiasocial.com/biblioteca/AcostaNaturalezaDerechos.htm

> • O estabelecimento de um sistema legal no qual os ecossistemas e as comunidades naturais tenham um direito inalienável de existir e prosperar situaria a Natureza em um nível mais alto de valores e de importância. Sem dúvida, isso terá como efeito direto prevenir os danos, repensar muitas atividades humanas cujo custo ambiental é demasiadamente grande, aumentando a consciência a respeito dos outros"
>
> "Chegará o dia em que o Direito da Natureza será, pela consciência de todos e todas, cumprido, respeitado e exigido. E espero que não seja tarde. Todavia estamos a tempo de que nossas leis reconheçam o direito de um rio fluir, proíbam atos que desestabilizem o clima da Terra e façam respeitar o valor intrínseco todo ser vivo. É hora de parar a mercantilização desenfreada da Natureza, como foi, outrora, proibir a compra e a venda de seres humanos.

Ao dizer isto, não pretendo de forma alguma assumir-me como "o protagonista" do processo. Só quero lembrar como construímos o cenário para dar aquele passo transcendental que estamos analisando. A própria Constituição, incluindo os Direitos da Natureza - no qual foi dito anteriormente - nasce de uma construção coletiva: uma minga democrática; algo que é sistematicamente negado por múltiplas forças antagônicas. Isso deve ser ressaltado para que nenhum aventureiro pretenda aparecer como dono da ideia dos Direitos da Natureza, ou então que fale como a sua contribuição foi decisiva na redação do artigo.

Destaco, no entanto, a significativa contribuição conceitual do uruguaio Eduardo Gudynas que esteve em Montecristi, carregado de reflexões provenientes do que há de mais profundo da ecologia e dos direitos, e que se tornou um dos maiores promotores dos Direitos da Natureza (2009a, 2016, 2018). Agradeço também a contribuição da Fundación Pachamama: um grupo de seus membros visitou a Assembleia de Montecristi para informar a emissão de portarias inspiradas nos Direitos da Natureza em alguns municípios dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que ajudou a divulgar o debate, especialmente no exterior. Sem negar essa contribuição, ela não pode ser super valorizada na aprovação dos Direitos da Natureza, tal como fazem em alguns pontos de um comunicado em que divulgam a aprovação constitucional dos Direitos da Natureza[14].

Um dado curioso. Os Direitos da Natureza foram apoiados especialmente por parlamentares maiores de idade, como, entre outros, Rafael Estevez, Pilar Nuñez, Rosario Palacios, Aminta Buenaño ... Muitos jovens "patinaram" com o

14 Recomenda-se ler sobre alguns detalhes do processo de comunicação oficial da Fundación Pachamama, dee 29 de setembro de 2008 "*¡La Constitución Ecuatoriana es la primera constitución en el mundo en reconocer los derechos de la naturaleza!*", disponível em seu portal: http://derechosnaturaleza.blogspot.com/

tema. Uma exceção importante foi Norman Wray, que, gradualmente, comprometeu-se com a tese e contribuiu decisivamente para sua aprovação.

Na mesa do meio ambiente (5), presidida pela indígena Mónica Chuji, o tratamento dos Direitos da Natureza foi complexo. Tornaram sua vida impossível, no qual vários parlamentares constituintes, inclusive os oficialistas, que tinham pouca ou nenhuma sensibilidade para essas questões. Ali havia um ambiente muito complexo. Houve assessores presidenciais que bloquearam o trabalho uma e outra vez... E no final, os textos não foram processados por aquela mesa. Tanto é que a proposta final foi trabalhada na Presidência da Assembleia com a equipe de assessoria[15]; e foi introduzida para debate pela mesa (1), a dos direitos, porque na mesa (5) corríamos o risco de seu desaparecimento. Naquela mesa mais tarde fizeram algumas alterações. Entretanto, basicamente, respeitaram a proposta.

Não podemos deixar de mencionar, ainda que rapidamente, outros pontos conflitivos no debate. A aprovação da água como direito humano fundamental[16] não foi fácil: inclusive, um par de parlamentares constituintes oficialistas, que cercavam o então presidente Rafael Correa, defendiam sua privatização... Igualmente duros foram os debates para proibir os transgênicos e, em especial, a consulta prévia, livre e informada, assim como o consentimento prévio que não teve respaldo do presidente da República, bloqueando a sua aprovação na Assembleia... Esse ponto tencionou a corda uma ou outra vez.

O tema da reparação e, inclusive, da restauração, tem outra origem: várias contribuições foram valiosas, como o de Carlos Berinstain, que participou de várias comissões da verdade e investigou a enorme destruição causada pela Texaco (Berinstain, Páez Rovira, Fernández, 2010). O direito à resistência foi trabalhado com Julio César Trujillo (constitucionalista muito comprometido com as transformações sociais). E aqui também destaco a contribuição e o comprometimento de Edwar Vargas, assessor de temas indígenas.

Para assessorar a Assembleia contamos, fora dela, com uma equipe externa de constitucionalistas e especialistas, que trabalharam com o respaldo do Insti-

15 Grande parte da troca de comunicações sobre essas questões está armazenada no arquivo do ex-presidente da Assembleia Montecristi.

16 Essa proposta surgiu de diversos grupos, sobretudo camponeses e indígenas. Por isso, em meio a discussão constituinte, difundi um pequeno artigo onde defendia que a água seja considerada direito fundamental, intitulado "*La paradoja de una Amazonía sin agua para sus pobladores*", de 9 de fevereiro de 2008. (Acosta 2008d). Posteriormente, em plena discussão constituinte sobre o tema, escrevi o artigo "*El derecho al agua, una causa común*", de 6 de maio de 2008 (Acosta 2008e) e o artigo "*El agua en la nueva Constitución; otra buena razón para el SI*", em 11 de julho de 2008 (Acosta 2008f). Sobre essa questão, pode-se consultar também o livro "*Agua – un derecho humano fundamental*" (Acosta, Martínez compiladores 2010)

tuto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS-FES), liderados por Trujillo. Aqui, também, foi necessário um grande esforço para convencê-los de que esses direitos ampliavam os Direitos Humanos .... Nessa empreitada, foi importante a contribuição de Carlos Larrea, que ajudou na argumentação em várias reuniões. Os assessores espanhóis, constitucionalistas experientes, se opuseram sistematicamente ao tema... eles não entenderam como a Natureza podia ser sujeito de direitos, nem apoiaram teses como a do Estado plurinacional ou mesmo Bom Viver[17].

No contexto dessas discussões, complexas, duras e conflitivas, conseguimos cristalizar os Direitos da Natureza.

A reflexão é enriquecida quando se recorda os detalhes desses debates constituintes, no qual se avançou com mecanismos e apoios *sui géneris*, como a "intervenção" do grande pensador uruguaio Eduardo Galeano. Isso é mais que uma informação anedótic. Logo depois que ele conheceu o que se discutia nessa pequena localidade do mundol, preparou um artigo vibrante, denominado "*La naturaleza no es muda*" (2008). Com esse texto, Galeano consolidaria uma posição que não parecia tão promissora no início do processo constituinte. As dúvidas dos constituintes que apoiaram esta iniciativa foram muitas. Inclusive ele, Galeano, que sempre quebrou lanças pela vida, desde sempre, hesitou em difundir sua escrita. Em comunicação dirigida a Esperanza Martínez, mencionada assessora da Presidência da Assembleia, dias antes da publicação de seu artigo, em 18 de abril de 2008, no semanário uruguaio Brecha, manifestou sua preocupação ao dizer que "*Prefiro esperar, para evitar que o artigo tenha uma vida curta. Os fatos, às vezes imprevisíveis, poderiam desautorizá-lo como expressão de desejos, e assim pouco serviria*".

Mas os temores do grande instigador uruguaio foram superados. E o artigo de Galeano, distribuído entre os constituintes por despacho do presidente da Assembleia Constituinte para a 40ª sessão plenária, realizada em 29 de abril de 2008, foi decisivo. Foi citado em plenário por mais de um deputado, entre outros, por Rafael Esteves, que, em uma intervenção memorável, leu trechos do artigo de Galeano. A afirmação de Galeano - membro da assembleia constituinte em Montecristi (Acosta 2010c) - foi fundamental:

> A natureza tem muito a dizer e já é tempo de nós, seus filhos, não sigamos nos fazendo de surdos. E, quiçá, até mesmo Deus escute a chamada que ressoa deste país andino

17 Embora suas contribuições mereçam ser reconhecidas e agradecidas, deve-se rejeitar a simplicidade mal-intencionada de quem afirma que foram esses (três) assessores espanhóis que redigiram o texto constitucional, como tem sido perversamente repetido por vários setores conservadores (neoliberais ou socialistas)

> • Equador - e agregue o décimo primeiro mandamento que havia esquecido nas instruções que nos deu do Monte Sinai: 'Amarás a Natureza, da qual fazes parte'.

A Assembleia Constituinte e, logo depois, o povo equatoriano, que aprovou em massa a nova Constituição em um referendo no dia 28 de setembro do mesmo ano, escutaram à Natureza. Sem dúvida, Eduardo Galeano contribuiu para consolidar o direito de existência do ser humano, que é, em última instância, do que se trata.

Agora, antes de entrar nos principais detalhes dos Direitos da Natureza, vale a pena rever as bases fundadoras da Modernidade e como elas consolidaram uma falsa imagem antagônica entre Humanidade e Natureza.

A natureza no cavalete de tortura da Inquisição capitalista

Se a ideia de "desenvolvimento" - conceito que ganhou força em 1949 - carcomida atualmente pelas pelas chamas da crise, é urgente questionar também o conceito de "progresso", que surgiu com força há cerca de 500 anos na Europa. Os elementos substanciais da visão dominante do "desenvolvimento" são nutridos pelos valores impostos pelo progresso civilizacional europeu. Um processo extremamente expansionista e influente, mas também destrutivo, sustentado em bases coloniais, racistas e patriarcais.

Desde 1492, quando a Espanha invadiu Abya Yala (América) com uma estratégia de dominação para a exploração, a Europa impôs sua imaginação para legitimar a superioridade do europeu, o "civilizado", e a inferioridade do outro, o "primitivo". Aqui emergiu a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Essas colonialidades, que nos regem até os nossos dias, explicam a atual organização do mundo em seu conjunto, como um ponto fundamental na agenda da Modernidade[18].

Para cristalizar a expansão, a Europa consolidou uma visão que colocava o ser humano falando figurativamente fora da Natureza. A Natureza foi definida sem considerar a Humanidade como parte integrante da mesma, desconhecendo que o ser humano também é Natureza. Assim, o caminho estava aberto para a dominação e a manipulação da mesma.

Sir Francis Bacon (1561-1626), célebre filósofo renascentista, capturou essa ansiedade em um imperativo, cujas consequências vivemos até hoje, ao insistir

18 Entre os críticos da colonialidade, destacamos Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura de Souza Santos, José de Souza Santos, Enrique Dussel, Edgardo Lander, Enrique Leff, Alejandro Moreano, entre outros

que a "a ciência torture a Natureza, como fazia o Santo Ofício da Inquisição com seus réus, para conseguir revelar o último dos seus segredos"[19].

Não foi somente Bacon. Também René Descartes (1596-1650), um dos pilares do racionalismo europeu, considerou que o universo é uma grande máquina sujeita a leis. Tudo foi reduzido à matéria (extensão) e movimento. Com essa metáfora, ele fazia referência a Deus como o grande relojoeiro, encarregado não apenas de "construir" o universo, mas de mantê-lo funcionando. E, ao analisar o método da incipiente ciência moderna, disse que o ser humano deve converter-se em dono e possuidor da Natureza. Foi a partir dessa fonte cartesiana que ocorreu a nutrição para outros filósofos notáveis que influenciaram o desenvolvimento da ciência, tecnologia e das técnicas.

Por certo, tal visão de dominação tem também profundas raízes judaico-cristãs. Recordemos aquela passagem de Gênesis, em que se estabelece esse imperativo:

> E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança; que eles dominem os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os répteis ... e criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus os criou; homem e mulher. E nos abençoou Deus e disse-lhes: cresçam, multipliquem-se, encham a terra e submetam-a; dominem os peixes do mar, os pássaros do céu e todos os animais que se movem na terra (Génesis 1.26).

Mas também a Bíblia, em outras passagens, estabelece que os humanos devem ser responsáveis com a Natureza. Responsabilidade assumida muitos séculos depois por Francisco de Assis, cujo pensamento serviu de inspiração para a encíclica *Lautado Si* do Papa Francisco (2015), que questiona o antropocentrismo exacerbado que causa a destruição da Mãe Terra, tanto como a exploração dos seres humanos por parte do capitalismo. Seu pronunciamento é claro:

> O antropocentrismo moderno, paradoxalmente, acabou por colocar a razão técnica sobre a realidade, porque este ser humano não sente a natureza como norma válida, e menos ainda como refúgio vivo... Na modernidade houve um grande excesso antropocêntrico.

19 Sobre essa afirmação, pode-se consultar em Max Neef, Manfred Conferencia dictada en la Universidad EAFIT, Medellín Colombia. http://www.umanizales.edu.co/programs/economia/publicaciones/9/desescalhum.pdf.
Recordemos também que, naquela época, havia limitações à pesquisa científica: Giordano Bruno (1548-1600) foi perseguido e executado pela Inquisição , entre outros motivos, por seu panteísmo, uma vez que sustentava que o universo tem vida e alma, que é Deus. Ele foi um mártir da ciência pela defesa das idéias heliocêntricas, que sustentam que a Terra e os outros planetas giram em torno do sol.

Voltemos à ordem cronológica. Em termos práticos, Cristóvão Colombo, com sua histórica viagem em 1492, lançou as bases para a dominação colonial, com consequências indubitavelmente presentes até os dias de hoje. O genovês buscava recursos naturais como especiarias, sedas, pedras preciosas e, sobretudo, ouro. Segundo ele, que mencionou este metal precioso 175 vezes em seu diário de viagem:

> o ouro é excelente; o ouro torna-se um tesouro e, com ele, quem o possui faz o que quer no mundo e chega inclusive até a conduzir almas ao paraíso.

Sua viagem, em consequência, abriu as portas para a conquista e a colonização. Assim, em nome do poder imperial e da fé, iniciou-se uma exploração implacável dos recursos naturais e humanos, gerando o genocídio de muitas populações indígenas.

O desaparecimento de povos indígenas inteiros foi coberto com a incorporação de escravos africanos, todos buscando ter uma força de trabalho barata e submetida; escravos que logo constituiriam uma importante contribuição para a industrialização. Isso seria reconhecido por Karl Marx (1846)[20]. Assim, para lançar as bases do mercado global, junto com a exploração do ser humano, também forjou-se um esquema extrativista de exportação da Natureza das colônias, de acordo com as demandas de acumulação de capital dos países imperiais, os atuais centros do então nascente capitalismo (Consult Acosta 2009).

Ao mesmo tempo, o progresso tecnológico, sempre nas mãos dos centros, posicionou-se ao "serviço" da Humanidade. Desde então, pouco tem-se falado sobre as contradições geradas em termos de desigualdade social, degradação ambiental, desemprego e subemprego, entre outros elementos que até colocam a vida no planeta em perigo. Esse questionamento não marginaliza as vantagens potenciais da tecnologia, mas busca superar visões ingênuas - e até simplistas - com as quais os "avanços tecnológicos" são recebidos sem crítica. Em suma, sem negar os elementos positivos da ciência e da tecnologia, deve-se entender que eles representam os elementos fundamentais daquelas ideias ainda dominantes de "progresso" e civilização. Ideias que alimentaram o "desenvolvimento" e herdaram de sua origem um DNA neocolonial e, inclusive, imperial.

20 Karl Marx em **Miséria da Filosofia**, 1846. Sem escravidão não haveria algodão. Sem algodão, não existiria indústria moderna. A escravidão deu valor as colônias, e as colônias criaram um comércio universal, e o comércio universal é a condição necessária da grande indústria. Por isso, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância.

Em última análise, a dicotomia civilizado - selvagem - relacionada ao dualismo cultura - natureza - é perversa, pois o "progresso" vende uma ideia geral de civilização que esconde a civilização do capital, que é nutrida através do sacrifício de vidas. Paradoxalmente, o "desenvolvimento" dessa civilização pode implicar, mais cedo ou mais tarde, o colapso da Natureza e, portanto, da própria Humanidade. Daí também a importância dos Direitos da Natureza para superar essas ameaças a todos os tipos de vida.

Um processo complexo, mas com muita história

O passo constitucional equatoriano com a edição dos Direitos da Natureza - tendo como referência fundamental a compressão da Natureza no mundo indígena - resultou em uma transcendência global. Já é um marco histórico debatido em várias partes do mundo. Embora seja melhor dizer, essa declaração constitucional contribuiu para revitalizar uma discussão de longa data em várias partes do planeta. Uma questão que, no entanto, era desconhecida (para quase todos nós) que discutimos sobre esses direitos em Montecristi.

É longa a lista daqueles que tentaram, durante séculos, compreender a relação do ser humano com a Natureza e que propuseram um giro radical na visão de sua dominação pelo ser humano.

O pensamento vigoroso de Baruch de Spinoza (1632-1677), um judeu sefardita de origem espanhola, é chave nesse sentido. Quando escreveu *Deus sive natura*, entendeu que Deus é Natureza, falava de uma Natureza ativa: *natura naturans*, quer dizer literalmente de uma "*natureza naturanda*". A natureza - para ele - não era passiva nem criada, ou seja, não era uma "*natureza natural*". Suas ideias questionavam radicalmente a escolástica, os costumes e as estruturas sociais da Europa dos reis e papas de então. Suas propostas apontavam para uma democracia comunitária. As suas contribuições profundas revelaram de certa forma não só a contradição entre a civilização humana e a Natureza, mas também entre essa civilização - então já capitalista - com o trabalho. O pensamento de Spinoza, grande dessacralizador e libertário, como se estabeleceria muito depois se sintoniza, inclusive, com algumas aproximações filosóficas similares e contemporâneas do Oriente, concretamente da Índia. E, por certo, é destacável seu entendimento da relação - a unidade de tudo o que existe - e a superação da dicotomia espírito e natureza, que considerava como *Mater Natura*.

Como seria o mundo atual caso o pensamento de Spinoza fosse imposto, ou seja, se não assumíssemos o entendimento atualmente dominante de que

temos de que é preciso dominar a Natureza? O caso é, apesar de tudo, Spinoza sem dúvida abriria a porta para a busca do que, posteriormente, se denominaria "sustentabilidade", de dentro da mesma modernidade capitalista surgida do racionalismo. A "sustentabilidade", na atualidade, resulta em um conceito muito desgastado, pois foi acorrentada na matriz do "progresso" e de seu enteado: o "desenvolvimento", tão próprio da Modernidade.

Isso obriga a questionar as origens do conceito de "sustentabilidade" para o recuperar plenamente. Mas antes, deve-se deixar claro - sem dúvida alguma - que as práticas sustentáveis se perdem com o tempo. Não é possível vasculhar elas nos arquivos da modernidade. Eles são inerentes à vida humana. As comunidades indígenas - que são portadoras de uma longa memória - em todo o mundo têm mostrado que os seres humanos podem organizar modos de vida sustentáveis. Seu vínculo com a Pachamama ou Mãe Terra é mais do que uma metáfora, já o dissemos. Ela representa "*a integridade do espaço e do tempo*", conforme recorda Yaku Pérez Guartambel, líder indígena equatoriana, que afirma que "*assim como ninguém despreza ou domina sua mãe biológica, as runas (os seres humanos, em Quíchua) não se submetem, mas sim, correspondem Pachamama com amor.*"

A relação harmoniosa com a Natureza que está presente no mundo indígena possui uma sintonia com a "sustentabilidade", conceito que, aliás, foi plasmado pela primeira vez de forma escrita por Hans-Carl von Carlowitz (1645-1714) (Acosta 2018a): aristocrata, luterano e chefe mineiro saxão (alemão), encarregado de estudar as causas da crise madeireira, numa espécie de crise energética - que atingia a Saxônia e outros países da Europa -, suscitou a necessidade de não explorar mais a madeira para além do que se pode reproduzir para a substituição. Um princípio aparentemente simples, mas que revolucionou a atividade florestal na Europa e de lá foi projetado para outras regiões do planeta, inclusive os próprios Estados Unidos, como lembra Ulrich Grober em seu maravilhoso livro "Die Entdeckung der Nachhaltigkeit - Kulturgeschichte eines Bregriffs" (2013)[21].

Esse autor foi mais longe em seu livro: "*Silvicultura oeconomica*" (1713). Ele não apenas cuidou de manter a exploração da madeira dentro de margens razoáveis, mas também propôs proteger a floresta, não apenas substituí-la por plantações. Carlowitz assumiu expressamente o que significa diversidade e integridade de sistemas ecológicos. Ele se opôs ao dinheiro fácil, como o obtido com o corte de uma floresta ou simplesmente ganhando uma renda extrativa derivada de uma atividade agrícola. Não era tão importante para ele aumentar

21 Tradução: "A descoberta da sustentabilidade - História cultural de um conceito". Livro disponível também em inglês.

o bem-estar material tanto quanto a felicidade. Ele até elevou a satisfação das necessidades básicas já que todos têm o direito de se alimentar e sobreviver. E, surpreendentemente, Carlowitz - em plena expansão imperial europeia - se opôs à colonização como um mecanismo que assegura a sustentabilidade pela exploração dos recursos naturais de outros territórios e países.

A partir desse brevíssimo relato sobre Carlowitz, surgem várias bandeiras de batalha muito atuais, que merecem ser hasteadas: a renda mínima vital para todos para garantir o bem-estar coletivo; a luta contra o dinheiro fácil próprio da especulação, por exemplo, a imposição do Imposto Tobin com a liquidação dos paraísos fiscais; decrescimento para construir sociedades não vinculadas à religião do crescimento econômico permanente; a mudança nas regras do mercado mundial, que condenam alguns países a sacrificar sua sustentabilidade para obter recursos para financiar o fantasma do "desenvolvimento" (Acosta 2018g). Essas e outras propostas levariam a transformações profundas.

Mas, seguindo o pensamento de Spinoza, talvez a contribuição mais profunda de Carlowitz possa ser projetada a partir de seu amor pela terra: *Mater Natura*, Mãe Natureza, em suas palavras. A partir daí, em paralelo a Pachamama indígena, uma mudança civilizacional pode ser construída com foco na sobrevivência humana no planeta. Sobrevivência que deve se basear na superação do antropocentrismo, inspirando-se para alcançá-lo em visões biocêntricas - ou mesmo em posições desprovidas de centro -, baseadas em uma ética que aceite os valores intrínsecos da Natureza e da Humanidade, e que acabe com a crescente mercantilização de ambas.

Avançando para os Direitos da Natureza, cabe destacar que aqui, o centro está colocado na Natureza, o que, obviamente, inclui o ser humano. A natureza vale por si mesma, independentemente dos usos que as pessoas lhe dêem, o que implica uma visão biocêntrica. Esses direitos não defendem uma Natureza intocada que leva, por exemplo, a deixar de ter lavouras, pesca ou pecuária. Esses direitos defendem a manutenção de sistemas e conjuntos de vida. Sua atenção está fixada nos ecossistemas, nas coletividades, não nos indivíduos. Você pode comer carne, peixe e grãos, por exemplo, enquanto garante que os ecossistemas continuem funcionando com suas espécies nativas.

Mas é preciso ir além. Não se trata de buscar um equilíbrio entre economia, sociedade e economia, que é impossível usando o eixo articulador oculto do capital. O ser humano, e suas necessidades, devem primar-se sempre - mais ainda sobre o capital - mas jamais opor-se a harmonia da Natureza, base fundamental para qualquer existência. E essa discussão tem história. Para além dos mencionados Francisco de Assis, Baruch de Spinoza e Hans-Carl von Carlowitz,

podemos recordar alguns pensadores que, com variações de aproximações, contribuíram para que a Humanidade adquirisse a consciência de que a Terra é uma só - antes de termos as primeiras fotografias da Terra tiradas do espaço - como foram Nicolau Copérnico, Nikolaus von Kues ou Nicolau de Cusa (Cusanus), Johannes Kepler, John Evelyn, Carl Nilsson Linneaus, Johann Wolfgang von Goethe, Alexander von Humboldt…

Para algo mais recente, convém mencionar a valiosa contribuição de Christopher Stone: *Should Trees Have Standing?* (1972), considerado por Jörg Leimbacher (1988)[22] como o "pai dos Direitos da Natureza". Aqui, caberia ressaltar as - por igual - valiosas contribuições de Albert Schweizer, Godofredo Stutzin, Aldo Leopold, Peter Saladin, Godofredo Stutzin, e mesmo Jörg Leimbacher... Também encontramos outras leituras ligadas a ciência, dignas de destacar, como as de James Lovelock e Lynn Margulis, assim como Elizabeth Sahtouris e José Lutzenberg entre outros, que caracterizam a Terra como um super organismo vivo já nos anos 70 do século XX. Por isso, recorreu-se a denominá-la *Gaia*, nome da mitologia grega para definir a vitalidade da mesma Terra. Suas conclusões são determinantes: Este organismo extremamente complexo, que requer cuidados e deve ser fortalecido, é sujeito de dignidade e portador de direitos, pois tudo o que vive tem um valor intrínseco, tenha ou não uso humano. Inclusive, há razões cosmológicas que assumem a Terra e a vida como momentos do vasto processo de evolução do Universo[23]. A vida humana é, em definitivo, um ínfimo momento da vida do Universo, no qual, para existir e reproduzir-se, necessita garantir todas as precondições.

Como ressalta Leonardo Boff, nessas visões, cabe reconhecer as inter-retro- conexões transversais entre todos os seres: tudo tem a ver com tudo, em todos os pontos e em todas as circunstâncias; essa é a relacionalidade do mundo indígena, também reconhecida na Encíclica *Laudato Si*. Caberia anotar também os recentes aportes jurídicos da América Latina, de Raúl Eugenio Zaffaroni e Ramiro Ávila Santamaría, da Europa como o já mencionado Leimbacher, e da África, do jurista sul-africano Comac Cullinam[24], para mencionar exemplos de uma lista que cresce aceleradamente.

22 No dia 15 de janeiro de 2009, quando já havia sido aprovada a Constituição de Montecristi, recebi uma longa comunicação - em três idiomas - de Jörg Leimbacher, na qual me informava de muitos desses assuntos já discutidos anteriormente e dos quais não tínhamos conhecimento durante o processo constituinte.

23 Sobre o tema das contribuições de autores dessas teorias, ver o trabalho de síntese de Lawrence E. Joseph, entre otros textos.

24 Conheci Cormac Cullinam, um dos grandes defensores dos Direitos da Natureza, no Fórum "Derechos de la Naturaleza: hacia un nuevo modelo de desarrollo en el Ecuador y la Región Andina" realizado em Quito, de 24 a 26 de novembro de 2008, quando estes direitos já eram, constitucionalmente, uma realidade.

Inclusive no âmbito literário há aportes relevantes. Italo Calvino, que no século XX, em sua novela "Il barone rampante" (1957) (parte de uma trilogia que se completa com "Il visconte dimezzato" e "Il cavaliere inesistente", conta como Cosmo Piovasco de Rondó, decide passar toda a sua vida no topo das ávores[25].

E, a partir daí, propõe, no romance ambientado durante a Revolução Francesa, e que constitui todo um tratado de rebelião e auto-afirmação existencial, um:

> Projeto de Constituição para uma cidade republicana com a Declaração dos Direitos de Homens, Mulheres, Crianças, Animais Domésticos e Selvagens, incluindo Pássaros, Peixes e Insetos, e Plantas, tanto de Caules Altos como os Vegetais e Ervas..

Todas essas expressões mencionadas - e muitas mais - preparam o terreno para um reencontro do ser humano com a Natureza. Se isso for buscado desenvolvendo uma ação global, deve-se promover a Declaração Universal dos Direitos da Natureza (Acosta 2010a). Na verdade, já existem propostas relacionadas com este objetivo[26]. Por exemplo, existe a Carta da Terra, com a tentativa de ser uma constituição do planeta, promovida pelas Nações Unidas e suas organizações desde 2000; ou a Declaração Universal dos Direitos da Terra, promovida pela EnAct International: organização impulsionada pelo citado Comac Cullinam, que há muito trabalha neste assunto e tem valiosas contribuições como o que chama de "direito selvagem": uma abordagem fundamental para cristalizar os Direitos da Natureza.]

Também a Union for Conservation of Nature (IUCN) reconhece em sua resolução "*A incorporação dos Direitos da Natureza como um ponto focal da organização na tomada de decisões da IUCN*" adotada no Congresso Mundial da Natureza 2012 da IUCN em Jeju. A Resolução convida a IUCN e seus membros a promover uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza para nos reconciliar-mos como seres humanos com a Terra.

Por certo, a Bolívia - onde a Constituição não contém os Direitos da Natureza - assumiu uma liderança importante, pelo menos no discurso internacional. Após o fracasso da Cúpula de Copenhague em dezembro de 2009, o presidente Evo Morales convocou a Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, em Tikipaya, perto de Cochabamba, em

25 Editados no Brasil pela Companhia das Letras com os seguintes títulos: "O barão nas árvores", "O visconde cortado ao meio" e "O cavaleiro inexistente". (Nota do tradutor)

26 Desde 1977 se impulsa a "Declaração dos Direitos dos Animais", adotada pela Liga Internacional e pelas Ligas Nacionais afiliadas na terceira reunião sobre os direitos dos animais, realizada em Londres.

abril de 2010. Lá Além de adotar a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra (2010), foi proposta a criação de um tribunal internacional para punir crimes ambientais. Então, em julho do mesmo ano, a Bolívia conseguiu que a água fosse declarada um direito humano fundamental nas Nações Unidas; algo já alcançado na Assembleia Constituinte do Equador de 2007- 2008. Essa declaração universal sobre a água, embora não seja obrigatória, pode servir como outro ponto de referência.

Em consonância com o surgimento e evolução dos Direitos da Natureza, a tomada de consciência global dos problemas ambientais globais tem uma história que vem de meados do século XX. A partir de então, surgiram várias instâncias preocupadas com a saúde da Terra: a já citada IUCN, em 1948; a Conferência para a Conservação e Utilização de Recursos, em 1949; a Convenção de Genebra sobre o Direito do Mar, em 1958; ou, o Tratado da Antártica em 1959, para citar algumas das organizações mais destacadas.

Desde a conferência de Estocolmo (1972), os problemas ambientais têm sido abordados como questões que vão além dos Estados-nação. Uma reivindicação formal de ações globais combinadas foi feita em 1980. No "*Relatório Norte-Sul: Um Programa de Sobrevivência*", preparado por uma comissão presidida pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt, foi afirmado que:

> estamos cada vez mais, gostemos ou não, de frente para problemas que afetam a humanidade em seu conjunto, no qual as soluções para esses problemas são inevitavelmente internacionais. A globalização de perigos e os desafios exigem políticas internacionais que vão além dos temas paroquiais ou, inclusive, nacionais.

Foram várias as conferências mundiais dedicadas ao meio-ambiente, como a do Rio de Janeiro (1992) e a de Joanesburgo (2002), com indiscutível influência nos países e nas próprias relações internacionais.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro - mais conhecida como "Cúpula da Terra do Rio" - três tratados internacionais foram cristalizados: a Convenção do Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação, conhecidas como Convenções do Rio. Também vale mencionar, embora não tenha obtido os resultados esperados, o Protocolo de Quioto sobre Mudanças Climáticas, inicialmente adotado em 1997.

Apesar dos resultados limitados destas convenções, as respostas promovidas aos problemas ambientais têm modificado gradualmente a forma de abordar este desafio e a visão que os seres humanos possuem da Natureza.

O direito, as instituições, as políticas e as instâncias governamentais evoluíram. Daquelas declarações até hoje, muitas mudanças foram introduzidas. Houve progresso, embora ainda há muito que precise ser feito. A sociedade civil, com uma crescente consciência global, desenvolve diversas ações e iniciativas. É cada vez mais evidente a necessidade de cooperar para a proteção da vida humana e do próprio planeta. No entanto, a Cúpula da Terra, realizada em 2012, pomposamente apresentada como Rio + 20, não teve os resultados esperados; por isso tem até quem fala da Rio - 20.

É mais do que evidente que a Humanidade necessita de propostas inovadoras, radicais e urgentes que definam novos rumos para enfrentar os graves problemas globais que a afligem. Necessita-se de uma estratégia coerente para construir uma sociedade com equidade e sustentabilidade; uma sociedade que entende que faz parte da Natureza e que deve conviver em harmonia com ela e dentro dela.

Os primeiros passos para a sua cristalização

Uma primeira leitura, partindo da aplicação real dos Direitos da Natureza na vida jurídica cotidiana, pode ser assustadora. No entanto, há espaço para otimismo. Ainda mais se notarmos que a vigência constitucional é relativamente recente e que está rompendo com as visões conservadoras, ao mesmo tempo que esses direitos propõem soluções civilizatórias. É só pensarmos: quanto tempo levou para a aceitação dos Direitos Humanos, cujo cumprimento em muitos lugares é mais do que deficiente.

O importante é que, apesar de múltiplas reticências e ignorâncias, esses direitos paulatinamente estão avançando na sociedade, nas agendas de muitos movimentos, em algumas análises acadêmicas... Aos poucos, esses direitos vão provocando mais sensibilidade social; sensibilização mais eficaz do que mudanças institucionais formais. Na verdade, para muitas organizações da sociedade civil, os Direitos da Natureza representam uma importante mudança de visão, e são uma ferramenta de trabalho, como também um símbolo básico para a transformação. No nível do Equador, um exemplo de destaque é o coletivo Yasunidos (Coletivo de Investigación y Acción Psicosocial Equador 2015), que evidenciou como a Natureza é importante para a sociedade em sua proposta de consulta popular para deixar o óleo Yasuní ITT no subsolo (Acosta 2014), depois que essa iniciativa falhou nas mãos do presidente Rafael Correa.

Isso não surpreende, pois certos certos movimentos sociais, especialmente indígenas e camponeses, muito antes da expedição constitucional desses direitos, já defendiam a Natureza nas lutas por territórios ou contra diferentes formas de expropriação. Suas lutas pelos territórios, em contextos de pressão por novos projetos extrativistas (petróleo, mineração, agronegócio, florestais, etc.) atingem sua máxima expressão. Atualmente, os Direitos da Natureza são peça chave, tanto na defesa dos territórios quanto no destaque do papel dos defensores e das defensoras cujo lutas são criminalizadas. Falar de Direitos da Natureza é falar, ao mesmo tempo, dos direitos de seus defensores e defensoras. É falar sobre direitos humanos.

Outro avanço observado ocorreu no aprendizado e no desenvolvimento de mecanismos de exigibilidade dos Direitos da Natureza (Martínez, Acosta 2017) por meio de denúncias legais movidas por movimentos sociais. Em muitos casos, exige-se respeito e argumentam-se relações de interdependência e ameaças aos ecossistemas, com a destruição da biodiversidade e a quebra dos ciclos da Natureza, sobretudo em vários megaprojetos, assim como a falta de garantias para restaurar os ecossistemas.

Em relação à justiça equatoriana, o reconhecimento dos Direitos da Natureza não resolveu automaticamente o conflito entre a Natureza-objeto e a Natureza-sujeito. Isso não é novidade. Reiteremos que uma Constituição não muda a realidade, mas pode ajudar a própria sociedade a empoderar-se na construção das mudanças indispensáveis para uma transformação civilizatória.

Apesar do avanço constitucional, conceitos como recursos naturais, bens naturais ou serviços ambientais, utilizados em diferentes legislações, mantêm a marca de objeto-natureza. Basta olhar para as leis emitidas logo após a aprovação da Constituição em 2008: Ley de Minería; Ley de Soberanía Alimentaria; Ley Orgánica de Tierras Rurales y Territorios Ancestrales; Ley Orgánica de Recursos Hídricos Usos y Aprovechamiento de Agua; Ley de Agrobiodiversidad, Semillas y Fomento Agroecológico. Inclusive no Código Orgánico Ambiental há retrocessos nas questões relacionadas ao tema Natureza-sujeito, pois a integridade de ecossistemas extremamente frágeis, como as unidades de conservação, é afetada.

Como exemplo basta observar como se encerrou juridicamente a Iniciativa-Yasuni-ITT com o Decreto Executivo No. 74, de 15 de agosto de 2013, baixado pelo então presidente presidente Rafael Correa, que considerou a iniciativa exagerada (Martínez Alier 2013), e a Constituição em si. Esse governante terminou autorizando atividades que afetam territórios de Pueblos en Aislamiento Voluntario[27], desrespeitando olimpicamente a Constituição. Como corolário dessa

27 Povos em isolamento voluntário. (Nota do tradutor).

lamentável situação, Rafael Correa diria - demostrando que não entendeu os Direitos da Natureza - em 15 de agosto de 2013 que "*o maior atentado aos Direitos Humanos é a miséria, e o maior erro é subordinar esses Direitos Humanos a supostos Direitos da Natureza.*"

Existem casos ainda mais aberrantes. Os juízes no correísmo eram mais abertos em processos qualificados contra violadores menores dos Direitos da Natureza do que contra grandes predadores. Por exemplo, não se aceitou os Direitos da Natureza para proteger os Yasuní, um dos últimos espaços de refúgio dos jaguares e, principalmente, para os povos indígenas em isolamento (Tagaeri, Taromenani, Oñamenani...); mas outro caso foi aceito, como o de um camponês que matou um jaguar. A mineração em grande escala com capital chinês na Cordilheira de El Cóndor (Proyeto Mirador) não foi condenada[28]., mas um caso de mineração artesanal recebeu condenação... para abrir as portas daquele território à mineração em grande escala. Isto aconteceu na província de Esmeraldas. Em última análise, os Direitos da Natureza foram manipulados.

Cabe acrescentar que, de acordo com o que se chamou de "el festín minero del Siglo XXI"[29] (Acosta, Cajas-Guijarro, Hurtado, Sacher 2021), a maioria dos projetos mineiros não cumpria o Mandato Constituinte n.º 6[30], conhecido como mandasto mineiro, expedido em Montecristi em 18 de abril de 2008; cabe recordar como foi complexo cristalizar esse mandato em Montecristi (Acosta 2008g)[31]. Nesse mandato Constituinte - entre outros pontos desrespeitados pelo Correísmo e pelo Morenismo - proibiu-se toda a mineração que afete fontes de água e nascentes. Ou seja, não pode haver mineração em páramos, rios, lagos e

28 Um caso analisado pela jurisprudência constitucional por Francisco Bustamante R. (2019).

29 A festa mineira do século XXI. (Nota do tradutor)

30 Ver: http://www.accionecologica.org/mineria/acciones-legales/1178-mandato-costituyente-minero

31 É interessante ver a nota da impensa no Diario El Universo sobre o tema: "Interés de Acosta por el ambiente, marca su gestión en la Asamblea Constituyente", de 11 de maio de 2008 https://www.eluniverso.com/2008/05/11/0001/8/A1F3C3C1FB37478196C4D53AD33EEBEE.html. A nota afirma que "A discussão do mandato de mineração durou várias semanas porque o bloco PAIS não conseguiu chegar a um acordo a respeito do seu conteúdo. Enquanto Acosta e um grupo de parlamentares, como Mónica Chuji e seus aliados de Pachakutik, propunham a reversão total das concessões de mineração, o outro "lado", liderado pelo próprio Correa, defendia a mineração responsável. Aprovado o documento, Acosta confiou a presidência da Assembleia a Fernando Cordero para intervir no plenário. Foi a segunda das três ocasiões em que o fez: a primeira foi para negar que tinha gerido obras para Montecristi e, a última, para apoiar o mandato do Fondo de Solidaridad. No debate sobre a titularidade dos direitos e o mandato mineiro, a tese de Acosta prevaleceu. Mas na discussão sobre consulta e consentimento, Correa saiu na frente, pois o presidente da Assembleia apresentou ontem a proposta que é próxima a sua. Esse problema é o que mais desagrada o bloco PAIS. Foi numa dessas sessões que Correa questionou que Acosta tivesse como assessora Esperanza Martínez, ex-diretora da ONG Acción Ecológica, da qual afirmou "não responder à linha política do governo".

lagoas, pantanais, manguezais, selvas e florestas primárias... Algo vital pois, se a água e a biodiversidade forem afetadas, a vida das comunidades está em risco.

Lembremos que muitos empreendimentos de mineração foram impulsionados atropelando direitos à torto e a direito. Ou seja, impulsionou-se a mineração às comunidades, independentemente dos efeitos sobre a Natureza. Por certo, a violência não é uma consequência, mas sim uma condição necessária para a mineração. Essas são, normalmente, atividades impostas sem considerar seus impactos nocivos, sejam eles sociais, ambientais, políticos, culturais e até econômicos. Vemos isso em Río Blanco, Azuay; Cordillera del Cóndor, Morona Santiago e Zamora Chinchipe; Intag, Imbabura, para citarmos três regiões emblemáticas, onde a mineração se impôs, durante o Correísmo, literalmente a "sangue e fogo".

Não há como negar que a superação em curto prazo do passado de dominação e opressão da Natureza será complexo. Esta tem sido historicamente atropelada e discriminado, e continua sendo, apesar de ser um sujeito de direitos. Na verdade, a economia e o "desenvolvimento", a partir de visões convencionais, aspiram a dominar e subordinar a Natureza. E da mesma forma que tem sido discriminada, existem causas históricas de desigualdade associadas a uma ordem política, econômica e social injusta. Uma ordem que tem constituído estereótipos ou preconceitos sociais que punem os mais pobres, ao mesmo tempo que escondem a responsabilidade de empresas ou grupos poderosos.

Entretanto, apesar dessas realidades incontestáveis e dolorosas, há um avanço. Deram-se passos históricos. Recordemos de alguns deles. Um caso emblemático onde emerge uma jurisprudência sobre os Direitos da Natureza é Vilcabamba (Suárez 2013). Embora derrotado na instância seguinte, inicialmente, o rio Vilcabamba consolidou-se como um sujeito de direitos: um acontecimento histórico com repercussão internacional. Nesse caso, apelou-se ao exercício do Princípio da Jurisdição Universal e apresentou-se uma ação de proteção constitucional a favor da Natureza, em particular, a favor do rio Vilcabamba, na província de Loja, Equador. Essa decisão de primeira instância indicou que "*dada a importância indiscutível, elementar e inalienável que tem a Natureza, e tendo em conta o seu processo de degradação como fato notório ou evidente, a ação de proteção é a única forma idônea e eficaz de pôr fim e remediar imediatamente os danos ambientais focalizados*."

Pois, nesse caso - como outros[32] - não prosperou, e não diminuíram os

32 Pode-se citar o caso do Páramo de Tangabana, como diz Nina Pacri (2019). A importância dessa demanda dá pistas claras para a necessidade de um tratamento intercultural desses direitos. Outros casos notáveis são a posse de iguanas endêmicas de Galápagos, a caça de pecarí no rio Napo, o transporte de tubarões na Reserva Marinha de Galápagos ou o incêndio do páramo no Parque Nacional Cajas, analisado pelo direito penal por Echeverría (2019)

esforços para judicializar as violações desses direitos. Inclusive, há iniciativas interessantes para difusão, como o "*Manual para el tratamiento de los conflictos socio-ambientales bajo el nuevo marco de derechos constitucionale*"[33]).

Casi a diez años de aprobada la Constitución se alcanzó un logro notable. La decisión de la Corte Provincial de Justicia de Azuay de suspender en segunda instancia la minería en Río Blanco, tomada el 3 de agosto del año 2018, fue histórica Quase dez anos depois da aprovação da Constituição, alcançou-se uma conquista notável. A decisão da Corte Provincial de Justicia de Azuay de suspender a mineração em Río Blanco, em segunda instância, tomada em 3 de agosto de 2018, foi histórica (Acosta 2018b). A longa luta das comunidades da região, em particular de Molleturo, na província de Azuay, vai dando frutos. Aos poucos, a resistência dos membros da comunidade foi criando uma consciência na província e, especialmente, em sua capital, provocando uma forte reação na Asamblea Ciudadana por la Defensa del Agua y los Páramos de Cuenca. Foi um triunfo histórico contra a avalanche extrativista então encabeçada pelo Ministro das Minas e pelo Ministro do Meio Ambiente, o que não surpreende, considerando a campanha feita em favor do extrativismo "responsável", seja ele da mineração ou do petróleo[34].

Essa ratificação - que, na prática, não é aceita pelo poderoso bloco governamental mineiro- abre um precedente jurídico histórico ao defender diversos direitos constitucionais: Bom Viver / Sumak Kawsay, Direitos Humanos, direitos territoriais e comunitários, Direitos da Natureza. É reconhecido que o Estado não garantiu o direito à consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas e, muito menos, o consentimento expresso em uma região que resiste por décadas à mineração; fato que se repete na maioria dos projetos de mineração do país.

Outro caso importante também foi registrado na Amazônia. Gonzalo Pizarro, juiz da Unidad Multicompetente del Cantón, província de Sucumbíos, decidiu em agosto de 2018 a favor da comunidade Cofán Sinangoe e da Defensoría del Pueblo de Sucumbíos, que ingressou com uma Ação de Proteção contra a extração de ouro em seu território. O juiz, como se lê na respectiva sentença, para além dos efeitos sobre a Natureza, declarou a vulnerabilidade do direito à

33 Essa publicação é resultado do trabalho da Plataforma de Acuerdos Socioambientales - PLASA (cujo presidência foi exercida no Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental – CEDA) e do Colectivo Nacional por los Derechos de la Naturaleza (cujo coordenação esteve a cargo da Fundación Pachamama). Os dois trabalhos contaram com o apoio do Programa de Pequeñas de Naciones Unidas.

34 Entrevista al ministro del Ambiente Tarcisio Granizo (06.06.2018); *La minería responsable es necesaria para el país*. "*Es necesario que haya minería en el país porque tenemos oro y cobre; y porque da ingresos y trae trabajo*" http://www.pichinchauniversal.com.ec/la-mineria-responsable-es-necesaria-para-el-pais-t-granizo/

consulta prévia, livre e informada, ordenando a suspensão imediata de todas as concessões de mineração outorgadas até à data naquele território, além das que estavam em tramitação, e que ocupam mais de 31 mil hectares aldeãs no Parque Nacional Cayambe Coca e do território da comunidade Cofán.

Igualmente histórica foi a resolução judicial do Tribunal Constitucional do Equador, emitida em 27 de junho e emitida em 10 de julho de 2018. O Tribunal rejeitou a ação de proteção interposta pela transnacional Chevron-Texaco, ratificando a sentença contra ela, devido aos danos causados na Amazônia equatoriana (Berinstain 2010) no tempo em que operou, entre 1964 e 1992. A transnacional do petróleo está obrigada a pagar uma indenização de 9,5 bilhões de dólares. Com esta resolução, encerra-se a batalha judicial nos tribunais equatorianos. Há mais de 25 anos as comunidades indígenas e de colonos afetados pela transnacional vêm exigindo justiça, em um processo repleto de restrições por parte da empresa, em conluio com governos equatorianos, incluindo o governo de Rafael Correa (Alerta Verde 170, 2014) É uma luta que continua nas instâncias internacionais e que chegaria, como diriam os dirigentes da empresa - segundo Pablo Fajardo, um dos advogados históricos dos atingidos -, às fronteiras do inferno[35]. Com este processo, para além de várias decisões adversas a nível internacional, busca-se construir passo a passo um precedente que servirá para dar um freio a barbárie desencadeada pelas empresas transnacionais de mineração e petróleo, pois a sentença de 2001 contra a Chevron-Texaco foi e é "um triunfo da Humanidade" (Acosta 2011b).

Essa lista de conquistas cresce. Por meio de decisão, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) foi obrigado a tomar as medidas necessárias para erradicar as lavouras, realizando um monitoramento para que sementes transgênicas não entrem no país para fins produtivos, cumprindo assim o mandato popular de um *Equador livre de transgênicos*, estabelecido na Constituição de Montecristi[36].

A sentença de 15 de janeiro de 2019 encerra o litígio por uma demanda sobre a existência de cultivos transgênicos ilegais no país. Esta ação foi apresentada em 2018 pelas organizações camponesas *Centro Agrícola Cantonal de Quevedo* e pela Federación de Organizaciones Campesinas del Litoral (Fecaol) de Guayas com o apoio jurídico e técnico da Defensoria de Justiça e *Ação Ecológica*. Essas organizações detectaram a presença de cultivos transgênicos

35 Ver em seu Twitter: https://twitter.com/pichinchauniver/status/1017180363590860807

36 Em Montecristi também abordei o assunto no texto "Sobre transgénicos" (Acosta 2008h). Sobre esses assuntos, pode-se consultar os livros "Biopirateria - La biodiversidad y los conocimientos ancestrales en la mira del capital" (2015) e "Transgénicos – Inconciencia de la ciencia" (2014), publicados na Serie Debate Constituyente, dirigida por Alberto Acosta y Esperanza Martínez.

pela primeira vez em 2015: de 41 amostras de campo colhidas naquele ano em 7 cantões, 67% foram positivas, ou seja, de plantas transgênicas resistentes ao glifosato. Esses testes positivos foram encontrados nas lavouras plantadas e nas sementes destinadas à venda em casas comerciais de insumos para os agricultores.

Como assinalam Tamara Artacker e Esteban Daza (2019) - de quem tomei informações do parágrafo anterior,

> A luta contra os transgênicos se constitui como uma agenda comum, tanto para os setores de camponeses e camponesas, quanto para aquelas organizações que defendem os direitos humanos e da natureza, mas também cabe destacar o papel que, em meio a essa correlação de forças, a Defensoria Popular julgou, assumindo a representação jurídica dos direitos vulneráveis.
>
> As frentes de luta mostram que o movimento se encontra em um contexto de mudança, onde deve se posicionar contra a crescente penetração das biotecnologias e da mercantilização de todos os elos da cadeia produtiva agrícola pelo agronegócio e pelas corporações globais. As lutas camponesas são organizadas tanto a partir de uma memória de longo prazo como também a partir de memórias imediatas.

E tem mais. Também é possível ver os Direitos da Natureza como direitos universais. Trata-se da ação movida no Equador contra a empresa BP (British Petroleum), pela explosão e incêndio na plataforma de Macondo e o consequente derramamento no Golfo do México (Acosta 2010b). Embora a empresa não opere no Equador e o Golfo também não pertença às suas fronteiras nacionais, o argumento apresentado foi que a Natureza é uma só, tem direitos e deve ser protegida. Apesar da demanda ter sido negada, só de ter sido cogitada já provocou algumas reflexões.

Além dos resultados nos trinta processos registrados até agora, que demandaram os Direitos da Natureza diante dos tribunais equatorianos, o exercício que a sociedade faz é importante, pois abre novos horizontes e geografias.

Em síntese, vivemos uma hora histórica. Assim, aproveitando o direito de deliberação via consulta popular, como o estabelecido no artigo 104 da Constituição, vencendo inúmeras dificuldades, foi realizado um referendo para dar freio a mineração. Os dois foram na província de Azuay: no cantão de Girón em 24 de março de 2019 e no cantão de Cuenca (a terceira cidade do Equador) em 7 de fevereiro de 2021, com resultados contundentes, de mais de 80% dos votos válidos. Com essas consultas, sem dúvida alguma, são detonadoras de novos processos similares, para que consolidem-se diversas lutas de resistência.

Um exemplo que se expande pelo mundo

Em novembro de 2016, foram reconhecidos direitos semelhantes pela Corte Constitucional no Rio Atrato e sua bacia na Colômbia (Benöhr e González Astorga 2017): "a sentença proferida pela Sexta Câmara da Corte Constitucional da Colômbia é significativa, pois provém do órgão máximo de controle constitucional do país sul- americano; que, além disso, goza de alto prestígio", destaca o jurista Hugo Echeverría (2017). O mesmo aconteceu em 2018, com a Amazônia colombiana, com duas ações notáveis em um país onde os Direitos da Natureza são conquistados com respostas criativas no âmbito da cidadania sem, necessariamente, estarem constitucionalizados.

Em 2016, a Suprema Corte de Uttarakhand, em Naintal, norte da Índia, decidiu que os rios Ganges e Yumana são entidades vivas. Em março de 2017, o rio Whanganui na Nova Zelândia foi reconhecido como sujeito de direitos para que pudesse comparecer ao tribunal por meio de seus representantes: o povo Whanganui iwi. Em 2013, o Parque Nacional Te Urewera, também desse país, foi reconhecido como entidade legal com direitos de pessoa física. Embora a terra não tenha dono, ela é manejada em conjunto pelos povos Crown e Tuhoe. No Nepal, está em processo uma iniciativa para reconhecer os Direitos da Natureza por meio de emenda constitucional.

Em Toledo, Ohio, EUA, decidiu-se nas urnas em 26 de fevereiro de 2019 que o Lago Erie, o décimo primeiro maior do mundo e que fornece água potável para 12 milhões de americanos e canadenses, tem direitos. Por sua vez, um grupo de cidadãos norte-americanos entrou com uma ação judicial para que as Montanhas Rochosas ou o deserto de Nevada possam processar legalmente indivíduos, empresas ou governos dos Estados Unidos.

Em nível local, o condado de Tamaqua, na Pensilvânia, foi o primeiro município dos EUA a aprovar uma lei reconhecendo os direitos da Natureza de existir, prosperar e evoluir em 2006. Desde então, mais de 36 comunidades na Pensilvânia, Ohio, New México, Nova York, Maryland, New Hampshire e Maine aprovaram decretos que codificaram os Direitos da Natureza.

Na Argentina, o senador Fernando *Pino* Solanas propôs um projeto de lei sobre os Direitos da Natureza. E assim, o tema se espalha pelo mundo com uma crescente velocidade e intensidade, especialmente após sua adoção constitucional no Equador.

De fato, já existem muitas propostas relacionadas com este objetivo. Aliás, os Direitos da Natureza da Constituição equatoriana atuam como um elemento de defesa dos territórios indígenas fora do país, como a ação pública para impe-

dir a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Brasil. A ação apontava que, tendo como referência a Constituição do Equador, "*poderia ser mais claro e oportuno aplicar os Direitos da Natureza devido a destruição do território do Xingu*"[37].

Devemos entender que as relações emancipatórias com a Natureza, entre sociedade, gêneros e gerações, são construídas a partir de práticas sociais. São patrimônio das sociedades e, em sua relação com o Estado, devem ser fortalecidos, protegidos e reconhecidos para que não sejam reprimidos. Relações harmoniosas com a Natureza são exercidas por muitos povos e indivíduos. É um processo em construção, que define as diretrizes para assegurar outras formas de reprodução social, respeitosas com a Natureza e das culturas, destinadas a formular demandas e a criar outros imperativos.

De objeto a sujeito, a transição da Natureza já começou. Se em um pequeno país andino Equador se deu um passo para uma transcendência planetária, há uma motivação que, em outras latitudes, iniciem-se debates sobre o tema. É uma questão global, a vista de todos.

Portanto, se estamos diante de um problema global, é urgente promover a nível das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos da Natureza (Acosta 2010a). Igualmente é urgente estabelcer um tribunal internacional para punir os crimes ambientais, contra as pessoas e a natureza (Acosta 2014). Na verdade, essa aspiração, desde 2014, começa a ganhar força com o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza. Uma instância surgida da sociedade civil, com representantes de todos os continentes e formada por juízes e juízas de reconhecida autoridade ética, compromissados com a Mãe Terra, nomeados por defensores da Natureza de diferentes partes do mundo. É um Tribunal de caráter ético, como foi o Tribunal Russel e, atualmente, é o Tribunal dos Povos. Seu objetivo é investigar e julgar casos de violação dos Direitos da Natureza, causados por organismos internacionais, Estados, empresas, comunidades ou indivíduos. E é importante destacar que essa ideia vem tendo uma crescente força desde que surgiu a declaração dos Direitos Humanos na Constituição do Equador em 2008, e também como consequência da grande mobilização que ocasionou a cúpula de Tiquipaya, na Bolívia, convocada pelo Presidente Evo Morales, em 2010.

Aliás, o discurso contrasta com a prática do governante do Estado Plurinacional da Bolívia. Bastaria revisar o relatório do Tribunal Internacional dos

37 AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL com Pedido de Liminar em face de: Norte Energia S/A (NESA) – concessionária de Uso de Bem Público para exploração da UHE Belo Monte, CNPJ/MF 12.300.288/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco F, Lote 12, salas 706/708 (parte), Edifício Via Capital, Brasília/DF, CEP 70.041- 906.

Direitos da Natureza sobre a situação do Território Indígena do Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), afetado pela construção de uma rodovia, cuja conclusão compromete seriamente a integridade daquela região e dos povos que ali habitam (Acosta, Biggs, Monasterio, Viale 2018).

A sessão inaugural deste tribunal ético foi em janeiro de 2014 em Quito, Equador, país onde esses direitos foram reconhecidos pela primeira vez a nível constitucional. E, desde então, este tribunal tem realizado sessões em vários cantos do mundo: Quito (2004), Lima (2014), Paris (2015), Bonn (2017), com sessões sobre questões específicas na Austrália, Bolívia, Equador e Estados Unidos. E em meio à pandemia, continuou abordando de vários casos em sessões realizadas virtualmente[38]. Em suma, a tarefa é árdua. É preciso superar tanto as visões míopes como as relutâncias conservadoras e arrogantes que escondem e protegem vários privilégios, ao mesmo tempo que se constroem estratégias de ação diversas e plurais. A vigência dos Direitos da Natureza e dos inseparáveis Direitos Humanos exige marcos jurídicos locais, nacionais e internacionais adequados, uma vez que essas questões dizem respeito à Humanidade como um todo. Também são relacionadas a outras teorias do direito, que desafiam a propriedade privada, o governo de uma única espécie, um sistema organizado de exploração da Natureza e tudo o que nos levou a uma crise ecológica sem precedentes, no marco do que é conhecido como antropoceno, que na realidade deveria ser considerado como capitaloceno, sustentado no faloceno e racismoceno (Acosta 2018c).

Fizemos avanços... mas a tarefa está pendente.

> "Amanhã, talvez tenhamos que sentar na frente de nossos 35ilos e dizer a eles que fomos derrotados. Mas não seremos capazes de olhá-los nos olhos para dizer que eles vivem assim pois não estávamos dispostos a lutar."
>
> *Mahatma Gandhi*

Os passos de vanguarda da Assembleia Constituinte de Montecristi mostraram o início da construção de uma nova organização social e económica, até mesmo política, no qual realmente se busca uma opção de vida com respeito na convivência com a Natureza, garantindo uma existência digna a todos os tipos de vida.

38 Sobre esse tribunal, consultar: http://therightsofnature.org/

A recepção internacional dos Direitos da Natureza sintetiza uma espécie de alerta e, simultaneamente, uma mensagem de alcance civilizatório. A conquista equatoriana é uma potência. Em sua Constituição de 2008, estabeleceu-se um marco ao reconhecer os Direitos da Natureza, ou seja, entender a Natureza como sujeito de direitos, somando ao direito de ser integralmente restaurada quando for destruída. Igualmente importante foi incorporar o termo Pachamama, sinônimo de Natureza, como reconhecimento da multinacionalidade e da interculturalidade (Tortosa 2009, 2012).

Cada ampliação de direitos era anteriormente impensável. A emancipação dos escravos ou a extensão dos direitos aos afro-americanos, mulheres e crianças, todas foram rejeitadas pro serem consideradas absurdas. Ao longo da história, o "*direito a ter direitos*" teve que ser reconhecido (Leimbacher 1988), o que sempre foi alcançado com um esforço político para mudar visões, costumes e leis que negavam esses direitos (Acosta 2011a). É curioso que muitos, ao se opor à expansão desses direitos, não hesitem em entregar direitos quase humanos a pessoas jurídicas... essa sim, uma das maiores aberrações do direito. E esses mesmos personagens costumam argumentar que os Direitos da Natureza, que libertam a Mãe Terra de sua condição de escravidão, causam uma restrição de suas liberdades. A liberdade... de explorar a Natureza ou de viver sobrepujando os limites ecológicos, entende-se.

A aceitação dos Direitos da Natureza é uma fonte pedagógica potente, que supera o cumprimento por si só das normas constitucionais. Ainda que, a completa judicialização das ditas normas provocará, sem dúvidas, maiores espaços de aprendizagem a partir de novos marcos conceituais.

A liberação da Natureza da condição de mero objeto de propriedade exige um esforço político que a reconheça como sujeito de direitos. Mesmo assim, tal esforço deverá ser alcançado através da aceitação de que toda vida tem igual valor ontológico em meio a diversidade. Dotar de Direitos da Natureza significa, então, alentar politicamente a passagem de objeto a sujeito, como um passo a mais na ampliação dos sujeitos de direitos. Um passo que deverá ser dado também no âmbito econômico (Acosta, Cajas-Guijarro 2020). E mais, tendo em vista, inclusive, a partir de um simples egoísmo ilustrado, a questão se sintetiza em resgatar o "*direito a existência*" da própria humanidade.

Aqui, cabe a célebre frase do grande filósofo do século XVII já citado, o holandês Baruch de Spinoza (1632-1677) que, em oposição a atual postura teórica sobre a relacionada, reclamava que:

> Qualquer coisa que seja contrária a Natureza é também contrária a razão, e qualquer coisa contrária a razão é absurda.

O que fazemos pela natureza devemos fazer também por nós mesmos. Essa é a essência dos Direitos da Natureza, a partir de uma perspectiva de egoísmo ilustrado. Insistimos até o cansaço que o ser humano não pode viver a margem da mesma, e pior ainda seria se a destruísse. Somos natureza, e sempre seremos. O Papa Francisco, em sua encíclica Laudato Si (2015), foi categórico:

> Nós mesmos somos terra. Nosso próprio corpo está constituído por elementos do planeta (...) Quando se fala de "meio ambiente", indica-se, particularmente, uma relação, a que existe entre a natureza e a sociedade que habita ela. Isso nos impede de entender a natureza como algo separada de nós ou como um mero marco da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e estamos interpenetrados.

Garantir a vida da Natureza é indispensável para assegurar a vida humana. Essa luta de libertação, com tanto esforço político, começa reconhecendo que o capitalismo destrói suas próprias condições biofísicas de existência em sua busca desesperada por acumular bens materiais, capitais e poder. Talvez essa seja a maior das contradições que desenvolve uma civilização semelhante de desigualdade.

Pela cosmovisão indígena, estreitamente integrada a Natureza, a melhora social está em permanente construção e reprodução. Dela depende a vida em si, e a partir do holismo, onde diversos elementos condicionam as ações humanas que proporcionam o Bom Viver, os bens materiais não são os únicos determinantes (Acosta 2012, 2017). Há outros valores em jogo: conhecimento, reconhecimento social e cultural, códigos de condutas éticas - e, inclusive, espirituais - na relação com a sociedade e a Natureza, valores humanos, visões do futuro... O Bom Viver aparece como uma categoria na "filosofia" da vida indígena ancestral, mas que perdeu terreno devido ao implacável avanço da Modernidade. Entretanto, esse aporte convida a assumir outros "saberes" e práticas, sem levar a uma idealização equivocada da vida indígena.

Mas a visão andina não é a única fonte que impulsiona o Bom Viver. Esse tipo de proposta - similar em muitos aspectos - está presente em outras partes do mundo, com vários nomes e características. Trata-se de valores, experiências e práticas de diferentes períodos e regiões da Mãe Terra. Cabe destacar o *ubuntu* (sentido comunitário: uma pessoa é somente através das demais pessoas e demais seres vivos) na África ou o *eco-swaraj* (democracia ecológica radical) na Índia (Kothari, Demaria, Acosta 2015). As repercussões internacionais desses debates sobre o Bom Viver (Equador) ou o Viver Bem (Bolívia), relacionadas com muitas outras visões similares (não necessariamente iguais) no mundo, são cada vez maiores: propostas transformadoras, reflexões políticas, estudos acadêmicos e

iniciativas se expandem tal qual o efeito dos círculos concêntricos de uma pedra lançada em um lado[39].

Ademais, o Bom Viver - pensemos sempre no plural: Boas Convivências, para não reeditar o "desenvolvimento" em um mandato global perverso e único - aparece como uma plataforma para discutir respostas urgentes aos efeitos devastadores das mudanças climáticas (Acosta, Viale 2017); e já é hora de falar com clareza de um colapso climático Há cada vez mais consciência sobre a necessidade imperativa de transformações profundas que permitam a Humanidade escapar viva dos graves riscos ecológicos e sociais que se aproximam, e que a mesma Humanidade criou em seu delírio capitalista. Apenas um exemplo de que o crescimento material sem fim poderia culminar em um suicídio coletivo.

Mesmo em escala global, a - equivocada! - visão de crescimento baseado em recursos naturais que não se esgotam e em um suposto mercado capaz de absorver tudo, nos conduz ao "desenvolvimento". O que se observa - como assinala José Maria Tortosa (2011), um notável sociólogo europeu - é um "desenvolvimento ruim", generalizado, existente até no suposto mundo "desenvolvido"[40]. Para piorar, a maioria da população mundial está longe de obter o bem-estar material, e isso esta afetando sua segurança, liberdade e até a sua identidade. Esse "desenvolvimento ruim" gerado por cima (seja por governos, transnacionais, elites nacionais ou municipais), próprio do capitalismo, cria complexidades múltiplas inexplicáveis a partir da monocausalidade. Por isso também deve-se questionar a própria divisão do mundo em "desenvolvido" e "sub-desenvolvido".

Tampouco devemos cair na ilusão do "desenvolvimento sustentável" ou, pior ainda, no "capitalismo verde", pois são apenas etiquetas que ajudam a revalorização do capital (o mercantilismo ambiental vigente a décadas, não melhorou a situação, apenas fez uma maquiagem e uma mercantilização). Também

39 A lista de textos existentes cresce. Basta ver a enorme recepção de autores, autoras, leitores e leitoras, da Serie Debate Constituyente, que edito com Esperanza Martínez e que já conta com mais de vinte títulos publicados com Abya-Yala. Da mesma forma, pode-se citar, como exemplo simbólico deste crescente interesse, a celebração anual do Dia do Bom Viver (der Tag des Guten Lebens) instalado há vários anos na quarta cidade alemã mais habitada: Colônia (Köln) e cujo exemplo se expande aceleradamente nesse país.

40 Tortosa vai mais longe, afirmando que: "*O funcionamento do sistema mundial contemporâneo é "mal desenvolvedor" pois é um sistema baseado na eficiência que procura maximizar resultados, reduzir custos e alcançar a acumulação incessante de capital. Essa é a regra do jogo que não é temperada de forma alguma pela "mão invisível" dos sentimentos morais de que falava Adam Smith, isto é, pelo senso de responsabilidade. Se "vale tudo", o problema são as próprias regras do jogo ditadas e alteradas de cima para satisfazer aqueles interesses que podem estar mudando. Em outras palavras, o sistema mundial está mal desenvolvido por sua própria lógica e é para essa lógica que a atenção deve ser dirigida*" (Tortosa 2011)

não podemos confiar cegamente na ciência e na técnica. Inclusive temos que estar atentos para que os Direitos da Natureza não se transformem em uma ferramenta para aprofundar a marginalização de povos e comunidades, principalmente as indígenas, que poderiam ser expulsos de seus territórios com o pretexto de garantir sua sustentabilidade. Também é necessário prevenir que os avanços tecnológicos advindos da acumulação de capital conduzam ao aprofundamento e a ampliação da mercantilização dos seus serviços ambientais. Vamos imaginar que se outorgue sobre os bosques, perversamente, o direito de propriedade para que possam negociar diretamente seus serviços nos mercados. Pensemos no *Blockchain* que abriria um grande leque de possibilidades para utilização dos serviços ambientais, ou a água com segurança, transparência, eficiência e neutralidade, elevando o valor do serviço ou do recurso no mercado. Isso seria uma verdadeira aberração.

Em suma, questiona-se de forma severa o mandato tradicional do "progresso" material acumulativo e indefinido. E, para superá-lo, devemos nos mover para o *pluriverso*, um mundo onde todos os mundos se encaixam, garantindo justiça social e ecológica para todos os seres humanos (e não humanos) (Acosta 2018d). Isso torna um estilo de vida fácil inaceitável para um pequeno grupo de pessoas, enquanto a maioria sofre para apoiar os privilegiados e até mesmo os opressores. Esta é a realidade do atual regime de "desenvolvimento", regime que sempre foi capitalista.

Nessa perspectiva, a cristalização dos Direitos da Natureza não será alcançada apenas com ações governamentais. Em algumas ocasiões, as mudanças de governo se desviam do curso inicialmente estabelecido, ou mesmo nos países proponentes, o interesse pelos projetos iniciados pode diminuir. Isso exige que a sociedade civil, ao liderar essa ação, proponha e até mesmo direcione ações e campanhas nacionais e internacionais. Este é um ponto fundamental: a sociedade civil - especificamente os movimentos sociais e os cidadãos - deve sempre manter a pressão e nunca perder a iniciativa.

É necessário estudar todas as opções internacionais, consciente de que não podemos esperar que uma declaração universal como a que foi proposta aqui de resultados imediatos. Os direitos humanos não nasceram plenamente desenvolvidos. Desde a revolução Francesa em 1789, passando por sua declaração universal em dezembro de 1948, até a criação de mecanismos de exequibilidade de direitos, foram muitas as lutas e frustrações acumuladas. O seu desenho e aplicação implicou e implica um esforço sustentado. Cada novo direito que surge exige uma complexa ação e uma luta política, junto com passos diplomáticos redobrados. Assim, o direito humano a educação e ao trabalho, incorporado na

declaração universal dos direitos humanos, exigiu um longo debate. Algo similar foi com o pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais, ou com a declaração sobre o direito dos povos indígenas.

Consequentemente, é preciso reconhecer a complexidade que é aceitar e ampliar - na prática, os direitos humanos, assumidos formalmente como mandato universal em 1948. Isso, sem dúvidas, não conduziu nem deve conduzir ao desânimo ao aspirar novas ampliações de direitos. Deve-se superar tradições que consideram como sujeito de direitos somente quem pode reconhecer que possui um direito, e que pode exercer o mesmo diretamente (desconheccendo, inclusive, pessoas incapacitadas por diversas razões de assumi diretamente esses direitos, pois não estão desprovidas deles).

Atualmente, cada vez mais pessoas no mundo começam a entender que a acumulação material - mecanicista e interminável e bens - assumida como progresso, não tem futuro. Se a isso agregarmos que o principal objetivo do "desenvolvimento" no capitalismo é garantir a acumulação de capital, que de uma forma ou outra implica a acumulação de *poder* sem se importar os custos sociais ou ambientais implicados, ou então, definitivamente, dentro dessa lógica de devastação, é só uma questão de tempo. Em um mundo no qual cresce a preocupação com o fato de que a vida está seriamente ameaçada por uma visão ideológica do progresso antropocêntrico, é que a realidade resulta devastadora.

Por isso, se queremos que a absorção e a resiliência da Terra não colapsem, devemos deixar de ver os recursos naturais como uma condição para o crescimento econômico ou como simples objetos úteis para as políticas de "desenvolvimento". E, por certo, devemos aceitar que o humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, compreendendo que nós, os seres humanos, somos Natureza e, portanto, não há sentido em tentar dominá-la. Aliás, já é hora de aceitar que a Natureza que dá direitos a humanos, um direito sensível e fundamental: O direito de existir!

Isso nos conduz a aceitar que a Natureza, como construção social, é um termo conceituado pelo ser humano, e que deve ser reinterpretada e revisada integralmente se não quisermos arriscar a própria vida humana. Para começar qualquer reflexão, aceitemos que a Humanidade não está fora da Natureza e que a ação humana - econômica, política, tecnológica etc. - sempre tem limites biofísicos. Um passo adiante: Humanidade é Natureza!

A partir dessa perspectiva, ao exigir os Direitos da Natureza, não se busca renunciar o amplo e rico legado científico, nem a razão para refugiar-mos - em nossa angústia ou perplexidade pela caminhada no mundo - em misticismos

antigos ou de novo cunho, ou em irracionalismos políticos. Recordemos que, entretanto, há nos Estados Unidos grandes grupos "*criacionistas*" que renegam Drwin como fizeram os bispos vitorianos de seu tempo[41]. De fato, apesar da postura indefensável de cunho semelhante - como, por exemplo, os *negacionismos climáticos* ou os *terraplanistas* -, o enfrentamento deve ser feito com argumentos e não com simples desqualificações.

Para que ocorram avanços nesse campo, faz-se necessário gerar várias propostas estratégicas de ação para traduzir os avanços constitucionais, por exemplo, em leis, normas, indicadores e políticas. Se precisam - a nível local, nacional, regional, global - respostas específicas sobre a água, a biodiversidade, o patrimônio natural, ecossistemas, recursos naturais renováveis e não renováveis, assim como os aspectos conceituais de responsabilidade jurídica ambiental, tanto individual como coletiva.

Internacionalmente, a tarefa é mais complexa ainda. A difícil vigência dos Direitos da Natureza exige marcos jurídicos e instâncias internacionais adequadas, como o já mencionado tribunal internacional para sancionar delitos ambientais. Os problemas ecológicos atingem toda a Humanidade. O desafio é como responder essas questões dentro do capitalismo, tendo como bússola um horizonte pós-capitalista e, em sua mente, a certeza de que, como afirmou o grande filósofo equatoriano Bolívar Echeverría (2010),

> O modo capitalista vive de sufocar a vida e o mundo vivo, e esse processo tem sido levado ao extremo, no qual a reprodução do capital só pode ocorrer na medida em que destrói igualmente seres humanos e a Natureza.

Não só os Estados têm a palavra. A sociedade civil pode fazer muitas coisas. Destacam-se aqui as ações empregadas por diversas organizações e pessoas, de todos os continentes, para constituir o já referido Tribunal Internacional pelos Direitos da Natureza e da Mãe Terra, empenhado em aprofundar essa discussão vital ao tempo que se prepara o terreno para construir um tribunal que transforme as sanções em realidade para as violações desses direitos, o que seria feito, seguramente, nas Nações Unidas. Esse é um espaço ético que trabalha para transformar em realidade desses direitos, e isso repercute, cada vez mais, no âmbito internacional.

Em definitivo, se a Natureza inclui a Humanidade, seus direitos não estão isolados dos Direitos Humanos, ainda que, tampouco, podem ser reduzidos

41 Segundo a pesquisa Gallup, 40% ou mais dos cidadãos daquele país são criacionistas, ou seja, cerca de 100 milhões de pessoas. Veja em https://scienceandbeliefinsociety.org/2020/04/21/existen-100-000-000-de-creacionistas-en-los-ee-uu/stad

apenas a eles. Ao contrário, os Direitos Humanos, como o direito ao trabalho, a habitação ou a saúde devem ser entendidos em termos ecológicos. Isso existe reconceituar os Direitos Humanos de forma ecológica, profunda e transversal, pois a destruição da Natureza nega a existência humana e, portanto, os Direitos Humanos tornariam-se impossíveis. Sendo assim, a justiça cológica e a justiça social se complementam: Uma não é possível sem a outra.

Os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, que articulam uma "igualdade biocêntrica"; direitos bioculturais; um direito selvagem ou lei selvagem (nas palavras de Cormac Cullinan), uma proposta do "comum", embora sejam analiticamente diferenciáveis, aperfeiçoam-se e formam uma espécie de "direitos para viver". Por isso, os Direitos da Natureza, cada vez mais imbricados com os Direitos Humanos, em uma espécie de Direitos Universais, conclamam à construção democrática de sociedades sustentáveis, a partir de cidadanias plurais pensadas também do ponto de vista ecológico.

Todo esse longo caminho deixa claro seus anseios: um mundo reencantado em torno da vida, com diálogos e reencontros entre os seres humanos, como indivíduos e comunidades, de todos, com a Natureza, entendendo que somos um todo. Assim, defender a Natureza ou a Pachamama, da qual fazemos parte, é defender a nós mesmos, entendendo sempre que quem, na realidade, nos dá o direito de existir na Mãe Terra, tem sempre a razão.

Referências

ACOSTA, Alberto. Ocio y trabajo, en clave de buen vivir reflexiones para construir otro futuro, en: **Posdesarrollo - Contexto, contradicciones y futuros**. Editado por Alberto Acosta, Pascual García, Ronaldo Munck, UTPL – Abya-Yala, 2021.

ACOSTA, Alberto. Nachhaltigkeit – immer noch eine große Herausforderung, in: **Nachhaltigkeit als Verantwortungsprinzip - Carlowitz weiterdenken**, Sächsische Hans--Carl-von-Carlowitz-Gesellschaft (Herausgeber), oekom-Verlag, München, 2018ª.

ACOSTA, Alberto. Río Blanco, una sentencia histórica para los Derechos de la Naturaleza, 2018b. https://lalineadefuego.info/2018/08/08/rio-blanco-una-sentencia-historica-para--los- derechos-de-la-naturaleza-por-alberto-acosta/

ACOSTA, Alberto. Antropoceno, capitaloceno, faloceno y más. 2018c. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=237383

ACOSTA, Alberto. Pluriverso: hacia horizontes postcapitalistas. 2018d.

ACOSTA, Alberto. Una lectura comprometida - Buen Vivir, Plurinacionalidad y Derechos de la Naturaleza en el debate constituyente. 2018f. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=247244

ACOSTA, Alberto. Casi 70 años persiguiendo un fantasma: 'el desarrollo'. 2018g. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=243336

ACOSTA, Alberto. Los buenos convivires: Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías, **Revista Trilhas Filosoficas,** Caicó, Brasil, 2017. http://periodicos.uern.br/index.php/trilhasfilosoficas/article/view/3070

ACOSTA, Alberto. Iniciativa Yasuní-ITT - La difícil construcción de la utopía, 2014. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=180285

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos**, ICARIA (2013), a partir de una edición preliminar en Abya-Yala Ecuador, en la Serie Debate Constituyente (2012), este libro ha sido editado en ediciones revisadas y ampliadas continuamente, en francés - Utopia 2014, en alemán – Oekom Verlag 2015, en portugués - Editorial Autonomia Literária y Editorial Elefante 2016, en holandés - Uitgeverij Ten Have 2018, 2012.

ACOSTA, Alberto. Los Derechos de la Naturaleza – Una lectura sobre el derecho a la existencia. En: varios autores (Alberto Acosta y Esperanza Martínez – editores); **La Naturaleza con Derechos – De la filosofía a la política**, Abya–Yala, Serie Debate Constituyente. Quito, 2011a.

ACOSTA, Alberto. Sentencia a la Chevron-Texaco, un triunfo de la Humanidad, 2011b. http://www.politicayeconomia.com/2011/02/sentencia-a-la-chevron-texaco- un-triunfo--de-la-humanidad/

ACOSTA, Alberto. Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza - Reflexiones para la acción, **Revista AFESE**, Quito, 2010a. https://therightsofnature.org/wp- content/uploads/pdfs/Espanol/Acosta_DDN_2008.pdf

ACOSTA, Alberto. Demanda contra British Petroleum por violación de los Derechos de la Naturaleza en el Golfo de México, 2010b. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=117669

ACOSTA, Alberto. Eduardo Galeano asambleista constituyente en Montecristi, 2010c. https://www.facebook.com/notes/alberto-acosta/eduardo-galeano-constituyente-en-montecristi-por-alberto-acosta/478284876914/ resumen publicado en Duch, Gustavo (2010); "Cerrando venas: Universo Galeano", https://gustavoduch.wordpress.com/2015/04/13/cerrando-venas-universo-galeano/

ACOSTA, Alberto. **Bitácora Constituyente ¡Todo para la patria, nada para nosotros!**, Abya Yala, Quito, 2008a. https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1537&context=abya_ya la

ACOSTA, Alberto. ¿Tienen derechos los animales", La Insignia 810 de enero del 2008), 2008b. https://www.blainsignia.org/2008/enero/cul_005.htm (Disponible también en la Bitácora Constituyente)

ACOSTA, Alberto. La Naturaleza como sujeto de derechos, publicado el 28 de febrero del 2008 en portal de la Asamblea Constituyente, 2008c. http://www.ecologiasocial.com/biblioteca/AcostaNaturalezaDerechos.htm (Disponible también en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA, Alberto. La paradoja de una Amazonía sin agua para sus pobladores, 9 de febrero del 2008, 2008d. (Disponible en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA Alberto. El derecho al agua, una causa común, 6 de mayo del 2008, 2008e. (Disponible en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA, Alberto. El agua en la nueva Constitución ; otra buena razón para el SI, 11 de julio del 2008, 2008f. (Disponible en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA, Alberto. Mandato minero, un tiempo para el debate y la reflexión, 13 de mayo del 2008, 2008g. (Disponible en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA, Alberto. Sobre trasngénicos, 4 de mayo del 2008, 2008h. (Disponible en la Bitácora Constituyente, Acosta 2008a)

ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**, CEP, Swissaid y Abya–Yala, 2009. http://www.rebelion.org/docs/122604.pdf

ACOSTA, Alberto;BRAND, Ulrich. **Salidas del laberinto capitalista – Decrecimiento y Postextractivismo**, ICARIA, Barcelona. (Con ediciones en Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Alemania), 2017. https://www.rosalux.org.ec/pdfs/Libro-Salidas-del-Laberinto.pdf

ACOSTA, Alberto y CAJAS-GUIJARRO, John. Naturaleza, economía y subversión epistémica para la transición, en el libro **Voces latinoamericanas: mercantilización de la naturaleza y resistencia social**, editado por Griselda Günther y Monika Meireles, Universidad Autónoma Metrolita, México, 2020b.

ACOSTA, Alberto; CAJAS-GUIJARRO, John. **Una década desperdiciada – Las sombras del correismo**, CAAP, Quito, 2018. https://lalineadefuego.files.wordpress.com/2018/06/libro_la_decada_desperdiciada.pd f

ACOSTA, Alberto y Martínez, Esperanza (editores); varios autores. **La Naturaleza con derechos – De la filosofía a la política**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Quito, 2011. https://www.rosalux.org.ec/producto/la-naturaleza-con-derechos/

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **Biopirateria - La biodiversidad y los conocimientos ancestrales en la mira del capital**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala , Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2015. https://www.rosalux.org.ec/producto/biopirateria/

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **Transgénicos – Inconciencia de la ciencia**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Fundación Rosa Luxemburg, Quito., 2014. https://www.rosalux.org.ec/producto/transgenicos - inconciencia - de - la - ciencia - 2/

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **La Naturaleza con derechos – De la filosofía a la política**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Quito, 2011.

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **Soberanías**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala – Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2010. https://www.rosalux.org.ec/producto/soberanias/

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, Agua - **Un derecho humano fundamental**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, - Fundación Rosa Luxemburg Quito. 2010. https://www.rosalux.org.ec/producto/agua - un - derecho - humano - fundamental/

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **El Buen Vivir – Una vía para el desarrollo**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Quito, 2009.

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **Plurinacionalidad – Democracia en la diversidad**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Quito, 2009.

ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (editores); varios autores, **Derechos de la Naturaleza – El futuro es ahora**, Serie Debate Constituyente, Abya Yala, Quito, 2009.

ACOSTA, Alberto; Machado, Decio (2012); Ambientalismos y conflictos actuales en América Latina - Movimientos comprometidos con la vida" Publicado en Revista **OSAL** Nº 32 (Observatorio Social de América Latina - CLACSO), 2012. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=156838

ACOSTA, Alberto, John Cajas-Guiarro, Francisco Hurtado, William Sacher. **El Festín Minero del Siglo XXI - ¿Del ocaso petrolero a la pandemia megaminera**, Abya- Yala, Quito, 2020.

ACOSTA, Alberto; VIALE, Enrique. Una verdad incómoda: el Cambio Climático y el Maldesarrollo, **Revista de Investigación Altoandina**, Puno, Perú, 2017. http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313- 29572017000300001

ACOSTA, Alberto; Biggs, Shanon; Viale, Enrique (2019); **Informe de la comisión del Tribunal Internacional de Derechos de la Naturaleza sobre el caso Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS – Bolivia)**, 16 de enero del 2019. https://tipnisbolivia.org/2019/01/16/informe-de-la-comision-del-tribunal- internacional--de-derechos-de-la-naturaleza-sobre-el-caso-territorio-indigena-y-

parque-nacional-isiboro-secure-tipnis-bolivia/

ALERTA VERDE 170. La mano sucia de la Texaco se extiende hasta el Yasuní", Acción Ecológica, Quito. http://www.accionecologica.org/component/content/article/1735-alerta-verde-170-la- mano-sucia-de-texaco-se-extiende-al-yasuni

ARTACKER, Artacker; DAZA, Esteban. Campesinos versus transgénicos: la sentencia de los Ríos, 2019.

https://lalineadefuego.info/2019/02/05/campesinos-versus-transgenicos-la-sentencia-de-los-rios/

ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. **El neo–constitucionalismo transformador – El estado y el derecho en la Constitución de 2008**. Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), Serie Debate Constituyente, Abya Yala – Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2011. https://www.rosalux.org.ec/producto/el-neoconstitucionalismo-transformador-el-estado-y-el-derecho-en-la-constitucion-de-2008/

BENÖHR, Jens; GONZÁLEZ ASTORGA, Tómas. Los derechos de los ríos, 2017. http://www.rebelion.org/noticia.php?id=228553

BERINSTAIN, Carlos Martín; PÁEZ ROVIRA, Dario; FERNÁNDEZ, Itzar. **Las palabras de la selva- Estudio psicosocial del impacto de las explotaciones petroleras de Texaco en las comunidades amazónicas de Ecuador**, hegoa, Bilbao, 2010. http://www.rebelion.org/docs/122602.pdf

BUSTAMANTE R., Francisco. Derechos de la Naturaleza: Análisis crítico de la jurisprudencia constitucional, en el libro de varios autores y autoras; **Una década con Derechos de la Naturaleza**, Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, Abya- Yala, Quito, 2019.

CENTRO CARTER. Informe Final sobre el Referéndum Constitucional Aprobatorio de Ecuador del 28 de septiembre de 2008", Atlanta – Quito, 2019. https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/news/peace_publications/election_reports

/ecuador-referendum-report08.pdf

COLECTIVO DE INVESTIGACIÓN Y ACCIÓN PSICOSOCIAL ECUADOR. **Informe piscosocial del caso Yasunidos**, Quito, 2015. https://www.slideshare.net/delDespojoCrnicas/informe-psicosocial-en-el-caso- yasunidos https://www.rosalux.org.ec/producto/economia-social-y-solidaria/

CULLINAN, Cormac. **Wild Law – A Manifesto for Earth Justice**, South Africa, 2003.

CHANG, Ha-Joon. **23 cosas que no te cuentan sobre el capitalismo**, DEBATE, España, 2012.

ECHEVERRÍA V., Hugo; El derecho penal y los Derechos de la Naturaleza", en el libro de varios autores y autoras; Una década con Derechos de la Naturaleza, Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, Abya-Yala, Quito.

ECHEVERRÍA V., Hugo. El caso del Río Atrato. Una mirada jurídica acerca de los derechos de la naturaleza, Observatorio de Justicia Constitucional, Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2017. http://observatoriojusticiaconstitucional.uasb.edu.ec/articulistas/- /asset_publisher/6iE7o2o3Gu0e/content/el-caso-del-rio-atrato-una-mirada-juridica- acerca-de-los-derechos-de-la-naturaleza?inheritRedirect=true

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Modernidad y Blanquitud**, Editorial ERA, México, 2010.

FUNDACIÓN PACHAMAMA. ¡La Constitución Ecuatoriana es la primera constitución en el mundo en reconocer los derechos de la naturaleza!, Comunicado oficial, 2008. http://derechosnaturaleza.blogspot.com/

GÓMEZ NADAL, Paco. **Indios, negros y otros indeseables – Capitalismo, racismo y exclusión en América Latina**. Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), Serie Debate Constituyente, Abya Yala – Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2018. https://www.rosalux.org.ec/producto/indios-negros-y-otros-indeseables-capitalismo- racismo-y-exclusion-en-america-latina-y-el-caribe/

GREENE, Natalia; MUÑOZ, Gabriela. **Los Derechos de la Naturaleza, son mis Derechos. Manual para el tratamiento de los conflictos socioambientales bajo el nuevo marco de derechos constitucionales**, Plataforma de Acuerdos Socioambientales - PLASA, Fundación Pachamama, Programa de Pequeñas de Naciones Unidas, 2013. https://

www.ppd-ecuador.org/wp-content/uploads/2017/11/Manual-para-el- tratamiento-Derechos-Naturaleza.pdf

GUDYNAS, Eduardo. El espíritu de reconocerle derechos a la Naturaleza, 2018. http://cooperaccion.org.pe/el-espiritu-de-reconocerle-derechos-a-la-naturaleza/

GUDYNAS, Eduardo. **Los Derechos de la Naturaleza - Respuestas y aportes desde la ecología política**. Abya Yala, Quito, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Los derechos de la naturaleza después de la caída de la moratoria petrolera en la Amazonia, 2013. https://www.alainet.org/es/active/66547

GUDYNAS, Eduardo. **El mandato ecológico – Derechos de la naturaleza y políticas ambientales en la nueva Constitución**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya–Yala, Quito, 2009ª.

GUDYNAS, Eduardo. Ciudadanía ambiental y meta-ciudadanías ecológicas. Revisión y alternativas en America Latina, en **Urgencia y utopía frente a la crisis de civilización**, libro compilado por Javier Reyes Ruiz y Elba Castro Rosales, México, 2009b. http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasCiudadaniasMetaciudadaniasMx09x2. pdf

HERRÁN, María Teresa. **Ciro Angarita, retador**: la historia de un audaz magistrado y profesor que no sólo vivió la Constitución, sino que supo darle otra dimensión a lo jurídico, Bogotá UNICEF, reedición, 2017.

KOTHARI, Ashish; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy, Development 57.3/4 Inequalities, 2015. http://www.palgrave- journals.com/development/journal/v57/n3-4/full/dev201524a.html

LAPIERRE ROBLES, Michel Y AGUASANTAS, Macías Marín. **Extractivismo, (neo) colonialismo y crimen organizado – En el norte de Esmeraldas**, Abya-Yala, PUCE Sede Esmeraldas, Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, Quito, 2018.

Martínez Alier, Joan (2013); "Desprotección del Yasuní: échale la culpa a Correa", Diagonal. https://www.diagonalperiodico.net/global/19481-desproteccion-del-yasuni- echale-la-culpa-correa.html

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Prólogo, en Varea, Anamaría; Barrera, Carmen; Maldonado Ana María (1997); **Conflictos socioambientales en las Ciudades 1**, CDEP, Abya- Yala, Quito, 1997.

MARTÍNEZ, Esperanza; ACOSTA, Alberto. Los Derechos de la Naturaleza como puerta de entrada a otro mundo posible", **Revista Direito & Praxis**, Río de Janeiro,2017. http://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n4/2179-8966-rdp-8-4-2927.pdf

PACARI Vega Cornejo, Nina. Un balance desde la interculturalidad, en el libro de varios autores y autoras; **Una década con Derechos de la Naturaleza**, Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, Abya-Yala, Quito, 2019.

PAPA FRANCISCO. **Encíclica Laudato Si**. 2015. http://w2.vatican.va/content/francesco/es/encyclicals/documents/papa- francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

PUEBLO ECUATORIANO. **Constitución de la República del Ecuador,** 2008. http://www.inocar.mil.ec/web/images/lotaip/2015/literal_a/base_legal/A._Constitucio n_republica_ecuador_2008constitucion.pdf,

REPRESENTANTESDE LA SOCIEDAD CIVIL MUNDIAL. **Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra**, Tiquipaya, Bolivia, 2010. http://www.rightsofmotherearth.com/images2015/declarations%20pdf/declaration- sp.pdf

SACHER, William. **Ofensiva megaminera China en los Andes – Acumulación por desposesión en el Ecuador de la "revolución ciudadana**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), Serie Debate Constituyente, Centro Andino de Acción Popular (CAAP) - Abya Yala, Quito, 2017.

https://www.researchgate.net/profile/William_Sacher/publication/322975646_Of ensiva_Megaminera_China_en_los_Andes_Acumulacion_por_desposesion_en_el_Ec uador_de_la_Revolucion_Ciudadana/links/5a7a664ba6fdccebdd819f61/Ofensiva-Megaminera-China-en-los-Andes-Acumulacion-por-desposesion-en-el-Ecuador-de- la-Revolucion-Ciudadana.pdf

SUÁREZ, Sofía. Defendiendo la Naturaleza: Retos y obstáculos en la implementación de los derechos de la Naturaleza Caso río Vilcabamba, FES-ILDIS, Quito, 2013. http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/10230.pdf

SVAMPA, Maristella. Zoópolis: los animales, ¿nuestros conciudadanos?, **Nueva Sociedad**, 2019. http://nuso.org/articulo/animales-derechos-sociedad-moral-politica/ Tortosa, José María. Mal desarrollo y mal vivir – Pobreza y violencia escala mundial, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya– Yala, Quito, 2011.

https://www.rosalux.org.ec/producto/maldesarrollo-y-mal-vivir/

TORTOSA; José María. Sumak Kawsay, Buen Vivir, ¿alternativa al desarrollo?, Universitat Internacional de la Pau, XXVII edició del Curs d'Estiu: AMÈRICA LLATINA: VELLS CONFLICTES, NOVES SORTIDES, 2009.

http://www.universitatdelapau.org/files/23-41201- document/sumak_kawsay_sant_cugat.pdf?go=3d7fa7fcaa728fb853696378753e4e757 1c285a8f48a406159b8578b483ca8c615e-47e8c828bdadd33b9274ada668055c7acbdc1 b12deba5

TORTOSA; José María. Sumak kawsay, suma qamaña, buen vivir, Instituto Universitario de Desarrollo Social y Paz, Universidad de Alicante, Fundación Carolina, Madrid, 2009. http://www.plataformabuenvivir.com/wp- content/uploads/2012/07/TortosaSumakKawsayBuenVivir09.pdf

VAREA, Anamaría; BARRERA, Carmen; MALDONADO Ana María. **Conflictos socio-ambientales en las Ciudades 1**, CDEP, Abya-Yala, Quito, 1997.

VAREA, Anamaría; BARRERA, Carmen; MALDONADO, Ana María; ENDARA, Lourdes; REAL, Byron. **Ecologismo ecuatorial 2**, CDEP, Abya-Yala, Quito, 1997.

VAREA, Anamaría; BARRERA, Carmen; MALDONADO, Ana María; ENDARA, Lourdes; REAL, Byron; REYES, Victoria; ROBALINO, Guillermo. **Desarrollo eco- ilógico 3**, CDEP, Abya-Yala, Quito, 1997.

Varios autores. **Declaración Universal de los Derechos de la Madre Tierra**, Tiquipaya – Cochabamba, Bolivia, 2010. https://cmpcc.wordpress.com/derechos- madre-tierra/

VIALE, Horacio, MACHADO, Horacio; ACOSTA, Alberto. La Madre Tierra tiene Derechos: primer tribunal para defenderlos, 2014. http://worldconsciouspact.org/wp- content/uploads/2015/10/La-Madre-Tierra-tiene-Derechos-primero-tribunal-para- defenderlos--Alberto-Acosta-.pdf

QUATRO DÉCADAS DE LUTA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS O MOVIMENTO SOCIAL QUE DEFENDE OS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI É UM DOS PRINCIPAIS VETORES DE CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Julian Rodrigues

Ainda que possa soar como repetição desnecessária, é importante registrar, uma vez mais, as origens do movimento homossexual brasileiro.

O contexto é impressionante. A efervescência das manifestações pelo fim da ditadura gerou um caldo de democracia. As greves operárias do ABC, a luta popular contra a "carestia", o surgimento do movimento feminista e do movimento negro. E foi aí que as bichas, sapatas e trans entraram também.

O jornal *Lampião da Esquina* rasgou possibilidades, circulou entre 1978 e 1981 -, o grupo *Somos (de Afirmação Homossexual)*, com núcleos do Rio e em São Paulo, lacrou pela primeira vez e 1978, em evento na USP.

Esse é um paradigma canônico, ao qual devemos adicionar o surgimento do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e do icônico GGB (Grupo Gay da Bahia), que, aos trancos e barrancos, se mantém em funcionamento até hoje.

Aqui, contudo, quero ressaltar elementos nessa oficial narrativa de fundação. O primeiro: havia muitas militantes de esquerda à frente desse processo, muito além da quase caricatura sobre o "racha do SOMOS".

Pouco se fala sobre as conexões conjunturais. O movimento social pelos direitos das pessoas gays e lésbicas se configura no mesmo momento histórico em que se dá a redemocratização do país.

Em 1988, instigado pela mobilização do recém formado movimento LGBT, com destaque para a incansável militância de João Antônio Mascarenhas, o petista José Genoíno, entre outros, sustentou a proposta de incluir "orientação sexual" como um direito fundamental, o qual deveria ser explicitamente protegido no texto da na nova carta. Não deu certo, mas se

avançou: 130 votaram pela aprovação da emenda, 317 pela rejeição e 14 se abstiveram[1].

A epidemia de AIDS muda tudo. Um movimento que ainda era profundamente masculino perde, rapidamente, muita gente. Foi preciso girar toda força para enfrentar a doença.

E as bichas e travas não deixaram por menos. Foram protagonistas na estruturação do movimento social anti-HIV, organizando a sociedade e pressionando o poder público.

O início dos anos 1990, após tantas vidas abreviadas, trouxe também um impulso de organização. O esforço governamental para enfrentar a epidemia obteve apoio internacional. O Brasil constituiu uma das melhores políticas mundiais de enfrentamento ao HIV/Aids.

Foi um momento chave na organização de redes nacionais do movimento: ANTRA (travestis e transexuais), ABGLT (buscando representar toda população), ABL e LBL (buscando representar mulheres lésbicas e bi).

As Paradas do Orgulho consolidaram a virada, a partir de São Paulo, as LGBT se fizeram vistas, aos milhões. Tal visibilidade galgou espaços na grande mídia e no mercado.

Enquanto se falava em *pink money*, o movimento se estruturava. Eleito Lula, criou-se um Ministério dos Direitos Humanos. Na sequência, uma conjunção de fatores favoráveis propiciou a criação do *Brasil sem Homofobia*, um inédito programa governamental especificamente voltado à população LGBT (homossexual, nos termos da época).

Entre 2004 e 2008 (ano da primeira conferência nacional de políticas públicas LGBT) muita coisa foi feita. Ou pouca coisa também. O movimento social tensionava por mais políticas, o governo funcionava em ritmo distinto.

O presidente da república abriu a Conferência Nacional LGBT em 5 de junho de 2008 – momento histórico. Na sequência, o governo federal lançou um Plano Nacional de políticas LGBT e criou também o Conselho Nacional.

Tal processo de reconhecimento e diálogo entre o movimento social e o governo federal perdeu fôlego na transição entre os governos Lula e Dilma.

O acontecimento que acabou se tornando um divisor de águas e – tudo indica – influenciou as posições políticas do governo Dilma a partir daí, foi o episódio que ficou conhecido como "veto ao kit gay", em maio de 2011.

1 O longo caminho contra a discriminação por orientação sexual no Brasil no constitucionalismo pós - 88: igualdade e liberdade religiosa. ARTIGOS Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia Universidade Federal de Ouro Preto, Daniel Moraes dos Santos Faculdade Estácio de Sá.

Trata-se da suspensão do projeto "Escola sem Homofobia", elaborado pelo MEC em conjunto com redes e organizações não governamentais. Por pressão da chamada "bancada evangélica" e atravessando um momento delicado de fortes denúncias contra o então Ministro da Casa Civil, Antonio Palloci, a presidenta optou por vetar o projeto.

Na ocasião, destacou-se o deputado federal fluminense Anthony Garotinho, líder evangélico, que estava à frente de movimentos pela derrubada do Ministro Palloci e teria recuado quando do atendimento de sua demanda pela chefa do Executivo Federal.

Além do desgaste com os movimentos sociais e setores identificáveis a um campo político situado como "progressista", a presidenta sofreu duras críticas em virtude de suas declarações tentando justificar o ocorrido. Dilma afirmou: "não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais".

Aqui cabe trazer a reflexão de Vanessa Leite (2014) sobre o processo de garantia de direitos aos "novos sujeitos", sejam "jovens", "LGBT" ou "crianças e adolescentes". Segundo a autora, educação e direitos de crianças e adolescentes "mostraram historicamente que são áreas de maior dificuldade no fortalecimento de concepções que tratem a sexualidade como campo de exercício de direitos" (Leite, 2014).

Nesse sentido, propor um material que abertamente discutisse na escola questões relacionadas ao respeito à diversidade sexual e à própria liberdade dos sujeitos no campo da sexualidade com certeza geraria forte controvérsia.

> O Escola Sem Homofobia provocou uma forte polêmica em todo o país, amplamente divulgada pela mídia. Articulou-se um "pânico moral" em torno do projeto que esteve envolto na ideia de que o Estado estaria financiando o "desvirtuamento das crianças" (Leite, 2014, p. 175).

Esse tipo de argumentação, associada também à "destruição da família", bem como a mobilização de "pânico moral" irá se repetir posteriormente em vários outros embates.

O conceito de pânico moral foi criado, na década de 1960, pelo sociólogo inglês Stanley Cohen (1972) para se referir a situações em que: 1) um grupo social que se presume representar alguma forma de perigo é associado a determinadas características, comportamentos ou fatos que não lhes dizem necessariamente respeito; 2) tais associações são socialmente difundidas pela forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social apresentam sua "natureza" de forma estereotipada.

Desse modo, pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva. O pânico moral é geralmente acionado em processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. A ampla difusão social de associações estereotipadas num contexto marcado por pânico moral faz que temores associados à ideia de sexo como essencialmente perigoso sejam acionados. Tudo isso reforça estigmas e desigualdades sociais (RUBIN, 1984).

Instigar o pânico moral e estimular uma espécie de histeria coletiva contra toda e qualquer discussão relacionada às questões de sexualidade e de gênero, feminismo, direitos LGBT, educação sexual nas escolas, diversidade, homossexualidade foi o principal instrumento manejado no processo de aprovação do Plano Nacional, dos Planos Estaduais e dos Planos Municipais de Educação.

Na maioria dos casos, as pressões contra os direitos sexuais, reprodutivos e as políticas afirmativas para LGBT têm sido lideradas por pastores evangélicos, bispos e padres católicos

– por meio da mídia, das redes sociais e de pregações em suas igrejas – e por deputados federais e senadores, por meio da chamada bancada evangélica (e católica) no Congresso Nacional.

Assistimos a uma verdadeira cruzada contra o que um dos ideólogos brasileiros do campo conservador, orgulhosamente de direita, o autointitulado filósofo, Olavo Carvalho chama de "marxismo cultural", que seria uma inusitada síntese entre Gramsci e Escola de Frankfurt.

As questões relacionadas ao feminismo e à liberdade de orientação sexual e identidade de gênero fariam parte dessa mixórdia maléfica que teria sido vitoriosa nos últimos 30, 40 anos no país, o que Carvalho denomina como uma verdadeira "revolução cultural".

O quadro esboçado até aqui, portanto, pode nos remeter às semelhanças com a interpretação já clássica de Gayle Rubin (1992), e seu conceito de *sex wars* retomado por Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira (2013) que permitem explorar as nuances e as contradições desses conflitos, que têm como pano de fundo a crescente visibilidade LGBT.

Parecenças entre o cenário dos anos 1980 do século XX, nos EUA descritos por Rubin, e o Brasil de hoje são facilmente identificáveis:

> A oposição da direita à educação sexual, à homossexualidade, à pornografia, ao aborto e ao sexo antes do casamento passou da zona mais periférica para o centro da arena política a partir de 1977, quando os estrategistas de direita e os fundamentalistas religiosos descobriram que as massas eram muito receptivas a esses temas (Rubin, 1992, p. 273-4).

Contudo, é mister observar que, enquanto nos EUA a instrumentalização política de questões morais sempre esteve mais presente, no Brasil, até recentemente, havia sido mais comum, mesmo em debates acerca de direitos sexuais, privilegiarmos o foco nas desigualdades sociais.

Nos embates sobre o direito ao aborto legal, por exemplo, enquanto as discussões norte- americanas se dão em torno do direito de escolha e da autonomia, no Brasil a maior parte dos argumentos gira em torno da morbimortalidade relacionada ao abortamento inseguro e sua concentração em termos de classe, raça e geração.

Um dos pressupostos colocados nesses acirrados debates questiona se a moral religiosa de grupos específicos poderia se sobrepor aos preceitos constitucionais que definem e organizam o Estado.

Se os fundamentos do marco legal brasileiro vedam a discriminação e fundamentam-se nos princípios da igualdade e do pluralismo, seria correto conferir legitimidade à moral religiosa de conservadores evangélicos e católicos, legitimando-a para incidir nos debates públicos concernentes a toda a população ou a um grupo social composto por milhões de pessoas que não necessariamente compartilham dessas mesmas crenças e, por conseguinte, desses mesmos códigos morais?

Ao se oporem, por exemplo, à legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e também ao projeto de lei que torna crime discriminar pessoas em razão da orientação sexual ou identidade de gênero, as justificativas acionadas pelos pastores e parlamentares religiosos conservadores, em geral, mesmo que disfarçados, são diretamente derivados de sua leitura bíblica e da moral de suas igrejas – a despeito do esforço de vários setores e lideranças em acrescentar argumentos laicos e "científicos" ao escopo narrativo, com o objetivo de tornar seus valores universalizáveis para o conjunto da população, atingindo os milhões que não compartilham de sua fé religiosa ou posição política.

A tal "ideologia de gênero"

Desde pelos menos o início dos anos 1980, o mundo ocidental veio girando à direita. Reagan nos EUA e Thatcher na Inglaterra não eram apenas conservadores neoliberais nas políticas econômicas. Junto com Karol Wojtyla (Papa João Paulo II) meio que anunciavam o fim da "era de aquário", das revoluções na América Latina e África, das liberdades sexuais, da contestação cultural – todo aquele impulso transformador dos anos 1960 e 1970.

A queda do Muro de Berlim, simbolizando o fracasso do projeto socialista encerra os anos 1980 e abre os caminhos para uma enorme ascensão do conservadorismo e do neoliberalismo em todo o mundo.

No Brasil, vivíamos um processo inverso. O fim dos 1970 e início dos 1980 marcaram a ascensão das lutas sociais e derrota da ditadura militar. Constituinte, mobilização popular, eleições diretas para presidente, anos de conquistas de direitos, quando a sociedade civil se organiza, inclusive o movimento LGBT.

Importante registrar que o termo "ideologia de gênero" é uma expressão cunhada fora dos meios governamentais ou acadêmicos e difundida pelo ativismo religioso, especialmente o católico, nos últimos anos.

Não se trata, portanto, de um termo que conste dos marcos legais brasileiros, ou mesmo do repertório dos movimentos LGBT e feministas, nem da literatura das ciências humanas e sociais ou dos estudos de gênero. Segundo a pesquisadora e ativista Tatiana Lionço:

> O livro de referência dos católicos ativistas do anti-feminismo e anti-direitos sexuais e reprodutivos foi escrito pelo acadêmico argentino Jorge Scala e apresenta como título *Ideologia de Gênero – neototalitarismo e a morte da família*, tendo sido traduzido para o português por uma editora católica, a Katechesis. As teses contidas no livro passaram a ser replicadas por autoridades católicas do Brasil, com destaque para o texto de Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, publicado no sítio virtual da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também em blogs por Dom Anuar Battisti, arcebispo de Maringá (PR), Dom Antonio Carlos Rossi Keller, bispo de Frederico Westphalen (RS), Dom Fernando Rifani, bispo de Maria Vianney (Campos de Goytacazes/RJ) e no jornal A Tarde, por Dom Murilo Krieger, arcebispo de São Salvador da Bahia e primaz do Brasil.

Em entrevista concedida em 2012, o autor argentino citado por Lionço justifica porque não considera que os estudos sobre gênero sejam científicos - e explica sua definição de "ideologia de gênero". Em suas palavras:

> Uma teoria é uma hipótese verificada experimentalmente. Uma ideologia é um corpo fechado de ideias, que parte de um pressuposto básico falso – que por isto deve impor-se evitando toda análise racional -, e então vão surgindo as consequências lógicas desse princípio falso. As ideologias se impõem utilizando o sistema educacional formal (escola e universidade) e não formal (meios de propaganda), como fizeram os nazistas e os marxistas (Scala, 2012).

Com base nessa concepção, o autor atribui ao gênero o poder de "destruir a estrutura antropológica íntima do ser humano". Essa poderosa força é o que teria levado a ONU a criar uma "agência sobre gênero" e a União Europeia e o

Banco Mundial a condicionarem a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento ao compromisso da difusão do gênero. A aprovação de "leis de gênero", junto com a educação seriam as ferramentas utilizadas para impor um novo *ethos* aos povos do mundo, o que levaria ao totalitarismo se tal estratégia for totalmente bem-sucedida.

Esse registro é importante porque as batalhas do conservadorismo religioso consignadas no termo "ideologia de gênero" nunca deixam de operar articulada e conjuntamente o repúdio aos direitos sexuais, aos direitos reprodutivos, aos direitos civis da população LGBT e à igualdade de gênero. Por outro lado, está sempre presente a ideia que a luta dos movimentos sociais por reconhecimento faz parte de algo muito maior. O espectro de conspirações *gayzistas* e *femininazi*, para eles, nunca deixa de rondar, não só a Europa, mas todo o mundo.

Scala sustenta que a autodenominada "teoria de gênero" é, na verdade, uma ideologia "sutil, que não deseja se impor pelas forças das armas - como por exemplo, o marxismo e o nazismo -, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes e corações dos homens".

Para o religioso "como toda ideologia, não procura a verdade nem o bem dos outros, mas busca somente a conquista de suas vontades para utilizá-la com um fim espúrio" (Scala, 2011, p. 11-12).

Não deixa de soar irônico que a definição do autor argentino para o mais que plurissemântico e historicamente diverso substantivo *ideologia* guarde certas afinidades com o conceito marxista original - ideologia como falseamento da realidade ou manipulação da aparência com o objetivo de resguardar interesses das classes dominantes.

Depois de relatar com relativa precisão os conceitos de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual, homofobia, sexismo, empoderamento, o autor, usando a mesma expressão que o já mencionado Louis Sheldon, advoga pela existência de uma "Agenda de Gênero".

A despeito de provavelmente, a grande maioria das lideranças políticas, sociais e religiosas que se dedicaram a combater a "ideologia de gênero" durante a tramitação dos Planos de Educação chegando até a campanha eleitoral de 2018 não tenham lido o livro de Jorge Scala, é importante registrar que o mesmo núcleo argumentativo do autor se apresenta sempre, das mais diversas formas. Inclusive, mais simplificadamente, nos discursos e materiais distribuídos amplamente que defendem extirpar a "ideologia de gênero" da educação.

A insistência na denúncia de supostas manipulações contra crianças nas escolas, no sentido de expô-las precocemente ao sexo, ou a materiais pornográ-

ficos atingiu, no Brasil, milhões de pessoas em 2018. Pânico moral se focando nos temas da sexualidade, das crianças, das escolas, e das LGBT.

Na campanha eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro as chamadas *fake news* tiveram grande destaque. Uma delas, que ficou conhecida como "a distribuição de mamadeira de piroca", ou todo barulho em torno da ameaça do "kit gay", as notícias de que candidato do PT teria estuprado uma adolescente de 11 anos – todas foram extremamente prejudiciais à campanha do ex-Ministro da Educação e candidato a presidente petista Fernando Haddad.

Rogério Diniz Junqueira (2017) aponta que os estudiosos do tema são unânimes em afirmar que o sintagma "ideologia de gênero" emerge em meados dos anos 1990, no contexto do Conselho Pontifício para a Família e depois segue em desenvolvimento no âmbito das formulações de cúpulas católicas em todo o mundo: "nos anos seguintes, o sintagma se espraiou na forma de um poderoso slogan, incendiando a arena política de dezenas de países, ao catalisar manifestações virulentas contra políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações" (Junqueira, 2017, p. 25).

O autor menciona que, às vezes, aparece também a palavra teoria junto à ideologia, mas que, ambas, nesse caso, não podem ser entendidas como "estudos de gênero". São sintagmas usados como "*rótulos políticos*" adaptáveis aos contextos nacionais e sociais específicos, praticamente testados em sua eficácia e adequação com a cultura de cada local e também com os cenários específicos.

> Assim, desde meados anos 1990, [...] foram numerosas as formas de declinação desses sintagmas emersas dos documentos vaticanos e das conferências episcopais: teoria do gender, ideologia de gender, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero queer, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do gender, ideologia do lobby gay, ditadura do gender, genderismo, ou, simplesmente, gender. Tais sintagmas foram progressivamente se descolando dos contextos vaticanos e passaram a animar ações midiaticamente muito eficazes, para enfim se legitimar como categorias políticas, passando a figurar em documentos de Estado e estar presentes em pronunciamentos de dirigentes políticos, inclusive com ares de aparente laicidade (Junqueira, 2017, p. 28).

Junqueira (2017) também identifica nos livros de Christina Hoff Sommers, publicado em 1994 (*Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*) e de Dale O´Leary, publicado em 1997 (*The Gender-Agenda: redefining equality*) a origem católica e estadunidense dos conceitos "teoria/ideologia de gênero".

Ambas as autoras estabelecem argumentos que serão a base da maioria dos arrazoados posteriores. Sobretudo, postulação da existência das "feministas de gênero", que não estariam preocupadas com as mulheres de fato, mas propagam teses marxistas, autoritárias, que instalariam uma guerra entre os gêneros.

Outra ideia chave que já constatamos - e que aparece pioneiramente nas obras das autoras norte-americanas é a noção de que existe uma espécie de agenda oculta, verdadeira conspiração internacional articulada nas altas esferas (em órgãos multilaterais como a ONU, em universidade, em governos ou na mídia):

> A "agenda de gênero" teria como meta construir um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferenças entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral. Para colocá- la em prática, seria preciso garantir acesso gratuito à contracepção e ao aborto, estimular a homossexualidade, oferecer uma educação sexual a crianças e jovens que incentive a experimentação sexual, abolir os direitos dos pais em educar seus filhos, instituir a paridade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inserir todas as mulheres no mercado de trabalho e desacreditar as religiões que se oponham a este projeto (Junqueira, 2017, p. 28).

Nesse sentido, é mister reconhecer que a recepção do pacote conceitual relacionado ao construto "ideologia de gênero" chegou ao Brasil em "segunda mão". O núcleo da argumentação de Jorge Scala mimetizou as formulações de Sommers e O´Leary publicadas muitos anos antes.

Outra contribuição importante de Junqueira (2017) é destacar que, embora a gênese da categoria seja fundamentalmente eclesiástica e tecida a várias mãos por religiosos católicos, tanto europeus como latinos, a primeira aparição do termo em escritos oficiais católicos foi em 1998 na já mencionada Conferência Episcopal ocorrida no Peru, que divulgou uma nota intitulada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*.

A formulação, consolidação e espraiamento do conceito não se limitou "aos muros da Santa Sé ou a partir do envolvimento do mundo católico em toda a sua diversidade [...] foram mobilizadas figuras ultraconservadoras de conferências episcopais de diversos países, movimentos pró-vida, pró-família, associações de terapias reparativas (de "cura gay") e *think tanks* de direita".

Ainda no que tange à extensa investigação de Junqueira (2017), o estudioso revela que depois da Conferência de 1998, outro documento da cúpula da Igreja Católica volta a mencionar o termo. Trata-se da publicação *Família, Matrimônio e "uniões de fato"*, de 26 de julho de 2000, do Conselho Pontifício para a Família.

Algumas ideias já previamente divulgadas reaparecem e/ou são reelaboradas e reforçadas, usualmente em linguagem elevada, refinada, com complexida-

de argumentativa - que é da tradição dos documentos teológicos da direção da Igreja Católica:

> Dentro de um processo que se poderia denominar de gradual desestruturação cultural e humana da instituição matrimonial, não deve ser subestimada a difusão de certa ideologia de "gênero" ("gender"). Ser homem ou mulher não estaria determinado fundamentalmente pelo sexo, mas pela cultura. Com isto se atacam as próprias bases da família e das relações interpessoais. [...]. Em um correto e harmônico processo de integração, a identidade sexual e a genérica se complementam, dado que as pessoas vivem em sociedade de acordo com os aspectos culturais correspondentes ao seu próprio sexo. A categoria de identidade genérica sexual ("gender") é portanto de ordem psico-social e cultural. Ela corresponde e está em harmonia com a identidade sexual de ordem psico-biológica, quando a integração da personalidade se realiza como reconhecimento da plenitude da verdade interior da pessoa, unidade de alma e corpo. A partir da década 1960 a 1970, certas teorias (que hoje os expertos costumam qualificar como "construcionistas"), sustentam não somente que a identidade genérica sexual ("gender"), seja o produto de uma interação entre a comunidade e o indivíduo, mas que também esta identidade genérica seria independente da identidade sexual pessoal, ou seja, que os gêneros masculino e feminino da sociedade seriam um produto exclusivo de fatores sociais sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa. Deste modo, qualquer atitude sexual resultaria como justificável, inclusive a homossexualidade, e a sociedade é que deveria mudar para incluir junto ao masculino e ao feminino, outros gêneros, no modo de configurar a vida social. A ideologia de "gender" encontrou na antropologia individualista do neo-liberalismo radical um ambiente favorável. A reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais), costuma hoje em dia justificar-se com base em categorias e termos procedentes da ideologia de "gender". Assim existe uma certa tendência a designar como "família" todo tipo de uniões consensuais, ignorando deste modo a natural inclinação da liberdade humana à doação recíproca e suas características essenciais, que constituem a base desse bem comum da humanidade que é a instituição matrimonial (Pontificio Conselho para a Família, 2000).

A longa citação se justifica pela riqueza conceitual e por iluminar as bases teóricas das posições contrárias à "ideologia de gênero". Chamaríamos especialmente a atenção aqui para o fato de o "gender" ser associado ao neoliberalismo radical e ao individualismo e não ao marxismo cultural, como sói acontecer na maioria dos discursos e documentos que estudamos.

É uma constatação apenas, que embora importante, não será explorada agora, pois fugiria ao escopo desse trabalho desenvolver investigação mais funda ou alguma especulação teórica de mor fôlego sobre essa inusitada menção - que não é a tônica hegemônica do corolário discursivo dos críticos da "ideologia de gênero". O fato, contudo, é de que, aparentemente, as movimentações e o

ascenso das posições conservadoras religiosas em geral têm se dado em consonância com os avanços das forças neoliberais em diversos países.

Ou seja, a Igreja Católica se acopla, ou "pega carona" nas frustrações e nos protestos contra a crise das sociedades capitalistas/ democracias liberais, fazendo também, à sua moda, um discurso crítico – no caso, plantando como espantalho a "teoria de gênero". Como se a Igreja fizesse parte de um movimento mais amplo de resistência e contestação, transformando o conservadorismo em elemento de renovação e transformação.

Mas, afinal, como acadêmicos e ativistas feministas e LGBT deveriam contra- argumentar ao se depararem com a avalanche discursiva dos apologistas da destruição dessa perversa "ideologia de gênero"?

A segunda contribuição que destacamos, assim, na fala de Rogério Diniz Junqueira, corresponde à sua chamada de atenção para a reação correta, embora defensiva, que surge quase automaticamente: "ideologia/teoria de gênero" não existe, o que está estabelecido são os estudos de gênero, feministas, *queer*, etc.

Melhor seria, sustenta o autor, reconhecer que, sim, existe uma "ideologia de gênero", que é "um dispositivo de origem vaticana urdido especialmente (e não apenas) para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagônica à democracia e aos direitos humanos". Mais produtivo então do que negar *in totum* a existência real do conceito, seria virar a mesa e apontar o caráter utilitário do mesmo, criado com o objetivo de propagar a agenda conservadora.

Retomando a hipótese de que há pontos de contato entre o panorama global de crise econômica e o fortalecimento de mobilizações conservadoras em muitos países, tendo em comum uma "agenda *antigênero*", trazemos agora a reflexão de Grzebalska (2016).

Em países como França, Itália, Alemanha, Rússia, Eslováquia, Croácia, Polônia controvérsias, mobilizações e debates acirrados aconteceram em torno dos temas como direitos da população homossexual, currículos escolares e a "proteção das crianças", direitos das pessoas trans. Mas, na prática, ao enfrentar o "gênero", inimigo comum, muitas outras questões estão em jogo, inclusive a própria democracia liberal. Segundo a autora:

> As campanhas nacionais mencionadas anteriormente têm muito em comum. Elas partilham um inimigo em comum – "ideologia de gênero" ou "teoria de gênero", retirado da mesma fundação filosófica – os ensinamentos sociais da Igreja Católica Romana, invocam figuras discursivas hiperbólicas e despertadas pelo medo e operam através de formas similares de ação (i. e. iniciativas civis e organizações de base). Mas, enquanto o conceito de gênero é apresentado em todas essas campanhas, nós podemos estar muito errados em supor que estas são simplesmente sobre

> a oposição à equidade de gênero e aos direitos das minorias. *Antigênero* é antes de tudo uma "cola simbólica" que conecta vários temas progressistas sob um termo guarda-chuva e une diferentes atores conservadores numa busca muito maior pela mudança de valores subjacentes à democracia liberal europeia. Assim sendo, *antigênero* não é "somente" um assunto feminista, mas, em vez disso, uma ameaça à democracia liberal – um cavalo de Tróia para fazer mudanças muito mais amplas e profundas em nosso sistema político (Grzebalska, 2016).

Em primeira mirada, tal chave interpretativa sugere muitas e evidentes similaridades com a realidade brasileira. As mobilizações "*antigênero*" não dizem respeito apenas aos interesses específicos e às pautas das feministas e do ativismo LGBT, mas se relacionam com impulsionar, via "guerras culturais", uma mudança mais profunda de valores, batalhas políticas protagonizadas pelo conservadorismo radical que ameaçam os próprios fundamentos das democracias liberais.

As eleições de 2018, a retórica antissistêmica do candidato vencedor e o destaque que os temas "de gênero" tiveram em todo o processo sugerem que se preste muita atenção à hipótese da autora polonesa.

A imensa força e penetração das campanhas anti "ideologia de gênero", que, a partir de uma primeira investida nos processos de aprovação dos planos educacionais se deslocaram para o debate eleitoral de forma absolutamente articulada com o conjunto do programa do postulante do PSL deixam muito nítidas as imbricações, conexões e relevância da guerra contra o gênero no contexto político mais geral de "revolução conservadora". Talvez tenhamos assistidos, aqui no Brasil, a um verdadeiro *case* de sucesso dessa estratégia.

Aliás, amalgamar propostas econômicas neoliberais e ideias ultraconservadoras (explicitamente discriminatórias) não é invenção original dos vencedores de nossas eleições nacionais, pois segundo Grzebalska (2016) "o caso do pânico moral patriarcal acerca das imigrantes mulheres [na Polônia] é apenas um dos muitos exemplos da ligação entre a direita, mobilizações antigênero e desafios criados pela economia neoliberal globalizada".

A feminista polonesa chama a atenção também para a reação hesitante dos líderes políticos liberais às campanhas antigênero - o que também poderia nos remeter, em tirada provocativa, à reação conciliadora, para dizer o mínimo, no Brasil, de partidos como o PSDB (e também de setores do PT ou mesmo dos governos Lula-Dilma) diante desse fenômeno recente de ascensão brutal das narrativas conservadoras religiosas contra os direitos das mulheres e LGBT.

Se na Europa foram hesitantes em combater, aqui, podemos afirmar que parte dos "liberais-conservadores" - e mesmo da "centro-esquerda" – buscaram alianças pontuais com as lideranças das mobilizações conservadoras religiosas:

> Ao mesmo tempo, ambos, líderes políticos europeus e membros do parlamento europeu têm sido um tanto hesitantes em reagir a essas mobilizações, e quando reagiram, acharam isso suficiente para atingir as campanhas conservadoras como um problema em si mesmas.

Ainda percorrendo terras europeias, trazemos à luz instigante artigo de Cornejo-Valle e Pichardo (2017) sobre a "ideologia de gênero" no cenário espanhol que também busca rastrear as origens das estratégias adotadas pela cúpula do catolicismo para enfrentar o avanço dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos e das pautas LGBT no âmbito dos tratados internacionais e do marco normativo de cada país.

O primeiro movimento dos autores católicos, apontado no artigo dos espanhóis, constitui-se em revisitar a literatura sobre gênero e feminismo, desqualificando-a, a partir da visão particular da igreja sobre os direitos humanos. Lembramos que o belga Olivier Bonnewijn (2015), aqui já citado, seguiu exatamente esse roteiro.

O artigo também aponta a segunda metade dos anos 1990 como período em que ficou nítida uma estratégia nacional e internacional proativa, contra os direitos sexuais e reprodutivos. Ao mesmo tempo, operou-se a difusão de uma "interpretação católica sobre os direitos humanos beligerante ao feminismo e ao marxismo, em sua síntese denominada "ideologia de gênero".

A dimensão internacional das campanhas anti direitos, focadas em destruir a influência da "ideologia de gênero", não se restringiram ao velho continente.

Sônia Correa, ativista feminista e estudiosa do tema, relata a introdução da categoria em diferentes contextos nos países latino-americanos:

> Na América Latina, um sinal forte de que essas campanhas iriam se intensificar se deu em 2013 quando o ex-presidente do Equador Rafael Correa dedicou-se, num de seus programas semanais de televisão, a abominar a "ideologia de gênero que destrói a família, em 2 outubro de 2016, o referendum pelo acordo de paz na Colômbia foi derrotado por uma margem nada ampla de votos. Argumentos *antigênero* foram abertamente usados na campanha contra o acordo, especialmente por pastores evangélicos segundo os quais a "ideologia de gênero" teria vínculos com Cuba – onde o acordo foi firmado – ou mais precisamente à tradição religiosa afro-cubana, descrita por eles como culto ao demônio.No começo de 2017, campanhas *antigênero* foram para o ringue contra proposições em relação a educação sexual, direitos das

> pessoas trans, noções de famílias diversas e tentativas de positivar o aborto legal e seguro na revisão da Constituição do Distrito Federal do México. Em seguida um ónibus *antigênero* começou a circular no país.Dois meses depois, o veículo *antigênero* já circulava no Chile, pragmaticamente pouco antes da votação da reforma legal do aborto, encerrada em agosto. A reforma deixou para trás a proibição absoluta da interrupção da gravidez promulgada durante o regime Pinochet. Os defensores da "Ideologia de gênero" espernearam. Até mesmo no Uruguai, país reconhecido pela cultura política secular, essas campanhas estão ganhando vulto e atacando o programa nacional de educação sexual. E em Quito uma manifestação pela defesa da família atacou diretamente o projeto de lei contra violência de gênero em debate no congresso (Correa, 2017).

Correa reforça o caráter "adaptável" do conceito; característica que explica sua funcionalidade e capacidade de transitar rapidamente por distintos territórios e diferentes cenários. Atinge o centro da questão, a autora, quando define a maleabilidade e eficácia da retórica conservadora, que:

> [...] mobilizam lógicas e imaginários simplistas, esquemáticos e constituem inimigos voláteis – aqui as feministas, ali os gays, acolá, os artistas, mais adiante os acadêmicos, alhures os corpos trans – alimentando pânicos morais que distraem as sociedades de problemas estruturais que deveriam estar sendo debatidos, como as crescentes desigualdades de gênero, mas também de classe, raça e etnia. Embora usem argumentos teológicos, as campanhas *antigênero* falam a língua do Animal Planet. Seus porta-vozes estão, de fato, aderindo a Darwin quando dizem que autonomia reprodutiva, as muitas formas de família e a plasticidade sexual não se opõe apenas à lei divina mas vão contra as leis da natureza (Correa, 2017).

Sônia Correa (2017) também coloca em relevo o aspecto biológico da peroração dos anti gênero. Operar a fusão bíblia-Darwim parece ser lição primeira da cartilha conservadora cristã nessa empreitada.

Merece destaque no desenho do mosaico que buscamos esboçar outra contribuição de Sônia Correa. A intelectual soma sua experiência individual como ativista feminista nas altas esferas internacionais a diferentes elaborações acadêmicas.

Correa chama nossa atenção para o fato de que, a despeito da maior parte da literatura localizar o início dos embates internacionais sobre gênero nas Conferências da População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e na Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (1995), tais controvérsias já estavam presentes pelo menos desde a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (1992) a Eco 92. Acompanhemos o depoimento de Correa:

> Em março de 1995, cheguei à sede das Nações Unidas em Nova Iorque para participar da etapa final do Comitê Preparatório da IV CMM de Pequim. Na semana anterior, havia terminado a Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague, onde nós, feministas envolvidas com essas conferências desde a Rio 92, organizamos uma greve de fome para assegurar a inclusão no documento final de menções aos impactos negativos dos programas de ajuste estrutural nos países do Sul global. Também gravamos no texto a linguagem adotada na Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena (1993), que afirma os direitos das mulheres como direitos humanos, assim como definições do Cairo sobre saúde e direitos reprodutivos, mesmo quando essas definições tivessem sido sistematicamente atacadas pela Santa Sé e seus aliados no processo negocial. Além disso, nele incluímos muitas referências a gênero, em especial no que diz respeito à divisão sexual do trabalho entre homens e no âmbito da reprodução social. Mas naquele momento, essa terminologia não foi objeto de maior controvérsia. Ao chegar em Nova Iorque, contudo, a primeira coisa que me disseram é que gênero estava entre colchetes: ou seja já não era mais uma definição consensual. Fui informada que os debates estavam paralisados porque as/os diplomatas que coordenavam as negociações não estavam preparadas/os para os acirrados embates que haviam proliferado em torno a terminologia de gênero e outros temas polêmicos. Numa das salas de trabalho, assisti um delegado do Sudão exigir, vigorosamente, o "colcheteamento" da palavra e ser apoiado por outros países islâmicos, sem que a coordenadora da sessão conseguisse conter seu longo e agressivo discurso. Tão logo deixei a sala onde o debate acima descrito continuava, Joan Ross Frankson, feminista caribenha da equipe falou do panfleto "contra gênero" que havia sido distribuído, uns dias antes, aos delegados (especialmente do Sul global) por uma organização da direita católica norte-americana: a Coalizão das Mulheres pela Família, liderada pela jornalista Dale O'Leary (autora do livro A agenda de gênero, publicado em 1997) (Correa,2018).

A vivacidade da narrativa da experiente militante feminista além de iluminar vários ângulos do processo político desencadeado mundialmente desde os anos 1990 - que visava a desconstituir o conceito de gênero, deixa ainda mais evidente o protagonismo do Vaticano nessa guerra anti direitos.

Sonia Correa avança, ainda, ao pôr em relevo, como já citamos, o papel que a cruzada antigênero impulsionada pela Igreja Católica adquire atualmente no nosso continente:

> [...] América Latina, eu diria que experimentamos uma síndrome de denegação. O extenso e profundo legado colonial do Catolicismo e os impactos da expansão evangélica dos últimos vinte anos nos fizeram interpretar a recente ira contra gênero como "mais do mesmo", ou seja, apenas como mais uma nova onda de ataque religioso dogmático contra as pautas democráticas de gênero e sexualidade. Hoje, depois de alguns episódios de "tormenta perfeita", em que os ataques a gênero se articularam de maneira visceral com processos macropolíticos como no caso do Referendum de Paz na Colômbia, das conexões dos ataques a Judith Butler e as

> disputas eleitorais brasileiras de 2018, e das eleições presidenciais na Costa Rica (penso que é urgente investigar e compreender melhor o que que há de novo nessas escaramuças, mesmo quando elas proliferam em camadas culturais, políticas e religiosas muito antigas e sedimentadas. Nessa moldura, é importante reconhecer que embora essas cruzadas só tenham tomado corpo nos cinco últimos anos, a região está no radar do Vaticano e de seus aliados há muito mais tempo. Em 1997, O'Leary (2008), analisando a "conspiração feminista global" deu grande atenção às posições feministas latino-americanas. No seu texto predominam referências ao feminismo norte-americano, e são feitas pouquíssimas menções ao feminismo europeu, mas várias páginas são dedicadas à América Latina" (Correa, 2018).

O caso colombiano deve ter destaque, inclusive pelas similaridades com o que aconteceu em terras brasileiras. Lá também se desenrolou a manipulação relacionada com suposto material educacional "perigoso" distribuído nas escolas acoplada à disputa política mais geral que se desenrolava no país.

Rondon (2017) narra o episódio, ocorrido em agosto de 2016. Ilustrações consideradas eróticas de suposto material produzido pelo Ministério da Educação desencadearam reações e campanhas virulentas de padres, organizações diversas, políticos conservadores. Mesmo após o desmentido oficial, continuaram os ataques, turbinados pelo fato que a ministra da educação já havia se assumido lésbica.

Pânico moral, denúncias de conspirações LGBT para impor a "ideologia de gênero", pressão sobre o governo, marchas, mobilizações de rua: não faltou nada no "manual". Momento seguinte, a mobilização ancorada no pânico *antigênero* se desloca para o plebiscito que poderia pôr fim à guerra civil na Colômbia:

> Devido à situação descrita previamente, na Colômbia, a menção ao gênero tem começado a despertar suspeitas entre os setores conservadores, pois evoca as advertências de papas e teólogos com relação ao apagamento da diferença sexual. O enfoque de gênero do acordo de paz não foi uma exceção. Numerosas vozes afirmaram que o acordado entre a guerrilha e o governo excedia o propósito das negociações. Marco Fidel Ramirez, pastor e vereador de Bogotá, afirmou que, além de incutir uma ideologia "ateu-marxista", o acordo conduziria o país pela senda da "ditadura marxista homossexual", abrindo as portas ao incesto, à zoofilia e à pedofilia. O ex procurador Ordóñez advertiu que o acordo seria usado para impor a ideologia de gênero e acabar com a família, pois, em Havana, sede das negociações de paz, estariam redesenhando o ordenamento jurídico referente ao matrimônio, "o direito à vida" e à "liberdade religiosa". Os medos penetraram e o acordo foi rechaçado por uma maioria escassa. Além de deixar em um limbo jurídico o acordado em Havana, líderes políticos e religiosos conservadores se autojulgaram a representação de quem votou pelo "não" nas urnas, o que lhes permitiu incidir no conteúdo do acordo e lograr maior visibilidade midiática. Discursos bélicos abundaram em de-

> fesa de uma suposta ordem perdida, em que religião e política eram indissociáveis e Ordóñez exigiu ao presidente Santos "pugar" a ideologia de gênero do acordo (Rondon, 2017).

Em 3 de outubro de 2016, por uma diferença de menos de 60 mil votos, o acordo de paz foi rechaçado no plebiscito colombiano, e muitos analistas elencam a controvérsia sobre "ideologia de gênero", entre as causas dessa derrota da primeira versão do tratado na consulta popular.

Havia muitos outros pontos polêmicos que contribuíram com a rejeição da primeira versão do acordo de paz. Contudo, é fato que houve imbricação entre o debate mais geral e as questões relacionadas à sexualidade. Um novo acordo foi firmado e aprovado pelo Congresso da Colômbia em novembro do mesmo ano, após negociações e adaptações.

Ainda no âmbito da América Latina, não seria possível ignorar a campanha presidencial na Costa Rica. Novamente, o fulcro da controvérsia se localiza nas decisões do Ministério da Educação daquele país. 600 mil pessoas marchando na capital do país, em dezembro de 2017, contra uma decisão afeita à política educacional que instituiu uma disciplina de "afetividade e sexualidade" para estudantes do que seria aqui nosso Ensino Médio.

Sim, mais uma vez a mobilização foi liderada por religiosos católicos pregando contra os supostos malefícios da "ideologia de gênero". Tal agitação massiva deu a esse tema um status privilegiado nos debates das eleições presidenciais naquele país em 2018.

Felizmente, para os que se alinham com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos civis, a forte campanha religiosa conservadora não logrou derrotar o candidato progressista à presidência da Costa Rica. O jovem Carlos Alvarado foi eleito "evitando assim a chegada do movimento evangélico ao Governo da República".

Nem mesmo o México que, pela primeira vez em sua história elege um presidente de centro-esquerda, Manuel López Obrador, ficou imune à artilharia conservadora, quase sempre histérica, convenhamos, disparadas pelos sacerdotes católicos.

Retomando a análise do cenário brasileiro, cumpre constatar que a despeito da base densa teológica católica, são os conservadores evangélicos que acabam por protagonizar os maiores enfrentamentos, ou pelo menos, colocam-se nas posições mais visíveis, seja nos parlamentos seja na mídia, ou em qualquer esfera pública.

No processo de discussão e aprovação dos Planos Educacionais no Brasil, detectamos o protagonismo de lideranças e parlamentares evangélicos no movimento para retirar qualquer menção à igualdade de gênero ou diversidade sexual nos textos legislativos.

Nessa questão específica, é como se a igreja católica se encarregasse de fornecer a munição para os franco-atiradores evangélicos avançarem abertamente. Não quer dizer que as lideranças católicas não se exponham, nem que se isentem de opinar mais abertamente. Todavia, a divulgação e agitação – em formato popular - das elaborações oriundas dos documentos católicos ficam, usualmente, a cargo dos pastores e parlamentares evangélicos conservadores. Soa como uma informal "divisão de tarefas".

Daí também que há, muitas vezes, a propagação, por parte do ativismo progressista de certo estigma contra "os evangélicos", tratados como um conjunto homogêneo com posições fundamentalistas. Dois equívocos aí: i. subestimar o peso do conservadorismo católico e das formulações de sua cúpula na mobilização contra os direitos sexuais e reprodutivos; ii. ignorar as divisões e diferenças internas do imenso mundo evangélico (bem como as existentes entre a base popular e os líderes de determinadas igrejas).

Trata-se de erro classificar tanto as diversas lideranças evangélicas, como seus seguidores de maneira homogênea, como se fossem uma única massa conservadora. A participação das igrejas evangélicas – e da multidão de seus adeptos - na política contemporânea brasileira é objeto de inúmeras controvérsias, presentes em muitos estudos acadêmicos.

A agenda LGBT no Brasil: resistindo ao bolsonarismo

O neofascismo bolsonarista é fenômeno totalmente conectado com o movimento internacional anti-feminista, anti-LGBT, anti-DireitosHumanos. Articulado nas redes sociais, com ampla capacidade de mobilização e muita resiliência, mesmo depois do fracasso econômico ou das 660 mil mortes por Covid.

Há força ideológica, política, social e muito apoio para as ideias bolsonaristas (intrinsicamente machistas, racistas, anti-LGBT).

Em março de 2022 voltaram a ganhar as manchetes denúncias específicas sobre as relações "não republicanas" do governo com líderes evangélicos conservadores.

O Ministério da Educação tem dois pastores, que, mesmo sem cargos formais são quem deliberam sobre a liberação de recursos e projetos. Os limites

legais e formais entre igrejas evangélicas fundamentalistas e o governo Bolsonaro inexistem.

A despeito de todos os avanços culturais e do reconhecimento dos direitos civis da população LGBT nos últimos anos, hoje, o ambiente é regressivo.

Os movimentos sociais que lutam por direitos, igualdade, reconhecimento da diversidade encontram-se na defensiva diante desse tsunami conservador-neofascista.

É preciso reagir e derrotar o bolsonarismo. Não somente nas eleições de 2022, mas, sobretudo no médio prazo.

O desafio é fortalecer uma ampla coalizão progressista. Antifascista, feminista, antirracista, pró-direitos humanos, a favor das liberdades sexuais e de gênero. Do combate às *fake news* nas redes sociais à garantia de políticas públicas lastreadas no princípio da diversidade e igualdade.

A começar por uma educação pública inclusiva, anti-discriminatória, diversa, feminista, antirracista.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 50, out. 2017. ISSN 1809-4449. Disponível em:<https://bit.ly/2RoCyeA>. Acesso: 15 de dezembro, de 2018.

AGUIÂO, Silvia; VIANNA, Adriana; GUTTERRES, Anelise. Limites, espaços e estratégias de participação do movimento LGBT nas políticas governamentais. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos sociais e esfera pública**: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014, p. 239-270.

BONETTI, Alinne de Lima. Entre armadilhas ideológicas e confusões propositais: reflexões sobre e polêmica em torno da "ideologia de gênero". In: SILVA, Fabiane Ferreira. **Gênero, interseccionalidades e feminismos**: desafios contemporâneos para a Educação. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 47-62.

BRASIL 2014. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Atualizada em 1/12/2014. Centro de Documentação e Informação. Coordenação Edições Câmara. Brasília. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1oDiKWl>. Acesso em 18/07/2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Texto base da 1ª. Conferência Nacional LGLBT**. Brasília: SEDH, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Autêntica. Belo Horizonte, 2001, p. 151-172.

CARNAC, Romain. **L'Église catholique contre "la théorie du genre"**: construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. Synergies Italie, Sylvains les Moulins/Turin, v. 10, 2014.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, A. R. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da Constituição Cidadã". In: Oliven RG, Ridenti M, Brandão G. M. (org.). **A Constituição de 1988**, p. 334-59, 1988.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p.65-100, 2007.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. Mac Gibbon and Kee. London, 1972.

CORREA, SÔNIA. **Ideologia de gênero: rastros e significados**. Disponível em: <https://bit.ly/2FYAB7c>. Acesso: 20 de dezembro de 2018.

JUNQUEIRA, Roberto Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural". In: Paula R. Costa Ribeiro, Joana lira C. Magalhães (orgs). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <goo.gl/MUN9Tm>. Acesso em 18 de dezembro, de 2018.

FACCHINI, Regina. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 47, 2016.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 6- 20, 2012.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. n. 3, p. 54-81. Rio de Janeiro, 2009.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.

FACCHINI, Regina. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. 2011. Dissertação (Mestrado

em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Ed. Graal. Rio de Janeiro, 1979.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**. São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. Brasiliense. São Paulo,1983.

FRY, P.; CARRARA, S. "Se oriente, rapaz!": Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos "outros" na controvérsia sobre as causas da homossexualidade?. **Revista de Antropologia**, v. 59, n. 1, p. 258-280, 28 jun. 2016.

FURLANI, Jimena. **Existe ideologia de gênero?** Entrevista concedida a André Dipp, 30 de Agosto 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2hAeitt>. Acesso:1/04/2017.

GAGNON, John. **Uma interpretação do desejo**. Garamond. Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil.

Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Ed. UNESP. São Paulo, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: Anpocs, 2010, p. 293- 340.

GRZEBALSKA, Weronika. **Why the war on "gender ideology" matters** – and not just to feminists. Anti-genderism and the crisis of neoliberal democracy. Visegrad/Insight, Warsaw, 7 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ohSvqU>. Acesso em 18 de dezembro, de 2018.

GRZEBALSKA, Weronika. "Ideologia de gênero": uma categoria de mobilização política. In: Márcia Alves da Silva (org.). **Gênero e diversidade**: debatendo identidades. São Paulo: Perse, 2016.

GRZEBALSKA, Weronika. "Ideologia de gênero": um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrâncio F. Dias; Elza F. Santos; Maria Helena S. Cruz (orgs.). **Gênero e sexualidades**: entre invenções e desarticulações. Aracaju: Editora IFS, 2017.

GRZEBALSKA, Weronika. "Ideologia de gênero": a invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: Marcelo M. Ramos; Pedro A. G. Nicoli; Gabriela C. Alkmin (orgs.). **Gênero, sexualidade e direitos humanos**: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. Disponível em: <goo.gl/JgyPzN>. Acesso em 18 de dezembro, de 2018.

LEITE, Vanessa Jorge. **"Impróprio para menores?"** Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

LUNA, Naara. A criminalização da "ideologia de gênero": uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175018, 2017. Epub 18-Dez-2017. Disponível em <https://bit.ly/2TnaLwV>. Acesso: 27 de dezembro, de 2018.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interacções**, no 7, 2004, pp. 60-80.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010.

Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 7, p. 25-54, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 47, e16471, 2016.

MARINGONI, Gilberto. O avanço do conservadorismo não é um fenômeno apenas brasileiro. In: ROVAI, Renato. **Golpe 16**. Publisher Brasil. São Paulo, 2017.

MARQUES, Gabriela. **(Re)invenção do anarcofeminismo**: narcofeministas na cena punk (1990-2012). Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**. vol.27, no.2, p. 289-312. Brasília, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. **O futuro da democracia no Brasil**. São Paulo, 5 de maio de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2qTj70n>. Acesso em: 25/07/2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Da doutrinação marxista à "ideologia de gênero": Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. v.07, n.15, 2016, p. 590-621.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religiosos e identidade LGBT no Brasil. Garamond. Rio de Janeiro, 2013.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). **Novo mapa das religiões no Brasil**. FGV. Rio de Janeiro, 2011.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. **Religião & Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

NOVAES, Regina. Os "evangélicos" e a política: reflexões necessárias sobre o Brasil de hoje. **Teoria e Debate**. São Paulo, n. 158, online, 27.mar.2017. Disponível em: <http://bit.ly/2ugqVzH>. Acesso: 27/03/2017.

ORTELLADO, Pablo. Guerras Culturais no Brasil. **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, 01 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2fjNvko>. Acesso: 24/05/2016.

PONTIFÍCIO. Conselho para a Família. Lexicon: termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche. 2. ed. Bologna: Edizioni Dehoniane, 2006. [1. ed.: 2003].

RIOS, Rogger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidade e Direitos Sexuais**: Reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REIS, Antonio Martins; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 38, jan./mar. 2017. Disponível em. Acesso: 30/04/2017.

RONDON, Manuel Alejandro Rodríguez. La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. **Sex, Salud Soc**. (Rio J.). Rio de Janeiro, n. 27, p. 128-148, Dec. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GczEaX>. Acesso em 27 de dezembro, de 2018.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). **Pleasure and Danger**: exploring female sexuality. London: Pandora Press, 1992, p. 267-319.

SCALA, J. Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família. **Zenit**. 31 jan. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2WuRsUa>. Acesso em: 21 de outubro, de 2017.

SCALA, J. **Ideologia de Gênero**: o neototalitarismo e a morte da família. 2. ed. Trad. Lyège Carvalho. São Paulo: Katechesis, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan/abr. 2006.

SHELDON, Louis P. **A estratégia (The Agenda)**: O Plano dos Homossexuais para transformar a Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel Ltda, 2012.

TOSOLD, Léa. Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política: retomando o potencial transformador das políticas de diferença, Mediações – **Revista de Ciências Sociais**. V. 15, N.2, Londrina, 2010.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos. Pagu**, Campinas, n. 50, e175002, 2017.

VAGGIONE, Juan Marco. "Reactive Politicization and Religious Dissidence. The Political Mutations of the Religious in Social Theory and Practice". **Social Theory and Practice**, vol. 31, n. 2: 233-255, 2005.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Ser mas não ser, eis a questão**. O problema persistente do essencialismo estratégico. Working Paper CRIA 1, Lisboa, 2009

VANCE, Carole. A antropologia redescobre a sexualidade: Um comentário teórico. **Physis** - Revista de Saúde Coletiva, 5(1): 1995, pp. 7-32.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 121, pp. 77-104, 2004.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800. Londres/N.York: Longman. 1989.

IDENTIDADE, PALAVRAS E SEQUÊNCIAS[1]

Asad Haider

Nas discussões da controversa categoria "política identitária", certos modos de explicar palavras são normalmente requeridos, o primeiro sendo a definição. Eu sigo Sylvain Lazarus na compreensão de definição como uma forma de cientifização, como pertencente a um registro analítico que não é o da política. O problema que se busca resolver através das definições é a polissemia das palavras, que parece ser especialmente severo nos debates sobre política identitária. O que Lazarus descreve como pensamento discursivo procura reparar a polissemia das palavras ao atribuir definições e identificar objetos. Em seu lugar Lazarus propõe uma "antropologia de palavras problemáticas", na qual a polissemia é suspensa pela oposição de *prescrições*, que não operam sobre o que é ou o que foi, mas sobre o que é possível (Lazarus, "Anthropologie").

Prescrições sobre palavras problemáticas apresentam entendimentos opostos do que é possível numa situação. Estes usos estão integrados em sequências históricas particulares, em modos particulares de fazer política que respondem, por uma duração limitada, às suas situações históricas (Lazarus, Antropologia do Nome). Dentro deste quadro de palavras problemáticas e prescrições, eu gostaria de interpretar certas utilizações chave do termo identidade e seu posicionamento em sequências históricas como um meio de especificar "política identitária".

A palavra identidade levanta suas próprias questões etimológicas, o que nos faz voltar ao menos até a psicologia do ego de Erik Erikson e a sociologia de Ervin Goffman, traçando sua relação com a categoria de "etnia" que é utilizada pela ciência social americana para lidar com problemas de governança urbana, como na obra de 1963, *Beyond the Melting Pot* (sem tradução para a língua portuguesa), de Nathan Glazer e Daniel Moynihan, e sua adaptação pelos movimentos sociais, que iremos explorar abaixo.

1 Tradução: Carolina Bertassoni dos Santos (Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense).

Se fôssemos mais ambiciosos, poderíamos até decidir relacionar identidade com concepções amplas de individualidade e reconhecimento na história da filosofia, o que poderia nos levar de volta até Santo Agostinho.

Por mais interessante que isto fosse, como uma história intelectual arrebatadora, nos diria muito pouco sobre o que acontece quando a palavra identidade é conjugada com a palavra política. Enquanto identidade, a palavra sozinha, tem uma etimologia clássica e uma longa história, a conjugação de identidade com política é de fato relativamente nova, e durante vários anos após a sua introdução a expressão foi utilizada raramente em obras publicadas. Para um termo que gera sentido através da utilização, esta novidade e raridade inicial são de grande significado. Antes desta linguagem específica entrar em uso comum, estas palavras não estavam fazendo algo que agora fazem. Fazer projeções anacrônicas na história - para dizer que as revoluções anticoloniais, os movimentos de sufrágio feminino, e mesmo o movimento trabalhista eram todas formas de política de identidade - é transformar este termo peculiar num mero rótulo para um objeto que já existe, totalmente formado, lá fora no mundo. Esta é uma compreensão da linguagem em geral que perde toda a especificidade semântica e histórica e não pode explicar o que o termo faz politicamente[2].

Além disso, as discussões contemporâneas sobre identidade e política de identidade parecem, demasiadas vezes, agir como se os termos nunca tivessem sido expostos a uma investigação crítica. Apesar da poderosa influência da teoria feminista e dos estudos culturais em insistir na centralidade dos problemas de raça, gênero e sexualidade em qualquer política de esquerda, os debates sobre essencialismo e fundacionalismo nestes campos nas décadas de 1980 e 1990 parecem ter sido suprimidos ou esquecidos. No entanto, deixaram vestígios. Como veremos, esses debates proporcionaram reflexões sobre os processos históricos concretos que produziram o nosso presente político e o leque de posições que somos agora capazes de ocupar. Seria impossível examinar exaustivamente estas histórias no espaço de um único artigo - a este nível existem livros a serem escritos. Aqui, iremos nos engajar em estudos específicos e delinear os processos em que estes se situam.

As sequências históricas

A fim de gerar uma compreensão política destas palavras e sequências, que datam da década de 1960, temos de começar com o prisma através do qual a memória dos anos sessenta foi vista. Há duas datas-chave que constituem um re-

2 Para exemplos deste tipo de prática, ver Calhoun; e Tully.

pensar da história do termo *política de identidade*: 1977, agora amplamente conhecida, quando o termo foi introduzido pela Declaração do Coletivo Combahee River[3], e 1995, quando Todd Gitlin publicou *The Twilight of Common Dreams* (sem tradução para a língua portuguesa), que é geralmente citado posteriormente pelos críticos das políticas de identidade como a fonte estabelecedora da agenda. Ambos os textos remetem aos anos sessenta, com interpretações obviamente divergentes.

A Declaração do Coletivo Combahee River foi uma tentativa de formular uma política que refletiu sobre os limites dos movimentos que surgiram a partir dos anos sessenta e tentou encontrar uma forma de sobreviver em condições de derrota. O termo política de identidade foi introduzido como uma forma de sustentar uma "visão revolucionária" que colocava em primeiro plano a ação das mulheres negras, que tinham descoberto que não estavam representadas nos movimentos anteriormente existentes. Por outro lado, Gitlin propôs um esquema historiográfico que apresentava uma divisão entre dos anos sessenta com uma visão universalista, que durou até 1968, e depois uma degeneração em violência e separatismo que se estendeu desde então até 1970. Os anos sessenta então viveram como uma memória conflituosa. Esta periodização controversa constituiu a relação política com o passado como uma memória, que pode ser retida ou substituída, ou os dois.

O nosso método aqui é, ao em vez disso, compreender uma sequência histórica em seus próprios termos, para que então possamos identificar o seu aparecimento e a sua conclusão, que não marca o fim de um período histórico coeso e unitário, mas sim uma transformação dos termos da política. Este é, em outras palavras, o início e fim de um modo de política, como diz Lazarus: "as categorias da modalidade não são utilizáveis em nenhum outro lugar, exceto no modo que criaram; não são generalizáveis. Unidos com o modo - por outras palavras, as próprias invenções da categoria- diz-se que estão desgastadas ou saturadas na sua utilização e em sua existência quando tal modo acaba" (Lazarus, "*Can Politics*" 112).

Digamos que exista uma pluralidade de sequências históricas, com as suas próprias temporalidades, que se estendem amplamente desde os anos 60 até aos anos 90. Sem tentarmos ser abrangentes, nós extrairemos de textos sobre o seguinte: o movimento dos direitos civis; a Nova Esquerda, que inclui o movimento estudantil e o movimento anti-guerra; os movimentos nacionalistas negros e o *Black Power*; e o movimento de libertação das mulheres. Todas essas

3 Nota do tradutor: O texto em inglês "Black Feminism Statement", do Coletivo Combahee River, ficou conhecido no Brasil sob o nome Declaração do Coletivo Combahee River.

são sequências políticas adequadas, que mudaram fundamentalmente o terreno político, e estavam todas saturadas no final dos anos 70. Isto não significa que seus objetivos foram alcançados ou que o seu conteúdo deixou de ser significativo. Significa sim que suas formas organizacionais, programas e estratégias existentes já não respondiam à situação existente. Os termos tinham mudado radicalmente e movimentos existentes fragmentaram-se numa multiplicidade de pequenos agrupamentos políticos, de formações "pré-partidárias" marxista-leninistas até departamentos universitários.

Não devemos imaginar, é claro, que esta fragmentação veio após uma era dourada em que as identidades plenamente formadas estavam simplesmente disponíveis para uma totalidade política, o que as imbuía de um conteúdo revolucionário que, numa bela dialética, tinha somente que se exprimir. De fato, a fragmentação constitutiva da identidade é precisamente o que a história subsequente do termo revelaria. A frase "política de identidade" era utilizada intermitentemente na década de 1980, especialmente por aquilo que era então chamado os movimentos gay e lésbico, mas no final dos anos oitenta foi sujeitada a fortes críticas pelo que agora chamamos teoria queer. Como Jeffrey Weeks apontou em *Sexuality and Its Discontents* (sem tradução em português), era importante que homens gays construíssem identidades contra a forma como a masculinidade foi concebida. Com base nesta formação de identidade, foi possível formar comunidades sexuais. Estas identidades foram entendidas como sendo construídas, em fluxo, e ligadas ao prazer e ao desempenho. Contudo, as políticas de reconhecimento das minorias fixavam a identidade e canalizaram-na para uma agenda liberal reformista (Weeks).

Ao desafiar esta agenda, a influência de Michel Foucault foi decisiva. O Volume 1 de sua *A História da Sexualidade* não apenas propôs uma teoria relacional de poder que rejeitou os binários moralizadores de opressores/oprimidos, mas também mostrou como a própria categoria de identidade do "homossexual" era historicamente uma construção inovadora, embasada em comportamentos que anteriormente não teriam sido organizados em tal identidade. Numa entrevista extraordinária dada ao *Advocate* em 1984, último ano da sua vida, Foucault observou:

> Se a identidade é apenas um jogo, se é apenas um procedimento para ter relações, sociais e de prazer sexual que criam novas amizades, é útil. Mas se a identidade torna-se o problema da existência sexual, e se as pessoas pensarem que têm de "descobrir" a sua "própria identidade", e que a sua própria identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código da sua existência; se a pergunta perene que fazem é "Será que isto está de acordo com a minha identidade?" então, eu penso, voltarão a um tipo

> de ética muito próxima da velha virilidade heterossexual. Se nos for pedido que nos relacionemos com a questão da identidade, esta deve ser uma identidade para nós mesmos unicamente. Mas as relações que devemos ter conosco mesmos não são de identidade, devem antes ser relações de diferenciação, de criação, de inovação. Ser o mesmo é realmente aborrecedor. Não devemos excluir a identidade se as pessoas encontram o seu prazer através desta identidade, mas não devemos pensar nesta identidade como uma regra ética universal (Foucault, 1984, p. 166).

A política de formação da identidade lésbica, sugere Weeks, teve uma trajetória diferente, porque era muitas vezes associada com a ideologia de uma essência feminina que tinha sido apresentada pelo feminismo da segunda onda, resultando em uma identidade lésbica dessexualizada que assumiu uma base física ou biológica. O livro "Pensando o Sexo" (1984), de Gayle Rubin, foi decisivo a este respeito, com a autora unindo-se a Weeks e Foucault (que se referiu a ela diretamente na entrevista mencionada acima) ao insistir não só na construção social da sexualidade, mas também na necessidade de examinar uma vasta gama de práticas sexuais como aspectos da prática social, e o policiamento dos comportamentos sexuais de acordo com moralidades derivadas de concepções normativas da sexualidade, que conduzem a pânicos sexuais (Rubin; ver também Rubin e Butler, "Tráfico Sexual"). O lesbianismo não podia ser reduzido a uma natureza maternal feminina, e também tinha que ser compreendido em termos de lésbicas sadomasoquistas, o que escandalizou as feministas da segunda onda. Este questionamento de uma feminilidade maternal convergiu com figurações feministas alternativas como as de Monique Wittig, que deslocou a própria equação de lesbianismo e mulheres.

Consequentemente algumas das críticas mais radicais à identidade surgiram em meio à tentativa de teorizar uma política lésbica. No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, a categoria da identidade, e a sua conjugação com a política, foi muito contestada por teóricos no âmbito dos estudos culturais que eram ligados aos movimentos sociais anteriores, mas que vieram a ver a afirmação da identidade da mulher ou da lésbica como uma base política problemática. Em 1989, Diana Fuss (1989, p. 105) escreveu uma discussão da teoria gay e lésbica em *Essentially Speaking* (sem tradução em português): "Na medida em que a identidade é uma força radicalmente desestabilizadora e de modo algum uma garantia estável de uma política coerente, a tendência atual de basear uma política em uma noção bastante vaga e imprecisa de identidade precisa de ser repensada". No contexto destas críticas, muitas teóricas feministas negras procuraram formular relações de identidade e individualidade – em referência às complexidades de um slogan como "o pessoal é político" - que poderia ex-

plicitamente ultrapassar a armadilha essencialista. Também em 1989, bell hooks (1989, p. 107) escreveu em Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra que "para desafiar a política de identidade nós temos que oferecer estratégias de politização que ampliem a nossa concepção de quem somos, que intensifiquem o nosso sentido de intersubjetividade, a nossa relação com uma realidade coletiva", e "examinar o eu de um novo ponto de vista crítico": "Tal perspectiva, ao mesmo tempo que insistiria no eu como um local de politização, insistiria igualmente que a simples descrição da própria experiência de exploração ou opressão não é tornar-se politizado".

Em 1991 Kimberlé Crenshaw (1991, p. 1242) escreveu em "Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não- brancas": "O problema com a política de identidade não é que ela não consiga transcender a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto – que ela frequentemente mistura ou ignora as diferenças intergrupais". Ela acrescentou - e infelizmente parece que isto tem de ser constantemente repetido - que "a interseccionalidade não está sendo oferecida aqui como uma nova, totalizante teoria de identidade". Pelo contrário, levantou uma série de questões importantes sobre identidade que "exige que primeiro reconheçamos que os grupos de identidade organizados em que nos encontramos são de fato coligações, ou pelo menos coligações potenciais à espera de serem formadas".

Em outras palavras, a "política de identidade" tinha viajado do seu contexto original em uma organização específica para outros movimentos e debates acadêmicos amplos. Foi submetida a uma profunda transformação de significado, na realidade uma instabilidade de significado. O contexto para este complexo repensar da identidade e do seu papel nos movimentos sociais foi uma reação negativa da direita, as chamadas guerras culturais dos anos noventa. As universidades foram representadas por conservadores como Allan Bloom, Roger Kimball, e Dinesh D'Souza como lugares onde não era mais possível ler os grandes clássicos da civilização ocidental e onde os homens brancos não eram bem-vindos. Num simpósio intitulado *"The Identity in Question"* (A Identidade em Questão), realizado em 16 de novembro de 1991, no Centro de Graduação CUNY em New York, Joan Scott salientou:

> As investigações mais abrangentes das práticas universitárias - mudança curricular, normas de admissão, ajuda financeira, prêmios de bolsas, códigos disciplinares, contratações e procedimentos de posse, cargas-horárias de ensino, tempo gasto em investigação, padrões de acreditação. . . são todas tentativas de deslegitimar as bases filosóficas e institucionais das quais a crítica social e cultural tem tradicionalmente

> vindo. Estamos vivendo outra fase da revolução Reagan-Bush em curso que, tendo embalado os tribunais e privatizado a economia, procura agora neutralizar o espaço de não-conformidade ideológica e cultural, ao desacreditá-lo. Este é o contexto em que os debates sobre o politicamente correto e o multiculturalismo tomaram forma. (Scott, "*Multiculturalism*" 13; ver também Scott, "Campaign"[ambos sem tradução para o português]).

Mas, Scott continuou, uma resposta defensiva contra a reação negativa arriscava cair no pluralismo liberal, para o qual "a identidade é tomada como o sinal de referência de um conjunto fixo de costumes, práticas e significados, um patrimônio duradouro, uma categoria sociológica facilmente identificável, um conjunto de traços e/ou experiências comuns". Também aceitaria as categorias do individualismo conservador, "a linguagem da crítica dos conservadores ao multiculturalismo, do acomodamento das universidades liberais às suas novas populações diversas, e da política de identidade dos grupos minoritários" ("*Multiculturalism*", p. 16-17). O que isso perderia não é que "as pessoas são discriminadas porque elas já são diferentes", mas que "a diferença e o destaque de diferentes identidades são produzidos por discriminação, um processo que estabelece a superioridade ou a tipicidade ou a universalidade de uns em termos da inferioridade ou atipicidade ou particularidade de outros"(Scott, 1991, p. 14-15). Nos fortes comentários formulados por Scott:

> A lógica do individualismo estruturou a abordagem ao multiculturalismo de muitas maneiras. O apelo à tolerância da diferença é idealizado em termos de respeito por características e atitudes individuais; as diferenças de grupo são concebidas de forma categórica e não relacional, como entidades distintas em vez de estruturas interligadas ou sistemas criados através de repetidos processos de enunciação da diferença. Os administradores têm contratado empresas de consultoria psicológica para realizar seminários sobre diversidade que ensinam que a resolução de conflitos é uma negociação entre indivíduos insatisfeitos. Os códigos disciplinares que punem o "discurso de ódio" justificam as proibições em termos de proteção dos indivíduos contra abusos de outros indivíduos, não em termos da proteção dos membros de grupos historicamente maltratados contra a discriminação, nem em termos da forma como a linguagem é utilizada para construir e reproduzir assimetrias de poder. A linguagem de proteção, além disso, é conceituada em termos de vitimização; a forma para fazer uma reclamação ou justificar um protesto contra os maus-tratos percebidos nos dias de hoje é assumir o manto da vítima. (O assim chamado Movimento dos Homens é o mais recente a adentrar esta cena). Todos - seja uma minoria insultada ou o perpetrador do insulto que sente estar sendo injustamente acusado - agora afirmam ser uma vítima em pé de igualdade perante a lei. Aqui temos não só uma forma extrema de individualização, mas também uma concepção de indivíduos sem agência (Scott, 1991, p. 17).

Cornel West acrescentou na sua própria contribuição para o simpósio que "têm de haver estratégias e táticas que atravessem a política de identidade, atravessem região, gênero, raça e classe," e que "se não conseguirmos fazer isso, então haverá muitos, muitos mais David Dukes até o final do século XX, mesmo enquanto nos empenhamos na nossa conversa sobre identidade" (West, 1992, p. 23; ver também Rancière).

Em outras palavras, certos aspectos destes novos significados foram objeto de sofisticada crítica teórica e política por acadêmicos empenhados em vários projetos de esquerda. No entanto, em meados dos anos noventa, o termo caiu nas mãos de críticos masculinos brancos que começaram a expressar a preocupação de que a visão universal da Esquerda estava desmoronando e atacaram os estudos culturais abertamente, tanto como uma evasão frívola da política quanto como uma fixação divisória na diferença. Eu destaco a identidade deles não porque eu acredite que isso determina a sua perspectiva política, mas porque a sua falta de autoconsciência sobre questões de representação na academia e formas hierárquicas de discurso apenas espelhavam as tendências determinadas-pelo-grupo que eles afirmavam tentar combater. Além disso, ou eles ignoraram o status contestado da identidade como palavra-chave dos estudos culturais ou fingiram que apontar isto constituía algum tipo de refutação - a figura imaginária que defendia a política de identidade e, simultaneamente, criticava o essencialismo. Obviamente, isto não foi a descoberta condenatória de uma inconsistência numa doutrina monolítica, mas a observação de posições e interpretações plurais, e por vezes contraditórias, dentro de um dado campo.

Em 1995, quando apareceu a intervenção de Gitlin, havia ocorrido o desvendamento quase total das possibilidades revolucionárias dos anos sessenta. Antigos radicais tinham abandonado os seus objetivos revolucionários anteriores, e a Direita tinha conseguido remodelar a sociedade. A jogada de Gitlin foi esvaziar as mobilizações dos anos sessenta do seu conteúdo revolucionário. A memória da "esperança universalista" da primeira Nova Esquerda, argumentou ele, foi deslocada pela "fúria separatista" da Nova Esquerda posterior, que, segundo ele, foi a base da política do politicamente correto e da política de identidade dos anos noventa (Gitlin, 1995, p. 146). Reviver a esperança universalista significava enfatizar os pontos comuns acima da diferença, com o objetivo de gerar um bloco majoritário na política americana, que votaria a favor dos Democratas. Contudo, ao mesmo tempo, outros veteranos dos anos sessenta, agora alojados em universidades, estavam empenhados na defesa do multiculturalismo contra os conservadores e consideraram a ambição da emancipação universal como obsoleta. Estas são algumas das linhas desorientadoras da demarcação.

Gitlin tentou arrumar esta confusão opondo duas bases políticas diferentes. Ele disse que a política de identidade "propõe deduzir uma posição, uma tradição, uma verdade profunda, ou um modo de vida a partir de um fato de nascimento, fisionomia, origem nacional, sexo, ou deficiência física"(Gitlin, 1995, p. 126). Em oposição, argumentou a favor da base de interesses econômicos, que supostamente deve superar todas as formas de diferença porque as reformas econômicas, teoricamente social- democratas, mas nas restrições da política americana efetivamente muito mais centristas, constituíam "os elementos expostos de uma cidadania econômica que deveria ser universal" (Gitlin, 1995, p. 234). Este "deveria ser" intencional, serviu talvez como um substituto evasivo para um compromisso sério com as exclusões que acompanham a cidadania. Mas já no início do seu livro Gitlin alinhou o universalismo com "a ideia da América", e tal nacionalismo foi considerado um substituto aceitável do universalismo (Gitlin, 1995, p. 3).

Para Gitlin (1995), o aparecimento de qualquer tipo de organização antiracista ou feminista autônoma - que, contra Gitlin, nem sempre podem ser chamadas de separatistas, embora o separatismo existisse e fosse frequentemente criticado no seio destas organizações muito autônomas - foi inerentemente um afastamento divisório do universalismo da "democracia participativa" da Declaração de Port Huron e, assim, formaram as origens da política de identidade. Isto foi altamente enganador. Huey Newton, fundador do Partido Pantera Negra, por exemplo, deu uma palestra conjunta com Erik Erikson, em fevereiro de 1971, na Universidade de Yale, na qual apresentou a sua teoria do "intercomunalismo"; na sua versão ampliada de 1974, escreveu: "A dialética tornaria necessário ter uma identidade universal. Se não tivermos uma identidade universal, então teremos o chauvinismo cultural, racial e religioso, o tipo de etnocentrismo que temos agora". Esta era uma forma de falar sobre identidade e refletir sobre a prática do Partido Pantera Negra, que não era separatista nem étnica ou nacionalmente restrita (Newton; ver também Vasquez).

Não obstante, as críticas de Gitlin cruzaram-se com o convergente repúdio dos liberais e conservadores aos anos sessenta. “Esquerda para Mortos” de Michael Tomasky (1996) refere-se diretamente, e de forma ofuscatória, ao Coletivo Combahee River. Muitos outros críticos seguiriam, com vários e muitas vezes irreconciliáveis pontos de vista críticos, e o termo circulou abertamente, alcançando fora da academia e tornando- se um termo do debate político de esquerda. Neste contexto, o termo era totalmente depreciativo. Também confundiu muitas tendências, perspectivas, e fenômenos díspares. Baseou-se no ponto de vista de uma política liberal um tanto confusa misturada com os contornos

ideológicos da reação conservadora. Para lhe responder adequadamente seria necessário desenvolver uma compreensão mais precisa da história e da terminologia logicamente frouxa que estava sendo utilizada de forma imprudente e indiscriminada. Alguns comentadores, como Robin D. G. Kelley em "Yo' Mama's Disfunktional!" (1997) (sem tradução para o português), graciosamente fizeram este tipo de trabalho.

No entanto, o risco era que uma resposta impulsionada principalmente pela indignação com os críticos brancos do sexo masculino, sem um conhecimento de fundo da história complexa dos movimentos sociais dos anos sessenta aos anos noventa e a crítica da categoria de identidade nos estudos culturais, acabaria por aceitar de forma reativa os pressupostos e confusões dos críticos brancos do sexo masculino, simplesmente invertendo as suas conclusões.

À esquerda, a crítica inicial dos homens brancos à política de identidade era em grande parte um sintoma de ansiedade sobre o declínio, que começou nos anos 70 e nunca realmente parou, do movimento operário clássico (e na Europa, dos partidos socialistas) ao lado da ascensão dos "novos movimentos sociais" que estavam relacionados com questões de raça e gênero, mas também de ecologia, migração, etc. No que diz respeito a isto, a crítica da política de identidade era uma prática melancólica, voltada para o passado; cometeu o erro idealista de pensar que uma nova fixação nas diferenças no lugar dos interesses partilhados era mais a causa destas mudanças do que os limites estratégicos e organizacionais das formas dos sindicatos e partidos no contexto da reestruturação neoliberal e do deslocamento político para a direita dos anos setenta e oitenta. De fato, em certos pontos destes anos tumultuosos, se formaram solidariedades inspiradoras entre os novos movimentos sociais e as instituições clássicas dos movimentos operários e socialistas. Além disso, como Judith Butler assinalou, enquanto "uma construção identitária limitada desses movimentos leva a um estreitamento do campo político, *não há razão para assumir que tais movimentos sociais são redutíveis às suas formações identitárias*". (Butler, 1997, p. 268). Foi um erro mirar os novos movimentos sociais com a crítica de uma forma particular de falar sobre eles, o que pode de fato ter sido algo destrutivo da solidariedade, mas não podia ter levado a esgotar os potenciais desses movimentos ou mesmo as suas práticas reais.

O entendimento estreito introduzido e reforçado pelos homens brancos críticos da política de identidade foi tão poderoso e influente, no entanto, que pode até ser retomado e invertido em defesa da política de identidade. Muitas vezes nós ouvimos que a importância da política de identidade é que ela reconhece as diferenças, uma afirmação confusa se é que alguma vez existiu uma, já

que identidade e diferença têm significados precisamente opostos. A identidade etimologicamente sugere a similaridade, o pertencimento a uma uniformidade, e talvez a sua forma política mais primordial seja a de pertencer a uma nação. Este tipo de similaridade pode ser bastante perigoso. E numa escala menor, tal como Butler elaborou, é o que explica a fragmentação de movimentos políticos lamentada pelos críticos brancos masculinos da política de identidade: "A faccionalização, entendida como o processo pelo qual uma identidade exclui outra para fortificar a sua própria unidade e coerência, comete o erro de localizar o problema da diferença como aquele que surge entre uma identidade e outra; mas a diferença é a condição de possibilidade da identidade ou, antes, o seu limite constitutivo: o que torna possível a sua articulação, ao mesmo tempo o que torna qualquer articulação final ou fechada impossível" (Butler, 1997, p. 269). É por isso que, como Crenshaw salientou, qualquer grupo identitário já é sempre uma coligação.

Deixem-me pôr as coisas de outra forma. Qualquer grupo que possa ser entendido como o elemento constitutivo de uma política é composto por uma multiplicidade de pessoas, onde todas possuem uma multiplicidade de traços que constituem a sua identidade pessoal e poderia constituir uma variedade de grupos. Apenas porque todas estas diferentes pessoas são obrigadas a pertencer à mesma similaridade de uma determinada forma é que um grupo é constituído na realidade. No entanto, isto nunca poderá ser realizado de qualquer forma completa e total, porque as diferenças internas à semelhança constituída não simplesmente desaparecem. Elas reafirmam-se, por vezes até na forma de antagonismo político aberto. O Coletivo Combahee River propôs que a identidade das mulheres negras revelou o "limite constitutivo" da diferença do movimento de libertação negra, do movimento feminista, e do movimento socialista.

A identidade como palavra problemática

A problemática palavra identidade é visível em todos os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970. Tendo identificado as principais sequências históricas, irei apontar três usos do termo.

Primeiro, a Declaração de Port Huron de 1962:

> Quase nenhum estudante valoriza a atividade como cidadão. ... Não há ... uma concepção real da identidade pessoal, exceto uma fabricada à imagem dos outros. Os homens têm um potencial não realizado de auto cultivo, auto direção, auto compreensão, e criatividade. ... O objetivo do homem e da sociedade deve ser a inde-

> pendência humana: uma preocupação não com a imagem de popularidade, mas de encontrar um sentido na vida que seja pessoalmente autêntico; uma qualidade da mente... que tem acesso pleno e espontâneo a experiências presentes e passadas, uma que une facilmente as partes fragmentadas da história pessoal (Estudantes para uma Sociedade Democrática, 1962, p. 242).

Note-se que esta é a clássica Nova Esquerda, a Nova Esquerda que foi desde então celebrada por uma visão universalista mais tarde minada pelo separatismo. Mas esta clássica Nova Esquerda começou com um discurso sobre a identidade, que foi um discurso de autenticidade, um desejo de recuperar uma identidade perdida para a juventude na sociedade de consumo. Neste discurso houve uma conjugação da identidade pessoal, individual com a coletiva e política, o indivíduo chegando para substituir o todo mutilado que a sociedade de consumo tinha produzido. Assim, a unificação das partes fragmentadas da história pessoal deveria ser realizada pela formação de um eu autêntico. Era uma visão de uma consciência unitária e total, que poderia transcender a alienação da sociedade existente. Claro que, de um ponto de vista materialista, a formação do eu ocorre no nível da imaginação, ou ideologia, e a partir daqui, nós podemos notar que a identidade e a ideologia têm uma relação estreita, por vezes inextricável.

O que é digno de nota sobre a linguagem da Declaração de Port Huron é que a palavra identidade, já poderosa para a Nova Esquerda, não tem relação manifesta com raça e gênero. Evidentemente, a realidade era que uma configuração particular de composições de identidade racial e sexual gerava a suposta posição neutra a partir da qual a ideologia fundadora da Nova Esquerda seria desenvolvida – homens brancos representando toda a sua geração. Mas em breve a palavra identidade seria utilizada precisamente para desafiar esta hegemonia, e assim a relação entre raça e gênero e identidade surgiria de prescrições particulares.

Considere o livro de 1967 de Kwame Ture, depois *Black Power*, de Stokely Carmichael, e Charles V. Hamilton. Eles escreveram: "A nossa necessidade básica é a de recuperar a nossa história e a nossa identidade do que têm que ser chamado terrorismo cultural, da depredação da auto justificada culpa branca. Teremos de lutar para o direito de criar os nossos próprios termos através dos quais definiremos a nós e a nossa relação com a sociedade, e para que estes termos sejam reconhecidos"(Ture, 1967, p. 34). A base desta passagem foi certo consenso no movimento de libertação dos Negros neste período: devido à exclusão das pessoas Negras da sociedade existente e da participação política, eles teriam de desafiar os valores, crenças e instituições da sociedade. Mas o papel da identidade neste processo seria extraordinariamente divisório. De fato, entre

as organizações do *Black Power* já estava emergindo uma profunda contradição sobre a questão da identidade, uma contradição que foi articulada como a oposição entre o nacionalismo revolucionário e o nacionalismo cultural. No próprio livro, *Black Power* consistia na formação de uma política de grupo-de-interesse independente, pela qual os Negros buscariam os objetivos já conquistados por outros grupos étnicos num quadro político pluralista. Era uma antecipação da ascensão da classe política negra na década de 1970, contra a qual as organizações revolucionárias do *Black Power* desenvolveriam um antagonismo fundamental. No nível da ideologia, estas contradições organizacionais foram representadas em os termos da tensão entre uma identidade atribuída pelo terrorismo cultural e uma que seja auto definida. Na unidade imaginária da identidade, esta tensão parece ser resolvida, no entanto ela persiste como uma lembrança. Ao reivindicar uma categoria atribuída, a identidade repete as formas de sujeição que a produziram[4]. Finalmente, o terceiro exemplo é "*The Woman Identified Woman*" (A Mulher Que Se Identifica Com a Mulher[5]) pelo grupo chamado Radicalesbians em 1970:

> Como a fonte do auto-ódio e da falta do verdadeiro eu, estão enraizadas nas nossas identidades dadas pelos homens, temos de criar um novo sentido de si própria. Enquanto nos agarrarmos à ideia de "ser uma mulher", sentiremos algum conflito com esse eu incipiente. ... Apenas as mulheres podem dar umas às outras um novo sentido de si mesmas. Essa identidade nós temos de desenvolver em referência a nós próprias, e não em relação aos homens. Juntas temos de encontrar, reforçar e validar os nossos eus autênticos. Com esse eu real, com essa consciência, começamos uma revolução para acabar com a imposição de todas as identificações coercitivas, e para alcançar a máxima autonomia na expressão humana (Radicalesbians, 1997, 156–57).

Neste documento extraordinário, "mulher" era o nome para a passividade que resulta de ser identificada por homens, mas também foi ao mesmo tempo o agente de uma nova identificação que é na realidade a revelação do verdadeiro eu. O caráter subversivo desta identidade sexual foi a expressão da mulher autêntica que foi previamente reprimida e obscurecida pela mulher identificada pelo masculino. A política correspondente do separatismo lésbico foi baseada na noção de uma mulher autêntica identificada por uma comunidade de mulheres. Precisamente quais mulheres constituíam esta comunidade se tornaria uma questão fundamental da teoria e da prática feminista. Igualmente

4 Para elaborações sobre este argumento, ver Gilroy; Butler, Psychic (Psíquico); e o meu próprio Mistaken Identity (Identidade Enganada).

5 Nota do tradutor: Optei por utilizar o nome da tradução realizada pela Difusão Herética, Edições LesboFeministas Independentes.

em questão seria se a identidade "mulher" poderia servir de base para uma política feminista[6].

Creio que é anacrônico descrever qualquer uma destas afirmações, que são específicas para suas situações políticas, como política identitária. Mas elas introduziram a palavra *identidade* como um problema político, e todos esses usos foram contestadas dentro de suas próprias situações políticas. Há uma certa consistência na palavra *identidade*. Nas declarações que estamos considerando, refere-se a uma dialética de consciência, a uma dialética de alienação e autenticidade que ao final atinge a autodefinição, expressão e reconhecimento de uma comunidade e indivíduos definidos por seu pertencimento a essa comunidade.

Dada a ressonância da linguagem da alienação, podemos perguntar se é possível que a dialética Marxista compartilhe essa estrutura e substitua a classe pela identidade. De fato, acredito que dentro do marxismo encontramos elementos dessa dialética: o desenvolvimento da consciência de classe de acordo com leis históricas; a crítica ética e fenomenológica da sociedade capitalista, que visa à transparência das relações sociais; e, finalmente, a afirmação da mão-de-obra, que acabará ganhando o controle do Estado. Cada uma destas formulações aparece nos trabalhos de Marx.

Mas elas aparecem ao lado de formulações contrárias, e esta contradição persiste nos escritos da Segunda e Terceira Internacionais. Para garantir que estou sendo claro, indico brevemente as formulações na história do marxismo que pertencem a outra ordem política: a primazia da organização sobre a consciência e da conjuntura sobre a teleologia; a crítica política da dominação e exploração capitalista, que não está avançada desde um ponto de vista transcendental e não repousa sobre uma base imaginária; e finalmente a auto abolição do proletariado e a transição para uma sociedade sem Estado.

Mas por enquanto permanecerei no nível da dialética da consciência. Essa problemática marxista, a problemática ideológica que existe dentro do marxismo, não permanece apenas no grau do subjetivo, que aqui é representado pela consciência, mas também se volta para o objetivo. A noção de classe circula entre as ordens do subjetivo e do objetivo, tanto como consciência quanto como relações de produção. O que acontece quando a classe é pensada sem o subjetivo? Por outro lado, é possível pensar o subjetivo sem confiar no conceito caótico de consciência, cuja insuficiência é clara nos textos da Nova Esquerda, mas é repetido pelos Marxistas? Com estas perguntas em mente, vou revisitar

6 Ver, por exemplo, Riley; Butler, Gender (Gênero); Brown; e Scott, Only Paradoxes (Apenas Paradoxos).

a introdução do termo *política identitária*, como palavras problemáticas, na Declaração do Coletivo Combahee River. Ele está (uma vez mais) tornando-se um texto amplamente discutido, e parece ter o valor de fixar etimologicamente a polissemia do termo *política identitária*. Há um anseio, que é bastante clássico, de um retorno às origens e de obrigar este significado original de circular fora de sua própria situação.

Entretanto, as declarações sobre política identitária contidas neste texto são legíveis apenas como prescrições em vez de definições. Duas teses são decisivas. A primeira: "Nós acreditamos que as políticas mais profundas e potencialmente mais radicais vêm diretamente de nossa própria identidade, em oposição a trabalhar para acabar com a opressão alheia" (Coletivo Combahee River, 2017, p. 17). Logicamente, isto não pode ser entendido como definição, muito menos uma teoria geral da identidade. Não é uma frase que possa ser repetida por outro sujeito em outro contexto- digamos, homens brancos que afirmam ser oprimidos pela desnaturalização de masculinidade. Esta frase serviu para desenvolver lições específicas derivadas da atividade prática dos movimentos sociais. A realidade da situação política era que a Nova Esquerda tinha sido dominada esmagadoramente por homens brancos. As organizações feministas radicais eram predominantemente brancas, e o separatismo lésbico não teve em conta a necessidade de solidariedade contra o racismo através das linhas sexuais. Finalmente, até mesmo os grupos nacionalistas revolucionários negros frequentemente enquadraram seu projeto como a recuperação da masculinidade.

Em outras palavras, nos movimentos sociais que cresceram a partir dos anos 60, as mulheres negras faziam parte da situação, mas não eram contadas. A asserção de sua subjetividade perturbava as identidades excludentes dos movimentos anteriores. Este é o caráter paradoxal das políticas identitárias no momento de sua introdução, e é responsável por uma espécie de universalismo complexo em outra tese fundamental da declaração: "Se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que qualquer outra pessoa teria que ser livre, já que nossa liberdade exigiria a destruição de todos os sistemas de opressão" (21). Em outras palavras, enquanto a primeira tese rejeita trabalhar para acabar com a opressão de outra pessoa, a segunda tese sugere que esta política está necessariamente ligada ao fim da opressão de todos.

Não há nenhuma dialética de consciência subjacente a estas teses, nenhuma linguagem de alienação e autenticidade. Há sim uma crítica política sobre a forma de organização feminista em relação à conscientização de grupo, e uma série de propostas de ação política, que têm como premissa a superação de

todo tipo de exclusão, uma premissa típica de qualquer política emancipatória. Trabalhar em coalizões torna-se possível. A declaração diz: "A abrangência de nossa política nos deixa preocupadas com qualquer situação que afete a vida das mulheres, do Terceiro Mundo e das populações trabalhadoras" (Coletivo Combahee River, 2017, p. 24). Mas sustento, no entanto, que não podemos fazer um retorno à origem, quatro décadas após a declaração do Coletivo Combahee River. Nós existimos em situações muito diferentes, e fazer com que as categorias circulem fora de suas situações as evacua politicamente. Hoje, eu insisto, nós não podemos conceber uma receita política emancipatória baseada em políticas identitárias. Lazarus distingue entre uma política "em interioridade" e uma política "em exterioridade", esta última sempre situada "no espaço do Estado". As palavras *políticas identitárias* foram absorvidas pela opinião dominante, que se oferece para reconhecer nossas autodefinições e para coordenar nossa expressão autêntica no espaço do estado. Em uma política de interioridade, Lazarus escreve, "o pensamento das pessoas organiza a ação, cria novas categorias e inventa múltiplos lugares". Estamos nos referindo, então, não à ficção burguesa do sujeito individual, o sujeito cujo desenvolvimento dialético revela a autenticidade do eu através de seu pertencimento, mas sim às subjetivações concebidas em termos de sua interioridade para o genérico do pensamento das pessoas (Lazarus, 2016, p. 114). Longe de expressar esta interioridade de um sujeito, a política identitária é necessariamente exterior a qualquer subjetividade política igualitária.

O problema teórico que enfrentamos é que o confronto entre o marxismo e as políticas identitárias é muitas vezes encenado como o confronto entre duas dialéticas da consciência. Com certeza, a dialética da consciência das políticas identitárias não tem teoria de estrutura social objetiva, uma vez que seu ponto de início permanece sempre no nível imaginário da experiência. O marxismo identifica objetos sociológico-empíricos, um dos quais é a classe. Mas isto não é a classe como um sujeito político, porque a teoria da classe como objeto interno às leis históricas subordina a teoria do sujeito à definição do objeto empírico. Para que um tema de classe funcione como um tema revolucionário, ele deve ser construído dentro de um processo de subjetivação política revolucionária: isto significa o desenvolvimento de uma coletividade política que visa a derrubada da sociedade existente e a reorganização igualitária da vida humana. Eu tomo o marxismo como o pensamento deste processo, se ele for capaz de romper com a dialética da consciência e seu suplemento empírico. O marxismo representa a possibilidade de regeneração da política, mas não sua garantia.

A Sequência Contemporânea

Compreendida em termos de contestação da cidadania e da identidade nacional, há uma sequência política mais longa, ou um conjunto de sequências, que vai de 1955 a 2008, começando com o aparecimento do movimento dos direitos civis e encerrada pela eleição de Barack Obama. As mobilizações populares do movimento dos direitos civis transformou radicalmente a sociedade, mas esbarram com o impasse do poder do Estado. Este impasse está finalmente representado nas eleições do primeiro presidente negro, que seguiu governando de acordo com a lógica neoliberal e imperialista existente, afirmando não o conteúdo emancipatório do movimento dos direitos civis, mas a sua apropriação pela ideia de América. O que vimos em 2008 foi a sublação da anterior polarização da esquerda sobre o carácter cultural ou económico da política. Houve um realinhamento de facções opositoras na esquerda e nos debates universitários por detrás do regime neoliberal de Obama. Os social-democratas e os multiculturalistas das guerras da cultura se uniram em torno de Obama. Qualquer possibilidade emancipatória para além do regime existente foi excluída.

No entanto, uma nova sequência foi aberta em 2011 com o movimento *Occupy* (Ocupar), o *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), e as eleições de 2016. Com o Occupy houve uma redescoberta da classe na linguagem do 1% e dos 99%, que são essencialmente significantes vazios. Apesar de muitas tentativas para determinar o carácter de classe do movimento ou para definir uma trajetória de classe, este vazio nunca foi resolvido.

O *Black Lives Matter* expôs então as divisões raciais que eram um dos fatores que impediam o movimento *Occupy* de desenvolver uma unidade de classe mais ampla. Também expôs a falácia identitária segundo a qual a presidência de Obama, e o modelo geral de integração racial do Estado, poderia representar um progresso na superação da opressão racial. Ao mesmo tempo, porém, houve uma contenção do carácter de massa e insurrecional das ações do *Black Lives Matter*. Através da maquinaria de mordidas sonoras e cabeças falantes, houve uma reinscrição identitária das revoltas no seio da opinião dominante da mídia.

Finalmente, nas eleições de 2016, o surgimento de populismos opostos alargou as fronteiras da política americana. A identidade passou a estar em jogo para ambos os lados. Donald Trump mobilizou a identidade branca como um componente de seu programa. Isto deu origem a debates totalmente infrutí-

feros por parte dos especialistas liberais sobre se a ansiedade econômica ou o racismo estiveram por detrás da sua vitória eleitoral. Na esquerda reemergiu uma divisão entre liberalismo cultural e econômico, que tinha como eixo a campanha de Bernie Sanders. A campanha de Sanders abriu uma nova gama de posições possíveis à esquerda e quase foi bem sucedida em inverter o quadro dominante do Partido Democrata, mas acabou por ser suprimida pela elite do partido, que adotou a linguagem identitária como parte do seu modo de ataque. Foi nesta altura que a linguagem da política de identidade voltou a surgir, utilizada de uma forma mais ou menos aleatória e amplamente instrumentalizada como meio de rejeição de qualquer política baseada na classe. Muitos comentadores identitários simplesmente aceitam os significados pejorativos de 1995 e os afirmam em vez de negá-los. Esta discussão acontece no nível da opinião, constituída pela tagarelice das figuras de Estado na televisão e nas redes sociais. Entre o elitismo identitário e a social-democracia conciliatória não há proposta de uma política emancipatória.

O outro resultado desta sequência, contudo, tem sido a torrente de um número sem precedentes de pessoas, especialmente jovens, para organizações de esquerda. Uma série de posições tem proliferado. Algumas são veementemente críticas não só da política identitária, mas também de qualquer política que reconheça categorias para além da classe, uma posição que é mais frequentemente expressa por burocratas que lideram organizações maioritariamente brancas em cidades maioritariamente negras. Outros utilizam a política identitária como uma linguagem para criticar os burocratas acima mencionados, por vezes de uma forma que também é divisora para a classificação e o processo. Finalmente, alguns defendem um equilíbrio entre a política identitária e a política de classe, o que infelizmente não nos dá nenhuma pista sobre o conteúdo de nenhuma das duas.

Como é possível, nesta conjuntura, não só criticar a opinião dominante em torno da identidade, mas também afirmar a política emancipatória avançada pelos movimentos de massas contra o racismo do século XX? Além disso, como podemos compreender estes movimentos nos seus próprios termos e compreender a sua conclusão como parte de uma sequência histórica ao invés do resultado inexorável de algum defeito de origem? Se envolver num vai e volta sobre a definição de identidade ou sobre a relação geométrica de raça e classe não contribui para estes objetivos. O que conta agora é afirmar aqueles raros e preciosos momentos em que uma política de emancipação universal surgiu na história e manter a possibilidade de seu ressurgimento hoje.

Referências

BROWN, Wendy. **States of Injury**: Power and Freedom in Late Modernity. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble:** Feminism and the Subversion of Identity.New York: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. Merely Cultural. **Social Text**, n. 52/53, pp. 256–77, 1997.

BUTLER, Judith. The Psychic Life of Power: Theories of Subjection. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997.

CALHOUN, Craig. **Social Theory and the Politics of Identity**. Cambridge: Blackwell, 1994.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement. In: **How We Get Free**: Black Feminism and the Combahee River Collective, edited by Keeanga-Yamahtta Taylor, Hamilton, pp. 13–25, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43, n. 6, pp. 1241–99, 1991.

FOUCAULT, Michel. Sex, Power, and the Politics of Identity. In: **Ethics**: Subjectivity and Truth, edited by Paul Rabinow, translated by Robert Hurley and others, New York: New Press, pp. 163–73, 1997.

FUSS, Diana. **Essentially Speaking**: Feminism, Nature, and Difference. New York: Routledge, 1989.

GILROY, Paul. **Against Race**: Imagining Political Culture beyond the Color Line. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

GITLIN, Todd. **The Twilight of Common Dreams**. New York: Holt, 1995.

HAIDER, Asad. **Mistaken Identity**: Race and Class in the Age of Trump. New York: Verso, 2018.

HOOKS, bell. **Talking Back**: Thinking Feminist, Thinking Black. Boston: South End, 1989.

KELLEY, Robin D. G. **Yo' Mama's Disfunktional!** Boston: Beacon, 1997. LAZARUS, Sylvain.Anthropologie ouvrière et enquêtes d'usine: État des lieux et problématique. Ethnologie française, 31, n. 3, pp. 389–400, 2001.

LAZARUS, Sylvain.Anthropologie ouvrière et enquêtes d'usine: État des lieux et problématique. **Ethnologie française**, 31, n. 3, pp. 389–400, 2001.

LAZARUS, Sylvain. **Anthropology of the Name**. translated by Gila Walker. London: Seagull Books, 2015.

LAZARUS, Sylvain. Can Politics Be Thought in Interiority. translated by Tyler Harper. Cosmos and History: **The Journal of Natural and Social Philosophy**, 12, n. 1, pp. 107– 30, 2016.

NEWTON, Huey P. Intercommunalism, **Viewpoint Magazine**, 2018. https://www.viewpointmag.com/2018/06/11/intercommunalism-1974/.

RADICALESBIANS. The Woman Identified Woman. In: **The Second Wave**: A Reader in Feminist Theory, edited by Linda Nicholson. New York: Routledge, pp. 153–57, 1997.

RANCIERE, Jacques. Politics, Identification, and Subjectivization. **October**, n. 61, pp. 58–64, 1992.

RILEY, Denise. Am I That Name? Feminism and the Category of "Women. in: **History**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

RUBIN, Gayle. **Deviations**. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

RUBIN, Gayle; BUTLER. Judith. Sexual Traffic. In: RUBIN, p. 276–309.

SCOTT, Joan W. The Campaign against Political Correctness: What's Really at Stake? **Change**, 23, n. 6, pp. 30–43, 1991.

SCOTT, Joan W. Multiculturalism and the Politics of Identity. **October**, 61, pp. 12–19, 1992.

SCOTT, Joan W. **Only Paradoxes to Offer**: French Feminists and the Rights of Man. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY. The Port Huron Statement. In: **The Port Huron Statement**: Sources and Legacies of the New Left's Founding Manifesto, edited by Richard Flacks and Nelson Lichtenstein, Philadelphia: University of Pennsylvania Pres, pp. 239–84, 2015.

TOMASKY, Michael. **Left for Dead**. New York: Free Press, 1996.

TULLY, James. Identity Politics. In: **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Edited by Terence Ball and Richard Bellamy, p. 517–33. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TURE, Kwame; HAMILTON, Charles V. **Black Power**. 1967. New York: Vintage, 1992.

VASQUEZ, Delio. Intercommunalism: The Late Theorizations of Huey P. Newton, 'Chief Theoretician' of the Black Panther Party." **Viewpoint Magazine**, 2018. https://www.viewpointmag.com/2018/06/11/intercommunalism-the-late-theorizations- of-huey-p--newton-chief-theoretician-of-the-black-panther-party/.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality and Its Discontents**: Meanings, Myths, and Modern Sexualities. London: Routledge, 1985.

WEST, Cornel. A Matter of Life and Death. **October**, n. 61, pp. 20–23, 1992.

QUILOMBOS, PÓS-ABOLIÇÃO, REMANESCENTES E EDUCAÇÃO: PASSADO PRESENTE REVISITADOS NA AMAZÔNIA

Iamara Viana

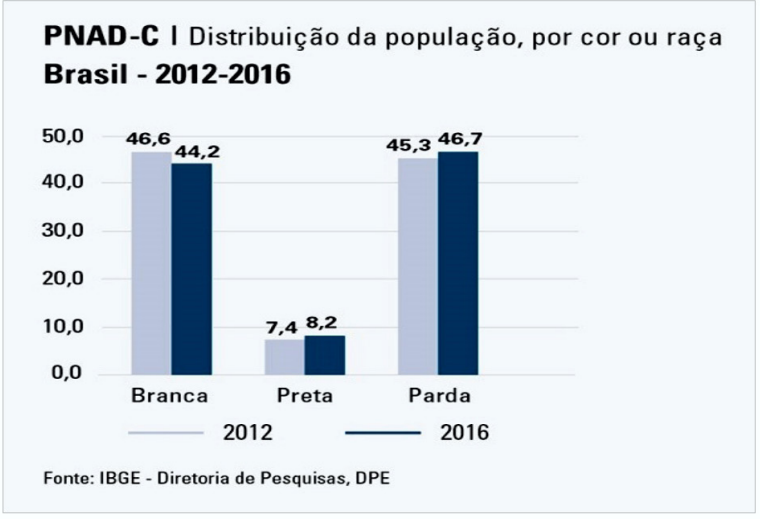
Flávio Gomes

A população negra – formada por pretos e pardos, ou africanos e seus descendentes - no Brasil representa em torno de 54%. Segundo dados do IBGE somamos 205,5 milhões em 2016 – crescimento de 3,4% -, com menos brancos e mais pretos e pardos. Houve diminuição de brancos - de 1,8% - e aumento de pardos (6,6%) e pretos (14,9%). As informações sobre cor são autodeclaráveis, e, portanto, indicam a imagem de cada indivíduo sobre si, o modo pelo qual construiu sua identidade, reconhece seu passado e sua história. O que nos sugere pensar quantos indivíduos negros se reconhecem negros numa sociedade marcada por um passado escravista de mais de 350 anos. Nesse sentido houve de fato uma diminuição de não negros na sociedade brasileira? Ou, sujeitos a partir da conscientização de si conseguem se pensar negros política, social, cultural e fenotipicamente? Nesse processo de construção de si nos perguntamos qual o papel da formação escolar de cada indivíduo? Sendo o currículo elemento político e cultural forjado para atender interesses complexos, como pensar as diferentes identidades, culturas e visões de mundo?

O processo histórico da construção social, política e cultural brasileira fora marcada por mais de 350 anos de escravização de africanos e seus descendentes como mencionado acima. Embora escravizar seres humanos seja tão antigo quanto à própria humanidade – especificamente desde as origens das sociedades complexas -, o mais próximo de nossa história presente se remete ao processo iniciado com mais vigor no século XVI. E nesse processo, "quase todas as sociedades trataram seus escravos como indivíduos marginais, sem raízes e a-históricos". Enquanto força de trabalho foram mantidos "contra sua vontade pela ameaça da força. Em todas as socie-

dades nas quais existiram, foram também a mais móvel força de trabalho disponível"[1]. Mas escravizados não podem ser reduzidos somente a este pensamento!

Gráfico 1 – Dados PNAD quanto a cor ou raça da população brasileira entre 2012 e 2016.



A diáspora possibilitou nas Américas construções e ressignificações culturais, religiosas e identitárias. Mais do que isso na verdade, novas histórias começaram a ser escritas e contadas por diferentes protagonistas negros, escravizados ou não. Contudo, o que ficara no imaginário social foram histórias de sofrimentos, violências, estupros e mortes. Fatos registrados em diferentes documentos: livros de óbitos, inventários *post mortem*, registros policiais, dentre muitos outros. A produção historiográfica até a década de 80 do século XX contribuiu em certa medida para a propagação deste cenário. Mas a história dos africanos escravizados e seus descendentes nas Américas, de modo geral, e no Brasil particularmente, não pode ser reduzido a esses eventos. A nova historiografia da escravidão a partir deste marco temporal tem produzido conhecimentos que possibilitam contar outras histórias e com elas modificar o olhar dos indivíduos negros sobre si, sua história e seus antepassados.

A produção historiográfica acerca da escravidão nas colônias americanas europeias tem crescido qualitativa e quantitativamente apresentando a complexidade e pluralidade do que foram as sociedades escravistas, principal-

1 KLEIN, Hebert S. **A escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Editora brasiliense s.a., 1987. p. 7.

mente os escravizados entre os séculos XVI e XIX[2]. Contudo, esses saberes não têm chegado a salas de aula do ensino básico. Quais seriam os impeditivos para uma educação plural? Os debates acerca da composição curricular escolar, formação docente e práticas pedagógicas apontam e evidenciam, concomitantemente, dificuldades da existência de um currículo antirracista. Principalmente tendo como embasamento as relações étnico-raciais e o princípio da alteridade.

Inequivocamente o currículo escolar contribui efetivamente para construções identitárias. As propostas curriculares modificaram-se[3]. A educação escolar, com as diferentes ciências que a compõe, agrega distintos saberes diretamente na formação de indivíduos negros e não negros. E nesse sentido, uma história eurocêntrica e branca não colabora para uma educação que elimine práticas racistas. Embora faça parte dos currículos escolares, nem sempre livros e manuais didáticos contemplam estes conteúdos de modo amplo.

Professores, intelectuais e os movimentos negros e sociais comprometidos com o combate ao racismo contribuíram diretamente, a partir de diferentes reivindicações, para a promulgação da Lei 10.639/03. Uma resposta a urgência da construção de uma educação democrática e da democratização do ensino, uma vez que grupos historicamente excluídos não são contemplados: negros, indígenas, quilombolas, dentre outros. Um ano após a sua promulgação, o Conselho Nacional de Educação por meio do Conselho Pleno, aprovou a Resolução CNE/CP no. 1/2004 instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A urgência de romper com padrões cristalizados nos currículos escolares se mostrava na forma da lei.

Nas questões mais atuais em torno da cidadania do Brasil contemporâneo, se destaca o tema das comunidades remanescentes de quilombos e dos direitos constitucionais de titulação de suas terras. Com ele, os significados de pensar a escravidão, a pós-emancipação e o ensino de história[4]. No que tange a constru-

2 Sobre a nova produção acerca dos escravizados ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Juca Rosa**: um pai-de-santo na Corte imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009; GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

3 Sobre as diferentes propostas curriculares ver: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

4 Ver: BARRA, Sérgio e MELLO, Juçara. Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social:

ção do ensino histórico escolar e suas peculiaridades, as culturas quilombolas ainda não ocuparam o lugar desejado por parcela significativa de educadores, de pesquisadores e da sociedade brasileira. A cultura, material e imaterial, negra e afrodescendente ganhou destaque nas últimas décadas do século passado, mas ainda se encontra aquém do desejado. Embora a Constituição Federal tenha ampliado por meio do seu artigo 216 a noção de patrimônio cultural brasileiro – bens de natureza material ou imaterial que referenciem "a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira –, nem todos os grupos têm suas histórias e memórias contadas nos materiais didáticos. Ainda distantes das salas de aulas!

O decreto número 3.551 de quatro de agosto de 2000 ao instituir o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)*, apresentou novas perspectivas: tornar atual as práticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro e atender a necessidade de democratização do mesmo. Nesse sentido, como incluir conhecimentos históricos acerca da população escravizada e seus descendentes, dos mundos da escravidão e do pós-abolição nos atuais currículos?

Organizar novas práticas, formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos canônicos se faz necessário no contexto de uma realidade em que a carga horária reservada à disciplina História se apresenta reduzida. Questão igualmente relevante é a relação estabelecida com o universo cultural dos alunos. Tais ações concorrem para uma apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço, pois que apropriados pelos discentes a partir de suas referências culturais. Na medida em que essas referências são conhecidas, a memória torna-se refletida, as lembranças se tornam experiências permitindo melhor apreensão da natureza histórica dos acontecimentos, contribuindo para a formação cidadã dos educandos.

---

desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, Paraná, volume 17, número 4 (47), out./dez. 2017, pp. 132-162; MELLO, Juçara da S. B. de e VIANA, Iamara. Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos. **Revista Encontros**. Rio de Janeiro, volume 11, número 20, 2013, pp. 49-62; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011; MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; XAVIER, Giovana. "Já raiou a liberdade": caminhos para o trabalho com a história da pós-abolição na Educação Básica". In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro**, Pallas, 2013; ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Ensino de História e culturas afro- brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro, Pallas, 2013; MATTOS, Ilmar Rohloff. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**. Rio de Janeiro, volume 11, número 21, pp. 5- 16.

A educação está "entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é", isto porque está em permanente renovação por meio do nascimento de novos seres humanos[5]. No Brasil -- nas suas faces rurais -- várias paisagens se formaram e continuam se desenvolvendo a partir das experiências de um campesinato negro originado na escravidão. Estudiosos de várias áreas do conhecimento – História, Educação, Geografia, Linguística, Sociologia, Antropologia e Direito – tem se mobilizado para entender os quilombos do passado e do presente. Quais micro sociedades criaram os quilombos? Como foram as suas culturas? Como conseguiram se reproduzir? Estas são algumas das indagações presentes em várias pesquisas acadêmicas importantes. Mais do que isso, os quilombos atuais têm se organizado em entidades, associações e lideranças para defender seus direitos e memórias[6]. O crescimento de representações quilombolas indica novo olhar acerca deste grupo, principalmente no que tange as suas histórias, protagonismos e resistências. Mas e quanto aos currículos escolares? Por que não contemplam esses grupos no processo de construção do conhecimento histórico escolar? Como modificar a invisibilidade construída acerca desses grupos?

Do passado e do presente sobre os quilombos o mais importante que sabemos é que nunca estiveram isolados. Durante a escravidão, pequenos, médios e grandes quilombos – muitos dos quais formados por escravizados indígenas e africanos – estiveram conectados com as economias envolventes nas áreas em que se estabeleceram. Suas formações econômicas e culturais acabaram se integrando aos cativos que permaneceram nas senzalas, através de trocas e relações simbióticas. Não mais há espaços para se pensar no Brasil em quilombos que se isolaram – posto que escondidos – sem conexão com faces da sociedade. Pelo contrário, o sucesso de muitos quilombolas estava na proteção que buscavam ao se misturarem com camponeses livres e populações indígenas, em áreas agrárias de produção de alimentos e fronteiras econômicas. Conhecemos menos – considerando diferentes e complexas regiões – como os quilombos remanescentes se reproduziram na pós- abolição. Eram quilombolas, porém, não mais fugitivos escravizados posto não haver mais escravidão. Dissolveram-se? Migraram para

5 ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979. p. 234.

6 6 Ver: MOARES, Walace; IORUBA, Togo (Gerson Theodoro) e GOMES, Flávio dos Santos. Dos quilombos ao quilombismo: por uma história comparada da luta antirracista no Brasil (notas para um debate). **Revista ABPN**, volume8, 2016, 2016, pp.215-238; YABETA, Daniela e GOMES, Flávio dos Santos. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (Em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Afro- Ásia**,volume 47, 2013, pp.79-117 e OLIVEIRA, Regina Célia e GOMES, Flávio dos Santos. Do Quilombo ao Quilombola. **Ciência Hoje das Crianças**, volume 240, 2012, pp.2-6; e OLIVEIRA, Rosy e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Das Formações negras Camponesas**. Belo Horizonte: FinoTraço,2016.

o interior? O que as pesquisas mais recentes têm sugerido é sobre a possibilidade de ter havido um paulatino processo de *invisibilidade* de se reconhecer já no primeiro quartel do século XX milhares e milhares de populações rurais negras – em povoados e vilas – que eram reorganizações a partir de antigos habitantes dos quilombos, famílias negras que migravam desde as últimas décadas da escravidão, doações de terras e deslocamentos geracionais do período imediatamente pós-abolição. Se nunca ficaram isoladas no passado da escravidão, na pós-emancipação do século XX – certamente entre 1901 a 1970 – as populações negras rurais, remanescentes de quilombos, ficaram invisíveis. Tanto dos registros censitários e agronômicos, como de muitos estudos clássicos que analisaram as sociedades camponesas. Seria no final da década de 70 que muitos pesquisadores sobre campesinato no Brasil se depararam com aquilo que desconheciam ou mesmo avaliavam como inédito: formações camponesas que tinham suas bases no parentesco e na memória dos antigos quilombos, doações de terra e nas experiências agrárias de migrações de famílias negras ao longo da escravidão e as primeiras décadas da pós-abolição[7].

Neste trabalho revisitamos os quilombos na Amazônia, oferecendo um panorama geográfico dos quilombos do passado e aqueles do presente. Onde estiveram – com base nas fontes do passado da escravidão – e estão os quilombos no Pará.

Sobre alguns cenários

Há ainda poucas sínteses sobre a escravidão africana atlântica na Amazônia, em especial no Grão-Pará. Destaca-se a importância da obra de Vicente Salles, no início dos anos 70, que apresentaria um panorama sobre a introdução dos africanos e o desenvolvimento de uma "cultura negra" no Pará, do século XVII ao início do século XX[8]. Mais recentemente são inúmeros e importantes os estudos sobre a escravidão na Amazônia, especialmente aqueles desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Federal do Pará.

O Grão-Pará, província somente a partir de 1821, consistia numa extensa área que no período colonial estava ligada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Posteriormente, as áreas do Maranhão e do Grão-Pará seriam separadas em termos de Capitanias pela administração colonial. Nos primórdios da colonização

7 Ver: SOARES, Luis Eduardo. **Campesinato**: Ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

8 Ver SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão**, Belém, FGV, 1971 e a obra de referência VERGOLINO - HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. **A presença Africana na Amazônia Colonial**. Uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

foi tentado em várias partes desta extensa região o sistema de *plantation* com a produção de açúcar e tabaco. A falta de capitais, a escassez de escravizados, epidemias e obstáculos geográficos produziram dificuldades na ocupação[9]. Tal complexidade serviu – até os anos 70 – para fortalecer os silêncios historiográficos sobre a presença africana na Amazônia. Certa historiografia se baseava na explicação generalizante dos "ciclos econômicos" -- açúcar, ouro e café – analisando um modelo cristalizado de *plantation*[10]. Comparada a outras áreas escravistas – de fato -- a presença africana na Amazônia foi reduzida. Mas não significaria inexistência. Ainda assim, a Amazônia – em muitos estudos clássicos e talvez até hoje nos manuais didáticos e no senso comum – foi apresentada como região sem impacto da escravidão africana, tendo um espaço do trabalho compulsório quase exclusivo das populações indígenas.

As reflexões clássicas de Salles e as pesquisas mais recentes demonstraram como africanos chegaram a Amazônia já na primeira década do século XVII, ainda que o tráfico tenha se desenvolvido e ampliado crescentemente a partir de meados do século do XVIII com as políticas de fomento. Embora a entrada de africanos na Amazônia tenha continuado somente na segunda metade dos Setecentos teria sido alavancada. Organizada pela própria metrópole, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755 - 1778) atuaria por mais de duas décadas, apresentando, porém, índices comerciais limitados. Parte dos africanos escravizados introduzidos era remetida-- para o Mato Grosso. Para os séculos XVII e a primeira metade do XVIII não há números mais detalhados

9 Para os estudos clássicos sobre mão-de-obra e ocupação colonial na Amazônia, ver: ALDEN, Dauril. El Indio Desechableen El Estado de Maranhão durante los siglos XVII y XVIII. **America Indigena**, volume XLV, número 2, Abril-junho, 1985; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabaldes**. Ano I, número 2, SET/DEZ. 1988; BELLOTO, Heloísa Liberalli. Trabalho Indígena, Regalismo e Colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, Volume 2, número 4, setembro 1982; CARDOSO, Ciro Flamarion S. O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa. **História em Cadernos**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 3, número 2, set/dez. 1985; FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, **ANPOCS**, 1991; HEMMING, Jonh. Red Gold. **The Conquest of the Brazilian Indians**. Harvard University Press, 1978; Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians, MacMillan London, 1987; MAcLACHLAN, Colin M. African Slavery and Economic Development in Amazônia (1700-1800) IN: TOPLIN, Robert B. (eds) **Slavery and Race Relations in Latin América**. Greenwood Press, 1973. pp. 112-145; MAcLACHLAN, Colin M. The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese América (1757-1799). **The Americas**, volume XXVIII, número 4, 1972; para os estudos mais recentes sobre mão-de-obra na Amazônia ver uma resenha bibliográfica atualizada completa em: CHAMBOULEYRON, Rafael. Colonial Portuguese Amazon Region, from the 17th to 18th Centuries. In: Ben Vinson. (Org.). Oxford Bibliographies - **Latin American Studies**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018, pp. 1-19.

10 Uma visão historiográfica critica apareceu em CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas**: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

sobre a entrada de africanos na Amazônia. Há inclusive indicações exageradas mesmo considerando tanto iniciativas particulares de tráfico e contrabando da era seiscentista, além dos desvios para Mato Grosso -- as disputas entre o Maranhão e o Pará -- e comércio interno a partir da Bahia e Pernambuco.

Segundo Salles, até 1820 teria entrado para o Grão-Pará mais de 53 mil africanos[11]. A atualização dos estudos tem oferecido mais dados com faces originais da presença africana na Amazônia. As pesquisas clássicas de Vicente Salles, Antônio Carreira, Manuel Nunes Dias, Colin MacLachlan e depois Anaiza Henry-Vergolino se somaram os estudos recentes de Rafael Chambouleyron, Daniel Domingues da Silva e José Maia Bezerra Neto. Este último apresentou uma resenha historiográfica a respeito. Antes da atuação das companhias de comércio sabemos pouco sobre a atuação negreira. *Chambouleyron* e Silva destacam a dimensão triangular do tráfico negreiro - numa primeira fase que tipificam de 1662 a 1755 - passando por Lisboa, entrepostos africanos e a Amazônia. Os navios partiam de Lisboa. Consistiria numa estrutura negreira original para o Brasil Colonial e próximas daquelas que articulavam o tráfico para o Caribe. Para outras regiões brasileiras ainda operavam o sistema bilateral com os navios partindo do Rio de Janeiro e Salvador em direção aos entrepostos africanos. Já a Amazônia estaria ligada - em termos do tráfico negreiro - a outro circuito atlântico, aquele do norte. Tal dimensão teve reflexos nas origens dos africanos que chegariam para a Amazônia, parte substantiva de africanos ocidentais da Alta Guiné (Senegâmbia) e da Costa da Mina, sendo ainda contemplada por um expressivo número de africanos centrais - Angola e Congo. Bezerra Neto apresentando os dados dos estudos mais recentes de *Chambouleyron* e Silva adverte sobre o exagero de alguns cálculos sobre a entrada de africanos na Amazônia no século XVII. Teria sido mesmo um número reduzido e parte substantiva direcionada para o Maranhão. Segundo ele, mesmo "ao longo da primeira metade do século XVIII, o tráfico continuaria para o Maranhão e o Grão-Pará, ainda que modesto e irregularmente, não havendo notícia da entrada de africanos cativos para a grande maioria dos anos"[12].

Com africanos espalhados em várias unidades escravistas na Amazônia – indo de fazendas extrativistas a construção de fortalezas – surgiriam quilombos e mocambos em todos os lugares. Também foi Vicente Salles o pioneiro em documentar os quilombos da Amazônia colonial e pós- colonial nos sé-

11 Nota bibliográfica

12 Ver este debate em BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará** (Séculos XVII-XIX). Belém, Editora Paka-Tatu, 2012. Ver ainda: CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, volume 26, 2007; pp. 79-114.

culos XVIII e XIX. Em várias pesquisas ampliamos um panorama sobre tais comunidades de fugitivos, podendo apresentar um quadro das regiões onde aparecem evidências e registros dos quilombos.

Quadro 1

Quilombos nas regiões do rio Tocantins e adjacências, século XVIII

Nome	Data
Abaeté	1770, 1794
Baião	1774, 1776
Cametá	1764, 1774, 1788
Carnapijó	1771
Guamá	1790
Rio Acará	1790, 1793.
Rio Tocantins	1778, 1790
Rios Abaetetuba	1771

Fontes: APEPA, Códices diversos.

Quadro 2

Quilombos nas regiões do Marajó e adjacências, século XVIII

Nome	**Data**
Chaves	1767, 1800
Ilha de Joanes	1802, 1813.
Marajó	1782, 1792.
Melgaço	1762, 1767.
Rios Arari	1793
Salvaterra	1774
Soure	1762, 1769

Fontes: APEPA, Códices diversos

Um primeiro aspecto importante sobre esta cartografia dos quilombos coloniais no Pará é sua base empírica. São informações – mesmo denúncias de moradores e mobilização de repressão – registrados em centenas de Códices

depositados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEPA), onde consta correspondência de capitães de vilas com os governadores do Grão-Pará[13].

No século XIX, mesmo continuando a ser uma "área periférica" tomando as palavras de Ciro Cardoso, o Grão-Pará continuou se desenvolvendo em termos econômicos. Houve o crescimento de vilas, povoados e núcleos urbanos. Fugitivos e mocambos continuariam a figurar como as principais preocupações das autoridades. Continuamos as pesquisas em 1997 investigando a documentação para o século XIX, além do estudo sobre quilombos nas áreas de fronteiras da Amazônia Oriental.

Como os quilombos aparecem na documentação colonial e pós-colonial?[14] Em 1803, do Arari, região do Marajó, havia reclamações sobre roubos

13 Sobre quilombos coloniais no Grão-Pará ver: YABETA, Daniela e. 'Com muita gente diferente' -- entre experiências e territórios numa mesma Floresta: revisitando a memória histórica dos mocambos de índios e as nomenclaturas coloniais na Amazônia, século XVIIII. **Canoa do Tempo** *(UFAM)*, volumes 5/6, 2012, pp. 53; GOMES, Flávio dos Santos. Africanos, tráfico atlântico y cimarrones em las fronteras entre la Guyana Francesa y la América portuguesa, siglo XVIII. **Fronteras de La História**, volume 16, 2011, pp. 152-175; GOMES, Flávio. Indigenas, Africanos y comunidades de fugitivos em la Amazonia Colonial. *Historia y Espacio*, volume 34, 2010, pp.201-228; Los cimarrones y las mesclas étnicas em las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. **Procesos Históricos**, volume 16, 2009, pp. 24-39,2009; GOMES, Flavio dos Santos & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, São Paulo, número 149, 2004, pp.69-108; GOMES, Flávio dos Santos. *Other Black Atlantic Borders: Escape Routes, Mocambos, and Fear sof Sedition in Brazil and French Guiana (Eighteenth to Nineteenth Centuries*. **New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids**,Caribe,volume77,números 3/4, pp.253-287; GOMES, Flávio. *A´safehaven`:Runaways Slaves, Mocambos, and Bordes in Colonial Amazônia, Brazil*. **The Hispanic American Historical** Review, volume 82, número 3, 2002. pp. 469-498; Em torno do sBumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial. **Revista USP**, SãoPaulo, 1996, pp. 40-55; Les quilombos-lieaux de marronage – auxfrontieres entre Guyane française et l´Ameriqueportugaise (Amazonie,XVIIIsiecle).In: MOOMOU, Jean(Org.). **Societes Marrones des Ameriques. Memoires, patrimoines, identites et histoire Du XVII au XX siecles**. Caiena: Ibis-RougeEditions,2015, pp.183- 194; Entre fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (séculos XVIII-XIX). In: BASTOS, Crisiana Bastos, ALMEIDA, Miguel Vale de Almeida e FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos Luso- Brasileiros**.Campinas:EditoradaUnicamp,2007, pp. 187-187; Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) **Nas Terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira. Belém: UFPA,1999.

14 Entre os vários estudos históricos sobre quilombos e mocambos na Amazônia, ver ALONSO, José Luis Ruiz- Peinado. *Publicadores de la Amazônia. Cimarrones del Trombetas*. **África Latina Cuadernos**, Barcelona, número 21, pp. 59-68; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. *Hijos del Rio - Negros del Trombetas*. IN: JORDAN, Pilar Gracia, IZAR, Miguel & LAVINA, Javier (orgs.). **Mimória, Creacion e História. Luchar contra el olvido**. Barcelona, 1994. pp. 349-357; FUNES, Eurípedes. **"Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1995; FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas", In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp. 467-497. Sobre escravidão no Grão-Pará no século XIX, ver os estudos mais recentes de José Maia, em: BEZERRA NETO, José Maia. A Belém dos escravos. Meados do século XVIII aos últimos anos da década de

praticados por mocambeiros. Para a Ilha de Joanes, em 1816, foi determinado o envio de um destacamento, visando: "revistas que devem se passar as canoas, mais até para o exame que são obrigados a fazer por aqueles quilombos, aonde há seus descaminhos e roubos de gados". Surgiam quilombolas por todos os lados e a sua movimentação preocupava sobremaneira autoridades. Uma diligência contra os quilombolas de Mazagão seria enviada em 1800. Também no Amapá, mais propriamente na Vila de Tagepuru, em 1803, numa expedição anti-mocambo, foram apreendidos "cinco ou seis daqueles pretos amucambados". No mesmo ano, tentava-se evitar a fuga de negros da Fazenda Real no Arari, "que se vão introduzir em mucambos por aqueles matos"[15]. Da região de Santarém, as reclamações contra os quilombolas do Rio Curuá já eram bem antigas. Em 1805, o Conde dos Arcos seria notificado sobre "um formidável mocambo de negros no rio Curuá" que já tinha sido atacado em meados de 1799, porém continuava trazendo problemas para aquela região. Para Alenquer e Óbidos outras expedições anti-mocambos foram realizadas no início de 1800. Dez anos depois o perigo continuava o mesmo naquela região. Acusavam os quilombolas de adentrarem a vila de Santarém durante as madrugadas com objetivo de "furtar pacovas para mantimento" e também "mais algumas pretas para a levarem para o dito mocambo". Em 1811 novas expedições seriam enviadas contra estes mocambos. Nos preparativos, destacar-se-ia a necessidade

1880. In: LACERDA: Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré (Org.). **Belém do Pará. História, Cultura e Cidade. Para além dos 400 anos**. Belém: Editora Açaí, 2016, pp. 165-182; Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888). In: MACHADO, Maria Helena P. T. e CASTILHO, Celso Thomas. (Orgs.). **Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp., 2015, pp. 257-276; Cenas da Escravidão: Senhores e Trabalhadores Escravos em Belém (1860-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, volume 1, 20114. pp. 1-25, O Africano Indesejado. Extinção do tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (1850-1860). Afro-Asia, volume 44, 2011, pp. 171-217; Migrantes do Cativeiro. O tráfico entre províncias e os escravos ingressos no Pará, século XIX. In: CHAMBOULEYRON, Rafael e CANCELA, Cristina Donza Cancela. (Org.). Migrações na Amazônia. Belém. Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA - UFPA., 2010, pp. 31-54; Mercado, Conflitos e Controle Social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Historia & Perspectivas (UFU), volume 22, 2009, pp. 267-298; Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Asia**, volume 28, 2002, pp. 221-250; O que aconteceu com Zacarias? Uma micro-análise da escravidão em seus últimos dias em Belém. **História & Perspectivas**, volumes 25/26, 2002, pp. 307-331; Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão-Pará - 1840/1860. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2002, pp. 73-112; Quando histórias de liberdade são histórias da escravidão: fugas escravas na Província do Grão-Pará: 1860- 1888. **Estudos Afro-Asiáticos**, volume 36, 1999, pp. 73-96; A vida não é só trabalho: fugas escravas na época do abolicionismo na Província do Grão-Pará (1860-1888). **Cadernos do Centro de Filosofia Ciências Humanas**, Volume 12, número 1/2, 1993, pp. 141-154

15 APEPA, Códice 619, Ordem de 23/04/1803; Códice 334, Ofício de 17/07/1804; Códice 337 Ofícios de 01/02/1802, 21/10/1815 e 03/07/1820; Códice 337, Ofício de 02/04/1816; Códice 328, Ofício de 19/08/1803 e Códice 335, Ofício de 08/06/1803.

de "bons guias para dirigir a expedição". Argumentava-se que em 1807 havia malogrado uma tentativa de destruição destes mocambos, justamente pela falta deles. Uma decisão importante seria a ocasião para a realização daquela expedição. Em períodos de chuvas, o "tempo" não era "próprio porque se achão os campos alagados". Os mocambos estavam bem protegidos pela geografia daquela região. Não só a geografia os protegia. As redes comerciais que formavam e interagiam eram muito importantes. Através de investigações foi possível descobrir que os quilombolas gastavam três dias para viajar dos seus mocambos até a vila de Alenquer, tendo mesmo que atravessar "um tabocal" e vários rios, igarapés e cachoeiras. Nesta vila negociavam estopa, breu, castanha e algodão em troca de pólvora, chumbo, armas, ferramentas e "panos para se vestirem". Para tais contatos contavam com o apoio de "muita gente, outros pretos e pretas, e rapazes" que lá moravam[16].

Uma representação dos moradores da vila de Alenquer alertava para as fugas, destacando que os quilombolas viviam ali numa "total rebeldia e pouco respeito". Castigos e/ou ameaças aos escravos pouco adiantavam "pela deserção que prometem na consideração de acharem em um mocambo tão seguro refúgio". Ainda em 1811 foram atacados alguns mocambos locais, sendo que um capitão de milícias foi acusado de ser "protetor dos mocambistas". Em 1812, informou-se sobre a captura de cerca de 90 quilombolas, entre os quais, homens, mulheres, crianças e idosos. Esta expedição teve um contingente militar considerável: 225 homens, divididos em milicianos e ligeiros das Vilas de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre. Acabar de vez com os mocambos, não conseguiram. Em agosto de 1813, autoridades falavam da existência de um "novo mocambo" naquela região. Quilombolas capturados, devolvidos aos seus senhores, não tardavam a fugir novamente, se embrenhando nas matas e formando novos mocambos. Para evitar isso, determinou-se que os quilombolas desta região que fossem capturados deveriam ser vendidos para fora da capitania. Havia também casos de quilombolas apreendidos mofarem nas cadeias por não serem reclamados por seus senhores e herdeiros. Acabavam sendo vendidos para o pagamento das despesas com a sua captura. Há ainda registros de quilombolas que procuravam "seqüestrar" escravas para os mocambos. Ainda em Óbidos, isso aconteceu, em 1815, na localidade de Sítio Conceição[17].

16 APEPA, Códice 124, Ofício de 19/05/1772; Códice 314, Ofício de 20/09/1800; Códice 339, Ofício de 08/10/1805 e Códice 316, Ofício de 19/01/1800; Códice 348, Ofício de 24/11/1810; Códice 348, Ofício de 29/04/1811, Códice 348, Ofício de 29/04/1811 e Códice 343, Ofício de 06/05/1811.

17 APEPA, Códice 347, Ofício de 02/01/1811; Códice 782 (Correspondência dos Comandantes de Santarém com diversos), Ofício de 13/10/1812; Códice 769, Comunicado de 12/08/1813; Códice 343,

Do outro lado da Capitania, nas regiões limítrofes do Maranhão também eram inúmeras as notícias sobre fugitivos e mocambos desde o início dos Setecentos. Na região do Guamá uma "diligência mal dirigida", em 1807, acabou frustrando a tentativa de destruir um mocambo. Na mesma direção, em Viseu, no final de 1812, "indícios" que chegavam as autoridades davam conta de existir entre as cabeceiras do rio *Mojuim* "um mocambo de negros", havendo "roubos de farinha e mandiocas". Eram raras as margens dos rios e dos igarapés da extensa Amazônia onde faltassem indícios, rumores, vestígios e informações concretas sobre mocambos e fugitivos escravos escondidos[18].

Quadro 3
Mocambos no Grão-Pará Oitocentista (1800-1816)

1800	Chaves	1810-1	Óbidos
1800	Amapá	1812	Bragança
1800	Vigia	1812	Vigia
1800	Óbidos	1813	Guajará
1800	Outeiro	1813	Santarém
1801	Rio Mapuá	1814	Óbidos
1801-2	Ilha de Joanes	1814	Cotijuba
1803	Amapá	1815	Óbidos
1804	Amapá	1815	Beja
1804	Marajó	1815	Mosqueiro
1805	Alenquer	1815	Cametá
1801	Rio Mapuá	1815	Mocajuba
1809-5	Melgaço	1816	Alenquer

Fonte: Diversas

No alvorecer do século XIX, foi determinado que as milícias patrulhassem "todos os rios, lagos, cabeceiras de igarapés ou todas aquelas paragens donde tinham desconfiança" de haver mocambos. Em 1813, procurava-se reunir recursos para o pagamento das despesas efetuadas na destruição do mocambo do rio Guajará. No ano seguinte um forte aparato militar era enviado para as "Ilhas

Ofício de 22/08/1813; Códice 816, Ofícios de 23 e 25/04/1816; Códice 679, Ofícios de 16/09 e 04/10/1813; Códice 769, Ofício de 23/03/1814; Códice 348, Ofício de 10/03/1815 e Códice 517, Ofício de 20/05/1816.

18 APEPA, Códice 315, Ofício de 22/11/1800 e Códice 627 (1806-1808), Ofício de 26/10/1807.

de Cutijuba, Arapiranga, Tatuóca, e costa abaixo do Mosqueiro e fazendo-as examinar prenderá todos os desertores, escravos fugidos e pessoas de suspeitas, e nos outros aqui não declarados onde julgar que estão amocambados". Mais investigações informavam que nos "distritos de Beja, Conde, Araraiana, Muaná e adjacentes se acham infestados por negros fugidos, soldados desertores e vadios". A preocupação maior nesta região eram os escravos vaqueiros que estavam nos quilombos. Em Cametá, em 1815, denunciava-se que os donos de canoas de comércio mantinham ligações com os fugitivos[19].

Além do Baixo Amazonas, a região do Amapá aparece com destaque na formação de quilombos e/ou mocambos na Amazônia Colonial. No século XIX não foi diferente. Em 1800 reclamava-se de pretos fugidos em Mazagão[20]. O governador do Pará, Souza Coutinho, em 1802, chegou a alertar o Visconde de Anadia quanto às "diversas e funestas conseqüências", provenientes das invasões francesas em território sob o domínio português, "ocupando nele gente ociosa" e os contatos com os fugitivos. Em 1803, os próprios moradores da vila de Tagepuru realizariam uma diligência para capturarem os "pretos amocambados". Em fins de 1804, após a efetivação de investigações descobriu-se que os quilombolas mantinham um grande acampamento nas margens do rio Matapi. Havia necessidade de com maior cautela se preparar uma expedição punitiva, visto existir "receio de que aqueles trânsfugas atravessem de Matapi, para a margem do Araguari", posto se desconfiar "serem pretos vindos da cidade". Sabia-se mesmo existir uma rota de fugas de Macapá até esta região. Temores novamente rondariam ao ponto que no fim daquele ano, "chegada à noite de natal", seriam dadas "as providências, de patrulhas para evitar os tumultos, talvez causados pelos pretos escravos dos moradores, por ser noite que todos estão na vila". Ao longo de 1811 surgiriam boatos de levantes e conflitos, envolvendo soldados e negros fugidos de Caiena. No início do ano, um alferes seria "degolado pelos negros". Dizia-se ainda a respeito de um plano de insurreição e que as reuniões "se devam na casa de uma preta, Maria, que morava atrás do quartel"[21].

Mas os quilombos e mocambos na Amazônia Oriental era apenas um dos problemas. Juntamente com aqueles das áreas do Baixo Amazonas, com Curuá, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Santarém surgiriam –

19 APEPA, Códice 343, Circular de 07/01/1805; Códice 769, Ofício de 16/09/1813; Códice 570, Ofício de 26/06/1814; Códice 570, Ofícios de 26/06/1815; Códice 348, Ofício de 24/04/1815 e Códice 263, Ofício de 05/12/1815

20 APEP, Códice 317, Ofício de 01.03.1800.

21 APEP, Códice 352 (1810-1812), Ofício de 02.04.1811; Códice 354, Ofício de 25.04.1811 e Códice 328, Ofício de 14.11.1804.

principalmente no século XIX – muitos quilombos na região do Baixo Tocantins. São fartas as indicações na documentação manuscrita e no noticiário dos jornais de comunidades de fugitivos em Cametá, Mocajuba, Ourém, Baião e áreas adjacentes. Enfim, nas diversas regiões amazônicas havia pelo menos dois tipos de comunidades de fugitivos. Mais para o interior da floresta, não totalmente isolados, existiam grupos de quilombolas estáveis e com população numerosa. Muitos destes podem ter se formado já na segunda metade do século XVIII. Reuniam igualmente desertores e índios. Com uma economia mais estável, dedicavam-se a produção de farinha e outros gêneros, além de manterem trocas mercantis com outros setores da sociedade escravista. Ao mesmo tempo havia mocambos menores, itinerantes, formados por pequenos grupos de quilombolas. Estes tinham uma maior mobilidade, migravam sempre, ainda que mantivessem alguma proximidade de vilas e povoados. Estabeleciam pequeno comércio clandestino e buscavam proteção junto a outros escravos, regatões e lavradores.

No Grão-Pará avaliamos que as comunidades de fugitivos, destacadamente mocambos e quilombos, foram aumentadas em função da ampliação do campesinato negro e conexões de comunidades de desertores (do recrutamento militar do Corpo dos Trabalhadores) na pós- cabanagem, migrações de camponeses e populações ribeirinhas em micro-sociedades se deslocando.

Levando em conta o panorama das comunidades quilombolas remanescentes em 2014 (certamente agora mais ampliados com dados de 2105 a 2018) temos cerca de 5400 vilas, povoados, sítios e bairros rurais de comunidades negras rurais remanescentes de quilombos espalhadas em todo o Brasil. Se levarmos em conta Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, e Acre – totalizando que chamamos de Amazônia, região norte – temos uma concentração de 11,2%. É claro que a representação da realidade quilombola remanescente hoje – leiam-se territórios titulados, identificados, certificados e reconhecidos pelos institutos de terra estaduais, INCRA, Fundação Palmares e outros órgãos – tem haver também com as organizações sociais dos próprios quilombolas e sua mobilização. O Maranhão, por exemplo – área onde as associações quilombolas contemporâneas se organizaram desde os anos 70 – 29,6% das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos. Maranhão (1569), Bahia (919), Minas Gerais (578) e Pará (523) concentram 67,7% dos registros. Certamente áreas como Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro estão sub-representadas entre as comunidades remanescentes, especialmente considerando os aspectos da escravidão tardia e a pós-abolição.

No Grão-Pará (excetuando os quilombos nas áreas de fronteiras que pertencem hoje ao estado do Amapá) as áreas do Baixo Tocantins e do Baixo Amazonas concentram os quilombos. Para o Baixo Tocantins: Abaetetuba, Acará. Baião, Barcarena, Bujaru, Cametá, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará[22].

Quadro 5

Comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas no Pará considerando os municípios das áreas do Tocantins	
Município	Quantidade de comunidades
Abaetetuba	24
Acará	25
Baião	34
Barcarena	1
Bujaru	12
Cametá	28
Igarapé-miri	2
Limoeiro do Ajuru	1
Mocajuba	24
Moju	25
Oeiras do Pará	25

Fontes: Diversas. As informações sobre as comunidades remanescentes são de 2012 e os dados podem ser permanentemente atualizados tanto por pesquisas como pelos processos políticos de organização e identidade das comunidades negras rurais, articulando memória, cidadania e lutas sociais

22 Sobre as comunidades negras rurais nas áreas do Baixo Tocantins ver os estudos de Benedita Celeste. PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Editora Açaí, 2010; Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. **Revista Genêro da Amazônia**, volume 2, 2012, pp. 201-224; Mulheres ladinas: Histórias de resistências e lutas por sobrevivência de inversões de papeis em povoações negras rurais da região do Tocantins (PA). **História Agora**, volume 1, 2012, pp. 115-131; A Caracterização do Dom de Parteiras, Benzedeiras e Curandeiras, na Região do Tocantins, no Pará. **Margens (UFPA)**, volume 4, 2009, pp. 233-248; Vivências Cotidianas de Parteiras e Experientes do Tocantins. **Estudos Feministas (UFSC. Impresso)**, Florianópolis, volume 10, 2002, pp. 441-448; História, educação e diversidade: produção de material didático em povoações remanescentes de quilombolas da região do Tocantins no Pará. In: OLIVEIRA, José Pedro Garcia Oliveira, RODRIGUES, Doriedson S.; SILVA, João Batista do Carmo e MENDES,Odete da Cruz. (Org.). **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina**. Cametá, UFPA, Campus Universitário do Tocantins, 2012, pp. 335-348.

Temos também as concentrações – quadros 6 e 7 – de comunidades na região do Marajó e na região do Baixo Amazonas.

Quadro 6

Comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas no Pará considerando os municípios das áreas do Baixo Amazonas	
Município	Quantidade de comunidades
Alenquer	12
Curuá	5
Monte Alegre	3
Obidos	28
Oriximina	65

Fontes: Diversas. As informações sobre as comunidades remanescentes são de 2012 e os dados podem ser permanentemente atualizados tanto por pesquisas como pelos processos políticos de organização e identidade das comunidades negras rurais, articulando memória, cidadania e lutas sociais

Quadro 7

Comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas no Pará considerando os municípios das áreas do Marajó	
Município	Quantidade de comunidades
Anajás	1
Muaná	5
Ponta de Pedras	7
Salvaterra	27

Fontes: Diversas. As informações sobre as comunidades remanescentes são de 2012 e os dados podem ser permanentemente atualizados tanto por pesquisas como pelos processos políticos de organização e identidade das comunidades negras rurais, articulando memória, cidadania e lutas sociais.

Quadro 8

Principais municípios quilombolas no Pará	
Município	**Principais comunidades**
ABAETETUBA	ABAETETUBA, ACARAQUI, ALTO ITACURUCA (Nossa Senhora do Perpetuo Socorro), ARAPAPU (São Sebastião), ARAPAPUZINHO, BAIXO ITACURUCA (Nossa Senhora de Nazaré do Pau Podre), BOM REMEDIO, CAMPOPEMA (Arquia), CURUPERE, IGARAPE DO VILAR, IGARAPE SAO JOÃO, MEDIO ITACURACA, PIRATUBA, RIO ACACU (Nossa Senhora do Bom Remédio), RIO GENIPAUBA, RIO TAUERA-ACU (Sant'Ana), SAGRADO CORAÇÃO, SAMAUMA, SANTANA, SAO JOSE, TERRA ALTA, VILA DUTRA/CALADOS E CARDOSO, ILHAS DE ABAETETUBA
ACARÁ	ACARA, BOA VISTA, CARANANDUBA, CENTRO OURO, ESPIRITO SANTO, FILHOS DE ZUMBI, FORTALEZA, GUARAJA MIRI, ITACOA MIRI, ITACOAZINHO, ITANCOA MIRI, MARACUJA, MENINO JESUS, OUTEIRO, OUTEIRO E TRACUATEUA, PARAISO, PARAISO (IGARAPE JACAREQUARA), SANTA MARIA, SANTA QUITÉRIA, ITACOAZINHO, SAO JOSE (IGARAPE JACAREQUARA), SAO SEBASTIÃO, TAPERA (IGARAPE JACAREQUARA), TRAQUATEUA, TRINDADE I.
BAIÃO	ANILZINHO, APARECIDA, ARAQUEMBAUA, BAIÃO, BAILÍQUE, BAIXINHA, BOA VISTA, CALADOS, CARARÁ, CAMPELO, COSTEIRO, CUPU, CARDOSO, FE EM DEUS, FRANCA, FUGIDO RIO, TUCUNARÉ, ICATU, IGARAPE PRETO, JOANA PERES, PARITÁ MIRI, PANPELONIA, PIRIZAL, PRAINHA, SANTA FE, SANTA FE E SANTO ANTONIO, SANTO ANTONIO, SAO JOSE DO ICATU, TAPECURU, TEÓFILO, UMARIZAL (ACORQBU), UMARIZAL BEIRA (ACORQBU), VARZINHA, VILA DUTRA.
CAMETÁ	ACOANZINHO, ANAJÁ, BIRIBATUBA, BOA ESPERANÇA, BONFIM, CARAPAJO, CURUCAMBABA, ITABATINGA, JABUTI-APEDU, JAITUBA, JOANA COEU, UABA, LAGUINHO, MAPU, MARACU DO CARMO, MATIAS, MINA ALEGRE, MOLA, MUPI, PACUJAI, PORTO ALEGRE, PORTO DO CAMPO, PORTO SEGURO, RIO TABATINGA, TAPACU, TOMASIA, VACARIA, VILA DO CARMO.

Fontes: Diversas. As informações sobre as comunidades remanescentes são de 2012 e os dados podem ser permanentemente atualizados tanto por pesquisas como pelos processos políticos de organização e identidade das comunidades negras rurais, articulando memória, cidadania e lutas sociais

Cerca de 10 municípios concentram 58,3% (305) de comunidades negras rurais remanescentes de quilombos no Estado do Pará[23].

23 Os estudos desenvolvidos por Rosa Acevedo sobre quilombolas no Pará, além de pioneiros, continuam se destacando. Ver: RODRIGUES, Eliana Teles e MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Territorialidad y estrategias de uso de recursos de quilombolas enelestuario amazónico*. **Revista Eletrônica Ideas Concyteg**, volume 69, pp. 315-334, 2011; BARBOSA, M. B. C. & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no vale do Rio Capim. **Novos Cadernos NAEA**, volume 13, pp. 27-45, 2010; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Mobilização Políticas de Comunidades Negras: domínio de um conhecimento praxiológico. **Paper do NAEA**, Belém, 2000; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Repensando a Demarcação de Terras de remanescentes de quilombos. **Tempo**

Considerações Finais

Como demonstrado acima, são muitas as produções historiográficas acerca das populações quilombolas. As identidades de seus povos precisam ser discutidas e mobilizadas em salas de aulas do país para que haja de fato democratização dos saberes, do ensino e principalmente relação com a realidade dos educandos. A diversidade racial no Brasil ainda não é contemplada no universo escolar, embora considere pretos e pardos, a maioria da população. A inserção da nova produção historiográfica acerca dos escravizados nos livros e manuais didáticos de história é urgente. Novas práticas pedagógicas precisam ser discutidas para o combate do racismo. Bem como, a proposta da Lei 10.639/03 possa efetivamente sair do papel.

O diálogo entre a escola e a comunidade escolar é fundamental para que o processo ensino- aprendizagem ocorra. A realidade política, econômica e cultural dos educandos deve ser observada, mobilizada e utilizada nesse processo. Assim, por meio da troca de saberes, trataremos questões étnico--raciais de modo reflexivo e não hierarquizado. Por que muitos brasileiros desconhecem a existência de mocambos e quilombos brasileiros que datam desde o século XVI? A principal referência presente na maioria dos manuais didáticos é Palmares. A imagem mais conhecida de um quilombola é a de Zumbi – construída para atender a questões políticas! Mas e as outras his-

Presença, Rio de Janeiro, p. 19-21, 1998; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Terras e Afirmação Política de Grupos negros na Amazônia Brasileira. **Terra de Quilombos Número Especial Organizado Pela ABA**, Rio de Janeiro, p. 79-95, 1995; LIMA, T. L & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.). **Teodoro Lalor de Lima, liderança quilombola dos rios Arari e Gurupá 'diante da lei'.** Rio de Janeiro, 2016, MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & DOURADO, S. B.; ALMEIDA, A. W. B. (Orgs.). **Patrimônio cultural: identidades coletivas e reivindicações**. Manaus: UEA Edições, 2013. v. 6. 278p; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno-de; MUELLER, C.; FARIAS JR. Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social**. *Manaus:Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia.* Universidade do Estado do Amazonas, 2012. v. 3. 168p; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MUELLER, C. (Org.); CID, R (Org.). Territórios Quilombolas e Conflitos. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**. Manaus: UEA Edições, 2010. 349p;MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo& CASTRO, Edna Maria Ramos de. **No caminho de pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999. v. 500. 118p; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; FERREIRA, E. R.; MORAES, I. P.; LIMA, A.; LUZ, M. C. C. Quilombolas do Aproaga, vale do rio Capim: território, como eixo de identidade coletiva e patrimonialização cultural. In: DOURADO, S. B.; ALMEIDA, A. W. B. & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo(Orgs.). **Patrimônio cultural**: identidades coletivas e reivindicações. 1ed.Manaus: UEA, Edições, 2013, v. 6, p. 219-240; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Territórios Quilombolas face à expansão do dendê no Pará. In: BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco (Org.) **Amazônia**: dinâmica do carbono e impactos socioeconomicos e ambientais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010, pp. 165-184.

tórias? Sociabilidades construídas, redes comerciais, produção de diferentes gêneros constituem a construção da população negra no seu passado. Assim como as violências do cativeiro. A questão que nos toma incisivamente é: por que somente estas e não as outras histórias não são contadas? Certamente no processo de democratização do ensino, bem como de implementação de um currículo antirracista, conhecimentos acerca dessas populações já apresentadas por um grande número de publicações desde a década de 80 do século XX são fundamentais. Conhecer histórias distintas do somente apresentado navio negreiro, das chibatas, do tronco e todas as violências que compuseram os mundos da escravidão nas Américas nos ajudará a compor um cenário mais democrático no que tange a diversidade de saberes ancestrais, sociabilidades, identidades reconstruídas e memórias. Possibilidades de romper com o modelo tradicional curricular hegemônico europeu. Afinal, escravizados fugiram, formaram mocambos e quilombos, produziram, atuaram em diferentes ofícios, realizaram trocas mercantis, construíram rotas de fuga, se reuniram e realizaram insurreições.

Novas gerações de pesquisadores – e se destacam aqueles das áreas de Educação e Geografia – estarão desafiadas a conectar memória e história para re-localizar as narrativas destas comunidades negras rurais remanescentes de quilombos na Amazônia e outras partes do Brasil. O Ensino de História, da mesma forma, tem grande desafio, como já apontado. O crescimento do interesse por patrimônios culturais, materiais e imateriais, possibilita a inclusão de novos conhecimentos ao currículo escolar. As leis precisam sair de fato do papel para que possamos programar o conhecimento acerca das culturas negras, dos escravizados e seus descendentes como parte fundamental da construção da sociedade brasileira. A relação entre história e identidades racializadas – produto da história – demonstra a relevância do estudo e do conhecimento acerca da formação social e cultural do Brasil. No processo de transformação social e da implementação das diferentes leis acerca da cultura afrodescendente, os professores da Educação Básica ocupam lugar de destaque, posto que atuem na formação de cidadãos brasileiros mais conscientes da importância da África na nossa história[24].

24 ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. IN: PEREIRA, Amilcar Araujo e MONTEIRO, Ana Maria. (Org) **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. pp. 20-34.

Referências

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Ensino de História e culturas afro- brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro, Pallas, 2013.

ALDEN, Dauril. El IndioDesechableen El Estado de Maranhão durante lossiglos XVII y XVIII. **America Indigena**, volume XLV, número 2, Abril-junho, 1985.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII--XVIII. **Revista Arrabaldes**. Ano I, número 2, SET/DEZ. 1988.

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Publicadores de la Amazônia. Cimarronesdel Trombetas. **África Latina Cuadernos**, Barcelona, número 21, pp. 59-68.

ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. Hijosdel Rio - Negros del Trombetas. IN: JORDAN, Pilar Gracia, IZAR, Miguel & LAVINA, Javier (orgs.). **Mimória, Creacion e História. Luchar contra el olvido**. Barcelona, 1994. pp. 349-357.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

BARBOSA, M. B. C. & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no vale do Rio Capim. **Novos Cadernos NAEA**, volume 13, pp. 27-45, 2010.

BARRA, Sérgio e MELLO, Juçara. Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, Paraná, volume 17, número 4 (47), out./ dez. 2017.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Trabalho Indígena, Regalismo e Colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, Volume 2, número 4, setembro 1982.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)**. Belém, Editora Paka-Tatu, 2012.

BEZERRA NETO, José Maia. A Belém dos escravos. Meados do século XVIII aos últimos anos da década de 1880. In: LACERDA: Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré (Org.). **Belém do Pará. História, Cultura e Cidade. Para além dos 400 anos**. Belém: Editora Açaí, 2016, pp. 165-182.

BEZERRA NETO, José Maia. Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888). In: MACHADO, Maria Helena P. T. e CASTILHO, Celso Thomas. (Orgs.). **Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp., 2015, pp. 257-276.

BEZERRA NETO, José Maia. Cenas da Escravidão: Senhores e Trabalhadores Escravos em Belém (1860-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, volume 1, 20114. pp. 1-25.

BEZERRA NETO, José Maia. O Africano Indesejado. Extinção do tráfico, segurança pública e reforma civilizadora (1850-1860). **Afro-Asia**, volume 44, 2011, pp. 171-217.

BEZERRA NETO, José Maia. Migrantes do Cativeiro. O tráfico entre províncias e os escravos ingressos no Pará, século XIX. In: CHAMBOULEYRON, Rafael e CANCELA, Cristina Donza Cancela. (Org.). **Migrações na Amazônia. Belém**. Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA - UFPA., 2010, pp. 31-54.

BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, Conflitos e Controle Social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). **Historia & Perspectivas (UFU)**, volume 22, 2009, pp. 267-298;

BEZERRA NETO, José Maia. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Asia**, volume 28, 2002, pp. 221-250.

BEZERRA NETO, José Maia. O que aconteceu com Zacarias? Uma micro-análise da escravidão em seus últimos dias em Belém. **História & Perspectivas**, volumes 25/26, 2002, pp. 307-331.

BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão-Pará - 1840/1860. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2002, pp. 73-112.

BEZERRA NETO, José Maia. Quando histórias de liberdade são histórias da escravidão: fugas escravas na Província do Grão-Pará: 1860-1888. **Estudos Afro-Asiáticos**, volume 36, 1999, pp. 73-96.

BEZERRA NETO, José Maia. A vida não é só trabalho: fugas escravas na época do abolicionismo na Província do Grão-Pará (1860-1888). **Cadernos do Centro de Filosofia Ciências Humanas**, Volume 12, número 1/2, 1993, pp. 141-154.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. O Trabalho Indígena na Amazônia Portuguesa. **História em Cadernos**. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, volume 3, número 2, set/dez. 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas**: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, volume 26, 2007; pp. 79-114.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Colonial Portuguese Amazon Region, from the 17th to 18th Centuries. In: Ben Vinson. (Org.). Oxford Bibliographies - **Latin American Studies**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018, pp. 1-19.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, **ANPOCS**, 1991.

FUNES, Eurípedes. **"Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1995.

FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". História e Memória dos mocambos do Baixo Amazonas", In: REIS, João & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio. História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1993, pp. 467-497.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Africanos, tráfico atlântico y cimarrones em las fronteras entre la Guyana Francesa y la América portuguesa, siglo XVIII. **Fronteras de La História**, volume 16, 2011, pp. 152-175.

GOMES, Flávio dos Santos. Indigenas, Africanos y comunidades de fugitivos em la Amazonia Colonial. Historia y Espacio, volume 34, 2010, pp.201-228.

GOMES, Flávio dos Santos. Los cimarrones y las mesclas étnicas em las fronteras de las Guayanas. Siglos XVII-XX. **Procesos Históricos**, volume 16, 2009, pp. 24-39.

GOMES, Flavio dos Santos &MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Reconfigurações Coloniais: Tráfico de Indígenas, Fugitivos e Fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sécs. XVII e XVIII). **Revista de História (USP)**, São Paulo, número 149, 2004, pp.69-108.

GOMES, Flávio dos Santos. *Other Black Atlantic Borders: Escape Routes, Mocambos, and Fear sof Sedition in Brazil and French Guiana (EighteenthtoNineteenthCenturies).* **New West Indian Guide/ Nieuwe West-Indische Gids**, Caribe, volume 77, números 3/4, pp.253-287.

GOMES, Flávio dos Santos. *A´safehaven`: Runaways Slaves, Mocambos, and Bordes in Colonial Amazônia, Brazil.* **The Hispanic American Historical Review**, volume 82, número 3, 2002. pp. 469-498.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos Bumerangues: Outras Histórias de Mocambos na Amazônia Colonial. **Revista USP**, São Paulo, 1996, pp. 40-55.

GOMES, Flávio dos Santos. Les quilombos-lieaux de marronage – auxfrontieres entre Guyanefrançaise et l´Ameriqueportugaise (Amazonie, XVIII siecle). In: MOOMOU, Jean (Org.). **Societes Marrones des Ameriques. Memoires, patrimoines, identites et histoire Du XVII au XX siecles**. Caiena: IbisRougeEditions, 2015, pp.183-194.

GOMES, Flávio dos Santos. Entre fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (séculos XVIII-XIX). In: BASTOS, Crisiana Bastos, ALMEIDA, Miguel Vale de Almeida e FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos Luso-Brasileiros**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 187-187.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) **Nas Terras do Cabo Norte**: Fronteiras, Colonização e Escravidão na Guiana Brasileira. Belém: UFPA,1999.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KLEIN, Hebert S. A escravidão africana: América Latina e Caribe. São Paulo: Editora brasiliense s.a., 1987.

HEMMING, Jonh. Red Gold. **The Conquest of the Brazilian Indians**. Harvard University Press, 1978; *Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians*, MacMillan London, 1987.

LIMA, T. L & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.). **Teodoro Lalor de Lima, liderança quilombola dos rios Arari e Gurupá 'diante da lei'**. Rio de Janeiro, 2016.

MAcLACHLAN, Colin M. African Slavery and Economic Development in Amazônia (1700- 1800) IN: TOPLIN, Robert B. (eds) **Slavery and Race Relations in Latin América**. Greenwood Press, 1973. pp. 112-145.

MAcLACHLAN, Colin M. The Indian Directorate: Forced Acculturation in Portuguese América (1757-1799). **The Americas**, volume XXVIII, número 4, 1972.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & DOURADO, S. B.; ALMEIDA, A. W. B. (Orgs.). **Patrimônio cultural: identidades coletivas e reivindicações**. Manaus: UEA Edições, 2013. v. 6. 278p.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Bernode; MUELLER, C.; FARIAS JR. Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos. **Caderno de Debates Nova Cartografia Social**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazonia. Universidade do Estado do Amazonas, 2012. v. 3. 168p.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MUELLER, C. (Org.); CID, R (Org.). Territórios Quilombolas e Conflitos. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**. Manaus: UEA Edições, 2010. 349p.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo& CASTRO, Edna Maria Ramos de. **No caminho de pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará-Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999. v. 500. 118p.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; FERREIRA, E. R.; MORAES, I. P.; LIMA, A.; LUZ, M. C. C.

Quilombolas do Aproaga, vale do rio Capim: território, como eixo de identidade coletiva e patrimonialização cultural. In: DOURADO, S. B.; ALMEIDA, A. W. B. & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo(Orgs.). **Patrimônio cultural**: identidades coletivas e reivindicações. 1ed. Manaus: UEA, Edições, 2013, v. 6, p. 219-240.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Territórios Quilombolas face à expansão do dendê no Pará. In: BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco (Org.) **Amazônia**: dinâmica do carbono e impactos socioeconomicos e ambientais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010, pp. 165-184.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Mobilização Políticas de Comunidades Negras: domínio de um conhecimento praxiológico. **Paper do NAEA**, Belém, 2000.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Repensando a Demarcação de Terras de remanescentes de quilombos. **Tempo Presença**, Rio de Janeiro, p. 19-21, 1998.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Terras e Afirmação Política de Grupos negros na Amazônia Brasileira. **Terra de Quilombos Número Especial Organizado Pela ABA**, Rio de Janeiro, p. 79- 95, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**. Rio de Janeiro, volume 11, número 21, pp. 5-16.

MELLO, Juçara da S. B. de e VIANA, Iamara. Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos. **Revista Encontros**. Rio de Janeiro, volume 11, número 20, 2013.

MOARES, Walace; IORUBA, Togo (Gerson Theodoro) e GOMES, Flávio dos Santos. Dos quilombos ao quilombismo: por uma história comparada da luta antirracista no Brasil (notas para um debate). **Revista ABPN**, volume8, 2016, 2016, pp.215-238.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

OLIVEIRA, Regina Célia e GOMES, Flávio dos Santos. Do Quilombo ao Quilombola. **Ciência Hoje das Crianças**, volume 240, 2012, pp.2-6.

OLIVEIRA, Rosy e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Das Formações negras Camponesas**. Belo Horizonte: FinoTraço,2016.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Editora Açaí, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Gênero e Etnicidade: histórias e memórias de parteiras e curandeiras no norte da Amazônia. **Revista Genêro da Amazônia**, volume 2, 2012, pp. 201-224.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Mulheres ladinas: Histórias de resistências e lutas por sobrevivência de inversões de papeis em povoações negras rurais da região do Tocantins (PA). **História Agora**, volume 1, 2012, pp. 115-131.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. A Caracterização do Dom de Parteiras, Benzedeiras e Curandeiras, na Região do Tocantins, no Pará. **Margens (UFPA)**, volume 4, 2009, pp. 233-248.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências Cotidianas de Parteiras e Experientes do Tocantins. **Estudos Feministas (UFSC. Impresso)**, Florianópolis, volume 10, 2002, pp. 441-448.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. História, educação e diversidade: produção de material didático em povoações remanescentes de quilombolas da região do Tocantins no Pará. In: OLIVEIRA, José Pedro Garcia Oliveira, RODRIGUES, Doriedson S.; SILVA, João Batista do Carmo e MENDES, Odete da Cruz. (Org.). **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina**. Cametá, UFPA, Campus Universitário do Tocantins, 2012, pp. 335-348.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Eliana Teles e MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Territorialidad y estrategias de uso de recursos de quilombolas enelestuario amazónico*. **Revista Eletrônica Ideas Concyteg**, volume 69, pp. 315-334, 2011.

SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo**: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão**, Belém, FGV, 1971 e a obra de referência VERGOLINO - HENRY, Anaíza & FIGUEREDO, Arthur Napoleão. **A presença Africana na Amazônia Colonial**. Uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Juca Rosa**: um pai-de-santo na Corte imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SOARES, Luis Eduardo. **Campesinato**: *Ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

XAVIER, Giovana. "Já raiou a liberdade": caminhos para o trabalho com a história da pós-abolição na Educação Básica". In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro, Pallas, 2013.

YABETA, Daniela e GOMES, Flávio dos Santos. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (Em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). **Afro-Ásia**,volume 47, 2013, pp.79-117.

YABETA, Daniela e. 'Com muita gente diferente' -- entre experiências e territórios numa mesma Floresta: revisitando a memória histórica dos mocambos de índios e as nomenclaturas coloniais na Amazônia, século XVIIII. **Canoa do Tempo** (UFAM), volumes 5/6, 2012, pp. 53.

AFRODESCENDENTES: A CORRENTE HISTÓRICA DO CIMARRONAJE, DO PASSADO AO PRESENTE[1]

Jesus Chucho Garcia

Este trabalho visa demonstrar como as e os africanos e seus descendentes, longe de serem um objeto "folclórico" de estudo da academia ou de utilização dos partidos políticos, constituem sujeitos históricos de fato e de direito e constroem em meio às adversidades uma agenda própria e complementar com outros setores da humanidade. As lutas dos africanos e seus descendentes obedecem ao que denominamos de **corrente histórica do *cimarronaje***, entendendo por *cimarronaje* a atitude permanente das e dos afrodescendentes em nossas lutas através do tempo contra todo o tipo de discriminação, exploração e objetificação. Quando nos referimos a sujeitos históricos, queremos ressignificar o passado e a sua projeção no presente através da sua história de luta, de resistência e dos movimentos sociais. A revisão histórica não fica no passado, mas mostra nossa inserção nas lutas contemporâneas contra aqueles que nos sequestraram da África Subsaariana ontem e que hoje formam parte do sistema imperialista mundial. Esse sistema imperialista conseguiu sensibilizar um setor afrodescendente, o transformando em "Afrodireita", para justificar o neoliberalismo; em sua contrapartida há uma "Afroesquerda" ou uma proposta afroprogressista. Trazemos ao presente, nas nossas lutas e resistências, termos históricos como Cumbes, Palenques e Quilombos, como acontece na Venezuela com a criação do Cumbe Nacional de Afrodescendentes ou Cumbe Internacional Antiimperialista, e no Brasil com o Quilombo na contemporaneidade com os Quilombolas. Trago, ao fim desse trabalho, uma breve descrição da primeira década do século XXI, quando os governos progressistas, por demandas dos movimentos sociais afro, incluíram parte de suas aspirações nas políticas públicas.

1 Tradução: Raphael Castelo Brando da Silva (Doutorando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense).

O *Cimarronaje* como corrente histórica

Desde que nossos ancestrais foram sequestrados da África Subsaariana para serem convertidos em "negros" e, depois, em escravizados-prisioneiros, presos em unidades de produção agrícola intensiva como as plantações de cana-de-açúcar, fazendas de cacau e café, minas de ouro e prata, sempre houve respostas, individuais ou coletivas.

Para entender o presente temos que entender o passado, onde a corrente histórica do cimarronaje se expressou em espaços libertários chamados Cumbes na Venezuela, Palenques na Colômbia, em Cuba e no México, e Quilombos no Brasil.

Nossas lutas não permaneceram naquele passado de dor e de esperança, pois também fomos protagonistas nas lutas de independência dos nossos países contra o colonialismo português, espanhol, inglês e francês.

Nossas liberdades foram debilitadas assim que as guerras de independência em nível continental, em que usamos a nossa inteligência e ética guerreira, terminaram. Na Venezuela, trinta anos depois da guerra de independência se conquista a libertação das e dos escravizados. As abolições mais tardias foram em Cuba (1886) e no Brasil (1888).

Da escravidão ao *cimarronaje* frontal

O tráfico de escravos (1500-1888) praticado pelo sistema colonial ocidental com o surgimento do sistema econômico capitalista trouxe como consequência direta a implementação do sistema escravista, com a finalidade de fazer crescerem as economias capitalistas europeias no mal denominado "Novo Mundo" através de dois crimes de lesa humanidade: o extermínio de milhões de povos originários das Américas e do Caribe e, na sequência, a exploração intensiva a que foram submetidos homens, mulheres e crianças africanas nas diferentes modalidades de unidades produtivas: *plantations*, fazendas, minas, rebanhos e trabalho doméstico.

Para sujeitar os africanos e seus descendentes ao sistema escravista, as potências ocidentais criaram um corpo legislativo que regulava o trabalho intensivo e ditava penalidades para qualquer ato pessoal ou coletivo de levante frente ao sistema de exploração.

É nesse sentido que o sistema colonial francês cria o *Código Negro*, projetado pelo administrador das colônias francesas no Caribe, Jean-Baptiste Colbert, durante o reinado de Luis XIV:

> É nesse código que o Ocidente vai legitimar "negro" como termo depreciativo e, como afirma em seu artigo 44, o negro é como uma peça de mobília, um objeto que não sente, não pensa, é uma peça da engrenagem da unidade produtiva do açúcar. Nesse documento, promulgado pelo rei da França em 1685, é regulada a catolização compulsória dos negros, assim como os tipos de castigo, que vão desde a tortura até a morte em casos de desobediência, fuga ou enfrentamento contra o sistema escravista e seus senhores[2].

Este Código será o sistema jurídico que regulamentará a totalidade da vida dos africanos convertidos em escravizados. Logo, colonialistas ingleses, espanhóis e holandeses o tomaram como referência:

> O primeiro Código Negro espanhol foi elaborado pelo Cabildo de Santo Domingo no ano de 1768 para sujeitar os escravos e reprimir o *cimarronaje*, dois problemas graves do momento, que coincidiram com os primeiros sintomas de reativação econômica na ilha. Foi elaborado consultando as antigas ordenanças sobre os negros que existiam no arquivo do Cabildo, e o Código Negro francês[3].

No entanto, antes do surgimento destes códigos negros, a palavra "*cimarrón*" já tinha sido aplicada à primeira rebelião contra o sistema colonial espanhol, que ocorreu em 1522 na ilha *La Española* (São Domingo), liderada por um indígena chamado Enriquillo seguido pelos primeiros africanos escravizados que tomaram aquela ilha:

> Na coleção de documentos publicados sob o título de São Domingo nos manuscritos de Juan Bautista Muños, encontro que em 1503 já se fazia referência a *suecos montaneses*, em 1528 Enriquillo e seu povo são chamados de índios rebeldes, mas não é até 1532 quando o termo *cimarrón* aparece pela primeira vez[4].

O termo *cimarrón*, assim como o Código Negro de Colbert, foi se expandindo e se consolidando como um termo vinculado à luta dos africanos e seus descendentes pela liberdade. Assim o encontramos na memória do padre fran-

2 GARCIA, Jesus Chucho. Afrodescendientes en America Latina y el Caribe. Fundacion Afroamerica. Caracas, Republica Bolivariana de Venezuela, 2014, p. 16.

3 SALMORAL, Manuel Lucena. Los códigos negros de la America Española. Unesco. Universidad Alcalá de Henares, 1996, p. 23.

4 GARCIA, Jesus. Idem, p. 18.

cês Labat, que percorreu grande parte do Caribe - não apenas o francês, mas também onde imperava o colonialismo inglês e espanhol. Esse padre católico definiu, no início do século XVIII:

> Se chamam *cimarrones* os negros fugitivos que escapam da casa de seu senhor, ou para não trabalhar, ou para evitar o castigo de uma falta que cometeram; eles geralmente se refugiam em florestas, penhascos, ou outros lugares pouco frequentados, de onde não saem, a não ser a noite para colherem mandioca, batata ou outros frutos da terra, e roubar, quando podem, animais e aves domésticas[5].

O padre Labat as descreve como fugas triviais, sem qualquer ensejo de confrontação contra os senhores, mesmo que a fuga em si seja uma atitude de soberania; todavia Labat, em suas crônicas, vê essas fugas como algo "simples", como sobrevivência:

> Há negros *cimarrones* que permanecem por anos nos bosques e nas montanhas do meio da Ilha, e por mais impraticável que sejam em sua região, eles encontram abundância para viver, porque nos bosques não os faltam inhame e repolho caribenho silvestre, nem cogumelos. Pescam à mão nos rios, pegam lagartos, caranguejos vermelhos e de outras espécies, tanto quanto precisam. E nas ilhas de Grenada e Guadalupe não faltam certos animais que se chamam de tatu e aguiti[6].

Essas primeiras impressões do *cimarronaje* dadas por cronistas e historiadores, conforme as fontes dos primeiros anos de conquista e colonização, não notaram como as fugas isoladas se transformariam em uma proposta de vida e que posteriormente se chamariam de Cumbes, Quilombos e Palenques, como expressão de convivência em um espaço com uma espécie de autogoverno distante do sistema escravista, e que avançariam à construção de um modelo de sociedade contra a exploração, como ocorreu na Revolução Haitiana no final do século XVIII.

Contra o *cimarronaje* frontal: castigos, vexações e morte

Evidente que nem o colonialismo, nem os donos de escravizados permitiriam fugas, levantamentos e "vagais" em seus sistemas produtivos-carcereiros. Para evitar isso, criaram um sistema punitivo que podia chegar à pena de morte para os que se atrevessem a aspirar por liberdade.

5 LABAT, R. P. Viajes a las islas de la America. Casa de las Américas. Cuba, 1979, p. 25.
6 Idem, p. 25.

Nesse sentido, damos um exemplo de regulamentação jurídica que foi utilizada no funcionamento da fazenda de cacau Chuao, localizada no estado de Aragua, Venezuela, no século XVII:

> Que nenhum escravo nem escrava, adulto ou criança, possa sair do repartimento, a não ser para o trabalho que se destina na fazenda, e concluindo este trabalho volte, e o que falta no dito repartimento e não estivesse em uma de suas ocupações, seja punido sem dispensa.
> Que a noite, ou seja, desde que o sol se põe até o amanhecer, não saia escravo algum, criança ou adulto, de sua casa, e quem for encontrado nas rondas noturnas fora dela, embora esteja no mesmo repartimento, sendo agora incompetente, será punido e corrigido[7].

Havia outros tipos de punição conforme a ofensa da fuga, como, por exemplo: após ser capturado, o escravizado era colocado no tronco, espécie de instrumento de castigo com três aberturas em duas peças horizontais de madeira, onde se colocavam as duas mãos, atadas, e no centro a cabeça; e, a depender da ofensa, o escravizado recebia de 50 a 200 chibatadas, muitas vezes até a morte, na presença do restante dos escravizados para que aprendessem a lição.

O Barão Alexandre Humboldt, em suas *Memórias*, Tomo II, descreve essa forma de castigo: "[...] Em Cariaco mesmo, poucas semanas antes de minha chegada à província, um fazendeiro que possuía apenas oito negros fez perecer seis deles, chicotando-os da maneira mais bárbara"[8].

A descrição de Humboldt de sua jornada pela antiga província da Venezuela demonstra o tipo de castigo até a morte contra os escravizados que se rebelavam contra os seus senhores.

O desmembramento dos corpos dos *cimarrones* que combatiam contra as forças colonialistas também era uma prática desumanizadora; assim ocorreu com o *cimarrón* Guillermo Ribas, em Barlovento, Venezuela: "imediatamente após o combate, e talvez para assegurar que Guillermo estivesse morto de fato, o Cabo Aguillera decepou a sua cabeça e uma de suas mãos, que levou a Panaquire para ser reconhecida e para fazer escárnio a outros *cimarrones*"[9].

Outros tipos de castigos que se aplicaram ao longo do sistema escravista contra os e as *cimarrones*, embora não estivesse tipificado nas leis indígenas, era a violação, que foi aplicada à *cimarrón* Josefina Sanchez que havia fugido e se

7 Instrucciones para la hacienda Chuao. En: Obra Pia de Chuao. Academia Nacional de la Historia, 1967, p. 325- 332.

8 HUMBOLDT, Alejandro. Impeta Lopez, T. II, Buenos Aires, Argentina. 1956, p. 106.

9 GARCIA, Jesus Chucho. Barlovento tiempo de *cimarrones*. Ediciones de Lucas y Trina. Barlovento. Venezuela, 1989, p. 77.

refugiado no Cumbe Taguaza. Em seu testemunho: "Maria Concepción em seu testemunho conta que Andrés Ibarra, para castigá-la, manteve-a completamente nua, situação que leva a crer que contra essas mulheres se cometia algum tipo de delito sexual"[10].

No entanto, apesar destes tipos de punições, algumas estabelecidas nas leis, outras não, a revolta e o *cimarronaje* frontal impediam este tipo de coerção. Voltamos à espiral de violência *cimarrón* diante da violência colonial.

É dessa forma que esses levantes simples vão sacudir o continente e as ilhas do Caribe. Do *cimarronaje* simples, passa-se a um *cimarronaje* complexo, por sua intenção e estruturação, como um modo de vida contra a escravidão.

É assim que, na Venezuela, ocorreu a Rebelião de Rei Miguel (1553) nas Minas de Buría, sendo a primeira rebelião afroindígena em território venezuelano, pois Miguel, de origem africana, fez alianças com os indígenas *gallones* para marcar oposição à exploração a que eram submetidos nas Minas de Buría por parte da Coroa espanhola. Durante o século XIV e XVII vão ocorrer inúmeros atos de *cimarrones* com o objetivo de construir espaços livres.

O caso do *cimarrón* Zumbi (século XVII) no Brasil, que construiu o Quilombo dos Palmares (território libertado), é um dos exemplos mais significativos. É um quilombo bastante conhecido, pois permaneceu por mais de meio século à margem do governo colonial português no Brasil. Localizado na região de Pernambuco, esse espaço libertado foi liderado por Zumbi, que significa "espírito" na língua kimbundu. Este território se formou, em sua maior parte, por escravizados fugidos das plantações de cana-de-açúcar sob domínio do colonialismo português.

Alguns autores qualificam este quilombo como a República de Palmares, por sua forma de organização e de convivência interna, que inclusive tinha a sua própria língua (dominantemente o kimbundu-kikongo, pois a maioria dos seus habitantes fora arrancada da Angola, onde essas etnias eram as dominantes).

O investigador brasileiro Decio Freitas disse "na história das insurreições escravas no Brasil, a de Palmares ocupa um lugar determinante. No decorrer de quase um século os negros nordestinos resistiram às investidas das expedições organizadas por uma das maiores potências coloniais do mundo"[11].

No final do século XVII, na Colômbia, perto de Cartagena de Índias, levantou-se o *cimarrón* Benkos Biho, de origem Mandinga, acompanhado das etnias africanas Kongo e Kimbundu, e construiu o Palenque de San Basílio, espaço li-

10 Idem, p. 105.

11 FREITAS, Decio. República de Palmares. Universidade Federal de Alagoas. Brasil, 2004, p. 11.

bertado que não foi submetido, mas sim dialogado com as autoridades coloniais para que respeitassem esse espaço.

O século XVIII, que coincide com o aumento do sequestro de africanos para serem convertidos em escravos nas distintas células produtivas como plantações de cana de açúcar ou fazendas de cacau, foi o século em que mais ocorreram casos de *cimarronaje*, levantes e construção de Cumbes, Quilombos e Palanques.

Nesses espaços libertários construídos pelos *cimarrones* foi tecida uma estrutura de sobrevivência, como aconteceu em Barlovento com o Cumbe de Ocyta (1768-1771), onde se construíram mais de 30 casas e se desenvolveu um sistema agroalimentar que lhes permitia sobreviver. Conheciam a geografia e o curso dos rios, como o rio San Jose que desemboca na costa (Boca de Paparo, Estado de Miranda) e ali mesmo trocavam cacau, que expropriavam dos fazendeiros espanhóis, por armas e alimentos com as potências inimigas dos espanhóis, como os franceses e holandeses[12].

Em suas últimas reflexões, o antropólogo e etnógrafo Miguel Acosta Saignes expressa:

> Os *cimarrones* nunca esperaram passivamente em seus refúgios pela chegada de escravos fugitivos. Se chegavam, eram incorporados à comunidade, mas com frequência enviados especiais partiam em busca de escravos chicoteados, dos presos em armadilhas, dos condenados à fome e sede, de mulheres e crianças. A corrente de cooperação não ia apenas dos *cimarrones* até os escravos de fazendas e trapiches, mas também destes para aqueles. Às vezes, por diversos motivos, um *cimarrón* era protegido nos barracões de escravos por meses[13].

Na Venezuela, o Zambo Andresote (1732) construiu cumbes móveis na zona de Yracuy e no que hoje é o Estado Carabobo. O *cimarrón* Andresote, em sua luta contra o colonialismo espanhol, sabotou o monopólio da Companhia Guipuzcoana, a empresa monopolista mais importante do colonialismo espanhol na antiga província da Venezuela, causando perdas incalculáveis.

Em Barlovento, os africanos fugidos das plantações de cacau construíram cumbes em El Mango de Ocoyta e Taguaza. Em meados do século XVII foram fundados cumbes em Macuquita e La Chapa, Serra de Falcón, onde mais tarde se rebelaria o zambo Jose Leonardo Chirino, acompanhado do africano de origem Loango Jose Caridad Gonzalez, ideólogo deste levante. Contudo, entre todas essas rebeliões e criações de espaços livres, a de maior importância foi a

12 GARCIA, Jesus. Barlovento tiempos e *cimarrones*. Editorial Lucas y Trina. 1989, p. 45.

13 ACOSTA SAIGNES, Miguel. Las ideas de los esclavos negros en America. Universidad Santa Maria. Caracas. Venezuela, 1986, p. 25.

rebelião haitiana que se iniciou em 1791 e tomou o poder definitivo no ano de 1804, com o líder Dessalines.

Haiti, ou Saint Domingue, foi a maior máquina de produção açucareira do planeta sob a colonização francesa, em que: "os lucros do colonialismo francês, em primeiro lugar pelo tráfico de escravos no século XVIII, se calculam em 500 milhões de libras francesas em ouro, como resultado da exploração intensiva de 792 engenhos, 705 plantações de algodão, 2810 plantações de café, 3097 plantações de anil, no momento do estopim da rebelião de 1791"[14].

A Revolução Haitiana foi a expressão máxima do *cimarronaje* frontal que foi bem- sucedida e se converteu em uma República Livre.

Por outro lado, na Jamaica, o historiador Richard Hart aborda o levante de *marrons* (*cimarrones* em inglês) escrevendo:

> Os marrons, em poucos anos, se tornaram muito numerosos, apesar de todas as medidas que foram tomadas para exterminá-los, em particular cresceram de maneira formidável nos distritos do noroeste, nordeste e sudoeste da ilha, para grande preocupação e medo dos súditos de Sua Magestade naqueles lugares, que sofreram muito por causa dos frequentes roubos, assassinatos e depredações cometidos por eles[15].

O *cimarronaje* frontal contra as diferentes modalidades de dominação sempre foi uma constante no regime colonial. Nunca ocorreu resignação diante dos maus tratos, sempre existiu uma atitude permanente contra a opressão, por isso que consideramos o *cimarronaje* frontal o primeiro ato de luta pela liberdade da diáspora africana nas Américas e no Caribe.

O *Cimarronaje* ético

Como resultado das lutas permanentes das e dos escravizados em suas aspirações à liberdade e à construção de espaços libertados, desde Cumbes, Quilombos e Palenques até a construção da República do Haiti, a ética foi uma constante.

Quando se estabelecia um Cumbe, um Quilombo ou um Palenque, ali se estabeleciam regras de convivência e isso, em minha opinião, corresponde ao campo da ética. Quando o amor ao trabalho e às práticas espirituais é promovido a partir das perspectivas de cada etnia africana para encorajá-los em suas lutas desiguais, isso é o campo da ética.

14 GARCIA, Jesus Chucho. La Diáspora de los Kongo en las Américas y el Caribe. Editorial Esa. Luanda. Republica de Angola, 2012, p. 110.

15 HART, Richard. Esclavos que abolieron la Esclavitud. Casa de las Américas. Cuba, 1984, p. 213.

Vamos destacar aqui o maior triunfo ético da diáspora africana: a Revolução Haitiana, primeira revolução triunfante da diáspora africana na Nossa América.

O processo da Revolução Haitiana ocorreu em várias etapas. Algumas derrotas foram impostas, como aconteceu no caso do *cimarrón* Makandal, que foi capturado e levado à ilha de Saint Domingue. Nessa ilha (hoje o Haiti), foi submetido ao trabalho forçado nos engenhos açucareiros, situação que o levou a assumir uma atitude de valentia contra a exploração intensa a que era subjugado. Makandal foi capturado e queimado vivo em 1758. Posteriormente, em 14 de agosto de 1791, inicia-se uma rebelião massiva em um lugar chamado Bois Caiman, liderada por um líder religioso *cimarrón* chamado Bouckman. Essa rebelião que estremeceu toda a ilha de Saint Domingue provocou, segundo o historiador francês Gaston Martin, "1000 brancos massacrados, 200 engenhos açucareiros destruídos, 1200 fazendas de café queimadas e a libertação de mais de 15 mil escravos"[16].

A ilha entra em uma fase de anarquia total, até que um líder afrodescendente, Toussaint Louverture, canaliza todas as aspirações dos escravizados e procura a conciliação com os chamados mulatos, estabilizando a Revolução Haitiana ao decretar a abolição do tráfico negreiro e a abolição do sistema escravista. Também propôs uma nova constituição, que enfoca o homem sem distinção de raça ou cor, em que todos eram iguais.

Não seria fácil sustentar essa aspiração libertária, tanto que quando o general Napoleão, que possuía o maior exército do planeta, decide restaurar a escravidão em suas colônias, provocou um mal estar no início da Revolução Haitiana. Há conspirações contra Toussaint Louverture, se criam contradições internas, se enviam tropas napoleônicas encabeçadas pelo general Lecler, as quais são confrontadas pelo exército de Louverture. Logo, Touissaint é chamado para uma conversa, solicitando que vá sozinho, quando o apreendem e o levam prisioneiro até a França, onde é colocado em uma cela e onde morre em 7 de abril de 1803. Entretanto, seu tenente no Haiti, o general Dessalines, segue batalhando contra os franceses e conquista a independência do Haiti em 1 de janeiro de 1804, transformando o Haiti no segundo país livre das Américas, depois dos Estados Unidos, e o primeiro país independente na América Latina e no Caribe. Na sua constituição, Dessalines expressa:

> O povo habitante da nobre ilha chamada Saint Domingue decide formar-se como Estado livre, soberano e independente de todo o poder do universo, sob o nome de império Haiti. [...] Art. 2: a escravidão está abolida para sempre. [...] Art. 9: Ninguém é digno de ser haitiano se não for um bom pai, bom filho, bom esposo e, sobretudo,

16 MARTIN, Gaston. Histoire de l´esclavage dan les colonias franceses. Pres universitarios de France, 1948, p. 211.

> bom soldado. [...] Art. 12: Nenhum branco, qualquer que seja a sua nação, colocará um pé neste território com o título de senhor ou de proprietário, e de agora em diante não poderá adquirir nenhuma propriedade[17].

Nos tempos em que o Haiti foi governado, na segunda metade do século XIX, pelo presidente Petion, é quando se dará uma mostra do mais alto valor de solidariedade entre o povo livre do Haiti e uma colônia que aspirava a sua independência, a Venezuela. Petion dá as boas vindas a Bolívar, assim como aos líderes brancos *criollos*, os quais tinham uma grande contradição sobre o tema da escravidão. Petion propõe ajuda em armas, exército, imprensa e dinheiro para apoiar a Simon Bolívar, apenas em troca da liberdade dos escravizados na Venezuela.

Cimarronaje Jurídico

Entendo por *cimarronaje* jurídico as diversas estratégias que os escravizados utilizaram no marco jurídico colonial para alcançar a sua liberdade. A partir do século XVIII, sem clima de romantismo, a legislação da Coroa espanhola sobre as suas colônias começava a se flexibilizar, sobretudo na aplicação do chamado Código Negro de Carlos III (1789). Contudo, a maior evidência nos deixou Alejandro Humboldt em suas memórias, quando passou pela antiga província da Venezuela:

> O número de alforrias é muito considerável: as leis e os costumes espanhóis favorecem a alforria. O senhor não pode recusar a liberdade a um escravo que oferece a ele a soma de trezentos pesos, mesmo que o escravo tivesse custado o dobro, a causa de seu trabalho e de uma aptidão particular para o ofício que exerce. Os exemplos de pessoas que dão liberdade por testamento a um certo número de escravos são mais comuns na província de Venezuela do que em qualquer outra parte. Pouco antes da nossa visita aos vales férteis de Aragua e ao lago de Valencia, uma dama que vivia na considerável vila de La Victoria ordenou a seus filhos, no seu leito de morte, que dessem a liberdade a todos os seus escravos, em número de trinta.

Segundo Humboldt, a Venezuela possuía 60 mil pessoas sob o regime escravista[18].

Aqui podemos observar que existia um *cimarronaje* jurídico nos testamentos dos escravizadores; também há casos de liberdade de escravizados e escravizadas por testamentos em Barlovento (Estado Miranda, Venezuela).

17 GARCIA, Jesus Chucho. Impacto de la Revolución haitiana en America "latina" y el Caribe. 2014, p. 4, Trabajo

18 HUMBOLDT, Alejandro. Idem, p. 241-242.

Contudo, o cimarronaje jurídico também deixou testemunho quando uma mulher escravizada comprou a liberdade do filho que carregava em seu ventre para que ele não nascesse "escravo", contradição ao anátema colonial de que o ventre escravo era escravo. Vejamos o exemplo:

> Um caso muito especial se apresentou quando uma escrava grávida buscou as autoridades para comprar a carta de liberdade para o filho que ainda não havia nascido e ao qual solicitou uma avaliação (que foi feita em 15 pesos, argumentando que um recém nascido batizado valia 25 pesos). Se autorizou a liberdade da criança no ventre materno, o qual é um caso insólito pois, por lei, o ventre escravo gera escravo, e neste caso, o ventre escravo gerou e pariu um liberto[19].

Apresentamos dois casos de *cimarronaje* jurídico pela via testamentária e pela via de compra da própria liberdade.

Outros casos de *cimarronaje* foram os que exerceram os escravizados de outras potências estrangeiras inimigas da Coroa espanhola, como Holanda, Inglaterra, França ou Portugal. A Espanha havia aprovado uma cédula Real em que deixava claro que aquele escravizado que fugisse de uma potência inimiga, ao pisar em solo que pertencia à Coroa espanhola e se declarasse cristão, seria libertado[20].

Assim ocorreu com escravizados fugitivos de Curaçao, que posteriormente fundaram o primeiro pueblo de negros livres, denominado Curiepe, em meados do século XVIII[21].

Cimarronaje Cultural

A chave para entender o *cimarronaje* cultural é a Cultura de Resistência que africanos e seus descendentes exerceram para preservar seus códigos ancestrais e, posteriormente, adaptá-los às novas condições de vida que lhes corresponderam.

O rosário das expressões culturais de origem africana é imenso em sua diversidade, começando pelas configurações musicais, tendo como eixo central a percussão.

A música afrovenezuelana reflete dominantemente a percussão de procedência Bakongo, tendo como exemplo os tambores *culo* e *puyas*, executados

19 GARCIA, Jesus Chucho. Africanas, esclavas y *cimarronas*.Ediciones Fundación Afroamerica, Caracas, Venezuela, 1996, p. 75.

20 GARCIA, Jesus Chucho. Nomenclatura de la Trata negrera y el sistema esclavista. Sin publicar, 1993.

21 GARCIA, Jesus Chucho. La Diáspora de los Kongos. Ediciones FESA. Luanda, Angola, 2012, p. 151.

em Barlovento, Guatire e nos Valles del Tuy. Da mesma forma, temos as *tamboritas de fulia*, utilizadas em velórios afrocatólicos, como *La Cruz de Mayo* ou o *Veloriso de Santos*.

Por outro lado, temos os tambores *cumacos*, usados ao longo da costa do estado Vargas, Carabobo, Aragua e Yaracuy.

Essas três configurações de percussão (*culo* e *puyas*, *cumacos* e *tamboritas de fulia*) têm sua origem na cultura Bakongo. Encontrei sua origem em meu trabalho de investigação na atual República do Congo em 1985 e 1987, que deixei corporificado em um documentário chamado *Salto al Atlantico* (1988).

Há outra variedade de tambores, como os Tambores Kimbanganos, que existem atualmente em Altagracia de Orituco (Estado Guarico); a palavra kimbangano é um povoado na República de Angola, onde se tocam tambores semelhantes, que pude observar durante minha estada em Angola (2008-2013).

Outra bateria de tambores são os Chimbangueles, que existem no sul do Lago de Maracaibo. A morfologia destes instrumentos de percussão, prensados com cunhas e cordas, são parecidos com os tambores da etnia Efik, hoje conhecidos em Cuba como tambores abakua com seu nome de Bonko Enchemilla. Essa mesma forma conseguimos com o tamborim panamenho, assim como no Equador e na Colômbia.

O tambor Mina tocado em Barlovento encontramos na etnia Mina que vive entre Benin e Togo (África).

Entretanto, a dimensão cultural africana na Venezuela e na Nossa América vai desde a culinária, como o Gumbo de Nova Orleans, a Cafunga de Barlovento, o Mondongo, a guasaka, até a forma de amarrar as sacas, a forma tradicional de preparar o pescado na zona afro do Estado Yaracauy e sul do Lago de Maracaibo, semelhante ao sukusu congolês. As técnicas e estética do penteado de tranças, chamado pela minha avó de *loanguitos*.

O *cimarronaje* cultural foi também um extraordinário esforço dos nossos ancestrais para conservar suas tradições, apesar dos castigos, do desprezo e das tentativas de submissão. Como puderam ser preservados os toques de tambor e suas formas de construção? Isso foi possível graças a uma pedagogia do *cimarronaje* que, sem saber ler nem escrever, se pode preservar através do tempo, assim como aconteceu com a música que sem estar escrita transcendeu o tempo e se preservou quase cinco séculos depois. Isso é uma ação psicológica de resistência cultural.

O *cimarronaje* espiritual

Os africanos e seus descendentes sofreram algumas das piores agressões que podem ser feitas a um ser humano, como as tentativas de erradicar seu sistema de crenças e cosmovisão e, com isso, erradicar a fé e a esperança para reconquistar sua liberdade.

A aliança da Coroa espanhola com a Igreja Católica Apostólica Romana foi projetada em seus manuais legislativos para justificar a escravidão e criou um rosário de ações punitivas contra as práticas espirituais dos africanos e seus descendentes.

Na implementação do Código Negro do Rei Carlos III de Espanha, do ano de 1789, o seu artigo I expressava o seguinte:

> Todo o possuidor de escravos, de qualquer classe e condição que seja, deverá instruir-los nos princípios da religião católica e nas verdades necessárias, para que possam ser batizados dentro do ano de sua residência em seus domínios, cuidando que se explique a eles a Doutrina Cristã todos os dias[22].

Essa conversão forçada foi de grande impacto para homens, mulheres e crianças que vinham de diferentes civilizações africanas, onde tinham seus próprios códigos espirituais.

Na sequência, a Real Cédula expressa:

> Se obriga a ouvir a missa, os donos das fazendas deverão pagar aos sacerdotes para que lhes rezem a missa e expliquem a doutrina cristã e administrem os santos sacramentos, conforme os tempos da Igreja, como no que mais lhes peçam e necessitem, conferindo que em todos os dias da semana após concluído o trabalho se reze o rosário em sua presença ou na de seu mordomo, com a maior compostura e devoção[23].

Vejamos como era essa prática cotidiana em uma fazenda de cacau, tomando como exemplo a Obra Pía de Chuao. O regulamento de trabalho da Fazenda Chuao, em 1817, deixou afirmado que: "Art. 1. A campainha será tocada, como é costume nos povoados, às cinco da manhã, e todos os escravos de ambos os sexos, desde a idade de 12 até 60 anos, devem ir louvar a Deus e dar graças cantando em voz alta"[24].

22 GARCIA, Jesus Chucho. Nomenclatura de la Trata de negrera y el sistema esclavista, sin publicar.
23 GARCIA Jesus Chucho. Idem.
24 Obra Pia de Chuao, 1968, p. 552.

Essas práticas ocorriam todos os dias, depois de uma longa jornada de trabalho; nas mesmas instruções, no artigo 11, se orienta que, ao pôr do sol e para encerrar o processo de conversão cotidiana:

> Art. 11. Todos os dias ao anoitecer se tocará a campainha para reunir todos os escravos, grandes e pequenos, ao pátio, os homens trazendo uma braçada de lenha e as mulheres de ervas, e saudados pelos caminhantes, se tocará a oração que vão entrar a rezar, o rosário nas segundas, quartas, sextas e sábados, e a doutrina nas terças, quintas e domingos [25].

A Igreja Católica, autorizada a avançar em seu processo de conversão religiosa, criou outros instrumentos para essas práticas religiosas cotidianas. Surgiu um manual bem estruturado e planificado, chamado Doutrina para Negros, que foi recompilado pelo historiador Javier Laviña em sua pesquisa sobre como se cristianizavam os escravizados nos engenhos de açúcar cubanos durante o sérculo XVIII. Essa Doutrina objetivava que os escravizados aceitassem e se submetessem a um deus que não era o seu; também podemos dizer que foi a implementação de um método para a aprendizagem da língua espanhola, como fica expresso nesse documento:

> É persuasão quase comum que os negros não podem compreender a Doutrina Cristã, e que ainda não são capazes de pronunciar o que se ensina a eles, daí a necessidade de instruir-los nas coisas que devem saber… Contentando-se com que digam algumas palavras que de alguma forma imitem as que se ensinam a eles, crendo que estão instruídos (não dá garantia de que estejam aprendendo bem). É necessário que olhem para a boca do catequista quando este pronuncia as orações, que eles repitam três ou quatro vezes as palavras… Falar devagar com eles, distinguindo as sílabas, tendo muito cuidado para que não comecem a repetir antes que acabe inteiramente a palavra e não dizer outra até que acabem de repetir a que estão dizendo"[26].

Ao analisar essa doutrina se percebe que foi método de alfabetização e aprendizagem de uma nova língua para a submissão e para a tentativa de separação das práticas espirituais africanas.

Diante dessa situação a que foram submetidos, as e os africanos e seus descendentes vão desenvolver dois tipos de *cimarronaje* espiritual.

O primeiro seria a preservação da matriz originária espiritual africana que mais tarde conheceremos como *Regla de Ocha* e *Ifa* (entre os descendentes Yorubá), o *Vodu* (entre descendentes dos Fon), *Umbanda-Kongo* e *Candomblé* (entre

25 Idem, p. 554.

26 LAVIÑA, Javier. Doctrina para negros., Editorial Sendai. Barcelona. España, 1989, p. 66.

descendentes dos Kongos, Con e Yorubá) e *Abasi-Abakua* (entre descendentes dos Efik-Efok).

Há também a outra linha de utilização do catolicismo combinado com a matriz espiritual africana para produzir o que temos denominado de afrocatolicismo.

Com respeito ao *cimarronaje* espiritual para a preservação da matriz africana, hoje podemos observar como essas quatro matrizes (Yorubá, Kongo, Fon e Efik-Efok), através do tempo, se fortaleceram por toda a Nossa América, sendo a matriz Yorubá uma das de maior irradiação em Cuba e no Brasil. Os Kongos também são marcantes em Cuba e no Brasil, o Vodu é marcante no Haiti e os Efik-Efok em Cuba. O caso do Brasil e de Cuba ocorre porque o tráfico de escravizados africanos se prolongou até mais da metade do século XIX e a abolição da escravidão foi quase no final do século XIX (Cuba em 1886 e Brasil em 1889), portanto a memória espiritual se conservou.

A segunda linha de *cimarronaje* espiritual foi a combinação entre o catolicismo imposto e o cruzamento com alguns componentes espirituais dos indígenas, que geraria uma prática afroindocatólica, como os Garifunas em Honduras, Nicarágua, Guatemala e Belize. A Igreja impôs dias festivos e imagens dos seus santos, enquanto africanos e seus descendentes incorporaram suas tradições musicais, ou seja, não deram espaço para a resignação sentados em bancos de igrejas, mas sim incorporaram suas variedades de tambores, danças e até mesmo o estilo de promessas nas festas de São João Batista, Nossa Senhora Aparecida, Velório da Cruz de Maio, entre outros. Ou seja, do celestial se passou ao terreno.

O mesmo pode ser observado com a festa de Santo Antônio, que gerou o chamado *Tamunangue* ou *Sons de Negros* e a tradicional dança de autodefesa com garrotes na Venezuela. No sul do lago Maracaibo (Venezuela) se comemora o Santo Benito, mas antes de retirá-lo da igreja se menciona a *Aje*, divindade vodu no Benin, levando-me a considerar o paralelismo religioso ao invés do sincretismo religioso, já que *Aje* resiste, não sendo diluído na religião dominante. Hoje, as religiões de matriz africanas nas Américas e no Caribe acabaram com esse sincretismo imposto academicamente: Xangô é Xangô, e não é equiparado a nenhum santo católico.

O *Cimarronaje* e as lutas contemporâneas

Os tipos de experiências históricas cimarrones mencionados anteriormente: *cimarronaje* frontal, jurídico, cultural, espiritual e ético, constituem a força das

lutas contemporâneas, adaptadas às novas realidades contra formas de opressão antigas e novas, contra a discrimanação racista e o extermínio racial, que cada dia aumentam nos países da diáspora africana. Se os pesquisadores contemporâneos buscam conhecimento nos iluministas, enciclopedistas e filósofos europeus, nós, as e os afrodescendentes que decidimos reconstruir a nossa própria história, devemos buscar esses conhecimentos no nosso passado de diáspora africana, assim como no conhecimento da filosofia, da espiritualidade e da ética dos africanos subsaarianos que em sua época combateram aos europeus e a quaisquer outros cúmplices do tráfico negreiro. Esse processo eu denomino de "afroepistemologia".

Quando participamos da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e suas formas relacionadas (Durban, África do Sul, 2001), muitas organizações afrodescendentes das duas últimas décadas do século XX já haviam passado de uma consciência ingênua e mumificada a uma consciência crítica e política, sustentada em uma visão de sujeitos e de responsabilidade histórica.

Estávamos conscientes que essa conferência seria muito estratégica para o avanço nas políticas públicas. Antes dela, na Nicarágua apenas em 1987 se conquistou a inclusão dos afronicaraguenses, com a Lei de Autonomia da Costa Atlântica; na Colômbia, somente em 1993 se conquistou o reconhecimento dos afrocolombianos, com a Lei 70 de Comunidades Afrocolombianas.

Antes de Durban, realizamos previamente três reuniões estratégicas em Caracas, Costa Rica e Valle del Chota, no Equador, em 1999, e a pré-conferência contra o racismo nas Américas (Santiago do Chile, dezembro de 2000), em que alcançamos o consenso de uma plataforma unitária. Para esse momento, estabelecemos a organização Aliança Estratégica Afrolatinoamericana, para ter uma posição definida para essa terceira conferência, com objetivos claros e precisos, como a inclusão do tema afro nas políticas públicas dos nossos países, exigindo aos governos que não haviam firmado a Convenção Internacional contra a Discriminação Racial que a firmassem, e um plano de ação avaliado pelo Comitê de Discriminação Racial dos Estados membros da ONU aos países sobre as gestões que haviam realizado para combater o racismo e a discriminação.

Durban foi um ponto de convergência das lutas dos movimentos sociais afrodescendentes das Américas. Dentre as organizações que formaram a Aliança, havia: Geledes (Brasil), Rede de Organizações Afrovenezuelanas (Venezuela), Processos de Comunidades Negras (PCN - Colômbia), Centro de Desenvolvimento Étnico (Peru), ODECO (Honduras), Mundo Afro (Peru), entre outras.

Essa terceira conferência coincidiu com o início de governos progressistas na Nossa América a partir do ano de 1999, na Venezuela, no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, no Equador, na Bolívia e em Cuba, que permanecia com seu processo revolucionário vigente.

Como o ativista Romero Rodriguez, do Uruguai, expressou em sua célebre frase sobre a conferência: "Em Durban entramos negros e saímos afrodescendentes".

O plano de ação de Durban da ONU aprovou o seguinte:

> Exorta os Estados a facilitarem a participação dos afrodescendentes em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade e no avanço econômico e desenvolvimento dos seus países, e que promovam o conhecimento e o respeito ao seu patrimônio e sua cultura[27].

Os governos democráticos e progressistas abriram espaços para a questão. No caso do Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso criou uma comissão interministerial contra o racismo; com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva ao poder (2003-2010), criou-se uma Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial com três objetivos precisos: empregos, educação e terras para os Quilombos. No Uruguai, se criaram espaços para políticas públicas.

No Equador, com o presidente Correa (2007-2017), se abriram espaços para o tema afroequatoriano, criando a Corporação de Desenvolvimento Afroequatoriano. Na Colômbia, foi criada uma oficina afro, pertencente ao Ministério do Interior.

Em Honduras, se deu apoio aos Garifunas para o desenvolvimento de suas terras no governo progressista de Manuel Celaya (2006-2009).

Enquanto na Colômbia, governo sempre controlado pela direita, pelo paramilitarismo e pelas bases militares dos Estados Unidos, foram criados circuitos eleitorais afros controlados pelo direitismo do presidente Uribe.

Na República Bolivariana da Venezuela, sob a presidência de Hugo Chávez (1999- 2013), foram incluídas políticas públicas às e aos afrovenezuelanos em vários ministérios, como Educação, Mulher, Jovens, Instituto de Terras, entre outros.

Nos países progressistas, evidenciou-se com indicadores sociais um avanço substancial dos povos afrodescendentes.

No nível das políticas dos organismos multilaterais, por pressão dos Movimentos Sociais afro, com a nossa presença em Genebra diante da Comissão de

27 Plan de acción de Durban. ONU. New York, 2002, p. 50.

Direitos Humanos, obrou-se instâncias para dar seguimento ao plano de ação de Durban, tais como:

1. O relator sobre o racismo,

2. O Comitê Intergovernamental de continuidade ao Plano de Ação de Durban,

3. O grupo de especialistas sobre o tema racial. Propusemos a criação de um Grupo de Trabalho Afrodescendente com reuniões anuais, de onde saíram duas propostas concretas: criar o ano internacional dos afrodescendentes, que se concretizou no ano de 2011 com a resolução 67-169 da ONU; e impulsionar o primeiro Decênio Internacional dos Povos Afrodescendentes (1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024), sobre os princípios de: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento.

A primeira década do século XXI foi bastante significativa para o avanço na agenda programática nos Estados progressistas.

A Afrodireita, USAID e o Banco Internacional

O imperialismo estadunidense, através dos seus governos satélites e de suas organizações, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, braço da CIA), começou a entrar nas organizações Afro.

A ideia deste organismo é um disfarce dos agentes da CIA para derrubar governos progressistas, como se evidenciou na Venezuela no ano de 2002 e no golpe de Estado contra o governo de Manuel Celaya em Honduras em 2009, em que agentes da CIA, utilizando o disfarce da USAID, intervieram.

Por outro lado, o Banco Internacional, especificamente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, seduziram alguns movimentos afro para que estes pressionassem os seus governos para se endividarem a fim de tirar afrodescendentes da pobreza, tendo um resultado desastroso para países como Peru, Colômbia e Equador.

Para esse momento, denominei essa ação mercantil como *endividamento étnico*. Muitos movimentos sociais afro não aguentaram a tentação da USAID e do Banco Internacional, e suas agendas próprias foram assumindo estes organismos internacionais; até mesmo Condoleezza Rice, ex-Secretária de Estado de George Bush, visitou o Brasil com a finalidade de, com sua figura, levar o neoliberalismo.

A primeira década de avanços dos governos progressistas e de seus benefícios começou a ser desestruturada; contudo, mesmo com a incompreensível burocracia governamental e o seu racismo estrutural, houve avanços.

Com o lançamento do ano internacional afrodescendente em 2011 se realizaram quatro conferências. Duas progressistas (Cuba e Venezuela), uma social-democrata (Brasil) e outra de direita (Honduras). Nesta última, Hillary Clinton, Secretária de Estado do presidente Barack Obama, foi convidada, momento em que o presidente Muammar Kadafi, da Líbia, acabava de ser assassinado, e que o governo progressista de Manuel Zelaya em Honduras acabava de sofrer um golpe de Estado.

A afrodireita tem no USAID um grande aliado; para citar um exemplo, no ano de 2019 essa agência e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançaram o desafio *JuntosEsMejor* (Juntos é Melhor). Com essa nova aliança, USAID e BID vão contribuir com 13,5 milhões de dólares para convocar uma colaboração massiva, financiar e dar maior escala a soluções inovadoras que permitam ajudar aos venezuelanos dentro de seu país e em toda a América Latina e Caribe, assim como às comunidades que os recebem.

A USAID, o imperialismo estadunidense e o chamado *Grupo de Lima*, onde participam governos de direita e ultradireita da Costa Rica, Peru, Equador, Paraguai, Brasil, Colômbia, Panamá, Guatemala, Honduras, entre outros, colocaram em postos-chave pessoas afrodescendentes para consolidar a afrodireita.

A Afroesquerda contra o neoliberalismo

No encontro internacional da Venezuela intitulado IV Encontro Internacional de Afrodescendentes e Transformações Revolucionárias (junho de 2011), foram reunidas organizações afrodescendentes, líderes de esquerda e progressistas da América Latina, Caribe, Estados Unidos e África.

O ano de 2011 marcou uma diferença radical do movimento afrodescendente na América Latina e no Caribe. Desta extraordinária conferência surgiu a ARAAC (Articulação Regional Afrodescendentes das Américas e Caribe), com objetivos muito claros de luta contra os modelos neoliberais e contra o imperialismo norteamericano. Esse encontro foi uma resposta à Afrodireita e aos governos neoliberais sob a tutela dos Estados Unidos e suas organizações como USAID; buscou-se alterar a nova geopolítica internacional que estava surgindo na Nossa América, com organismos como a Alternativa Bolivariana dos Povos (ALBA), Petrocaribe, Comunidade de Estados Latinoamericanos e

do Caribe, sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá, e a União do Sul (UNASUR).

Partindo da ARAAC como movimento afroprogressista, se fez um chamado à organização de esquerda mais importante da Nossa América, o Foro de São Paulo, para que ela incluísse o tema afro, o que foi feito em 2012 - embora, em alguns partidos de esquerda, o tema já houvesse sido incorporado, como no Partido dos Trabalhadores, PSUV, Frente Ampla do Uruguai e no MAS da Bolívia. Contudo, a visão ortodoxa ainda não conseguia compreender que somos cerca de 200 milhões de afrodescendentes em Nossa América e eleitoralmente decidimos o rumo deste continente.

No Foro Internacional de São Paulo, realizado em julho de 2019 em Caracas, conseguimos uma participação significativa e avanços em meio a contradições. Nesse momento, foram feitas propostas para a organização de foros internacionais setoriais: mulheres, indígenas, afro, trabalhadores. Ali propusemos organizar o Cumbe Internacional Afrodescendente das Américas, África e Caribe, congregando cerca de cem membros afro de partidos e movimentos de esquerda da Nossa América e da África, com estratégia clara de luta contra o racismo, o neoliberalismo e a construção de um modelo social inclusivo e de desenvolvimento sustentável.

Essa reunião evidenciou a resistência dos povos afro como as Quilombolas brasileiras, a luta por terras e o deslocamento afro na Colômbia, a luta dos Garifunas pela defesa de suas terras e o respeito ao seu idioma, sua espiritualidade e sua cultura, e a delegação africana expôs a luta contra a recolonização na África diante das intervenções dos velhos impérios e do Africom (bases militares dos Estados Unidos na África operadas de Struguel, Alemanha). Para o mês de janeiro de 2020, se organizou o encontro Antiimperialista Mundial, em que as e os afrodescendentes também participaram como protagonistas, criando a figura do Cumbe Internacional Antiimperialista com objetivos muito claros:

• Exigir às Nações Unidas o cumprimento do Decênio e a necessidade de já repensar um segundo Decênio Afrodescendente (2024-2034);

• Exigir reparações aos países que praticaram o tráfico negreiro, como planejado no plano de ação de Durban. Para isso, Venezuela já havia organizado a Conferência sobre Reparações em 2018;

• Exigir respeito às tradições religiosas de matriz africana nas Américas e no Caribe;

• Denunciar aos organismos internacionais de direitos humanos o extermínio racial permanente nas Américas e na Europa de milhares de afrodescen-

dentes, destacando os casos nos Estados Unidos, Colômbia, Honduras e Brasil, agudizados desde que a ultradireita, encabeçada por Donald Trump (EUA), Jair Bolsonaro (Brasil), Juan Hernandez (Honduras) e Ivan Duque (Colômbia) assumiram o poder. Nos últimos cinco anos, precisamente durante o Decênio Afrodescendente, o extermínio foi horrível.

Referências

ACOSTA SAIGNES, Miguel. **Las ideas de los esclavos negros en America**. Universidad Santa Maria. Caracas. Venezuela, 1986.

FREITAS, Decio. **República de Palmares**. Universidade Federal de Alagoas. Brasil, 2004.

GARCIA, Jesus Chucho. **Afrodescendientes en America Latina y el Caribe**. Fundacion Afroamerica. Caracas, Republica Bolivariana de Venezuela, 2014.

GARCIA, Jesus Chucho. **Barlovento tiempo de *cimarrones***. Ediciones de Lucas y Trina. Barlovento. Venezuela, 1989.

GARCIA, Jesus Chucho. **Africanas, esclavas y *cimarronas***. Ediciones Fundación Afroamerica, Caracas, Venezuela, 1996.

GARCIA, Jesus Chucho. **Nomenclatura de la Trata negrera y el sistema esclavista**. Sin publicar, 1993.

GARCIA, Jesus Chucho. **Impacto de la Revolución haitiana en America "latina" y el Caribe**. 2014. Trabajo sin publicar para Unesco.

GARCIA, Jesus. **Barlovento tiempos e *cimarrones***. Editorial Lucas y Trina. 1989.

GARCIA, Jesus Chucho. **La Diáspora de los Kongo en las Américas y el Caribe**. Editorial Esa. Luanda. Republica de Angola, 2012.

HART, Richard. **Esclavos que abolieron la Esclavitud**. Casa de las Américas. Cuba, 1984.

HUMBOLDT, Alejandro. Impeta Lopez, T. II, Buenos Aires, Argentina. 1956.

INSTRUCCIONES PARA LA HACIENDA CHUAO. En: Obra Pia de Chuao. Academia Nacional de la Historia, 1967.

LABAT, R. P. **Viajes a las islas de la America**. Casa de las Américas. Cuba, 1979. LAVIÑA, Javier. Doctrina para negros. Editorial Sendai. Barcelona. España, 1989.

MARTIN, Gaston. **Histoire de l´esclavage dan les colonias franceses**. Pres universitarios de France, 1948.

SALMORAL, Manuel Lucena. **Los códigos negros de la America Española**. Unesco. Universidad Alcalá de Henares, 1996.

ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÕES CURRICULARES PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR[1]

Nilma Lino Gomes

Neste artigo, apresento algumas reflexões sobre o tema diversidade e educação das relações étnico-raciais no Ensino Superior. O conceito de diversidade tem sido retomado de uma maneira mais politizada, no Brasil, principalmente quando ela passou a fazer parte de uma política educacional do Ministério da Educação (MEC) de 2003 até meados de 2016.

Entretanto, isso tem mudado após o *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, entendido por mim e por tantos outros intelectuais e analistas políticos como um golpe parlamentar. Nesse sentido, é importante considerar que tivemos a questão da diversidade politicamente ressignificada elevada a um *status* de política educacional, inclusive tendo um lugar legítimo nas várias Secretarias do MEC e com uma Secretaria específica responsável por construir políticas, pensando nas questões raciais, indígenas, do campo, das pessoas com deficiência, da Educação de Jovens e Adultos, a saber: a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

A presença da SECADI faz parte de um processo de maior politização das questões da diversidade que pressionou o Governo de esquerda que ocupava o Estado, naquele momento, a incorporar a diversidade como uma das ações

1 Palestra proferida durante o Seminário Internacional "Ensino, Pesquisa e Inovações Curriculares para as Relações Étnico-Raciais no Ensino Superior", entre os dias 26 e 28 de novembro, no contexto do Programa Internacional Abdias Nascimento, como parte das minhas atividades do pós-doutorado realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a coordenação da Prof.a Dr.a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP), Campus São Carlos, São Paulo. Agradeço a todas as colegas do DTPP pela acolhida, às (aos) integrantes do Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros (NEAB) da UFSCar e, em especial, a minha supervisora Prof.a Dr.a Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Agradeço também ao Prof. Dr. Valter Roberto Silvério, do Departamento de Sociologia da UFSCar, com quem partilhei a mesa da conferência de encerramento do Seminário, bem como à Prof.a Dr.a Ana Cristina Juvenal da Cruz, diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), pelo carinho e pelo reconhecimento durante toda a minha permanência no DTPP, da UFSCar.

de uma secretaria do MEC. Embora de forma ambivalente, o conceito de diversidade foi sendo aos poucos incorporado no nosso vocabulário político e, também, no acadêmico. Há tempos não trabalhávamos tanto com a questão da diversidade, principalmente no campo da educação, no campo da sociologia. Na construção histórica desse conceito, no campo educacional, ele foi usado, inicialmente, pelas profissionais que atuavam com as pessoas com deficiência, porém muito mais na linha da inclusão.

A partir do início do século XXI, esse conceito foi ressignificado, ampliado e ressaltado para revelar e denunciar a ausência de políticas ou a fragilidade destas ao focalizar as questões ligadas aos mais diversos coletivos marcados pelo trato desigual das diferenças, com destaque para as suas lutas por direitos. Essa concepção ressignificada e politizada da diversidade difere-se da universalista, que é ainda a mais usada no contexto educacional e, principalmente, pelos organismos internacionais. Na minha perspectiva, essa forma universalista de compreender a diversidade e os coletivos diversos é uma forma despolitizada porque não a coloca no cerne das relações de poder.

Sou partícipe da concepção ressignificada e politizada do conceito e não da universalista, com vários artigos publicados sobre isso. Compreendo a diversidade como uma construção muito complexa, como a construção social, cultural, histórica e política das diferenças. Ela diz respeito a processos tensos, produzidos nas relações de poder e que foram trazidos a público por meio da denúncia dos movimentos sociais, principalmente os de caráter identitário.

O outro conceito-chave da reflexão aqui realizada é de "educação". Entendo a educação como um processo que está dentro de um outro maior, a saber: a formação humana. A educação, como parte do processo da formação humana, realiza-se em contextos históricos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos diversos. Para analisar-se a educação, é preciso conhecer e compreender como ela é marcada pelos contextos em que ela se realiza, e, também, entender que todos estão imersos nas relações de poder.

Inspirada em Paulo Freire (1998), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, bem como nos estudos de Frantz Fanon (2008), compreendo que é preciso entender a educação como um processo que pode ser tanto de humanização quanto de desumanização. Como humanização, ela é um processo por meio do qual os sujeitos que dela participam são impulsionados a lutar por libertação e a sair do lugar de opressão. Como desumanização, é importante compreender que o processo da educação também pode ser opressor, pode ser um instrumento de imposição e de dominação de poderes autoritários. A educação, como desumanização, é aquela que é usada como forma de imposição de uma única

e hegemônica visão de mundo, desconsiderando os outros contextos, as mudanças históricas e as lutas por direitos. Por isso, nem sempre quando falamos de educação, estamos falando de processos de humanização. Depende de que concepção de educação estamos falando.

Freire (1998) chama atenção para o fato de que a educação pode ser vista não apenas como uma viabilidade ontológica, mas como uma realidade histórica. A humanização e a desumanização são ambas as raízes da nossa inconclusão. Essa inconclusão diz respeito ao nosso permanente processo de busca que todos nós vivemos como sujeitos culturais. Essa é, na minha perspectiva, a concepção de educação sintonizada com a dinâmica das lutas sociais. Ela difere da ideia de educação somente como transmissão de conhecimento, de conteúdo.

Além disso, diverge da concepção que entende a educação como um processo sempre positivo, muito harmonioso e quase romântico, presente em algumas propostas educacionais, leituras educacionais, propostas governamentais e em um certo grupo de bibliografias. Difere, também, da visão que entende educação como um passaporte para o futuro, para o desenvolvimento, para o mercado de trabalho e para a pura realização pessoal, muito presente em vários discursos, em alguns programas governamentais e em discussões de organismos internacionais. Às vezes, nós mesmos, do campo progressista, acabamos influenciados e proferimos discursos como esses, sem perceber.

Diversidade, educação e educação das relações étnico-raciais: concepções críticas e politizadas

Qual é, então, a relação entre as concepções críticas e politizadas de diversidade e educação e educação das relações étnico-raciais? Onde vemos essa relação? Um primeiro ponto: é preciso posicionarmo-nos sobre qual é a concepção de diversidade e de educação que nos orienta. Em algumas das concepções de educação e de diversidade supracitadas, a educação das relações étnico-raciais não consegue ser realizada. E, outras vezes, mesmo que nos esforcemos para incluí-la, ela acabará sendo extremamente reduzida de seu sentido e de seu significado e enfraquecida pelo mito da democracia racial presente na sociedade e na educação. Assim sendo, a pergunta para nós é: Com quais concepções trabalhamos?

Um segundo ponto: quando falamos da urgência de uma educação das relações étnico-raciais, partimos do pressuposto não somente de que a presença de negras e de negros no campo educacional impacta a escola, falamos não

somente do currículo, da presença de outros sujeitos e da luta pelo direito da sua presença na educação. Não falamos somente de que negras e negros trazem em sua vivência e cultura conhecimentos ancestrais, visões de mundo e outros conhecimentos. Sim, falamos sobre isso, mas também e, principalmente, de algo muito mais radical e nevrálgico: as negras e os negros ainda se encontram excluídos do processo escolar.

Mesmo que incluídos parcialmente e com todos os avanços legais e teóricos sobre o racismo no Brasil, as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros ainda são discriminados em sala de aula, nos espaços sociais mais diversos, nas redes sociais, na universidade. A história africana e afro-brasileira ainda é marginal ou ausente da maioria dos currículos, mesmo daqueles que se dizem emancipatórios. As discussões relacionadas à questão racial e as relações raciais ainda não se fazem presentes na formação de professoras e de professores como gostaríamos que estivesse e como deveria estar, inclusive, por determinação legal. E por quê? Porque a nossa sociedade é racista.

O racismo tem como foco a inferiorização das pessoas negras, do continente africano e de tudo o que diz a esse grupo étnico-racial, sua cultura, suas tradições, sua política, sua corporeidade etc. Ao fazer isso, subalterniza culturas, conhecimentos, sentimentos. Esse racismo estrutural e estruturante impõe toda forma de impedimento às negras e aos negros de serem vistos como sujeitos de direitos e como sujeitos de conhecimentos.

Um terceiro ponto: a relação entre diversidade, educação, relações étnico-raciais revela que, junto ao capitalismo e ao patriarcado, o racismo forma uma tríade opressora e excludente muito potente e que só pode ser enfrentada com muita luta política e epistemológica. A discussão sobre educação e relações étnico-raciais e diversidade, no Ensino Superior, diz respeito, portanto, a um processo que não é nada harmonioso para aquelas e aqueles que se dedicam a esse tema. Faz parte de uma disputa por hegemonia travada no campo do conhecimento. Trata-se de uma tensão instalada nesse nível de ensino, o nível superior, no qual a população negra brasileira está mais representada, faz pouco tempo, após a implementação das cotas raciais como uma das modalidades de Ações Afirmativas. Isso não aconteceria se não fosse a luta do Movimento Negro denunciando o racismo, de modo a tensionar o Estado e a Universidade.

Há inclusão de negros e de negras no Ensino Superior e em concursos públicos federais, mas por força de lei: Lei No 12.711, de 29 de agosto de 2012 (cotas raciais e sociais nas Instituições Federais de Ensino Superior) e Lei No 12.990, de 9 de junho de 2014 (cotas raciais nos concursos públicos federais). Contudo, mesmo que o direito à universidade esteja mais garantido à juventude

negra, no momento atual, o racismo epistêmico e acadêmico se rearranja. Isso não acontece só no Brasil – está presente em outros lugares do mundo nos quais negros e outros grupos étnico-raciais e de outras nacionalidades lutaram pelo direito à educação e conseguiram entrar no sistema educacional que antes os excluía.

Mesmo que as cotas e as outras modalidades de Ações Afirmativas sejam uma realidade em nossa universidade e em nosso país, os estudantes negros e negras universitários, tanto de instituições públicas quanto privadas, sofrem o racismo acadêmico e epistêmico nas suas próprias vidas e nas suas trajetórias acadêmicas. E isso nunca deveria acontecer.

É preciso ainda lutar muito para superar o racismo na educação e implementar a educação das relações étnico-raciais no Ensino Superior. Entretanto, os tempos difíceis de ataque à democracia que vivemos, desde 2016, no país, coloca empecilhos muito sérios para a concretização bem-sucedida do Ensino Superior aos estudantes negros e negras e demais segmentos que entraram na vigência da Lei No 12.711/2012. Posso citar alguns deles: a ausência de políticas de permanência mais incisivas no contexto de Ações Afirmativas nas Instituições Públicas de Ensino Superior; a Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Lei do Teto de Gastos); a rígida estrutura curricular das universidades; a não implementação da Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, e do Parecer CNE/CP No 003, de 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as quais regulamentaram a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - pela Lei No 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro- brasileira nas escolas (BRASIL, 2003).

Tanto a Resolução CNE/CP Nº 1/2004 quanto o Parecer CNE/CP No 003/2004 (BRASIL, 2004a, 2004b) orientam a introdução da educação das relações étnico-raciais nos currículos do Ensino Superior, não só nos cursos de Pedagogia e demais Licenciaturas, mas em todos. Afinal, a questão racial está em toda a sociedade e não só na área da educação. Todos os egressos da universidade lidarão, assim, com a diversidade na sociedade brasileira, nas mais diversas áreas de atuação. Será que sairão do Ensino Superior com competência para lidar com situações de racismo? Os egressos compreenderão que uma democracia só se realiza se todos tiverem o direito à igualdade social e, ao mesmo tempo, vivenciarem democraticamente o direito de ser diferen-

tes? Essa mudança curricular já deveria estar em curso; contudo, vemos muito pouco acontecer.

O contexto político atual brasileiro não é nada favorável ao avanço dessa e de outras conquistas. Não estamos mais no período democrático que vivemos de 2003 ao início de 2016. Estamos vivendo um pós-golpe parlamentar com todas as implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais que isso representa. Como fazer com as conquistas que nós já temos? Como fazer para não perdê-las, mas, ao mesmo tempo, entender que, se antes já tínhamos reações conservadoras e resistências às Ações Afirmativas e ao trato justo das relações étnico-raciais, agora nós temos um contexto político e econômico, principalmente após as eleições presidenciais de 2018, que reforça o conservadorismo, o obscurantismo, o fundamentalismo religioso e o pensamento de extrema direita. Esse contexto de retrocessos é apoiado por setores e por coletivos sociais ultraliberais, ultraconservadores, racistas e machistas. Observamos, a partir de então, que os racistas brasileiros não mais receiam explicitar o seu racismo.

Existem saídas para esse momento de ataques à produção sobre relações étnico-raciais?

Quais são as saídas possíveis para suportar e sobreviver a esse momento tão difícil? A primeira é a criação de redes. O que eu chamo de redes? Não só redes internacionais e de troca de pesquisas e de experiências, mas também redes de apoio e de solidariedade.

A segunda é a melhor compreensão do caráter educativo do Movimento Negro e do aprender com ele. É preciso entender que o Movimento Negro é muito mais complexo hoje, está vivo, é muito diverso e diferente. Que diálogos a Universidade, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros estabelecerão com esse movimento social? E com os outros movimentos?[2]

A terceira é a produção de novos conhecimentos sobre o tema da educação das relações étnico-raciais. Está na hora de fazermos outras perguntas para a realidade social e racial brasileira, para o campo da educação, para a sociologia, para a antropologia. Precisamos formular outras e novas questões que têm a ver com esse contexto atual de retrocessos e que afeta as relações raciais e o direito à diversidade não só na educação, mas na sociedade como um todo, mesmo sabendo que teremos respostas provisórias, pois as mudanças atuais são muito

2 Inspiro-me nas reflexões realizadas no meu livro *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (GOMES, 2017).

dinâmicas e exige daqueles que se dedicam à produção de um conhecimento engajado maior profundidade e rapidez em suas análises. Respostas que, no pleno da produção científica, nos façam avançar e abram caminho para trazermos para a Graduação e Pós-Graduação o pensamento negro brasileiro e da diáspora africana. Essa é uma demanda trazida pelos estudantes negros após o advento das Ações Afirmativas.

Não podemos perder de vista que o pensamento negro brasileiro e da diáspora africana, organizado como produção acadêmica, indaga o cânone científico, pois não basta somente atacar o cânone. É preciso indagar o cânone, introduzir outras referências teóricas e analíticas, outras elaborações e outras discussões. O mais importante é produzirmos novos conhecimentos à luz desse contraditório contexto nacional e internacional que vivemos: uma conjuntura em que colhemos frutos dos avanços emancipatórios do Estado de Direito e, ao mesmo tempo, vivemos retrocessos terríveis, reações conservadoras e ataques a esse mesmo Estado e às mudanças que ele provocou para o povo pobre, negro, sofrido.

Nesse sentido, cabem aqui algumas indagações:

◦ Os temas que nós escolhemos para as nossas pesquisas ajudam a produzir novas reflexões e análises sobre o contexto que vivemos no que diz respeito às relações étnico-raciais?

◦ Se o mundo e o Brasil vivem uma reconfiguração histórica, econômica e política mais voltada à ascensão da extrema direta, quais serão as indagações a serem formuladas para o campo da educação das relações étnico-raciais neste momento?

◦ Se as Universidades, por meio das Ações Afirmativas, principalmente nas Ciências Sociais e Humanas, têm se enegrecido devido à presença de estudantes negros oriundos das políticas dessas ações, o conhecimento por ela produzido têm incorporado mais o pensamento negro brasileiro e da diáspora africana? Temos conseguido ou tem sido nossa preocupação "enegrecer" o conhecimento?

O que as indagações e as reflexões aqui registradas podem sinalizar? Elas desafiam a todos nós para o fato de que a luta democrática precisa ser epistemológica, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Além disso, as relações étnico-raciais no Ensino Superior não se restringem apenas à busca pela produção de outro tipo de conhecimento, tampouco à inovação curricular. Elas vão além, porque pertencem a um conjunto de lutas sociais contra as desigualdades. Significam a disputa pelo direito e pela constatação do conhecimento produzidos pelos negros e pelas negras como sujeitos epistemológicos.

Um dos nossos desafios é articular o pensamento negro brasileiro e da diáspora africana e o conhecimento por eles produzidos com a filosofia *Ubuntu*: "eu sou porque nós somos". E, assim, poderemos marcar um lugar diferenciado no campo do conhecimento. *Ubuntu* é um sistema "[...] afroperspectivista de resistência e configuração dos valores humanos [... caracterizado por] uma possibilidade de existir junto com outras pessoas de forma não egoísta" (NOGUERA, 2012, p. 147). Segundo Renato Noguera:

> Como epistemologia, Ubuntu é uma filosofia de libertação e resistência ao discurso ocidental que nega o aporte dos povos da África ao saber e à civilização. Ele está na raiz do ser e dos sistemas de pensamento e crenças que refletem a experiência vivida dos africanos, bem como sua compreensão da realidade, extremamente sofisticada em termos sociais e políticos. (Noguera, 2012, p. 180-181).

Seguindo a filosofia *Ubuntu*, reivindicaremos e ocuparemos um lugar legítimo do conhecimento que produzimos, que herdamos dos nossos ancestrais e que são gerados na experiência de luta pela sobrevivência, pela comunidade negra do presente, pelas comunidades terreiros, pelos povos quilombolas, pelas mulheres negras, pela juventude negra, pelas anciãs e pelos anciões negros, entre outros. Nossos corpos e nossos pensamentos negros atuarão de maneira conjunta, sendo capazes de pressionar, impressionar e marcar um lugar de legitimidade no campo do conhecimento. Abriremos espaço para a presença da corporeidade e da sabedoria negras no campo científico.

A tríade "conhecimento, corporeidade e sabedoria negros" assusta os poderes estabelecidos. Desse modo, nós precisamos saber usá-la a nosso favor. Ela é a forma estratégica de acolhida e de empoderamento dos negros e das negras, bem como o respeito ao legado que devemos deixar para as novas gerações. Indo mais além: se é a tradição *Ubuntu* que nos inspirará a produzir um pensamento negro brasileiro e afrodiaspórico dinâmico e antirracista, certamente desse processo resultarão conhecimentos emancipatórios. A nossa meta deverá ser ocupar para libertar e não para se encantar com o fato de que conhecimento é poder e, assim, jogar o jogo da branquitude que nós mesmos criticamos.

Proponho que a discussão sobre relações étnico-raciais, diversidade e educação nos apresente alternativas epistemológicas, emancipatórias e libertadoras para negros e não negros. Ela só terá sentido se municiar a todos e a todas que se assumem politicamente antirracistas, em especial aos negros e às negras, de instrumentos teóricos e práticos para enfrentar o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a branquitude. Trata-se de um conhecimento divergente e edificante.

Características do conhecimento emancipatório divergente e edificante

Quais as principais características do conhecimento emancipatório, divergente e edificante no campo das relações étnico-raciais em uma perspectiva crítica e política de educação e de diversidade?

A primeira delas diz respeito à compreensão de que as nossas pesquisas e práticas sobre relações étnico-raciais em educação e diversidade no Ensino Superior reconhecem, visibilizam e valorizam os sujeitos que produzem conhecimento, suas histórias, suas lutas, suas conquistas e suas trajetórias de vida. A segunda trata da recognição de que os conhecimentos produzidos pelas negras e pelos negros brasileiros do presente possuem um vínculo ancestral com a África. Por isso, é um conhecimento afrodiaspórico.

A terceira característica refere-se à explicitação de que esses conhecimentos compreendem que, como participantes da diáspora africana, fazem parte da dinâmica civilizacional. Eles são construídos por sujeitos pertencentes a um determinado grupo étnico-racial, com um histórico de violência ao conhecimento por eles produzido, assim como de resistência a essa mesma violência. Desse modo, são capazes de indagar o conhecimento hegemônico, entendido como ciência ocidental, pois compreendem o quanto ela foi alicerce nos séculos XIX e XX para a produção de teorias racistas que relegaram aos africanos escravizados e seus descendentes o lugar do não-conhecimento, do não-saber. Esse processo transformou todas as formas de conhecimento desses sujeitos sociais em não existentes, pois ele é visto como crença, intuição, opinião repleta de subjetividade[3].

A quarta característica aponta que trazer à existência o pensamento negro brasileiro e afrodiaspórico significa construir estratégias epistemológicas e políticas para a superação do abismo, que, segundo Santos (2010), separa o conhecimento científico dos outros conhecimentos produzidos nas experiências, nas práticas sociais e culturais da população negra. Já a quinta reconhece que nenhum conhecimento produzido no mundo, e isso inclui o conhecimento científico, é neutro.

A sexta característica compreende que os conhecimentos hegemônicos e não hegemônicos vivem uma permanente tensão entre si, e isso se reflete na Universidade. Ao refletir nessa instituição milenar, desvelam-se as disputas históricas entre as áreas do conhecimento; explicitam-se os dilemas que certas áreas experimentam no que se refere ao financiamento à pesquisa e às condições

3 Para compreender mais sobre a transformação do conhecimento dos povos não hegemônicos nas relações de poder, ler Santos (2010).

de trabalho do pesquisador e da pesquisadora; e problematizam-se os motivos pelos quais algumas temáticas e os profissionais que a elas se dedicam recebem reconhecimento acadêmico e outras não. Em suma, ajuda-nos a indagar, no século XXI, o modelo hegemônico de ciência e de cientista.

A sétima e última característica do conhecimento emancipatório divergente e edificante é que as pesquisas e as práticas construídas nessa perspectiva epistemológica e política revelam que a produção do conhecimento no mundo tem raça, gênero, classe e localização geopolítica. Por isso, quem escolhe esse caminho produz um conhecimento engajado e posicionado. Não há como fugir disso. Tudo isso me leva a reiterar o que eu venho pensando faz anos: a discussão sobre diversidade, educação e relações étnico- raciais no Ensino Superior é mais do que um campo teórico. Ela é um campo teórico, político e epistemológico e, por isso, abriga conflitos e tensões.

Quem entrar nessa seara pensando que é algo simples e cheio de *glamour* irá se surpreender com a pressão política interna e externa vivida na universidade e na ciência por aqueles que explicitam a sua opção e a sua posição epistemológica a favor de um conhecimento emancipatório divergente e edificante, principalmente se for o afro-brasileiro e afrodiaspórico sobre o qual discorro neste artigo. Por que tudo isso? Porque ao escolhermos produzir esse tipo de conhecimento, enfrentamos o racismo epistêmico e estrutural.

Não tenhamos ilusão. Pesquisar sobre a implementação da Lei No 10.639/2003 nas escolas públicas e privadas, investigar sobre currículos, formação de professores e diversidade étnico-racial, tematizar epistemologicamente a corporeidade negra, a literatura afro-brasileira, a identidade negra e afrodiaspóricas, a infância e as relações raciais, a existência da intelectualidade negra, o pensamento negro afro-brasileiro e afrodiaspórico, em uma sociedade racista na qual as relações de poder se estruturam na tríade raça, classe e gênero, é lutar contra o racismo.

Lutar contra o racismo é tencionar as relações de poder. Ninguém ou nenhum grupo social, étnico-racial, político e econômico hegemônico quer perder poder e nem distribuir poder. Estar no poder e nos lugares de decisão política, econômica e acadêmica em uma sociedade desigual, patriarcal e racista, como é o caso da sociedade brasileira e tantas outras, significa usufruir de privilégios reais e simbólicos. E isso a elite econômica, acadêmica, intelectual e majoritariamente branca, no Brasil e em outros lugares no mundo, não quer perder.

Diante dessa realidade, as nossas estratégias de luta epistemológica e política precisam mudar. Precisamos ir além do que apenas lutar para redistribuir o

poder. Devemos empenhar-nos para superar os privilégios políticos, econômicos, históricos e epistemológicos da branquitude e do racismo.

Tenho aprendido muito com a juventude negra e acadêmica de que nós temos que aprender a ocupar os nossos lugares epistêmicos e de direito. E o que isso significa? Representa ocupar esses espaços com as nossas pesquisas, com outras narrativas, outros autores e autoras afro-brasileiros e afrodiaspóricos, construir novos conceitos, metodologias, novas perspectivas de análise. Ocupar a ciência com os nossos corpos insurgentes. Ocupar, desse modo, para transgredir, emancipar, produzir outra forma de agir científico que não seja um simulacro daquela por meio da qual o poder tem se mostrado, organizado e agido historicamente na universidade e na sociedade.

Tenho aprendido também que nenhuma ocupação e transgressão tem final feliz se for realizada sozinha. Por isso, precisamos estar sintonizados, articulados, conhecer mutuamente e socializar os conhecimentos que temos discutido, debatido, produzido e sistematizado. Atuar coletivamente. Essa socialização nos tornará mais fortes e mais unidos nos lugares políticos e epistemológicos nacionais e internacionais que vivemos e que escolhemos atuar.

Para finalizar

O contexto das Ações Afirmativas e, mais especificamente, da implementação da modalidade das cotas raciais por meio das Lei 12.711/12 e 12.990/14 tem possibilitado a entrada de uma nova geração de negras e negros no Ensino Superior e tem contribuído para a formação de uma nova intelectualidade negra com uma outra concepção de universidade, ensino, pesquisa, extensão, internacionalização, currículo e direitos.

Essa negritude no Ensino Superior desafia a branquitude e tem possibilitado, com tensões, conflitos, avanços e desafios, a construção (ou a pressão!) de um diálogo mais horizontal. Esse diálogo é aquele em que docentes, discentes do Ensino Superior em articulação com a Educação Básica, militantes do Movimento Negro, Movimento Quilombola, de Mulheres Negras, da juventude negra, demais movimentos sociais e a comunidade acadêmica são considerados sujeitos da sua própria história, sujeitos políticos, de políticas e de conhecimento.

O conhecimento emancipatório divergente e edificante advindo do pensamento negro brasileiro e afrodiaspórico se dá no contexto tenso das relações étnico-raciais, das desigualdades e da diversidade. Ele extrapola os muros da universidade, tensiona e ressignifica o conhecimento científico. É construído

nas experiências sociais, culturais e políticas de negras e negros brasileiros e nas lutas antirracistas, anticapitalistas, por emancipação, justiça social e cognitiva. É um conhecimento insurgente.

Referências

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2-3, 16 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. **Lei No 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. **Lei No 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. **Lei No 12.990, de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. **Parecer No 003, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, [2004a]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2004b]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDFBA, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN**, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 147-150, fev. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

ANGELA DAVIS E ERICA GARNER: MULHERES NEGRAS LÍDERES NO ABOLICIONISMO NORTE- AMERICANO DO SÉCULO 21[1]

Joy James

Introdução

Regular o policiamento estadunidense com padrões étnicos aplicados para mitigar força e violência excessivas, desproporcionais, infligidas às pessoas negras, indígenas, pobres ou deficientes provou-se ser uma tarefa difícil. A demanda política é pela ética, por toda a nação. Na ausência de oficiais eleitos que tornem padrão procedimentos não- racistas ou anti-racistas em policiamento - procedimentos que protejam os direitos civis dos deficientes, pobres e operários -, ativistas e acadêmicos trabalham para moldar a ética policial que reduza bias e táticas ilegais. Reformas e defesas são moldadas por profissionais da elite e ativistas que são membros da classe operária ou pobres da comunidade preta/parda/indígena, as mais vulneráveis para a violência e prevaricação policial. A maioria das pessoas são vigiadas, disciplinadas e punidas pela polícia local, e.g., quando o Departamento de Polícia da Cidade de Nova York (NYPD) monitora infrações de evasões de tarifa de metrô ou de "qualidade de vida". Porém, agências policiais federais, estaduais ou municipais compartilham inteligência, comunicam padrões éticos, prevaricação e desvios, e coordenam atividades de policiamento.

A habilidade de influenciar as políticas de policiamento inclui retórica e defesa em torno das campanhas presidenciais. Angela Davis e Erica Garner buscaram influenciar os ramos executivos ou candidatos para formar o abolicionismo do século 21, vinculado aos legados do antirracismo negro e o policiamento

1 Tradução: Maria Luiza Mancinho da Silva (Mestranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense). E-mail: marialuizamancinho@gmail.com

rastreáveis à cláusula de três quintos da Constituição dos EUA, que formou o colégio eleitoral baseado na contagem de escravos para aumentar seus poderes; e a 13ª emenda que "emancipou" os negros enquanto legalizava a escravidão nas prisões.

O texto abaixo contrasta e compara duas proeminentes ativistas-intelectuais negras - uma delas é a celebridade política, viva, Angela Davis, e a outra, uma militante ancestral amplamente desconhecida, Erica Garner. Ambas as ativistas, negras, que diferem em idade por meio século, moldaram padrões éticos relativos ao policiamento e aos direitos humanos, com análises políticas contraditórias e complementares. Davis foi vítima de reação negativa da CONTEILPRO e da repressão prisional que buscou neutralizar rebeliões lideradas pelo Partido dos Panteras Negras (BPP) e prendeu Soledad Brothers, que ela defendia. Sua longevidade no ativismo pelos direitos civis e uma produtividade que circulou pela elite acadêmica e editoras, a levou a se tornar um ícone internacional na academia e na defesa dos direitos humanos. Em contraste com Davis, Erica Garner foi vítima da pobreza e do luto pela morte do seu pai, Eric Garner, assassinado pela polícia. A criatividade militante e a liderança política de Garner levaram ela e seus aliados a confrontos com a polícia e o governo. Um dos líderes mais militantes do Black Lives Matter, usando o linguajar do BBP - que Davis evitou usar após sua absolvição em 1972, Garner condenou o assassinato de Eric Garner em 2014 e a incapacidade de sua família obter justiça dos três ramos executivos. O progressismo e militância, respectivamente de cada ativista, oferecem críticas e correções para a violência estatal e antiética e governança indiferente.

Angela Davis: Mentora Abolicionista

Durante sua apresentação em novembro de 2019 na Conferência de Refundação da *National Alliance Against Racist and Political Repression* (Aliança Nacional Contra Repressão Racista e Política) em Chicago, Illinois, Angela Davis refletiu sobre os significados do abolicionismo, citando a falecida Rose Braz, que formalmente liderou a Resistência Crítica para definir a organização: "A Resistência Crítica busca abolir o complexo industrial prisional; o uso das prisões, do policiamento, e do maior sistema do complexo industrial prisional como respostas aos problemas sociais, políticos e econômicos". Segundo Davis, o complexo industrial penitenciário é maior que a prisão, e Braz "nos faz pensar com urgência em todas as conexões, a conexão com a polícia, a conexão com os políticos que sempre gritam 'lei e ordem', a conexão com as corporações que lucram com o número crescente de pessoas na prisão" (Davis, 2019). Relembrando as

contribuições de Braz, Davis destaca o objetivo político e o método: "a abolição define tanto o objetivo que buscamos, quanto a maneira como fazemos o nosso trabalho hoje". Davis defende os aspectos visionários do movimento:

> Abolição significa um mundo onde não usamos prisões, o policiamento e o maior sistema do complexo industrial carcerário como as respostas aos problemas sociais, políticos e econômicos. Abolição significa que, em vez disso, colocamos em prática as medidas que reduziriam a incidência de danos no front end e abordariam os danos de uma maneira não-punitiva quando ocorrerem danos. Abolição significa que o dano ocorrerá com muito menos frequência e que, quando o dano ocorre, abordamos as causas desse dano em vez de confiar nas soluções falhadas de punição (Davis, 2019).

Em seu valor nominal, a norma de definição não parece oferecer um modelo para lidar com a violência policial. Tal como acontece com o conceito de "justiça restaurativa", esse abolicionismo enfatiza os danos internos causados às comunidades por seus membros. Pessoas de fora hostis à comunidade - o policiamento tem funcionado como animosidade antinegro desde as patrulhas escravistas coloniais - são difíceis de localizar dentro das normas de definição de Davis:

> a abolição está adotando uma abordagem reducionista de danos aos problemas de nossa sociedade… abolição significa criar comunidades sustentáveis, saudáveis, com poderes para criar segurança e com base na responsabilidade, em vez de depender da polícia, dos tribunais e da prisão, que não estão criando comunidades seguras… Acho que é importante refletirmos profundamente sobre o que isso significa. E ao apelarmos para o controle da polícia pela comunidade, também devemos ter uma visão mais ampla que nos permita compreender que estamos realmente caminhando em direção a novas formas de proteção e segurança (Davis, 2019).

Em um nível primário, a chamada afirma que as comunidades não precisam depender das "proteções" policiais contra a violência local. A função da polícia na repressão política está ausente nessa análise. Se a função da polícia é simplesmente proteger comunidades e sociedades em larga escala, os mandatos éticos para melhorar o policiamento são facilmente catalogados. Davis se tornou fugitiva em 1970 porque acreditava que a polícia - polícia local, FBI, CIA - funcionava por meio da repressão política para manter o capitalismo racial. Essa função do policiamento, ou repressão policial como fenômeno político, dissipa-se nas análises políticas contemporâneas de Davis.

Davis entrou para o Partido Comunista dos EUA (CPUSA) em 1968, por meio de Che-Lemumba Club (uma formação completamente negra que bus-

cava atrais jovens negros radicais). Che-Lumumba a apresentou ao Comitê de Defesa do Irmão Soledad para três prisioneiros negros: George Jackson, Fleeta Drumgo e John Clutchette acusados de matar um carcereiro em retaliação pelas mortes de três prisioneiros, baleados por um carceireiro atirador, e deixados para sangrar até morrer no pátio de recreação. Jonathan, o irmão de 17 anos de Jackson, serviu como guarda-costas de Angela Davis e com armas registradas no nome dela, realizou uma tentativa fracassada de fazer reféns no Tribunal do Condado de Marin em 7 de agosto de 1970, para libertar seu irmão George. Seguindo o protocolo de prevenção à fuga, guardas e/ou o promotor distrital (DA) tomados como reféns atiraram contra ou dentro da van dirigida por Jonathan: mataram o adolescente, dois prisioneiros negros e o juiz Harold Haley, que também era refém. O prisioneiro ferido Ruchell Magee se tornou brevemente co-réu de Angela em 1971 antes que seus casos fossem encerrados. Temendo a polícia, Davis se tornou fugitiva e uma das primeiras mulheres na lista de Mais Procurados pelo FBI. Ela foi capturada vários meses depois, em Nova York, e extraditada para a Califórnia para ser julgada por conspiração em sequestro e assassinato. Enquanto ela estava presa, George Jackson foi baleado e morto na prisão de San Quentin em agosto de 1971, no que Michel Foucault e outros intelectuais franceses e americanos radicais disseram ser um "assassinato". Davis escreveu e dedicou a George Jackson o ensaio "O Papel da Mulher Negra na Comunidade de Escravos", escrito na prisão do Condado de Marin. Após um julgamento monitorado em todo o mundo, Angela Davis foi exonerada de todas as acusações em 4 de junho de 1972. Após sua absolvição, o *National United Committee For Free Angela Davis* (Comitê Nacional Unido pela Liberdade de Angela Davis) foi transformado, em 1973, na *National Alliance Against Racist and Political Repression* (Aliança Nacional Contra Repressão Racista e Política), que acabou em 1986. A Aliança foi fundada novamente em 2019, em Chicago, em uma conferência que Davis apresentou.

A genealogia política de Angela Davis no abolicionismo da prisão remonta às lutas revolucionárias negras moldadas por George Jackson e o Partido dos Panteras Negras (BBP). Ela se tornou o rosto público e líder do Comitê de Defesa do Irmão Soledad aos 27 anos. Desde sua absolvição até os dias atuais, o discurso político de Davis e as alianças - com (neo)liberais como o presidente Barack Obama e a feminista Gloria Steinem - eliminaram a linhagem para militantes negros que a introduziram no abolicionismo em favor de uma evolução progressista em vez de uma revolução política.

Como ex-prisioneira política, Davis tem credibilidade nas teorias de policiamento social que abrangem a repressão política. Durante a era de militância

que lhe trouxe fama e notoriedade, o título de "presa política" foi reservado para rebeldes que eram contra o estado - comunistas presos sob o Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara; Panteras enquadradas e presas por meio de COINTELPRO. Em 1973, com o surgimento da NAARPR, a participação em um grupo racialmente estigmatizado qualificava alguém como "preso político" se alguém fosse acusado, condenado e encarcerado por um crime. Atos éticos ou políticos de rebelião contra injustiças não eram mais a chave. Agitação pelo socialismo/comunismo, antiimperialismo/racismo, dedicação a um movimento de libertação - tudo era irrelevante para esta classificação. Como qualquer um ou todos que são excessivamente policiados devido a identidades subjugadas - gênero, raça, sexualidades estigmatizadas, pobreza, imigrantes - se tornaram as categorias dos "presos políticos", os progressistas cada vez mais deixam de atribuir à polícia a função específica de repressão política, ou seja, punir ideologias e movimentos que desafiavam o estado (por exemplo, socialismo, libertação negra, soberania indígena).

A NAARPR, que trabalhou em casos para Joann Little, Eddie Carthan, Assata Shakur e o líder do Movimento Indígena Americano, Leonard Peltier, fechou em 1986. Uma década depois, Davis recebeu financiamento externo de fundações para formar a Resistência Crítica (CritResist). Ampliado pelos recursos de universidades públicas de primeiro nível, o protótipo do projeto foi lançado em março de 1998 na conferência *Unfinished Liberation*, com a participação de 2000 pessoas, na University of Colorado Boulder. Davis, a diretriz da conferência, elegeu muitos dos participantes que iriam co- liderar a CritResist por quase uma década. Em setembro de 1998, o CritResist foi lançado na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Ao longo de décadas de trabalho, escritos e plataformas proeminentes - a academia provou ser uma estrutura organizacional chave que substituiu o CPUSA - Davis definiu o movimento de "abolição". A refundação da NAARPR Chicago, com a presença de 800 pessoas de 28 estados na "casa" construída pelo Chicago Teachers Union (CTU), foi moldada em parte pela liderança de mulheres negras e quadros multirraciais que recentemente estabeleceram triunfantemente uma greve para forçar a cidade a atender às necessidades de crianças pobres, sem-teto e com deficiência, com restrições ao policiamento agressivo. Durante o discurso da conferência, Davis contornou a discussão de prisioneiros políticos ativistas radicais e a repressão de dissidentes norte-americanos para se concentrar no discurso da "segurança pública" como um pretexto para o encarceramento em massa: "as contradições em todo o complexo industrial da prisão e as instituições punitivistas que são abraçados por ela, não podem criar

segurança colocando as pessoas em condições de insegurança. "Privação e violência em prisões e cadeias previnem a reabilitação e cura", de acordo com Davis: "Tentamos lidar com a violência entregando-os [membros da comunidade] a instituições responsáveis pela contínua produção e reprodução da violência". Sua solução é o ativismo pragmático:

> As pessoas costumam presumir que quando você diz que é um abolicionista, significa que você se opõe totalmente a qualquer tipo de reforma, como se de uma forma ou de outra, você sabe, na greve da meia-noite, nós vamos nos livrar do polícia e nos livrar das prisões e então estaremos em outro lugar. A questão é como chegaremos lá sem reproduzir constantemente as próprias ideias que nos colocaram nas garras das prisões e da polícia, em primeiro lugar? (Davis, 2019)

No encontro de sábado, após a palestra de sexta à noite, Angela Davis tentou lembrar como Logan cantou à noite diante de amigos e familiares, que perderam parentes e filhos para a violência e tortura policial, para obter confissões falsas. Ela pergunta: "Ontem todo mundo realmente respondeu 'Acusar os policiais ...' O que foi? 'Acusar os policiais assassinos?' O público, em resposta, grita: "INDICAR! CONDENAR! ENVIE ESTAS CAPAS ASSASSINAS PARA A CADEIA! TODO O SISTEMA É CULPADO COMO O DIABO!"

Rindo, Davis dá uma instrução corretiva:

> OK. OK. É isso. E eu entendo perfeitamente por que dizemos isso, porque faz a gente se sentir poderoso. Faz a gente sentir que realmente podemos realizar algo. Mas, você sabe, às vezes nós também ao mesmo tempo temos que nos perguntar, de onde vem o impulso? E como é que estamos usando a própria estrutura e as próprias estratégias que são responsáveis por aquilo contra que lutamos? Você entende o que eu estou dizendo? E eu acho, você sabe, às vezes você pode pensar nisso como uma contradição. Não penso nisso como uma contradição porque... tudo bem dizer isso, mas então você tem que perceber: "Por que estou dizendo isso? Por que isso me faz sentir tão bem?" (Davis, 2019)

Davis enfatiza a primeira estrofe do canto que diz respeito ao castigo individual. A segunda estrofe, que aponta para prevaricação estrutural e corrupção, é ignorada. Em última análise, as comunidades oprimidas podem estar menos interessadas na polícia individual do que nas estruturas que permitem que as condições opressivas sejam mantidas pelas forças policiais. Como o principal ou mais icônico proponente do abolicionismo contemporâneo, Davis pede aos participantes que reflitam sobre como "as próprias estruturas de prisão e policiamento" estão embutidas em suas reações emocionais. Essa é uma oportunidade importante para reflexão. Ela argumenta para a massa que "a abolição

nos incita a nos tornarmos cientes disso e a pensarmos profundamente sobre as maneiras pelas quais muitas vezes alcançamos a meta do estado, mesmo quando estamos tentando desafiá-la." O "objetivo" do estado, entretanto, não é punir seus empregados contratados para policiar dissidentes e classes trabalhadoras racial/sexualmente inconformadas e comunidades pobres. O estado protege a polícia apesar de suas agressões letais; daí a dificuldade estrutural em disciplinar as forças policiais. Policiais e seus parentes e apoiadores cantam zombeteiramente "Vidas azuis importam" não apenas porque gritar "Vidas brancas" evoca o nacionalismo e a supremacia brancos, mas porque as "vidas azuis" representam um sistema uniforme (ed), um regime de poder em que a hierarquia de vidas (excluindo brancos ricos) coloca policiais de todas as categorias e caráter em um nível superior. Instando a reunião a "não ter medo de contradições", Davis deixa implícito qualquer reconhecimento das contradições éticas que alguém encontrará com a suposição hipotética de que as forças policiais e os ramos executivos da governança acreditam na verdadeira igualdade; e que as comunidades desprivilegiadas podem controlar o comportamento da polícia para se conformar aos direitos civis.

Como será discutido mais detalhadamente abaixo com relação à abolicionista Erica Garner, o oficial do Departamento de Polícia de Nova York (NYPD) Daniel Pantaleo esperou anos para oferecer um pedido de desculpas à família Garner, e só o fez depois que os procedimentos legais começaram. No entanto, ele negou sistematicamente que estrangulou Eric Garner, embora os forenses e os legistas testemunharem que sim. "Culpado como o diabo". Ainda assim, Pantaleo não precisava de abolicionistas para garantir que nunca seria preso. Ele só foi demitido quando o comissário de polícia, que encerrou seu emprego, planejava se aposentar em um emprego lucrativo em indústrias de segurança privada e, portanto, se aposentou, vilipendiado por seus soldados (brancos) da NYPD e pela Ordem Fraternal da Polícia, mas bem recompensado. O prefeito Bill de Blasio, enquanto fazia campanha para presidente, denunciou a violência racista da polícia e tranquilizou ativistas agitados que o convidaram a usar seus poderes executivos para demitir Pantaleo que, embora o prefeito não agisse diretamente, "a justiça seria feita".

Davis não lida com as contradições específicas da justiça restaurativa com burocracias "sem alma", em parte por causa de sua defesa das feministas negras como quadros de liderança, e corretivos para os males da comunidade e nas forças policiais que monitoram e disciplinam a comunidade. Estratégias feministas negras são essenciais, Davis disse ao encontro, porque "elas nos ensinam que podemos ocupar contradições". Ela acrescenta que estar "no centro das contra-

dições" pode levar a "algo muito poderoso"; observando que não é necessário "assumir que ou somos abolicionistas e queremos destruir todo o sistema ou somos reformistas" (Davis, 2019).

Davis exorta a multidão a "reconhecer que o ativismo produz conhecimento" e que coletivamente "estamos produzindo novas maneiras de ver o mundo. Não estaríamos onde estamos hoje se as pessoas não tivessem feito isso antes de nós. Mas deixe-me terminar dizendo: vamos avançar em direção ao controle da comunidade e, em seguida, à abolição do estado policial". A cobrança pelo controle da comunidade sobre a polícia foi uma exigência constante na conferência. O controle pela comunidade indicava que a massa não confiava nos ramos executivos, incluindo a recém-eleita prefeita de Chicago Lori Lightfoot, uma feminista lésbica negra. Quando questionados "Devemos considerar grupos de patrulha da comunidade para ajudar na busca, para vigiar a polícia, bem como criminosos ou predadores em nossa vizinhança?" Davis respondeu referindo-se ao Partido dos Panteras Negras para Autodefesa em Oakland, Califórnia, em 1966, formado em resposta à polícia ter matado um adolescente negro desarmado que fugiu deles.

> Lembro-me de quando Huey Newton e Bobby Seale começaram o processo de patrulhamento da comunidade com uma arma e com o livro de leis. E acho que o controle da comunidade pode ser muito importante. Hoje em dia todo mundo tem celular. Muitas vezes quando alguma forma de violência policial acontece, alguém está lá para capturá-la. Só não quero que pensemos sempre apenas em medidas defensivas. Como podemos nos engajar no controle da polícia pela comunidade para garantir que certos tipos de ações não aconteçam? (Davis, 2019)

Pequenas organizações, como o *Malcolm X Grassroots Cop Watch* (Malcom X Vigia Policial Popular), e grandes organizações, como a ACLU, fornecem aplicativos que permitem que observadores de má conduta policial baixem imagens diretamente para "cães de guarda" sem fins lucrativos. Em 1968, exibir armas para "educar" as comunidades negras de que elas tinham direito à autodefesa não era mais útil; os Panteras consideravam que a polícia ocupa as forças coloniais. Essa lente geralmente não é aplicada às forças policiais hoje. Os que organizam a vigilância e as observações digitais da polícia também informam que há defesa legal disponível. (Ramsey Orta, que fez a filmagem de celular do assassinato de Garner, foi mais tarde assediado, preso e encarcerado sob acusações de porte de arma não licenciado).

Davis observa o progresso, afirmando que décadas antes era quase impossível ter um policial acusado de matar uma pessoa negra; hoje, ela diz:

"A polícia está agora em uma posição de defesa em muitos lugares. E acho que precisamos tirar vantagem disso". Davis inclui em suas análises vitórias garantidas para presos políticos: "A FOP (Ordem Fraternal da Polícia) costumava ser capaz de tomar decisões sobretudo, incluindo pessoas como Mumia Abu-Jamal (ex-Pantera e membro do MOVE)" De acordo com Davis, embora a má-fé da FOP tenha colocado Abu-Jamal no corredor da morte na Pensilvânia, "existe uma possibilidade de libertar Mumia". Por mais que ele tenha sido condenado pelo assassinato de um policial, Abu-Jamal e seus apoiadores mantêm sua inocência e apontam evidências de que o estado não conduziu um julgamento justo. Davis relaciona o policiamento em massa com o encarceramento de "presos políticos" tradicionais, argumentando que "fazer o trabalho do controle da polícia pela comunidade" requer a organização em torno de casos semelhantes a Abu-Jamal.

A reunião da NAARPR de 2019 traçou uma estratégia para controlar o Departamento de Polícia de Chicago (CPD). Foi explicado pelo recém-eleito diretor executivo Frank Chapman, que sofreu por décadas na prisão, até que a NAARPR ganhou sua exoneração e liberdade na década de 1980. A infusão de mandatos éticos no policiamento seria alcançada com a conquista do poder no governo local. Primeiro, o foco seria a eleição de amieiros progressistas que aprovariam a legislação local para conter o poder do CPD (notório por círculos de tortura, corrupção, assassinatos policiais). Amieiros (homens e mulheres) dariam forma à agenda do prefeito para o policiamento; desse nível de poderes executivos, eles repetiriam as etapas necessárias para passar aos níveis estadual e nacional dos poderes executivos.

A função da repressão policial é intimidar e infligir danos a fim de evitar o poder redistributivo. Os ramos executivos de ambos os partidos políticos são responsáveis por autorizar as forças policiais a reprimir a dissidência e a divulgação. A administração Obama, fortemente apoiada por Davis e considerada uma administração "progressista" ou "pró-negra" alinhada com o ethos da justiça social, processou mais denunciantes sob a Lei de Espionagem do que as administrações anteriores combinadas. O procurador-geral de Obama e diretor do FBI colocou Assata Shakur em uma lista de terroristas internacionais da Al Qaeda, aumentando a recompensa pelo fugitivo exilado para $2 milhões de dólares, mas comutou a sentença do independentista Oscar Lopez Rivera. Davis defendeu Shakur publicamente, desde 1973, como inocente de matar um soldado de Nova Jersey, mas não vincula seu apoio a Shakur com seu apoio a Obama. Castigando o governo dos Estados Unidos por colocar em risco a vida do ex-Pantera Negra Assata Shakur, ao colocá-la em uma lista de terroristas

internacionais da Al Qaeda, Davis não nota que esse evento ocorreu sob a administração Obama, assim como a ascensão do **Black Lives Matter**. Não há tentativa de reconciliar as contradições, portanto, os progressistas abolicionistas podem apoiar a repressão governamental e os dissidentes políticos continuam a ser devastados pelas forças policiais.

Para Davis, o *Black Lives Matter* (BLM) colocou o racismo policial na agenda para que até Barack Obama tivesse que falar sobre isso. As políticas explícitas da administração Obama para expandir o controle da comunidade sobre o policiamento, e reduzir a agressão contra os negros no policiamento dos EUA, exigem mais escrutínio. Davis foi mentora da liderança feminina do BLM, que desfrutou do status de celebridade, representando o que era um movimento mercurial de massa de até $100 milhões de dólares da Fundação Ford e doadores anônimos para trazerem o "Movimento para Vidas Negras (M4BL)" no seio da política convencional. O financiamento da elite forneceu normas de definição e modelo de aspiração para a não-elite, que suporta o peso da violência policial, malversação e decadência da comunidade. Davis seria o mentor das mulheres BLM que se tornaram celebridades. No entanto, havia muitos que não alcançariam essa altura. Alguém conhecido como guerreiro feroz permaneceu fora das plataformas convencionais e lucrativas.

Erica Garner e a Esperança Rebelde

Erica Garner não veio a público antes do homicídio de seu pai, Eric Garner, realizado por um oficial da NYPD, em 2014. A tragédia de sua família a levou a construir um movimento político sem o apoio de um partido, financiamento ou plataforma. A imaginação política e o vocabulário de Garner invocaram a política criativa e perturbadora dos Panteras, que o diretor do FBI J. Edgar Hoover designou como a "ameaça número 1 à segurança interna da nação". A perda familiar de Garner aprofunda a ideologia política que alimenta sua militância ativista. Seus laços ideológicos com o Partido dos Panteras Negras (BPP) são teóricos e inspiradores (os laços experimentais de Davis foram desbotados com avisos de advertência e aspirações vinculadas à administração Obama). Como um "curinga" político, assim como os programas sociais dos Panteras, autodefesa armada e militarismo, a liderança baseada nas ruas de Garner era frequentemente considerada muito barulhenta, indisciplinada e impraticável para o abolicionismo dominante.

Garner estava associada ao BLM como uma jovem líder quando o movimento surgiu, após a absolvição de George Zimmerman do assassinato de

Trayvon Martin, em 2013. No ano seguinte, as tragédias de Eric Garner e Michael Brown, mortos pela polícia, dominaram os ciclos de notícias da mídia. Uma rebelde, Garner apareceu esporadicamente em plataformas variadas, mas principalmente para denunciar a política convencional e coalizões em movimentos abolicionistas. Ao contrário de Davis, Garner voltou sua ira avidamente ao Partido Democrata e criticava severamente políticos poderosos. Erica Garner repetidamente lamentou, criticou e se enfureceu contra o homicídio de seu pai e a falta de responsabilização da polícia em todos os níveis do poder executivo: presidente, governador, prefeito.

Eric Garner foi morto em 27 de julho de 2014, em Staten Island, pelo oficial da NYPD Daniel Pantaleo, que aplicou um estrangulamento proibido, enquanto outros oficiais brancos aplicaram compressão torácica, e paramédicas brancas observaram sem intervir. Garner - que pediu à polícia para deixá-lo em paz depois de tentar prendê-lo por, supostamente, vender cigarros avulsos - ofegou, protestou e implorou onze vezes: "Não consigo respirar". Em seguida, ele morreu. No final de 2014, o grande júri de Staten Island se recusou a indiciar Pantaleo. Ele permaneceu na força policial coletando aumentos por mérito. O caso foi para a procuradora-geral de Obama, Loretta Lynch, cujo gabinete esteve no caso dos direitos civis por mais de dois anos e meio e decidiu prosseguir com o processo uma semana antes da posse de Trump como presidente. No final de 2019, o procurador-geral William Barr ordenou que o Departamento de Justiça retirasse todas as acusações de direitos civis contra Pantaleo. Ele foi demitido em agosto de 2019 pelo Comissário da Polícia de Nova York, James P. O'Neill, cinco anos após a morte de Eric Garner.

Com apenas 24 anos e mãe solteira, quando o pai morreu, Erica Garner lutou para se recompor e se readaptar. Garner cresceu em NYCHA com sua família, e por um tempo em um orfanato. Ela navegou pelas circunstâncias pessoais como uma outlier pobre, com um comportamento rebelde. Do homicídio de seu pai, Eric Garner, em julho de 2014, até sua própria morte em dezembro de 2017, por conta da asma e complicações após o nascimento de seu segundo filho, Erica Garner tornou-se uma perturbadora altamente visível da política convencional e do abolicionismo progressivo convencional. Em 2016, ela tinha reconhecimento nacional, senão internacional, como alternativa ao ativismo praticado por organizações sem fins lucrativos, acadêmicos e políticos progressistas.

O radicalismo de Garner se diferenciou organicamente do liberalismo e da democracia gerencial ou de defesa (para mais informações sobre democracia de defesa, consulte Sokolova 2006). Ela cresceu em NYCHA ou ocupação

popular, e sua militância era uma expressão de sua comunidade, seu quadro e sua dor. Não havia plataformas, redes (a menos que fossem das ruas ou do underground) para alavancar sua crítica ao NYPD como uma "gangue" organizada de "policiais assassinos". Então, ela usou seu corpo em mortes semanais no local onde seu pai morreu de compressão torácica e asfixia. Davis procura influenciar o liberalismo e transformá-lo em uma ideologia radical com críticas menos ofensivas das poderosas elites democráticas e financiadores. A grosseria do discurso político usado por Garner é totalmente clara. No entanto, o mesmo ocorre com a complexidade do discurso político de Davis, cuja ofensiva inofensiva é o oposto da linguagem do abolicionismo revolucionário que ela adotou no início dos anos 1970; e possivelmente hoje um impedimento para uma comunicação clara sobre a luta política. As chamadas de Garner a políticos e organizações políticas que traíram comunidades negras em luta foram rudes. Sua grosseria era um contraste flagrante com o discurso abolicionista proveniente da academia e de organizações sem fins lucrativos bem financiadas. Garner estava canalizando o discurso e as táticas do Lúmpen, sobre os quais Marx escreveu e Davis admirava.

Ideologias consideradas radicais demais pelo mainstream podem ser popularizadas se a "ralé" for persuasiva e persistente. Falando pelos descartados e violados, tornando-se um "ímã" da mídia, Erica Garner defendeu em voz alta a memória de seu pai e sua família. Uma maneira de fazer isso foi por meio de seu poderoso anúncio de campanha para Bernie Sanders, um socialista democrático que argumentou em 2012 que Obama deveria ser "priorizado" para empurrá-lo para reformas progressivas. Garner também condenou o prefeito de Blasio com vulgaridade por se importar muito pouco com os negros.

Após a morte de Erica Garner, o jornalista Ben Norton (2017) escreve: "O prefeito de Nova York de Blasio foi uma das figuras mais desavergonhadas ao tentar cooptar a memória de Erica Garner - embora Erica tenha criticado implacavelmente de Blasio e a impunidade que ele garantiu para a polícia que mata pessoas negras". A política rebelde de Garner foi claramente expressa por meio de suas contas de mídia social. Os comentários feitos antes e depois das eleições de 2016 deixaram claro para seus leitores que ambos os partidos haviam fracassado. Após a vitória presidencial de 2016, Garner dispensou "democratas de alto patrimônio líquido que desconstroem a eleição... eles não são meus aliados" (@es_snipes, 22 de novembro de 2016). Ela afirmou que os negros não eram nem democratas nem republicanos verdadeiros: "NÓS somos negros na América, o que significa que NUNCA seremos americanos. Você não pode contar 300 anos depois?" (@es_snipes, 6 de fevereiro de 2017). Durante a *Democratic Pri-*

mary, sua crítica ao capitalismo a levou a apoiar Sanders, o independente, em vez de Clinton: "quando eu penso sobre o capitalismo, penso na escravidão, cultivo de ações, escândalo bancário de doadores de Wall Street ... #GaleradaHillary-Clinton" (@es_snipes, 13 de outubro de 2015).

Erica Garner saiu furiosa do fórum "O Presidente e o Povo: Corrida na América" de 2016 da ABC, porque ela sentiu que o evento lucrou com a classificação da morte de seu pai, sem oferecer soluções para o abuso policial e a violência. Ela relata sua saída polêmica: "Eles mentiram para mim e minha família fazendo-nos viajar para DC para participar… Eles me prometeram que eu e Patrice Cullors poderíamos fazer perguntas". Um vídeo filmado de um celular apareceu temporariamente online após a morte de Garner e mostrou o presidente Barack Obama e a conselheira presidencial Valerie Jarrett conversando com Garner no corredor e tentando acalmá-la após a gravação. Obama começa a castigá-la por causa do decoro político, depois oferece suas condolências pela perda dela e, em seguida, volta a instrui-la sobre mensagens políticas que podem atingir a base mais ampla. Em entrevistas concedidas por Garner, ela afirma que foi convidada apenas para avaliações no aniversário da morte de seu pai. Garner tira uma selfie que ficou conhecida como "ABC, foda-se", e comentou que é uma pena que os negros tenham que falar alto para serem ouvidos. O comentário foi ouvido por redes e políticos que procuraram fóruns para demonstrar capacidade de resposta e eficácia na retórica que carecia de controle substantivo sobre o racismo e policiamento letal. As críticas abrasivas de Garner a levaram a ser isolada de plataformas de prestígio; ela não era uma boa "aparência" para os mais abastados (Jackson, 2016). Sua esperança e desespero indisciplinados eram vistos como desvantagens por aqueles que podiam se ajustar a diretrizes não ditas, mas estabelecidas para protestos aceitáveis. Até mesmo as mães negras mais proeminentes que perderam filhos para a violência policial ou vigilante desviaram sua raiva das autoridades democratas que não apresentaram ganhos tangíveis contra a violência policial.

Na convenção DNC de julho de 2016 na Filadélfia, a primeira noite de oradores incluiu o presidente Bill Clinton, que ajudou a alimentar o encarceramento em massa com o *Omnibus Crime Bill* de 1994. Também no palco naquela noite estavam "Mães do Movimento", substitutos de Hillary Rodham Clinton. Entre os pais negros que se tornaram ativistas cujos filhos desarmados foram mortos pela polícia ou morreram sob custódia policial estavam as mães de Trayvon Martin (Sybrina Fulton), Sandra Bland (Geneva Reed-Veal), Michael Brown (Lesley McSpadden) e Erica Garner (Gwen Carr). Emails vazados recentemente da conta hackeada de John Podesta, ex-chefe de gabinete da Casa Branca e pre-

sidente da campanha presidencial de Clinton em 2016, informaram ao público que o DNC aconselhou a equipe a aplaudir toda vez que "Black Lives Matter" fosse cantado, mas não para falar à mídia ou ativistas de políticas específicas para regular as violações da polícia e fazer cumprir os mandatos éticos no policiamento. Embora a avó de Erica Garner, Gwen Carr, tenha participado de aparições na campanha de Clinton, a própria Garner manteve-se inflexível de que apenas um candidato presidencial, um outlier, realmente levou a sério as reformas no policiamento e na prisão.

A ira e o desespero de Garner em relação ao Partido Democrata aumentaram após a vitória de Trump: "Quem está se organizando para tirar esses democratas corporativos da merda da sua comunidade?" (@es_snipes, 6 de fevereiro de 2017). Para Garner, os democratas não conseguiram ganhar a presidência porque não conseguiram impor o policiamento ético nas comunidades negras e pardas: "Meu pai foi morto durante o governo de democratas e os democratas de uma cidade liberal encobriram isso" (@es_snipes, 22 de janeiro de 2016). Desprezando o Partido Democrata e o Congressional Black Caucus em tweets, Garner evoca as práticas antiéticas de política usadas contra o BPP como altamente relevantes: "Eu me pergunto se às vezes estamos nos preparando para sermos eliminados como os panteras" (@es_snipes, 12 de setembro de 2016). Apontando para o cuidado comunitário ou os aspectos maternos cativos dos panteras, ela twittou: "Os panteras eram uma ameaça porque tinham o maior programa de 'merenda escolar' do país" (@es_snipes, 12 de dezembro de 2017). Os panteras foram uniformemente retratados como terroristas - mesmo aquelas enquadradas ou agindo em autodefesa. Foi incluído na análise de Garner: "#Hillary na pena de morte - deve ser reservado para terroristas... lembre-se de que eles chamavam os panteras de inimigas do estado #DemDebate" (@ es_snipesFebruary 4, 2016).

Vários meses antes de sua morte, Garner cogitou a ideia de concorrer a um cargo - "Se eu fugir… é porque os #democratas lá nos falharam" (@ es_snipes, 23 de outubro de 2017). (A própria Davis concorreu como candidata a vice-presidente na chapa do CPUSA contra o candidato presidencial Ronald Reagan, em 1980 e 1984; Reagan como governador usou seus poderes executivos para que os regentes da UC demitissem Davis da UCLA por ser membro do partido comunista; e mais tarde defendeu a pena de morte para ela quando ela estava sendo julgada). A visibilidade de Garner diminuiu conforme ela se tornou mais politicamente combativa. Sua política não era assimilável aos gostos dominantes e ela consistentemente desafiou a autoridade de todos os ramos executivos: presidente Obama, governador de Nova York, Mario

Cuomo, e o prefeito da cidade de Nova York, Bill de Blasio. A perda pessoal de Garner de seu pai a levou à militância que ligava a vitimização negra à rebelião negra e protestos de rua.

Meses após a morte de seu pai, sem financiamento ou plataformas, Erica atraiu a atenção da mídia por encenar manifestações no local exato onde Pantaleo matou seu pai. Essas "mortes" estavam cheias de gritos de "Não consigo respirar!". Precisando de mais ativistas, Garner buscou o apoio de Al Sharpton, cuja National Action Network (NAN) trouxe três ônibus de manifestantes para Staten Island. Os conflitos com a NAN e outras organizações existiam, mas Garner continuou a organizar e separar os grupos NYC Shut It Down e Millions March surgiram. A imprensa negativa e conservadora apresentou Garner criticando Sharpton, mas os protestos nas ruas aumentaram. Garner confrontou funcionários eleitos e entrou com um pedido de Lei de Liberdade de Informação (FOIL) para queixas civis contra Pantaleo (foi bloqueado pelo NYPD e pelo prefeito). No entanto, apesar do ativismo, seu desespero aumentou: "Eu persegui todas as pistas e esgotei todas as opções para encontrar justiça para meu pai. Nada funcionava - e toda vez que eu chegava a um beco sem saída, ouvia sobre outra história terrível como a de meu pai. A realidade se instalou: eu vivo dentro de um sistema que mata negros regularmente. Minha vontade de lutar começou a desaparecer" (Garner e Alabi, 2015). Erica Garner nunca confiou na governança para fornecer justiça social; portanto, seu ativismo era incivil e persistente, mas sem a maioria dos aliados tradicionais, os abismos de vulnerabilidade tornaram-se a norma.

Garner descreve o número de traumas: "Quando você lida com o luto, quando fala sobre o luto e como as famílias normais lidam com isso, você sabe, as famílias têm problemas, dificuldade para lidar com isso". Ela continua: "A saúde mental é muito importante. … Para as famílias que me colocaram no meu cargo, as famílias negras que estão na assistência pública, que não têm renda para fazer terapia que é $300 a hora, e eu não acho isso justo, e não é feito para a população negra, porque como devemos lidar com isso se não temos alguém para conversar, algum profissional para conversar?" Ela termina dizendo: "Estou constantemente lendo artigos e fazendo pesquisas sobre o caso do meu pai. Mas eu não estou cuidando de mim" (Garner, 2018).

De acordo com Reggie Harris, um amigo próximo e co-ativista de Erica Garner, os funcionários públicos posaram como apoiadores da família Garner e das comunidades negras, mas ficaram do lado das burocracias municipais, estaduais e nacionais: "Ele recebeu palavras vazias e promessas... de Blasio se autodenominava progressista, mas estava do lado dos sindicatos da polícia...

Cuomo... nomear um promotor especial, mas apenas por um ano... Erica levou sua luta até a Casa Branca democrata sem sucesso" (Harris, 2018).

Os confrontos políticos aumentaram a precariedade e diminuíram a saúde: "O estresse de lutar por três anos tornou-se insuportável para uma pessoa. O fato de sua morte ter ocorrido poucas semanas depois de ela tirar um ano de folga e alguns meses depois de ter seu filho não está perdido" (Harris, 2018). Homenagens sinceras a Garner destacam a vulnerabilidade das famílias. Garner cresceu parcialmente em um orfanato, moldado pela pobreza e pelo domínio do Estado (Wang, 2017). Ela compartilhou publicamente que sua sobrinha de três anos "bateu na cabeça de um menino com um livro na escola e disse: 'Estou com raiva porque os policiais mataram meu avô. Essa é a razão pela qual eu fiz isso'" (Garner, 2018). Referindo-se à falta de serviços de saúde mental suficientes para o luto, ela levanta a questão dos traumas infantis que recebem menos atenção, visto que as mulheres adultas se tornaram o rosto dos movimentos. No apartamento de Garner, Alyssa (filha de Erica) virava as costas para a televisão sempre que os noticiários usavam as imagens de seu avô sendo sufocado até a morte como um substituto para a morte negra ou trauma durante encontros com a polícia. Assistindo e fazendo contato visual com sua mãe, a criança só voltaria aos desenhos animados depois que acabassem as filmagens de seu avô morrendo, quando seu papel de confortar superasse o desejo de entretenimento. Quatro gerações de mães cativas de Garner protestaram e sofreram: Gwen Carr, Esaw Garner, Erica Garner e Alyssa.

O desespero de Erica Garner não leva ao suicídio, mas a um colapso do corpo. Um ataque de asma precipitou um grande ataque cardíaco que causou danos cerebrais e um coma induzido no dia 23 de dezembro de 2017. Erica Garner morreu no Woodhull Medical and Mental Health Center do Brooklyn em 30 de dezembro de 2017. Aos 27 anos, ela deixou duas irmãs para trás, dois irmãos, a avó Gwen Carr, a mãe Esaw Snipes, e dois filhos: Alyssa de sete anos, que aparece no anúncio de Sander, e Eric de quatro meses (homônimo de seu pai). Garner reconheceu em uma entrevista com Ben Dixon: "Estou lutando agora com o estresse e tudo mais. Essa coisa te derrota. O sistema leva você até onde você não pode vencer" (@BenjaminPDixon, 28 de dezembro de 2017).

A cidade de Nova York havia fechado em 2015 com a família de Eric Garner por $5,9 milhões de dólares, mas distribuiu os fundos apenas após a morte de Erica. As doações filantrópicas de $100 milhões de dólares, em 2016, para um movimento liderado por negros pela vida dos negros incluíram dezenas de organizações, mas esse apoio financeiro nunca chegou a Garner, que morreu

na pobreza (Ferguson 2018). Para a comentarista ativista Kirsten West Savali, Garner era politicamente única: "Erica permaneceu inabalável, como uma emergente e poderosa voz da esquerda negra radical... Erica Garner foi uma revolucionária intencional" (West Savali, 2017).

Conclusão

No Discurso do Estado da União (SOTU) de fevereiro de 2019, o presidente Donald Trump promoveu a Lei dos Primeiros Passos, apresentando dois afro-americanos libertados sob a lei após anos de prisão por tráfico de drogas. Perdões presidenciais, clemências e assinaturas de projetos de reforma compensam o animus anti-negros e o policiamento draconiano dos pobres e racializados, mas apenas em alguns graus. Celebridades como Kim Kardashian haviam pressionado Trump com sucesso, ganhando acesso ao escritório oval por meio da Primeira Filha Ivanka Trump. Para alguns, isso destacou a importância das celebridades nas reformas sociais; para outros, ressaltou o capricho da política dependente de defensores de celebridades. Nem Angela Davis nem Erica Garner teriam defendido sem crítica as reformas aprovadas por Trump: como candidato à presidência, Trump fez campanha contra a violência policial contra presos e detidos em centros de imigração, cadeias e prisões. Os procuradores-gerais de Trump e os diretores do FBI criminalizam avidamente a dissidência negra contra a violência policial rotulando os manifestantes de "extremistas de identidade negra", enquanto proíbem o acesso ao aborto e aos direitos reprodutivos, eles colocam meninas e mulheres em perigo médico e legal. Alguns abolicionistas descreveram Trump como um "*uniter- in-Chief*" (@VanJones68, 14 de novembro de 2018). Davis não está entre eles; ela não aplaude políticos reacionários. Ainda assim, um executivo centrista poderoso e carismático cativou sua imaginação política. O lamento do presidente Obama de que ele não poderia "federalizar" a polícia para controlar ou limitar seu animus anti-negro seguiu seu castigo de uma insurreição de rua após a morte de Freddie Gray sob custódia policial. Todos os caminhos para as reformas éticas das forças policiais levam aos ramos executivos, onde a indiferença, as reivindicações de incapacitação ou o nacionalismo branco bloqueiam as reformas e a defesa radical do controle da polícia pela comunidade. Erica Garner - a "perturbadora" - buscou mudanças transformadoras por meio de críticas e confrontos com prefeito, governador e presidente - todos que se recusaram a atender às necessidades da classe trabalhadora e dos pobres. Angela Davis - o nexo entre rebeliões negras históricas e plataformas contemporâneas bem financiadas - promove ideais visionários e

políticas convencionais como o caminho para objetivos radicais. A "esperança indisciplinada" de Garner a distanciava dos corredores de poder de elite moldados pela academia, corporações sem fins lucrativos e mídia progressista. A fé confiante de Davis na política evolucionária solidifica a estatura de celebridades políticas na defesa dos direitos humanos. Embora as plataformas de Erica Garner fossem pequenas e instáveis, etapas construídas por estranhos subfinanciados, sua militância e de seus quadros ajudaram a desencadear um movimento do século 21 que acreditava em uma divisão maniqueísta entre violência policial e liberdade democrática (negra). A longevidade não estava do seu lado. Resta ver que com o passar dos anos essa democracia, com ou sem decoro, pode atingir o referencial de suas demandas éticas.

Referências

DAVIS, Angela Y. "Political Prisoners, Prisons and Black Liberation." **History Is a Weapon**. 1971a. www.historyisaweapon.com.

DAVIS, Angela Y. "Reflections on the Black Woman in the Community of Slaves". **The Black Scholar**, 3 (4): 2–15, 1971b.

DAVIS, Angela Y. "Angela Davis: An Interview on the Futures of Black Radicalism." **Verso Blog**, October 11, 2017a. https://www.versobooks.com/.

DAVIS, Angela Y. "Inauguration 2017 Special Coverage." Interview by Amy Goodman. **Democracy Now!**.January 20. 2017b. www.democracynow.org.

DAVIS, Angela Y. 2019. NAARPR Keynote and Panel Address at Chicago Refounding Conference of National Alliance Against Racist and Political Repression (NAARPR), November 22–24 (author's transcript), 2019.

DUKMASOVA, Maya. "Advice from Angela Davis in the Aftermath of the Election." **The Bleader**, November 17, 2016. https://www.chicagoreader.com.

FELSENTHAL, Carol. "The Story Behind Bernie Sanders's 1963 Arrest." **Chicago Magazine**, March 15, 2016. https://www.chicagomag.com.

FERGUSON, Karen. "The Perils of Liberal Philanthropy." **The Jacobin**, November 26, 2018. https://www.jacobinmag.com/.

GARNER, Erica; ALABI, Kemi. "Conflict Can Destroy Movements: We Need to Fight the System, Not Each Other." **The Guardian**, December 9, 2015. https://www.theguardian.com.

GARNER, Erica. "Erica Garner Was 'Unbought and Unbossed' in Push for Justice after herFather Died in NYPD Chokehold." Interview by Amy Goodman. **DemocracyNow!**, January 3, 2018. www.democracynow.org.

HARRIS, Reggie. "Garner Way Political Director: Erica Garner 'Put Her Entire Life In

This Fight."' **Time**, January 3, 2018. https://time.com.

HUGGINS SALOMON, Sheryl. "Angela Davis Talks Black Liberation, History and the Contemporary Vision." **Ebony**, February 17, 2016. https://www.ebony.com/.

JACKSON, Jenn M. "Erica Garner Walked Out of Obama's Town Hall on Police Violence." **The Black Youth Project**, July 15, 2016. www.blackyouthproject.com

JAMES, Joy. "The Womb of Western Theory: Trauma, Time Theft, and the Captive Maternal." **Carceral Notebooks**, 12: 253–96, 2016.

NORTON, Ben. "Erica Garner Was a Revolutionary. Don't Let Neoliberal Democrats Whitewash and Exploit Her." **Ben Norton Blog**, December 30, 2017. https://bennorton.com.

SOKOLOVA, Marina. "Advocacy Democracy Modes: Benefits and Limitations." **Informacijos Mokslai**, 37: 110–21, 2006.

WANG, Vivian. "Erica Garner, Activist and Daughter of Eric Garner, Dies at 27." **New York Times**, December 30, 2017. https://www.nytimes.com.

WANG, Vivian. 2017. "Erica Garner: 'I'm in This Fight Forever".**The Root**, December 31, 2017. https://www.theroot.com.

O PROBLEMA DA DEMOCRACIA NA ÁFRICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA[1]

Ndongo Samba Sylla

Para falar da democracia na África, a abordagem habitual consiste em classificar o Ocidente como o padrão universal de progresso pelo qual o continente deve ser avaliado. Como exemplo político, o Ocidente mostraria, assim, ao nosso continente, como poderia ser o seu futuro. Tal perspectiva é manifestada pelo uso de expressões como "democracia maiores" ou "democracias avançadas" para qualificar os países ocidentais e "democracias jovens" para abordar as recentes experiências políticas daqueles não-ocidentais. A evidência disso, em sequência à chamada "primavera árabe", a UNESCO publicou um livro intitulado *Manual de aprendizagem da democracia para jovens tunisianos*[2] (Saad-Zoy, 2013). Seu ponto de vista implícito acredita que o Ocidente detém o patrimônio denominado "democracia" e deve distribui-lo ao povo tunisiano. Assim, a análise da democracia na África geralmente se resume a determinar o posicionamento de seus países no longo caminho da democracia prevista pelo Ocidente.

O objetivo deste artigo é mostrar que a concepção liberal-ocidental de democracia é o principal obstáculo para a compreensão das realidades políticas africanas. Na verdade, essa concepção, na medida em que o discurso dominante informa, cantado repetidamente pela mídia, por organizações da sociedade civil etc., é também um caso notável de epistemicídio, ou seja, de assassinato do conhecimento (de Sousa Santos, 2014). Partindo de um exercício de desconstrução do conceito de democracia, tentarei expor que o problema democrático na África é posto em termos bem diferentes daqueles em que é de fato.

1 Traduzido por Rita de Cássia da Silva Nogueira, mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: ritanogueira@id.uff.br.

2 *Manuel d'apprentissage de la démocratie pour les jeunes en Tunisie*, em tradução livre. [N.T]

Por que nem mesmo o Ocidente pode ser classificado como "democrático"?[3]

Demokratia é uma palavra de origem grega, com mais de 2500 anos. Sua primeira aparição literária ocorreu em Heródoto, que a identificou como "governo por pletora" (Laniel, 1995; Keane, 2009), e é composta por dois termos: *demos* e *kratos*. *Demos*, originalmente, não designa a população por inteira, mas os cidadãos pobres. Esta categoria foi definida pelos três conjuntos excluídos: os metecos (ou os estrangeiros livres), as mulheres e os escravos. Por sua vez, *kratos* não faz referência ao poder ou ao governo. Ele classificava principalmente uma força brutal. Assim, *Demokratia* evocava o regime político no qual se exercia o suposto poder ilegítimo dos cidadãos pobres. Inicialmente, tratava-se uma palavra polêmica, de um insulto aristocrático destinado a estigmatizar a realidade das cidades onde *demos* desempenhava um papel ativo nos assuntos públicos (Canfora, 2004).

Atualmente, diz-se que a democracia é o "governo da maioria". Esta frase, entretanto, é vaga. Como destacou Aristóteles (1983), em todos os regimes políticos, é a maioria que governa. A democracia, então, não é uma exceção, uma vez que é equivocado crer que uma oligarquia seja um governo da maioria. Aqui, a questão importante é: o que faz a singularidade da maioria política comparando-a em regimes democráticos e oligárquicos? Tal singularidade reside no fato de que, em geral, as instituições de soberania nas democracias são compostas por cidadãos de baixa ascendência social. Uma pequena parcela da população domina as assembleias e os tribunais. Em regimes oligárquicos, por outro lado, essa parcela é excluída, por assim dizer, dessas instâncias políticas.

Em suma, nas democracias, aqueles que tomam as decisões soberanas majoritariamente não são da classe dominante. Enquanto isso, nas oligarquias, aqueles que decidem são predominantemente de classe alta. Nas democracias, o direito de governar baseia-se na liberdade — os cidadãos têm o direito de participar da gestão dos assuntos públicos —, isto é, de legislar e de participar da ação pública diretamente/sem intermediários — simplesmente porque são nascidos livres. Nas oligarquias, por sua vez, o direito de governar depende apenas da riqueza. Somente aqueles de posse têm o direito de participar do governo.

Esse foi o significado da palavra "democracia" conservado durante mais de dois mil anos, período em que o termo era sinônimo de selvageria, pobreza, injustiça e caos no Ocidente. A democracia constituía, portanto, a ideia e a forma de governo mais detestada de toda a história do pensamento político ocidental. Da Antiguidade ao início do século XIX, dificilmente encontrara-se um gran-

3 Esta seção se baseia em Sylla (2015b).

de pensador ocidental que tenha defendido a democracia como uma palavra e ideia referente à igualdade política (Dunn, 2005; Woodruff, 2005; Graeber, 2014; Sylla, 2015b).

No período moderno, principalmente durante o século do Iluminismo, a palavra em questão foi condenada por escritores e elites revolucionários que tomavam por certo que: a democracia só pode existir em pequenos estados; é um regime efêmero porque é violento e instável e oposto à acumulação de riqueza. Este "ódio à democracia" (Rancière, 2005) justifica a ausência da palavra nos documentos mais relevantes do período revolucionário nos Estados Unidos e na França durante o final do século XVIII. Também é o caso da atual constituição federal americana.

O regime político moderno chamado atualmente de "democracia liberal" ou "representativa" fora considerado em sua origem como um antídoto (Dupuis-Déri, 2013) e não se pretendia que fosse democrático. No século XIX, foi chamada, entre outras coisas, de "República", "governo burguês", "aristocracia eletiva". Sua vocação era principalmente de defender a acumulação de capital contra as reivindicações e exigências populares. Mais tarde, como efeito da competição entre partidos políticos, o regime representativo tomou, de maneira fraudulenta, o nome "democracia" para si como sua denominação abreviada. Destacamos que a expressão oximorônica de "eleições democráticas" é uma invenção moderna: por mais de dois mil anos, as eleições nunca foram associadas à democracia, mas sim ao governo oligárquico. Foram as duas guerras mundiais que mais contribuíram retoricamente para fazer da democracia tanto o "bem" político por excelência como a "herança" do Ocidente. De fato, "democracia" é a palavra com a qual o projeto hegemônico americano foi drapeado após a Segunda Guerra Mundial.

Partindo dessa genealogia cursiva, é evidente que "quando um Estado moderno, seja ele qual for, afirma ser uma democracia, certamente se trata de uma descrição equivocada" (Dunn, 2005:21). Os Estados Unidos, a França, a Suíça, a Índia, o Brasil, o Senegal, a África do Sul etc. não são democracias. O verdadeiro nome do regime político desses países é "oligarquia liberal", visto que a democracia, em seu significado original e preciso, refere-se ao que poderíamos chamar hoje, a grosso modo, de "democracia de direita".

A questão que se levanta é, portanto, como passamos a perceber os países ocidentais como "democráticos". A primeira resposta é: o sucesso da propaganda empregada desde o início da Guerra Fria até os dias de hoje em torno dos chamados "valores ocidentais". A segunda é que a distinção entre os regimes políticos e os tipos de performances que produzem é raramente estabelecida.

Sobre o plano político, os países ocidentais são de oligarquias liberais que foram capazes de gerar desempenho democrático. E a respeito de "desempenhos democráticos", é necessário distinguir dois aspectos: em primeiro lugar, uma performance constitucional (maior ou menor respeito pela liberdade política e civil, transparência das eleições etc.; o que geralmente é chamado de "Estado de direito") e um desempenho socioeconômico (melhorar as condições de vida da maioria dos cidadãos).

Sob quais condições o sistema oligárquico liberal pode gerar os desempenhos democráticos significativos?

No momento em que se distingue os sistemas políticos dos desempenhos que podem possuir, surge uma pergunta: como as oligarquias liberais, isto é, os regimes políticos, cuja principal vocação é permitir a acumulação de bens, minimizando o descontentamento popular, poderiam alcançar um desempenho democrático substancial? Três condições foram necessárias para isso.

A primeira, e sem dúvidas a mais importante, é o imperialismo: isto significa que o Ocidente dominou o mundo, o organizou de acordo com suas próprias necessidades, obrigando as outras partes do mundo a se ajustarem a elas. A segunda foi a existência, durante o século XX, de um grande movimento socialista no seio do bloco ocidental que permitiu a democratização ou, ao menos, uma redistribuição menos desequilibrada dos benefícios econômicos do imperialismo e do "aluguel imperialista", utilizando o conceito de Samir Amin (Amin, 2011a; Higginbottom, 2014). A terceira foi o surgimento de um potente movimento anticolonial global (no qual incluo os movimentos de libertação e as lutas pelos direitos civis) e da alternativa comunista, quer dizer, de um conjunto de países comunistas que fornecia um modelo de organização social alternativo cujo movimento socialista do Ocidente poderia, a qualquer momento, tentar imitar. O movimento anticolonial global e a alternativa comunista forçaram as oligarquias liberais a se reformarem e se tornarem mais constitucionalmente e socioeconomicamente eficientes. A "democracia liberal" no Ocidente tornou-se, assim, mais respeitosa aos direitos individuais, mais "social" e mais "progressiva", devido à pressão desses dois movimentos[4] combinados, especialmente no período de 1945-1975.

4 Domenico Losurdo (2013b) fornece um relato esclarecedor da evolução da Suprema Corte dos EUA sobre a questão da discriminação racial: "em 1952, a discriminação racial nas escolas, transportes, cinemas etc. ainda existia, e a Suprema Corte tinha que decidir se eram constitucionais ou não. Antes de decidir, a Corte recebera uma carta do Ministro da Justiça que notificava: 'Se decidirem que as normas que regem a discriminação são constitucionais, será uma grande vitória para o movimento comunista,

A partir dos anos 80, com o triunfo do neoliberalismo, assistimos, nas oligarquias liberais ocidentais, a uma degradação continuada dos desempenhos democráticos. O esgotamento da alternativa comunista e do movimento socialista internacional levou a um fortalecimento do poder dos sujeitos capitalistas, do famoso 1% global que não são mais obrigados a redistribuir sua renda imperialista. Renda esta que, por sua vez, começa a corroer com o surgimento de países como a China.

O que devemos aprender com o que acabou de ser dito? Em primeiro lugar, as oligarquias liberais, quando seguem a lógica que lhes é própria, são incapazes de gerar desempenhos democráticos significativos. Só poderiam ter sido democraticamente bem-sucedidas em um contexto histórico particular bem diferente daquele que temos hoje. Em segundo lugar, a "importação" *mutatis mutandis* do sistema oligárquico liberal nos países africanos não é suficiente para replicar o desempenho que ele produziu no Ocidente.

Variedades das concepções de democracia

A concepção da democracia, pela qual interpreto os desenvolvimentos políticos da África pós-independência e que me permite apontar os limites do ponto de vista liberal-ocidental, pode ser esquematicamente formulada desta maneira:

para os movimentos populares do Terceiro Mundo, no sentido de que eles podem deixar de acreditar na democracia nos Estados Unidos. Só podemos ganhar legitimidade aos olhos do Terceiro Mundo se decidirmos que os padrões de discriminação racial são inconstitucionais.' Portanto, no final — ou próximo a ele — do estado racial nos Estados Unidos não pode ser estudado sem o desafio proveniente do movimento comunista e do movimento revolucionário dos povos colonizados do Terceiro Mundo. Não há endogênese [...], uma revolução espontânea pela qual o liberalismo supera essas cláusulas de exclusão. Não, as causas de exclusão foram superadas somente graças aos movimentos de protesto." Ver também Losurdo (2013a).

Outra ilustração da influência combinada dos movimentos anticolonial e comunista sobre a questão da igualdade racial é fornecida pelas recomendações do vice-presidente Richard Nixon ao presidente Eisenhower, após sua expedição a África na véspera das independências. Em seu relatório de 1957, Nixon escreveu: "Através de hábil propaganda, inspirada principalmente pelos inimigos da liberdade [isto é, o mundo comunista], um quadro consistentemente distorcido do tratamento das raças minoritárias nos Estados Unidos está sendo efetivamente apresentado nos países que visitei. Cada caso de preconceito neste país é destruído de forma a criar uma impressão completamente falsa das atitudes e práticas da grande maioria do povo americano. O resultado é um dano irreparável à causa da liberdade que está em jogo... Devemos continuar a chegar à raiz deste problema. Não podemos falar de igualdade para os povos da África e da Ásia e praticar a desigualdade nos Estados Unidos. No interesse nacional, assim como pelas questões morais envolvidas, devemos apoiar as medidas necessárias para garantir um progresso ordenado no sentido de eliminar a discriminação nos Estados Unidos. E devemos fazer um trabalho muito melhor do que estamos fazendo agora para contar a verdadeira história do progresso real em direção a esse objetivo, para que os africanos tenham uma imagem precisa da situação como ela realmente é." Ver Nixon (1957).

- Democracia = igualdade política x equidade social (1)

Em meu entendimento, a democracia é o regime que garante a igualdade política e a equidade social. A igualdade refere-se à participação direta e significativa das classes trabalhadoras, dos cidadãos comuns etc. na política. Para ser mais concreto, a igualdade política se materializa pelo fato de que os indivíduos comuns possuem um importante poder de legislação e de controle. A equidade, por sua vez, implica que o bem-estar material da maioria, especialmente dos mais pobres, seja melhorado e que seja o principal motivo das políticas públicas.

Se os países ocidentais não podem ser qualificados como "democráticos", é porque, em minha opinião, falham no teste da igualdade política, pois os indivíduos comuns são excluídos da administração institucional. Além das eleições e dos referendos, quase não possuem meios de participar diretamente dela. As decisões políticas são tomadas soberanamente por membros das classes dominantes e não por pessoas comuns. Tal situação seria interpretada pela Grécia Antiga como uma forma de servidão.

Em vez de igualdade política, o sistema oligárquico liberal ocidental favoriza principalmente a liberdade negativa, isto é, a liberdade concebida como ausência de restrição, como não-interferência (liberdade de consciência, de manifestação etc.[5]), e não a liberdade entendida substancialmente como a capacidade de participar dos assuntos de cidadania (Skinner, 1998). A liberdade negativa diz respeito não apenas aos indivíduos, mas também à expansão do Capital. A liberdade negativa, neste caso, é ser livre de qualquer controle ou restrição democrática. Por fim, o alto nível de bem-estar material da maioria, embora tenha diminuído nos últimos quarenta anos, até agora depende, em grande medida, do domínio e da exploração de outras partes do mundo pelo Ocidente.

- Democracia liberal ocidental (ou "oligarquia liberal") = liberdade negativa x equidade social (em declínio) x dominação imperialista (2)

No caso da África, a democracia, tal qual promovida pelo Ocidente, é essencialmente liberdade negativa e submissão à ordem imperialista global. Esta forma de liberdade é absorvida por realidades como mitigação da repressão e da censura, alternâncias pacíficas etc. A submissão à ordem imperialista se manifesta principalmente pelo fato de que os países africanos ocupam um lugar na divisão internacional do trabalho que lhes presta um mau serviço. A África deve servir como (i) uma fonte de matéria-prima de baixo custo; (ii) pontos de venda para produtos e inteligência estrangeiros; (iii) oportunidades lucrativas de

5 Berlin (1958) estabeleceu a distinção clássica entre "liberdade negativa" e "positiva". Ver Honneth (2017) para críticas.

investimento para o capital internacional. No século XXI, os países africanos estão recebendo novos papéis: são subcontratados das potências ocidentais em (iv) sua luta contra o "terrorismo" e (v) em sua luta contra a circulação das vítimas da globalização contemporânea (os "migrantes"). Na medida em que os estados africanos "aceitam" esta divisão de trabalho, sejam eles considerados democráticos ou não, tornam impossível para si mesmos transformar positiva e significativamente as condições de vida de suas populações.

- Democracia na África = liberdade negativa x aceitação da ordem imperialista global (3)

Nesse contexto, a democracia faz referência às eleições, às alternâncias pacíficas de poder, à existência de uma imprensa livre etc. É assimilada, de forma minimalista, ao recuo da violência aberta, repressão, censura etc., na ocultação da questão do bem-estar material das populações. O grau de "democracia" nas sociedades é avaliado pelas práticas dos governos, não pelas práticas extra-institucionais dos cidadãos comuns e dos movimentos sociais. Por exemplo, Mali foi considerado pelos países ocidentais como uma das democracias mais maduras da África entre 1991, suposto início de sua "transição democrática", e 2012, apesar de a população nunca ter atingido 50% de eleitores.[6]

Por que é errado falar de uma transição democrática na África?

Partindo do exposto anteriormente, podemos supor porque é enganoso falar sobre transição democrática na África.

No contexto pós-independências, durante a Guerra Fria, as potências ocidentais deram pouca atenção à promoção dos "valores democráticos" na África. Para isso, haviam duas razões: em primeiro lugar, de um ponto de vista intelectual, foi relativamente admitido que somente os regimes autoritários poderiam oferecer desenvolvimento econômico e que a própria democracia é um produto desse desenvolvimento. Querer de forma imediata a democracia para os países do Terceiro Mundo é colocar a carroça antes dos bois. Samuel Huntington, autor de *Clash of Civilisations* (1996), escreveu nos anos 70 que a participação política dos cidadãos comuns deveria ser encorajada em primeira instância, pois a democracia é um obstáculo ao desenvolvimento dos países mais pobres do planeta (Huntington e Nelson, 1976).

Em seguida, aos olhos das potências ocidentais, tudo aquilo que os permitiam lutar contra o comunismo era amplamente aceitável e legítimo. É assim

6 https://www.idea.int/data-tools/country-view/208/40.

que os regimes africanos, um dos mais autoritários e os mais brutais, foram comumente sustentados pelo Ocidente. Por exemplo, Mobutu era apresentado por Ronald Reagan como um "amigo fiel dos Estados Unidos" e "um amigo da democracia e da liberdade", enquanto Bush Sr. o descrevia como "um dos nossos mais queridos amigos" (citados em Lokongo, 2011). Da mesma forma, o regime do Apartheid na África do Sul há muito tempo conta com o apoio do Ocidente e de Israel. É necessário lembrar que Nelson Mandela, ativista do Congresso Nacional Africano (ANC[7]) e primeiro presidente negro da África do Sul, foi oficialmente retirado da lista de terroristas dos EUA somente em 2008, quinze anos após ter recebido o Prêmio Nobel da Paz! (Chomsky, 2013:71).

Nesse contexto, o partido único era a norma na maioria dos países do Terceiro Mundo, tanto na África como em qualquer outro lugar. Os regimes políticos africanos diferem uns dos outros em seu grau de estabilidade, ou seja, na longevidade de um determinado presidente ou partido no poder. Os regimes menos estáveis eram aqueles em que os golpes de Estado eram recorrentes, assim como os assassinatos políticos de opositores, jornalistas, manifestantes etc. Após as devastadoras consequências socioeconômicas dos planos de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, movimentos democráticos surgiram em todo o continente para exigir o fim do sistema de partido único, a transição para uma configuração multipartidária, bem como uma extensão das liberdades — de imprensa, dos sindicatos, dos manifestantes, dos opositores etc. (Mamdani e Wamba-dia-Wamba, 1995).

Desde então, foram feitos progressos significativos, embora insuficientes. A África está virando a página dos golpes militares (Ben Barka e Ncube, 2012). O continente também está virando lenta, mas seguramente a página de "presidentes únicos" e regimes dinásticos. Os "presidentes únicos" são aqueles que permanecem no poder para sempre, enquanto regimes dinásticos se referem a países onde o presidente é sucedido no poder por seu filho. Dizer que a África está no processo de virar a página dos "presidentes únicos" é uma tese que pode parecer ousada quando notamos que ainda há representantes como Idriss Deby (Chade), Paul Biya (Camarões), Ali Bongo (Gabão), Denis Sassou Nguesso (Congo), Teodoro Obiang Nguema (Guiné Equatorial), Paul Kagame (Ruanda), Yoweri Museveni (Uganda) etc.

Na realidade, se olharmos de perto, vemos que esses "presidentes para a vida" e as dinastias estão concentradas principalmente na África Central. São geralmente esses números que alimentam a imaginação ocidental sobre a evolução do problema democrático no continente africano. No entanto, este capítulo está

7 *African National Congress* [N.T].

terminando, principalmente na África Ocidental, na sequência da rejeição do plano de devolução monárquica de Wade no Senegal e das derrubadas de Blaise Compaoré e Yahya Jammeh[8]. Por enquanto, apenas o regime dinástico togolês ainda resiste nesta região.

Esses dois desenvolvimentos — a pacificação/desmilitarização da cena política e a generalização da mudança política pacífica — são a base para a hipótese de que a África está no processo de "transição democrática" desde os anos 90.

O conceito de "transição democrática" é comumente empregado por analogia ao conceito de "transição demográfica". Entretanto, as analogias são, de maneira geral, equivocadas. Quando se fala de "transição demográfica", descreve-se as principais tendências consideradas irreversíveis — a queda de altas taxas de natalidade e morte, por exemplo. No entanto, não há evidências de que os sistemas políticos africanos estejam caminhando para uma maior igualdade política e equidade social.

Na verdade, testemunhamos o que chamo de "dissolução oligárquica", em vez de uma transição democrática. Isto quer dizer que as elites governantes africanas estão gradualmente aceitando resolver suas diferenças por meios pacíficos, através das urnas e de uma arbitragem permanente da opinião pública, e não mais sistematicamente pela guerra ou pela violência. Mesmo que optem pela paz, estas elites concordam que, apesar de suas diferenças, o poder do Estado deve permanecer em suas mãos assim como deve servir prioritariamente a seus interesses.

Este processo de dissolução da oligarquia implica, antes de tudo, a desmilitarização política. Isto é, implica o declínio da influência dos militares na cena política, que se mede particularmente pela redução do número (ou tentativas) de golpes de Estado e de transições políticas, ambos gerenciados por militares, bem como pela rejeição gradual de candidaturas dos mesmos para o posto de Chefe de Estado. Tal processo também implica o estabelecimento de uma estrutura institucional promotora de uma competição política justa entre os candidatos ao poder: imprensa livre, judiciário independente, código eleitoral consensual, eleições livres e transparentes etc. Por fim, implica a pacificação da vida política: a competição entre os partidos ou entre as principais figuras políticas é organizada de uma maneira que não instigue violência e que limite as tensões

8 Em 2020, a segunda reeleição de Alassane Ouattara — após uma emenda oportunista na Constituição da Costa do Marfim e da eliminação legal da candidatura de seus principais opositores — assim como a de seu equivalente guineense Alpha Condé, constituem um "passo atrás" em relação ao que parecia ser um dado adquirido no oeste da África: o respeito pelos presidentes em exercício do limite constitucional de dois mandatos. Esses dois desenvolvimentos recentes provaram quão problemática é a narrativa linear por trás do conceito de "transição democrática".

sociais e a instabilidade política. Deste modo, as alternâncias pacíficas de poder são menos um indicador de "progresso democrático", mas sim um indicador da pacificação da competição entre os candidatos ao poder.

Por que é errado pensar que existe uma transição democrática na África? A razão é que a abertura dos regimes políticos africanos coincidiu (e muitas vezes ainda coincide) com a abertura econômica. Desde que os regimes políticos africanos começaram a adotar constituições multipartidárias e prometeram proteger melhor as liberdades, ao mesmo tempo se sujeitaram a uma dinâmica de expropriação de seus atributos soberanos que os tornam incapazes de atender às aspirações democráticas originadas pela abertura política.

Em outros termos, no momento em que os ditadores começaram a ser "expulsos" e a mudança pacífica através das urnas começou, o aparato Estatal pós-ditadura ou pós-partido único foi privado da margem de autonomia que lhe permitiria iniciar transformações socioeconômicas benéficas à grande maioria. Por isso, a chamada "democracia" só poderia ser, e ainda é, majoritariamente, uma concha vazia. Igualmente por isso, o sistema multipartidário, longe de permitir o confronto entre alternativas políticas reais, levou de fato a uma "democracia sem escolha", citando Thandika Mkandawire (1999) ou uma "democracia de baixa intensidade", como diz Samir Amin (2011b). De fato, pode-se muitas vezes ter a impressão de que o sistema multipartidário só permite a eleição daqueles que não vão mudar nada! Na verdade, tende a ser reduzida a um mecanismo de implementação do que eu chamo de "agenda única".

A expressão "agenda única" faz referência à adesão da maioria dos governos africanos, independentemente de sua ideologia ou posicionamento político, aos dogmas do neoliberalismo e às políticas que tornam ilusória a soberania econômica de seus Estados. Esta expressão se baseia no fato de que a maior parte dos países africanos considerados democráticos não possuem a última palavra sobre suas questões de soberania, particularmente aquelas relacionadas à política econômica. Os protagonistas são a União Europeia, seus membros individuais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as multinacionais etc., cujas vozes têm mais peso em detrimento das do povo africano. Por exemplo, no caso dos catorze países africanos onde o Franco CFA, moeda colonial criada em 1945 e que ainda está em circulação, nenhuma decisão importante sobre a política monetária e cambial pode ser tomada sem a aprovação da França, que continua a estampar seu símbolo nas moedas e detém/controla pelo menos metade de suas reservas de câmbio, decisões estas tomadas durante o período colonial (Pigeaud e Sylla, 2018). Em países como Gana, medidas econômicas tomadas pelo

Parlamento foram revertidas por um único telefonema do representante do FMI (Christian Aid, 2005).

O conceito de "agenda única" descreve, assim, a realidade dos chamados regimes democráticos que optaram por se ajustar permanentemente aos ditames do mundo exterior em detrimento das necessidades nacionais e das prioridades internas. O Senegal é um exemplo particularmente eloquente, visto que é um país que introduziu um sistema multipartidário em 1974, que nunca experimentou um golpe de Estado e que conseguiu duas mudanças pacíficas de governo através das urnas. No entanto, a "democracia" exemplar do Senegal fez de tudo, menos melhorar o bem-estar material da maioria de seus cidadãos. O nível de poder de compra senegalês em 2016, por exemplo, foi semelhante ao da época da independência, alcançada em 1960.[9]

Nessa configuração onde as políticas públicas, apesar das diferenças e alternâncias programáticas citadas, geralmente não conseguem melhorar as condições de vida da grande maioria, o acesso ao poder Estatal continua a ter um interesse: preservar ou conquistar os privilégios associados à filiação ao "clube único".

O termo "clube único" refere-se a um legado colonial, sobretudo ao consenso tácito entre as elites governantes africanas de que o poder estatal deveria ser monopólio de uma minoria política e servir especialmente aos seus interesses. Em geral, essa minoria, com uma distribuição variável do poder, consiste principalmente da comitiva do Chefe de Estado, do partido no poder, dos partidos políticos dominantes e de empresários de todos os tipos.

Fazer parte do "clube único" é fazer parte do círculo fechado dos beneficiários da República: aqueles que compartilham posições, honras e privilégios; que gozam de direitos especiais sobre os recursos e a riqueza de seu país; cuja voz é audível na mídia e cujos interesses materiais e morais são bem tratados e aqueles que normalmente conseguem frustrar a justiça.

Como conjunto de práticas oligárquicas, as realidades do "clube único" são mais adequadas principalmente aos sistemas políticos presidencialistas, que são uma espécie de monarquia da lei eleitoral. Neste tipo de sistema, o que conta é ser eleito não importando como, pois o título de magistratura suprema abre direitos ilimitados, da mesma maneira que fora o direito divino na Europa em seu tempo. É por isso que não existe um déspota moderno que cometa o erro de negar a si mesmo a legitimidade da urna, mesmo que ela esteja manchada de sangue e lama.

9 Ver os indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial: databank.worldbank.org

O caráter estrutural das realidades do "clube único" continua difícil de ser compreendido enquanto a configuração de "presidente único" estiver em vigor. Em tais circunstâncias, o controle oligárquico do bem público é geralmente percebido como um elemento inseparável da personalidade e dos poderes exorbitantes do "presidente único". É somente quando o "presidente único" não está mais no comando ou quando há uma ou mais alternâncias de poder que os cidadãos comuns começam a perceber que o problema é de fato mais sério do que o previsto, quer dizer, que as realidades do "clube único" e da "agenda única" não são simplesmente eliminadas pela destituição do "presidente único". Percebem, então, que "os mesmos políticos estão lá" há séculos ou que as mesmas práticas condenáveis persistem, apesar das "alternâncias" e da rotatividade do pessoal político.

Em razão da predominância da "agenda única" e do "clube único", as "alternâncias" do poder deixam cada vez mais um gosto amargo às pessoas que acabam observando que seu voto permitiu somente uma mudança de liderança e não uma mudança nas orientações programáticas e nas práticas políticas. Infelizmente, pode-se dizer que as alternâncias sem alternativas são cada vez mais comuns na maioria dos países africanos.

Conclusão

A crença equivocada de que a importação das formas institucionais do sistema oligárquico liberal pode encaminhar para as mesmas performances democráticas associadas ao Ocidente continua a causar estragos no continente africano entre os muitos líderes políticos, intelectuais, organizações da sociedade civil etc. Entretanto, devemos perceber que, assim como o partido único falhou, a tentativa de enxertar o sistema oligárquico liberal está mostrando seus limites. O que está em crise na África não é, portanto, um projeto democrático, mas a tentativa de instalar o sistema de oligarquia liberal em todo o continente por um processo não-reflexivo de mimetismo. Os regimes políticos africanos não são democracias artificiais; são cópias bastante ruins de pseudo-democracias.

A democracia, portanto, não existe no Ocidente mais do que na África ou em qualquer outro lugar. E ainda assim é o caminho a seguir se desejamos viver em um mundo decente. De fato, se quisermos dar-lhe uma conceituação satisfatória, a democracia não pode de forma alguma ser considerada como um dado institucional, ou seja, como um conjunto de "boas" instituições que podem ser

identificadas a priori e que seria suficiente para colocá-la em funcionamento aqui e ali e deixá-la funcionar livremente. Ao contrário, deve ser entendida em cada situação histórica concreta como um movimento para desmantelar as barreiras recorrentes que impedem a igualdade política e a equidade social.

Atualmente, o projeto democrático é realizado pela coligação de resistências e lutas multiformes lideradas pelos povos contra os "presidentes únicos", os "clubes únicos" e as "agendas únicas". Apesar da falta de sinergia entre essas lutas/resistências, sua natureza esporádica e a desilusão que elas podem ter gerado, continuam sendo um dos caminhos preferidos para acabar com a dupla desconexão entre cidadãos e representantes, por um lado; e entre o sistema econômico e as necessidades sociais majoritárias, por outro (Sylla, 2014). Os cidadãos comuns africanos estão cada vez mais conscientes de que não são os políticos que proporcionarão o futuro que eles desejam. A África será o que cada um de nós quer que ela seja. Falta-nos simplesmente a audácia e a direção para mobilizar recursos intelectuais e morais criativos na imaginação dominante.

Referências

AMIN, Samir. **Le virus libéral. La guerre permanente et l'américanisation du monde**. Paris, Le Temps des Cerises, 2003.

AMIN, Samir. **La loi de la valeur mondialisée**: pour un Marx sans rivages. Paris, Le Temps des Cerises, 2011a.

AMIN, Samir. Face au défi de la farce démocratique, inventer la démocratie de demain. **Pambazuka**, n° 197, 2011b. http://www.pambazuka.org/ fr/category/features/74822

ARISTOTE. **Politique**. Gallimard, 1983.

BEN BARKA, H., Ncube, M. Political fragility in Africa: Are military coups d'Etat a never-ending phenomenon?. **Economic Brief**, African Development Bank, 2012. http://www.afdb.org

BERLIN, Isaiah. **Two concepts of liberty**: an inaugural lecture delivered before the University of Oxford on 31 October 1958. Oxford, Clarendon Press, 1958.

CANFORA, Luciano. **La démocratie**. Histoire d'une idéologie. Seuil, traduit de l'italien, 2006, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Power Systems**. Conversations on Global Democratic Uprisings and the New Challenges to U.S. Empire. Interviews with David Barsamian, Metropolitan Books: Henry Holt and Company, LLC, New York, 2013.

CHRISTIAn AID. **The Damage Done. Aid, Death and Dogma**. 2005. https://www.christianaid.org.uk/resources/about-us/damage-done-aid-death-and-dogma

DUNN, John. **Libérer le Peuple**. Histoire de la démocratie, édition Marcus Haller, traduit de l'anglais, 2010, 2005.

DUPUIS-DERI, Francis. **Démocratie**. Histoire politique d'un mot aux États-Unis et en France. Lux, 2013.

GRAEBER, David. **Comme si nous étions déjà libres**. traduit de l'anglais, Lux, 2014.

HIGGINBOTTOM, Andy. Imperialist Rent' in Practice and Theory, **Globalizations**, 11:1, p. 23-33, 2014.

HONNETH, Axel. Three, Not Two, Concepts of Liberty: A Proposal to Enlarge Our Moral Self-Understanding. In: R. Zuckert & J. Kreines (Eds.), **Hegel on Philosophy in History**, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 177-192, 2017.

HUNTINGTON, S.P. and NELSON, J. M. **No Easy Choice**: Political Participation in Developing Countries. Cambridge, Harvard University Press, 1976.

LANIEL, Bertlinde. **Le mot «democracy» aux États-Unis et son histoire de 1780 à 1856**, Publications de l'Université de Saint-Etienne, 1995.

LOKONGO, Antoine Roger. DRC: Democracy at crossroads. One election, two sources of legitimacy of power. November, **Pambazuka news**, 2011. https://www.pambazuka.org/governance/drc-democracy-crossroads

LOSURDO, Domenico. **Contre-histoire du libéralisme**. traduit de l'italien, La Découverte, 2013a.

LOSURDO, Domenico. La démocratie ? Uniquement pour le « peuple des seigneurs interview de Jonathan Lefèvre et Daniel Zamora pour la revue, **Solidaire**, 2013b. https://legrandsoir.info/la-democratie-uniquement-pour-le-peuple-des-seigneurs.html

KEANE, John. **The Life and Death of Democracy**. New York and London, W.W. Norton & Company, 2009.

MAMDANI, Mahmoud, Wamba-dia-Wamba, Ernest. (eds.). **African Studies in Social Movements and Democracy**. Dakar, Codesria, 1995.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge University Press, 2002, traduit du français, 1995.

MKANDAWIRE, Thandika. Crisis Management and the Making of 'Choiceless Democracies' in Africa, in: R. Joseph et Lynne Rienner (éd.) **The State, Conflict and Democracy in Africa**, Boulder, Colorado, 1999.

NIXON, R. Report to President Eisenhower by Vice President Nixon. **The Department of State Bulletin**, vol. 36 n. 930, April 22: 635-640, 1957.

PIGEAUD, Fanny Pigeaud et Sylla, Ndongo Samba. **L'arme invisible de la Françafrique**. Une histoire du franc CFA. Paris, La Découverte, 2018.

RANCIERE, Jacques. **La haine de la démocratie**. Paris, La Fabrique, 2005.

SKINNER, Quentin. **Liberty before liberalism**. Cambridge University Press, Canto Classic edition 2012, 1998.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Epistemologies of the South**. Justice against Epistemicide, Paradigm Publishers, Boulder: Colorado, 2014.

SYLLA, Ndongo Samba. **Les mouvements sociaux en Afrique de l'Ouest**: entre les ravages du libéralisme économique et la promesse du libéralisme politique. L'Harmattan & Fondation Rosa Luxemburg, Paris & Dakar, 2014.

SYLLA, Ndongo Samba. **Développements politiques récents en Afrique de l'Ouest**. éditions Plume & Fondation Rosa Luxemburg, Dakar, 2015a.

SYLLA, Ndongo Samba. **La Démocratie contre la République**. L'autre histoire du gouvernement du peuple. L'Harmattan, Paris, 2015b.

SAAD-ZOY, Souria. (dir.). **Manuel d'apprentissage de la démocratie pour les jeunes en Tunisie**. Rabat, UNESCO, 2013.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Les Grecs, les historiens, la démocratie**. Le grand écart, la Découverte. 2000.

WOODRUFF, Paul. **First Democracy**. The Challenge of an Ancient Idea. Oxford University Press, 2005.

AUTORAS E AUTORES

Adelar João Pizetta

Licenciado em Pedagogia com Mestrado e Doutorado em Educação. Integra o setor de formação do MST no Espírito Santo, colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e professor no Departamento de Educação e Ciências Humanas (DECH) do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atuando nas áreas de Fundamentos da filosofia, filosofia da educação, filosofia e seu ensino, educação e movimentos sociais, currículo e formação docente, questão agrária e campesinato, educação do campo, história da educação brasileira, política e organização da educação básica, dentre outras.

Alberto Acosta

Economista equatoriano. Atualmente é professor universitário, conferencista sobre temas relacionados a lutas dos movimentos sociais. Economista pela Universidade de Colônia, na Alemanha, onde também se especializou em comércio exterior, marketing, geografia econômica e economia energética. Trabalhou como consultor de diversos organismos equatorianos e internacionais, como a Organización Latinoamericana de Energía e o Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. Foi gerente de comércio da Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana. Dedica-se ao estudo da dívida externa do Equador desde 1982. Participou da fundação do Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo e do partido Alianza País, que ascendeu à Presidência da República em janeiro de 2007 com Rafael Correa. No primeiro ano de mandato, Acosta assumiu o Ministério de Energia e Minas por cinco meses. Em novembro foi eleito presidente da Assembleia Constituinte do Equador, cargo a que renunciou menos de um ano depois, em junho de 2008, antes mesmo da aprovação da Carta,

devido a divergências com Correa. Os desentendimentos provocaram ainda sua saída da Alianza País. Ajudou a fundar o movimento Montecristi Vive, que reivindica o Buen Vivir, os Direitos da Natureza e a plurinacionalidade expressos na Constituição equatoriana. Em 2013, lançou-se como candidato à Presidência da República pela Unidad Plurinacional de las Izquierdas, obtendo escasso apoio popular. É professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, além de companheiro de luta dos movimentos indígenas, sindicais, camponeses, ecologistas e feministas do Equador.

Publicou vários livros, entre eles, *Breve história econômica do Equador* (Funag, 2006) e *La maldición de la abundancia* (Abya-Yala, 2009). Pela Editora Elefante, publicou em janeiro de2016 o livro *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, em parceria com a Autonomia Literária, *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*, com Ulrich Brand, em 2018, e *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*, em 2021.

Asad Haider

Professor assistente visitante de filosofia na *New School for Social Research* (Nova Escola de Investigação Social). Doutor em História pela Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Foi um dos criadores da revista Viewpoint Magazine, sobre política contemporânea. É o autor de *Mistaken Identity Race and Class in the Age of Trump* (2018)

Erminia Terezinha Menon Maricato

Graduação (1971), mestrado (1977), doutorado (1984), livre docência (1997) e professora titular (1998) de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1977/2010). Foi professora visitante do Center of Human Settlements da Universidade da British Columbia/Canadá (2002), da Witwatersrand University de Johannesburg/ África do Sul (2006) e do Departamento de Economia da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. Fundadora do LABHAB- Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU/USP (1997). Coordenadora do curso de Pós-graduação da FAU/USP (1998/2002). Membro do Conselho de Pesquisa da USP (2007-2009). Membro de diversos conselhos editoriais e de pesquisa. 8 livros publicados, sendo 2 deles na sétima edição. Eleita para defender a proposta Constitucional de Iniciativa Popular de Reforma Urbana junto à Assembleia Nacional Constituinte (1987). Secretária de

Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992). Presidente do Conselho Administrativo da COHAB SP- Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (1992) Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades onde foi Ministra Adjunta e coordenou a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. (2003-2005). Presidente do Conselho da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e Membro do Conselho de administração do FGTS- Fundo de Garantia por tempo de serviço (2003-2005). Consultora de diversas entidades e governos nacionais e internacionais. Membro da Coordenação do BrCidades (2018). Prêmios: Rafael Higuerras da Federação Panamericana de Arquitetos. Prêmio Arquiteto do Ano da Federação Nacional de Arquitetos. Prêmio da APCA categoria Urbanismo Homenagem das Assembleias Legislativas do Ceará e Bahia. Prêmio Medalha de Ouro da APAA- Federação Panamericana de Associações de Arquitetos. Homenagem da Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é membro (fundadora) da Coordenação Nacional do BrCidades.

Firoze Manji

Professor Adjunto do Instituto de Estudos Africanos. Queniano com mais de 40 anos de experiência em desenvolvimento internacional, saúde e direitos humanos. Fundador e editor da Daraja Press. apresentador da série de entrevistas online Organizing in the time of Covid-19. Professor Adjunto do Instituto de Estudos Africanos e Instrutor de Contratos, Carleton University, Ottawa, Canadá; Richard von Weizsäcker Fellow na Robert Bosch Academy, Berlim; Visiting Fellow no Kellogg College, University of Oxford (2001-2016) e Associate Fellow do Institute for Policy Studies. Ele é o fundador e ex-editor-chefe do premiado boletim informativo pan-africano de justiça social e site Pambazuka News e Pambazuka Press e o fundador e ex-diretor executivo (1997-2010) da Fahamu – Networks for Social Justice, uma organização pan-africana com bases no Quênia, Senegal, África do Sul e Reino Unido. Publicou amplamente sobre saúde, direitos humanos, desenvolvimento e política. Ele é co-editor, com Sokari Ekine, de African Awakenings: The Emerging Revolutions e co-editor com Bill Fletcher Jr, de Claim No Easy Victories: The Legacy of Amilcar Cabral. Ele é membro do conselho de revisão editorial do Global Critical Caribbean Thought e membro do conselho editorial de Nokoko, Journal of the Institute of African Studies, Carleton University, Ottawa, Ontário. Ele atuou como membro do Tribunal Popular Permanente sobre o Papel das TNCs na África Austral (2018-9). Ele é pesquisador sênior do

Global Center for Advanced Studies e membro fundador da Global University for Sustainability.

Flávio dos Santos Gomes

Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1990), bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1989), Mestrado em História Social do Trabalho (1993) e Doutorado em História Social (1997), ambas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor permanente nos programas de pós-graduação em História Comparada (PPGHC), História Social (PPGHIS) e Ensino de História (PPGEH), no Instituto de História da UFRJ. É professor colaborador do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem publicado livros, coletâneas e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, atuando nas áreas de Brasil colonial e pós-colonial, escravidão, Amazônia, fronteiras, campesinato e pós- emancipação. Em 2009 obteve a John Simon Guggenheim Foundation Fellowship e em 2014 (junho-julho) foi pesquisador visitante da New York University (NYU). Realizou estágios de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP, 2008-2009) e na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV, 2012-2013). Foi pesquisador Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2014- 2017). Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos Populacionais, NEPO-Unicamp (2020- 2021) desenvolve pesquisas em história comparada, cultura material, demografia, escravidão, cartografia e pós-emancipação nas Américas, especialmente Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa e Cuba. Atua no Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ.

Giselle Megumi Martino Tanaka

Arquiteta e urbanista formada pela FAUUSP (2001) e Cientista Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2007). Mestre na área de concentração Habitat da FAUUSP (2006), e doutora em planejamento urbano e regional pelo IPPUR UFRJ (2017). Professora Adjunta do curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social - GPDES/IPPUR/UFRJ. Pesquisadora na área de planejamento urbano, habitação social e meio ambiente no Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos - LabHab da FAUUSP entre 1997 e 2007 e no La-

boratório Estado, Trabalho Território e Natureza - ETTERN IPPUR UFRJ, desde 2011. Desenvolveu projetos e pesquisas relacionadas a políticas públicas de desenvolvimento urbano para o Ministério das Cidades, Prefeitura de Santo André, IPHAN e ILPES/CEPAL/ONU.Tem experiência nas áreas de planejamento e desenvolvimento urbano e habitacional, participação social e políticas públicas sociais.

Iamara da Silva Viana

Pós-doutora em História pelo PPGHC/UFRJ; Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, com estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris), Mestre em História Social pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Especialista em História do Brasil/UERJ, Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Ensino Aplicado à Educação da UERJ; Professora agregado 3, da Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-Rio ministrando aulas na disciplina Estágio Supervisionado II, Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, História do Brasil II e História Política, Economia e Social do Brasil; Professora Credenciada da Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC/UFRJ). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, História da Escravidão no Brasil, Morte de Escravizados e suas doenças, Ensino de História, História da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica, Memória e Patrimônio. É coordenadora da Pós-Graduação em História e Cultura Afrodescendente da PUC-Rio; Coordenadora do PIBID História PUC-Rio (2018-2020); Coordenadora Residência Pedagógica História PUC- Rio (2020).

Jesus Chucho Garcia

San Jose de Barlovento, Estado Miranda, República Bolivariana da Venezuela. Ativista e pesquisador afrovenezuelano por quatro décadas, publicou 22 livros e inúmeros artigos sobre África e afrodescendentes. Exerceu chefia diplomática da Venezuela em Angola, Zâmbia, São Tomé e Príncipe, Mali e Burkina Faso entre 2009 e 2014, e atuou como Cônsul Geral da Venezuela em Nova Orleans, Estados Unidos, entre 2015 e 2019. Atualmente, coordena a Fundação Afro-América da Diáspora Africana.

José Seoane

Sociólogo e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, Argentina. É professor na Faculdade de Ciências Sociais (UBA) e pesquisador do Instituto de Estudos da América Latina e do Caribe (IEALC) da mesma faculdade. Coordenou o Observatório Social da América Latina (OSAL) de CLACSO desde a sua fundação até 2007. Atualmente, coordena e é pesquisador da Oficina Buenos Aires do Instituto Tricontinental de Investigação Social. Publicou diversos artigos sobre a problemática dos movimentos sociais na América Latina e a questão socioambiental; entre outros livros: *Extrativismo, despojo y crisis climática* (2013, em colaboração); *Las (re)configuraciones neoliberales de la cuestión ambiental* (2017); *Movimientos sociales e internacionalismo en Nuestra América: del ciclo de conflictividad y cambios políticos a la ofensiva neoliberal actual* (2018, em colaboração); *La potencia de la vida frente a la gestión de muerte: Neoliberalismo y resistencias en Nuestra América* (2020, em colaboração, no prelo).

Joy James

Filósofa política americana, acadêmica e autora. Ela detém a cátedra Ebenezer Fitch de Humanidades no Williams College . Foi pesquisadora sênior do John L. Warfield Center for African and African American Studies na Universidade do Texas em Austin , onde desenvolveu o Harriet Tubman Digital Repository. Sua pesquisa atual se concentra em "O Algoritmo do Anti-Racismo", encarceramento e rebelião contra a violência policial por mães cativas.

Julian Rodrigues

Professor e jornalista, é militante do PT-SP e ativista dos movimentos LGBT e de Direitos Humanos. Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (2019). Possui licenciatura em Letras - Português/Inglês (UFV, 1997) e especialização em economia do trabalho e sindicalismo - área de concentração: políticas sociais (Unicamp, 2005). Coordenador de Formação Política da Fundação Perseu Abramo. Ativista de movimentos de direitos humanos e LGBTI. Membro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (CONDEPE) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Membro do Conselho Nacional do Movimento

Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e Conselheiro da Aliança Nacional LGBTI. Sua atuação concentra-se nos seguintes temas: direitos humanos, políticas públicas, cidadania LGBTI, direitos sexuais e reprodutivos, movimentos sociais, gênero, feminismo, juventude, educação, segurança pública, políticas sociais.

Luis Edmundo de Souza Moraes

Formado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ (1996) e doutor em História pelo Centro de Pesquisas Sobre o Antisemitismo da Universidade Técnica de Berlim (2002). Atualmente é professor associado de História Contemporânea da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenador do Núcleo de Estudos da Política da UFRRJ (NUEP-UFRRJ). No campo da História Contemporânea, desenvolve pesquisas com problemas relativos à política, à história de Instituições, à memória e aos usos do passado, principalmente nos seguintes temas: Nacional Socialismo, Holocausto, movimentos de extrema-direita no tempo presente, em particular aqueles ligados à negação do holocausto (negacionismo), partidos políticos, polícia e regimes autoritários.

Márcio Pochmann

Economista, presidente da Fundação Perseu Abramo. Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp. Foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, consultor de instituições nacionais como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Ministério do Trabalho (MTE), e internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Pesquisador-visitante em universidades na França, Itália e Inglaterra. Autor de mais de 60 livros sobre Economia, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro *Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro*, pela Editora Clio Gestao Cultural, em 2015. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Organizou com Tiago Siqueira Reis, Carla Monteiro e Américo Lyra a Coleção História do Tempo Presente, Volumes 1, 2 e 3, publicado pela Editora UFRR. Colaborou como colunista na Revista Contemporartes Revista Semanal de Difusão Cultural (2018/2019). Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR. Dedica-se a temas relacionados ao Ensino de História, Relações Étnico-raciais, História do Tempo Presente e Brasil Colônia.

Ndongo Samba Sylla

Economista de desenvolvimento senegalês. Trabalhou como consultor técnico na Presidência da República do Senegal. Atualmente é Gerente de Pesquisa e Programa no escritório da África Ocidental da Fundação Rosa Luxemburg (Dakar). Suas publicações abrangem temas como comércio justo, mercados de trabalho em países em desenvolvimento, movimentos sociais, teoria democrática, soberania econômica e monetária. Ele é o autor do escândalo do comércio justo. Marketing Poverty to Benefit the Rich, Pluto Press & Ohio University Press, 2014. Ele é co-autor de Africa's Last Colonial Currency. A história da CFA France, Pluto Press, 2021.

Nilma Lino Gomes

Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Educação pela UFMG, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCar. Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Integra o corpo docente da Pós-Graduação em Educação

Conhecimento e Inclusão Social (FAE/UFMG). Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013). Integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (gestão 2010 a 2014). Foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2013-2014). Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). CV *Lattes*: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728281P2.

Paolo Colosso

Professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde coordena o Programa de Pós-Graduação (ago 2020- jul 2022). Estudou na École Nationale Supérieure d´Architecture de Grenoble (2004-2005), graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2015), onde desenvolveu também sua tese de doutoramento (2015-2019). Em 2018 realizou estágio supervisionado por Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. É membro do grupo Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e do laboratório Indisciplinar da EA-UFMG. Autor do livro Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business (Annablume, 2017). Publica textos de situação e análises de conjuntura nos sites de Carta Capital, Outras Palavras e GGN-Luis Nassif. Junto à rede BrCidades, ganhou prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, na categoria Urbanidade (2019). Trabalha com questões de produção social do espaço, Direito à Cidade, desenvolvimento urbano, movimentos sociais urbanos, gestão compartilhada e bens comuns

Raúl Zibechi

Escritor, pensador e ativista uruguaio, dedicado a trabalhar com movimentos sociais na América Latina. Entre 1969 e 1973 foi membro da Frente Estudan-

til Revolucionária (FER), grupo estudantil vinculado ao Movimento Tupamaros de Libertação Nacional. Doutor Honoris Causa da Universidad Mayor de San Andrés (2017). Recebeu o Prêmio Latino-Americano José Martí de Jornalismo por suas crônicas sobre a crise argentina (2003). Editor da seção Internacional do semanário Brecha do Uruguai, professor e pesquisador de movimentos sociais na Multiversidade Franciscana da América Latina.

Autor de diversos livros, dentre eles: Tiempos de colapso, los pueblos en movimiento (2020); Nuevas derechas, nuevas resistencias (2020); Los desbordes de los de abajo. 1968 desde América Latina (2018); Movimientos sociales en América Latina (2017); Zonas de dignidad. Extractivismo y resistencias (2017); Cambiar el mundo desde arriba. Los límites del progresismo (2017); Latiendo resistencia. Mundos nuevos y guerra de despojo (2016); Descolonizar la rebeldía. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias (2014); Contrainsurgencia y miseria. Las políticas de combate a la pobreza en América latina (2013); Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo (2012); Política & Miseria (2011); Territorios en resistencia. Cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas (2008); Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antiestatales (2007); Genealogía de la revuelta. Argentina: la sociedad en movimiento (2003); La mirada horizontal, movimientos sociales y emancipación (1999); La revuelta juvenil de los 90. Redes sociales en la gestación de una cultura alternativa (1997) y Los arroyos cuando bajan, los desafíos del zapatismo (1995).

Tiago Siqueira Reis

Pós-doutorando no programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal). Organizou com Monalisa Oliveira, Carla Monteiro e Américo Lyra a Coleção História do Tempo Presente, Volumes 1, 2 e 3, publicado pela Editora UFRR. Estuda a História da saúde pública brasileira contemporânea, Estado, sociedade civil e História do Tempo Presente.

Valter Pomar

Professor no Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC e na pós-graduação de Economia Política Mundial da Universi-

dade Federal do ABC. Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1996), mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000) e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2006). Foi secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (2005- 2010), secretário executivo do Foro de São Paulo (2005-2013), vice-presidente da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Copppal). Coautor dos livros A Armadilha da Dívida (2001), O Brasil Endividado (2000) e Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha (2013). Autor dos livros A estrela na janela (2014), Miscelânea Internacional (2014), A esperança é vermelha (2014), A foice, o martelo e a estrela (2014), Sabáticos (2015). A metamorfose (2016), Socialismo (2016), Contra o golpismo (2018). Foi diretor da revista Teoria & Debate (1993-1995). Integrou o conselho editorial da revista Contexto Latinoamericano e o Conselho Curador do Memorial da Anistia Política no Brasil. Editor da revista Esquerda Petista (2014-2017) e do jornal Página 13 (1998-2017). Integra o conselho editorial da Revista Política Latinoamericana.

EQUIPE TÉCNICA

Revisores:

Tiago Siqueira Reis e Monalisa Pavonne Oliveira

Tradutores:

Alana Thaís Basso (Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq). E-mail: alanatbasso@gmail.com

Júlio Ernesto Souza de Oliveira (Mestrando em História Econômica e Social pela Université Paris-Saclay (UPSay) e em História Social). E-mail: julio.ernesto@outlook.com.br

Bárbara Câmara Aragon (Mestra em História Contemporânea pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense). E-mail: bca.yale@gmail.com

Raphael Castelo Brando da Silva (Doutorando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense). Email: raphael.castelo.branco.da.silva@gmail.com

Carolina Bertassoni dos Santos (Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense). E-mail: carolinabertassoni@id.uff.br

Maria Luiza Mancinho da Silva (Mestranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense). E-mail: marialuizamancinho@gmail.com

Equipe Gráfica:

Matheus de Oliveira Vieira (Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense). E-mail: matheusdevieira@gmail.com

Paulo DeCarvalho (Jornalista e pesquisador em Culturas Populares, artista gráfico, fotógrafo e relizador audiovisual). E-mail: marajoando@gmail.com